



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
DOUTORADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**PODER, TRANSFORMAÇÃO E PERMANÊNCIA: A DINÂMICA DE
OCUPAÇÃO GUARANI NA BACIA DO TAQUARI-ANTAS, RIO
GRANDE DO SUL, BRASIL**

Fernanda Schneider

Lajeado, Abril de 2019.

Fernanda Schneider

**PODER, TRANSFORMAÇÃO E PERMANÊNCIA: A DINÂMICA DE
OCUPAÇÃO GUARANI NA BACIA DO TAQUARI-ANTAS, RIO
GRANDE DO SUL, BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari como parte da exigência para obtenção do grau de Doutora em Ciências, área de concentração Espaço e Problemas Socioambientais.

Orientadora: Dra. Neli Teresinha Galarce
Machado

Lajeado, Abril de 2019.

Fernanda Schneider

**PODER, TRANSFORMAÇÃO E PERMANÊNCIA: A DINÂMICA DE
OCUPAÇÃO GUARANI NA BACIA DO TAQUARI-ANTAS, RIO
GRANDE DO SUL, BRASIL**

A Banca examinadora abaixo aprova a tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para a obtenção do grau de Doutora em Ciências:

Dra. Neli Teresinha Galarce Machado – Universidade do Vale do Taquari

Dr. Ângelo Alves Corrêa – Universidade Federal do Piauí

Dr. Rafael Corteletti – Universidade Federal de Pelotas

Dr. Luis Fernando da Silva Laroque – Universidade do Vale do Taquari

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à Capes que proporcionou o desenvolvimento deste trabalho com o financiamento de duas bolsas, Prosuc e Doutorado-Sanduiche no Exterior. Também ao CNPq, Fapergs e Univates que financiaram parte deste trabalho por meio de editais de fomento à pesquisa.

Aos meus amigos do Laboratório de Arqueologia da Univates (e da época que ainda era Setor de Arqueologia!), onde passei os meus últimos 13 anos. Todas as pessoas que conheci nesse espaço foram importantes para mim. Com algumas, entretanto, tive a sorte de poder conviver por mais tempo. Patrícia do Centro de Memória, que lá estava desde meu primeiro dia; Sid que me ensinou muitas coisas; Kreutz, Karen e Jones que dividiram comigo o pequeno laboratório da sala 111: todos os dias eu sinto saudades das nossas conversas arqueológicas e históricas e, claro, de todos os ‘fatos inusitados’ que já circularam por lá. Desconheço laboratório mais divertido e feliz do que esse. Ao Jones por ter me proporcionado ‘cauinagens’ nos dias difíceis. Tentarei retribuir à altura.

Deixo aqui um agradecimento especial aos bolsistas que me ajudaram em algum momento desta tese: ao Rafa, Lucas e Yago por terem realizado comigo flotação em quase uma tonelada de sedimento; ao João Pedro pela ajuda com a escavação do sítio RS-T-132 e por ser o melhor parceiro de campo que alguém poderia querer; ao Bernardo por analisar comigo as cerâmicas e demonstrar em pouco tempo destreza e preciosismo.

Agradeço à minha banca de qualificação, André Jasper e Rafael Milheira, pelas certas críticas realizadas. Se eu as tivesse escutado antes, talvez tivesse reduzido meus problemas finais.

Ao Chico Noelli pelas conversas e e-mails trocados no último ano sobre Arqueologia Guarani e, em especial, por ter contribuído ao debate que ajudou a refinar a interpretação do Capítulo 5. À Elisete Freitas pela ajuda com a botânica. À Marina Dalzochio pelas preciosas dicas de estatística. Ao Sidnei Wolf por construir comigo os mapas e discutir Arqueologia Jê. Ao Rafael Corteletti pelas inúmeras conversas acadêmicas dos últimos anos que circularam primeiro pela microbotânica, depois pela macrobotânica e logo chegaram aos Jê. Nesta tese possui uma contribuição importante ao Capítulo 5.

Preciso recordar ainda algumas boas oportunidades acadêmicas com as quais pude aprender nesses últimos quatro anos. Dentre muitas delas, destaco a participação na escavação do assentamento neolítico *La Draga*, Girona, em um sítio com condições de preservação únicas e que me proporcionou uma fantástica experiência acadêmica. Também os quatro anos de participação no Projeto *Jê Landscape*, onde pude escavar entre Campo Belo do Sul e Urubici, Santa Catarina. Agradeço ao José Iriarte, ao Jonas Gregório e ao Rafael Corteletti pela oportunidade de participar e digo que bem mais do que as paisagens bonitas, os bons vinhos finos de altitude e os amigos, esse projeto serviu como uma escola de arqueologia para mim.

À Raquel Piqué que abriu as portas do seu laboratório e me iniciou na macrobotânica. Às amigas que fiz no *Laboratori d'Arqueobotànica* da UAB: Anna e Laura.

Ao Felipe pelas conversas sobre Arqueologia e por compartilhar o mesmo gosto infernal para a música do que eu. À Elo por *compartir* comigo um sem número de memes depressivos sobre a vida e a academia e, em especial, por ter me mostrado o sul de Barcelona.

Por fim à Neli, que é especial para mim e muito mais do que uma orientadora.

RESUMO

Esta tese é uma contribuição à história Guarani que se desenvolveu entre ~A.D. 1400-1800 no centro-sul da Bacia do Taquari-Antas, Rio Grande do Sul, Brasil. Os Guarani ocuparam as terras baixas dessa Bacia contemporaneamente aos Jê estabelecidos mais densamente nas terras altas do Planalto das Araucárias. Em ~A.D. 1630, a chegada de missionários jesuítas e bandeirantes ao território Guarani das terras baixas estimulou nova dinâmica histórica. Discutimos esse contexto mantendo como guia de investigação o impacto Guarani sobre os mais antigos habitantes da Bacia, os Jê, bem como os efeitos sociopolíticos desencadeados entre os Guarani a partir da pressão estrangeira. Analisamos essas questões sob uma perspectiva regional e outra local, nesse último caso avaliando dois sítios do Médio Forqueta, o RS-T-114 e o RS-T-132. Os resultados demonstraram que os Guarani ocuparam rapidamente os vales dessa Bacia estabelecendo aldeias em pontos estratégicos e ocasionando, como efeito, a desocupação de aldeias Jê da borda sul do Planalto. Essa primeira fase não foi densa entre os Guarani, mas aldeias bem localizadas, como o RS-T-114, ascendiam socialmente com a inauguração de áreas de festins e rituais. A intensificação da ocupação Guarani passou a ocorrer a partir do ~A.D. 1500, durando mais ou menos até ~A.D. 1630, quando a chegada efetiva dos europeus deu início ao declínio Guarani na região. Durante o processo de desestruturação regional o RS-T-114, manteve-se ocupado permanentemente até ~A.D. 1800, bem como aldeias periféricas que orbitavam esse sítio, como o RS-T-132, foram reocupadas após a saída dos estrangeiros das adjacências. Sugerimos que a intensificação de ocupação em ~A.D. 1500 resultou do crescimento do poder de lideranças já em ascensão frente aos efeitos indiretos do processo colonial. Durante a chegada efetiva dos estrangeiros, enquanto o colapso de muitas aldeias ocorria, o RS-T-114, uma aldeia densa, permanente, com produção de cultivos domesticados consolidada, áreas de festins e rituais, manteve-se politicamente fortalecida, recebendo em seu entorno remanescentes Guarani do processo colonial após ~A.D. 1650. De uma forma geral, sugerimos que o contexto Guarani do Médio Forqueta apresentou uma dinâmica *sui generis* na Bacia do Taquari-Antas, relacionada a fatores políticos e de prestígio entre as aldeias, mantendo uma permanência de ocupação mais longa do que o esperado, ultrapassando décadas ou até um século o processo colonial.

Palavras-Chave: Povos Guarani. Bacia do Rio Taquari-Antas. Dinâmica Espaço-Temporal. Aldeias Permanentes. Cultivos Domesticados.

ABSTRACT

This thesis is a contribution to the Guarani history that developed between ~A.D. 1400-1800 in the south-central part of the Taquari-Antas Basin, Rio Grande do Sul, Brazil. The Guarani occupied the lowlands of this Basin contemporaneously to the Jê established more densely in the highlands of the Araucarias Plateau. In ~A.D. 1630, the arrival of Jesuit missionaries and bandeirantes to the Guarani territory of the lowlands brought new historical dynamics. We discuss this context by keeping the Guarani impact on the earliest inhabitants of the Basin, the Jê, as well as the sociopolitical effects triggered by the Guarani from foreign pressure. We analyzed these issues from a regional and a local perspective, in the latter case evaluating two sites of the Middle Forqueta, RS-T-114 and RS-T-132. The results showed that the Guarani quickly occupied the valleys of this Basin, establishing villages at strategic points and causing, as an effect, the vacating of Jê villages from the southern border of the Plateau. This first phase was not dense among the Guarani, but well-located villages, such as the RS-T-114, rose socially with the opening of areas of feastings and rituals. The intensification of the Guarani occupation began to occur from ~A.D. 1500, lasting more or less to ~A.D. 1630, when the actual arrival of the foreigners began the Guarani decline in the region. During the regional de-structuring process, RS-T-114 remained permanently occupied until ~A.D. 1800, as well as peripheral villages orbiting this site, such as the RS-T-132, were reoccupied after the outsiders left the area. We suggest that the intensification of occupation in ~A.D. 1500 resulted from the growth of leadership power already on the rise in the face of the indirect effects of the colonial process. During the actual arrival of foreigners, in turn, while the collapse of many villages occurred, the RS-T-114, a dense, permanent village with consolidated domesticated crop production, feastings and rituals areas remained politically strengthened, receiving in its surroundings remnants of the colonial process after ~A.D. 1650. In general, we suggest that the Guarani context of the Middle Forqueta presented a *sui generis* dynamic in the Taquari-Antas Basin, related to political and prestige factors among the villages, maintaining a longer occupation than expected, exceeding decades or up to a century the colonial process.

Keywords: Guarani populations. Taquari-Antas River Basin. Space-Time Dynamics. Permanent Villages. Domesticated crops.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Esquema simplificado dos níveis territoriais Guarani	59
FIGURA 2 – (A) Esquema de distribuição de manchas de terra preta escavadas por Milheira (2010) em sítios do litoral centro-sul de Santa Catarina. (B) Xilogravura de aldeia de ‘Carios’ do litoral sul de Santa Catarina visitada por Hans Staden no século 16	63
FIGURA 3 – Localização da Bacia do Taquari-Antas, hipsometria e principais recursos hídricos	76
FIGURA 4 – Delimitação do perímetro de ocupação Guarani na Bacia do Taquari-Antas (<i>buffer</i> amarelo).....	78
FIGURA 5 – Unidades geomorfológicas da Bacia do Taquari-Antas e adjacências. 80	
FIGURA 6 – Paisagem plana e ampla da Planície Coluvionar. Margem do Rio Taquari-Antas, Cruzeiro do Sul (RS), 10masl... ..	81
FIGURA 7 – Paisagem com planícies e colinas suaves dos Patamares da Serra Geral, ao fundo a Serra Geral. Margem do Rio Taquari-Antas, Colinas (RS), 60masl.	82
FIGURA 8 – Paisagem com encostas abruptas das áreas de menor altitude da Serra Geral. Margem do Rio Taquari-Antas, Bento Gonçalves (RS), 200masl.....	83
FIGURA 9 – Campos de Cima da Serra com morfologia ondulada do Planalto dos Campos Gerais. Próximo das nascentes do Rio Taquari-Antas, São José dos Ausentes (RS), 1000masl	84
FIGURA 10 – Regiões fitoecológicas da Bacia do Taquari-Antas e adjacências.....	86
FIGURA 11 – Campos de Altitude com a presença de capões de Araucária em São José dos Ausentes (RS), próximo das nascentes do Rio Taquari-Antas	87

FIGURA 12 – Floresta de Araucária na formação Alto-Montana em São José dos Ausentes (RS) com predominância de Araucária nas margens do Rio Taquari-Antas.	88
FIGURA 13 – Saída de campo do “Curso de Introdução à Arqueologia” realizado por Mentz Ribeiro em 1987 no município de Lajeado (RS).....	95
FIGURA 14 – Distribuição dos sítios RS-T-117, RS-T-133, RS-T-119, RS-T-102, RS-T-105, RS-27, RS-28, RS-29, RS-60, RS-61, RS-03 e Favaretto ao longo do Taquari-Antas conforme: (A) Unidades geomorfológicas. (B) Formações fitoecológicas.....	112
FIGURA 15 – Distribuição dos sítios RS-T-117, RS-T-133, RS-T-119, RS-T-102, RS-T-105, RS-27, RS-28, RS-29, RS-60, RS-61, RS-03 e Favaretto ao longo do Rio Taquari-Antas conforme a hipsometria	113
FIGURA 16 – (A) Vista aérea da paisagem plana e ampla da Planície Coluvionar durante as cheias. Localização da barragem eclusa de Bom Retiro do Sul. (B) Altura da ribanceira do Rio Taquari-Antas na área do sítio RS-T-117 em épocas de leito normal	114
FIGURA 17 – (A) Localização do sítio RS-T-117 com destaque para as áreas 1 e 2. (B) Urna funerária evidenciada na borda da ribanceira do Rio Taquari-Antas. (C) Mancha de terra preta na borda da ribanceira	115
FIGURA 18 – (A) Localização do sítio RS-T-133 com destaque para as áreas 1, 2 e 3. Fundo de vasilha evidenciada no leito do Arroio Castelhanos. (B) Vista do sítio desde a área 3. (C) Sondagens na área 2	117
FIGURA 19 – Localização do sítio RS-T-102 em ampla planície.....	118
FIGURA 20 – (A) Localização do sítio RS-T-119. (B) Vista do Rio Taquari-Antas desde a área do sítio. (C) Declividade do terreno do sítio.....	119
FIGURA 21 – (A) Localização dos sítios RS-T-105, RS-T-108, RS-27, RS-28 e RS-29. (B) Paisagem dos Patamares da Serra Geral desde a perspectiva do sítio RS-T-105. (C) Mancha de terra preta escavada no sítio RS-T-105.....	120
FIGURA 22 – Croqui dos sítios RS-27, RS-28 e RS-29 elaborado por Pedro I. Schmitz durante as atividades de prospecção em 1965 e localização das áreas com urnas funerárias	121
FIGURA 23 – (A) Localização do sítio RS-60, área de aparecimento das urnas funerárias. (B) Croqui elaborado por Pedro I. Schmitz em 1966 e família Patuzzi com algumas urnas (C) Paisagem encaixada da unidade Serra Geral.....	123
FIGURA 24 – (A) Localização do sítio RS-61 e área de aparecimento de urnas funerárias. Sítios RS-02 e RS-01 na margem oposta. (B) Paisagem encaixada da unidade Serra Geral	125
FIGURA 25 – (A) Localização do sítio RS-03. (B) Paisagem de estabelecimento do sítio RS-03 na Serra Geral. Uma das urnas funerárias evidenciada no sítio	126

FIGURA 26 – (A) Localização do sítio Favaretto e vista para o Rio Taquari-Antas desde a perspectiva do sítio. (B) Paisagem encaixada da Serra Geral na altura do Sítio	127
FIGURA 27 – Distribuição dos sítios RS-T-107, RS-T-114, RS-T-122, RS-T-101, RS-T-110 e RS-T-132 ao longo do Rio Forqueta conforme: (A) Unidades geomorfológicas. (B) Formações fitoecológicas.....	129
FIGURA 28 – Distribuição dos sítios RS-T-107, RS-T-114, RS-T-122, RS-T-101, RS-T-110 e RS-T-132 ao longo do Rio Forqueta conforme a hipsometria.....	130
FIGURA 29 – (A) Localização do sítio RS-T-107 na confluência entre o Rio Forqueta e Arroio Forquetinha. (B) Paisagem dos Patamares da Serra Geral. (C) Seixos de basalto no leito do Rio Forqueta.....	131
FIGURA 30 – Sítios RS-T-114, RS-T-122, RS-T-101 e RS-T-110 dispostos em sequência na paisagem semiencaixada da Serra Geral	132
FIGURA 31 – Vista aérea da localização do sítio RS-T-114 na paisagem da Serra Geral	133
FIGURA 32 – (A) Localização do sítio RS-T-122. (B) Sondagens na planície de inundação.....	134
FIGURA 33 – (A) Localização do sítio RS-T-101. (B) Paisagem de estabelecimento. (C) Escavação da mancha de terra preta.....	135
FIGURA 34 – (A) Localização do sítio RS-T-110. (B) Paisagem de estabelecimento na Serra Geral.....	135
FIGURA 35 – (A) Localização do sítio RS-T-132 na paisagem encaixada da unidade Serra Geral. (B) Panorâmica desde a encosta com vista para a planície, paredão de basalto ao fundo e destaque para a área de localização da mancha de terra preta.	137
FIGURA 36 – Distribuição dos sítios RS-A-93, RS-82, RS-129, RS-134 e RS-131 conforme a hipsometria.....	139
FIGURA 37 – (A) Quadro de calibração com faixa de densidade de alta probabilidade (HPD) com a marcação do desvio padrão de 2 sigma (linha abaixo da distribuição). O símbolo ‘+’ aponta as tendências medianas. Ao lado do nome do sítio sinalizamos a data em AP utilizada como parâmetro. (B) Gráfico de distribuição detalhado para a data 100±30 AP. (C) Gráfico de distribuição detalhado para a data 240±30 AP. (D) Gráfico de distribuição detalhado para a data 560±40 AP.....	141
FIGURA 38 – (A) Localização dos sítios datados na Bacia do Taquari-Antas. Destaque para as datas do contexto do Médio Forqueta, sugerindo expansão por enxameamento. (B) Sequência de datas para os sítios do Médio Forqueta	143

FIGURA 39 – Distribuição de sítios Guarani (amarelo), sítios Jê (branco) e sítios com intrusões cerâmicas (vermelho) entre os rios Taquari-Antas, Forqueta, Guaporé, Carreiro, Turvo, Pardo, Pardinho, Jacuí, Caí, Sinos e arroios.....	157
FIGURA 40 – Datas em C ¹⁴ de sítios Jê (faixa de distribuição cinza) e Guarani (faixa de distribuição preta) da Bacia do Taquari-Antas.....	159
FIGURA 41 – (A) Divisão hipotética em áreas 1, 2 e 3 e sítios datados utilizados para a análise. (B) Quadro de datas calibradas Guarani (amarelo) e Jê (branco) para a área 3. (C) Quadro de datas calibradas Guarani (amarelo) e Jê (branco) para as áreas 1 e 2	161
FIGURA 42 – Sítios selecionados para a análise de cerâmica Guarani na Bacia do Taquari-Antas.....	175
FIGURA 43 – Temperos encontrados na cerâmica Guarani regional. (A) Chamote. (B) Óxido de ferro. (C) Calcedônia. (D) Quartzo. (E) Ossos. (F) Carvão	182
FIGURA 44 – Técnicas de manufatura encontradas na cerâmica Guarani regional. (A) Roletada. (B) Modelada.....	185
FIGURA 45 – Cores encontradas na pasta da cerâmica Guarani regional. (A) Clara. (B) Laranja. (C) Vermelha. (D) Cinza. (E) Preta. (F) Sanduíche. (G) Clara-Escura.....	187
FIGURA 46 – Exemplos de tratamento de superfície encontrados na cerâmica Guarani regional. (A) Barbotina visível a partir do desgaste. (B) Engobo vermelho interno	189
FIGURA 47 – Exemplos de decoração cromática encontradas na cerâmica Guarani analisada. (A) Grafismo encontrado no sítio RS-T-107. (B) Grafismo linear. (C) Grafismo curvilíneo	192
FIGURA 48 – Exemplos de tipos de decorações plásticas encontradas entre as cerâmicas Guarani da região. (A) Alisado. (B) Corrugado. (C) Ungulado. (D) Digitado. (E) Escovado. (F) Inciso. (G) Roletado. Cerâmicas Jê intrusivas nos sítios Guarani: (H) Ponteadado e Ponteadado Meia-Lua e (I) Impresso em Cestaria.....	193
FIGURA 49 – Tendências espaciais de similaridade entre os sítios analisados.....	198
FIGURA 50 – (A) <i>Clusters</i> de similaridade entre as cerâmicas dos sítios analisados. (B) Fragmentos de cerâmica Jê do sítio RS-T-126. (C) Exemplos de fragmentos intrusivos Jê evidenciados nos sítios RS-03, RS-61 e RS-27. (D) Vasilha do tipo <i>cambuchí caguâba</i> com pintura policrômica e enterramento secundário evidenciado no sítio Guarani RS-03. (E) Dendrogramas específicos por atributos. Demarcação lilás destacando a aproximação entre os sítios RS-03, RS-61 e RS-27.....	204
FIGURA 51 – (A) Tendências espaciais de similaridades entre as cerâmicas dos sítios analisados. (B) Percentual de cerâmica intrusiva nos sítios RS-03, RS-61, RS-27 e RS-T-105.....	206
FIGURA 52 – Localização dos sítios RS-T-114 e RS-T-132.....	208

- FIGURA 53** – (A) Paisagem e área de escavação do sítio RS-T-114. (B) Planície vista desde a perspectiva do sítio RS-T-114. (C) Bancos de seixos (cascalheira) do Rio Forqueta.....214
- FIGURA 54** – (A) Croqui simplificado das intervenções no sítio RS-T-114. (B) Mancha de terra preta 1 (área 1). (C) Estratigrafia da mancha de terra preta 1. (D) Área 2 com destaque para a mancha de terra preta 2.....215
- FIGURA 55** – (A) Mancha de terra preta 2, Quadra D2, área 2, sítio RS-T-114. (B) Destaque para as camadas estratigráficas, presença de *uprooting* de raízes e a feição em forma de ‘bolsão’.....217
- FIGURA 56** – (A) Plotagem dos vestígios da camada superficial (Camada 1) da mancha de terra preta 2. (B) Plotagem dos vestígios no final do nível 4 (Camada 2). Na direita, detalhes da escavação para o final de cada camada219
- FIGURA 57** – Sequência vertical de datas em C¹⁴ para a mancha de terra preta 2 do sítio RS-T-114. A marcação em amarelo indica o ponto de coleta.....220
- FIGURA 58** – Tigelas *cambuchí caguâbá* evidenciadas ao redor da estrutura de combustão da Quadra D2 do sítio RS-T-114.....222
- FIGURA 59** – Adornos *tembetá* recuperados no sítio RS-T-114 entre as áreas 1 e 2226
- FIGURA 60** – (A) Vista panorâmica da planície do sítio RS-T-132. (B) Destaque para a inclinação do terreno. (C) Bancos de seixos (cascalheira) do Rio Forqueta228
- FIGURA 61** – (A) Quadra A-B no início da escavação e linha de sondagens a norte da mancha de terra preta. (B) Camadas estratigráficas.....229
- FIGURA 62** – Sequência vertical de datas em C¹⁴ para a mancha de terra preta do sítio RS-T-132230
- FIGURA 63** – Plotagem dos vestígios desde a camada superficial (Camada 1) até o final do nível 4 (Camada 2) do sítio RS-T-132. Na direita, detalhes da escavação para cada um desses níveis.....232
- FIGURA 64** – (A) Calibrador em arenito friável. (B) Calibrador em arenito friável. (C) Lasca bipolar de calcedônia com marca de desgaste. (D) Lasca bipolar de calcedônia com marca de desgaste. (E) Lasca unipolar. (F) Seixo com desgaste .243
- FIGURA 65** – (A) Uniface de basalto coberto por óxido de ferro. (B) Seixo de basalto com desgaste de uso. (C) Lasca unipolar em riolito (basaltóide). (D) Biface em arenito silicificado246
- FIGURA 66** – Acabamento para a decoração corrugada de bordas de painéis Yapepó: (A) RS-T-132 e (B) RS-T-114251
- FIGURA 67** – Exemplos de cerâmicas pintadas nos níveis 3 e 4 da mancha de terra preta 2, sítio RS-T-114. (A) Negativo de grafismo curvilíneo apagado253

FIGURA 68 – (A) Acanalado. (B) Cerâmica com ‘babado’ na borda. (C) Incisos lineares cortados por sulco. (D) Escovado com pontuações. (E) Escovado. (F) Incisos lineares. (G) Fragmento de parede agregado a uma borda. (H) Estriado com engobo branco externo. (I) Borda corrugada de *yapepó*.....257

FIGURA 69 – Pote escovado evidenciado no nível 2 da mancha de terra preta, sítio RS-T-132.....258

FIGURA 70 – Etapas de construção da modelagem cronológica bayesiana para o sítio RS-T-114.....264

FIGURA 71 – Modelagem bayesiana para as datas da mancha de terra preta 2 do sítio RS-T-114. As faixas de distribuições das probabilidades não modeladas são mostradas nas áreas verdes com transparência e os resultados do modelo bayesiano aparecem nas áreas verdes sólidas. As barras sob cada distribuição representam 2σ . O sinal ‘+’ aponta a mediana (m). C = convergência, A = índice de concordância de cada data, Amodel = índice geral de concordância do modelo....265

FIGURA 72 – Destaque para a estratigrafia do sítio RS-T-132 em um ponto em que os limites são pouco definidos.....267

FIGURA 73 – Etapas de construção da modelagem cronológica bayesiana para o sítio RS-T-132.....268

FIGURA 74 – Modelagem bayesiana para as datas da mancha de terra preta do sítio RS-T-132. As distribuições de probabilidade não modeladas são mostradas nas áreas coloridas com transparência, e os resultados do modelo bayesiano aparecem nas áreas coloridas sólidas. Barras sob cada distribuição representam 2σ . O sinal ‘+’ aponta a mediana. C = convergência, A = índice de concordância de cada data, Amodel = índice geral de concordância do modelo.....269

FIGURA 75 – (A) Classificações utilizadas para avaliação da degradação do pericarpo das cariopses de cereais, da esquerda para a direita: superdegradadas, degradadas, semidegradadas, semi-intactas e intactas. (B) Critérios de fragmentação utilizados para o estabelecimento do NMI.....275

FIGURA 76 – Taxa identificados. (A) Fragmento de espiga de *Z. mays*. (B-E) Cariopses de *Z. mays*, (F) Cotilédone de *P. vulgaris*. (G) Semente de *Phaseolus* sp. (H) Semente de cf. *P. lunatus*. (I) Cotilédone de *C. speciosa*. (J) Cápsula de *M. esculenta*. (K) Semente de Cucurbitaceae. (L) Cotilédones de Fabaceae Tipo 1. (M) Semente de Lauraceae. (N-O) Semente de *E. contortisiliquum*. (P) Fibras de *Dicksonia* sp. e (Q-S) Endocarpos de *S. romanzoffiana*277

FIGURA 77 – Distribuição das somas das probabilidades calibradas. (A) Uruguai e afluentes. (B) Médio Jacuí e afluentes. (C) Taquari-Antas e afluentes. (D) Litoral centro-sul de Santa Catarina. Faixa vermelha corresponde a primeira fase de ocupação Guarani na Bacia do Taquari-Antas (~A.D. 1400-1500). ‘n=’ refere-se ao número de datas radiocarbônicas consideradas para cada área.....298

FIGURA 78 – Datas radiocarbônicas de sítios Guarani do RS. Distribuição em cinza refere-se aos sítios do RS e distribuição em verde aos sítios específicos do Taquari-Antas. As faixas apontam os sítios datados no intervalo de ~A.D. 1400-1500299

FIGURA 79 – Localização dos sítios Guarani com datação para a primeira fase (~A.D. 1400-1500) de ocupação Guarani da Bacia do Taquari-Antas303

Figura 80 – Distribuição das somas das probabilidades calibradas. (A) Uruguai e afluentes. (B) Médio Jacuí e afluentes. (C) Taquari-Antas e afluentes. (D) Litoral centro-sul de Santa Catarina. Faixa vermelha corresponde a segunda fase de ocupação Guarani na Bacia do Taquari-Antas (~A.D. 1500-1630). 'n=' refere-se ao número de datas radiocarbônicas consideradas para cada área.....309

FIGURA 81 – Datas radiocarbônicas dos sítios Guarani do RS e da Bacia do Taquari-Antas. Distribuição em verde refere-se aos sítios da Bacia do Taquari-Antas e a distribuição em cinza aos demais sítios do RS. As faixas apontam os sítios datados no intervalo de ~A.D. 1500-1630311

FIGURA 82 – (A) Dinâmica cronológica entre a área 1 (em vermelho) e a área 2 (em preto) para o sítio RS-T-114. (B) Em vermelho aparecem os sítios Guarani datados para a segunda fase Guarani na região, em ~A.D. 1500-1630, demonstrando o processo de enxameamento no Médio Forqueta em direção à montante.....319

FIGURA 83 – Distribuição das somas das probabilidades calibradas. (A) Uruguai e afluentes. (B) Médio Jacuí e afluentes. (C) Taquari-Antas e afluentes. (D) Litoral centro-sul de Santa Catarina. Faixa vermelha corresponde a terceira fase de ocupação Guarani na Bacia do Taquari-Antas (~A.D. 1630-1800). 'n=' refere-se ao número de datas radiocarbônicas consideradas para cada área.....326

FIGURA 84 – Datas radiocarbônicas dos sítios Guarani do RS e da Bacia do Taquari-Antas. Distribuição em verde refere-se aos sítios da Bacia do Taquari-Antas e a distribuição em cinza aos demais sítios do RS. As faixas apontam os sítios datados no intervalo de ~A.D. 1630-1800327

FIGURA 85 – Localização dos sítios Guarani com datação para a terceira fase de ocupação da Bacia do Taquari-Antas, em ~A.D. 1630-1800. Localização das reduções jesuíticas e, em amarelo pontilhado, perímetro aproximado para as áreas de ocupação Kaingang dessa fase332

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Categorias supragenéricas de plantas para os Guarani Kaiowá	68
QUADRO 2 – Sítios Guarani localizados na Bacia do Taquari-Antas.....	103
QUADRO 3 – Datas em C ¹⁴ para sítios Guarani da Bacia do Taquari-Antas.....	107
QUADRO 4 – Probabilidades fornecidas pelo método HPD para a distribuição em 1 Sigma (1 σ) e 2 Sigma (2 σ) da data 560 \pm 40 AP (Beta 249391) do sítio RS-T-114..	142
QUADRO 5 – Probabilidades fornecidas pelo método HPD para a distribuição em 1 Sigma (1 σ) e 2 Sigma (2 σ) da data 240 \pm 30 AP (Beta 367375) do sítio RS-T-114..	144
QUADRO 6 – Probabilidades fornecidas pelo método HPD para a distribuição em 1 Sigma (1 σ) e 2 Sigma (2 σ) da data 100 \pm 30 AP (Beta 512707) do sítio RS-T-132..	145
QUADRO 7 – Sítios Jê localizados na Bacia do Taquari-Antas e adjacências.....	150
QUADRO 8 – Datas em C ¹⁴ para os sítios Jê da Bacia do Taquari-Antas.....	154
QUADRO 9 – Sítios com cerâmica intrusiva Jê e Guarani da Bacia do Taquari-Antas e adjacências	155
QUADRO 10 – Contexto de instalação, coleta e quantidade de cerâmica analisada por sítio arqueológico	175
QUADRO 11 – Datas em C ¹⁴ para o sítio RS-T-114. Em vermelho os resultados da sequência vertical para a mancha de terra preta 2	220
QUADRO 12 – Resultado da sequência vertical de datas em C ¹⁴ para a mancha de terra preta do sítio RS-T-132.....	231

QUADRO 13 – Datas modeladas da mancha de terra preta 2 do sítio RS-T-114. Todas as datas foram arredondadas para os próximos 5 anos. *m* = mediana, A = concordância, C = convergência265

QUADRO 14 – Datas modeladas da mancha de terra preta do sítio RS-T-132. Todas as datas foram arredondadas para os próximos 5 anos. *m* = mediana, A = Concordância, C = Convergência269

QUADRO 15 – Identificação taxonômica: *táxon* (família e espécie ou tipo), número de vestígios por área amostrada e Número Mínimo de Indivíduos (NMI)276

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – (A) Percentual geral para o tempero na cerâmica Guarani regional. (B) Percentual de tempero por sítio. (C) Similaridade estatística entre os sítios com relação ao tempero. Em vermelho sítios localizados ao longo do Rio Forqueta e em azul os sítios localizados ao longo do Rio Taquari-Antas. Note que os valores em percentual (A e B) são cumulativos para o caso do tempero 181

GRÁFICO 2 – Comparação entre os elementos químicos majoritários de amostras de cerâmica dos sítios RS-T-101 e RS-T-107. Em amarelo as cerâmicas pintadas e em preto as cerâmicas com decoração plástica..... 184

GRÁFICO 3 – (A) Percentual geral para a técnica de manufatura na cerâmica Guarani regional. (B) Percentual por sítio. (C) Similaridade estatística entre os sítios com relação à manufatura; em vermelho os sítios localizados ao longo do Rio Forqueta e em azul os sítios localizados ao longo do Rio Taquari-Antas 185

GRÁFICO 4 – (A) Percentual geral para a cor da pasta na cerâmica Guarani regional. (B) Percentual por sítio. (C) Similaridade estatística entre os sítios com relação a cor da pasta; em vermelho os sítios localizados ao longo do Rio Forqueta e em azul os sítios localizados ao longo do Rio Taquari-Antas..... 186

GRÁFICO 5 – (A) Percentual geral para o tratamento da superfície da cerâmica Guarani regional. (B) Percentual por sítio. (C) Similaridade estatística entre os sítios com relação ao tratamento de superfície; em vermelho os sítios localizados ao longo do Rio Forqueta e em azul os sítios localizados ao longo do Rio Taquari-Antas 189

GRÁFICO 6 – (A) Percentual geral para a decoração cromática da cerâmica Guarani regional. (B) Percentual por sítio. (C) Uso de cores por sítio. (D) Similaridade estatística entre os sítios com relação a decoração cromática; em vermelho os sítios localizados ao longo do Rio Forqueta e em azul os sítios localizados ao longo do Rio Taquari-Antas..... 191

GRÁFICO 7 – (A) Percentual geral de decoração plástica da cerâmica Guarani analisada. (B) Percentual por sítio. (C) Tipo de decoração plástica por sítio. (D) Similaridade estatística entre os sítios com relação à decoração plástica; em

vermelho sítios localizados ao longo do Rio Forqueta e em azul os sítios localizados ao longo do Rio Taquari-Antas..... 194

GRÁFICO 8 – Similaridade entre os sítios levando em conta todos os atributos avaliados. Em vermelho os sítios do Rio Forqueta e em azul os sítios do Rio Taquari-Antas. Destacado em dourado o *cluster* do sítio RS-T-132 196

GRÁFICO 9 – Percentuais comparativos para a cerâmica Guarani e Jê na região analisada. (A) Tempero. (B) Técnica de Manufatura. (C) Tratamento de Superfície. (D) Cor da Pasta. (E) Decoração (Plástica e Pintura) 202

GRÁFICO 10 – Comparação entre os artefatos líticos da Quadra D2 do sítio RS-T-114 e Quadra A-B do sítio RS-T-132. (A) Produtos de debitagem. (B) Instrumentos. Inserimos o elemento 'outros' como parâmetro comparativo, por exemplo, 'outros' do gráfico de debitagem corresponde aos instrumentos, termóforas e materiais sem alteração. (C) Matéria-prima..... 236

GRÁFICO 11 – Comparação entre a matéria-prima das áreas 1, 2 e Quadra D2 do sítio RS-T-114. 239

GRÁFICO 12 – Tendências cronológicas para o lítico da Quadra D2 do sítio RS-T-114 para Matéria-prima, Debitagem, Instrumentos/Adornos e Marcas de queima. Superficial = sem data. Nível 1 e 2 = 260 ± 30 AP. Nível 3 e 4 = 490 ± 30 AP.. 242

GRÁFICO 13 – Tendências cronológicas para o lítico da Quadra A-B do sítio RS-T-132 para Matéria-prima, Debitagem, Instrumentos e Marcas de queima. Superficial = sem data, Nível 1 = 100 ± 30 AP, Nível 2 = 290 ± 30 AP, Nível 3 = 390 ± 30 AP e Nível 4 = 370 ± 30 AP. 245

GRÁFICO 14 – Comparação entre: (A) Técnica de manufatura. (B) Tempero. (C) Tratamento de superfície. (D) Cor da pasta. (E) Decoração plástica. (F) Decoração cromática na cerâmica da Quadra D2 do sítio RS-T-114 e da Quadra A-B do sítio RS-T-132 249

GRÁFICO 15 – Tendências cronológicas para a cerâmica da Quadra D2 do sítio RS-T-114. Superficial = sem data. Nível 1 e 2 = 260 ± 30 AP. Nível 3 e 4 = 490 ± 30 AP. (A) Técnica de manufatura. (B) Tempero. (C) Tratamento de superfície. (D) Cor da pasta. (E) Decoração plástica. (F) Decoração cromática 252

GRÁFICO 16 – Tendências cronológicas para a cerâmica da Quadra A-B do sítio RS-T-132. Superficial = sem data, Nível 1 = 100 ± 30 AP, Nível 2 = 290 ± 30 AP, Nível 3 = 390 ± 30 AP e Nível 4 = 370 ± 30 AP. (A) Técnica de manufatura. (B) Tempero. (C) Tratamento de superfície. (D) Cor da pasta. (E) Decoração plástica. (F) Decoração cromática..... 255

GRÁFICO 17 – (A) Percentual de espécies entre os NMI. (B) Percentual de vestígios recuperados por área. (C) Percentual de espécies por área..... 279

GRÁFICO 18 – (A) Percentual do grau de fragmentação. (B) Tipo de fragmentação. (C) Grau de preservação do pericarpo das cariopses..... 280

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
.....	39
2 POVOS GUARANI: SOBRE QUEM FALAMOS AQUI?	39
2.1 Língua e Cultura Material	41
2.2 Gênese e Dispersão	48
2.2.1 Origem	48
2.2.2 Cronologia e Rotas de Dispersão	51
2.2.3 Motivação e Ritmo de Deslocamento	55
2.3 Vida na Aldeia	58
2.3.1 Organização Social e o Espaço da Aldeia	58
2.3.2 Parentescos e Lideranças	63
2.4 Economia de Floresta	66
2.4.1 Manejo da Mata	67
2.4.2 Cultivos de Roça	71
3 CONTEXTO AMBIENTAL E ARQUEOLOGIA GUARANI NA BACIA DO RIO TAQUARI-ANTAS	75
3.1 Geomorfologia	78
3.2 Clima	85
3.3 Vegetação	86
3.4 Contexto Arqueológico Guarani	93
3.5 Delimitação da Área de Estudo	97
4 TEMPO E ESPAÇO GUARANI: DISTRIBUIÇÃO DOS SÍTIOS E CRONOLOGIA NA BACIA DO RIO TAQUARI-ANTAS	100
4.1 Metodologia de Análise	103

4.2 O Padrão Hipsométrico, Geomorfológico e Fitoecológico dos Assentamentos Guarani Regionais	111
4.2.1 Sítios Guarani ao Longo do Rio Taquari-Antas	111
4.2.2 Sítios Guarani ao Longo do Rio Forqueta.....	128
4.2.3 Sítios Guarani Fora do Padrão Regional	138
4.3 Cronologia Regional.....	140
5 “THE CANNIBALS ARE COMING”: UMA ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE O AVANÇO GUARANI EM DIREÇÃO AO PLANALTO DAS ARAUCÁRIAS	147
5.1 Metodologia de Análise.....	149
5.2 Efeitos da Chegada Guarani sobre o Território Jê	156
5.2.1 Um Motivo para o Avanço: Poder de Conquista	162
5.2.2 Um Motivo para a Pausa: Fronteiras Impermeáveis?	167
6 ORGANIZAÇÃO REGIONAL DOS ASSENTAMENTOS GUARANI: UM OLHAR A PARTIR DOS ARTEFATOS CERÂMICOS.....	170
6.1 Metodologia de Análise.....	173
6.2 Técnica e Estilo da Cerâmica Guarani Regional.....	180
6.3 Sítios <i>Outliers</i> e Agrupamentos Microrregionais	195
6.4 O Caso das Cerâmicas Intrusivas Jê	199
7 VIDA NA ALDEIA GUARANI: DISCUTINDO <i>HOUSEHOLD</i> NOS SÍTIOS RS-T-114 E RS-T-132	207
7.1 Antecedentes Arqueológicos, Escavação das Manchas e Aspectos Funcionais Preliminares	213
7.1.1 Sítio RS-T-114	213
7.1.2 Sítio RS-T-132	227
7.2 Artefatos Líticos	234
7.2.1 Artefatos Líticos dos Sítios RS-T-114 e RS-T-132: Breve Comparação ..	235
7.2.2 Tendências Cronológicas para o Lítico do Sítio RS-T-114	240
7.2.3 Tendências Cronológicas para o Lítico do Sítio RS-T-132	244
7.3 Artefatos Cerâmicos.....	247
7.3.1 Artefatos Cerâmicos dos Sítios RS-T-114 e RS-T-132: Breve Comparação	248
7.3.2 Tendências Cronológicas para a Cerâmica do Sítio RS-T-114	251
7.3.3 Tendências Cronológicas para a Cerâmica do Sítio RS-T-132	254
7.4 Cronologia.....	259
7.4.1 Modelagem Cronológica Bayesiana para o Sítio RS-T-114.....	263
7.4.2 Modelagem Cronológica Bayesiana para o Sítio RS-T-132.....	266

7.5 Carporrestos Carbonizados	271
7.5.2 Resultados Taxonômicos e Tafonômicos	275
7.4.3 Cultivos de Roça, Uso da Mata: Discutindo a Variabilidade	281
7.6 Função, <i>Status</i> e Permanência: Uma Síntese	288
8 INTERPRETANDO A TRAJETÓRIA GUARANI NA BACIA DO RIO TAQUARI- ANTAS	291
8.1 A Primeira Fase (~A.D. 1400-1500): Poder de Conquista	297
8.1.1 Síntese.....	307
8.2 A Segunda Fase (~A.D. 1500-1630): Transformação Aldeã.....	308
8.2.1 Síntese.....	324
8.3 A Terceira Fase (~A.D. 1630-1800?): Permanência, Regressos e Colapso..	325
8.3.1 Síntese.....	338
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	339
REFERÊNCIAS.....	346

1 INTRODUÇÃO

Nesta tese analisamos a dinâmica de ocupação Guarani ao longo dos mais de quatro séculos em que ela se desenvolveu densamente nas terras baixas da Bacia do Rio Taquari-Antas, Rio Grande do Sul, Brasil. Povos com *ethos* predador e inclinados às guerras de conquista (MILHEIRA; DEBLASIS, 2014, p. 7483), os Tupí-Guaraní promoveram uma expansão territorial sem precedentes desde a Amazônia até porções meridionais da América do Sul, incluindo as zonas de florestas subtropicais do interior do Rio Grande do Sul (BROCHADO, 1989, p. 66-67). Como possuíam um eficiente e plástico sistema de manejo agroflorestal, se estima que modificaram em alguma escala as novas paisagens habitadas (NOELLI, 1993, p. 293-294).

O recorte temporal alcançado por essas populações na região de estudo é bastante interessante. Ele se inicia no período pré-colonial, por volta de ~A.D. 1400, e se estende até o ~A.D. 1800, passando por intricados eventos interétnicos que incluíram contatos com outros indígenas regionais, como os Jê do Sul (que chamaremos simplesmente de Jê neste trabalho), missionários jesuítas, bandeirantes escravizadores de indígenas e muito provavelmente com outros colonizadores europeus. Essas questões formam uma receita sugestiva para se discutir os efeitos transformativos provocados pelos Guarani sobre outros povos enquanto colonizavam novas áreas, bem como sobre as transformações do seu próprio modelo de organização sociopolítico resultantes de crises e das pressões que também sofreram ao longo da história.

Levando em conta que o tema ‘transformações’¹ é o guia investigativo deste trabalho, antes de apresentar com mais detalhes a proposta específica para a Bacia do Taquari-Antas gostaríamos de parar um instante para avaliar o *status* das transformações sociopolíticas e os impactos na paisagem indígena brasileira tomando como exemplo alguns contextos arqueológicos de floresta. O influente *Handbook of South American Indians* (1946-1959) editado por Julian Steward a partir dos anos 1940 foi o primeiro trabalho a propor uma lógica de organização para os povos da América do Sul além da categorização meramente geográfica (CARNEIRO; SCHAAN, 2007, p. 118). Com ideias de Ecologia Cultural em mente, Steward agrupou populações e formas de adaptação ao ambiente obtendo uma tipologia evolutiva de quatro níveis: *The Marginal Tribes*, *The Tropical Forest Tribes*, *The Circum-Caribbean Tribes* e *The Andean Civilizations*. Como os próprios termos sugerem, os níveis de complexidade estariam conectados ao ambiente de estabelecimento. Cada um dos quatro primeiros volumes de *Handbook* foi destinado a enquadrar as populações nativas da América do Sul em algum desses estágios; no quinto volume, artigos como *South American Cultures: An Interpretative Summary* (STEWART, 1949, p. 669-768) deram conta de fornecer uma síntese para essa classificação e, por consequência, um modelo explicativo inicial para a história dos povos indígenas da América do Sul.

O estrato inferior englobaria as ‘tribos marginais’, talvez o mais problemático dos quatro conceitos e já revisitado em vários contextos da América do Sul (e.g. COPÉ, 2006; BONOMO et al., 2011a; 2017; IRIARTE et al., 2013; 2016a; CORTELETTI et al., 2015; LOPONTE et al., 2016; DE SOUZA, 2018; ROBINSON et al., 2018). Foram descritos por Steward (1949, p. 678-697) como povos com unidades sociopolíticas baseadas em parentesco, idade, gênero e atividades econômicas e com o comportamento condicionado por laços informais e muitas vezes inconscientes. Possuiriam rituais para momentos de crise baseados em xamanismo e sua cultura material, apesar de não homogênea, seria considerada simples. Os padrões sociopolíticos variavam de acordo com as condições locais. Sugerindo que as tribos marginais estariam estabelecidas em áreas com recursos

¹ Neste trabalho, utilizaremos aspas simples para dar ênfase particular a conceitos e palavras. Aspas duplas, por sua vez, serão utilizadas exclusivamente para citações de outros autores.

limitados, o tamanho dos grupos, geralmente pequenos bandos, foi interpretado como condicionado à subsistência.

Para as 'tribos da floresta tropical', que incluíam especialmente os povos da Amazônia e algumas populações que ocuparam as matas subtropicais do litoral e do Sul do Brasil, como os Guarani, Steward (1949, p. 697-714) sugeriu que as unidades sociopolíticas também seriam formadas por grupos de parentescos e as diferenciações baseadas em idade, gênero e associações, mas, diferente dos povos marginais, possuiriam agricultura e rede de transporte mais desenvolvidas (em especial as canoas), permitindo unidades sociais maiores e mais estáveis. O controle social continuava informal, exceto em atividades comunitárias como a guerra, que muitas vezes exigia um chefe especial. Possuiriam tecnologias mais elaboradas do que os marginais, mas seus ritos de crise e o xamanismo seriam do mesmo tipo. Enquanto editava *Handbook*, Steward percebeu que alguns povos agrupados originalmente nesse estágio apresentavam organização distintivamente mais complexa e, uma vez que a maioria dessas sociedades circundava o mar do Caribe, ele as nomeou de 'tribos circuncaribenhas' (CARNEIRO; SCHAAAN, 2007, p. 118).

Os circuncaribenhos (STEWART, 1949, p. 714-730), embora semelhantes em tecnologia e cultura material aos povos de floresta tropical, teriam um complexo de subsistência mais eficaz que sustentava aldeias maiores e mais permanentes. As aldeias seriam compostas por grupos não familiares organizados em classes. A guerra levada a cabo pelos povos marginais principalmente por vingança e pelos povos da floresta tropical por vingança e prestígio pessoal teria se tornado um dos principais meios de ascensão social e os cativos de guerra formariam uma nova classe. Se nos estágios anteriores o xamã teria como função principal curar e praticar magia, entre os circuncaribenhos ele também seria o sacerdote. Alguns anos mais tarde esse conceito foi definido como aquele formado por muitas aldeias governadas por líderes subordinados a um chefe supremo, recebendo um nome mais atrativo proposto por Oberg (1955) e logo popularizado pela tipologia de Service (1962): cacicados ou chefaturas (*chiefdoms*). Finalmente, os 'povos dos Andes Centrais' (STEWART, 1949, p. 731-741) teriam a agricultura mais desenvolvida da América do Sul, as populações mais densas, uma eficiente rede de

transporte, sistema hereditário de classes, templos de culto com hierarquias de deuses e sacerdotes, cerimônias públicas e controle político sobre a vida dos subordinados, cuja combinação teria permitido o crescimento de centros urbanos e o controle de grandes áreas. Na tipologia de Service (1962) foram enquadrados como sociedades com Estado.

Handbook organizou provisoriamente o mosaico etnográfico de populações indígenas da América do Sul quando poucas informações arqueológicas estavam disponíveis para essa região (CARNEIRO; SCHAAN, 2007, p. 119). Não é preciso dizer que o uso indiscriminado de ideias deterministas resultou em problemas interpretativos que se estenderam por décadas na Arqueologia Brasileira (NOELLI; FERREIRA, 2007, p. 1253-1256). Para a Amazônia, por exemplo, Meggers (1954, p. 802) concluiu que diferenças na fertilidade do solo, no clima e em outros elementos ambientais determinariam a produtividade da agricultura e essa, por sua vez, regularia a concentração e o número da população, influenciando no desenvolvimento sociopolítico e no nível tecnológico dos povos. Relacionando limitação ambiental com baixa densidade populacional em áreas consideradas pouco ricas, a autora interpretou que em razão do esgotamento dos recursos e das oscilações na oferta de alimentos os grupos se deslocariam periodicamente em curtos intervalos e viveriam em pequenas aldeias. Durante boa parte do seu trabalho afirmou que na Floresta Tropical não teria ocorrido emergência de sociedades complexas do tipo cacicado; essas, quando ali presentes, teriam se difundido a partir das áreas andinas e ao se estabelecerem na Amazônia iniciado um processo de degeneração cultural. Como efeito, ao ter dado uma perspectiva simplista aos amazônicos, os textos de Meggers influenciaram negativamente a forma como outros autores interpretaram a dinâmica dos assentamentos e o estilo de vida das populações das florestas como um todo (NOELLI; FERREIRA, 2007, p. 1255).

Sem esquecer as consequências dessa fase, gostaríamos de virar a página por um instante recordando que anos mais tarde, em *Amazonia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise*, Meggers (1971, p. 121-149) estava consciente da existência de populações complexas ao longo do Amazonas e não mais sustentava que qualquer cacicado dessa região fosse intrusivo (CARNEIRO; SCHAAN, 2007, p. 124). É verdade também que Steward (1949, p. 670), ainda enquanto editava

Handbook, já anunciava que sua classificação deveria ser tomada como provisória por conta das lacunas arqueológicas existentes em todo o Brasil. Embora com algumas décadas de atraso, o recado dado pelo autor foi recebido por parte significativa da Arqueologia brasileira e os dados obtidos especialmente nos últimos 30 anos jogaram novas luzes sobre as antigas interpretações e melhoraram substancialmente o entendimento arqueológico dos trópicos e subtrópicos.

Tomamos como exemplo a própria Amazônia. No lugar de se atestar um ambiente limitado e com baixa complexidade social, hoje se sabe que na época da invasão europeia essa região apresentava um mosaico de populações resolvendo seus problemas de formas variadas, coexistindo sistemas sociopolíticos com infraestrutura técnico-econômica semintensiva e densa domesticação de paisagens, bem como sistemas sociopolíticos e tecnologias mais ‘minimalistas’ e com menos domesticação de paisagens (CLEMENT et al., 2015, p. 6-7). No seio das populações mais densas, a transição do forrageamento para sistemas agrícolas, cujo tempo e a intensidade variaram significativamente em toda a Bacia Amazônica, gerou integração comunitária e amplas redes políticas (e.g. HECKENBERGER; NEVES, 2009; ROOSEVELT, 2014).

Nesses casos, os cultivos casuais e o manejo florestal de pequena escala foram transformados em processos de domesticação de florestas (e.g. SHEPARD; RAMÍREZ, 2011; STAHL, 2015; CLEMENT et al., 2015), na criação de jardins de alimentos, campos cultivados, pomares (e.g. DENEVAN, 2001; ERICKSON, 2008; LEVIS et al., 2012; BALÉE, 2013; CLEMENT et al., 2015), solos antropogênicos (e.g. NEVES et al., 2003; DENEVAN, 2004; WINKLERPRINS; ALDRICH, 2010) e terraplanagens para a melhoria agrícola, uso ritual ou monumental (e.g. SCHAAAN, 2011; CARSON et al., 2014; DE SOUZA et al., 2018), culminando em zonas de maior e menor impacto antropogênico em toda a Amazônia (e.g. CLEMENT et al., 2015). Contrariando as expectativas do passado (MEGGERS, 1954, p. 806-812), hoje se sabe que a Amazônia suportou, no mínimo, entre 8-10 milhões de pessoas (e.g. WOODS et al., 2013) e sua complexidade social não pode ser reduzida unicamente aos conceitos de ‘tribos de floresta tropical’ ou ‘cacicados’ (NEVES, 2015, p. 13-15).

A nova perspectiva desenvolvida na Amazônia deve ser vista aqui apenas como um exemplo, entre tantos outros, de uma nova forma de se olhar as transformações na organização social, política e ecológica das populações indígenas da América do Sul. Os trabalhos que seguem nessa direção têm demonstrado que a emergência de complexidade não passa simplesmente pela oposição entre sociedades simples/igualitárias e complexas/hierárquicas e não necessariamente passa por uma sequência de fases evolutivas (IRIARTE et al., 2016a, p. 11-12). Para os povos das florestas da América do Sul, por exemplo, as respostas para a complexidade parecem estar antes nas relações de parentesco e sistemas de classificação da natureza do que em hierarquias (NEVES, 2015, p. 14), bem como ao contrário de tendências evolucionistas, ocorreram dinâmicas cíclicas de ascensão e declínio em densos povoados (e.g. povoados de Santarém, Ilha do Marajó, Alto Xingu) (NEVES, 2008, p. 371-372). Tampouco a agricultura é vista como fator único e intrínseco à emergência de complexidade (e.g. PRICE; GEBAUER, 1995; ARNOLD, 1996), uma vez que sociedades caçadoras e coletoras podem sustentar modelos econômicos sofisticados baseados em manejos ecológicos e economias mistas (e.g. DENEVAN, 2007; BALÉE, 2013; BONOMO et al., 2017) e intrincados jogos de ideologia e de poder (e.g. ARNOLD, 1996; COUPLAND, 1996).

Assim como destacaram Iriarte et al. (2016a, p. 13), a pergunta agora não é mais o quão complexas são as sociedades (NELSON, 1995), mas como e o que levou a transformação de algumas delas. Hoje se sabe que há uma variedade enorme de caminhos para a transformação e que essa passa especialmente por questões políticas como disputas de poder, momentos de crise, ideologias (e.g. DE SOUZA; MERENCIO, 2013; DE SOUZA et al., 2016a; DE SOUZA, 2018; IRIARTE et al., 2016a), que podem ser observadas por meio de marcadores mais flexíveis como, por exemplo, heterarquias, estratégias corporativas, organização de festins comunitários, redes de interação ou a combinação de muitos desses fatores (e.g. HAYDEN, 1996; BLANTON et al., 1996; CORTELETTI, 2012; IRIARTE et al., 2013; IRIARTE et al., 2016a; DE SOUZA et al., 2016a; DE SOUZA, 2018). Como consequência, algumas dessas transformações sociais levaram a transformações ecológicas mais ou menos impactantes nos espaços (e.g. LEVIS et al., 2012; CLEMENT et al., 2015).

Na dinâmica pré-colonial das terras baixas da América do Sul os falantes da família linguística Tupí-Guaraní, da qual os Guarani fazem parte, ocuparam um lugar especial nas transformações políticas e sociais de outros povos. Enquanto a Amazônia comportou um mosaico significativo de estilos de vida que ali permaneceram por milênios, famílias linguísticas como a Arawak e a Tupí-Guaraní iniciaram em ~3000 AP um longo processo de expansão por corredores de florestas e áreas adjacentes (IRIARTE et al., 2016b, p. 2), desenvolvendo sistemas de interação regional na medida em que se adaptaram e modificaram as paisagens físicas. Enquanto a expansão dos falantes do Arawak é considerada pacífica em muitos aspectos (HECKENBERGER, 2002, p. 99-122), a expansão Tupí-Guaraní foi impulsionada, entre outros motivos, pelo *ethos* predador e o gosto pelas guerras de conquista, gerando pressões interétnicas, conflitos e circunscrição territorial de outros povos (e.g. BROCHADO, 1984; DE SOUZA et al., 2016a; NOELLI; DE SOUZA, 2017).

Apresentamos um exemplo para o caso específico Guarani. Durante o processo de saída do norte em direção ao sul do Brasil, ocuparam preferencialmente as terras baixas que margeavam o Planalto das Araucárias. O Planalto, por sua vez, estava densamente ocupado pelos Jê. Nesse processo, os pesquisadores perceberam que a pressão Guarani sobre o território Jê se intensificou a partir do ~A.D. 1000 e desencadeou eventos de circunscrição territorial (e.g. DE SOUZA; MERENCIO, 2013; DE SOUZA et al., 2016a; DE SOUZA, 2017; NOELLI; DE SOUZA, 2017) que implicou em maior organização comunitária, estratégias de defesa de território e fortificação de lideranças Jê, em especial nas terras mais altas do Planalto das Araucárias. Em vários aspectos o ~A.D. 1000 marca transformações entre os Jê (CORTELETTI; IRIARTE, 2018, p. 1), especialmente observadas a partir da emergência das *sacred landscapes* (e.g. IRIARTE et al., 2013; DE SOUZA et al., 2016a), isto é, a arquitetura cerimonial formada por montículos e estruturas anelares, bem como pela arquitetura doméstica monumental (e.g. DE SOUZA, 2018), pela explosão demográfica e pela rápida expansão da Floresta de Araucária (e.g. BITENCOURT; KRAUSPENHAR, 2006; IRIARTE; BEHLING, 2007) diretamente relacionada ao manejo Jê sobre essa Floresta (ROBINSON et al., 2018; LAUTERJUNG et al., 2018).

Saindo da esfera política, as transformações ocasionadas pelos Guarani também foram, muito provavelmente, econômicas e ecológicas (e.g. NOELLI, 1993; PEREIRA et al., 2016). Embora cultivos domesticados não fossem desconhecidos na Bacia do Rio da Prata antes da chegada desses povos (e.g. BONOMO et al., 2011b; BONOMO et al., 2017), uma vez que a presença do milho (*Zea mays*) e de outros cultivos datam de ~4000 AP para essa área (e.g. IRIARTE et al., 2004; IRIARTE, 2006), a expansão Guarani impactou a região com uma nova forma de produção de alimentos e de manejo de floresta. Quer dizer, os Guarani conheciam uma diversidade enorme de cultivos alimentares domesticados, cujos dados históricos e etnográficos apontam mais de 120 cultivares que incluíam pelos menos 24 variedades de mandioca (*Manihot esculenta*), 21 de batata-doce (*Ipomoea batatas*), 16 de feijões (*Phaseolus* sp.), 13 tipos de milho (*Zea mays*), nove de cará (*Dioscorea* sp.), sete de amendoim (*Arachis hypogaea*), cinco de abóboras (*Cucurbita* sp.), entre muitas outras plantas (PEREIRA et al., 2016, p. 202).

Também mantiveram o estilo de manejo agroflorestal amazônico desenvolvido para funcionar dentro da mata e, durante a conquista territorial, manejaram plantas por mais de dois milênios em um sistema de aldeia-a-aldeia que combinava alta variedade de cultivos anuais com plantas perenes (e.g. NOELLI, 1993; PEREIRA et al., 2016) a partir do uso da coivara (abertura de clareiras na mata e uso do fogo) (SCHEEL-YBERT et al., 2014). Como esse manejo era plástico, se supõe que além das espécies trazidas de longe se apropriaram de espécies novas transformando a ecologia do entorno das novas aldeias (e.g. NOELLI, 1993; PEREIRA et al., 2016).

O impacto sobre o espaço físico e a pressão transformadora Guarani sobre outras populações vem suscitando interesse cada vez maior entre os arqueólogos. Apesar disso, esses temas necessitam de detalhes regionais e de dados arqueológicos mais conclusivos em muitos contextos. O mesmo ocorre com relação às transformações políticas e sociais internas ao *modus operandi* Guarani. Quer dizer, teriam os Guarani também passado por alguma transformação importante na sua organização sociopolítica ao longo do tempo? Enquanto a Arqueologia ainda é uma disciplina pouco acessada para a discussão dessa última questão, os documentos históricos e os dados etnográficos apresentam algumas pistas.

A partir de reflexões sobre os Tupí-Guaraní históricos e atuais, Viveiros de Castro (1986) e Carlos Fausto (1992) destacaram que o domínio político sempre seria assaltado pela incerteza entre esses grupos e que em geral não haveria no *ethos* Tupí-Guaraní estruturas ou instituições políticas fortes, tampouco regras firmes de filiação ou centralização de poder. Sob a perspectiva de Schaden (1962, p. 99) e Catafesto de Souza (2002, p. 250), o sistema econômico Guaraní também apresentaria uma estrutura ‘anárquica’, enquanto não centralizadora, cuja forma de produção seria quase sempre inclinada ao consumo doméstico no seio das famílias- extensas e não no âmbito das aldeias. Apesar disso, não são poucos os autores que sugerem que algo (*sensu* de mudança) acontecia no seio do modelo sociopolítico dos Tupinambá e dos Guaraní imediatamente antes ou durante os primeiros anos de contato com os europeus (e.g. MONTROYA, 1639; P. CLASTRES, 1974; H. CLASTRES, 1975; MELIÀ, 1986; BECKER, 1992; MONTEIRO, 1992; SZTUTMAN, 2005; 2009a). Esses autores destacam o movimento dos grandes xamãs Tupí-Guaraní quinhentistas e seiscentistas (líderes espirituais que devem ser conceituados entre a política e a religião), cuja emergência teria sido estimulada, por sua vez, pelos novos cultos criados na interface com o mundo não indígena (sobretudo cristão e europeu).

Na perspectiva de Clastres (1974), a insurgência desses líderes poderosos teria se tornado uma ameaça ao sistema sociopolítico desagregado e descentralizado dos Tupí-Guaraní. Agindo como uma espécie de força centrípeta, os xamãs quinhentistas e seiscentistas pareciam unir gentes de diferentes proveniências, dissolvendo inimizades em nome de uma busca comum. Para Clastres (1974) esse era um sintoma de que uma faísca de Estado emergia entre esses povos. Para Melià (1986), era a suspeita de que cacicados se formavam. Hoje se sabe que a lógica de Estado e de poder centralizado não se enquadra no *ethos* dessas populações (e.g. VIVEIROS DE CASTRO, 1986; FAUSTO, 1992), contudo, como destaca Sztutman (2009a, p. 20-22), não há como negar que a formação de redes supralocais de lideranças poderia ter implicado em alianças políticas mais estáveis e que a relação entre a emergência dessas lideranças fortalecidas e seus efeitos transformadores sobre a organização sociopolítica Tupí-Guaraní permaneça ainda hoje como um instigante e pouco compreendido problema antropológico.

Várias condições colocam a Bacia do Taquari-Antas como uma área interessante para se investigar possíveis transformações políticas e sociais vividas pelos Guarani sob a influência dos 'outros', bem como o impacto da chegada desses povos de matriz amazônica sobre novos espaços e sobre outros povos. Localizada em um espaço geográfico que pode ser considerado como o interior do território Guarani do Sul do Brasil, a ocupação Guarani nessa região iniciou mais de um século antes do desembarque dos europeus na costa brasileira, avançando pelos períodos de contato e pós-contato. Os vestígios arqueológicos e as datações sugerem que quando se instalaram nas terras baixas, as áreas altas do Planalto das Araucárias estavam densamente ocupadas pelos Jê (e.g. COPÉ, 2006; CORTELETTI, 2008; ROGGE; SCHMITZ, 2009; WOLF; MACHADO, 2018), considerados históricos inimigos (TOMMASINO; ALMEIDA, 2014, p. 22). Embora o padrão de estabelecimento 'terras baixas para os Guarani e terras altas para os Jê' tenha sido observado, foram reportadas situações de pressão ou disputa territorial: sítios Guarani avançando sobre os limites territoriais Jê (e.g. ROGGE; SCHMITZ, 2009), cerâmicas Guarani em sítios Jê (e.g. CORTELETTI, 2008), cerâmicas com estilo Guarani preparadas com matéria-prima Jê (e.g. COPÉ, 2006), além de discreta presença de cerâmica Jê nos últimos sítios Guarani identificados na margem direita do Rio Taquari-Antas (e.g. MACHADO, 2008).

Quando avançamos para o contexto colonial percebemos que a Bacia do Taquari-Antas consistia em uma área periférica do ponto de vista do interesse das primeiras décadas do processo colonial, resultando em um contato tardio com as levadas de missionários jesuítas, bandeirantes e colonizadores europeus quando comparado com outras regiões do Sul do Brasil (cf. NOELLI, 2004a; RELLY et al., 2008; MILHEIRA, 2010). Uma vez que os contatos efetivos passaram a ocorrer no século 17, complexas reações entre indígenas, missionários e conquistadores foram desencadeadas na região, com destaque para conflitos entre lideranças espirituais Guarani, 'as juntas de xamãs', contra jesuítas (DE CRISTO; LAROQUE; MACHADO, 2018, p. 128-129), assim como as ações destrutivas dos bandeirantes escravizadores de indígenas (KREUTZ, 2015, 267-273).

O que podemos vislumbrar a partir desse rápido resumo regional é que a ocupação Guarani na Bacia do Taquari-Antas parece ter sido movida por uma

dinâmica étnica e histórica agitada. Uma primeira questão nos chama especialmente a atenção: vindos de um longo processo de expansão territorial, teriam os Guarani gerado algum impacto sobre os habitantes mais antigos que já estavam inseridos nessa Bacia? Para essa pergunta temos como hipótese que um rápido estabelecimento Guarani nas terras baixas teria implicado em eventos de estresse às populações Jê que estavam inseridas nas proximidades da borda do Planalto das Araucárias gerando movimentação territorial e, pelo menos durante o período pré-colonial, não parece ter ocorrido situações de interação pacífica entre essas populações na área de estudo. Além disso, a chegada Guarani significou a introdução de grande variabilidade de cultivos domesticados para as terras baixas dessa Bacia, que podem ter impactado em alguma medida a economia dos habitantes mais antigos da região.

Como os Guarani eram históricos conquistadores, consideramos que o desembarque dos europeus na costa brasileira significou uma importante mudança de *status* para esses indígenas, uma vez que agora passariam eles a sofrer a pressão de 'forasteiros' em seus territórios. Esse é o ponto central de uma segunda questão: teriam os Guarani sido impactados ou transformados social e politicamente sob o efeito das levas estrangeiras não indígenas? Como hipótese sugerimos que o desinteresse colonial nas áreas do interior do Rio Grande do Sul durante o primeiro século da conquista gerou um efeito *sui generis* para essa região. Ao contrário de uma desestruturação imediata das aldeias, o desembarque dos europeus na costa brasileira em A.D. 1500 resultou em uma maior expansão populacional por pelo menos um século entre os Guarani da Bacia do Taquari-Antas. Essa transformação crescente só foi possível pelo efeito indireto da presença colonial. Quer dizer, as notícias sobre os novos conquistadores teriam estimulado a ascensão de lideranças políticas e espirituais fortalecidas para a defesa regional e solução da 'crise' e, por consequência, gerado coesão aldeã durante mais de um século. No momento do contato direto (a partir de ~A.D. 1630), em especial pelos efeitos das epidemias, reduções e dos escravizadores de indígenas, as populações Guarani declinaram rapidamente nessa região. Os eventos de desestruturação aldeã Guarani não ocorreram, entretanto, de forma homogênea e sincrônica na região: enquanto aldeias localizadas no Médio e Baixo curso do Taquari-Antas foram desestruturadas, alguns núcleos fortalecidos Guarani inseridos no Médio Rio Forqueta, um importante

afluente localizado na porção oeste do Taquari-Antas, resistiram por décadas após os contatos efetivos.

Nossa hipótese central infere, portanto, que os Guarani não foram estáticos frente aos agitados acontecimentos históricos (pré e pós-coloniais) dos últimos séculos e, assim como ressaltado por Pierre Clastres (1963), possuem um sistema sociopolítico ‘sensível a história’. Com essas questões em mente estipulamos como objetivo central analisar as transformações sociopolíticas geradas e sofridas (ressaltamos: transformações essas não de *ethos*) ao longo da história Guarani na Bacia do Taquari-Antas, e dois objetivos específicos foram lançados: 1) discutir o impacto da expansão Guarani sobre o território Jê e 2) analisar os efeitos políticos e sociais ocasionados pela chegada dos estrangeiros não indígenas sobre os territórios Guarani.

Para discutir a hipótese e desenvolver os objetivos analisamos a dinâmica de ocupação Guarani regional seguindo uma linha de raciocínio que partiu de uma perspectiva mais ampla para uma mais específica, implementando análises em escala regional e local. Integramos para isso dados espaciais (distribuição de sítios), cronológicos (datas em Carbono 14 [C¹⁴] e modelagem cronológica bayesiana), de cultura material (análise de artefatos cerâmicos e líticos) e de macrovestígios botânicos (análise de carporrestos carbonizados).

Organizamos a apresentação, as análises, as discussões, a interpretação e a síntese desta tese em 9 capítulos:

Seguindo a **Introdução**, os Capítulos 2 e 3 devem ser considerados como uma apresentação geral dos sujeitos estudados, as populações Guarani, e a área de estudo, a Bacia do Rio Taquari-Antas. No Capítulo 2, **Povos Guarani: Sobre Quem Falamos Aqui?**, discutimos três linhas de pensamento que caracterizam os Guarani sob o ponto de vista que propomos neste trabalho. Analisamos em primeiro lugar questões de identidade conectadas aos aspectos da linguística, da cultura material e da etnicidade. Destacamos elementos gerais sobre as parcialidades atuais e algumas generalizações étnicas sofridas por essas populações ao longo da história. Em segundo lugar apresentamos a ocupação no tempo e no espaço dando ênfase às hipóteses de origem, dispersão territorial, padrão de assentamento e cronologia à

luz de teorias clássicas e de recentes resultados arqueológicos, genéticos e linguísticos. Por fim, apresentamos alguns aspectos da vida na aldeia, focando em questões econômicas referentes ao manejo e ao cultivo de plantas, bem como na organização social e política descrita para os Guarani pela etnografia e por documentos históricos.

No Capítulo 3, **Contexto Ambiental e Arqueologia Guarani na Bacia do Rio Taquari-Antas**, entramos propriamente na região de estudo. Dividimos o capítulo em duas partes. Na primeira fornecemos uma visão geral dos limites e aspectos físicos da Bacia: hidrografia, geomorfologia, clima e vegetação; na segunda, os antecedentes de pesquisa arqueológica para o contexto da Bacia dando destaque ao território Guarani, bem como delimitamos os recortes de análise específicos para esta tese.

Os Capítulos 4, 5, 6 e 7 se constituem como o desenvolvimento e os resultados das análises e devem ser entendidos como a nossa contribuição à história Guarani da região. Partimos de uma lógica ‘macro para o micro’ dividindo as análises em duas partes, como dito acima, em um nível regional (Capítulos 4, 5 e 6) e outro local (Capítulo 7).

No Capítulo 4, **Tempo e Espaço Guarani: Distribuição dos Sítios e Cronologia na Bacia do Taquari-Antas**, demonstramos a distribuição dos sítios no espaço e o padrão hipsométrico, geomorfológico e fitoecológico que englobou o perímetro Guarani analisado. Para ilustrar essas características descrevemos os principais sítios do Rio Taquari-Antas e do Rio Forqueta até então trabalhados. Nessa etapa de análise utilizamos basicamente dados de prospecção de sítios disponíveis para a região, mas adicionamos também dois novos sítios ao cenário regional. Um desses sítios se insere em uma área inédita com relação às prospecções anteriores e permitiu o estabelecimento de novos limites à cartografia Guarani regional. Também apresentamos o quadro cronológico regional inserindo, além das datas já publicadas, quatro novas datas em C¹⁴ para o cenário Guarani. Os resultados dessa etapa de análise foram publicados de forma parcial com pesquisadores colaboradores em Schneider et al. (2017a) e Schneider et al. (2017b).

A análise espaço-temporal demonstrou que algum tipo de pressão social ocorreu entre os Guarani e os Jê que ocupavam contemporaneamente a Bacia do Taquari-Antas. No Capítulo 5, ***“The Cannibals Are Coming”²: Uma Análise Preliminar Sobre o Avanço Guarani em Direção ao Planalto das Araucárias***, avaliamos com mais detalhes esses eventos. Comparamos dados espaciais, temporais e de cultura material referentes ao contexto Jê (cronologia, distribuição de sítios e análise de cerâmica) com os dados sobre a movimentação e instalação Guarani na região, procurando entender como se comportaram espacialmente os antigos habitantes frente à chegada Guarani pelo sul.

No Capítulo 6, **Organização Regional Guarani: Um Olhar a partir dos Artefatos Cerâmicos**, procuramos refinar o entendimento sobre a organização dos assentamentos Guarani regionais, inferindo diferenças sutis entre os sítios ou entre os conjuntos de sítios da área analisada. Dentre as possibilidades de análise abordamos essa questão a partir de amostras de cerâmica, o principal marcador arqueológico Guarani e o único vestígio ubíquo entre os sítios. Analisamos e comparamos fragmentos de uma amostra de sítios obtendo como resultado diferenças técnicas e de estilo para as cerâmicas dos sítios estabelecidos nas margens do Rio Forqueta daqueles estabelecidos no Rio Taquari-Antas, demonstrando para esse último caso a presença de cerâmicas intrusivas que associamos aos Jê.

Finalmente saindo da esfera regional, no Capítulo 7, **Vida na Aldeia Guarani: Discutindo Household nos sítios RS-T-114 e RS-T-132**, direcionamos o olhar às análises de pequena escala. Enquanto nos capítulos anteriores analisamos o estabelecimento, a expansão e a organização regional Guarani, nesse capítulo discutimos alguns detalhes sobre as aldeias. Analisamos para isso duas pequenas ‘janelas arqueológicas’ abertas em manchas de terra preta³ de dois sítios do Médio Forqueta, o RS-T-114 e o RS-T-132. Nessas janelas arqueológicas estabelecemos cronologias refinadas a partir de sequências verticais de datas em C¹⁴ e de

² A parte inicial desse título faz referência a expressão *“The Cannibals Are Coming!”* (Os canibais estão chegando!) escolhida por Brochado (1984, p. 350) como título do seu capítulo sobre a expansão Guarani e Tupinambá.

³ Utilizaremos o termo simplificado ‘mancha de terra preta’ (e.g. MILHEIRA, 2010) para as camadas arqueológicas dos sítios Guarani. Na literatura arqueológica podem aparecer termos como ‘camada de solo antropogênico’ ou ‘núcleo de solo antropogênico’ (SOARES, 2004) e devem ser entendidos como sinônimos.

modelagem cronológica bayesiana, analisamos fragmentos de cerâmica e artefatos líticos conforme sua tendência temporal e recuperamos e analisamos carporrestos carbonizados. Obtivemos como resultado o tempo de permanência e a dinâmica de ocupação das aldeias, mudanças na cultura material ao longo do tempo, aspectos sobre o uso dos espaços desses sítios, bem como dados sobre a economia Guarani. Com relação a esse último aspecto, identificamos uma parcela significativa de plantas domesticadas introduzidas na região, bem como a exploração e o consumo de plantas locais. Uma vez que essas são classes de evidências ainda pouco acessadas pela Arqueologia Guarani, também contribuíamos ao demonstrar a potencialidade desse campo de análise para o contexto arqueológico desses povos.

O Capítulo 8, **Interpretando a Trajetória Guarani na Bacia do Rio Taquari-Antas**, deve ser considerado como a discussão final dos resultados apresentados nos capítulos anteriores, constituindo o argumento central que compõe esta tese. Dividimos o capítulo em três partes que representam três fases históricas da ocupação Guarani que propomos para a Bacia do Taquari-Antas. A primeira fase corresponde à chegada Guarani em ~A.D. 1400 e se estende até ~A.D. 1500 e é o resultado de um forte pulso de expansão populacional que provavelmente partiu das áreas mais antigas das ocupações do oeste. Nessa fase a presença Guarani impactou o histórico território Jê do Planalto das Araucárias, cujos efeitos de circunscrição às terras mais altas foram observados. Além disso, observamos que algumas aldeias Guarani passavam pouco a pouco a crescer e a se tornarem prestigiosas no contexto regional. A partir do ~A.D. 1500, iniciando a segunda fase, a ocupação Guarani passou por um momento significativo de criação de novas aldeias em direção às áreas periféricas. Interpretamos esse crescimento regional, entre outros motivos, como um efeito da ação indireta da presença dos europeus na costa brasileira e que teria levado à emergência de lideranças Guarani fortalecidas e uma maior coesão aldeã. O crescimento regional durou até ~A.D. 1630, configurando o início do terceiro e último momento para a história Guarani na Bacia do Taquari-Antas, quando a chegada dos missionários jesuítas e dos bandeirantes escravizadores de indígenas ocorreu de maneira efetiva na região. Embora para esse período tradicionalmente se relate o colapso das aldeias Guarani, mostraremos que na Bacia do Taquari-Antas o processo de desestruturação Guarani tardou a ocorrer no Médio Rio Forqueta, ultrapassando algumas décadas ou mais de um

século a saída efetiva dos primeiros estrangeiros europeus da região. Após essa fase, o destino dos Guarani passa a ser desconhecido para a nossa região de estudo.

Em **Considerações Finais** apresentamos a síntese e os argumentos finais desta tese, incluindo alguns pontos ainda sem respostas sobre a ocupação Guarani na Bacia do Taquari-Antas e sua relação com os ‘outros’ que estiveram por ali, bem como sobre o uso e manejo do ambiente. Incluímos ainda questões que consideramos importantes enquanto pauta para pesquisas futuras.

Por fim, destacamos que esta pesquisa está vinculada ao Projeto “Arqueologia, História Ambiental e Etno-História do RS” (que abreviaremos para PAHAERS neste trabalho) e foi desenvolvida no Laboratório de Arqueologia da Universidade do Vale do Taquari (Labarq-Univates), ambos coordenados pela arqueóloga Neli T. G. Machado. Foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a partir da concessão de bolsa de doutorado na modalidade PROSUC-Capes (Processo 88887.162614/2018-00) e bolsa de doutorado na modalidade Doutorado-Sanduiche no Exterior (Processo 88881.134043/2016-01) realizado no Laboratório de Arqueobotânica da Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), bem como a partir de fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) aprovado aos Projetos “Arqueologia e assentamentos pré-coloniais nas Bacias Hidrográficas Taquari/Antas, RS” (Processo 444530/2015-0), “Arqueologia, História Ambiental, Arqueobotânica e Zooarqueologia” (Processo 443684/2014-6) e “Cenários Pré-Coloniais na Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas, RS” (Processo 409380/2013-0).

2 POVOS GUARANI: SOBRE QUEM FALAMOS AQUI?

Viveiros de Castro destacou na década de 1980 (1986, p. 99-100) que a produção etnológica, os textos em língua nativa e o material histórico sobre os Guaraní seria superior, provavelmente, ao que se dispõe para todos os demais povos da mesma família linguística reunidos. Também entre as populações indígenas do Sul do Brasil os Guaraní estão entre os que possuem a maior quantidade de dados arqueológicos disponíveis (NOELLI, 1999-2000, p. 247). Dessa forma, o conhecimento sobre eles pode ser entendido como uma ‘província’ quase separada dos outros Tupí-Guaraní (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 100) e muitas vezes o excesso de estudos resultou na impressão de que todos os temas possíveis já estariam esgotados (MENGHIN, 1962). Essa última impressão é falsa, entretanto. Enquanto os mitos e as exegeses (e.g. MONTOYA, 1639; CADOGAN, 1959; SCHADEN, 1962; H. CLASTRES, 1975; MELIÀ, 1986; NIMUENDAJÚ, 1987) e a morfologia social dos Guaraní etnográficos (e.g. SUSNIK, 1975; 1979-1980; NOELLI, 1993; SOARES, 1997) é bem conhecida, é preciso recordar que a maioria das considerações voltadas ao período pré-colonial (em especial sobre a economia, a gestão de recursos, a vida nas aldeias e a organização sociopolítica) são baseadas em modelos não testados ou em *insights* interpretativos etnográficos bastante prováveis, mas que não receberam estudos arqueológicos sistemáticos. Noelli (1993, p. 3) chegou a comparar, sem exageros, a Arqueologia Guaraní da década de 1990 com uma “criança de 121 anos”.

Duas questões são indispensáveis como ponto de partida para se compreender o *status* em que se encontram as pesquisas arqueológicas sobre os

Guarani de uma forma geral. A primeira é que ela nasceu intimamente ligada à Etnologia e muitas das interpretações são inspiradas em fontes etnográficas ou em relatos históricos do processo colonial (e.g. NOELLI, 1993; SOARES, 1997). Enquanto essas são fontes preciosas para se inferir aspectos sutis da forma de vida Guarani, bem como para a geração de modelos interpretativos, quando utilizadas para conexões diretas sem levar em conta o contexto histórico que envolveu a escrita, podem se tornar inconsistentes. Um exemplo pode ser encontrado na visão limitada que os jesuítas aplicaram sobre os aspectos simbólicos dos Guarani ou mesmo nos relatos que descrevem esses povos já em declínio demográfico, com perdas na complexidade alimentar e durante as intensas movimentações territoriais desencadeadas pelo processo colonial.

A segunda questão é que há uma forte tendência à homogeneização dos Guarani do passado (cf. discussão em SOARES, 2001; 2012; SCHIAVETTO, 2003; EREMITES DE OLIVEIRA, 2007; CORRÊA, 2014). Esse efeito possui como origem justamente a utilização exagerada de fontes históricas que apresentam um Guarani genérico, bem como está marcada pela tendência de se analisar os conjuntos arqueológicos, especialmente a cerâmica, quase que exclusivamente sobre a perspectiva das semelhanças. Com relação a esse último ponto, gostaríamos de lembrar que mesmo que exista uma cultura material aparentada ao longo de uma extensa rede de sítios arqueológicos das terras baixas do Leste da América do Sul, que essa cultura material esteve associada aos falantes do Tupí-Guaraní e que essa família apresenta uma diferenciação mínima no nível linguístico, é preciso considerar que os estudos etnográficos têm demonstrado que há uma “elevada heterogeneidade” na morfologia social desses povos (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 106) e que essas particularidades, com poucas exceções (e.g. CORRÊA, 2014), ainda são pouco exploradas a partir da cultura material.

Com essas questões em mente discutiremos neste Capítulo detalhes sobre os aspectos linguísticos, de cultura material e das parcialidades atuais não esquecendo as generalizações que o conceito Guarani sofreu ao longo do tempo. Logo depois situaremos os Guarani no espaço e no tempo dando ênfase à origem, aos deslocamentos territoriais, áreas preferenciais de assentamento, cronologia, aspectos da organização social e política. Destacaremos ainda detalhes econômicos

da vida na aldeia, em especial sobre o manejo da paisagem, consumo de plantas e produção de alimentos domesticados, embora a economia Guaraní vá muito além desses aspectos. Para temas como a política, a organização social e a economia, quase tudo o que está disponível na literatura advém de textos históricos ou interpretações etnográficas.

2.1 Língua e Cultura Material

Os primeiros exploradores das terras baixas do Leste da América do Sul observaram que línguas estreitamente relacionadas eram faladas quase que interruptamente sobre uma área de ~6.000km que envolvia a desembocadura dos rios Amazonas e Pará até o estuário do Prata, assim como em grande parte do litoral atlântico brasileiro (BROCHADO, 1989, p. 66). Hoje se sabe que esse contingente populacional estava associado ao Tronco Linguístico Tupí (RODRIGUES, 1964) que atualmente reúne cerca de sessenta línguas divididas em 10 famílias linguísticas: Awetí, Mawé, Mundurukú, Jurúna, Arikém, Tuparí, Ramaráma, Mondé, Puruborá e Tupí-Guaraní (RODRIGUES; CABRAL, 2012). Dessas, atualmente as nove primeiras estão distribuídas em uma área relativamente reduzida entre os rios Madeira, Xingu e Amazonas, enquanto que a família Tupí-Guaraní foi a única que se expandiu para fora da Amazônia (BROCHADO, 1989, p. 67), realizando uma das maiores expansões linguísticas da América do Sul (IRIARTE et al., 2016b).

Integrando dados arqueológicos a esse mosaico linguístico, Corrêa (2014, p. 212-215) sugeriu cinco distintos conjuntos cerâmicos associados ao Tronco Tupí. Os conjuntos foram denominados pelo autor como 'Tupi norte-ocidental', representado por cerâmicas encontradas ao sul do Rio Amazonas entre as bacias dos rios Madeira-Guaporé e do Tapajós; 'Tupi norte-oriental', representado por cerâmicas encontradas a leste da Bacia do Rio Tapajós até as bacias dos rios Gurupi-Tocantins; 'Proto-Tupinambá', representado por cerâmicas encontradas a leste das bacias dos rios Gurupi-Tocantins até a costa da região nordeste e norte do Estado

da Bahia; ‘Tupinambá’, apresentando cerâmicas encontradas da região Nordeste até a costa do Paraná e de porções do interior até o Estado de Mato Grosso; e, por fim, o conjunto ‘Guarani’ representado por cerâmicas encontradas ao sul da Bolívia e do Mato Grosso até a foz do Rio da Prata, incluindo ainda o litoral sul até na altura do Estado do Paraná.

É importante destacar que esses conjuntos não representam o mesmo grau de diferenciação entre si, tal como se representassem cinco contingentes populacionais homogêneos. Corrêa (2014, p. 215) sugere que até o momento é possível inferir que o conjunto cerâmico ‘Tupi norte-ocidental’ estaria associado aos falantes de distintas línguas do Tronco Tupí; o conjunto ‘Tupi norte-oriental’ associado a diferentes grupos falantes de línguas do Tronco Tupí e da família Tupí-Guaraní; e o conjunto ‘Proto-Tupinambá’ formado por falantes de uma língua Proto-Tupinambá e pela língua Tupinambá propriamente dita. Mais ou menos convencionado está hoje que os conjuntos ‘Tupinambá’ e ‘Guarani’, com algumas ressalvas, são correspondentes às populações historicamente conhecidas como Tupinambá e Guarani, e que foram associadas arqueologicamente à Tradição Tupiguarani⁴ segundo a classificação realizada pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa) (CHMYZ, 1969). Antes de seguir para uma breve caracterização dos pontos mais emblemáticos desses dois últimos conjuntos, é necessário recordar o fato de que os conjuntos ‘Tupi norte-ocidental’ e ‘Proto-Tupinambá’ tratam-se de tentativas iniciais do autor em subdividir o que foi chamado de ‘Tupi do Norte’ e de que, sobretudo na Amazônia, são necessárias novas subdivisões (CORRÊA, 2014, p. 215).

Apesar de guardar uma série de elementos em comum, o conjunto cerâmico Tupinambá apresenta as morfologias mais peculiares quando comparado aos demais conjuntos do Tronco Tupí apresentados por Corrêa (2014, p. 240). Três são

⁴ Para essa Tradição as cerâmicas foram descritas como possuidoras de borda reforçada típica e, a não ser no caso de vasilhas pouco profundas, fundo redondo ou cônico. Quando pintadas apresentam decoração linear, curvilínea e pontilhada em cores escuras (vermelha, marrom ou preta) aplicadas com ‘pincel’ (qualquer tipo de objeto com essa função) sobre fundo branco (engobo) (e.g. BROCHADO, 1973; 1984; LA SALVIA; BROCHADO, 1989; PROUS, 2005). Além da policromia, a Tradição foi definida por apresentar variadas decorações plásticas na cerâmica, com destaque para o corrugado (pressão lateral dos dedos na pasta fresca) (BROCHADO, 1984) que parece criar uma textura semelhante ao ‘couro de jacaré’ (PROUS, 2005). A Tradição Tupiguarani também inclui como marcadores enterramentos em urnas funerárias, adornos labiais do tipo *tembetá* e machados polidos (CHMYZ, 1969).

as morfologias mais características. A primeira e mais representativa são as vasilhas abertas de contorno quadrangular, oblongas ou elípticas com bordas reforçadas externa e internamente; com bases que tendem a ser planas, embora também haja convexidade em alguns casos; os acabamentos de superfície com pinturas possuem linhas pretas finas, pontos pretos e faixas vermelhas. Um segundo tipo de vasilha bem característico é a duplamente cambada, comumente com aberturas elípticas ou oblongas e com bases planas ou convexas. Por fim, apesar de se associar ao conjunto Tupinambá uma preponderância de vasilhas abertas, os grandes *cambuchí* de ombros escalonados, como aqueles dos Guarani, também são encontrados da região Sudeste até a área central do Estado da Bahia, com raros registros a norte de Pernambuco, cujas principais diferenças com relação aos *cambuchí* Guarani são a ausência de borda extrovertida e as bases são convexas ou planas.

Ao contrário do conjunto Tupinambá que apresenta as morfologias mais peculiares do Tronco Tupí, o conjunto Guarani apresenta diversos elementos comuns às cerâmicas etnográficas e arqueológicas dos demais quatro conjuntos descritos por Corrêa (2014, p. 246-248), indicando que a cerâmica Guarani se modificou muito menos do que a cerâmica Tupinambá. Entre as características mais pronunciadas destaca-se maior variedade e frequência de acabamentos plásticos do que entre os demais conjuntos; os contornos de abertura quase sempre são circulares e apenas raramente aparecem como elipses; bem como os contornos complexos com marcada presença de carenas e acinturamento são frequentes.

Quando comparamos especificamente a morfologia e a pintura das cerâmicas Tupinambá e Guarani é possível observar diversos fatores diferenciadores. A cerâmica Tupinambá se destaca pela variabilidade estilística das suas pinturas, onde predominam motivos curvilíneos e até antropomórficos (e.g. PROUS, 2005; BUARQUE, 2010), aparecendo geralmente na parte interna dos grandes vasos abertos (entre 0,30 e 0,75m de diâmetro) circulares, ovais ou quadrangulares, apresentando um acabamento gráfico sempre muito fino. A forma das vasilhas, por sua vez, geralmente é mais simples do que a da cerâmica Guarani, que possui complexos jogos de volumes, ombros escalonados e grandes tamanhos (até um metro de diâmetro). A pintura na cerâmica Guarani também é frequente, mas aparece como faixas horizontais paralelas, decoradas por frisos geométricos e

linhas, sem pontos de reforço (e.g. BROCHADO, 1980; PROUS, 2005). Os motivos incluem ondas, retângulos, cruzeiros, marcas de dedos e apresentam regularidade monótona que contrasta com a variabilidade Tupinambá (PROUS, 2005, p. 27).

Por fim, é preciso considerar que há uma continuidade mais acentuada entre os conjuntos cerâmicos 'Guarani' e 'Tupi norte-oriental' do que esses com relação ao conjunto Tupinambá (CORRÊA, 2014, p. 248).

Os conjuntos cerâmicos associados aos Guarani e aos Tupinambá apresentavam uma grande dispersão espacial no momento da conquista europeia, seguida pelos seus respectivos fabricantes, mas os territórios não se sobrepunham entre si, existindo uma espécie de 'fronteira' Tupinambá-Guarani que se estendia desde o Estado de São Paulo (e.g. BROCHADO, 1980; 1984; SCATAMACCHIA, 1990) até o Mato Grosso do Sul (KASHIMOTO; MARTINS, 2013). A partir dos primeiros contatos, um dramático processo de redução demográfica teve início entre esses ceramistas. A desestruturação Tupinambá foi especialmente drástica porque habitavam, além de territórios do interior, amplas áreas de fácil acesso na costa brasileira. Enquanto o destino dos Tupinambá que escaparam ao etnocídio colonial ainda é pouco compreendido (MONTEIRO, 1992), os Guarani, embora também habitassem zonas costeiras, estavam especialmente inseridos nas remotas florestas do interior do continente e hoje ainda formam um contingente indígena importante.

Atualmente existem vários grupos aparentados aos Guarani contemporâneos, como os Chiriguano⁵, Tapieté e Izoceño da Bolívia, bem como os Xetá e Aché-Guayaki (e.g. MELIÀ; SAUL; MURARO, 1987; ASSIS; GARLET, 2004), mas geralmente são descritas três parcialidades diretamente relacionadas aos Guarani: os Kaiowá, os Nandeva e os Mbya (e.g. LADEIRA, 2007; 2008).

Os Kaiowá, conhecidos como Paí ou Tavyterã no Paraguai, possuem aldeias na região oriental do Paraguai e no sul do Mato Grosso do Sul. Os Nandeva (ou Ava-Xiripa no Paraguai) concentram-se entre os rios Jejuí Guazú, Corrientes e Acaray e no Brasil vivem em aldeias situadas no Mato Grosso do Sul, no interior dos Estados de São Paulo, do Paraná e do Rio Grande do Sul e no litoral de Santa

⁵ Chiriguano é um etnônimo de origem Quechua para designar os Guarani do Chaco e do oriente boliviano (LOPONTE; ACOSTA, 2013, p. 199).

Catarina. Os Mbya estão presentes em várias aldeias na região oriental do Paraguai, no Nordeste da Argentina (Província de Misiones), no Norte do Uruguai, no interior e no litoral dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, bem como em várias aldeias junto à Mata Atlântica do litoral do Estado do Espírito Santo, no Nordeste do Brasil. Também na região Norte se encontram famílias Mbya que vieram para o Brasil após a Guerra do Paraguai ocorrida entre 1864-1870 (LADEIRA, 2007; 2008).

Considerando a dinâmica de movimentações indígenas entre as distintas regiões, os cálculos demográficos disponíveis não passam de estimativas. Com base na Fundação Nacional da Saúde (Funasa), órgão que apresenta o maior controle numérico das terras indígenas brasileiras, Ladeira (2007) avalia que no Brasil os Guaraní somariam 45.000 pessoas (23.000 Kaiowá, 12.000 Nandeva e 10.000 Mbya); no Paraguai 46.000 e na Argentina se concentrariam em um número de 4.500, quase exclusivamente de Mbya. Estimativas mais recentes apresentam valores mais elevados: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) estima 60.000 para o Brasil e o Mapa Guaraní Continental (2016) 85.000 para o Brasil, 83.000 para a Bolívia (composto basicamente por Chiriguano), 61.000 no Paraguai e 54.000 na Argentina, somando um número de ~280.000 pessoas.

Ainda não há um consenso sobre qual é a escala de diferenciação entre essas três parcialidades, cuja classificação é baseada mais em um esforço etnográfico de Schaden (1962) e linguístico de Rodrigues (1964) do que em uma autodenominação indígena (LADEIRA, 2007). Apesar disso, se sabe que há uma variação linguística entre elas (ASSIS; GARLET, 2004) e que as próprias parcialidades utilizam apodos para se diferenciar entre si. Por exemplo, *Txiripá í* é como os Mbya chamam os Nandeva que, por sua vez, chamam os Mbya de *Tambéaópé* (veste característica de algodão), *Txeirú* ou *Ñaneirú* (nossos amigos). Os Kaiowá do Paraguai seriam chamados pelas outras parcialidades como *Tembekuá* (referente à perfuração masculina do lábio inferior) (SCHADEN, 1962). Para a comunidade não indígena, à exceção dos Kaiowá que se autodenominam como tal, os Mbya e os Nandeva se autodenominam como os autênticos Guaraní (LADEIRA, 2007; 2008).

A presença das parcialidades atuais pode ter alguma relação com as diferenciações políticas descritas pelos espanhóis do século 16, embora ainda não exista conexão segura sobre isso. Durante os primeiros contatos foram descritas distintas ‘províncias’ ou ‘nações’ Guaraní que possuíam independência política e líderes próprios. Para o Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, o jesuíta Carlos Teschauer (1929) organizou um mapa etnográfico com informações históricas dividindo o território Guaraní em cinco parcialidades. Os ‘Guaranis’ estariam estabelecidos entre os rios Uruguai e Jacuí, no oeste do Estado; os ‘Tapes’ ao sul do Baixo Jacuí e no interflúvio dos rios Jacuí e Taquari-Antas. O Rio Taquari-Antas, área de análise desta tese, marcaria ainda uma importante divisão de parcialidades identificada por Cristóval de Mendoza no século 17: na porção oriental desse rio até o mar, ‘em umas serras muito férteis e abundantes de comida’, existiria uma província chamada ‘Caágua’. A porção oriental da Laguna dos Patos estaria ocupada, por sua vez, pelos ‘Arachanes’ (considerados por Teschauer como um povo guaranizado) e, por fim, no litoral gaúcho estariam estabelecidos os ‘Carijós’. Além do Rio Grande do Sul, os exemplos de distintas províncias são frequentes em todo território Guaraní colonial (Chiriguano para a Bolívia, Cariós para o Paraguai, Itatines para o Estado do Mato Grosso do Sul, entre outros) (MÉTRAUX, 1948; SCATAMACCHIA, 1990).

Com o tempo essas populações foram paulatinamente reduzidas a um denominador comum (cf. discussão em SOARES, 2001; 2012; SCHIAVETTO, 2003; EREMITES DE OLIVEIRA, 2007; CORRÊA, 2014), cuja origem das generalizações deve ser buscada, antes de mais nada, no tempo dos primeiros contatos com os conquistadores. Paramos um instante para analisar essa questão. Existem várias teorias para a criação do termo genérico ‘guaraní’. Nos escritos do jesuíta Félix de Azara do século 18, consta, por exemplo, que o termo surgiu da designação *Guaraní-epitá*, nome do lugar onde teria ocorrido a batalha de Lambaré, o primeiro encontro armado entre os indígenas e os espanhóis comandados por Juan de Ayolas (ROULET, 1993). O termo significaria, simplesmente, *lugar donde se dejó la pelea o batalla*. Como muitos outros povos possuíam a mesma língua falada pelos indígenas combatentes, passaram a chamá-los de *los de la batalla* ou *guaranís*. Essa designação perdeu sentido com o tempo, mas continuou a ser utilizada e, de fato, o termo Guaraní aparece consolidada nos relatos de Luíz Ramírez em 1528,

considerado por Ruiz de Montoya (1639) como um dos primeiros a cunhar oficialmente a palavra, bem como nos relatos de Cabeza de Vaca (1987 [1541]).

Analisando o termo sob a ótica política (EDELWEISS, 1947, p. 46-49; CORRÊA, 2014, p. 27-29), ainda na primeira metade do século 16 os espanhóis teriam sido os principais responsáveis pela diferenciação entre quem seria ‘Guarani’ e quem seria ‘Tupinambá’. Resumindo o argumento de uma forma bastante direta, é possível dizer que pela necessidade de se definir e categorizar aliados e inimigos, os Guarani foram considerados aliados dos espanhóis e os Tupinambá aliados dos portugueses, sugerindo que essas denominações têm em si mais relação com a distribuição geográfica desses povos e de alianças políticas com os colonizadores do que propriamente com suas características étnicas de autoafirmação.

Foi nesse tempo também que algumas definições gerais acerca do *ethos* Guarani foram estabelecidas. Ramírez (1528, p. 27) apresentou um Guarani canibal, guerreiro e que vivia em permanente conflito com os habitantes das fronteiras dos seus territórios:

Aquí con nosotros esta otra generación que son nuestros amigos, los cuales se llaman Guarenis o Chandis: estos andan derramados por esta tierra, y por otras muchas como corsarios a causa de ser enemigos de todas naciones, y de otras muchas que adelante diré: son gente muí traidora, todo lo que hacen es con traición. Estos señorean gran parte de la India y confinan con los que habitan en la sierra. Estos tienen mucho metal de oro y plata en muchas planchas y orejeras, y en anchas con que cortan la montaña para sembrar: estos comen carne humana.

Após ~A.D. 1600, a imagem cunhada por Ramírez foi substituída por outra bem mais perigosa construída pelos viajantes, cronistas e especialmente pelos jesuítas: a de que os indígenas eram incapazes de pensar prospectivamente e de autogovernar-se (MELO DE OLIVEIRA, 2010). Melo de Oliveira (2010) destaca que especialmente os padres Antonio Sepp e José Cardiel trocaram a imagem do Guarani guerreiro pela imagem do Guarani dócil e passivo. Os Guarani inventados pelo padre Sepp eram de uma ‘doçura’ e de uma ‘resignação’ tocante, aceitando tudo sem reclamar, inclusive os castigos físicos, construindo o que Maeder (1992) chamou de *el mito de la pasividad guarani*. Além disso, com os jesuítas a

homogeneização em torno dos Guaraní não só continuou como também aumentou: a população das reduções tinha na língua Guaraní seu principal idioma e no ‘povo Guaraní’ o seu principal elemento humano. Silva (2011) recorda que nas reduções, assim como o próprio nome já diz, os jesuítas tentaram reduzir diferenças de uma ampla diversidade cultural a uma única população de indígenas, deixando a confusão com relação à diversidade étnica ainda mais sensível. Hoje sabemos que as ‘Missões de Índios Guaraní’ eram compostas, na verdade, por uma pluralidade étnica relevante (tanto de parcialidades Guaraní como de outras etnias) que se manteve nas sombras dos escritos históricos até pouco tempo (BAPTISTA, 2009; SILVA, 2011).

2.2 Gênese e Dispersão

O debate sobre a identidade Tupí-Guaraní e sua relação com as particularidades regionais possui um longo campo a ser explorado. Por outro lado, não há dúvidas entre os pesquisadores de que essas populações são conectadas a uma identidade originária amazônica, remontando uma longa história de desenvolvimento e expansão pelas terras baixas tropicais e subtropicais do Leste da América do Sul. Paramos um instante para discutir a dimensão espacial e temporal atingida pelos Tupí e Tupí-Guaraní do passado, dando destaque para os povos Guaraní.

2.2.1 Origem

O interesse acadêmico sobre a gênese Tupí remonta quase dois séculos. Seguindo a síntese de Noelli (1996, p. 11-18), as primeiras teorias sobre a origem desse Tronco linguístico foram apresentadas ainda no século 19 por Karl von Martius. Martius estipulou que a região entre o Paraguai e o Sul da Bolívia seria a possível porta de entrada humana para o Leste da América do Sul, bem como

também foi o autor que estruturou a teoria degeneracionista indígena, imaginando que enquanto migravam para as áreas de floresta os povos degeneravam culturalmente. Logo depois D'Orbigny deslocou a origem Tupí mais para o leste, sugerindo uma região entre o Paraguai e o Brasil. Mais a leste ainda, Steinen propôs as cabeceiras do Rio Xingu, no Brasil Central. Ehrenreich argumentou que a região de origem deveria ser buscada em meio ao maior contingente de indígenas falantes do Tupí-Guaraní que ainda estivessem vivos, isto é, no Paraguai e nas áreas adjacentes. Schmidt propôs as nascentes do Rio Amazonas, no Peru. Freitas sugeriu a região situada entre as cabeceiras do Rio Madeira, também no Lago Titicaca, nos rios Beni e Araguaia. Garcia, baseado em Ehrenreich, sugeriu a área entre os rios Paraguai e Paraná; Krause uma região aproximada a dos Omágua e Kokáma, entre os rios Napo e Juruá.

Enquanto essas primeiras teorias sugeriram locais muito diversos e não apresentavam qualquer sistemática científica, Alfred Métraux (1928) pode ser considerado como um divisor de águas das primeiras teorias (NOELLI, 1996). O autor comparou geograficamente a cultura material e deduziu que o centro de origem seria uma região vizinha à Amazônia, utilizando a lógica de que os Tupí apresentavam influências setentrionais e amazônicas na sua cultura material. Estipulou que a área seria limitada ao norte pelo Rio Amazonas, ao sul pelo Rio Paraguai, a leste pelo Rio Tocantins e a oeste pelo Rio Madeira. Nos anos seguintes os linguistas passaram a apresentar hipóteses consistentes: Aryon Rodrigues (1964), especialmente a partir do método léxico-estatístico e da noção de que a maior concentração das famílias de um tronco linguístico em uma mesma área levava ao ponto de origem de uma protolíngua propôs que o centro de origem dos Tupí deveria ser procurado em algum ponto do Rio Guaporé. Migliazza (1982) propôs que seria entre os rios Ji-Paraná e Aripuanã, tributários do Rio Madeira; Greg Urban (1992), por sua vez, entre os rios Madeira e Xingu para o Tronco e para a Família Tupí-Guaraní.

Entre os arqueólogos, as primeiras teorias consistentes foram formuladas por Meggers (1971; 1975), Meggers e Evans (1973), Lathrap (1970) e Brochado (1984). Apesar da inicial suposição de Meggers sobre uma origem andina, logo essas assertivas foram trocadas pela ideia de uma origem localizada na planície

amazônica, a leste do Rio Madeira (fronteira Brasil-Bolívia), levando em conta que ali se concentrava o maior número de famílias do Tronco Tupí (MEGGERS; EVANS, 1973). Lathrap (1970) e Brochado (1984) concluíram, por sua vez, que a origem Tupí estaria na Amazônia central, na confluência entre os rios Madeira e Amazonas, mesmo local sugerido pelos autores para a gênese das cerâmicas policrômicas associadas aos falantes do Tupí. Na Arqueologia Brasileira é muito conhecida a dicotomia de ideias entre os dois primeiros autores e os dois últimos, formando seguidores de um ou de outro lado. As divergências se estendem para outros temas e são especialmente populares com relação às rotas de dispersão. Um debate mais detalhado sobre essas diferenças pode ser acessado, entre outros autores, em Noelli (1993; 1996) e Corrêa (2014).

A partir de dados arqueológicos mais recentes, hoje se sabe que a origem Tupí não deve ser buscada na Amazônia central (ALMEIDA; NEVES, 2015), uma vez que as cerâmicas policrômicas dessa região não são mais antigas do que em outras partes da Amazônia (HECKENBERGER; NEVES; PETERSON, 1998). As pesquisas têm sugerido cada vez mais o sudoeste amazônico como área de origem Tupí. Apesar dos poucos dados arqueológicos existentes para essa região (MILLER, 2009; ZIMPEL NETO, 2009), os resultados linguísticos (MIGLIAZZA, 1982; MILLER, 2009; RODRIGUES; CABRAL, 2012; WALKER et al., 2012; ERIKSEN; GALUCIO, 2014) tem sugerido fortemente a Bacia do Alto Rio Madeira como o centro de origem do Tronco Tupí. Esses trabalhos estimam uma divisão inicial entre ~5000-3000 AP para o Tronco e demonstram que cinco das 10 famílias estão restritas ao moderno Estado de Rondônia, no sudoeste da Amazônia (ERIKSEN; GALUCIO, 2014). A morfologia craniana (NEVES et al., 2011) e os dados genéticos (MARRERO et al., 2007; SANTOS et al., 2015) também apoiam essa região como o local de origem. Santos et al. (2015) demonstraram a partir da variabilidade autossômica e marcadores genéticos uniparentais (cromossomo Y e mtDNA) que a expansão inicial se dirigiu à Bacia dos Rios Madeira e Guaporé e, a partir de ~2800 AP, uma disseminação continental associada aos Tupí teria ocorrido (AMORIM et al., 2013; SANTOS et al., 2015).

Almeida e Neves (2015, p. 499-500) destacam, por outro lado, que não há documentação que ateste a presença de grupos associados especificamente à

Família Tupí-Guaraní no Alto Madeira para mais de alguns séculos, uma vez que os Kagwahiva de Rondônia e os Guarani das terras baixas bolivianas (os Chiriguano) migraram durante o período colonial para essa região, respectivamente da Bacia do Tapajós e da região do Chaco (ALMEIDA; NEVES, 2015). O sudeste amazônico, por sua vez, incluindo o médio e baixo cursos dos rios Xingu e Tocantins, áreas de interflúvio e o entorno desses rios possuem a maior variabilidade linguística Tupí-Guaraní (RODRIGUES, 1984; MELLO; KNEIP, 2006), assim como uma imensa variabilidade arqueológica (ALMEIDA, 2008; 2011; 2013; GARCIA, 2012; SILVEIRA et al., 2008) e cronologia próxima ao início da era cristã (ALMEIDA; NEVES, 2015). Almeida e Neves (2015) argumentam então que se a diversidade cultural e linguística do Tronco Tupí levou os pesquisadores a considerarem o sudoeste amazônico como centro de dispersão desse Tronco, a diversidade cultural e linguística da Família Tupí-Guaraní existente no sudeste amazônico igualmente permitiria considerar que é a região sudeste aquela que corresponde ao centro de dispersão específica da família. Essa premissa estaria em conformidade com os dados linguísticos de Mello e Kneip (2006) que sugerem que um grupo Proto-Tupí teria se dirigido do sudoeste em direção ao sudeste da Amazônia e gerado nessa última área a alta diversidade Tupí-Guaraní.

2.2.2 Cronologia e Rotas de Dispersão

Embora o local exato da gênese Tupí e Tupí-Guaraní na Amazônia ainda não esteja definido, houve uma importante redução no tamanho dessa dúvida. Diferente disso, os motivos que levaram a uma dispersão Tupí-Guaraní por ~4000km para fora da Amazônia (IRIARTE et al., 2016b), bem como as respectivas rotas dispersivas (em especial a dos Guarani), ainda pode ser considerado como o ‘santo graal’ da Arqueologia Tupí. A questão é que desde a Amazônia até os sítios Guarani mais meridionais há uma diversidade enorme de possíveis rotas. Aliado a isso, existem áreas que apresentam lacunas importantes de pesquisa arqueológicas.

A dispersão Tupí-Guaraní para fora da Amazônia parece ter sido anterior a ~2500 AP (BROCHADO, 1973; 1984; NOELLI, 1996), existindo datas próximas ao

início da era cristã em sítios Guarani do Baixo Tietê, no Estado de São Paulo, no Médio Ivaí, no Estado do Paraná, e no Médio Jacuí, no centro do Rio Grande do Sul (BROCHADO, 1973). Hipóteses sobre o roteiro Tupí-Guaraní foram sugeridas desde o século 19, mas três podem ser consideradas como as mais influentes (maior descrição de teorias paralelas pode ser acessada em Noelli [1996] e Corrêa [2014]). Para a primeira delas precisamos retornar ao início do século 20 quando Métraux (1928) sugeriu as bacias Paraná-Paraguai como local de origem Tupí e estipulou que os descolamentos teriam uma natureza migratória com direção para o Sul e depois novamente para o Norte, tudo isso ocorrendo pouco antes da chegada dos europeus. Meggers (1987), embora sugerisse uma partida desde o Rio Madeira, tomou emprestado o modelo de Métraux com relação às rotas de migração e criou uma direção ‘Norte-Sul-Norte’ considerando ainda que os movimentos teriam sido rápidos e relativamente recentes, entre ~1000-1500 AP.

A segunda hipótese popular foi elaborada pensando em um deslocamento ‘Norte-Sul’ e ‘Norte-Leste’. Adaptando o modelo de Lathrap (1970) que deduzia que a dispersão Tupí teria ocorrido de forma radial a partir das grandes vias fluviais desde a Amazônia central, Brochado (1984) concluiu que o aparecimento dos Proto-Tupí seria resultado de uma divisão entre grupos produtores das cerâmicas da Tradição Guarita (Tradição Policrômica Amazônica) em alguma região da Amazônia central. Para Brochado (1984) a diferenciação das línguas e das cerâmicas resultaria da separação espaço-temporal dos Proto-Tupí causada por pressões populacionais contínuas devido a uma explosão demográfica amazônica. As expansões teriam se desenrolado em dois momentos: 1) ao longo dos principais cursos fluviais e 2) a partir dos afluentes de menor grandeza com o aumento da pressão demográfica (BROCHADO, 1984; 1989).

Essas colonizações teriam, no caso Guarani, um sentido do Norte para o Sul partindo desde a Amazônia até a foz do Rio da Prata, seguindo os cursos dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai (há sítios desde Corumbá até o Uruguai, por exemplo). No caso dos Tupinambá a direção tomada teria sido leste, saindo da foz do Rio Amazonas e seguindo pela borda do litoral Atlântico até São Paulo e entrando para o interior do Brasil pelos rios que desaguam no Atlântico. Ao longo dos principais rios, essas populações teriam se expandido e, influenciadas pelo aumento

demográfico, teriam dominado sucessivamente os rios menores. Apesar de hoje se saber que a Amazônia central não é o ponto de origem Tupí, a direção pelo oeste Amazônico e cortando o território do Paraguai, tal como sugerido por Brochado (1984), ainda é uma hipótese importante.

Recentemente Corrêa (2014) revisou os modelos hipotéticos referentes à expansão amazônica do ‘Complexo Tupí’ a partir do *design* morfológico de mais de mil vasilhas cerâmicas. O autor apresentou uma rota alternativa à dispersão Guarani considerando o interflúvio Xingu-Tocantins como um centro regional da família Tupí-Guaraní (no sudeste da Amazônia, na área que apresenta a maior variabilidade linguística entre os falantes do Tupí-Guaraní e uma grande variabilidade arqueológica) e sugeriu que enquanto muitos indígenas teriam ficado nesse espaço, outros falantes do Tupí-Guaraní, como os Proto-Tupinambá e os Proto-Guaraní, teriam se expandido e formado seus conjuntos específicos de artefatos.

Para o caso dos Proto-Tupinambá, Corrêa (2014) ressaltou ser mais fácil manter a hipótese da rota prevista por Brochado (1984); por outro lado, mais difícil tem sido para o caso Guarani, uma vez que ainda não foram encontrados sítios com cerâmicas parecidas com as Guarani no sudoeste amazônico. Corrêa (2014) sugeriu então que os Guarani teriam passado pelo Brasil Central, uma vez que desde o sudeste amazônico até o norte de Goiás há um *continuum* de cerâmicas com as mesmas características. Nessa faixa se encontram cerâmicas que apesar de apresentarem algumas diferenças entre si, remetem àquelas encontradas no entorno do município de Marabá, no Estado do Pará, bem como uma série de elementos semelhantes à cerâmica Guarani. Dos altiplanos de onde nascem as bacias Tocantins e Araguaia, os Guarani, carregando as suas principais características, teriam se dirigido na direção sul acompanhando as bacias dos rios São Lourenço, Paraguai, Parnaíba e Paraná e as zonas de interflúvios, justificando a ocupação do Estado do Mato Grosso do Sul e do Paraguai (CORRÊA, 2014). Devido aos poucos sítios ao longo dessa faixa, Corrêa (2014) considera que é possível ter ocorrido movimentos de longa distância nessa região e apenas na proximidade da calha do Rio Paraná, no sul da foz do Rio Tietê, um maior número de aldeias teria se estabelecido, implicando em movimentos de curta distância,

domínio e domesticação de vastas regiões, como foi também possível observar no Sul do Brasil, na Argentina e no Uruguai.

A proposta de Corrêa (2014) inaugura importante alternativa à dispersão Guarani. Por outro lado, embora no Paraguai oriental até um trecho do Estado do Mato Grosso do Sul existe uma lacuna importante de informações arqueológicas, os poucos dados dessa área refletem o que os documentos históricos também sugerem (NOELLI, 2004a): que na região oriental do Paraguai, onde predominam as matas, os Guarani foram dominantes; já na porção ocidental, quando se distancia do Rio Paraguai, as amostras arqueológicas diminuem, acompanhando a transição da mata para paisagens abertas e campestres do ‘deserto’ *chaqueño*. Já a Bacia do Bermejo parece ter sido o caminho dos Chiriguano da Bolívia. Esses detalhes indicam que uma rota pelo Paraguai a partir do sudoeste amazônico não deve ser descartada sem que prospecções sistemáticas e quadros cronológicos consolidados sejam ali estabelecidos.

O resultado dessa expansão sem precedentes pelas terras baixas da América do Sul implicou em milhares de sítios arqueológicos com cerâmicas policrômicas e corrugadas, machados de basalto polido, adornos *tembetá* e manchas de terra preta distribuídas especialmente entre as florestas do sistema de rios Paraná-Paraguai-Uruguai (SCATAMACCHIA, 1990; NOELLI, 2004a). Enquanto padrão ecológico, os Guarani não parecem ter ocupado apenas um tipo particular de floresta, pois os sítios distribuem-se próximos ao dossel de florestas tropicais, florestas secas e em matas de galeria, cujo fator principal para a colonização parece ter sido apenas a presença de algum tipo de cobertura florestal (IRIARTE et al., 2016b). Fora do núcleo florestal, os sítios Guarani se estabeleceram no litoral (MILHEIRA, 2010) ou de forma marginal nas áreas alagadiças do Rio Grande do Sul (ROGGE, 2005) e do Uruguai e na região do Chaco, geralmente em áreas colinares, sobre terraços ou vertentes, mas também sobre cerritos, cordões de conchas, sambaquis, sob abrigos, sobre dunas e em terrenos abrigados perto das praias litorâneas (SCATAMACCHIA, 1990; PROUS, 1992).

Concentraram-se, na maioria dos casos, em terras baixas, planas ou com leves inclinações compostas por várzeas férteis (SCATAMACCHIA, 1990; SCHMITZ, 1991; ROGGE, 1996; WOLF, 2012; KREUTZ et al., 2014) contornadas pelas terras

altas (BROCHADO, 1984). Apesar desse padrão bastante conhecido, a distribuição dos sítios Guarani também apresentou adaptação a diferentes paisagens (NOELLI, 2004a). Por exemplo, enquanto algumas áreas de floresta ao longo de rios maiores localizados no Estado do Paraná encontram-se praticamente desprovidas de sítios Guarani (PARELLADA, 2005), registros dessas populações aparecem em áreas de maiores altitudes da Serra Geral do Paraná (NOELLI, 2004b; DE SOUZA; MERENCIO, 2013), demonstrando que embora pratiquem certo padrão ecológico e geográfico, experimentaram espaços heterogêneos, não sendo atraídos, em geral, apenas por áreas de campos (NOELLI, 2004a).

2.2.3 Motivação e Ritmo de Deslocamento

Assim como o tema referente às rotas dispersivas, os motivos que levaram os Guarani e outros falantes do Tupí-Guaraní a se expandirem para zonas tão distantes também é um desafio para a disciplina. Susnik (1975) cruzou dados etnográficos, históricos e cronológicos sugerindo um misto de motivos sociais, políticos e econômicos: 1) crescimento demográfico e consequente divisão das aldeias, 2) esgotamento do solo das terras ocupadas e a busca por novas terras, 3) guerra e fuga e 4) disputas de poder e divisões internas no sistema de parentesco. Dessas razões, os fatores ecológicos e a pressão demografia foram especialmente utilizados como modelos explicativos para as motivações ao deslocamento Guarani.

O primeiro modelo ecológico pode ser vinculado a Betty Meggers. Apesar das constantes alterações de ideias ao longo dos 40 anos de sua obra, o fator ambiental limitante sempre foi determinante em suas interpretações (e.g. MEGGERS, 1954; 1971; 1977; 1979; 1995) (CORRÊA, 2014). Para explicar os deslocamentos sugeriu questões como a pobreza dos solos amazônicos (MEGERS, 1954; 1971), os efeitos do fenômeno *El Niño* no passado (MEGERS, 1995) e a Teoria de Refúgios (MEGERS, 1977; 1979). Dessas, a última foi a que se sobressaiu. Estipulou que entre ~A.D. 600-1500 a Floresta Tropical estaria entrando em processo de retração e, por consequência, ilhas isoladas, caracterizadas como áreas de refúgios florestais, seriam cada vez menos frequentes. Algumas dessas áreas estariam

próximas ao centro de origem Tupí, levando Meggers a concluir que esse evento teria forçado as populações a buscar novas áreas. Sugeriu um ritmo acelerado à movimentação, caracterizada então como uma rápida migração territorial, quando o abandono das aldeias era uma consequência inerente ao deslocamento. A ideia dos fatores limitantes foi bastante replicada para os territórios de ocupação Guarani (ROGGE, 1996), cujos trabalhos sob influência direta ou indireta dessas ideias estimaram que os Guarani permaneciam poucas décadas nas aldeias (SCHMITZ, 1985; CHMYZ et al., 2008) e que haveria alta rotatividade entre elas (SCHMITZ, 1985).

Na outra mão temos o modelo de Lathrap (1970). Também procurando respostas ecológicas à dispersão Tupí-Guaraní, mas com um olhar quase contrário ao de Meggers, o autor sugeriu que a Floresta Tropical teria proporcionado emergência de complexidade social e não limitações. A partir de um aumento demográfico irrefreável, as populações da Floresta teriam protagonizado as expansões discutidas acima. Concordando com as ideias de Lathrap (1970), Brochado (1984; 1989) adicionou uma importante discussão ao tema: eram, afinal, migrações ou expansões? Em “A Expansão dos Tupí e da Cerâmica Policrômica da Amazônia”, pequeno e denso artigo de 1989, o autor tratou de apresentar os melhores argumentos referentes a essa questão, sugerindo fortemente que os Tupí-Guaraní promoveram expansões territoriais e não migrações. O processo de expansão foi apelidado de ‘enxameamento’⁶, cuja ideia central era de que as dispersões ocorriam a partir da extensão das sedes das aldeias quando a pressão demográfica ficava insustentável, sem que as antigas aldeias fossem desocupadas, formando uma rede de ocupação contínua, quer dizer, sem espaços de abandono ao longo de cursos fluviais e áreas de florestas. Brochado (1984) estipulou ainda que manejos conscientes da floresta alimentariam lentamente o crescimento das aldeias. Concordando com essas ideias, Noelli (1993) destacou que os Guarani possuíam tamanha influência sobre a paisagem que os fatores limitantes não se apresentariam como entraves às ocupações. As ocupações, então, seriam lentas e graduais e durariam séculos nas aldeias, porque era necessário manejar o espaço e deixá-lo preparado para o estilo de vida Guarani antes de novas expansões.

⁶ O conceito pode ser pensado como uma analogia ao ‘enxameamento’ das abelhas, isto é, quando essas alastram o seu povoamento da colmeia original para uma nova colônia (MILHEIRA, 2008).

Em muitos pontos o modelo de Brochado (1984) tem se confirmado. Dias (2003) para o Rio dos Sinos, Milheira (2008) para o sudoeste da Laguna dos Patos e Serra do Sudeste e Milheira (2010) para o litoral sul de Santa Catarina sugeriram, a partir de distribuição de sítios arqueológicos, a ocorrência de expansões das sedes das aldeias para áreas periféricas do território. Bonomo et al. (2015) revisaram um amplo quadro de distribuição de sítios e de datas em C^{14} e Termoluminescência (TL) e conseguiram confirmar que o enxameamento ocorreu de uma forma generalizada na Bacia Platina e no litoral sul do Atlântico, uma vez que não há registro de áreas abandonadas enquanto a expansão seguia ocorrendo. Por outro lado, naturalmente o avanço na coleta de dados trouxe algumas correções ao modelo de ritmo de expansão apresentado por Brochado (1984). Destacamos duas delas:

1) Ao contrário de uma expansão lenta e gradual, Bonomo et al. (2015) demonstraram a ocorrência de dois momentos de forte expansão Guarani (especialmente sítios novos em áreas novas) intercalados por um período de relativa estabilidade (sítios novos em áreas antigas). O primeiro período significativo de expansão teria ocorrido entre ~A.D. 0-300 ao longo dos rios Paraná, Ivaí, Paranapanema, Uruguai, Ibicuí e Jacuí, apresentando uma velocidade de expansão estimada em 750km^2 por ano. Os sete séculos seguintes, entre ~A.D. 300-1000, configuraria um período de relativa estabilidade, com a permanência e o aumento de assentamentos em áreas já ocupadas. Em um ritmo lento de expansão estimado em 110km^2 por ano, as dispersões para áreas novas teriam sido limitadas. Após esse período estável, entre ~A.D. 1000-1780 insere-se o maior número de datas compiladas, representando um período notável de expansão para novas áreas. Nesse segundo pulso expansionista, além de uma crescente densidade de sítios nas áreas já ocupadas, teria ocorrido forte expansão para todas as direções da Bacia do do Prata e borda do Atlântico Sul, em um ritmo de expansão estimado em 500km^2 por ano.

2) Recentemente, ao conjugarem novos dados paleoclimáticos, paleoecológicos e arqueológicos, Iriarte et al. (2016a) observaram uma importante sincronia entre a expansão Guarani e a precipitação crescente do Holoceno tardio na América do Sul, que teria gerado um corredor de umidade entre ~2000-3000 AP e resultado na expansão das florestas tropicais para fora da Amazônia. Esses novos

resultados, além de revisitar os dados paleoclimáticos de Meggers (1977; 1979) quando a autora estipulou que a floresta estaria em retração em ~1500 AP, também relativizam as ideias de Lathrap (1970), Brochado (1984) e Bonomo et al. (2015) de que a expansão Tupí-Guaraní teria sido motivada, principalmente, pela lenta transformação das florestas, sugerindo, ao contrário, que a expansão Guaraní pode ter sido um caso de oportunismo ecológico.

2.3 Vida na Aldeia

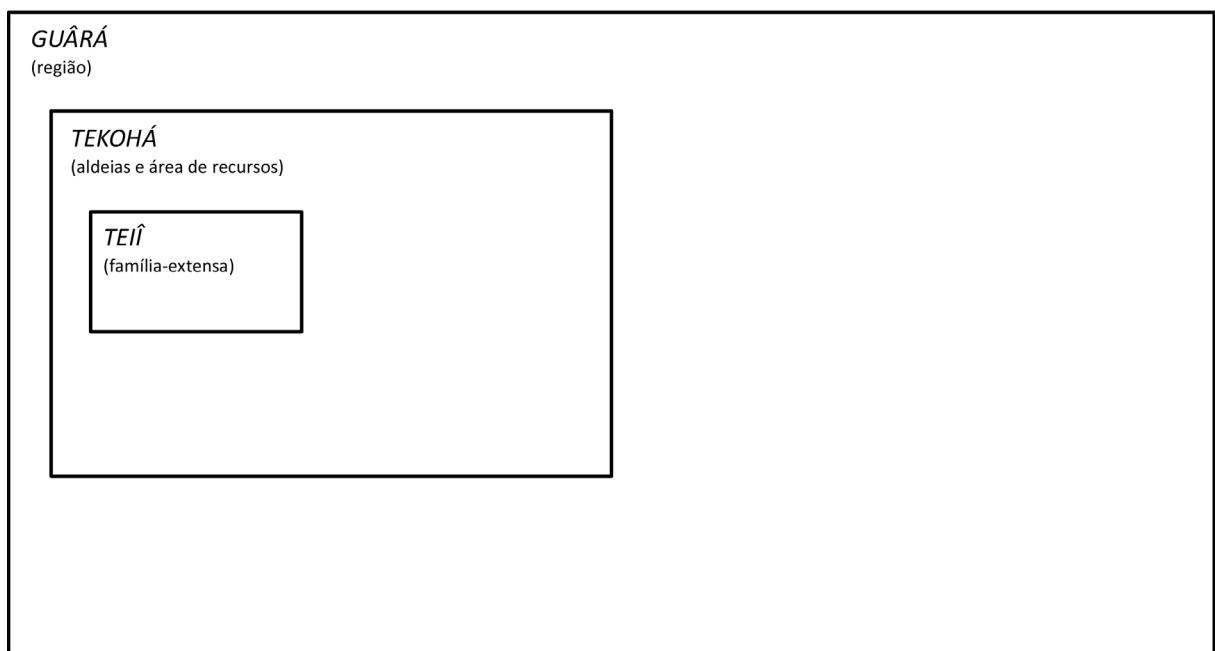
Independente da motivação para a expansão e sua escala de oportunismo ecológico, os registros arqueológicos mostram hoje muito bem que nos territórios ocupados não se encontram sítios Guaraní isolados e onde quer que existam datas recentes é possível obter datas antigas também (BONOMO et al., 2015). Quer dizer, a metáfora do enxameamento de Brochado (1984) ainda é didática para se entender que o sistema de assentamento era composto por redes de aldeias conectadas por alianças políticas e uma organização espacial ampla. Paramos um instante para olhar a organização social e a economia desenvolvida nessas aldeias.

2.3.1 Organização Social e o Espaço da Aldeia

Levando em conta dados históricos (e.g. MONTROYA, 1639) e etnográficos (e.g. SUSNIK, 1979-1980; MELIÀ, 1986; CHASE-SARDI, 1989), a organização social Guaraní refletiria três níveis territoriais inclusivos: *guârá*, *tekohá* e *teiĩ* (NOELLI, 1993, p. 247-248) (FIGURA 1). O *guârá*, o maior nível, representaria o senso de território regional delimitado geralmente por rios ou acidentes geográficos. Os informes jesuíticos revelam que cada *guârá* estaria sob a liderança de uma pessoa com grande prestígio político e espiritual e embora faltem informações suficientes para que se entenda como os líderes ascenderiam a essa posição, Becker (1992) demonstrou que eles dominavam grandes trechos de bacias

hidrográficas durante a instalação de missões jesuíticas no Sul do Brasil ao longo do século 17. Naquele momento as aldeias formavam alianças multicomunitárias e estabeleciam laços de parentesco e de reciprocidade promovendo a manutenção do território.

Figura 1 – Esquema simplificado dos níveis territoriais Guarani.



Fonte: Elaborado a partir de Noelli (1993, p. 247).

Alguns *guârá* seriam compostos por até quarenta aglomerações aldeãs, os *tekohá*, o segundo nível da hierarquia de domínio territorial Guarani. O *tekohá* foi dividido pelos Guarani em três níveis integrados (SUSNIK, 1979-1980): o físico-geográfico, o econômico e o simbólico, compondo as casas, as roças, as matas, os rios e as colinas. Utilizando a interpretação de Noelli (1993), o *tekohá* seria a área correspondente ao que os arqueólogos entendem como perímetro de captação de recursos, podendo cobrir um território de até 50km. Nesse perímetro estariam incluídas também as aldeias (que podem ser nomeadas como *amundá* [SOARES, 1997]) formadas por casas extensas, os *teiî*, isolados ou agrupados em função das condições locais e políticas (NOELLI, 1993, 247-248). Aqui utilizaremos arbitrariamente o termo ‘aldeia’ enquanto o aglomerado das unidades de habitação,

outras estruturas construídas e as roças, mas entendemos que esses aglomerados não formam um nível territorial separado, mas sim uma parte do *tekohá*.

Teiĩ seria a família-extensa em linguagem antropológica, podendo ser traduzida também como a casa extensa ou a casa alongada. Os *teiĩ* eram compostos por famílias nucleares (chamadas de *ogpe guârá*). As *ogpe guârá*, sem formar um nível separado, seriam formadas mais ou menos por seis pessoas, os *teiĩ* por até sessenta famílias nucleares (~360 pessoas), as sedes das aldeias dos *tekohá* por até 6 *teiĩ* (~2.160 pessoas) e os *guârá* por mais ou menos 40 *tekohá* (~86.400 pessoas) (e.g. NOELLI, 1993; SOARES, 1997).

Sob a perspectiva arqueológica, as aldeias e as casas extensas, bem como as estruturas anexas às áreas de habitação, têm sido descritas a partir de manchas de terra preta reconhecidas, nesses casos, como os negativos das estruturas arquitetônicas das antigas aldeias. As manchas de terra preta Guarani que correspondem às estruturas arquitetônicas são formadas por solos antropogênicos que apresentam composição química parecida com as Terras Pretas da Amazônia (TPA) (SOARES, 2004), mas suas características morfológicas e funcionais são totalmente distintas (e.g. PALLESTRINI, 1975; PROUS, 1992). Embora em quase todos os sítios Guarani escavados sejam encontradas estruturas desse tipo associadas a grandes quantidades de fragmentos de cerâmica, não raramente constituindo milhares de fragmentos, artefatos líticos e resíduos do cotidiano como restos de fauna, vestígios botânicos carbonizados, etc., ainda há uma deficiência generalizada na compreensão das diferenças funcionais entre essas áreas.

Sobre a morfologia dessas estruturas e, em especial, à ideia geral da planta baixa dos assentamentos, existem algumas descrições acessíveis para o Rio Grande do Sul. As escavações indicam agrupamentos de duas a oito estruturas por sítio, apresentando formas circulares ou elípticas e dimensões que variam desde quatro até 80m. Nas margens do Rio Maquiné foram encontradas manchas de quatro a 20m (MILLER, 1967), de dois a 20m no Rio Ijuí (BROCHADO, 1969), de cinco a 15m no Rio Jacuí, (BROCHADO, 1969), de 10 a 50m no Rio Vacacaí (BROCHADO, 1969), de sete a 10m no Médio Uruguai (MILLER, 1967) e estruturas de terra preta de até 80m no Estado Paraná (CHMYZ, 1983). É possível acessar imagens ou croquis de escavações com a disposição *in situ* de vestígios cerâmicos

e líticos (e.g. SCHMITZ et al., 1990; CARLE, 2002; SOARES, 2004; CARBONERA, 2008; MILHEIRA, 2008; 2010; WOLF et al., 2013), de negativos de estacas e esteios (e.g. SOARES, 2004; MILHEIRA, 2008; 2010) e de fogueiras (e.g. CARBONERA, 2008; MILHEIRA, 2008; 2010).

Mesmo que pesem os quase 50 anos passados desde a sua escavação e a sua falta de cronologia, o sítio Candelária I (SCHMITZ et al., 1990), inserido na região central do Rio Grande do Sul, reúne um dos conjuntos de informações mais completas referentes as áreas domésticas da ocupação Guarani. Três manchas de terra preta (cujos diâmetros variavam entre 10 e 20m) dispostas em linha nas margens de um arroio afluente do Rio Pardo foram escavadas na íntegra e reúnem um acervo de ~36.000 fragmentos de cerâmica, mais de 5.000 vestígios líticos e centenas de fragmentos ósseos, incluindo ossos humanos recuperados em fogueiras das estruturas de habitação. Já os sítios Povo Novo (Rio Grande, RS) (CARLE, 2002), Totó (Pelotas, RS) (MILHEIRA, 2014) e Röpke (Dona Francisca, RS) (SOARES, 2004) devem ser considerados para o entendimento de estruturas funcionais diferenciadas daquelas domésticas. O primeiro apresenta áreas mais vazias de vestígios sugerindo menor circulação de pessoas e menos acúmulo de camada arqueológica; o segundo e o terceiro apresentam elementos para a compreensão de áreas de descarte (as lixeiras) Guarani. Pallestrini (1975) é reconhecida por suas decapagens em áreas amplas no Vale do Paranapanema, São Paulo, cujos resultados são especialmente importantes para se entender as estruturas externas às casas, demonstrando, em especial, as atividades domésticas que envolviam o uso de fogueiras.

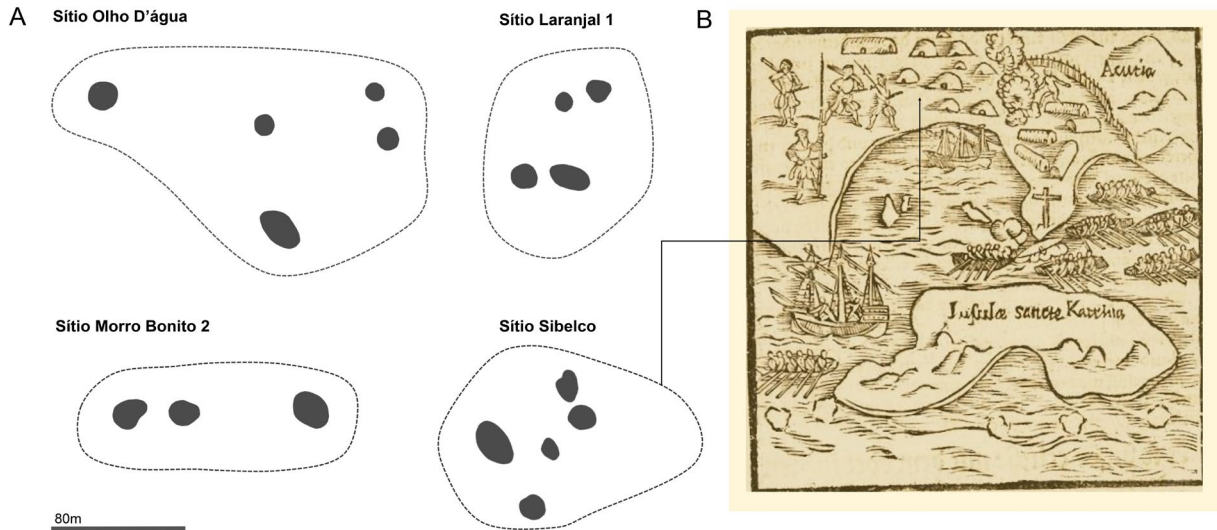
Finalmente, o entendimento horizontal controlado da morfologia, do tamanho, da quantidade e das distâncias entre as estruturas foi realizado por Milheira (2010, p. 201-208) em sítios Guarani do litoral centro-sul de Santa Catarina. Dos oito sítios Guarani escavados pelo autor, sete foram classificados como aldeias e um como acampamento, sendo que as aldeias se situavam muito próximas das lagoas e lagunas interligadas e a pouca distância da orla marítima, distando entre 500 e 700m umas das outras. A contribuição mais importante está na publicação gráfica de como os agrupamentos de manchas estão dispostas na área, demonstrando que a organização das casas não se dava de forma circular assim como para o registro

Tupinambá, apresentando ainda estruturas menos extensas e alongadas do que aquelas registradas para os Tupinambá da costa brasileira. É importante lembrar que manchas de terra preta alinhadas aos recursos hídricos já haviam sido descritas por Schmitz et al. (1990) para o Rio Pardo e por Brochado (1969) para os rios Jacuí, Ibicuí e Vacacaí, informando esse último autor uma tendência Leste-Oeste de construção. O alinhamento das casas também é o padrão comum entre os Mbya (GARLET, 1997) e Ñandeva atuais (LANDA, 2005).

O único desenho até então conhecido para os primeiros contatos que sugere alguma representação morfológica para as aldeias Guarani está em “Comentários” de Hans Staden (2007 [1557], p. 48), em uma xilogravura datada do século 16, quando o navio do viajante aportou no ‘Porto de Santa Catarina’, em alguma parte do litoral centro-sul do atual Estado de Santa Catarina, isto é, próximo da região explorada arqueologicamente por Milheira (2010). A representação é de uma aldeia de ‘Carios’, povos Guarani do litoral, cuja imagem demonstra casas circulares e pequenas que não estão dispostas entorno de um pátio central. Quando cruzamos os esquemas publicados por Milheira (2010, p. 201-208) (FIGURA 2a) com o desenho de Staden (FIGURA 2b) é possível ver uma coerência interessante, demonstrando que além da constatação do alinhamento das casas, há um padrão agrupado, mas não circular.

A xilogravura publicada em Staden não parece ser resultado de um desenho descuidado, uma vez que todos os outros desenhos de aldeias presentes na crônica são de contexto Tupinambá do litoral Sudeste e Nordeste do Brasil e nessas representações, sem exceção, há a típica morfologia de aldeias formando círculos e um pátio central. Parece, nesse caso, que o desenho do século 16 marca uma clara diferenciação na tipologia morfológica da organização entre as aldeias Tupinambá e Guarani e que tem sido pouco a pouco identificada no registro arqueológico.

Figura 2 – (A) Esquema de distribuição de manchas de terra preta escavadas por Milheira (2010) em sítios do litoral centro-sul de Santa Catarina. (B) Xilogravura de aldeia de ‘Carios’ do litoral sul de Santa Catarina visitada por Hans Staden no século 16.



Fonte: Elaborado a partir de Milheira (2010, p. 201-208) e Staden (2007 [1557], p. 48).

2.3.2 Parentescos e Lideranças

No contexto das aldeias, a organização da família-extensa Guarani ocorre por meio de regras de parentesco (laços sanguíneos, laços políticos e adotivos) e, embora esse seja um tema sempre citado em estudos etnográficos atuais, o parentesco Guarani na época do contato é muito pouco conhecido (SOARES, 1997, p. 67). Entre os Tupí-Guaraní atuais não se observa, em geral, uma preferência patriarcal ou matriarcal clara para a linearidade e localidade. Os Kaiowá, por exemplo, embora recebam o sobrenome espanhol do pai, o parentesco é definido tanto pelo lado da mãe como pelo lado do pai (MELIÀ; GRÜNBERG; GRÜNBERG, 2008) em um sistema bilateral (VIVEIROS DE CASTRO, 1995). Para a localidade, por vezes se relata certa tendência à residência uxorilocal, isto é, que após o casamento o casal deveria permanecer na casa da mulher (VIVEIROS DE CASTRO, 1995).

Susnik (1982) e Soares (1997) propõem, por outro lado, que se observe com mais atenção o prestígio dos líderes enquanto fator importante para a escolha da localidade entre os Guarani. Soares (1997) argumenta que embora os casais geralmente fiquem na casa da esposa, se o noivo é um chefe de prestígio comunitário, a localidade pode ser deslocada para a sua casa. Além disso, na esfera da família-extensa, que no caso dos Guarani do passado agregava até 60 famílias nucleares em uma casa grande, a escolha sobre qual família-extensa se associar poderia ocorrer influenciada pelo prestígio dos chefes. Soares (1997, p. 73) concluiu então que a localidade Guarani deve ser entendida como do tipo *kindred*, com famílias-extensas agregando famílias nucleares reunidas em torno de uma liderança política ou religiosa de prestígio, cujo fator é medido, geralmente, a partir da sua capacidade de organizar grupos guerreiros ou de trabalho, com qualidades de bom orador, guerreiro, agricultor, caçador, articulista político e provedor de grandes festas (NOELLI, 1999-2000).

Dentre as maneiras não sanguíneas de se formar um parentesco entre os Guarani, o *cuñadazgo* é sem dúvida o mais conhecido. Essa relação consiste em formar alianças via casamento tornando dois inimigos cunhados e, assim, parentes suscetíveis às regras sociais e de reciprocidade Guarani (SOARES, 1997). Susnik (1979-1980) destaca que o *cuñadazgo* poderia ocorrer entre lideranças Guarani de distintos *guará* quando, em um sentido de fortalecimento de relações regionais, líderes vizinhos se tornavam recíprocos por meio de um sistema de poligamia. O *cuñadazgo* também foi uma prática muito popular nas relações com os conquistadores espanhóis durante os primeiros anos coloniais, quando os chefes Guarani ofereciam suas mulheres e filhas em casamento para firmar alianças. Sem respeitar os laços de reciprocidade que estavam envolvidos na lógica Guarani, o *cuñadazgo* se tornou desastroso para o contexto indígena em pouco tempo.

A figura dos líderes políticos e religiosos sugere que é o prestígio e a própria presença desses personagens, antes de qualquer outro fator, que alimentava e organizava as regras sociais e políticas dos Guarani. Monteiro (1992) chama a atenção para o fato de que entre os Guarani, em alguns casos, se atribuíam territórios amplos a uma única chefia, cujas denominações multicomunitárias tendiam a ser confundidas com os nomes dos caciques principais, como *Guairá*, *Tayaobá* e

Guarambaré, por exemplo. Além disso, as fontes documentais demonstram que haviam chefias estabelecidas nos vários níveis da organização social (MONTTOYA, 1639). No nível da família-extensa era o *teiï-ru*, o ‘pai da linhagem’, que exercia o papel de chefe. Esse líder da família-extensa também aparece denominado na literatura da conquista, em especial entre os escritos jesuíticos, como *pa’i*. O *tuvichá* seria o principal líder político das aldeias e, por consequência, era um *tuvichá* principal que comandava o *tekohá*. Segundo relatos seiscentistas haveria ainda a importante figura dos *tuvichá-rivichá* ou, mais popularmente descrito, os *mburuvichá*, o ‘cacique dentre os caciques’, que comandaria as regiões territoriais amplas, isto é, os *guârá*. Embora os limites do *guârá* fossem defendidos por todos os componentes dos *tekohá*, os chefes das aldeias disputavam entre si o título de ‘cacique dentre os caciques’ (SUSNIK, 1982). Alianças por casamentos poderiam contribuir para a futura ascensão ao cargo de *mburuvichá*, fazendo com que alguns *tuvichá* possuísem 15, 20 ou 30 mulheres (MONTTOYA, 1985). Algumas vezes a disputa pela liderança fazia com que os *teiï* se isolassem em direção às fronteiras do território, estimulando a expansão territorial e a formação de novos povoados ou a mudança de pessoas para outros *guârá* (SOARES, 1997).

Cronistas da conquista como o Padre Lozano atestam que os Guarani eram liderados também por ‘feiticeiros’ ou ‘magos’ (FURLONG, 1936), e etnólogos atuais são relativamente unânimes em admitir a existência de dois tipos de liderança entre os Guarani, sendo uma política e outra religiosa. A religiosa, de fundo essencialmente carismático, e a civil, nas mãos do capitão, chefe mais ou menos despótico de toda a aldeia (SCHADEN, 1962). Para os líderes espirituais duas denominações aparecem relatadas, os *paye* e os *karai*, conceituados nas crônicas como ‘feiticeiros’, ‘magos’ e ‘chupadores’ de enfermidades, e pelos etnólogos como os xamãs (VIVEIROS DE CASTRO, 1986).

Enquanto lideranças espirituais, *paye* e *karai* parecem assumir funções distintas. Os *karai* são considerados, por vezes, como as maiores lideranças espirituais Guarani (DE CRISTO, 2016), embora ainda não exista uma referência segura sobre isso, exercendo a condição de profetas andarilhos (MONTTOYA, 1639) e de líderes carismáticos que atuavam, sobretudo, em períodos de crise (CHAMORRO, 2008). Os *paye*, por outro lado, exerciam poder na própria

comunidade e eram considerados muitas vezes como mais poderosos do que os *tuvichá*, os chefes políticos (MÉTRAUX, 1948). A lógica de poder maior ou menor está voltada para o contexto situacional dos *tuvichá*, exercendo sempre maior poder em tempos de guerra e apresentando a sua condição de autoridade reduzida em tempos de paz (SOARES, 1997). Para os líderes espirituais, por outro lado, a impressão que fica é a de que há um caráter permanente de sua função, colocando, ao menos para o contexto atual, os xamãs como base da liderança aldeã (VIVEIROS DE CASTRO, 1986).

Finalizamos essa secção com uma importante constatação apresentada por Soares (1997) sobre a relativização do poder dos *tuvichá* em tempos de paz. Levando em conta a busca do prestígio dos líderes, o autor argumenta que haveria uma insistência das lideranças políticas em estimular a guerra de conquista como uma forma de manutenção do prestígio social e propriamente do exercício do poder, ocasionando tanto um avanço sobre as comunidades não Guaraní como a movimentação das disputas internas entre as diferentes aldeias para a ascensão de lideranças. Assim, as guerras devem ser vistas como um pilar importante do *ethos* Guaraní, e não apenas como um recurso para manutenção da subsistência. Talvez, nesse sentido, seja possível compreender melhor os verbetes Guaraní que classificam a guerra como uma atividade em constante movimento: ‘ando em guerra’ (*amaramona guitecóbo*), ‘a guerra é toda a vida do homem na terra’ (*maramonãnungariaño ace recobé pucú yâcatú ibi pe*) e até mesmo como uma atividade sentimental: ‘sou amigo das guerras’ (*chemmara moñandé*) (MONTROYA, 1639; SOARES, 1997).

2.4 Economia de Floresta

Como último ponto de revisão selecionamos aspectos da vida econômica dos Guaraní. Entre muitas outras atividades que ocorriam nas aldeias, o manejo da floresta e o consumo de plantas silvestres e domesticadas sem dúvida assumia um

caráter protagonista, representando uma das atividades mais importantes da economia Guarani (NOELLI, 1993).

2.4.1 Manejo da Mata

Típico estilo amazônico (BALÉE, 1989), o manejo agroflorestal Guarani foi desenvolvido para funcionar dentro da mata a partir da inserção e manutenção de um pacote básico de plantas alimentares, de uso medicinal e para matérias-primas que implicava na combinação de cultivos anuais e perenes em diversos pontos da aldeia (NOELLI, 1993; PEREIRA et al., 2016). Esse sistema econômico era plástico e capaz de se adaptar a distintos ambientes, apresentando como condição apenas a escolha de áreas com cobertura vegetal arbórea. Os pesquisadores estimam que o pacote botânico trazido pelos Guarani durante a expansão continha centenas de componentes transportados e intercambiados a partir da Amazônia e manejados por mais de dois milênios em um sistema de aldeia-a-aldeia (NOELLI, 1993; PEREIRA et al., 2016). Nesse processo, além das espécies trazidas de longe, os Guarani teriam agregado espécies das áreas novas. Na região Sul, por exemplo, teriam adotado a Araucária (*Araucaria angustifolia*) (NOELLI, 2000), a Erva-mate (*Ilex paraguariensis*), as palmeiras do gênero *Butia* sp. (NOELLI, 1993; PEREIRA et al., 2016) e espécies locais de algarrobos (*Prosopis* sp.) (BONOMO et al., 2011b).

O manejo de plantas perenes representava também a capacidade de modificar comunidades arbóreas naturais com a multiplicação arbitrária de plantas de interesse econômico, muitas vezes resultando na criação de matas artificiais. Um caso emblemático envolve a criação dos palmeirais artificiais pelos Guarani históricos, os *pindôtibas*, que foram descritos por Montoya no século 17. Os *pindôtibas* eram constituídos por conjuntos de palmeiras Jerivás (*Syagrus romanzoffiana*), o *pindó* para os Guarani, cujo consumo variava entre atividades simbólicas e econômicas. A reprodução arbitrária dessa espécie não somente aumentava a quantidade de recursos econômicos úteis aos Guarani, mas promovia de forma paralela a manutenção e a diminuição da exploração das florestas primárias.

No modelo agroflorestal Guarani praticamente todos os locais de manejo estariam relacionados ao interior das florestas, variando entre áreas de grandes extensões até estreitas matas de galerias (PEREIRA et al., 2016). Para a produção dos cultivos de roça, os Guarani removiam a vegetação, limpavam o estrato herbáceo/arbustivo e derrubavam árvores/arvoretas (NOELLI, 1993). Essas atividades eram realizadas com machados de pedra, geralmente de basalto, e logo depois as áreas derrubadas eram queimadas a partir do processo da coivara (PROUS, 1992), uma prática eficiente e popular entre as populações da floresta (NOELLI, 1993), que, além de proporcionar clareiras na mata, fertilizava o solo com a deposição das cinzas. As roças eram utilizadas por tempo variado, conforme a condição de rendimento. Quando eram abandonadas para o período de pousio serviam como áreas de manejo para plantas perenes ou se tornavam áreas de atração de animais de caça e coleta, uma vez que nas roças geralmente se encontra maior oferta de mamíferos, aves e insetos do que em áreas de florestas primárias.

Os Guarani também possuíam um sistema próprio de classificação botânica, a ponto de serem reconhecidos por Carl Linnæus, o pai da taxonomia moderna, como os *primus verus systematicus* da biologia (NOELLI, 1998a, p. 280-282). Um bom exemplo da sistematização Guarani pode ser acessado no estudo de Garcia (1985) entre os Kaiowá do Estado do Mato Grosso da década de 1970. O autor observou que embora esses grupos não apresentem termos equivalentes a planta, flora ou *taxa*, possuem uma sistemática organizada em 10 categorias supragenéricas (QUADRO 1) que formam comunidades de uma ou mais espécies diferenciadas pela estrutura morfológica, comprimento do caule e aspectos simbólicos. Além disso, a denominação Guarani sobre as diferentes comunidades, assim como suas combinações, segue uma ordenação descritiva conforme cada tipo de ambiente, isto é, similar à botânica ocidental.

Quadro 1 – Categorias supragenéricas de plantas para os Guarani Kaiowá.

Categorias	Definição Guarani
<i>Ka'a</i>	Ervas. Plantas de caule herbáceo de porte pequeno e cujos ramos não formam copa. Em Montoya <i>ka'a</i> aparece como sinônimo de mata.
<i>Yvyra</i>	Árvores. Plantas de caule lenhoso de grande porte e com copa.
<i>Ysypo</i>	Cipós. Plantas de caule trepador, geralmente com espinhos e gavinhas.

<i>Kapi'i</i>	Capins. Plantas com caule herbáceo, com folhas finas e compridas.
<i>Temity</i>	Plantas de roça. Categoria definida pelos Guarani a partir do modo de aquisição das plantas, agrupadas todas aquelas que são cultivadas, independentemente do tamanho do caule.
<i>Karagwata</i>	Caraguatás, bromélias. Plantas com as folhas em touceiras.
<i>Yvyra rehegwa</i>	Parasitas e orquídeas. Plantas sem caule e com raízes aéreas e que se desenvolvem sobre as árvores.
<i>Pohã</i>	Remédios. Plantas utilizadas no preparo de receitas cuja finalidade é <i>pohãno</i> , quer dizer, curar diversas <i>rasy</i> (enfermidades).
<i>Porã</i>	Sagradas. Plantas criadas pelos seres sobrenaturais e que se desenvolvem nos diversos <i>yvanga</i> (céus) para a alimentação dos que ali vivem.
<i>Yvy rehegwa</i>	Musgos. Pequenas plantas herbáceas, sem flores e que se desenvolvem à sombra de outras árvores e em lugares úmidos.

Fonte: Elaborado a partir de Noelli (1998a, p. 281).

Utilizando a famosa classificação botânica de Balduino Rambo (2000 [1956]), que dividiu a flora sul-brasileira em zonas campestres (área de campo com prevalência de gramíneas), selváticas (mata de áreas drenadas, apresentando capões, matas de galerias, arbustivas, florestas, etc.) e palustres (locais úmidos e sujeitos a inundações), Noelli (1998a) comparou as designações Guarani para diferentes vegetações presentes em verbetes do *Tesoro* e do *Vocabulario* de Montoya, encontrando correspondência para quase todas as categorias. A título de exemplo, Montoya (1639) registrou para as zonas campestres a designação *ñu* (campo); para matas selváticas nativas registrou *ka'a marane'y* (mata de onde não se retirou madeira, nem foi cercado) e para as zonas palustres registrou *yvyñuñu* (terra brejosa) ou *iapo* (banhado). Os Guarani também diferenciam muito bem matas nativas de áreas secundárias, descrevendo uma completa sequência de estágios de regeneração da mata. Diferenças sutis entre plantas de uma mesma categoria, como tipos de fungos e capins, por exemplo, também são categorizadas com precisão pelos Guarani (NOELLI, 1993).

A combinação entre manejo eficiente e conhecimento sistemático de botânica fez com que um número elevado de plantas fosse utilizado pelos Guarani. Recentemente, Pereira et al. (2016) organizaram os dados disponíveis em Noelli (1993; 1998a), Noelli e Landa (1993) e Oliveira (2009), formando uma lista com 639 espécies de 109 famílias botânicas distintas e úteis aos Guarani. Myrtaceae (n=54 de espécies), Fabaceae (n=53), Asteraceae (n=35), Lauraceae (n=26) e Poaceae (n=25) foram, respectivamente, as famílias mais importantes em quantidade de espécies. A inclusão de novas fontes resultou em um número maior de famílias

(n=131), com destaque para Fabaceae (n=85), Asteraceae (n=61), Myrtaceae (n=55), Poaceae (n=39) e Rubiaceae (n=32 espécies) (VOTRE et al., 2017) e a lista segue aumentando (NOELLI, comunicação pessoal, 2018). As partes mais utilizadas são os frutos, caules e folhas e o maior índice de utilização está relacionado aos usos alimentares, medicinal e para matéria-prima (construção das estruturas da aldeia, artefatos, artesanato), respectivamente. Usos específicos para a preparação de venenos, higiene pessoal, curtimento de couro animal também são citados (PEREIRA et al., 2016; VOTRE et al., 2017).

Alguns exemplos podem ser fornecidos entre as espécies mais representativas. Todas as fontes destacam o Cedro (*Cedrela fissilis*) como a espécie que apresenta a maior indicação de uso, em especial para medicina, religião, construção e elaboração de artefatos, artesanatos e demarcação territorial. Em contexto etnográfico, Noelli (1993) assinala que os Guaraní utilizavam o caule dessa árvore para a fabricação de canoas, estruturas das casas, construção de bancos, elaboravam esculturas e produziam artefatos para moagem das sementes (pilões), cuja preferência está relacionada ao grande porte da árvore (20-35m de altura) e pela madeira de boa qualidade, peso leve ou moderado que auxiliava na flutuação das canoas ou para a construção dos pilares principais das casas (LORENZI, 2012).

A palmeira Jerivá (*Syagrus romanzoffiana*) também apresenta ampla utilização (alimentação, ritual, construção, artefato, artesanato e comercial) (PEREIRA et al., 2016), cujas folhas são utilizadas para a confecção de cestarias (utilizadas para carregar frutos, armazenar alimentos ou objetos), esteiras, produção de farinha e telhado de casas; o cerne do caule para confeccionar os arcos e elaborar pontas de flechas; as fibras da casca para tecer e fazer amarrações (NOELLI, 1993).

Gêneros frutíferos da família Myrtaceae como *Eugenia* sp. (pitangueiras), *Myrcia* sp. (guamirim) e *Psidium* sp. (araçás e goiabas) também apresentam ampla utilização. Com frutos geralmente carnosos e que serviam como bagueiras (REIS et al., 1999), espécies desses gêneros apresentam potencial frutífero para a alimentação humana e para a atração de animais às roças cultivadas e em pousio, para os caminhos e outras áreas de cultivo dentro dos *tekohá* onde armadilhas de caça ou estruturas de espera eram instaladas (PEREIRA et al., 2016). De espécies

como a Pitangueira (*Eugenia uniflora*), denominada pelos Guarani como *nhanga piri* (NOELLI, 1993), eram utilizadas a casca, o caule, o látex, as folhas, os frutos (VOTRE et al., 2017) para uso medicinal, construção das colunas centrais e laterais das habitações ou mesmo como corante para tecido (KELLER, 2008).

2.4.2 Cultivos de Roça

Com exceção da análise de lenhos carbonizados de um sítio Tupinambá do Estado do Rio de Janeiro, que apontou a utilização de mata secundária como madeira de combustível, isto é, mata de estágio de regeneração, e confirmou que haveria a prática de remoção da vegetação, a abertura de clareiras e áreas de manejo nas proximidades dos sítios Tupinambá (SCHEEL-YBERT et al., 2014), todas as assertivas sobre o manejo da mata e das áreas de roça descritas para os Guarani são baseadas em relatos históricos, observações etnográficas ou comparações etnobotânicas com o contexto amazônico. O mesmo acontece com praticamente todas as informações sobre os tipos de plantas domesticadas e cultivadas pelos Guarani. Em geral, as listas dessas plantas são sintéticas e repetitivas, aparecendo informações consensuais sobre o milho (*Zea mays*), mandioca (*Manihot esculenta*), batata-doce (*Ipomoea batatas*), feijão (*Phaseolus* sp.), amendoim (*Arachis hypogaea*), cará (*Dioscorea* sp.) e frutas diversas.

Muitos pesquisadores sugerem que a mandioca representaria o principal alimento da região amazônica e dos povos Tupí-Guaraní da costa atlântica (BROCHADO, 1977), enquanto as populações das florestas meridionais teriam como base agrícola o milho (SCHMITZ, 1991; PROUS, 1992; BARGHINI, 2004), incluindo aqui os Guarani. Essas conclusões são baseadas em registros etnográficos e na tipologia das formas predominantes das cerâmicas, uma vez que as formas abertas observadas na região Tupinambá estariam mais relacionadas ao preparo de farinha (*beiju*) e desintoxicação da mandioca-amarga, enquanto as vasilhas globulares da região Guarani indicariam preparo de comidas fervidas cuja base era o milho. Ambos os grupos preparavam bebidas fermentadas em grandes

vasilhas carenadas mesclando o milho e a mandioca-doce (SCHMITZ, 1991; PROUS, 1992).

Dos autores que se dedicaram a discutir o cultivo de plantas entre os Guarani pré-coloniais a partir de fontes etnográficas, Noelli (1993) foi aquele que apresentou as informações mais detalhadas, ultrapassando a polarização 'mandioca-milho'. O autor utilizou basicamente listas etnográficas, como a *Enciclopedia Guarani-Castellano de Conocimientos Paraguayos* (GATTI, 1985), considerado um dos mais completos estudos sobre a biologia dos Guarani históricos e modernos; documentos históricos, como o *Tesoro de la Lengua Guarani* (MONTROYA, 1639); e as crônicas de autores quinhentistas dos primeiros anos de contato, em especial Schmidl que esteve com os Guarani do Paraguai entre 1535 e 1553 e Cabeza de Vaca que atravessou por terra desde o litoral sul-brasileiro até Asunción, no Paraguai, no ano de 1541. Noelli (1993) organizou uma extensa lista de gêneros alimentares anuais que incluía, além dos cultivos de roça, frutas, folhas, talos, rizomas, bulbos, brotos, raízes, sementes, drupas, fungos comestíveis e plantas medicinais.

Para os Guarani, a categoria de plantas anuais é caracterizada como aquela que possui vegetais que não crescem sem a ajuda humana, prevalecendo as plantas amiláceas que produzem alimentos até um ano após seu plantio. Eram cultivadas nas roças, nas trilhas, nas clareiras e nas hortas do perímetro interno das aldeias, sempre de forma consorciada (NOELLI, 1993). Na lista original de Noelli (1993) aparecem 180 cultivares distribuídos em 39 gêneros. Excluindo as repetições de gênero da lista original e os elementos não identificados, seriam 31 gêneros diferentes: *Manihot*, *Arachis*, *Phaseolus*, *Strophostyles*, *Canajus*, *Vicia*, *Cavalina*, *Pachyrrizus*, *Caladium*, *Amaranthus*, *Xanthosoma*, *Thalia*, *Cucurbita*, *Marantha*, *Calanthea*, *Genipa*, *Bixa*, *Solanum*, *Dioscorea*, *Coix*, *Ipomoea*, *Zea*, *Capsicum*, *Sicana*, *Ananas*, *Musa*, *Chenopodium*, *Herreria*, *Spilanthes*, *Passiflora* e *Psidium*.

Noelli (1993) descreveu ainda mais de 168 espécies de frutas divididas em 23 gêneros: *Bactris*, *Syagrus*, *Butia*, *Ficus*, *Ocotea*, *Eugenia*, *Chrysophyllum*, *Psidium*, *Rubus*, *Rapanea*, *Nectandra*, *Bromelia*, *Ananas*, *Inga*, *Jacaratia*, *Myrcia*, *Passiflora*, *Pouteria*, *Psidium*, *Rollinia*, *Vitex*, *Campomanesia*, *Philodendron*. Além das plantas alimentares, Noelli (1998b) esboçou uma lista histórica de plantas empregadas com

fins terapêuticos pelos Guarani, relacionando os possíveis métodos curativos e os seus significados.

Em resumo, centenas de verbetes botânicos Guarani podem ser acessadas nos dicionários seiscentistas de Montoya ou nos trabalhos interpretativos de Noelli (1993; 1994; 1998a; 1998b) e na revisão de Pereira et al. (2016) e, por essa razão, não é preciso repeti-los aqui. Apenas gostaríamos de ressaltar que esses dados superam qualquer hipótese de escassez no sistema econômico desses povos no passado, aleatoriedade de coleta ou pouca diversidade de plantas consumidas. É verdade, como bem pontuaram Cadogan (1948) e Noelli (1993), que o tempo de exposição aos efeitos da pressão conquistadora europeia resultou na perda de complexidade alimentar e botânica entre muitas populações Guarani, mas durante os primeiros anos de contato os cronistas foram unânimes em apontar a abundância indígena e a produção de excedentes (NOELLI, 1993, p. 263). Os Guarani, por exemplo, abasteciam as expedições invasores que cruzavam o território durante as primeiras décadas do século 16, desde a Bacia Platina até o litoral sul-brasileiro, sem deixar de produzir excedentes para a realização dos seus festejos e o sustento das aldeias (para síntese completa dos cronistas entre 1528-1550 cf. Noelli, 1993, p. 263). Os missionários dos primeiros contatos no interior da Bacia platina, principalmente no oeste paranaense, constataram a mesma abundância. Isto é, mesmo pressionados pelas primeiras *encomiendas* e pelas bandeiras paulistas os Guarani sustentavam suas aldeias, faziam grandes festas e abasteciam os espanhóis (para ver a lista completa de cronistas missionários entre 1594-1640 cf. Noelli, 1993, p. 263).

Finalizamos essa seção destacado que apesar da variedade de informações obtidas com as fontes históricas e etnográficas, essas fontes também possuem limitações e não explicam suficientemente todas as questões econômicas sobre os Guarani. Esse fato se torna especialmente visível quando levamos em conta a fragmentação das informações coletadas pelos cronistas e missionários, bem como os efeitos do pós-contato. Por exemplo, qual seria a significância de cada cultivo para a economia Guarani? Isto é, entre a diversidade, haveria algum cultivo alimentar base para os Guarani? Qual o impacto real do manejo Guarani sobre os novos espaços ocupados? Qual foi a influência alimentar desses povos quando em

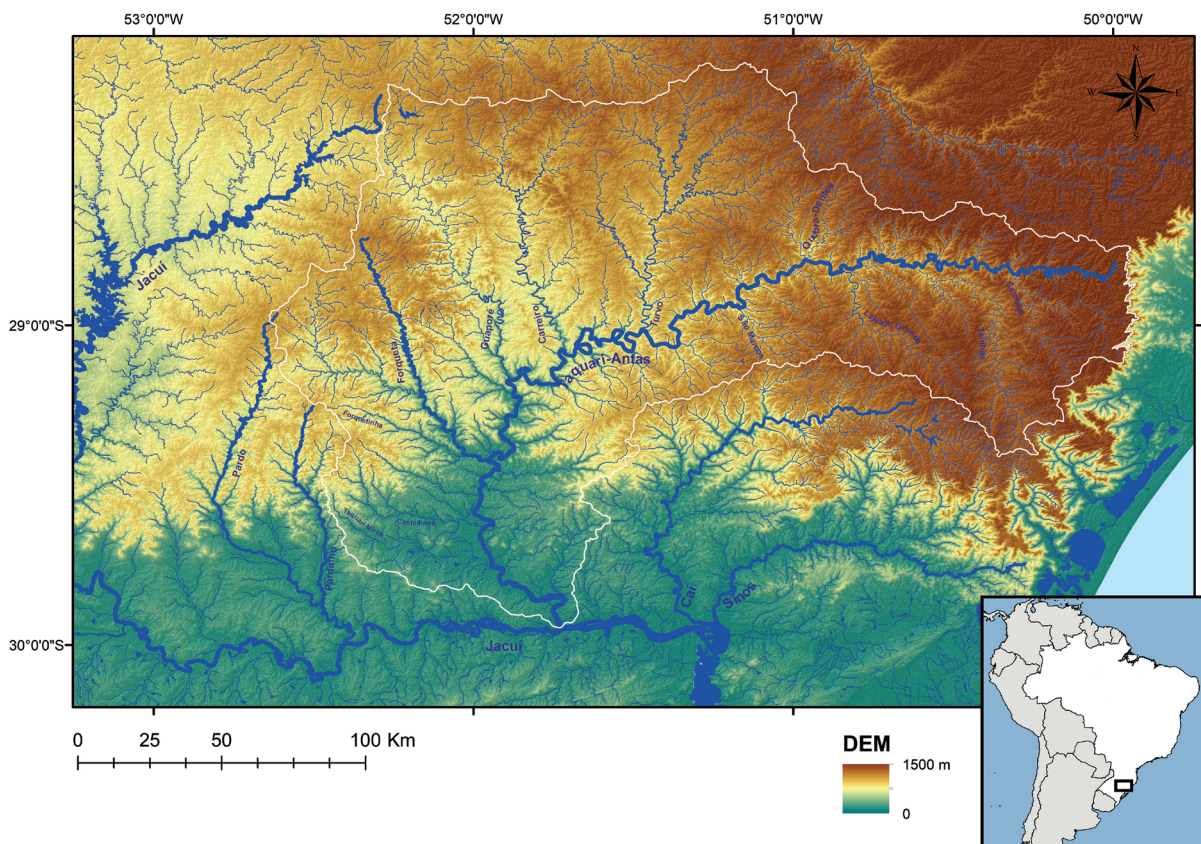
contato com outros indígenas do Sul do Brasil? Essas e outras questões sobre a economia estão entre as menos compreendidas para os Guarani do passado e só serão esclarecidas quando dados arqueobotânicos forem adicionados à discussão.

3 CONTEXTO AMBIENTAL E ARQUEOLOGIA GUARANI NA BACIA DO RIO TAQUARI-ANTAS

A Bacia do Taquari-Antas é uma região que consideramos privilegiada do ponto de vista de fronteiras fitoecológicas e culturais. Localizada no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, Sul do Brasil, entre as coordenadas geográficas 28°10' a 29°57' de latitude Sul e 49°56' a 52°38' de longitude Oeste, configura uma área de 26.491,82km² (SEMA, c2018) e apresenta uma diversidade enorme de paisagens. Conecta naturalmente as terras mais altas do Sul do Brasil, isto é, o Planalto das Araucárias, às terras baixas da Depressão Central Gaúcha (OLIVEIRA et al., 2015), favorecendo uma fisionomia florestal diversa dentro do Bioma Mata Atlântica, um dos principais *hotspots* de biodiversidade mundial (CONSERVATION INTERNATIONAL, 2003).

O principal recurso hídrico é o Rio Taquari-Antas, com suas nascentes no extremo leste do Planalto das Araucárias. Das nascentes até a confluência com o Rio Carreiro recebe o nome de Rio das Antas, passando a partir daí a denominar-se Taquari. Desemboca no Rio Jacuí, do qual é o maior afluente (FEPAM, c2018). Sempre utilizaremos a denominação composta e ligada por hífen 'Taquari-Antas' neste trabalho. Seus principais afluentes da margem esquerda são os rios Camisas, Tainhas, Lajeado Grande e São Marcos; pela margem direita os rios Quebra-Dentes, Turvo, Carreiro, Guaporé, Forqueta e Taquari-Mirim. Limita-se ao norte pela Bacia do Pelotas, a oeste e ao sul pelas Bacias do Pardo e Jacuí, e a leste pelas Bacias do Caí e dos Sinos (FEPAM, c2018) (FIGURA 3).

Figura 3 – Localização da Bacia do Taquari-Antas, hipsometria e principais recursos hídricos⁷.



Fonte: Elaborado com ArcGis 10.2.

O cenário cultural é antigo e também diverso nessa Bacia. Datas em C¹⁴ associadas a sítios líticos e áreas de abrigo indicam que caçadores, coletores e pescadores percorreram espaços drenados pelo Rio Taquari-Antas e afluentes entre 9430±360 AP (RIBEIRO, 1990) e 2250±30 AP (WOLF; MACHADO, 2018). Apesar da longa ocupação desses pioneiros, ainda não muito bem compreendida regionalmente, foi nos dois últimos milênios que ocorreu o estabelecimento de sociedades organizadas em aldeias estáveis: os Jê ocuparam as áreas de maior altitude do Planalto das Araucárias a partir de 1810±85 AP (SCHMITZ; BROCHADO, 1972) e os Guarani as terras baixas da Bacia desde, pelo menos, 560±40 AP (SCHNEIDER et al., 2017a), cuja densidade de sítios e vestígios arqueológicos sugere alto fator demográfico.

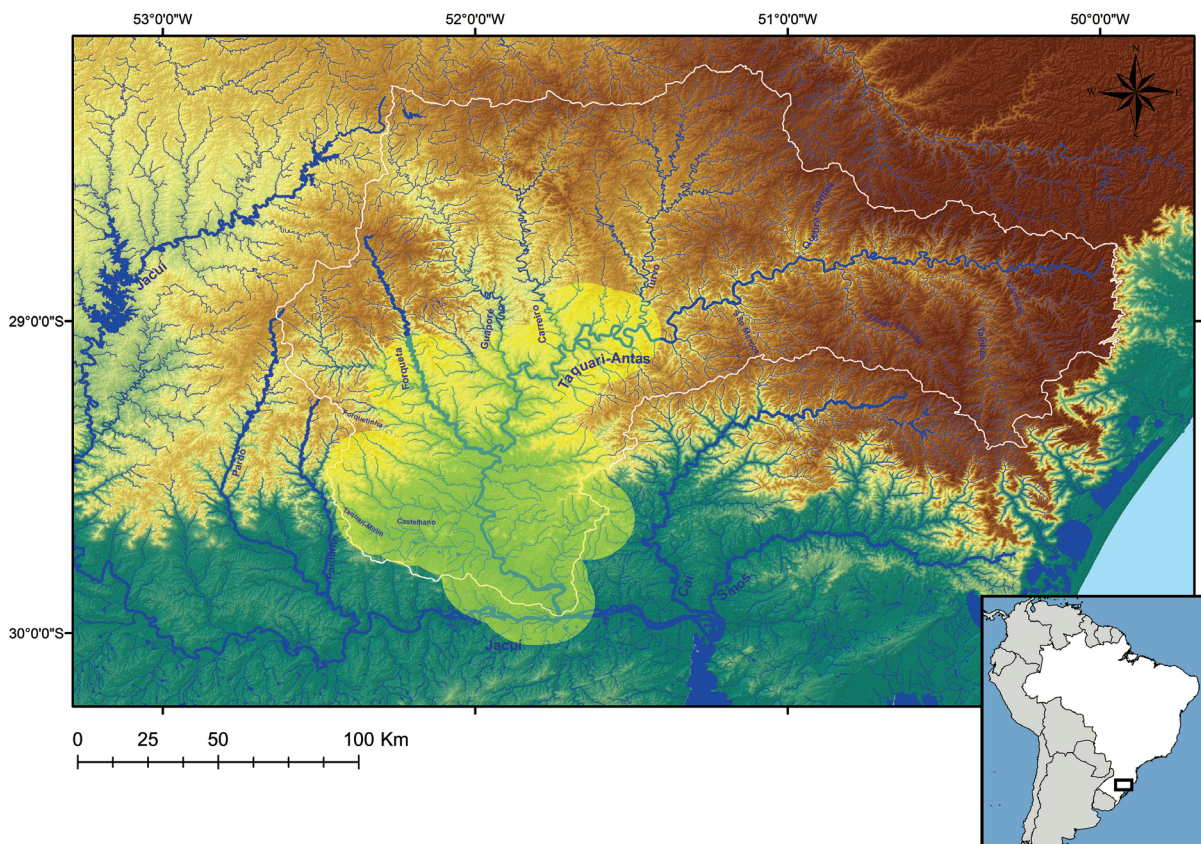
⁷ Para a geração do modelo digital de elevação (DEM) utilizamos a base SRTM (*Shuttle Radar Topography Mission*) disponível em uma versão refinada para o território brasileiro através do TOPODATA (Banco de Dados Geomorfométricos do Brasil), em resolução de 30m. Para os arquivos vetoriais hidrográficos utilizamos Weber e Hasenack (2007). O programa de processamento foi ArcGis 10.2.

A região recebeu as primeiras levas estrangeiras não indígenas a partir de ~A.D. 1630 e fez parte de um forte processo de colonização açoriana, alemã e italiana que se desenvolveu a partir de ~A.D. 1750 (KREUTZ, 2015, p. 276-277), culminando também na presença de afrodescendentes derivados das atividades escravistas (PIRES, 2016, p. 131). Atualmente abrange total ou parcialmente 122 municípios, contabilizando uma população de 1.837.352 habitantes (18% da população estadual) (IBGE, 2000).

O processo histórico dos últimos três séculos resultou em uma dramática redução demográfica indígena na região. Embora hoje existam indígenas estabelecidos na Bacia, a presença se restringe oficialmente aos Kaingang, filiados linguística e culturalmente aos Jê (SILVA; LAROQUE; BASTOS NETO, 2016, p. 26). Terras Indígenas (TI) Guarani demarcadas, regularizadas ou em estudo para demarcação aparecem no norte e no sudeste do Estado do Rio Grande do Sul (MAPA GUARANI CONTINENTAL, 2016; FUNAI, c2019), mas não mais na Bacia do Taquari-Antas. No passado, por outro lado, o território Guarani cobria mais ou menos a porção centro-sul dessa Bacia, correspondendo ao perímetro demarcado em amarelo na Figura 4. Dessa forma, sempre que utilizarmos o termo 'perímetro Guarani' nesta tese estaremos nos referindo, aproximadamente, a demarcação em amarelo da Figura 4, cujo perímetro foi gerado a partir de *buffers* de 10km de circunferência delimitados sobre os sítios registrados.

Enquanto *lato sensu*, as discussões desta tese vão se desenvolver dentro dos limites desse perímetro, mas em especial no Médio Forqueta, em uma escala regional e outra local de análise. Antes de apresentar com mais detalhes como se configuram esses níveis de análise, apresentaremos algumas características ambientais marcantes da Bacia: a geomorfologia, o clima e a vegetação. Optamos por descrever as características de toda a Bacia do Taquari-Antas para dar ênfase à variabilidade de paisagens por um lado, e, por outro, porque a nossa discussão ultrapassou, em alguns aspectos, o território de ocupação restrito ao perímetro Guarani. Logo depois descreveremos resumidamente os antecedentes das pesquisas arqueológicas desenvolvidas nessa região dando ênfase, nesse caso, apenas à área de ocupação Guarani (quando e quem pesquisou), destacando o projeto regional de longa duração que engloba esta tese.

Figura 4 – Delimitação do perímetro de ocupação Guarani na Bacia do Taquari-Antas (*buffer* amarelo).



Fonte: Elaborado com ArcGis 10.2.

3.1 Geomorfologia

Para apresentar detalhes da geografia física da Bacia tomamos como base o recente mapeamento geomorfológico realizado por Oliveira et al. (2015). Os autores se basearam no princípio da hierarquização taxonômica organizado por Ross (1992), técnicas de interpretação visual e técnicas automatizadas para extração das feições⁸ e estabeleceram quatro *taxa* hierárquicos geomorfológicos para a Bacia. Descreveremos apenas os três primeiros que são os mais representativos para os critérios deste trabalho, sempre utilizando Oliveira et al. (2015, p. 6469-6470).

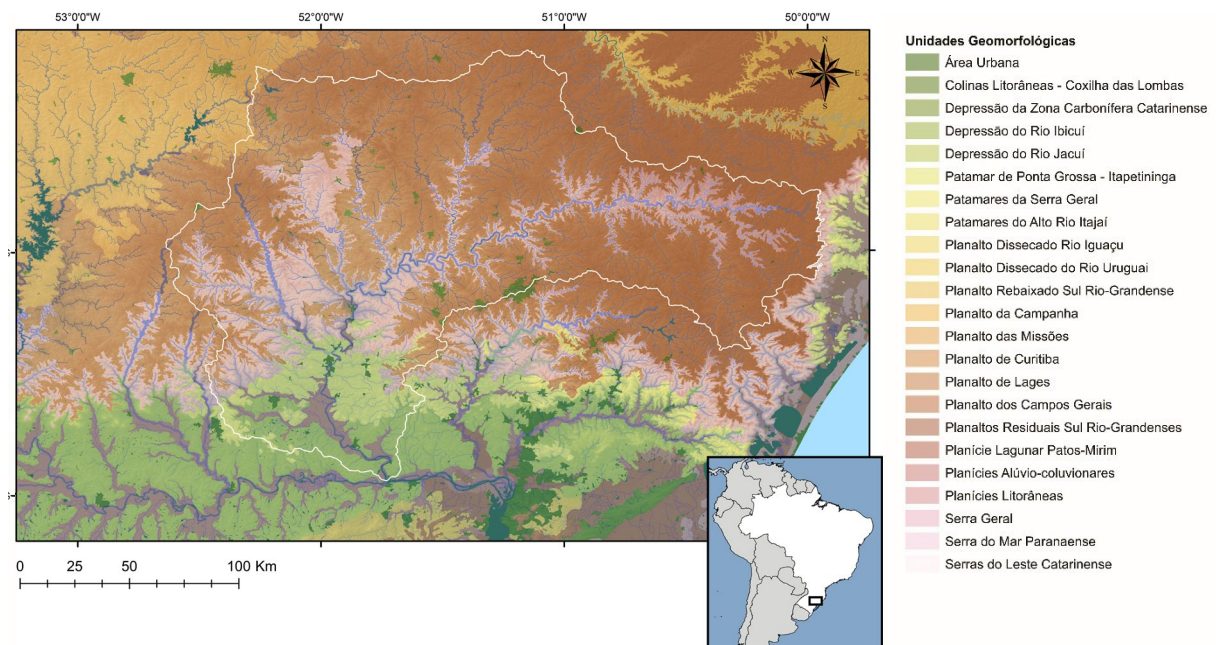
⁸ Os autores utilizaram a base geomorfológica elaborada pelo IBGE (2003) na escala 1:250.000 e base de informações topográficas das décadas de 1970 e 1980. As folhas que coincidem com a área de estudo são: Cruz Alta (SH-22-V-A), Passo Fundo (SH-22-V-B), Santa Maria (SH-22-V-C), Caxias do Sul (SH-22-V-D), Vacaria (SH-22-X-A) e Gravataí (SH-22-X-C). A base digital de elevação utilizada foi a SRTM, disponível no TOPODATA (Banco de Dados Geomorfométricos do Brasil).

O primeiro *táxon* corresponde aos domínios morfoestruturais e representam as grandes estruturas geológicas da região. Foram identificados dois domínios na Bacia: 1) Bacias e Coberturas Sedimentares e 2) Depósitos Sedimentares. O segundo *táxon* corresponde às unidades morfoesculturais ou grandes regiões geomorfológicas que representam um conjunto de compartimentos semelhantes de relevo como resultado da ação climática ao longo do tempo geológico, apresentando diferenças paisagísticas marcantes. No domínio das Bacias e Coberturas Sedimentares foram identificadas três regiões geomorfológicas: Depressão Central Gaúcha, Planalto das Missões e Planalto das Araucárias. Já no domínio dos Depósitos Sedimentares se identificou apenas a região geomorfológica da Planície Continental.

A Depressão Central Gaúcha e a Planície Continental correspondem ao extremo sul da Bacia, com relevo plano e ao nível do mar. O Planalto das Araucárias aparece desde a porção central até o norte e o extremo nordeste da Bacia e é variado enquanto característica de relevo: apresenta desde áreas colinares com pequeno aprofundamento de vales fluviais até níveis profundos de entalhamento. A transição entre a depressão e a área planáltica ocorre por escarpamentos pronunciados em alguns trechos, enquanto em outros é simples e sem quebra de topografia (JUSTUS; MACHADO; FRANCO, 1986; MAGNA, 1997).

O terceiro *táxon* corresponde às unidades geomorfológicas e representa um conjunto de formas semelhantes de acordo com tipos de modelado, gênese, processos e formações superficiais diferenciadas umas das outras (OLIVEIRA et al., 2015, p. 6470). Na Bacia do Taquari-Antas foram identificadas seis unidades (FIGURA 5): 1) Planície Alúvio Coluvionar (localizada na região da Planície Continental), 2) Depressão do Rio Jacuí (pertence à região da Depressão Central Gaúcha), 3) Planalto de Santo Ângelo (se refere exclusivamente à região do Planalto das Missões), 4) Patamares da Serra Geral, 5) Serra Geral e 6) Planalto dos Campos Gerais. Essas três últimas unidades inseridas na região do Planalto das Araucárias.

Figura 5 – Unidades geomorfológicas da Bacia do Taquari-Antas e adjacências.



Fonte: Elaborado com ArcGis 10.2⁹.

Oliveira et al. (2015, p. 6471-6473) apresentaram detalhes com relação ao aspecto físico de cada uma dessas unidades e que ajudam a compreender como se configura a paisagem heterogênea da Bacia. Descreveremos essas características seguindo uma linha de raciocínio que se direciona da menor para a maior altitude.

Presente no extremo sul da Bacia, a Planície Alúvio Coluvionar representa 3,1% da Bacia (área de 819km²) e apresenta superfície plana (FIGURA 6). Sua altitude média é de 24masl, sendo que 90% da sua área possui altitude entre 1-45masl. A Depressão do Rio Jacuí representa 3,9% da Bacia (área de 1.029km²) e é caracterizada por relevo sem grandes variações altimétricas, apresentando colinas com topos convexos, conhecidas como coxilhas, bem como alguns morros testemunhos. A altitude média é de 63masl, sendo que 90% apresenta altitude entre 19-107masl.

⁹ A base geomorfológica utilizada como referência foi a elaborada pelo IBGE (2003) na escala 1:250.000 e base de informações topográficas das décadas de 1970 e 1980 disponível em https://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm. Escala de 1:250.000. O programa de processamento foi o ArcGis 10.2.

Figura 6 – Paisagem plana e ampla da Planície Coluvionar. Margem do Rio Taquari-Antas, Cruzeiro do Sul (RS), 10masl.



Fonte: Acervo do Labarq-Univates.

Patamares da Serra Geral possui uma área de 1.319km², cerca de 5% da totalidade da Bacia, e corresponde aos terminais rebaixados da Serra Geral. As formas de relevo predominantes são colinas e morros com topos convexos com pequeno aprofundamento dos vales fluviais e forte controle estrutural (FIGURA 7). A altitude média deste compartimento é de 98masl, sendo que 90% apresenta altitude entre 24-172masl.

Figura 7 – Paisagem com planícies e colinas suaves dos Patamares da Serra Geral, ao fundo a Serra Geral. Margem do Rio Taquari-Antas, Colinas (RS), 60masl.



Fonte: Acervo do Labarq-Univates.

A Serra Geral cobre 28,6% da totalidade da Bacia (área de 7.563km²), constituindo os terminais escarpados abruptos dos Planaltos das Missões e das Araucárias desenvolvidos sobre rochas efusivas básicas. As formas do relevo apresentam-se bastante abruptas com vales fluviais aprofundados (muitas vezes acima de 400m de desnível) e muitos topos de morros angulares ou estreitos (FIGURA 8), favorecendo a preservação da vegetação florestal. A altitude média desse compartimento é de 486masl, sendo que 90% apresenta altitude entre 160-810masl.

Figura 8 – Paisagem com encostas abruptas das áreas de menor altitude da Serra Geral. Margem do Rio Taquari-Antas, Bento Gonçalves (RS), 200masl.



Fonte: Acervo do Labarq-Univates.

O Planalto de Santo Ângelo possui uma área de 477km² que corresponde a apenas 1,8% da Bacia e se localiza na extrema porção noroeste. A unidade apresenta um relevo mais suave do que o Planalto dos Campos Gerais, com vales mais achatados e um relevo que vai do plano ao ondulado, principalmente com topos de morros convexos e tabulares. A altitude média deste compartimento é de 704masl, sendo 90% entre 581-817masl.

Finalmente, o Planalto dos Campos Gerais possui uma área de 15.221km² e corresponde a 57,6% da totalidade da Bacia. Apresenta-se recortado pelas áreas escarpadas da Serra Geral, fragmentada algumas vezes por áreas de relevo mais dissecado. A unidade caracteriza-se por um relevo que vai desde terrenos planos a ondulados (FIGURA 9), preferencialmente com topos de morros tabulares. A altitude média deste compartimento é de 768masl, sendo 90% inserido entre 513-1022masl.

Figura 9 – Campos de Cima da Serra com morfologia ondulada do Planalto dos Campos Gerais. Próximo das nascentes do Rio Taquari-Antas, São José dos Ausentes (RS), 1000masl.



Fonte: Acervo do Labarq-Univates.

A diferença entre as três últimas unidades inseridas no Planalto das Araucárias é fortemente associada à altimetria e à declividade. Os Patamares da Serra Geral constituem-se como as áreas mais baixas do Planalto das Araucárias, com a predominância de declives menos acentuados, sendo facilmente separados da Serra Geral pela linha de ruptura de declive relacionada à escarpa erosiva. Já o Planalto dos Campos Gerais apresenta as áreas mais elevadas do Planalto das Araucárias, com predominância de topos de morros tabulares ou convexos, bem como declives menos acentuados. A divisão entre a Serra Geral e o Planalto dos Campos Gerais é marcada pela ruptura de declive superior das vertentes.

3.2 Clima

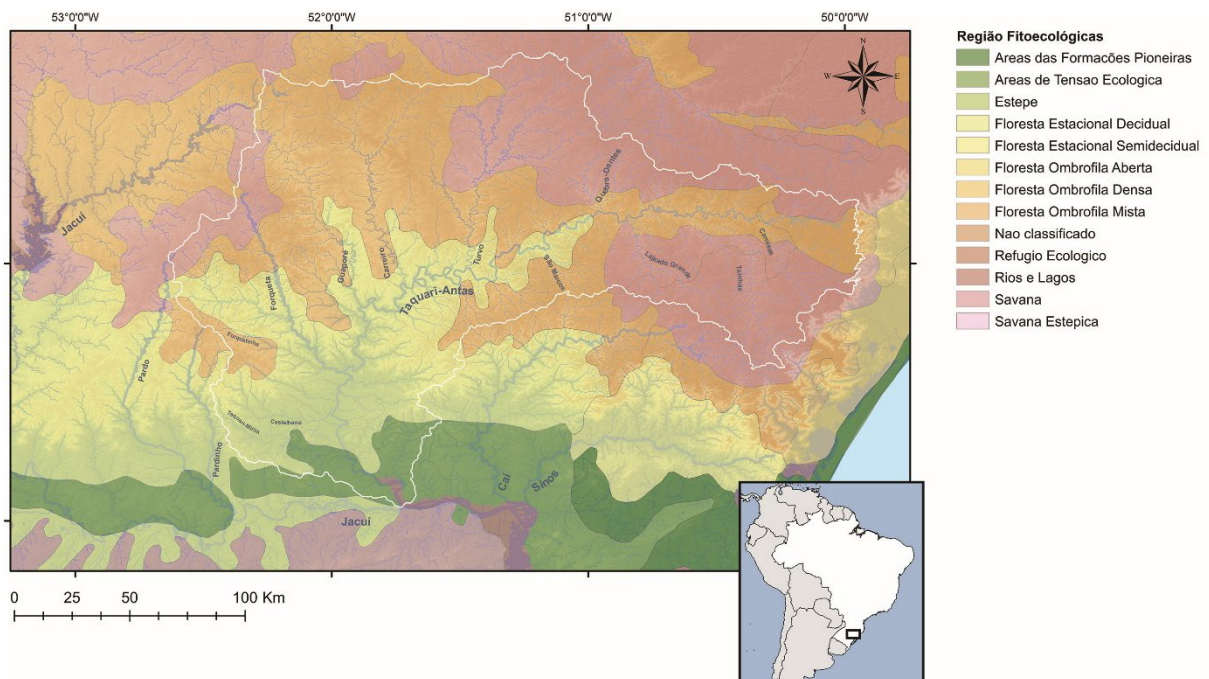
Por conta das variações do relevo, latitude e também posição em relação ao mar, o clima da Bacia apresenta algumas variações. Pelo sistema de Köppen (1931), cuja classificação é realizada com base nas térmicas e na distribuição sazonal da precipitação, o tipo climático observado no Estado do Rio Grande do Sul é Cf (subtropical úmido ou temperado chuvoso), dividido em dois grupos climáticos: Cfa e Cfb. A maior parte do território da Bacia pertence ao tipo Cfa, sempre úmido com verões quentes, e uma pequena área localizada na região nordeste (nas altitudes mais elevadas do Planalto das Araucárias) ao tipo Cfb, sempre úmido com verões amenos (PESSOA, 2017). O tipo Cfa apresenta médias térmicas superiores a 22°C no verão e no tipo Cfb as temperaturas médias dos meses mais quentes não chegam a 22°C (KUINCHTNER; BURIOL, 2001; PESSOA, 2017).

Regiões temperadas geralmente não apresentam calor demasiado. No Sul do Brasil, contudo, a inclinação dos raios solares é muito pequena no verão e chega a registrar temperaturas acima dos 40°C. Ao mesmo tempo o inverno é acentuado, uma vez que entre maio e agosto a temperatura média se mantém relativamente baixa ocasionada pelo efeito de frentes polares que trazem chuvas e fazem com que as temperaturas declinem a 0°C. Não raras vezes baixam a valores negativos e geadas severas são frequentes, ocorrendo entre 10 e 25 dias por ano (NIMMER, 1990). A precipitação de neve, embora registrada em mais da metade do Estado do Rio Grande do Sul, é ocasional e ocorre com mais frequência nas áreas elevadas do Planalto das Araucárias, isto é, no extremo nordeste da Bacia do Taquari-Antas. Convém salientar que mesmo nessas regiões esse não é um fenômeno regular. Por fim, as chuvas são bem distribuídas durante todos os meses e ao longo de quase todo o território do Estado a média da precipitação anual varia entre 1.250 a 2.000mm (NIMMER, 1990). Acima da média, o mais alto índice pluviométrico do Sul do Brasil está em uma pequena porção do norte do Estado, apresentando valores de 2.500mm de precipitação (PESSOA, 2017).

3.3 Vegetação

Dentre os 17 países com megadiversidade no mundo, o Brasil é o maior deles, possuindo 15-20% do número total de espécies do planeta, a mais diversa flora do mundo e altas taxas de endemismo (FORZZA et al., 2010). O Estado do Rio Grande do Sul apresenta dois biomas em sua formação fitogeográfica, a Mata Atlântica, altamente diversa, e o Pampa, constituído por vastas colinas e gramíneas (ATLAS FEE, 2017). Todo o território da Bacia do Taquari-Antas se insere no Bioma Mata Atlântica, apresentando nessa porção três regiões fitoecológicas distintas (FIGURA 10): a Floresta Ombrófila Mista (também conhecida como Floresta de Araucária, cuja denominação utilizaremos aqui), a Floresta Estacional Decidual e as Savanas (Campos do Planalto Médio ou Campos de Altitude, designação que utilizaremos aqui) (TEIXEIRA; NETO, 1986; FEPAM, c2018).

Figura 10 – Regiões fitoecológicas da Bacia do Taquari-Antas e adjacências.



Fonte: Elaborado com ArcGis 10.2¹⁰.

¹⁰ Referência para os vetores de vegetação está na base “Vegetação” do IBGE (2003), disponível em https://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm. Escala de 1:500.000.

Considerando critérios de altitude, os Campos de Altitude ocupam áreas superiores a 700masl, na extremidade nordeste da Bacia do Taquari-Antas. Apresentam matas de galeria ao longo dos cursos d'água e remanescentes florestais em estágio de regeneração avançada, bem como vegetação gramíneo-lenhosa associada aos capões de Araucária (*Araucaria angustifolia*) (FIGURA 11), solos rasos, pedregosos e turfeiras formadas por musgos (CORTELETTI, 2012). Também há a presença de 'mata nebular', denominação dada por Rambo (2000 [1956]) com base nos intensos nevoeiros dessa área. Nas proximidades dos *cânions* dos Aparados da Serra Geral, por exemplo, a mata nebular é baixa, densa e formada por árvores com galhos e troncos tortuosos tomados por líquens e hepáticas, apresentando muitas espécies endêmicas (TEIXEIRA; NETO, 1986).

Figura 11 – Campos de Altitude com a presença de capões de Araucária em São José dos Ausentes (RS), próximo das nascentes do Rio Taquari-Antas.



Fonte: Acervo do Labarq-Univates.

Essa paisagem aberta e campestre vai se modificando conforme nos deslocamos à jusante do Rio Taquari-Antas, dando lugar à vigorosa Floresta de Araucária. Aparecendo em capões ainda associados ao campo, em vales (FIGURA 12) e encostas, a Araucária é a espécie dominante do dossel superior da Floresta de Araucária, representando mais de 40% de todas as árvores individuais. Cresce geralmente acima de 600masl e se torna mais dominante acima de 800masl, bem como em regiões com precipitação >1400mm e temperatura média de 11,5°C a 22°C (LAUTERJUNG et al., 2018).

Figura 12 – Floresta de Araucária na formação Alto-Montana em São José dos Ausentes (RS), predominância de Araucária nas margens do Rio Taquari-Antas.



Fonte: Acervo do Labarq-Univates.

A Araucária foi caracterizada como espécie pioneira de vida longa (SOUZA, 2008), atuando como uma 'enfermeira' para colonização sob o seu dossel, com crescimento lento quando comparada a outras coníferas. Sua idade média pode atingir entre 140 a 200 anos (REITZ; KLEIN, 1966) ou mais (PALUDO, 2009), e sua dispersão primária é barocórica (por gravidade), sem que as pesadas sementes viajem muito longe, e a dispersão secundária ocorre por zoocoria de roedores e pássaros (REITZ; KLEIN, 1966).

Por critérios de altitude, atualmente a Floresta de Araucária é dividida em quatro formações: Floresta Aluvial (ao longo das planícies aluviais); Submontana (até 400masl, nas áreas periféricas do Planalto das Araucárias); Montana (acima de 500masl) e Alto-Montana (acima de 1000masl). No Rio Grande do Sul, o vale superior do Rio Taquari-Antas guarda a maior parcela da Floresta Montana preservada, especialmente por apresentar ali um terreno montanhoso e de difícil acesso. No estrato emergente são encontradas, além da Araucária, árvores como a Canela-areia (*Cryptocarya aschersoniana*), Canela-brabo (*Octoea pulchella*), Canela-sebo (*Mimosa scabrella*), Pessegueiro-brabo (*Prunus sellowii*), Bracatinga (*Mimosa scabrella*) e outras. Na submata ocorre Aroeira (*Litharea brasilienses*), Guaramirim-ferro (*Calyptranthes concinna*), Guaramirim (*Myrceugenia euoesma*), Cambui (*Myciaria tenella*), Erva-mate (*Ilex paraguarienses*) e outras (TEIXEIRA; NETO, 1986).

Apesar de densa no passado, a grande redução populacional extrativista do século 20 resultou na listagem da Araucária como uma espécie criticamente ameaçada de extinção (THOMAS, 2013), cuja área atual é de apenas 12,6% de sua distribuição máxima que atingiu quase 190.000km² no passado (RIBEIRO et al., 2009). Hoje se sabe que essa drástica redução é a segunda grande influência humana sobre a espécie, cuja primeira foi, ao contrário, uma expansão. Até o final do Pleistoceno o Planalto das Araucárias não possuía Araucárias, sendo constituído predominantemente por campos. A espécie provavelmente só existia nos vales profundos e protegidos das áreas altas da Serra Geral (BEHLING et al., 2004). A partir do Holoceno, os taxa constituintes da Floresta de Araucária passaram a exibir um pequeno acréscimo (BEHLING et al., 2004; LORSCHETTER, 2003) e, finalmente, no Holoceno médio e superior os resultados polínicos sugerem uma

primeira expansão que formou uma rede de florestas de galeria ao longo dos rios (BEHLING et al., 2004). Essa expansão inicial foi sucedida por um período de estagnação e logo depois por uma rápida e dramática expansão da Floresta de Araucária para além dos vales, formando mosaicos de floresta e pastagens entre 1410-900 AP (BEHLING et al., 2004).

No momento dessa rápida expansão, o Planalto das Araucárias estava ocupado densamente por assentamentos Jê (NOELLI; DE SOUZA, 2017; CORTELETTI; IRIARTE, 2018), que passavam a apresentar aumento demográfico, aldeias com grandes centros cerimoniais e estruturas arquitetônicas públicas marcadas na paisagem, refletindo ocupações mais permanentes (DE SOUZA et al., 2016a; CORTELETTI; IRIARTE, 2018; DE SOUZA, 2018). A coincidência de acentuação da Floresta de Araucária durante o final do Holoceno com a intensificação da ocupação humana no Planalto das Araucárias levou arqueólogos e paleoecólogos a sugerirem algum grau de correlação entre esses eventos (BITENCOURT; KRAUSPENHAR, 2006; IRIARTE; BEHLING, 2007). A questão essencial era definir se a expansão da Floresta de Araucária teria incentivado o aumento demográfico Jê ou, ao contrário, a presença Jê teria proporcionado, como efeito secundário ou intencional, a expansão dessa Floresta.

Dois projetos distintos apresentaram recentemente dados concisos que corroboram com a segunda hipótese, demonstrando que a rápida expansão da Araucária no Holoceno superior foi uma consequência antrópica. Robinson et al. (2018) utilizaram dados paleoclimáticos obtidos a partir de registros isotópicos de um espeleotema localizado na Caverna Botuverá, Estado de Santa Catarina, e observaram que um aumento gradual na precipitação entre 7000-4000 AP ocasionou uma pequena expansão inicial de Floresta de Araucária marcada também nos registros regionais polínicos (BEHLING et al., 2004). Perceberam ainda que o Sul do Brasil experimentou o seu período mais úmido dos últimos 8000 anos entre 2000-1750 AP, e que logo foi seguido por uma ligeira tendência à secagem do clima. O início da rápida expansão regional da Floresta de Araucária entre 1410-900 AP ocorreu, portanto, durante um período relativamente seco, indicando que as condições climáticas não foram as responsáveis pelo fenômeno. Refinando esses resultados, a análise de amostras de solo de uma área arqueológica Jê do Planalto

das Araucárias demonstrou que antes da ocupação intensiva a paisagem apresentava como modelo a distribuição de florestas mescladas com mosaicos de campo (sinal C⁴) limitados à face sul das encostas. Com a intensificação da ocupação Jê foi possível notar que ocorreu uma transição generalizada dos campos (sinal C⁴) para as florestas (sinal C³). Esses dados levaram os autores a concluir que a presença humana desencadeou a rápida expansão da Floresta de Araucária.

Concordando com essas assertivas, Lauterjung et al. (2018) apresentaram uma abordagem filogeográfica para a expansão da Araucária conjugando dados ecológicos e genéticos. Para simular a quantidade de tempo que essa espécie necessitaria para atingir sua expansão máxima sem ajuda humana os autores construíram uma rede de haplótipo de cloroplasto e testaram possíveis desvios de neutralidade, divergência genética e a associação entre distâncias genéticas e geográficas. Os resultados demonstraram, entre outras questões, sinais claros de uma expansão rápida e recente de um único refúgio, uma rede de haplótipos em forma de 'estrela' e valores negativos para os testes de neutralidade e baixos valores de divergência não associadas à distância geográfica. Os autores perceberam que o tempo de dispersão estimado para que as espécies atingissem a distância máxima de distribuição do seu refúgio putativo sem ajuda humana não seria consistente com a rápida e recente expansão da Araucária, direcionando mais uma vez a resposta para o fator antrópico.

Esses resultados jogaram novas luzes sobre a expansão da Araucária para além dos seus limites naturais, mas muitas questões ainda são desconhecidas sobre a dispersão da espécie. Por exemplo: nas áreas de baixa altitude da Bacia do Taquari-Antas a composição florística muda de configuração passando a apresentar a formação Floresta Estacional Decidua e a presença de Araucária se torna muito rara. Uma exceção foi observada por Noelli (2000) em documentos do século 18, contudo, relatando a presença de significativas manchas de Araucária quase a nível do mar, próximas das várzeas dos rios Jacuí, Taquari-Antas, Caí e Sinos, onde as densas aldeias Guarani proliferaram. Esses dados históricos sugerem que a dispersão dessa espécie possa ter ultrapassado os limites meridionais estipulados por Rambo (2000 [1956]) e Backes (1988) no passado.

Hoje vigora a Floresta Estacional Decidual em áreas não desmatadas da vertente sul do Planalto das Araucárias, quer dizer, na Serra Geral, nos Patamares da Serra Geral, nos terraços aluviais dos rios Jacuí, Ibicuí e nos respectivos afluentes como o Rio Taquari-Antas (TEIXEIRA; NETO, 1986). Com relação às características caducifólias dessa Floresta, no território sul-brasileiro o caráter de estacionalidade é determinado pelo período de baixas temperaturas que exerce fisiologicamente sobre as plantas o mesmo efeito da seca.

A estrutura florestal é representada por dois estratos arbóreos distintos: o emergente é aberto e decíduo, com altura entre 25-35m; e o dominado e contínuo apresenta espécies cuja altura não supera 20m (TEIXEIRA; NETO, 1986). A fisionomia decidual é determinada por leguminosas caducifólias do dossel emergente, onde se destacam a Grápia (*Apuleia leio-carpa*) e o Angico (*Parapiptadenia rigida*). Cinquenta por cento do estrato dominado é marcado por duas espécies, o Mata-olho (*Pachystroma longifolium*) e a Batinga (*Eugenia rostrifolia*), e o restante dessa parcela é marcada por diversidade florística: há arvoretas formadas pelos gêneros *Actinostemon*, *Sorocea* e *Trichilia*; epífitas e lianas, apesar de abundantes, são representadas por um pequeno contingente de espécies que se repetem; as palmeiras são representadas especialmente pelo Jerivá (*Syagrus romanzoffiana*) (TEIXEIRA; NETO, 1986).

Três formações são reconhecidas para essa Floresta: a Formação Aluvial (a nível do mar), a Submontana (entre 30-400masl) e a Formação Montana (acima de 400masl). A Aluvial cobre os terraços aluviais e hoje foi quase toda substituída por pastagens e culturas cíclicas. Em partes ainda preservadas se reconhece pequenas variações estruturais relacionadas às condições de drenagem: em áreas inundáveis e de drenagem lenta o estrato é aberto e dominado por Corticeira (*Erythrina cristagalli*), Salgueiro (*Salix humboldtiana*), Ingá (*Inga uruguensis*), Branquilha (*Sebastiania klotzschiana*), Jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), Toropi (*Sapium* sp.) e outras. Nos locais de solos drenados e esporadicamente inundáveis apresenta Açoita-cavalo (*Luehea divaricata*), Guajuvira (*Patagonula americana*), Angico (*Parapiptadenia rigida*), Farinha-seca (*Ruprechtia laxiflora*) e Comboatá (*Cupania vernalis*) (TEIXEIRA; NETO, 1986).

A Formação Submontana aparece em relevos levemente ondulados e dissecados com a predominância de Grápia (*Apuleia leiocarpa*), Angico (*Parapiptadenia rigida*), Cabriúva (*Myrocarpus frondosus*), Louro (*Cordia trichotoma*), Umbu (*Phytolacca dioica*), Guajuvira (*Patagonula americana*), Açoita-cavalo (*Luehea divaricata*), Canela-preta (*Nectandra megapotamica*), Batinga (*Eugenia rostrifolia*), Canela-guaicá (*Nectandra megapotamica*), Mata-olho (*Pachystroma longifolium*), Laranjeira-do-mato (*Actinostremon concolor*), Chincho (*Sorocea bonplandii*), Catiguá (*Trichilia claussoni*), entre outros (TEIXEIRA; NETO, 1986).

A formação Montana é composta por um pequeno número de espécies com alta adaptação a sazonalidade, onde se destacam o Angico (*Parapiptadenia rigida*), Cedro (*Cedrela fissilis*), Canjerana (*Cabralea canjerana*), Cabriúva (*Myrocarpus frondosus*), Guajuvira (*Patagonula americana*), Açoita-cavalo (*Luehea divaricata*) e outras (TEIXEIRA; NETO, 1986). Espécies dessa formação frequentemente penetram na Floresta de Araucária formando uma zona de ecótono. Possivelmente existem também formações Semidecíduais em meio à Floresta Decidua da Bacia do Taquari-Antas, assim como verificado por Freitas e Jasper (2001) a partir de amostras de Orchidaceae de uma área de análise do município de Lajeado, na porção Média do Taquari-Antas.

3.4 Contexto Arqueológico Guarani

Assim como em quase todo o Brasil, na Bacia do Taquari-Antas os primeiros registros de sítios arqueológicos datam da metade da década de 1960 e estiveram vinculados ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa). Coordenado pelo casal Betty Meggers e Clifford Evans e patrocinado conjuntamente por órgãos brasileiros (o CNPq, por exemplo) e pela norte-americana *Smithsonian Institution*, esse Programa teve durabilidade de cinco anos em atividades de campo (entre 1965-1970) e o principal objetivo era evidenciar a potencialidade arqueológica do maior número de áreas possíveis, bem como enquadrar os contextos regionais

em tradições culturais e em horizontes cronológicos a partir do método de seriação de Ford (1962).

As áreas pesquisadas cobriram grandes extensões do Brasil e foram definidas, sobretudo, em função de bacias hidrográficas. Entre os métodos aplicados foram realizadas prospecções, coletas, escavações em níveis artificiais e identificação de conjuntos artefatuais classificados em distintas tradições e fases (CHMYZ, 1969; BROCHADO, 1973). Esses métodos receberam inúmeras críticas das gerações seguintes, em especial pelo caráter descritivo das atividades realizadas (e.g. NOELLI, 1993; DIAS, 1995; SOARES, 1997, SCHIAVETTO, 2003), entretanto, com pouco tempo disponível e uma grande área para explorar, é preciso recordar que o Pronapa desempenhou um importante papel na identificação de áreas até então desconhecidas sob o ponto de vista arqueológico.

Esse foi o caso da Bacia do Taquari-Antas. Já nos primeiros anos os pesquisadores atestaram a potencialidade e a diversidade arqueológica regional: caçadores-coletores haviam sido os primeiros habitantes (RIBEIRO, 1990); os sítios das terras altas com estruturas subterrâneas e cerâmicas finas, pasta escura e tratamentos de superfície com marcas de impressão de cestaria foram associados aos Jê e classificados como Tradição Taquara (LA SALVIA, 1966 apud CNSA/IPHAN, 2014; LA SALVIA, 1968 apud ROHR, 1971; SCHMITZ; BROCHADO, 1972; MILLER, 1967; 1969; NAUE, 1971; 1972 apud CNSA/IPHAN, 2014); os sítios das planícies que apresentavam grande volume de fragmentos de cerâmica pintada, corrugada, ungulada, entre outros tratamentos de superfície, bem como machados polidos e manchas de terra preta foram associadas aos Guarani e classificados como pertencentes à Tradição Tupiguarani (SCHMITZ, 1967; BROCHADO, 1969; WERLANG, 1981; GOLDMEIER, 1983; RIBEIRO et al., 1989; RIBEIRO, 1990).

Os primeiros sítios Guarani da Bacia do Taquari-Antas foram identificados por Schmitz entre 1965-1966 nos municípios de Arroio do Meio, Muçum, Bento Gonçalves e Santa Tereza (GOLDMEIER, 1983), no Médio e Alto Taquari-Antas. O arqueólogo evidenciou inúmeros pontos com vestígios na superfície e manchas de terra preta em subsuperfície, bem como uma série de enterramentos em urnas. Anos mais tarde, em 1987, Mentz Ribeiro ministrou o “Curso de Introdução à Arqueologia” (FIGURA 13) que foi promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Vale do

Taquari (IHGVT) juntamente com a Fundação Alto Taquari de Ensino Superior (FATES), atualmente Univates, identificando sítios Guaraní em planícies dos municípios de Lajeado e Cruzeiro do Sul (KREUTZ, 2015), cuja parte do acervo recuperado está depositado na reserva técnica do Labarq-Univates. Maiores detalhes sobre essas primeiras atividades arqueológicas podem ser acessados em Goldmeier (1983), Fiegenbaum (2009) e Kreutz (2015).

Figura 13 – Saída de campo do “Curso de Introdução à Arqueologia” realizado por Mentz Ribeiro em 1987 no município de Lajeado (RS).



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico do Vale do Taquari – IHGVT (1987). Acervo depositado no Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da Univates (CMPD-Univates).

As atividades arqueológicas só foram retomadas na região no início dos anos 2000, inaugurando a fase de execução de projetos acadêmicos de longa duração. O PAHAERS, vinculado ao Labarq-Univates e coordenado pela arqueóloga Neli T. G. Machado, possui quase duas décadas de desenvolvimento na área central do perímetro Guaraní da Bacia, correspondendo ao Médio e Baixo Taquari-Antas e ao

Médio e Baixo Rio Forqueta (mais ou menos nos limites geopolíticos do Vale do Taquari, uma região que abrange 36 municípios).

Nessa área foram realizadas prospecções nas margens do Médio e do Baixo Forqueta (WOLF, 2012), realocização de sítios estabelecidos no Médio Taquari-Antas (KREUTZ, 2015), análise do padrão de assentamento Guarani (KREUTZ, 2008; 2015; WOLF, 2012) e o estabelecimento de cronologias (FIEGENBAUM, 2009; WOLF, 2012; SCHNEIDER, 2014; KREUTZ, 2015; SCHNEIDER et al., 2017a; 2017b). Trabalhos pontuais de escavação foram desenvolvidos nos sítios RS-T-114, RS-T-101, RS-T-122, entre outros (descrição das atividades de escavação, análise de estruturas arqueológicas e dispersão de vestígios arqueológicos) (KREUTZ, 2008; FIEGENBAUM, 2009; WOLF et al., 2013, SCHNEIDER, 2014), bem como análises específicas sobre a cerâmica Guarani (MACHADO et al., 2008; MACHADO et al., 2018), sobre o lítico (FIEGENBAUM, 2009; MACHADO et al., 2009) e sobre vestígios arqueofaunísticos (ROSA et al., 2009). As pesquisas do PAHAERS também revelaram um contexto inédito de ocupação Jê para as áreas do Alto Rio Forqueta, noroeste da Bacia (MACHADO; MILDRE, 2005; WOLF, 2016; WOLF; OLIVEIRA; MACHADO, 2016; WOLF; MACHADO, 2018).

Projetos de curta duração vinculados aos licenciamentos ambientais também foram desenvolvidos na área que compreende o perímetro Guarani, em especial na porção sul e na porção norte. Para os sítios Guarani localizados ao sul, as informações são pouco conclusivas até o momento, sem dados de áreas escavadas, datações ou maiores detalhes sobre os sítios encontrados. Apesar disso, esse é um ponto importante para o entendimento da expansão Guarani em direção ao Planalto das Araucárias porque ali o Rio Taquari-Antas se conecta ao Rio Jacuí e deve ter configurado como uma das rotas de entrada Guarani. Entre as publicações acessíveis para essa área é possível consultar Klamt et al. (1998), onde há o registro e a descrição superficial de sítios inseridos nos municípios de Venâncio Aires e Cruzeiro do Sul, bem como a localização de sítios entre os municípios de Taquari, Tabaí, Fazenda Vilanova (RIBEIRO et al., 1989; ROSA, 2009; MONTICELLI; DOMIKS apud CNSA/IPHAN, c2014). Foram identificados ainda sítios associados a caçadores-coletores na Bacia (RIBEIRO et al., 1989; MOTTA, 2011; WOLF; MACHADO, 2018).

Na porção setentrional do perímetro Guarani as pesquisas são originárias de projetos de licenciamento contratados pelo Complexo Energético Rio das Antas (CERAN) para a instalação das Usinas Hidrelétricas 14 de Julho e Castro Alves e coordenados pelo arqueólogo Sérgio Klamt (MACHADO, 2008). Essa região é considerada hoje como a porção que apresenta os últimos sítios Guarani a montante do Rio Taquari-Antas. Dos trabalhos realizados nessa área resultaram análises de cerâmica e de lítico, padrão de assentamento dos sítios, escavação de uma mancha de terra preta no sítio Favaretto e uma datação em C¹⁴ (MACHADO, 2008). Os materiais arqueológicos resgatados nesse trabalho estão depositados no Centro de Pesquisas Arqueológicas da Universidade de Santa Cruz do Sul (CEPA-Unisc).

3.5 Delimitação da Área de Estudo

Para o desenvolvimento desta tese partimos do plano de fundo brevemente resumido acima. Utilizamos em especial dados fornecidos pelas pesquisas anteriores do PAHAERS, sendo essas as mais conclusivas para a região, mas também compilamos e analisamos dados novos obtidos durante o desenvolvimento específico deste trabalho. Duas escalas espaciais de análise foram implementadas.

A escala **regional** de análise engloba total ou parcialmente o perímetro de ocupação Guarani da Bacia, onde três temas foram desenvolvidos. O primeiro apresenta análise espaço-temporal da ocupação Guarani (Capítulo 4). Percebemos que por conta dos projetos independentes executados nessa região, a distribuição de sítios Guarani ainda não havia sido mapeada de uma forma integrada. Por exemplo, Fiegenbaum (2009) e Wolf (2012) apresentaram dados da ocupação Guarani para o Baixo e Médio Forqueta; Kreutz (2015) compilou dados restritos para a região geopolítica do Vale do Taquari; Machado (2008) publicou dados referentes aos sítios do setor norte do perímetro Guarani. Utilizamos então as coordenadas geográficas publicadas nesses e em outros trabalhos e elaboramos uma cartografia regional integrada para a ocupação Guarani da Bacia do Taquari-Antas. Além da compilação do banco de dados, refinamos os limites noroeste da ocupação Guarani

com prospecções pontuais no Médio Forqueta. Aos resultados espaciais agregamos dados de cronologia utilizando datas em C¹⁴ disponíveis para o contexto Guarani regional, bem como apresentamos datas inéditas nesta tese. Obtivemos como resultado um padrão preliminar dos assentamentos Guarani com relação à hipsometria, geomorfologia e fitoecologia da região e um quadro cronológico relativamente bem estabelecido.

A análise espaço-temporal também revelou, entre outros resultados, um discreto avanço Guarani sobre o território Jê, nos levando a estender as discussões regionais para além do perímetro Guarani, em uma segunda abordagem regional (Capítulo 5). Buscamos discutir o impacto da chegada Guarani no território Jê cruzando dados espaciais (distribuição de sítios) e cronológicos (datas em C¹⁴) acessíveis para o território para Jê do noroeste e nordeste da Bacia do Taquari-Antas com os dados de distribuição de sítios e cronologia Guarani.

Como terceiro tema de análise regional nos dedicamos a refinar o conhecimento sobre os sítios Guarani da região de estudo (Capítulo 6). Para isso, analisamos fragmentos de cerâmica de uma amostra de sítios Guarani inseridos nesse perímetro, sendo esse o único vestígio ubíquo e o mais representativo da cultura material Guarani da região. Essa análise permitiu a observação do padrão da cerâmica regional Guarani bem como discussões sobre sutis diferenças entre os sítios, sobre a formação de agrupamentos ‘microrregionais’, *outliers* e a verificação de cerâmica intrusiva Jê em alguns sítios Guarani. Nesse último caso, para avaliar a significância das cerâmicas intrusivas Jê analisamos e comparamos estatisticamente cerâmicas de um sítio Jê (RS-T-126) localizado na porção noroeste da Bacia do Taquari-Antas com o padrão observado na cerâmica Guarani regional.

Enquanto as discussões regionais devem ser entendidas como aquelas que abarcaram o perímetro de ocupação Guarani inserido na porção centro-sul e que dialogaram com a ocupação Jê fora desse perímetro, para as discussões em **escala local** nos concentramos em detalhes de dois sítios Guarani específicos do Médio Forqueta: o RS-T-114 e o RS-T-132 (Capítulo 7). Levamos em conta que a vida social, política e econômica acontecia no âmbito das aldeias e, portanto, estimamos que muitas informações estariam refletidas nas unidades mínimas do convívio social desses povos. Analisamos artefatos cerâmicos, líticos, vestígios arqueobotânicos e

cronologia de duas manchas de terra preta evidenciadas nesses sítios, obtendo informações sobre o tempo de permanência e a dinâmica de ocupação das aldeias, mudanças na cultura material ao longo do tempo, uso do espaço e consumo de plantas.

Os materiais e métodos específicos para cada uma dessas etapas de análise estão descritos nos respectivos capítulos em que elas se desenvolvem e que serão discutidos na sequência.

4 TEMPO E ESPAÇO GUARANI: DISTRIBUIÇÃO DOS SÍTIOS E CRONOLOGIA NA BACIA DO RIO TAQUARI-ANTAS

Em busca de uma unidade de análise que transmita comportamentos característicos de uma sociedade em determinado espaço-tempo, os arqueólogos criaram inúmeras escalas para se documentar a variabilidade na organização econômica, social e política. Para as sociedades pré-coloniais geralmente se aceita que a dinâmica histórica possui uma ligação inseparável com a terra e com seus recursos e, portanto, não pode ser totalmente compreendida fora do contexto do território que ocuparam (ZEDEÑO, 1997, p. 68). A escala e a relevância histórica das unidades de análise que melhor se aproximam de um território mudaram repetidamente ao longo do tempo para acomodar perspectivas teóricas e interesses de pesquisa. Zedeño (1997, p. 68-69) destaca, por exemplo, que os pesquisadores interessados em uma perspectiva ecológica consideram o ecossistema como a unidade territorial mais relevante; quando a organização sociopolítica passa a ser o tópico principal de análise a ênfase é dada ao sistema de assentamento, aos aglomerados de sítios e à região; já para a perspectiva histórico-cultural os limites territoriais das unidades sociais são demarcados pelos agrupamentos de artefatos formalmente homogêneos.

Sobre essas perspectivas, sem exceção, Zedeño (1997, p. 69) destaca quatro limitações: 1) geralmente a ênfase é colocada na organização espacial sincrônica e não na dinâmica do uso da terra e dos recursos a longo prazo, 2) a maioria dos estudos se concentra em estratégias de subsistência e tecnologias e raramente se documenta as relações entre o ambiente construído e a paisagem

natural, 3) há prevalência de tipologias dicotômicas de organizações políticas e econômicas (e.g. caçadores-coletores *versus* agricultores) e 4) faltam critérios para se delimitar fisicamente um território (o uso de artefatos portáteis não é visto como um parâmetro suficiente pela autora).

Como alternativa para essas limitações, Zedeño (1997, p. 69) argumenta que os territórios devem ser vistos como unidades espaciais que resultam do uso cumulativo da terra e dos recursos ao longo do tempo. As sociedades estabelecem, mantêm e transformam territórios por meio de uma variedade de ações que incluem não apenas as transformações da paisagem (nesse caso, espaço em que os limites são percebidos pelo espectador), mas também as relações de uso da terra e dos recursos dentro de uma sociedade (e.g. ajustes nas estratégias de uso da terra), bem como entre a sociedade e seus vizinhos (e.g. SCHIFFER, 1972; 1987; INGOLD, 2013; ZEDEÑO, 1997). Todas essas facetas da vida social envolvem interações que modificam o espaço permanentemente em alguma escala e o resultado desse processo acaba por aparecer no registro arqueológico.

Com a ideia em mente de que os limites de um território envolvem questões muito mais complexas do que a verificação da distribuição de artefatos portáteis em determinada porção espacial (exemplos etnográficos de uma configuração de território amplo podem ser acessados para os Hopi do Arizona [ZEDEÑO, 1997] ou mesmo entre os Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul [EREMITES DE OLIVEIRA, 2007]), gostaríamos de dizer que este Capítulo deve ser visto como um passo inicial dentro de um longo caminho para se definir o território Guarani da Bacia do Taquari-Antas no sentido colocado por Zedeño (1997). Ainda distantes dessa possibilidade, procuramos avançar em questões básicas para a compreensão da ocupação Guarani da Bacia do Taquari-Antas: os limites de estabelecimento dos assentamentos no espaço geográfico dessa região, bem como quando e como se movimentaram nesse espaço durante o tempo histórico em que ali estiveram.

Assentamentos Guarani serão entendidos aqui como uma parte do território e conceituados então como os espaços em que se inseriam as aldeias, as áreas de maior circulação e onde ocorriam as atividades mais intensas e, por esse motivo, concentram a maior quantidade de vestígios arqueológicos. Com esse critério em mente utilizaremos marcadores materiais (cultura material portátil) para a definição

dessas áreas, relacionando de forma ainda conservadora o tempo histórico, o espaço geográfico e o tipo de cultura material para se definir ‘identidades sociais’ ou culturas arqueológicas (NICCOLUCCI; HERMON, 2015; HERMON; NICCOLUCCI, 2017).

Como já destacamos acima, estamos cientes de que esses marcadores não explicam a totalidade do que seria o território Guarani, bem como sabemos que identidade e cultura arqueológica apresentam características difusas, difíceis de se observar (HERMON; NICCOLUCCI, 2017) e que muitas vezes se encontram no centro de calorosas discussões conceituais (e.g. VIVEIROS DE CASTRO, 1996; SCHIAVETTO, 2003; EREMITES DE OLIVEIRA, 2007) das quais não nos arriscaremos a explorar aqui. Apenas para manter a objetividade da discussão trataremos ‘cultura arqueológica’ como um conjunto de eventos estabelecidos em fronteiras temporais e em determinado espaço geográfico e identificados por meio de singularidades na cultura material (HERMON; NICCOLUCCI, 2017). As singularidades na cultura material que definiram um sítio como Guarani foram buscadas em parâmetros diagnósticos da cerâmica arqueológica: fragmentos com a presença de policromia, decorações plásticas como o corrugado, unglado e escovado, a predominância da técnica de manufatura roletada e cerâmicas com formas características Guarani.

A partir de artefatos mais ou menos similares distribuídos em sítios arqueológicos ou em áreas com achados fortuitos estabelecemos uma cartografia regional de assentamentos Guarani, que chamamos de ‘perímetro Guarani’. Discutiremos neste Capítulo questões preliminares sobre esse perímetro: as preferências espaciais, quer dizer, o padrão dos assentamentos enquanto estabelecimento na paisagem, bem como os sítios que ‘fogem’ a esse padrão e, por fim, a dinâmica cronológica Guarani nesse perímetro. Destacamos novamente que a cartografia obtida é maleável frente às futuras prospecções e avanços em geral nas pesquisas sobre os Guarani da Bacia do Taquari-Antas, cuja maior deficiência prospectiva está nos interflúvios e nas áreas afastadas das planícies.

4.1 Metodologia de Análise

Para discutir espaço e tempo na área de análise reunimos dados de distribuição de sítios e de cronologia e correlacionamos os resultados. A localização dos sítios Guarani foi obtida em referências bibliográficas de trabalhos anteriores (WERLANG, 1981; GOLDMEIER, 1983; RIBEIRO et al. 1989; KLAMT et al., 1998; MACHADO, 2003, 2008; KREUTZ, 2008; FIEGENBAUM, 2009; ROSA, 2009; VICROSKI; TROMMER THADDEU, 2010; MOTTA, 2011; WOLF, 2012; KREUTZ, 2015), em dados disponíveis no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (CNSA/IPHAN, c2014) e que não estão publicados em outro meio, bem como a partir de novas prospecções pontuais executadas no Médio Forqueta.

Desse conjunto de dados obtivemos 146 sítios com informações mais ou menos precisas sobre o estabelecimento Guarani na Bacia do Taquari-Antas e que podem ser conferidos no Quadro 2, onde inserimos as coordenadas de localização em sistema de projeção UTM WGS 1984 e Zona 22 J, os recursos hídricos mais próximos quando conhecidos, os municípios e as referências utilizadas para a obtenção das informações. Cabe destacar que enquanto algumas publicações apresentaram dados georreferenciados precisos para os sítios (e.g. MACHADO, 2008; FIEGENBAUM, 2009; WOLF, 2012; KREUTZ, 2015), em outras as informações estão restritas a plotagens em mapas ou descrições pouco conclusivas (e.g. GOLDMEIER, 1983; RIBEIRO et al., 1989; KLAMT et al., 1998; CNSA/IPHAN, c2014). Nesses casos (pontos marcados com *), buscamos refinar a localização dos sítios utilizando Google Earth Pro, embora ainda devam ser considerados como pontos aproximados.

Quadro 2 – Sítios Guarani localizados na Bacia do Taquari-Antas. *Possuem localização aproximada.

Sítio	Long.	Lat.	Rio/Arroio	Município	Referência
Favaretto Esc.	439061	6786850	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-NA 21	445208	6787220	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-NA 28 "B"	443613	6786351	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)

RS-NA 28 "A"	443500	6786351	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-NA 36	441431	6786350	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-NA 33	441579	6785279	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-AN 18 "D"	441640	6785071	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-AN 46	441462	6786114	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-AN 18 "E"	441727	6785028	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-AN 18 "F"	441645	6784951	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-AN 18 "G"	441765	6784925	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-AN 18 "A"	441628	6784885	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-AN 18 "H"	441740	6784864	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-AN 18 "I"	441676	6784807	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-AN 18 "B"	441608	6784791	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-AN 18 "J"	441623	6784725	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-AN 18 "C"	441078	6784670	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-AN 19	440051	6786254	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-AN 35	440140	6787168	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-AN 42	439061	6786850	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-AN 39	438291	6789990	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-AN 38	437379	6790082	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-AN 44 "A"	438528	6788643	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-AN 44 "B"	438527	6789111	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-AN 27	436244	6789349	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-AN 34	435990	6788044	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-AN 09	434269	6785237	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-VF-03*	434599	6785383	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	CNSA/IPHAN (c2014)
RS-1*	428150	6772949	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Goldmeier (1983)
RS-2*	427655	6773432	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Goldmeier (1983)
RS-58*	-	-	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Goldmeier (1983)
RS-NA 22	445520	6787870	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-NA 20	445215	6787280	Taquari-Antas	Bento Gonçalves	Machado (2008)
RS-AN 25 "A"	435765	6789460	Taquari-Antas	Cotiporã	Machado (2008)
RS-AN 25 "B"	435780	6789470	Taquari-Antas	Cotiporã	Machado (2008)
RS-AN 25 "E"	436236	6790270	Taquari-Antas	Cotiporã	Machado (2008)
RS-AN 25 "C"	436364	6790400	Taquari-Antas	Cotiporã	Machado (2008)
RS-AN 31	434207	6787871	Taquari-Antas	Cotiporã	Machado (2008)
RS-AN 41 "A"	434674	6786422	Taquari-Antas	Cotiporã	Machado (2008)
RS-AN 41 "B"	434791	6786539	Taquari-Antas	Cotiporã	Machado (2008)
RS-AN 41 "C"	434792	6786732	Taquari-Antas	Cotiporã	Machado (2008)
RS-AN 41 "D"	434516	6786310	Taquari-Antas	Cotiporã	Machado (2008)
RS-AN 08	433585	6785153	Taquari-Antas	Cotiporã	Machado (2008)
RS-HDG-A1-40	434918	6784447	Taquari-Antas	Cotiporã	Machado (2008)
RS-AN 10	435353	6784681	Taquari-Antas	Cotiporã	Machado (2008)
RS-NA 26 "A"	441078	6785036	Taquari-Antas	Veranópolis	Machado (2008)
RS-NA 26 "B"	440941	6785164	Taquari-Antas	Veranópolis	Machado (2008)
RS-AN 24	439626	6787566	Taquari-Antas	Veranópolis	Machado (2008)
RS-AN 29 "A"	440140	6787168	Taquari-Antas	Veranópolis	Machado (2008)
RS-AN 29 "B"	439838	6787494	Taquari-Antas	Veranópolis	Machado (2008)
RS-AN 45	438812	6788235	Taquari-Antas	Veranópolis	Machado (2008)
RS-AN 43	438761	6789084	Taquari-Antas	Veranópolis	Machado (2008)
RS-AN 30	438953	6789483	Taquari-Antas	Veranópolis	Machado (2008)
RS-82*	414704	6806959	Taquari-Antas	Guaporé	CNSA/IPHAN (c2014)
RS-27	412470	6751863	Taquari-Antas	Arroio do Meio	Goldmeier (1983)
RS-28	414025	6750240	Taquari-Antas	Arroio do Meio	Goldmeier (1983)
RS-29	414300	6749900	Taquari-Antas	Arroio do Meio	Goldmeier (1983)
RS-T-113	411860	6748117	Taquari-Antas	Arroio do Meio	Kreutz (2008)
RS-T-105	415032	6749893	Taquari-Antas	Colinas	Kreutz (2008)
RS-T-108	415318	6749193	Taquari-Antas	Colinas	Kreutz (2008)
RS-T-119	411748	6745266	Taquari-Antas	Colinas	Kreutz (2008)
RS-T-117	408442	6723936	Taquari-Antas	Cruzeiro do Sul	Kreutz (2008)
RS-TQ-92	408350	6723894	Taquari-Antas	Cruzeiro do Sul	Ribeiro et al. (1989)
RS-15	409014	6740512	Taquari-Antas	Estrela	Goldmeier (1983)

RS-84	405618	6732062	Taquari-Antas	Estrela	Goldmeier (1983)
RS-03	427846	6776712	Taquari-Antas	Muçum	Goldmeier (1983)
RS-60	416830	6774895	Taquari-Antas	Muçum	Goldmeier (1983)
RS-61	426890	6771316	Taquari-Antas	Muçum	Goldmeier (1983)
RS-T-124	418171	6775281	Taquari-Antas	Muçum	Kreutz (2015)
RS-T-116	429725	6740515	Arr. Boa Vista	Teutônia	Kreutz (2008)
RS-TQ-133	394631	6748910	Arr. Forquetinha	Forquetinha	Machado (2003)
RS-TQ-124	399890	6745522	Arr. Forquetinha	Lajeado	Machado (2003)
RS-TQ-125	399259	6743614	Arr. Forquetinha	Lajeado	Machado (2003)
RS-TQ-126	398403	6745610	Arr. Forquetinha	Lajeado	Machado (2003)
RS-T-102	408709	6741496	Arr. Forquetinha	Lajeado	Kreutz (2008)
RS-TQ-123	400283	6745434	Arr. Forquetinha	Lajeado	Machado (2003)
RS-TQ-131	400898	6745380	Arr. Forquetinha	Lajeado	Machado (2003)
RS-TQ-130	404871	6744652	Rio Forqueta	Lajeado	Machado (2003)
RS-T-107	400720	6746478	Rio Forqueta	Lajeado	Kreutz (2008)
RS-T-110	388010	6765500	Rio Forqueta	Marques de Souza	Kreutz (2008)
RS-T-122	389176	6762234	Rio Forqueta	Marques de Souza	Wolf (2012)
RS-TQ-136	384477	6768106	Rio Forqueta	Marques de Souza	Machado (2003)
RS-T-114	391260	6760400	Rio Forqueta	Marques de Souza	Kreutz (2008)
RS-T-101	387436	6763154	Rio Forqueta	Marques de Souza	Kreutz (2008)
TQ.RF.TR.1	397014	6752762	Rio Forqueta	Travesseiro	Vicroski (2010)
TQ.RF.TR.2	396409	6753296	Rio Forqueta	Travesseiro	Vicroski (2010)
TQ.RF.TR.3	396537	6753268	Rio Forqueta	Travesseiro	Vicroski (2010)
RS-TQ-141	418424	6727836	Arr. Estrela	Fazenda Vilanova	Rosa (2009)
RS-TQ-142	417695	6728015	Arr. Estrela	Fazenda Vilanova	Rosa (2009)
Lávio Baier	429351	6735079	Arr. Estrela	Paverama	Ribeiro et al. (1989)
RS-TQ-66	433895	6721635	Arr. Santa Cruz	Tabaí	Ribeiro et al. (1989)
RS-TQ-60	434408	6722567	Arr. Santa Cruz	Tabaí	Ribeiro et al. (1989)
JTT01	423342	6699650	Arr. Santa Cruz	Taquari	Fiegenbaum (2009)
RS-TQ-52	-	-	Arr. Potreiro	Taquari	Ribeiro et al. (1989)
RS-C-38	437630	6721875	Rio Caí	Montenegro	Motta (2011)
RS-214	-	-		Venâncio Aires	CNSA/IPHAN (c2014)
RS-94	-	-		Venâncio Aires	CNSA/IPHAN (c2014)
RS-93	-	-		Venâncio Aires	CNSA/IPHAN (c2014)
RS-TQ-116*	376350	6730193		Venâncio Aires	Klamt et al. (1998)
RS-TQ-119*	381025	6732556		Venâncio Aires	Klamt et al. (1998)
RS-TQ-85	-	-		Venâncio Aires	CNSA/IPHAN (c2014)
RS-TQ-86*	396240	6719648		Venâncio Aires	Klamt et al. (1998)
RS-TQ-87	-	-		Venâncio Aires	CNSA/IPHAN (c2014)
RS TQ 88*	395620	6715967		Venâncio Aires	Klamt et al. (1998)
RS-TQ-89*	394460	6717862		Venâncio Aires	Klamt et al. (1998)
RS-TQ-91*	383700	6719450		Venâncio Aires	Klamt et al. (1998)
RS-TQ-94	-	-		Venâncio Aires	CNSA/IPHAN (c2014)
RS-TQ 95*	395620	6722146		Venâncio Aires	Klamt et al. (1998)
RS-TQ-96*	395620	6722146		Venâncio Aires	Klamt et al. (1998)
RS TQ 97	-	-		Venâncio Aires	CNSA/IPHAN (c2014)
RS-TQ-98*	397040	6722071		Venâncio Aires	Klamt et al. (1998)
RS-TQ-99*	397020	6722063		Venâncio Aires	Klamt et al. (1998)
RS-TQ-100*	394320	6724374		Venâncio Aires	Klamt et al. (1998)
RS TQ 101	-	-		Venâncio Aires	Klamt et al. (1998)
RS-TQ-102*	395710	6722638		Venâncio Aires	Klamt et al. (1998)
RS TQ 103	-	-		Venâncio Aires	CNSA/IPHAN (c2014)
RS-TQ-104*	395590	6722851		Venâncio Aires	Klamt et al. (1998)
RS-TQ-105*	398150	6722173		Venâncio Aires	Klamt et al. (1998)
RS-TQ-108*	374870	6723026		Venâncio Aires	Klamt et al. (1998)
RS TQ 112	-	-		Venâncio Aires	Klamt et al. (1998)
RS TQ 113	-	-		Venâncio Aires	CNSA/IPHAN (c2014)
RS-TQ-135	371118	6737320		Venâncio Aires	CNSA/IPHAN (c2014)
RS-A-93	499079	6796859	Rio São Marcos	São Marcos	Rogge; Schmitz (2009)
RS-T-132	386404	6772021	Rio Forqueta	Pouso Novo	Schneider (2019)
RS-T-133	404228	6722221	Arr. Castelhanos	Cruzeiro do Sul	Schneider (2019)

Adolfo Blau	401172	6745420	Rio Forqueta	Lajeado	Wolf (2012)
V. Schneider	402137	6745409	Rio Forqueta	Lajeado	Wolf (2012)
Lauro Eckhardt	402525	6745607	Rio Forqueta	Lajeado	Wolf (2012)
Elmor Stafen	398558	6748073	Rio Forqueta	Marques de Souza	Wolf (2012)
Norma Gauer	398558	6749073	Rio Forqueta	Marques de Souza	Wolf (2012)
Lucena Heep	395823	6752303	Rio Forqueta	Marques de Souza	Wolf (2012)
Balduino Laux	396031	6752475	Rio Forqueta	Marques de Souza	Wolf (2012)
Valdemar Kich	393071	6757850	Rio Forqueta	Marques de Souza	Wolf (2012)
H. Lohmann	390555	6758967	Rio Forqueta	Marques de Souza	Wolf (2012)
Ruben Mariani	386209	6768158	Rio Forqueta	Pouso Novo	Wolf (2012)
S. Rupenthal	399971	6747479	Rio Forqueta	Arroio do Meio	Wolf (2012)
V. Schwertner	398230	6751065	Rio Forqueta	Arroio do Meio	Wolf (2012)
Ivo Fuchs	397775	6752019	Rio Forqueta	Arroio do Meio	Wolf (2012)
M ^a C. Henz	397584	6752588	Rio Forqueta	Travesseiro	Wolf (2012)
M. den Potter	395131	6755437	Rio Forqueta	Travesseiro	Wolf (2012)
L. Fucks	394163	6757387	Rio Forqueta	Travesseiro	Wolf (2012)
Ilvo Linemann	392842	6759242	Rio Forqueta	Travesseiro	Wolf (2012)
C. Andresen	389647	6761701	Rio Forqueta	Travesseiro	Wolf (2012)
Joel Veronese	389919	6761253	Rio Forqueta	Travesseiro	Wolf (2012)
G. Wommer	387784	6763386	Rio Forqueta	Travesseiro	Wolf (2012)
Pedro Vian	387103	6768692	Rio Forqueta	Coqueiro Baixo	Wolf (2012)

Fonte: Da autora.

Inserimos os sítios em mapas de elevação digital (DEM), geomorfológicos e fitoecológicos criados com ArcGis 10.2. O modelo digital corresponde à altitude da superfície topográfica agregada aos elementos existentes sobre ela, como a cobertura vegetal e as edificações. Anulando a vegetação e as estruturas feitas pelo homem se obtêm um modelo digital de elevação liso. Para a geração do modelo utilizamos a base SRTM (*Shuttle Radar Topography Mission*) disponível em uma versão refinada para o território brasileiro através do TOPODATA (Banco de Dados Geomorfométricos do Brasil) do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE, c2014), em resolução de 30m. Para os arquivos vetoriais hidrográficos utilizamos Weber e Hasenack (2007), para a base geomorfológica os vetores fornecidos pelo IBGE na escala 1:250.000 e para vegetação utilizamos os vetores do IBGE em escala de 1:500.000.

Com esses dados foi possível reconhecer os limites dos assentamentos Guarani, o padrão hipsométrico, geomorfológico e fitoecológico de instalação dos sítios até então identificados. Para ilustrar esse padrão regional de assentamentos Guarani apresentaremos brevemente os 18 sítios mais conhecidos dessa região. Dividimos a descrição entre aqueles que aparecem instalados ao longo do Rio Forqueta (RS-T-107, RS-T-114, RS-T-122, RS-T-101, RS-T-110, RS-T-132) e

aqueles que aparecem ao longo do Médio Taquari-Antas (RS-T-117, RS-T-133, RS-T-119, RS-T-102, RS-T-105, RS-27, RS-28, RS-29, RS-60, RS-61, RS-03 e Sítio Favaretto), mantendo a ordem de localização da jusante para a montante. Esses sítios foram selecionados por apresentarem a maior quantidade de informações arqueológicas disponíveis para a região em análise.

Para as informações cronológicas utilizamos somente datas em C^{14} obtidas em amostras de carvão vegetal disponíveis para Bacia do Taquari-Antas. São provenientes de sete sítios e somam 16 datas (QUADRO 3), algumas publicadas em trabalhos anteriores e outras inéditas. Com exceção de uma data do sítio Favaretto (Beta 205841) (MACHADO, 2008), todas as outras foram obtidas em trabalhos do PAHAERS pelo método AMS (*Accelerator Mass Spectrometry*) fornecido pelo Laboratório *Beta Analytic Radiocarbon*. Levando em conta datações por C^{14} , a Bacia do Taquari-Antas é a unidade regional com o maior número de datas concentradas para o contexto Guarani até o momento, incluindo a presença do sítio Guarani com a maior quantidade de datas radiocarbônicas até agora, o RS-T-114 (n=8).

Quadro 3 – Datas em C^{14} para sítios Guarani da Bacia do Taquari-Antas. *Refere-se a uma estimativa gerada com base em Machado (2008). Valores de $\delta^{13}C_{\text{‰}}$ marcados com ‘**’ não estavam disponíveis nas publicações consultadas. m = mediana, σ = sigma. $\delta^{13}C_{\text{‰}}$ = isótopos estáveis.

Sítio	Rio	Lab. Code Beta	Conventional Radiocarbon Age (AP)	$\delta^{13}C_{\text{‰}}$	Cal. A.D (2 σ)	m	Referência
RS-T-132	Forqueta	512707	100 \pm 30	-25.1	1697-	1870	Este Trabalho
RS-T-114	Forqueta	367375	240 \pm 30	-27.3	1640-1806	1752	Schneider et al. (2017a)
RS-T-114	Forqueta	388514	260 \pm 30	-27.8	1629-1803	1736	Schneider et al. (2017a)
RS-T-132	Forqueta	472011	290 \pm 30	-28.0	1508-1798	1644	Este Trabalho
RS-T-114	Forqueta	303993	300 \pm 30	...**	1504-1795	1632	Wolf (2012)
RS-T-114	Forqueta	388513	350 \pm 30	-25.7	1493-1646	1560	Schneider et al. (2017a)
RS-03	Taquari-Antas	422489	360 \pm 30	-25.5	1482-1642	1560	Kreutz (2015)
RS-T-132	Forqueta	472012	370 \pm 30	-26.7	1465-1636	1559	Este Trabalho
RS-T-101	Forqueta	326926	370 \pm 30	-27.9	1465-1636	1559	Wolf (2012)
RS-T-132	Forqueta	512708	390 \pm 30	-26.5	1465-1636	1559	Este Trabalho
RS-T-117	Taquari-Antas	422490	390 \pm 30	-26.8	1459-1627	1552	Kreutz (2015)
RS-T-114	Forqueta	326927	410 \pm 30	-26.4	1451-1626	1506	Wolf (2012)
RS-T-114	Forqueta	388512	410 \pm 30	-24.1	1451-1626	1506	Schneider et al. (2017a)
RS-T-114	Forqueta	388515	490 \pm 30	-27.9	1413-1482	1445	Schneider et al. (2017a)
Favaretto	Taquari-Antas	205841	540 \pm 30*	...**	1400-1450	1426	Machado (2008)
RS-T-114	Forqueta	249391	560 \pm 40	...**	1325-1451	1417	Fiegenbaum (2009)

Fonte: Da autora.

No quadro de datas fornecermos o código do laboratório, os valores de isótopos estáveis ($\delta^{13}\text{C} \text{ ‰}$), os valores calibrados em 2 sigma (2σ) e os valores estatísticos das tendências medianas (m). Em estatística, sigma (σ) é o desvio padrão que informa quanta variabilidade há em uma faixa de distribuição. Na calibração de datas em C^{14} são informados normalmente os valores de 1 sigma (1σ) e de 2 sigma (2σ). O primeiro representa ~68% de certeza para o intervalo cronológico significando, por exemplo, que se a mesma amostra for analisada várias vezes, 68% dos valores estarão no intervalo de distribuição informado. 2 sigma, por outro lado, apresenta um grau maior de certeza, aproximadamente 95,4%, mas informa geralmente uma faixa de distribuição mais extensa. Mediana (m) é uma medida estatística que separa a maior metade da menor metade de uma amostra, população ou distribuição de probabilidade. Para o caso das datas calibradas, a mediana separa as maiores das menores probabilidades com relação à certeza da data e vamos utilizá-la como parâmetro comparativo, assim como também foi feito por Bonomo et al. (2015) e por De Souza (2017).

Os resultados em Anos Antes do Presente (AP) foram calibrados com o Programa Oxcal v4.3.2 (BRONK RAMSEY, 2017) utilizando o comando *R_Date* e a curva de calibração SHCal13 (HOGG et al., 2013) indicada para o hemisfério sul, gerando gráficos de distribuição a partir do método de densidade de alta probabilidade (HPD – *high-probability density*) que explicaremos no item 4.4. Tivemos acesso apenas ao valor já calibrado fornecido por Machado (2008) para a única data do sítio Favaretto, isto é, Cal. A.D. 1420, não sendo possível recuperar o valor em AP para a recalibração. Optamos por manter essa data porque ela se insere em uma área importante do ponto de vista espacial, no trecho mais setentrional datado para o contexto Guarani do Médio Taquari-Antas. Estimamos um valor aproximado de 540 ± 30 AP calculado com base na mediana (m) Cal. A.D. 1426. O resultado, apesar de aproximado, não deve apresentar uma variação grande, pois datas do início século 15 oscilam pouco entre os intervalos de calibração.

Para apresentar os dados cronológicos utilizaremos o símbolo matemático (\sim), que corresponde a ‘semelhante’, sempre que a referência for para valores aproximados. Quando os valores apresentados estiverem calibrados, sempre utilizaremos ‘Cal.’ seguido de ‘A.D.’ (*Anno Domini*), bem como informaremos o

intervalo de calibração específico utilizado, isto é, 1σ ou 2σ . Quando utilizarmos valores das medianas apontaremos (m) antes das datas.

É preciso destacar ainda que em quatro sítios da região existem datas pelo método de Termoluminescência (TL) obtidas em fragmentos de cerâmica (sítios RS-T-101, RS-T-107, RS-T-110, RS-T-114), constituindo mais de 90 datas e que podem ser acessadas em Kreutz (2008) e Cano et al. (2012). Não utilizaremos esses resultados, entretanto, pois eles apresentam incongruências importantes com relação aos resultados em C^{14} disponíveis para os mesmos sítios (nesse caso, entre o RS-T-114 e RS-T-101) e com relação ao contexto Guarani geral do Estado do Rio Grande do Sul. Destacaremos brevemente algumas dessas incongruências:

1) Os primeiros laudos fornecidos apresentaram, além do intervalo cronológico comumente aceitável para o contexto Guarani, datas entre ~3000-2000 AP (LACIFID, 2008, relatório não publicado) que são consideradas muito recuadas para qualquer contexto Guarani do Sul do Brasil e adjacências (e.g. BROCHADO, 1973; 1984; ROGGE, 1996; 2005; BONOMO et al., 2015). 2) Realizamos um teste específico no sítio RS-T-114 comparando resultados em C^{14} e TL para uma mesma camada arqueológica. Os resultados em TL apresentaram um intervalo entre ~1500-500 AP (KREUTZ, 2008) e as datas em C^{14} apresentaram um intervalo entre 560 ± 40 AP e 300 ± 30 AP (SCHNEIDER, 2014), uma diferença significativa de início e final de ocupação. 3) Em Cano et al. (2012) os resultados em TL sugeriram que a ocupação dos sítios RS-T-101 e RS-T-110 teria iniciado quase 1000 anos antes da ocupação dos RS-T-114 e RS-T-107. Esses resultados foram desconsiderados quando datas em C^{14} apontaram ocupação simultânea entre os sítios RS-T-101 e RS-T-114 (SCHNEIDER et al., 2017a; 2017b).

Problemas com a cronologia por TL foram relatados em outros contextos do Sul do Brasil: Soares (2004) desconsiderou posteriormente a cronologia de ~3000 AP obtida para cerâmicas Guarani do Médio Jacuí (ROGGE, 2005); Lino (2007) desconsiderou posteriormente as datas em TL para o contexto Guarani do litoral sul de Santa Catarina (MILHEIRA, 2010); Rogge e Schmitz (2009) compararam datas em TL e C^{14} em uma estrutura subterrânea associada ao contexto Jê e observaram diferenças significativas entre os resultados dos dois métodos. Notamos ainda que alguns desvios no modelo de Bonomo et al. (2015) podem ter como origem a

utilização de datas distorcidas em TL. O modelo dos autores apontou duas datas *outliers* que recuaram a expansão Guarani para o leste do Rio Grande do Sul. Nesse caso, os autores utilizaram a data A.D. 570 (TL) do sítio RS-T-114 e a data (*m*) Cal. A.D. 718 (em C¹⁴) do sítio Palmeira 2. O problema que identificamos é que o sítio Palmeira 2 apresenta vestígios Jê e Guarani no mesmo contexto (ZUCH DIAS, 2015, p. 25), não sendo possível associar o resultado com segurança ao contexto Guarani. Assim, a única data antiga para a porção leste do Rio Grande do Sul se restringe hoje, portanto, ao resultado em TL do RS-T-114, isolada em seu contexto e não confiável.

As distorções observadas com relação à contemporaneidade de ocupação entre os sítios, a antiguidade dos contextos ou desocupações precoces podem ser consideradas graves e não devem ser simplesmente ignoradas. No entanto, as ressalvas que apresentamos sobre a utilização das datas em TL não devem ser entendidas como críticas ao método em si, cujos avanços têm sido constantes (e.g. GOZZI; TATUMI, 2000; WATANABE et al., 2005), seu uso no âmbito macrorregional tem apresentado resultados gerais positivos (e.g. BONOMO et al., 2015; CORRÊA, 2017), bem como há vantagens de custeio e a possibilidade de datações diretas no material arqueológico (CORRÊA, 2017). Muitas vezes essas distorções resultam da natureza do material que está sendo datado ou da forma de coleta. Corrêa (2017, p. 386) destaca, por exemplo, dois problemas que são recorrentes na realização de TL em cerâmica: não levar em conta as dimensões do fragmento (comprimento, largura, espessura) e datar cerâmicas com núcleos escuros. Núcleos escuros significam que a temperatura não foi suficiente para promover todas as alterações químicas no interior das paredes do vasilhame e ‘zerar’ a TL (SIMÕES et al., 2002; CORRÊA, 2017). Para o sítio RS-T-114 esse parece ter sido o caso, uma vez que ~70% dos fragmentos possuem núcleos escurecidos.

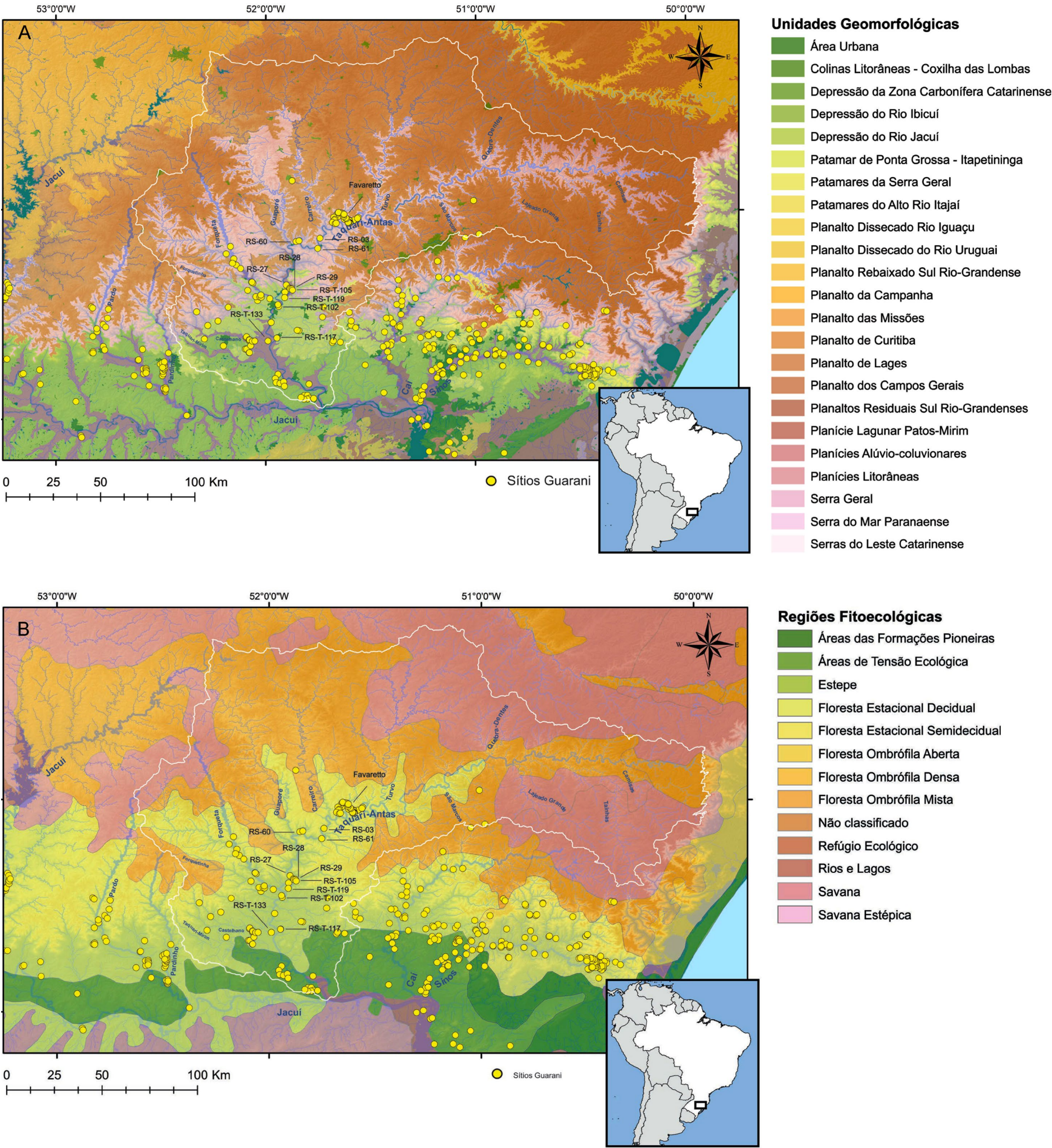
4.2 O Padrão Hipsométrico, Geomorfológico e Fitoecológico dos Assentamentos Guarani Regionais

4.2.1 Sítios Guarani ao Longo do Rio Taquari-Antas

Em termos hipsométricos, os sítios ao longo desse rio se inserem em sua maioria entre o nível do mar e 400masl, quase sempre entre 30 e 80masl (FIGURA 15), em um padrão de distribuição que sugere assentamentos densos nas planícies de inundação. Aparecem ainda alguns poucos sítios nas encostas de baixa altitude, mas ressaltamos que os interflúvios receberam pouca atenção prospectiva até o momento. Em relação às unidades geomorfológicas, aparecem instalados em perfis variados: na Depressão do Rio Jacuí, na Planície Coluvionar, nos Patamares da Serra Geral e nas áreas menos elevadas da Serra Geral. Não são evidenciados, em geral, apenas nos Planaltos dos Campos Gerais e de Santo Ângelo (FIGURA 14a).

Essa diversidade confere certa heterogeneidade de paisagens aos sítios: na porção meridional da Bacia se localizam em grandes planícies que chegam a atingir mais de 30km de extensão (e.g. sítios RS-T-117 e RS-T-133), em áreas um pouco mais elevadas passam a aparecer em fundos de vales semiencaixados com planícies de menor extensão em uma margem e com encostas abruptas na outra (e.g. sítios RS-03 e Favaretto). No topo de colinas suaves mais afastadas dos rios também aparecem (e.g. sítio RS-T-119), onde não raramente são evidenciados em superfície artefatos líticos lascados bifacialmente de grande porte. Enquanto formação fitoecológica, quase todos os assentamentos Guarani ao longo do Rio Taquari-Antas se inserem em porções da Floresta Estacional Decidua (FIGURA 14b), provavelmente mesclada com a Floresta Semidecidual em alguns pontos (FREITAS; JASPER, 2001). Nessas formações, as variações florísticas internas ocorrem basicamente pela altitude, presença de áreas drenadas ou inundáveis. Na extrema porção meridional existem áreas de tensão ecológica.

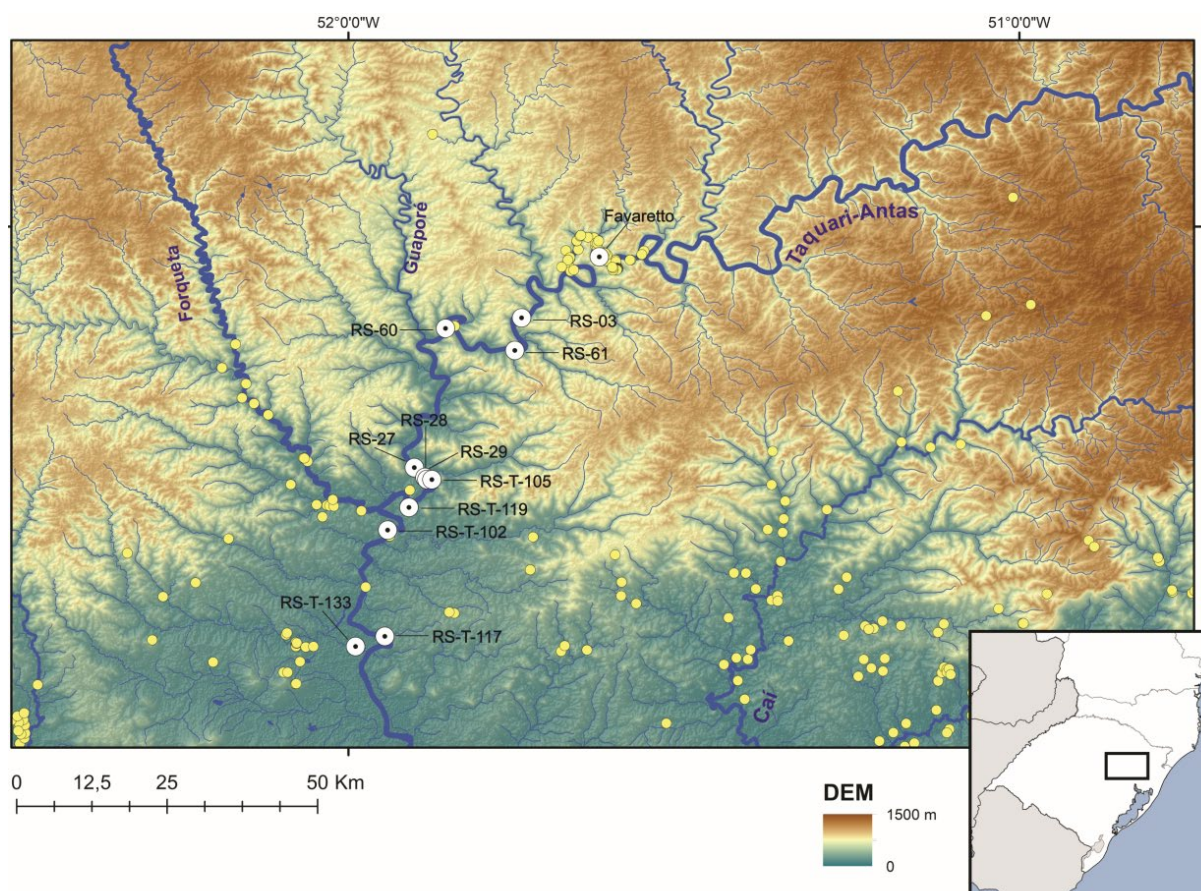
Figura 14 – Distribuição dos sítios RS-T-117, RS-T-133, RS-T-119, RS-T-102, RS-T-105, RS-27, RS-28, RS-29, RS-60, RS-61, RS-03 e Favaretto ao longo do Taquari-Antas conforme: (A) Unidades geomorfológicas. (B) Formações fitoecológicas.



Fonte: Elaborado com ArcGis 10.2.

Entre os sítios evidenciados ao longo do Rio Taquari-Antas, em 12 foram realizadas atividades de campo (escavações ou sondagens) e, portanto, possuem as informações mais ou menos conclusivas para essa porção: RS-T-117, RS-T-133, RS-T-119, RS-T-102, RS-T-105, RS-27, RS-28, RS-29, RS-60, RS-61, RS-03 e Favaretto (FIGURA 15).

Figura 15 – Distribuição dos sítios RS-T-117, RS-T-133, RS-T-119, RS-T-102, RS-T-105, RS-27, RS-28, RS-29, RS-60, RS-61, RS-03 e Favaretto ao longo do Rio Taquari-Antas conforme a hipsometria.



Fonte: Elaborado com ArcGis 10.2.

O **sítio RS-T-117** (município de Cruzeiro do Sul) se insere na margem direita do Rio Taquari-Antas e foi identificado em 2006 pela equipe do Labarq-Univates. Está na borda de uma ampla planície de inundação de 30km que faz parte da unidade Planície Coluvionar e apresenta altitude de 10masl (FIGURA 16a-b).

Figura 16 – (A) Vista aérea da paisagem plana e ampla da Planície Coluvionar durante as cheias. Localização da barragem eclusa de Bom Retiro do Sul. (B) Altura da ribanceira do Rio Taquari-Antas na área do sítio RS-T-117 em épocas de leito normal.

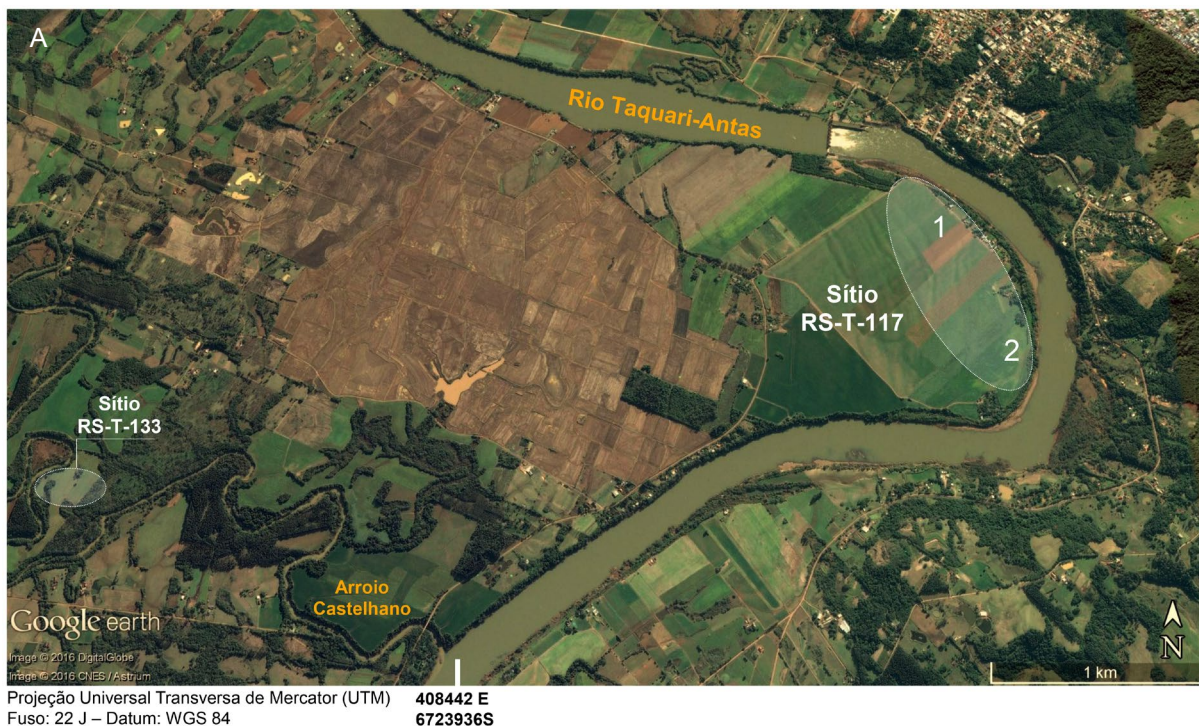


Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates.

O Rio Taquari-Antas é relativamente caudaloso nesse ponto e as cheias anuais somadas à falta de mata ciliar fazem com que ano após ano partes da ribanceira se desprendam e destruam lentamente as camadas de ocupação do sítio. Em épocas de cheia, os afluentes transbordam nessa porção, mas o sítio raramente recebe águas por estar localizado em uma área suavemente mais elevada da planície. A barragem eclusa de Bom Retiro do Sul (FIGURA 16a) foi inaugurada na década de 1970 para corrigir os desníveis de altura e tornar a navegação mais segura até a foz, mas modificou também a dinâmica das cheias, sempre maiores do que no passado. Entre as estruturas identificadas nesse sítio destacam-se três manchas de terra preta e um enterramento secundário entre as áreas 1 e 2 (FIGURA 17a). Uma das camadas de terra preta foi encontrada a poucos metros do

enterramento, em uma ribanceira de 40m na área 1, apresentando 15m de extensão, 0,15m de espessura e inserida a 0,30m de profundidade (FIGURA 17c).

Figura 17 – (A) Localização do sítio RS-T-117 com destaque para as áreas 1 e 2. (B) Urna funerária evidenciada na borda da ribanceira do Rio Taquari-Antas. (C) Mancha de terra preta na borda da ribanceira.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates e Google Earth Pro (2018).

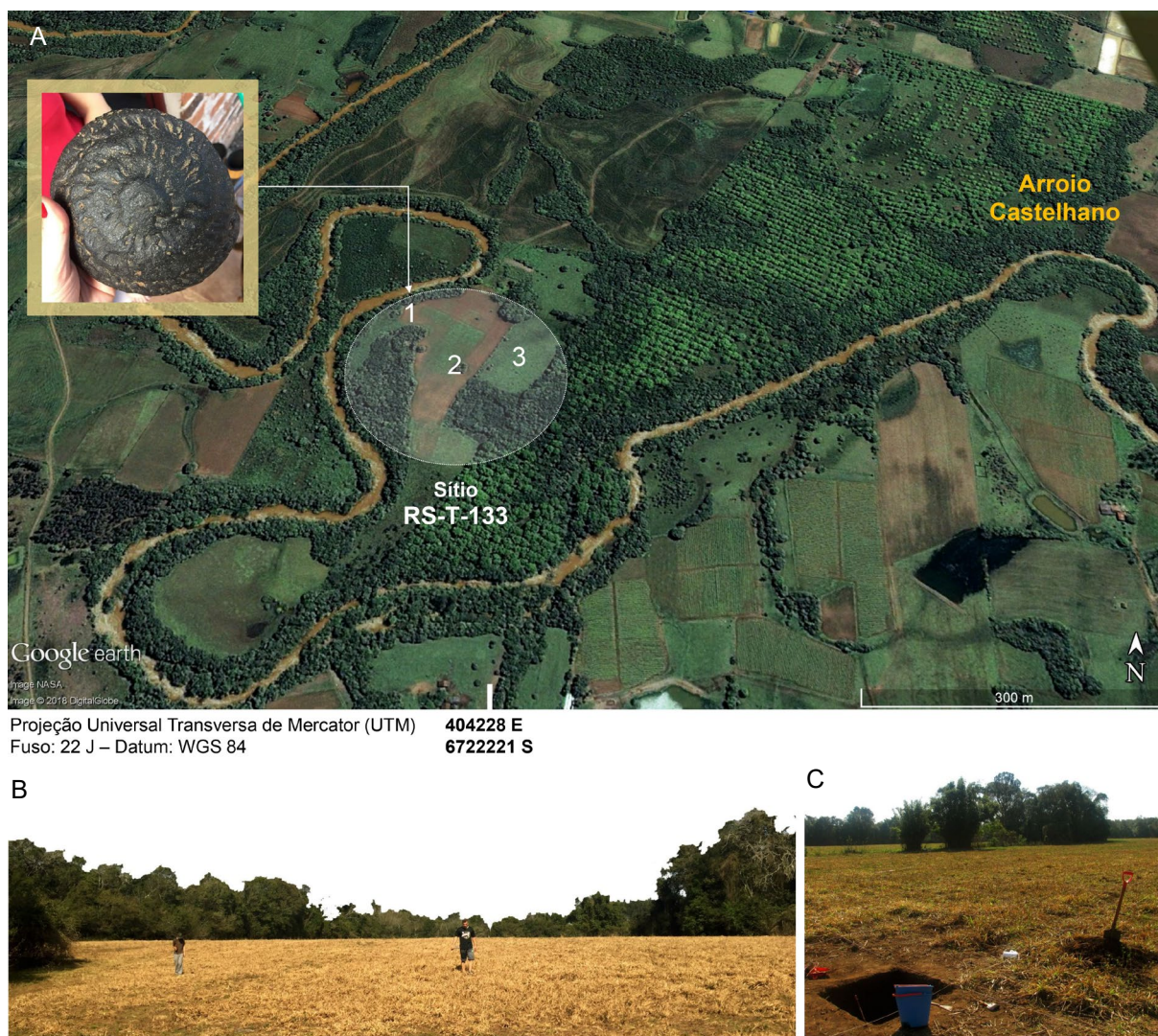
A estrutura funerária continha um enterramento em uma grande urna (0,70m de diâmetro), que já se encontrava com a metade desabada na ribanceira (FIGURA

17b), colocada perfeitamente na vertical, 0,40m abaixo da camada arqueológica, indicando ter sido enterrada. Os ossos estavam misturados ao solo e apresentavam alto grau de decomposição. Ao lado, foram evidenciadas duas tigelas de 0,20m de diâmetro sobrepostas, um adorno labial *tembetá* de quartzo e fragmentos de óxido de ferro configurando o 'anexo' funerário. Ossos longos estavam inseridos acima dessas tigelas, diretamente no solo. Em uma vasilha do tipo *yapepó* estavam depositados dentes altamente desgastados de um adulto, sem idade estimada, sem cáries ou cálculo dentário evidente. Os vestígios arqueológicos do RS-T-117 são provenientes das coletas realizadas na mancha de terra preta próxima da estrutura funerária e de fragmentos da própria urna funerária. Somam fragmentos cerâmicos (n=121), quase todos relacionados à urna, instrumentos líticos (n=25), ossos e dentes humanos. A coleção está depositada na reserva técnica do Labarq-Univates.

A planície do Taquari-Antas é cortada nesse ponto por vários afluentes que também apresentam sítios. Um exemplo é o **sítio RS-T-133** (município de Cruzeiro do Sul), que se insere nas margens do Arroio Castelhana, distante 5km do sítio RS-T-117. Localizado em um meandro encaixado do Castelhana, o RS-T-133 apresenta fragmentos de cerâmica dispersos em pouca quantidade em três pontos ao longo de um perímetro de ~10.000m² (FIGURA 18a).

Na área 1 existiam manchas de terra preta localizadas na borda do Castelhana, atualmente destruídas pela ação sucessiva das cheias que atingem a área. Mesmo assim, ainda se encontram fragmentos de cerâmica no leito do arroio com impressionante estado de conservação (Figura 18b). Nas áreas 2 e 3 aparecem fragmentos erodidos de cerâmica em superfície e em pouca quantidade. Foram realizadas sondagens exploratórias nas três áreas e nenhuma apresentou camada arqueológica preservada, aparecendo fragmentos somente até 0,15m de profundidade (FIGURA 18c). Com exceção da área 1, o solo das áreas 2 e 3 é argiloso e muito compactado, denunciando deposição de sedimento das cheias. O acervo desse sítio é proveniente de coletas superficiais e das sondagens e está restrita a poucos fragmentos de cerâmica (n=21) depositados no Labarq-Univates.

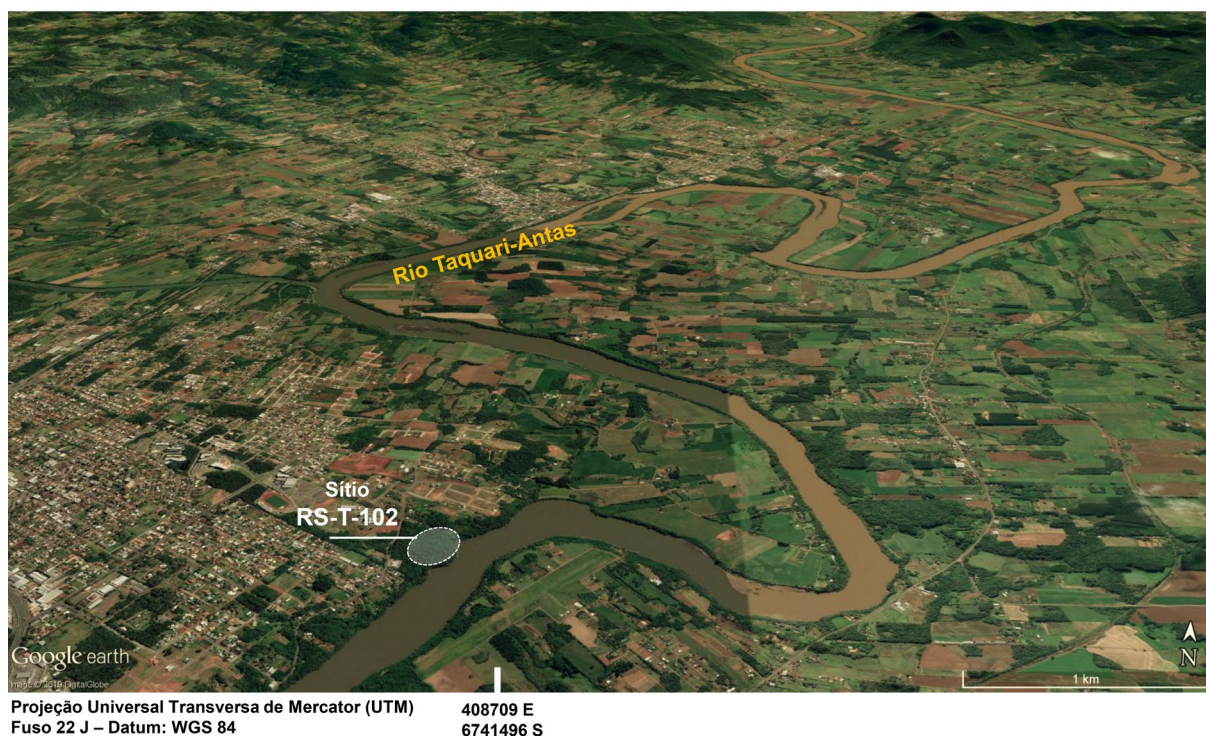
Figura 18 – (A) Localização do sítio RS-T-133 com destaque para as áreas 1, 2 e 3. Fundo de vasilha evidenciada no leito do Arroio Castelhana. (B) Vista do sítio desde a área 3. (C) Sondagens na área 2.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates e Google Earth Pro (2018).

Vinte quilômetros em direção à montante se localiza o **sítio RS-T-102** (município de Lajeado), na margem direita do Rio Taquari-Antas, também em uma ampla planície da Planície Coluvionar. Apresenta fragmentos de cerâmica e vestígios líticos dispersos em uma área de $\sim 2.000\text{m}^2$ (FIGURA 19). Não foram realizadas escavações ou sondagens no RS-T-102, apenas coletas superficiais de fragmentos de cerâmica ($n=72$) e artefatos líticos ($n=8$), cuja coleção está depositada na reserva técnica do Labarq-Univates.

Figura 19 – Localização do sítio RS-T-102 em ampla planície.



Fonte: Elaborado a partir do Google Earth Pro (2018).

A poucos quilômetros do sítio RS-T-102, mas na margem esquerda do Rio Taquari-Antas, se localiza o **sítio RS-T-119** (município de Colinas). Diferente dos outros, esse insere no topo de uma colina suave com vista para o rio (Figura 20b-c), a 60masl e já nos Patamares da Serra Geral (FIGURA 20a). A paisagem do entorno passa a apresentar ondulações mais destacadas, morros mais próximos do leito do rio e planícies menores. Os fragmentos de cerâmica e lítico espalham-se por uma área de $\sim 20.000\text{m}^2$, mas não foram evidenciadas manchas de terra preta. As sondagens demonstraram que o solo é pouco profundo, apresentando uma fina camada de 0,15m de sedimento onde aparecem os vestígios. Abaixo desse nível já se encontram formações basálticas em decomposição. Esse sítio destaca-se dos demais pela quantidade de artefatos líticos e resíduos de lascamento em arenito silicificado, uma matéria-prima que proporciona bom controle de lascamento. Ainda não existem resultados seguros quanto à origem cultural de alguns desses artefatos líticos. Os fragmentos de cerâmica ($n=1277$) e artefatos líticos ($n=570$) recuperados para esse sítio estão depositados no Labarq-Univates.

Figura 20 – (A) Localização do sítio RS-T-119. (B) Vista do Rio Taquari-Antas desde a área do sítio. (C) Declividade do terreno do sítio.

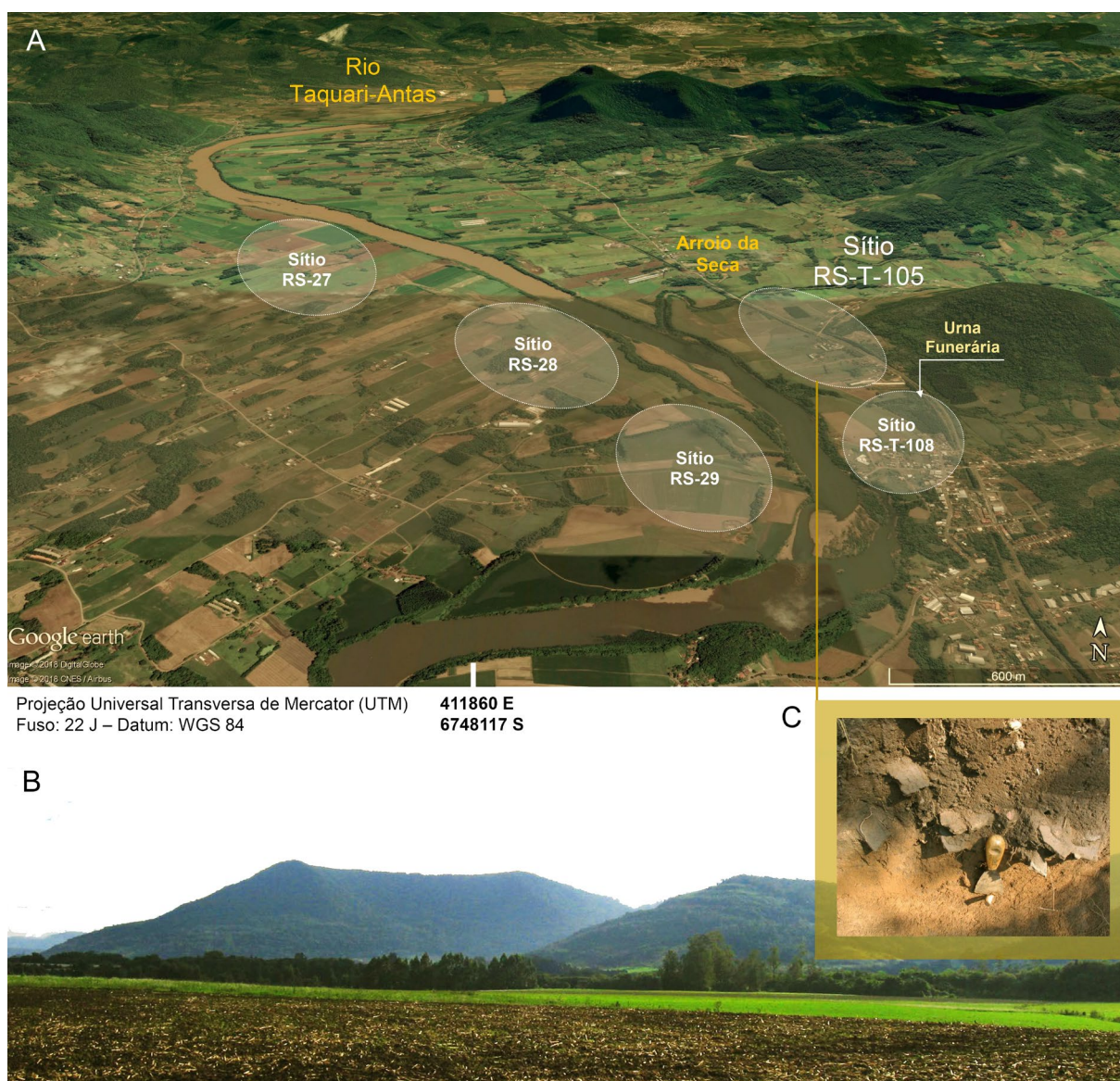


Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates e Google Earth Pro (2018).

Também na margem esquerda do Rio Taquari-Antas, o **sítio RS-T-105** (município de Colinas) foi registrado pelo Labarq-Univates em 2005 e se insere em uma ampla planície de inundação de baixa altitude, cerca de 30masl (FIGURA 21a-b). Apresenta material disperso em $\sim 100.000\text{m}^2$. Nesse perímetro notam-se duas concentrações principais de vestígios, um referente ao próprio RS-T-105 e que apresenta manchas de terra preta (FIGURA 21c), e o outro ao sítio RS-T-108 que apresenta, além de fragmentos de cerâmica, materiais líticos de caçadores e coletores (FIGURA 21a). A paisagem se insere nos Patamares da Serra Geral, com

morros próximos das planícies (FIGURA 21b). O acervo de fragmentos de cerâmica (n=157) e líticos (n=2) do sítio RS-T-105 está depositado na reserva técnica do Labarq-Univates.

Figura 21 – (A) Localização dos sítios RS-T-105, RS-T-108, RS-27, RS-28 e RS-29. (B) Paisagem dos Patamares da Serra Geral desde a perspectiva do sítio RS-T-105. (C) Mancha de terra preta escavada no sítio RS-T-105.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates e Google Earth Pro (2018).

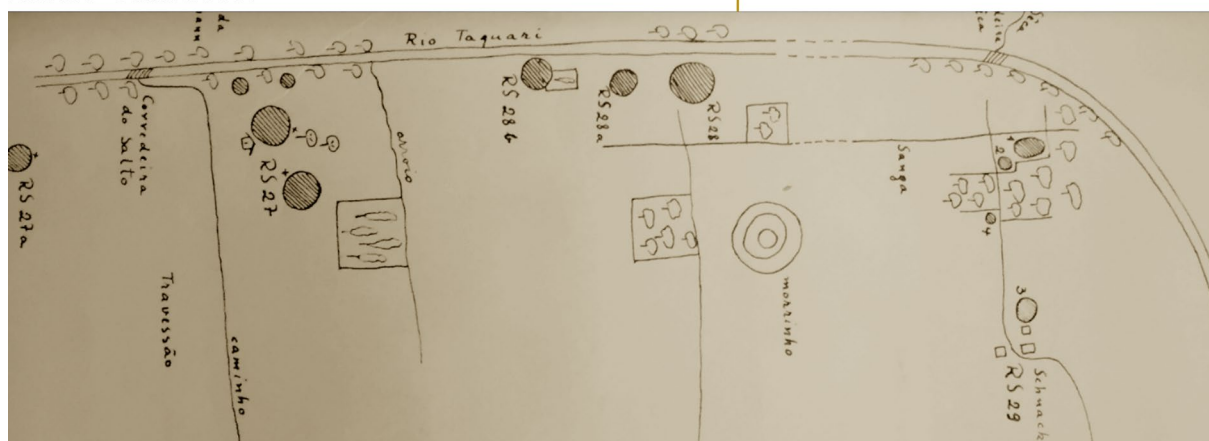
Imediatamente na margem oposta, na borda da última grande planície da margem direita do Taquari-Antas antes do estreitamento que ocorre em direção à montante (FIGURA 22a), localizam-se três sítios consecutivos a 40masl: **RS-27**, **RS-**

28 e RS-29 (FIGURA 22b). Os vestígios concentram-se em três áreas distintas ao longo de uma linha de 5km paralela ao leito do rio, cada área registrada como um sítio por Pedro I. Schmitz em 1965. As atividades realizadas naquela década revelaram um importante complexo arqueológico: várias manchas de terra preta e pelo menos 12 áreas de concentração de vestígios espalhados nessa planície.

Figura 22 – Croqui dos sítios RS-27, RS-28 e RS-29 elaborado por Pedro I. Schmitz durante as atividades de prospecção em 1965 e localização das áreas com urnas funerárias.



Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) 412470 E
Fuso: 22 J – Datum: WGS 84 6751863 S



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates, acervo do Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP) e Google Earth Pro (2018).

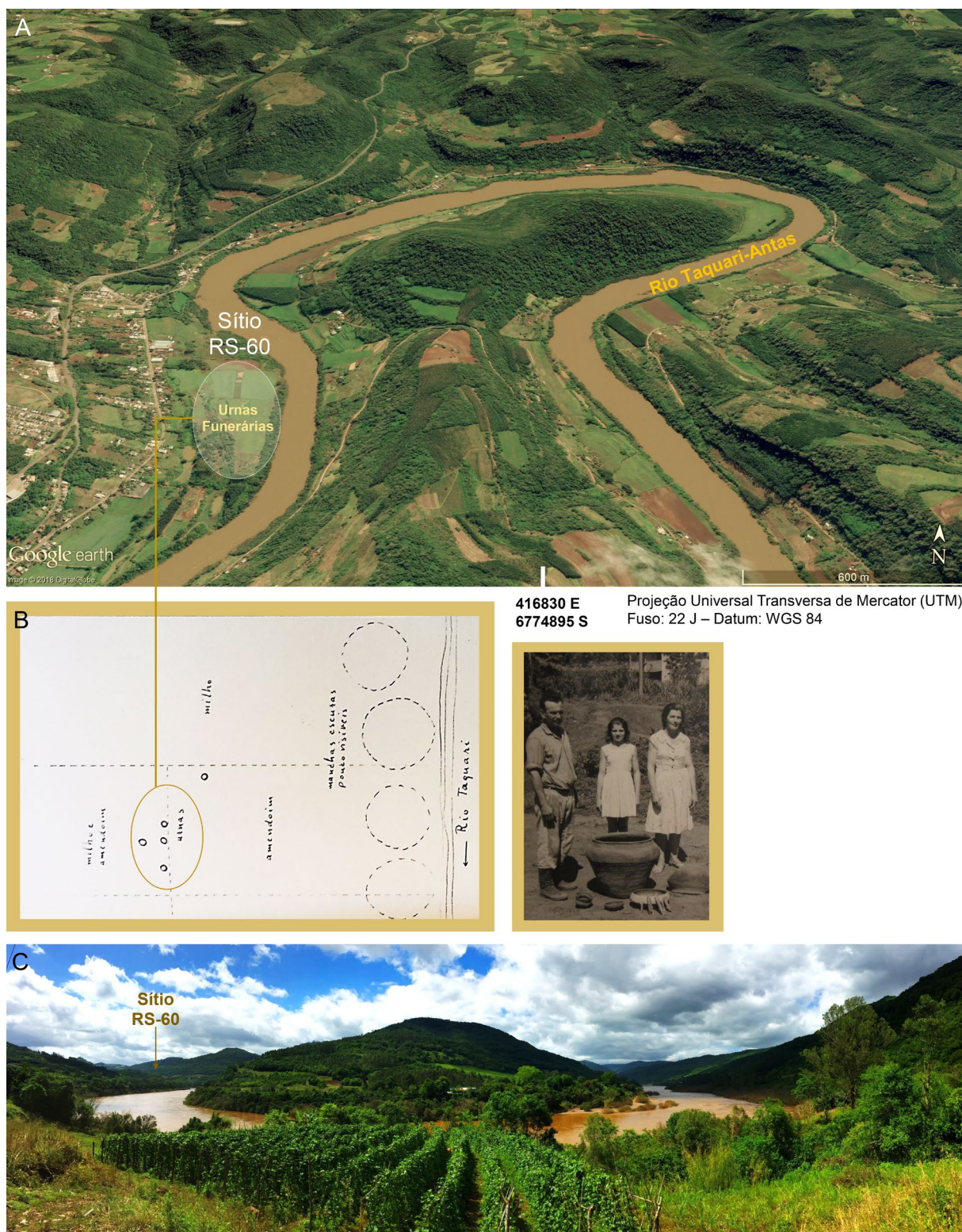
Naquela época, os moradores locais relataram a presença de vasilhas com ossos humanos nas áreas que correspondem ao sítio RS-27, bem como 500m acima desse ponto e também no outro lado do rio (FIGURA 22b). Nessa mesma planície foram recuperadas inúmeras pontas de projétil na superfície e que seguem sendo evidenciadas periodicamente até hoje, como destacamos para o sítio RS-T-108.

Do ponto de vista espacial, a planície de estabelecimento desses sítios é uma histórica área estratégica conhecida como ‘salto do Taquari’, onde é possível atravessar o leito do rio caminhando quando não há enchentes. Na Figura 22(a) notam-se entre os sítios RS-29, RS-T-105 e RS-T-108 bancos de seixos de basalto que permitem essa travessia. O ‘salto’ foi intensamente utilizado no período colonial como travessia de bandeirantes para a invasão das reduções jesuíticas dos rios Pardo e Jacuí, na região central do Estado do Rio Grande do Sul (PORTO, 1954, p. 146).

Os acervos coletados na década de 1960 para os sítios RS-27, RS-28 e RS-29 estão depositados no IAP-Unisinos. Em 2014 esses sítios foram revisitados pela equipe do Labarq-Univates, quando uma pequena amostra de cerâmica (n=123) e de lítico (n=25) (somando os três sítios) foi coletada na superfície e em intervenções prospectivas (KREUTZ, 2015). Esse acervo está depositado na reserva técnica do Labarq-Univates.

Seguindo 40km à montante, o **sítio RS-60** (município de Muçum) já se insere em uma paisagem muito distinta daquela vista nos sítios descritos até então: em uma planície pequena de 1.500m de largura e de 700m de comprimento entre a base da encosta e a vertente. Instalado na unidade geomorfológica Serra Geral, é possível notar a presença de vales mais encaixados e o rio mais sinuoso (FIGURA 23a-c), embora a altitude na planície não seja elevada (60masl). Quando registrado em 1966 por Pedro I. Schmitz, quatro manchas de terra pretas dispostas em linha, bem como um complexo funerário composto por cinco urnas contendo tigelas menores e ossos humanos em seu interior foram evidenciados (FIGURA 23b-c).

Figura 23 – (A) Localização do sítio RS-60, área de aparecimento das urnas funerárias. (B) Croqui elaborado por Pedro I. Schmitz em 1966 e família Patuzzi com algumas urnas (C) Paisagem encaixada da unidade Serra Geral.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates, acervo do Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP) e Google Earth Pro (2018).

As urnas funerárias do sítio RS-60 foram encontradas pelo proprietário enquanto esse cultivava a terra, cujos detalhes foram relatados por Schmitz (1966, sem página¹¹):

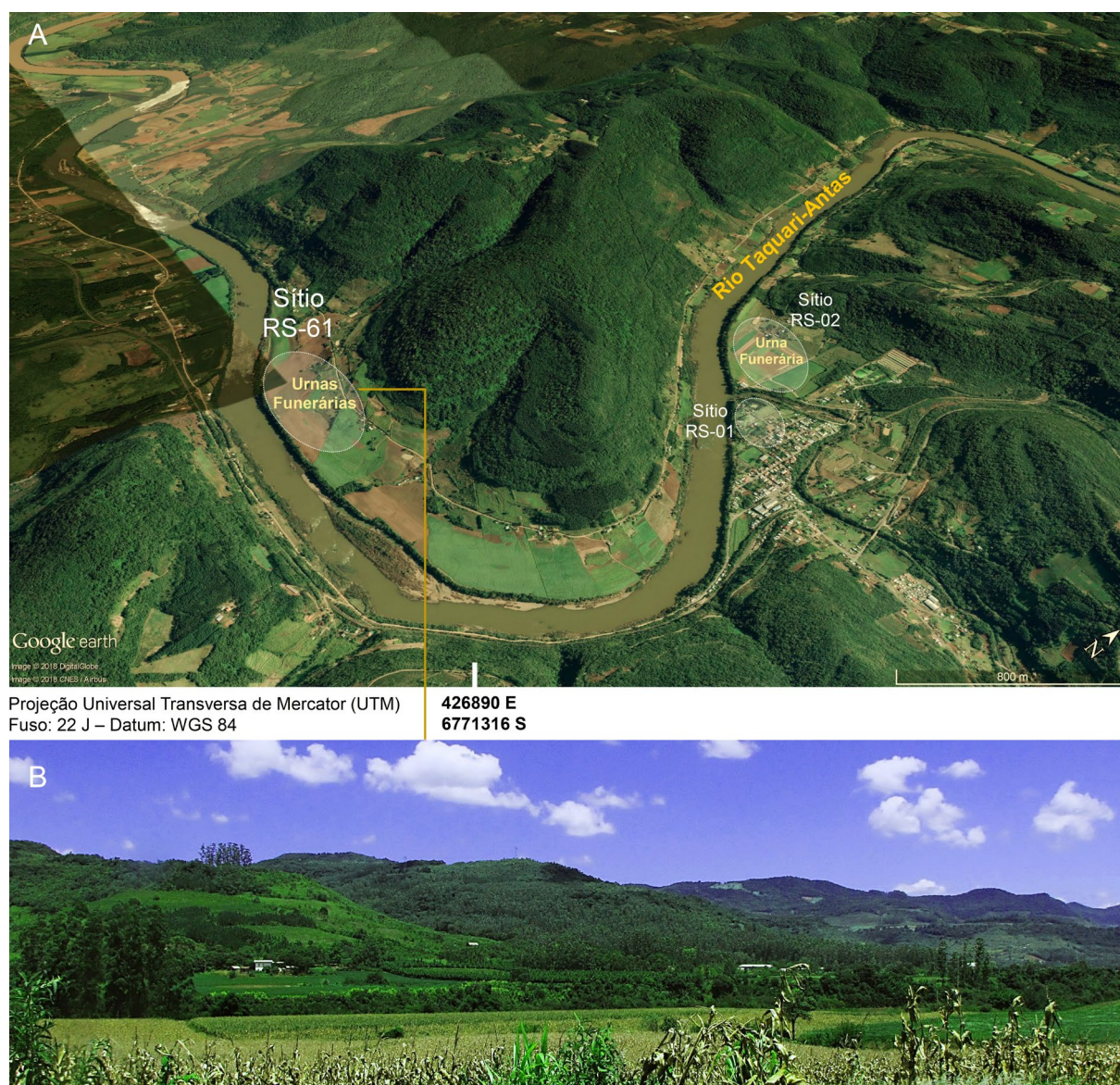
As urnas apresentavam-se da seguinte forma: estavam em pé, na terra, sendo uma delas escorada por pedras na base; sobre a boca estava emborcada uma panela grande, que impedia que entrasse terra e água; dentro encontraram-se em cada uma um crânio (ou restos do mesmo) e ossos humanos, principalmente os longos; duas ou três tigelas ou recipientes maiores. As urnas são corrugadas, as tigelas e outros recipientes são, em parte, corrugados ou unglados, em parte pintados ou simplesmente lisos [...].

As atividades prospectivas da década de 1960 forneceram um acervo de fragmentos de cerâmica hoje depositados no IAP-Unisinos. Em 2011 a equipe do Labarq-Univates revisitou a área, mas não encontrou estruturas preservadas (KREUTZ, 2015).

Ainda no município de Muçum, o **sítio RS-61** se insere em uma planície de 500m de extensão entre a base da encosta e a vertente e 2.000m de largura, em uma altitude de 80masl (FIGURA 24a). Identificado por Schmitz em 1966, foram registradas manchas de terra preta, cerâmicas na superfície e estruturas funerárias. Em 2011 pesquisadores do Labarq-Univates atestaram a presença de cerâmica em superfície, mas não encontraram estruturas arqueológicas preservadas (KREUTZ, 2015). O acervo coletado corresponde a cerâmicas (n=40) depositadas na reserva técnica do Labarq-Univates; já o acervo coletado na década de 1960 está depositado no IAP-Unisinos. Na margem oposta, no município de Santa Tereza, dois outros sítios aparecem (o RS-01 e o RS-02). A paisagem de estabelecimento é encaixada assim como para o sítio anterior (FIGURA 24b).

¹¹ Relatório não publicado, mas disponível no Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP), Unisinos, para consulta.

Figura 24 – (A) Localização do sítio RS-61 e área de aparecimento de urnas funerárias. Sítios RS-02 e RS-01 na margem oposta. (B) Paisagem encaixada da unidade Serra Geral.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates e Google Earth Pro (2018).

O **sítio RS-03**, conhecido também como sítio 'Viúva Pedro Marobin', é o terceiro encontrado por Schmitz (1965) no município de Muçum, com vestígios em uma planície de 200m de extensão entre a base e a vertente e 1.600m de largura (FIGURA 25a-b) e em uma altitude de 80masl. O relatório de Schmitz não menciona a presença de urnas funerárias nesse sítio, mas essa informação apareceu posteriormente em Goldmeier (1983) e foi confirmada em 2012 pelo Labarq-Univates, quando foram evidenciadas duas urnas funerárias entre 0,50-0,90m de profundidade, escoradas entre si e emborcadas, um fato inusitado para o padrão de

enterramento Guarani regional. Os materiais coletados na década de 1960 estão no IAP-Unisinos e a coleção oriunda das atividades recentes somam fragmentos cerâmicos (n=67), urnas funerárias (n=2), vestígios líticos (n=32), ossos e dentes humanos e estão depositados na reserva técnica do Labarq-Univates.

Figura 25 – (A) Localização do sítio RS-03. (B) Paisagem de estabelecimento do sítio RS-03 na Serra Geral. Uma das urnas funerárias evidenciada no sítio.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates e Google Earth Pro (2018).

O **sítio Favaretto**, o último descrito para o Taquari-Antas, está na margem esquerda do rio, já no município de Bento Gonçalves e a 30km em linha reta dos sítios de Muçum. Inserido na Serra Geral em uma altitude de 180masl, o rio se apresenta mais estreito e com meandros sinuosos nesse ponto (FIGURA 26a-b), bem como as planícies de inundação assumem proporções muito pequenas e não raramente os sítios aparecem em encostas ou no topo de colinas.

Figura 26 – (A) Localização do sítio Favaretto e vista para o Rio Taquari-Antas desde a perspectiva do sítio. (B) Paisagem encaixada da Serra Geral na altura do Sítio.



Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) 439061 E
Fuso: 22 J – Datum: WGS 84 6786850 S



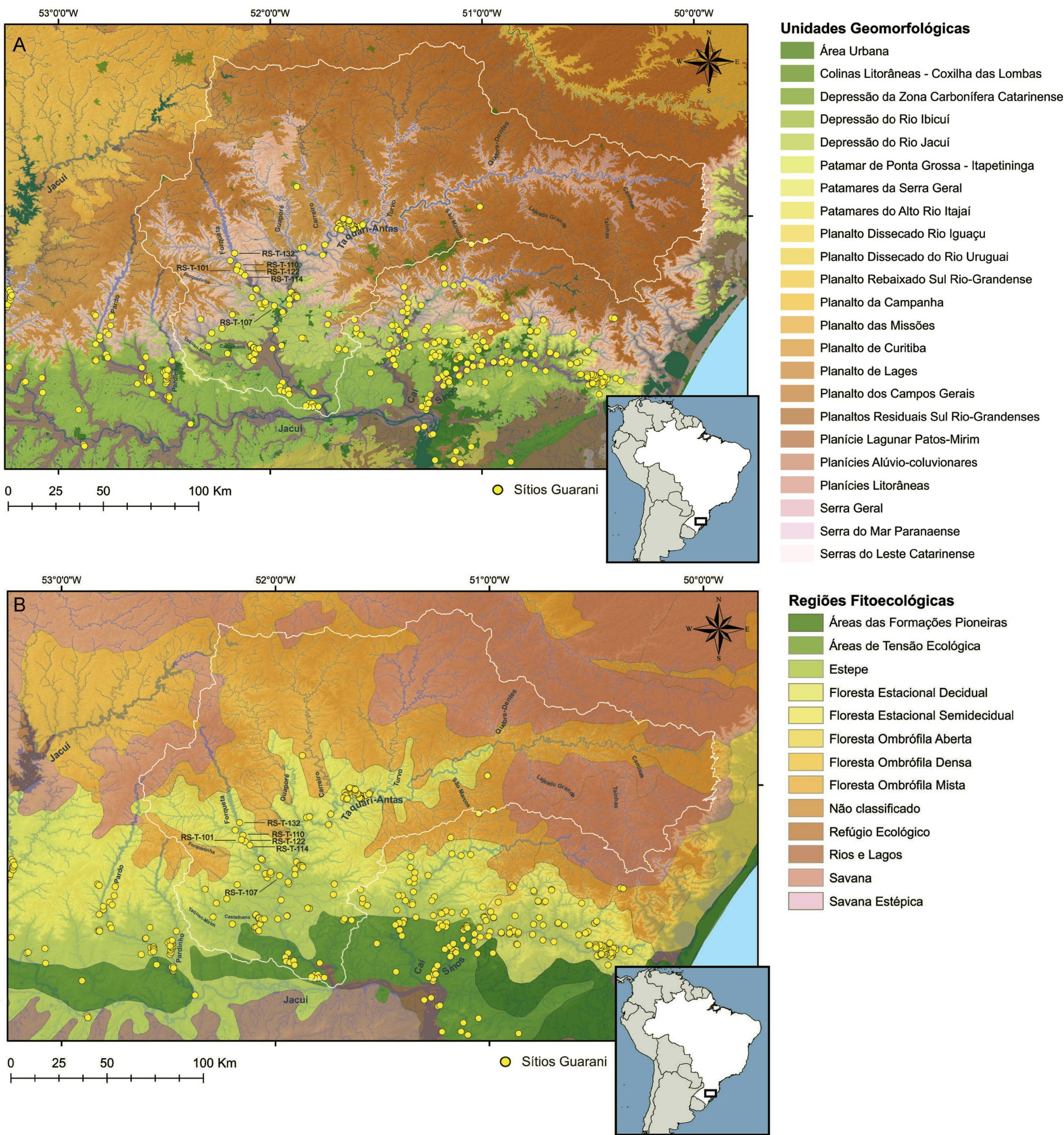
Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates e Google Earth Pro (2018).

Favaretto foi identificado em 2007 entre os últimos sítios identificados para o contexto Guarani na Bacia do Taquari-Antas (MACHADO, 2008). Apresenta duas áreas de concentração de vestígios distantes entre si 50m, sendo que em uma delas se evidenciou uma mancha de terra preta com camada arqueológica de 0,10m de espessura, extensão de 15m e a 0,25m de profundidade. Essas atividades geraram a recuperação de 1.782 fragmentos de cerâmica que estão depositados no Centro de Pesquisas Arqueológicas da Universidade de Santa Cruz do Sul (CEPA-UNISC) e cujos resultados de análise podem ser acessados em Machado (2008, p. 146-163).

4.2.2 Sítios Guarani ao Longo do Rio Forqueta

Além dos sítios estabelecidos ao longo do Rio Taquari-Antas, a Bacia possui uma segunda área de importância para a ocupação Guarani identificada até o momento. Inserida na porção oeste do Taquari-Antas, essa área corresponde às planícies do Rio Forqueta, um dos principais afluentes do Taquari-Antas, onde os sítios aparecem desde a foz até o curso médio. Com exceção das áreas próximas da confluência com o Rio Taquari-Antas, onde as planícies são relativamente extensas (e.g. sítio RS-T-107), o Rio Forqueta é estreito e apresenta corredeiras quanto mais à montante nos direcionamos. Nas proximidades dos sítios são frequentes depósitos de seixos compostos especialmente por basaltos rolados das encostas, calcedônia, quartzo e arenito silicificado, esse último de forma mais rara. Nas encostas é comum a presença de instrumentos líticos de grande porte em superfície (e.g. bifaces de basalto). Com relação à geomorfologia, os sítios só aparecem nos Patamares da Serra Geral e nas porções mais baixas da Serra Geral, em altitudes que variam entre 30 e 110masl, mas predominantemente entre 70 e 80masl (FIGURA 27a).

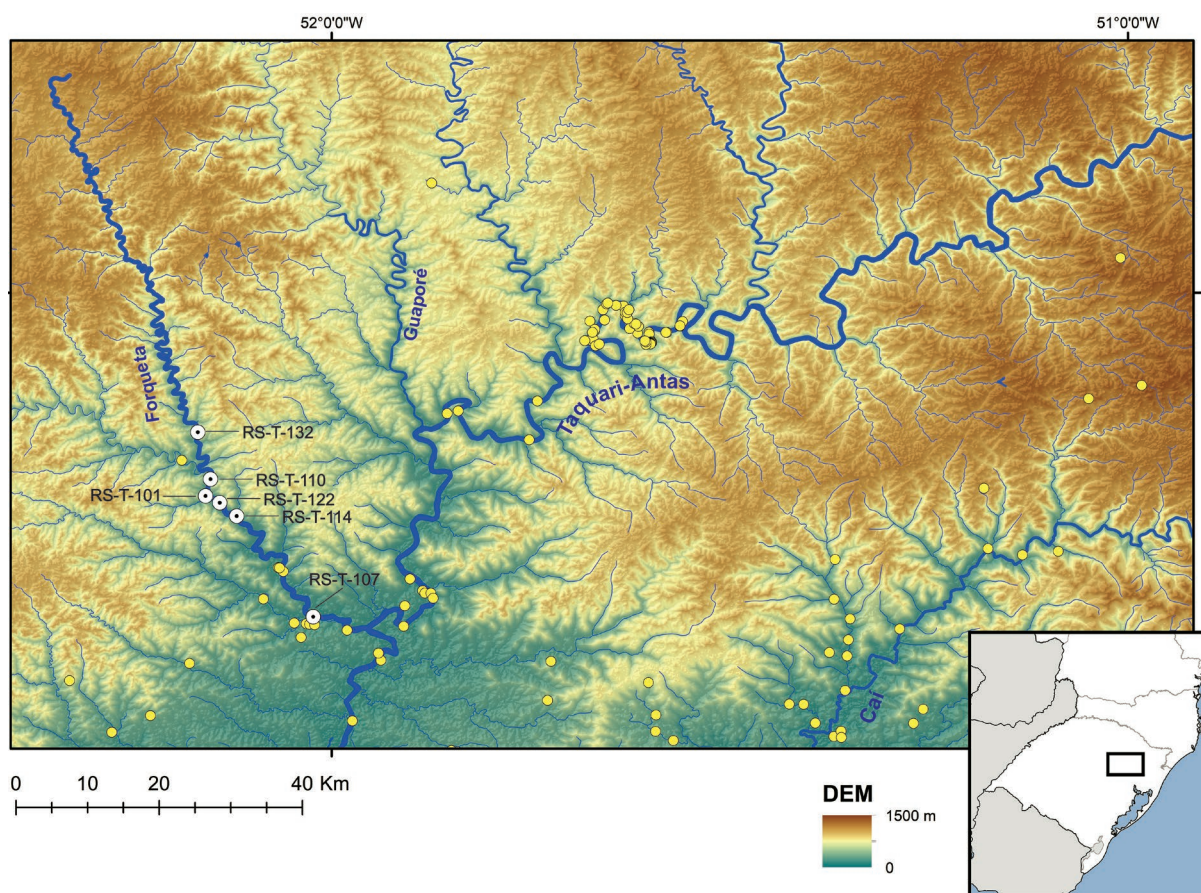
Figura 27 – Distribuição dos sítios RS-T-107, RS-T-114, RS-T-122, RS-T-101, RS-T-110 e RS-T-132 ao longo do Rio Forqueta conforme: (A) Unidades geomorfológicas. (B) Formações fitoecológicas.



Fonte: Elaborado com ArcGis 10.2.

As planícies do Forqueta são conhecidas por apresentarem solos extremamente férteis, os Chernossolos Háplicos Órticos típicos (STRECK et al., 2008), que possuem altos teores de cálcio, magnésio e matéria orgânica, baixa a mediana acidez e alta capacidade de troca de cátions. Os moradores fazem menção a uma espécie de ‘microclima’ que impede a ocorrência de geadas nas planícies enquanto o evento atinge os morros circundantes durante o inverno, favorecendo ainda mais as práticas de cultivos nessas áreas. Atualmente predominam cultivos agrícolas nas planícies e quase não há mais matas, mas no passado vigorava a Floresta Estacional Decidual (FIGURA 27b), ainda presente nas encostas. Entre os sítios localizados ao longo do Rio Forqueta destacamos seis que apresentam as informações mais detalhadas sobre a ocupação Guarani nessa área: RS-T-107, RS-T-114, RS-T-122, RS-T-101, RS-T-110 e RS-T-132 (FIGURA 28).

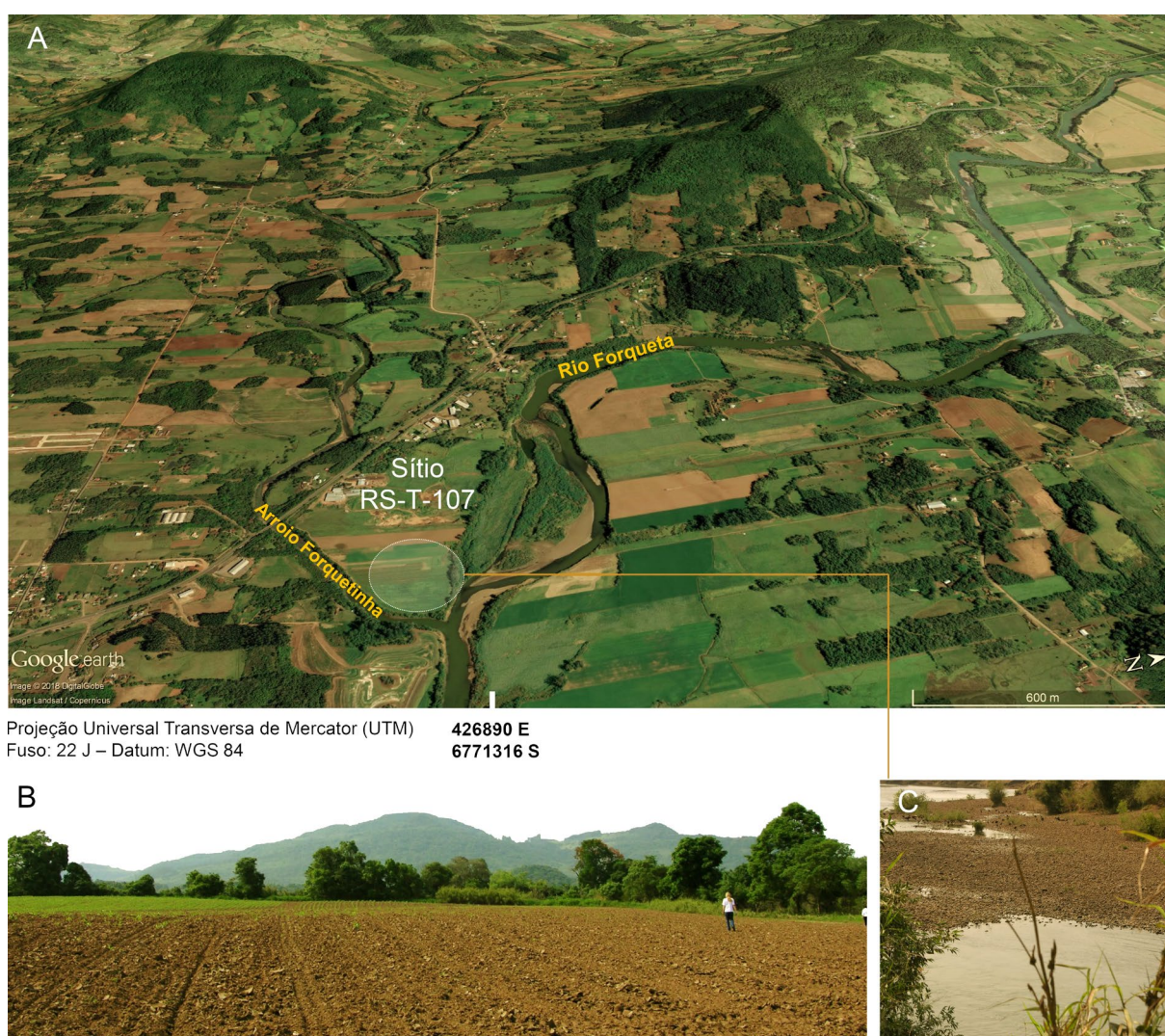
Figura 28 – Distribuição dos sítios RS-T-107, RS-T-114, RS-T-122, RS-T-101, RS-T-110 e RS-T-132 ao longo do Rio Forqueta conforme a hipsometria.



Fonte: Elaborado com ArcGis 10.2.

O **sítio RS-T-107** foi registrado em 2002 pela equipe do Labarq-Univates e se insere na confluência do Rio Forqueta com o Arroio Forquetinha (FIGURA 29a), em uma planície dos Patamares da Serra Geral (40masl) (FIGURA 29b) que, por ser pouco elevada com relação ao leito do rio, é facilmente encoberta pelas águas em períodos de cheia. Notam-se extensos bancos de seixos de basalto no leito do rio (FIGURA 29c). As intervenções realizadas demonstraram uma camada de terra preta no talude do Rio Forqueta. O acervo é composto por fragmentos cerâmicos (n=121) e líticos (n=11) depositados na reserva técnica do Labarq-Univates.

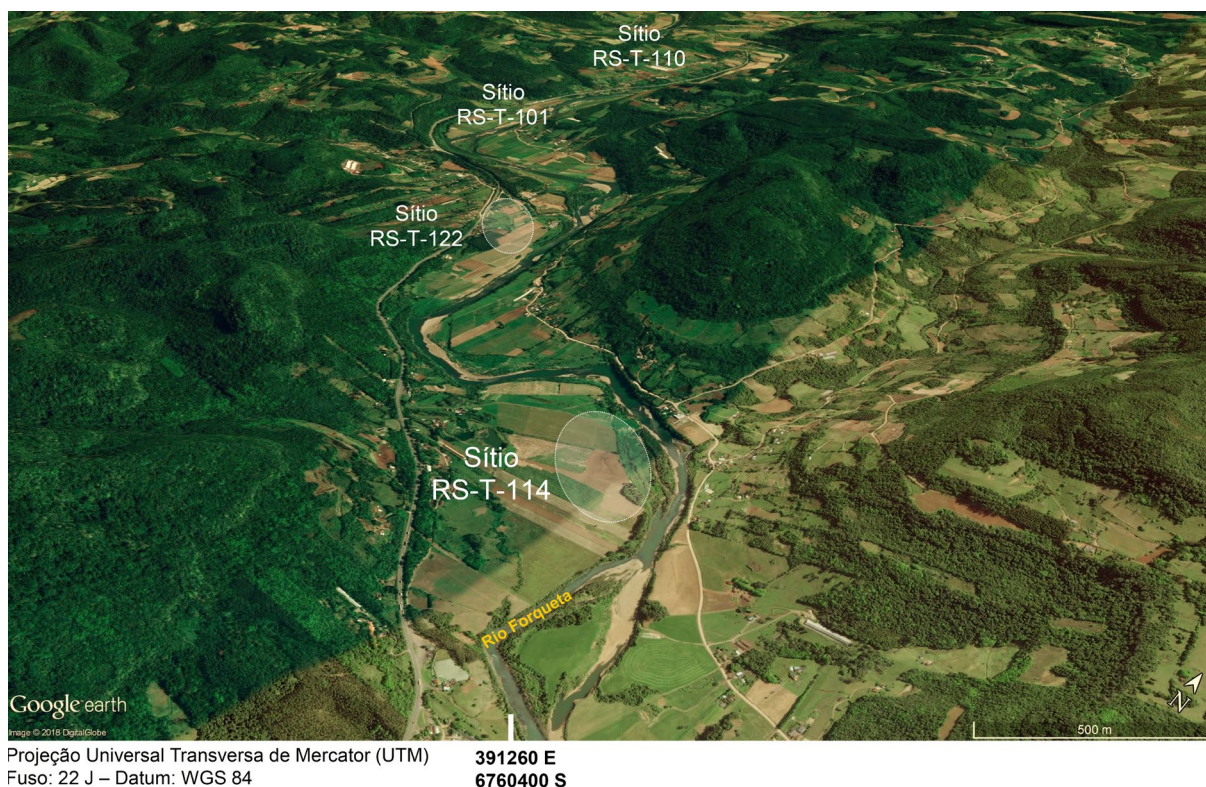
Figura 29 – (A) Localização do sítio RS-T-107 na confluência entre o Rio Forqueta e Arroio Forquetinha. (B) Paisagem dos Patamares da Serra Geral. (C) Seixos de basalto no leito do Rio Forqueta.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates e Google Earth Pro (2018).

Cerca de 20km na direção da montante, há uma sequência de sítios dispostos consecutivamente na margem direita do Rio Forqueta (RS-T-114, RS-T-122, RS-T-101, RS-T-110), já na Serra Geral, em uma paisagem muito mais restrita do que aquela vista para o sítio RS-T-107 (FIGURA 30).

Figura 30 – Sítios RS-T-114, RS-T-122, RS-T-101 e RS-T-110 dispostos em sequência na paisagem semiencaxada da Serra Geral.



Fonte: Elaborado a partir do Google Earth Pro (2018).

O primeiro sítio dessa sequência, o **sítio RS-T-114** (município de Marques de Souza), apresenta as maiores informações de campo e de análise de vestígios arqueológicos. Registrado em 2004 pela equipe do Labarq-Univates, se insere em uma planície de inundação com 800m entre a base da encosta e a vertente do Forqueta, em uma altitude de 60masl (FIGURA 31). Nesse sítio foram realizadas escavações sistemáticas por dez anos, entre 2004 e 2014, resultando em 220m² de área escavada, coletas superficiais e prospecções no entorno. O RS-T-114 apresenta um acervo enorme de cerâmica (n>15.000), lítico (n>2.600), vestígios

arqueofaunísticos ($n > 2.500$), carvão vegetal e vestígios botânicos carbonizados e a mais completa sequência cronológica de datas em C^{14} e TL para a região. Descreveremos detalhes das atividades arqueológicas realizadas nesse sítio no Capítulo 7.

Em geral, o ponto de localização do RS-T-114 não sofre inundações, mas uma exceção ocorreu em janeiro de 2010 quando uma impressionante precipitação de mais de 300mm de chuva em menos de 20 horas resultou na maior enxurrada da história do Vale do Rio Forqueta. Dezenas de pontes, lavouras, áreas de campings e outras infraestruturas no município de Marques de Souza e áreas adjacentes foram destruídas (FLORES et al., 2017). Durante esse fenômeno de proporções atípicas, as águas do Rio Forqueta atingiram o sítio RS-T-114 resultando no tombamento de árvores de grande porte e na lixiviação do terreno (WOLF, 2012; SCHNEIDER, 2014).

Figura 31 – Vista aérea da localização do sítio RS-T-114 na paisagem da Serra Geral.



Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM)
Fuso 22 J – Datum: WGS 84

391260 E
6760400 S

Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates.

Situado na sequência, o **sítio RS-T-122** (município de Marques de Souza) se insere na confluência do Rio Forqueta com o Arroio Tamanduá (FIGURA 32a). Diferente dos outros sítios, a área de concentração dos materiais se insere mais próxima do arroio, assumindo o Forqueta uma posição periférica. Foram realizadas sondagens de até 0,90m de profundidade na planície (FIGURA 32b) e uma trincheira no talude do arroio, sem aparecer alterações estratigráficas. A cerâmica aparece até 0,60m de profundidade, isto é, mais profunda do que a média registrada para a região, indicando maior deposição sedimentar pela ação das cheias. O acervo desse sítio está depositado na reserva técnica do Labarq-Univates e corresponde a fragmentos cerâmicos (n=207) e líticos (n=65).

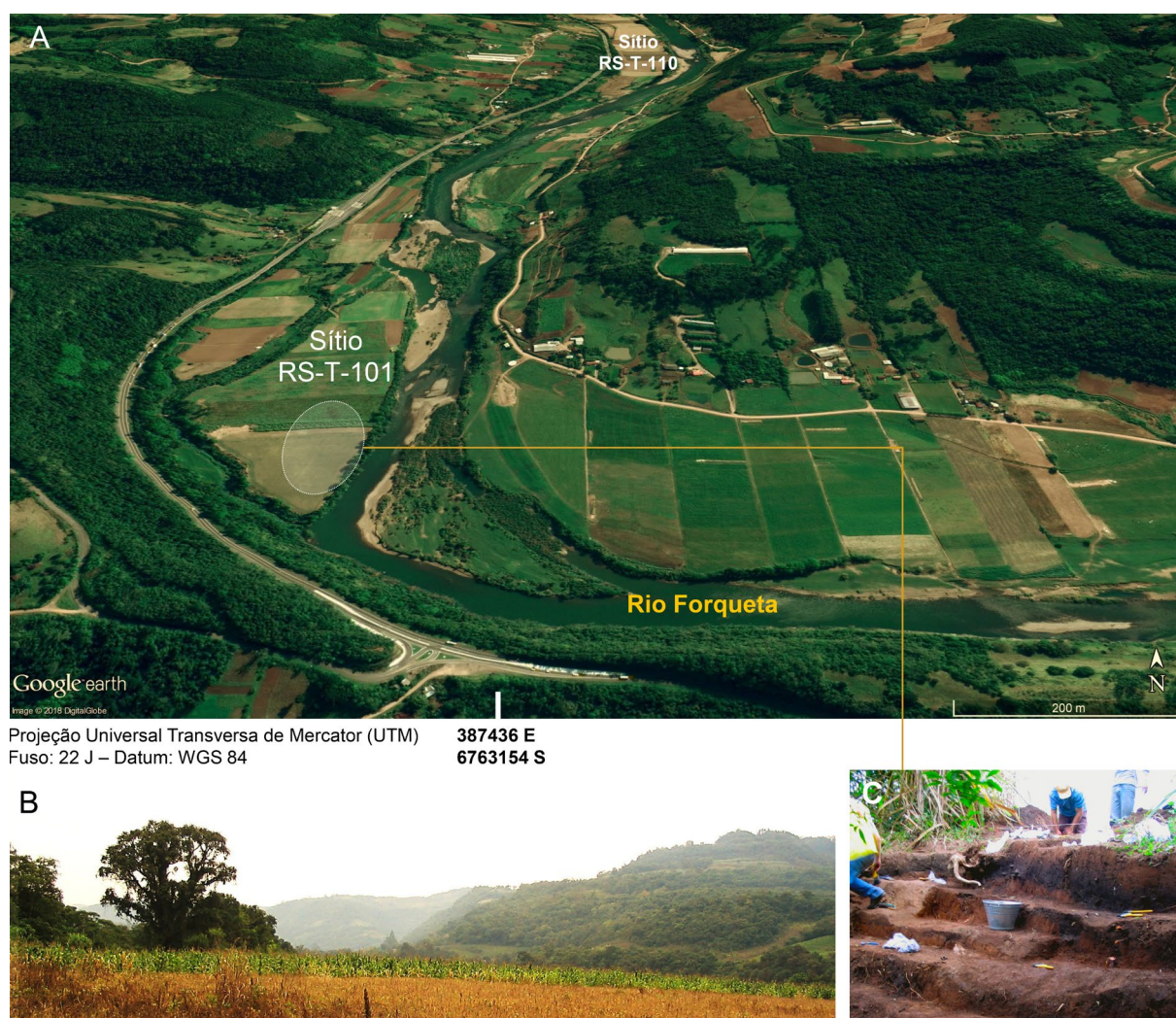
Figura 32 – (A) Localização do sítio RS-T-122. (B) Sondagens na planície de inundação.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates e Google Earth Pro (2018).

Na planície subsequente se insere o **sítio RS-T-101** (município de Marques de Souza), registrado em 2003 pela equipe do Labarq-Univates (FIGURA 33a-b). Em uma altitude de 90masl, apresenta vestígios especialmente concentrados em uma mancha de terra preta de 0,25m de espessura evidenciada no talude do Forqueta (FIGURA 33c). Na planície foram verificados instrumentos líticos de maior porte e poucos fragmentos cerâmicos. Resultados prévios sobre a análise da cerâmica e dos vestígios arqueofaunísticos podem ser acessados em Machado et al. (2008) e Kreutz (2008), respectivamente. O acervo está depositado no Labarq-Univates e é constituído por fragmentos de cerâmica (n=1.136), líticos (n=148), lenhos carbonizados e arqueofauna.

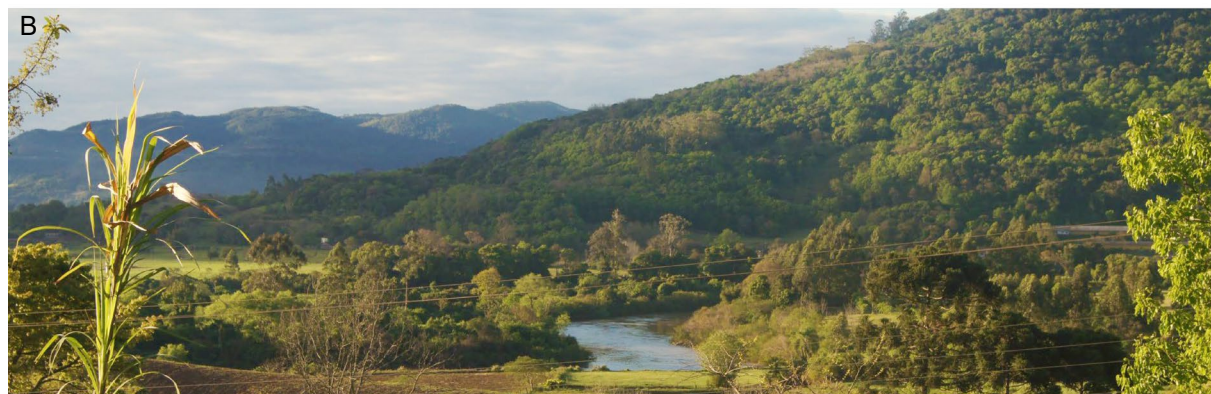
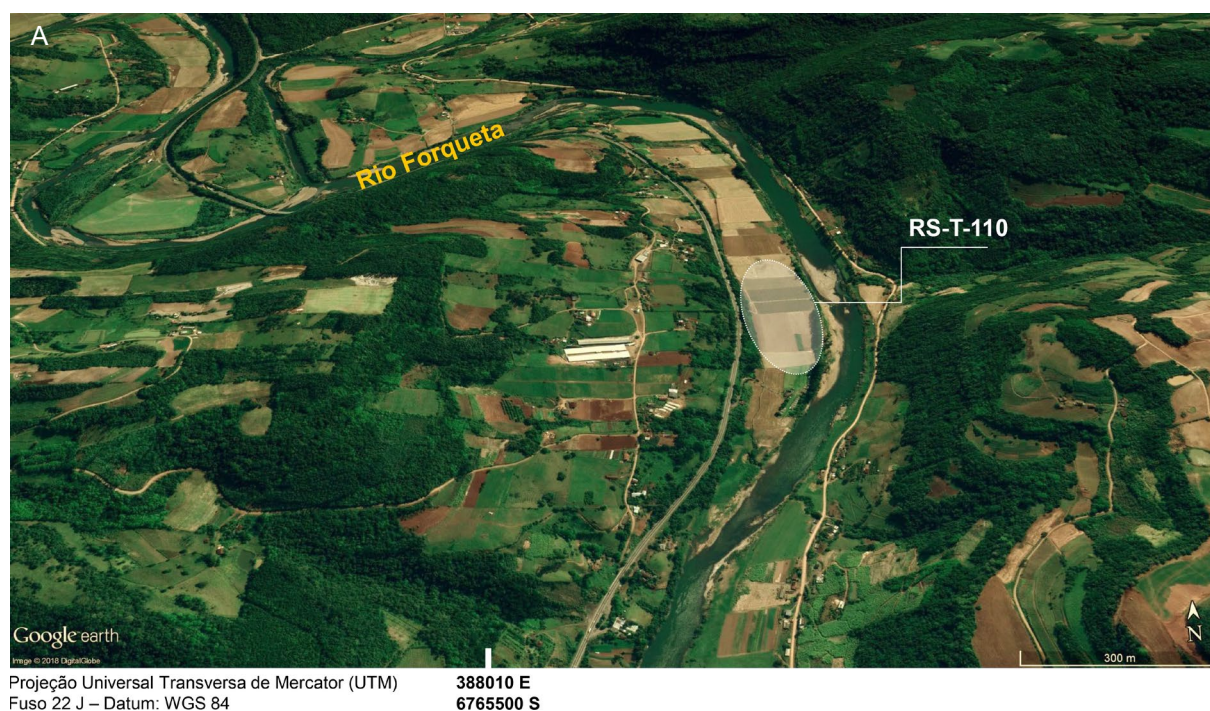
Figura 33 – (A) Localização do sítio RS-T-101. (B) Paisagem de estabelecimento. (C) Escavação da mancha de terra preta.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates e Google Earth Pro (2018).

Na planície seguinte, o **sítio RS-T-110** se insere em uma várzea de pequena extensão (FIGURA 34a-b) e, seguindo o padrão dos outros sítios do Rio Forqueta, apresenta uma mancha de terra preta no talude. A camada possui aproximadamente 5m de extensão, variando entre 0,25m e 0,45m de profundidade e 0,10m de espessura. Outras manchas de terra preta foram evidenciadas pelos proprietários da área em anos anteriores, mas não encontradas até o momento. Registrado em 2003 pela equipe do Labarq-Univates, o acervo desse sítio possui cerâmica (n=522) e lítico (n=25) provenientes de coletas superficiais e da escavação da camada arqueológica e estão depositados na reserva técnica do Labarq-Univates.

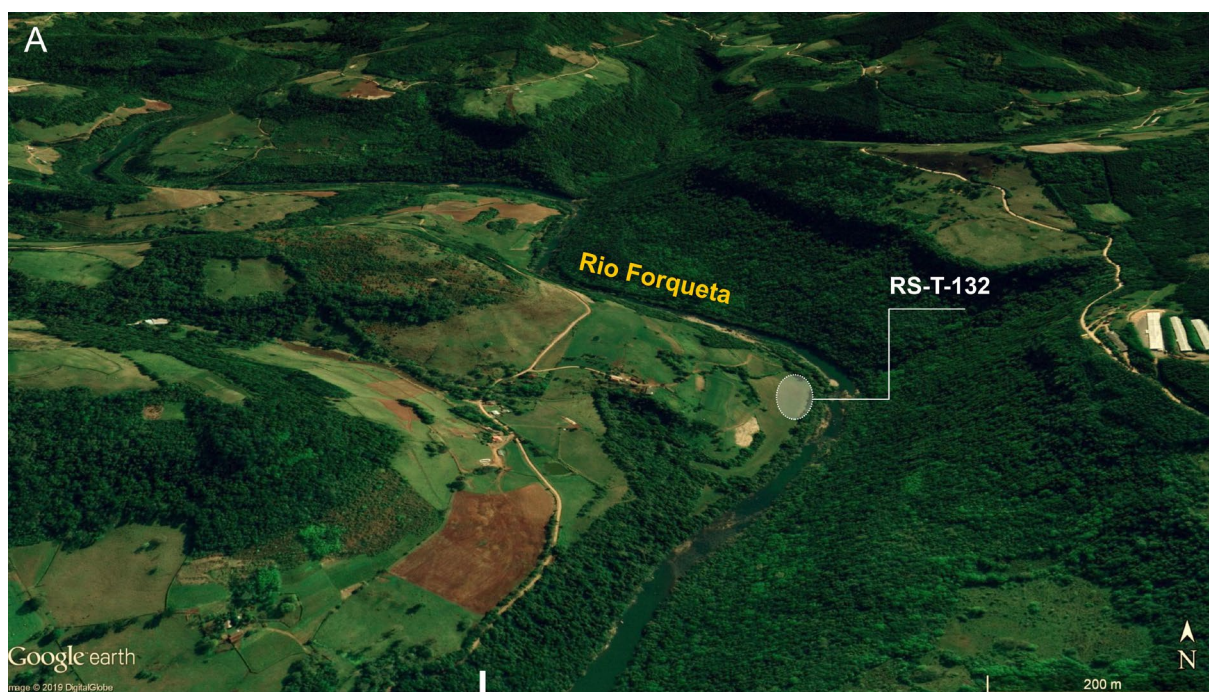
Figura 34 – (A) Localização do sítio RS-T-110. (B) Paisagem de estabelecimento na Serra Geral.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates e Google Earth Pro (2018).

Último assentamento Guarani registrado até o momento para a montante do Rio Forqueta, o **sítio RS-T-132** se insere em uma planície estreita da margem direita do Forqueta (FIGURA 35a), 8km distante do RS-T-110 e já no município de Pouso Novo. Foi evidenciado durante atividades prospectivas exploratórias para esta tese. Na margem oposta do rio há uma encosta encaixada (FIGURA 35b), densos recursos rochosos no leito do rio e duas pequenas corredeiras em frente ao sítio. A mata ciliar encontra-se muito bem preservada (40m desde a planície até a vertente) com árvores de grande porte mescladas com frutíferas exóticas.

Figura 35 – (A) Localização do sítio RS-T-132 na paisagem encaixada da unidade Serra Geral. (B) Panorâmica desde a encosta com vista para a planície, paredão de basalto ao fundo e destaque para a área de localização da mancha de terra preta.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates e Google Earth Pro (2018).

Não foi possível verificar fragmentos de cerâmica na superfície do sítio RS-T-132, bem como os moradores também nunca evidenciaram vestígios durante a prática agrícola. A camada arqueológica foi descoberta de forma ocasional a partir de um buraco com cerca de 0,90m de diâmetro aberto pela força da água da chuva que desce da encosta. Localizado a poucos metros do talude do rio (FIGURA 35a), o buraco deixou em evidência uma mancha de terra preta a 0,30m da superfície. A mancha possuía uma inclinação levemente maior do que a atual inclinação do terreno e maior espessura na direção do rio. O buraco conecta uma espécie de túnel de faunaturbação que passa sob o solo e sai já no talude, formando como palimpsesto uma fina camada de terra preta no talude. Descreveremos detalhes desse sítio no Capítulo 7.

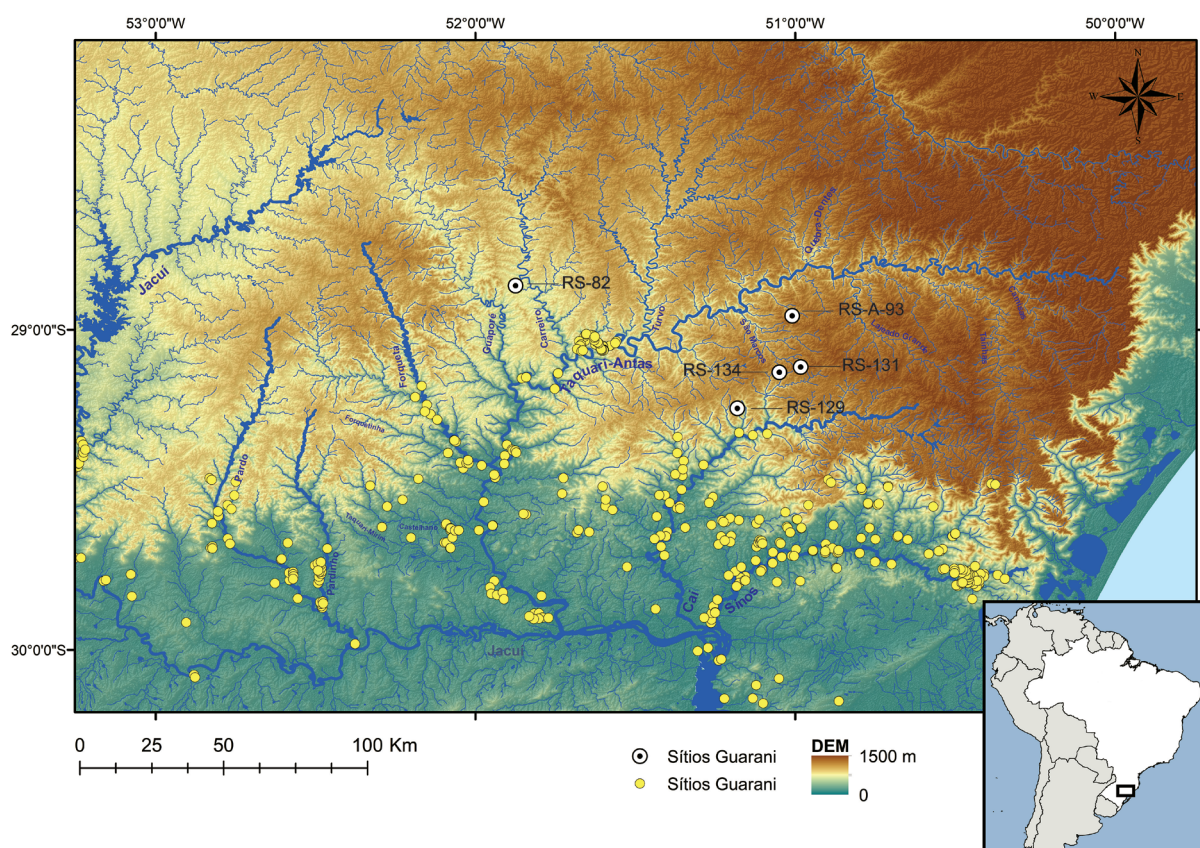
4.2.3 Sítios Guarani Fora do Padrão Regional

Os sítios Guarani aparecem de forma densa nas planícies desde a foz do Rio Taquari-Antas até as proximidades da foz do Rio Turvo, irradiando para os arroios e afluentes como, por exemplo, o Rio Forqueta, cobrindo uma área de mais de 10.000km² no centro-sul da Bacia. A distribuição dos sítios demonstra que os assentamentos foram frequentes nas planícies de inundação, aparecendo também nas encostas de baixa altitude, quase sempre abaixo de 100masl, sem ultrapassar, em geral, 400masl. Quando observamos as unidades geomorfológicas, os assentamentos aparecem em paisagens heterogêneas que variam desde amplas planícies até vales encaixados. Com relação a cobertura vegetal, por outro lado, observa-se maior regularidade, com sítios quase sempre em áreas cobertas por Floresta Estacional ou zonas de tensão ecológica.

Esse padrão hipsométrico, geomorfológico e fitoecológico é frequente também para assentamentos Guarani das áreas adjacentes, mas não é exclusivo. É possível observar pelo menos cinco sítios Guarani inseridos em áreas pouco esperadas do Planalto das Araucárias, em especial entre os Rios Taquari-Antas e Caí (FIGURA 36): o sítio RS-A-93 (800masl) no município de São Marcos (ROGGE; SCHMITZ, 2009), o sítio RS-82 (500masl) em Guaporé (SCHNEIDER et al., 2017b),

bem como três sítios localizados no município de Caxias do Sul: RS-129 (700masl), RS-134 (730masl) e o RS-131 (890masl) (CORTELETTI, 2008). Esses sítios fogem ao padrão geralmente esperado para a ocupação Guarani e demonstram que ocorreu um discreto avanço Guarani em direção às terras altas do Planalto das Araucárias, assim como também foi observado em alguns pontos do Estado do Paraná (NOELLI, 2004b). Para o caso da Bacia do Taquari-Antas, ao mesmo tempo em que se inserem em áreas de maiores altitudes, aparecem na Floresta de Araucária e próximos dos Campos de Altitude. As áreas em que se inserem os sítios 'fora do padrão' eram ocupadas, em algum momento, por populações Jê, colocando a possibilidade de os sítios Guarani ali estabelecidos implicarem em enclaves.

Figura 36 – Distribuição dos sítios RS-A-93, RS-82, RS-129, RS-134 e RS-131 conforme a hipsometria.



Fonte: Elaborado com ArcGis 10.2.

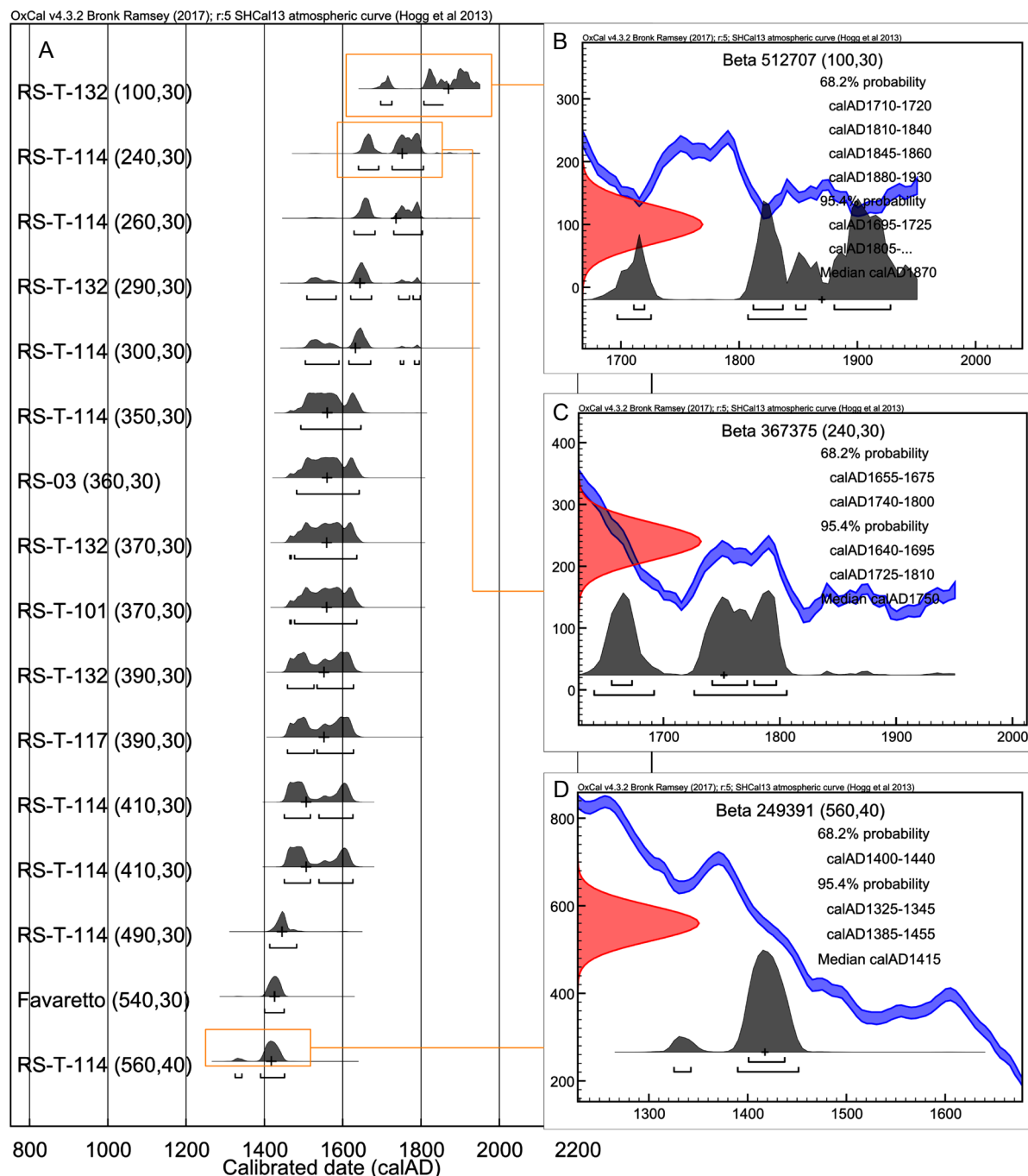
4.3 Cronologia Regional

Para discutir a cronologia do perímetro descrito acima apresentaremos os resultados calibrados em gráficos de distribuição fornecidos pelo método matemático de faixa de densidade de alta probabilidade (HPD – *high-probability density*). Nesses gráficos, os picos mais altos das distribuições (FIGURA 37a, áreas em cinza) representam as maiores probabilidades com relação ao período de certeza da data. Relembramos que 1 sigma fornece um intervalo de 68,2% de certeza sobre a data e 2 sigma fornece um intervalo mais amplo, mas também mais confiável para as datas, conferindo 95,4% de probabilidade.

Como esses intervalos podem cobrir várias décadas ou séculos (como pode ser visto nas áreas em cinza da Figura 37a), o método de faixa HPD refina estatisticamente a ‘probabilidade dentro da probabilidade’ desses intervalos, apontando os picos mais prováveis. Além de fornecer um gráfico de distribuição, o Programa OxCal v4.3.2 (BRONK RAMSEY, 2017) fornece tabelas com os valores desses picos. Assim, além da utilização dos gráficos de distribuição, discutiremos algumas datas a partir dos valores fornecidos pelo OxCal para as maiores probabilidades dentro dos intervalos de calibração (QUADROS 4, 5 e 6), quer dizer, os valores que compõe os picos mais altos dos gráficos.

O primeiro resultado observável no quadro de calibração (FIGURA 37a) é que a ocupação Guarani se estendeu por um intervalo que parece ter durado um pouco mais do que quatro séculos na região. Além disso, esse intervalo representa uma chegada tardia e uma saída recente dos Guarani na Bacia do Taquari-Antas. A data mais antiga foi recuperada no sítio RS-T-114 (560 ± 40 AP) e coloca a chegada Guarani entre ~A.D. 1300-1400 (2σ Cal. A.D. 1325-1450) (FIGURA 37a). Utilizando a maior probabilidade para essa data quando calibrada (QUADRO 4), há 90,2% de certeza que o intervalo inicial de ocupação tenha ocorrido entre (2σ) Cal. A.D. 1390-1451.

Figura 37 – (A) Quadro de calibração com faixa de densidade de alta probabilidade (HPD), com a marcação do desvio padrão de 2 sigma (linha abaixo da distribuição). O símbolo '+' aponta as tendências medianas. Ao lado do nome do sítio sinalizamos a data em AP utilizada como parâmetro. (B) Gráfico de distribuição detalhado para a data 100±30 AP. (C) Gráfico de distribuição detalhado para a data 240±30 AP. (D) Gráfico de distribuição detalhado para a data 560±40 AP.



Fonte: OxCal v4.3.2 (BRONK RAMSEY, 2017) e curva de calibração SHCal13 (HOGG et al., 2013).

Quadro 4 – Probabilidades fornecidas pelo método HPD para a distribuição em 1 Sigma (1σ) e 2 Sigma (2σ) da data 560 ± 40 AP (Beta 249391) do sítio RS-T-114. Em **negrito** a maior probabilidade para a distribuição em 2σ .

Sigma	Probabilidades da Distribuição
1 Sigma (68,2%)	1400 AD (68,2%) 1437 AD
2 Sigma (95,4%)	1325 AD (5,2%) 1342 AD 1390 AD (90,2%) 1451 AD

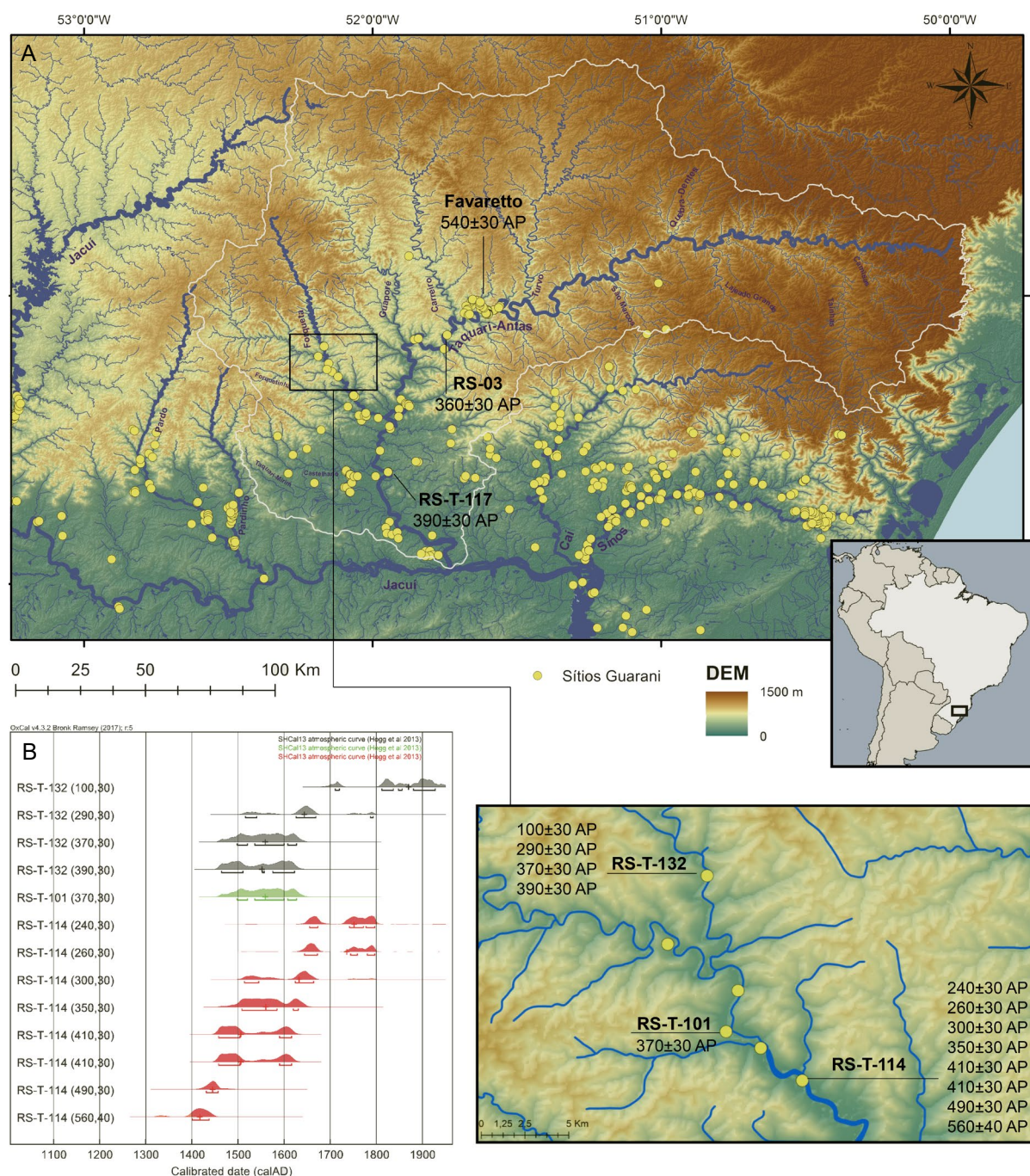
Fonte: OxCal v4.3.2 (BRONK RAMSEY, 2017) e curva de calibração SHCal13 (HOGG et al., 2013).

Outra data antiga para o contexto da Bacia foi recuperada no sítio Favaretto (540 ± 30 AP) (FIGURA 37a), no Rio Taquari-Antas, indicando que as datas antigas foram contemporâneas entre os rios Taquari-Antas e Forqueta. A presença dessas datas antigas nos extremos do perímetro Guarani (sítios RS-T-114 e Favaretto) (FIGURA 38a) parece indicar, além da ocupação sincrônica entre o Forqueta e o Taquari-Antas, que a ascensão pelos vales foi rápida nessa região, como um salto para pontos estratégicos do Planalto das Araucárias.

O período com maior quantidade de datas para o perímetro Guarani da Bacia se insere entre ~A.D. 1500-1630 (FIGURA 37a). Nesse momento as ocupações continuam sincrônicas entre os sítios do Taquari-Antas e do Forqueta (FIGURA 38a), bem como aparecem datas sincrônicas entre os sítios do Médio Forqueta: 350 ± 30 (RS-T-114), 370 ± 30 (RS-T-101) e 370 ± 30 (RS-T-132) (FIGURA 38a).

Para o contexto do Médio Forqueta foi possível observar com clareza o processo de enxameamento ocorrendo. Observando os contextos mais bem datados, isto é, os sítios RS-T-114 e RS-T-132, percebemos que enquanto a expansão ocorria desde o RS-T-114 (a aldeia mais antiga) para montante do Rio Forqueta, atingindo áreas como o RS-T-101 e o RS-T-132 (aldeias mais novas) (FIGURA 38b, faixas de distribuição verde e cinza), a aldeia antiga (RS-T-114) não foi abandonada, continuando a fornecer datas posteriores e sincrônicas às aldeias novas (FIGURA 38b, faixa de distribuição vermelha). Esse processo de expansão ao estilo do enxameamento só parece ter ocorrido claramente a partir de ~A.D. 1500 no contexto do Forqueta. Para o Taquari-Antas, os sítios RS-T-117 e RS-03 também apresentam datas após ~A.D. 1500, mas ali ainda não é possível inferir o tipo de expansão que ocorria pelo deficiente quadro de datas.

Figura 38 – (A) Localização dos sítios datados na Bacia do Taquari-Antas. Destaque para as datas do contexto do Médio Forqueta, sugerindo expansão por enxameamento. (B) Sequência de datas para os sítios do Médio Forqueta.



Fonte: Elaborado com ArcGis 10.2 e OxCal v4.3.2 (BRONK RAMSEY, 2017) e curva de calibração SHCal13 (HOGG et al., 2013).

Após ~A.D. 1630 há diminuição das datas na região, quando a área passa a sofrer com a presença das levas estrangeiras europeias. Apesar da diminuição das datas, o fim da ocupação Guarani não foi homogêneo na Bacia e tampouco ocorreu

nesse momento em todos os pontos. Existem pelo menos quatro datas que comprovam atividades tardias no Médio Forqueta, especificamente nos sítios RS-T-114 e RS-T-132. No RS-T-114 os intervalos calibrados das duas datas mais tardias se inserem entre (2σ) Cal. A.D. 1625-1805 e (2σ) Cal. A.D. 1640-1810. Para o último caso, há 64,9% de probabilidade de que a ocupação tenha ocorrido entre (2σ) Cal. A.D. 1726-1806 (QUADRO 5), demonstrando boas evidências de que esse sítio se manteve ocupado décadas após a saída dos jesuítas e dos bandeirantes da região em ~A.D. 1640 (KREUTZ, 2015).

Quadro 5 – Probabilidades fornecidas pelo método HPD para a distribuição em 1 Sigma (1σ) e 2 Sigma (2σ) da data 240 ± 30 AP (Beta 367375) do sítio RS-T-114. Em **negrito** a maior probabilidade para a distribuição em 2σ .

Sigma	Probabilidades da Distribuição
1 Sigma (68,2%)	1655 AD (18,2%) 1672 AD
	1742 AD (29,3%) 1772 AD
	1778 AD (20,7%) 1796 AD
2 Sigma (95,4%)	1640 AD (30,5%) 1692 AD
	1726 AD (64,9%) 1806 AD

Fonte: OxCal v4.3.2 (BRONK RAMSEY, 2017) e curva de calibração SHCal13 (HOGG et al., 2013).

Doze quilômetros à montante do RS-T-114, o último do Rio Forqueta antes das terras altas do noroeste da Bacia, o RS-T-132, também foi desocupado tardiamente, como visto para as duas datas mais recentes, 290 ± 30 AP e 100 ± 30 AP. Essa última data é a mais recente para todo o contexto Guarani regional, cujo resultado apresenta um intervalo amplo que inicia a partir de (2σ) Cal. A.D. 1696-[...] e grande probabilidade de se estender para além de (2σ) Cal. A.D 1807-[...] (83,6%) (QUADRO 6).

Embora exista a possibilidade de esse resultado se estender até o século 20, como é possível conferir no Quadro 6, não estamos considerando essa última data como uma contaminação moderna por três questões:

1) Todas as datas posteriores a 230 AP com variação de ± 30 anos, quando calibradas com a curva SHCal13, adequada para o hemisfério sul, apresentam alguma possibilidade de se estenderem até o século 20. Essa variação pode ser

causada por flutuações na modulação heliomagnética da radiação cósmica galáctica e, mais recentemente, pela queima em grande escala de combustíveis fósseis e testes de dispositivos nucleares (BETA ANALYTIC, c2019) e não necessariamente por contaminação.

2) Vários outros sítios Guarani do Rio Grande do Sul apresentam datas entre A.D. 1700-1900. Exemplos podem ser acessados no Rio Pardo (RIBEIRO, 1990), no Médio Jacuí e Rio Caí (BROCHADO, 1973), no Médio Uruguai (MILLER, 2009) e no litoral sul do Rio Grande do Sul (SCHMITZ; SANDRIN, 2009). Assim, a presença de datas tardias Guarani não é um resultado isolado para o contexto da Bacia do Taquari-Antas (BROCHADO, 1973; NOELLI, 2004b; BONOMO et al., 2015), apesar de terem aparecido somente recentemente nesse contexto (SCHNEIDER et al., 2017a).

3) Recordamos, entre outras questões, que apesar da drástica redução demográfica e das intensas movimentações territoriais Guarani durante o pós-contato, os Guarani não desapareceram do Sul do Brasil, cujas aldeias existem até hoje no Rio Grande do Sul. Se quisermos compreender como as movimentações históricas desses e de outros povos indígenas ocorreram nos séculos passados, bem como identificar onde núcleos indígenas resistentes estavam estruturados durante o processo colonial, será preciso dedicar mais atenção às datas recentes que aparecem frequentemente nos contextos arqueológicos do interior do território Guarani.

Quadro 6 – Probabilidades fornecidas pelo método HPD para a distribuição em 1 Sigma (1σ) e 2 Sigma (2σ) da data 100 ± 30 AP (Beta 512707) do sítio RS-T-132. Em **negrito** a maior probabilidade para a distribuição em 2σ .

Sigma	Probabilidades da Distribuição
1 Sigma (68,2%)	1710 AD (5,4%) 1720 AD
	1812 AD (20,5%) 1836 AD
	1848 AD (3,9%) 1856 AD
	1880 AD (38,4%) 1928 AD
2 Sigma (95,4%)	1696 AD (11,8%) 1725 AD
	1807 AD (83,6%) [...] AD

Fonte: OxCal v4.3.2 (BRONK RAMSEY, 2017) e curva de calibração SHCal13 (HOGG et al., 2013).

Dito isso, consideramos que algumas áreas do território Guarani da Bacia do Taquari-Antas, especificamente do Médio Forqueta, apresentaram um período mais longo de ocupação do que o esperado até então, mantendo atividades em suas aldeias durante a pressão colonial inicial e após a saída dos jesuítas e bandeirantes das adjacências. Adicionaremos uma discussão mais refinada para o contexto do Médio Forqueta no Capítulo 7, com a implementação de modelagens bayesianas sobre datas obtidas em sequências verticais nos sítios RS-T-114 e RS-T-132.

Para os sítios Guarani do Rio Taquari-Antas, por sua vez, não existem datas recentes. Sugerimos que nesse contexto o processo de desestruturação das aldeias tenha ocorrido mais drasticamente após ~A.D. 1630, como tradicionalmente se tem inferido para as regiões que estiveram sob os ataques de bandeirantes. As datas nos sítios Guarani do Rio Taquari-Antas são escassas até o momento para inferir isso com certeza, mas o agitado processo histórico que se desenvolveu nas margens do Taquari-Antas (muito diferente daquele ocorrido no Rio Forqueta), com movimentações em várias escalas ocorrendo desde ~A.D. 1630 nos levou a sugerir que as aldeias do Taquari-Antas foram desocupadas antes dos núcleos Guarani do Médio Forqueta. Debateremos essas e outras interpretações sobre a dinâmica de ocupação Guarani no Capítulo 8.

5 “*THE CANNIBALS ARE COMING*”: UMA ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE O AVANÇO GUARANI EM DIREÇÃO AO PLANALTO DAS ARAUCÁRIAS

A presença discreta de sítios Guarani nas terras altas do Planalto das Araucárias apontada no Capítulo anterior parece sugerir que na Bacia do Taquari-Antas ocorreu algum tipo de avanço Guarani em direção as terras mais altas ocupadas densamente pelos Jê. Quer dizer, embora o padrão de estabelecimento ‘terras baixas para os Guarani e terras altas para os Jê’ tenha sido observado, situações de pressão social parecem ter ocorrido.

Considerando os enclaves Guarani e o aparecimento de cerâmicas intrusivas em sítios Jê, o avanço Guarani sobre outros povos não é uma novidade. A etnografia aponta, por exemplo, que o *ethos* predador, o gosto pelas guerras de conquista e os festejos de antropofagia foram práticas populares durante a expansão territorial dos Tupinambá (e.g. FERNANDES, 1970; VIVEIROS DE CASTRO, 1986) e também recorrente entre os Guarani (e.g. BROCHADO, 1984; MONTEIRO, 1992; FAUSTO, 2005; MANO, 2009; MILHEIRA; DEBLASIS, 2014; ALMEIDA, 2015). Essas práticas não foram somente responsáveis pela ritualização de corpos de cativos, mas também por desestabilizar antigos modos de vida e empurrar fronteiras de outros grupos para zonas distantes (e.g. BROCHADO, 1984; ROGGE, 2005; EPPS, 2009). No Delta do Rio da Prata, por exemplo, a chegada Guarani parece ter confinado caçadores e coletores a um território restrito, promovendo a emergência de formas mais complexas de organização política

(LOPONTE, 2008); fenômeno que também havia sido hipótese para o desaparecimento de caçadores e coletores do Sul do Brasil (SCHMITZ, 1967).

Os exemplos mais emblemáticos de circunscrição territorial da porção meridional do Brasil foram protagonizados, entretanto, entre os Guarani e os Jê (e.g. DE SOUZA et al., 2016a), ocasionando conhecidos encontros étnicos (e.g. VIVEIROS DE CASTRO, 1996; BRINGAMANN, 2009). Durante o deslocamento para o Sul, os Guarani ocuparam áreas de florestas entre as Bacias dos rios Paraná, Paraguai, Uruguai e Guaíba, litoral sul e estuário do Rio da Prata (LA SALVIA; BROCHADO, 1989; NOELLI, 2004b; BONOMO et al., 2015), em um perímetro de terras baixas circundadas pelo Planalto Meridional brasileiro que estava ocupado, por sua vez, por falantes de línguas do Tronco Macro-Jê distribuídos especialmente na Floresta de Araucária e nos Campos com matas de galeria (BROCHADO, 1989; NOELLI; DE SOUZA, 2017). A fronteira de distribuição de sítios Guarani e Jê aponta a existência de disputas por vales de grandes rios e espaços litorâneos cujo estabelecimento Jê era anterior, culminando na abertura de brechas territoriais preenchidas então pelos Guarani (NOELLI; DE SOUZA, 2017, p. 70).

Os dados espaciais e cronológicos modelados por Noelli e De Souza (2017, p. 70-71) demonstram, entre outras coisas, a compressão dos territórios Jê a partir das expansões Guarani: no Alto Paranapanema e Médio Iguaçu em ~1800 AP; o afastamento dos Jê para os campos do nordeste da Bacia do Taquari-Antas em ~1900 AP; a compressão no Alto Uruguai em ~1500 AP; a separação dos territórios dos vales dos rios Ribeira, Tibagi e Iguaçu em ~1500 AP criando dois núcleos Jê que persistiram até o século 19 ou depois; e a expulsão dos Jê das porções litorâneas entre os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul a partir de ~1200 AP.

É preciso considerar, portanto, que o padrão de estabelecimento Jê ao longo da história não foi uma escolha estritamente fitogeográfica, uma vez que os densos aglomerados de assentamentos nas terras altas devem ser observados levando em conta também a influência expansionista Guarani (NOELLI, 2004b; NOELLI; DE SOUZA, 2017). Assim, se a chegada Jê em ~1900 AP às terras mais altas do Planalto das Araucárias do Estado do Rio Grande do Sul esteve relacionada ao primeiro pulso de expansão Guarani (NOELLI; DE SOUZA, 2017, p. 70), os pulsos mais tardios de expansão Guarani que partiram das áreas de ocupação mais antigas

do oeste do Rio Grande do Sul geraram novas situações de proximidade com os Jê, estabelecidos então durante séculos nesse Estado, só que agora pressionados pelo sul, isto é, pela borda sul do Planalto das Araucárias.

De uma forma geral, todo o processo de ascensão Guarani pelo sul do Planalto das Araucárias é pouco compreendido. Para a Bacia do Taquari-Antas é preciso compreender melhor, por exemplo, a extensão da zona de fricção entre esses povos, os limites do avanço Guarani em direção às terras altas e, mais importante aqui, a reação dos Jê durante a expansão Guarani. Motivados por esse quadro fracionado de informações em uma região ainda pouco explorada com relação ao tema de fronteiras Guarani e Jê, mas com grande potencial interpretativo, discutiremos neste Capítulo a expansão Guarani para além do perímetro de ocupação das terras baixas descrito no Capítulo 4, bem como o impacto dessa expansão sobre as históricas áreas de ocupação Jê do Planalto das Araucárias, as motivações que teriam levado os Guarani a avançarem sobre essas áreas e, posteriormente, pararem o avanço.

5.1 Metodologia de Análise

Para trabalhar essas questões, realizamos comparações entre dados espaciais e cronológicos do contexto Guarani (disponíveis no Capítulo 4) e dados espaciais e cronológicos obtidos para o contexto Jê da Bacia do Taquari-Antas, disponíveis respectivamente nos Quadros 7 e 8. É importante destacar que essa análise comparativa foi favorecida pela presença de boas informações arqueológicas para o contexto Jê em pelo menos duas áreas da Bacia do Taquari-Antas: na sua porção nordeste, quer dizer, nas terras mais altas do Rio Taquari-Antas, e na sua porção noroeste, ou seja, nas terras altas do Rio Forqueta e seus interflúvios. A comparação entre dados espaciais e temporais para a discussão de fronteiras pré-coloniais também foi utilizada por De Souza et al. (2016a). Com o cruzamento desses dados geramos uma ‘cartografia étnica’ que permitiu saber se os Guarani ocuparam áreas que faziam parte do território Jê, bem como se ocorreu algum tipo

de movimentação ou desestruturação de aldeias Jê enquanto os Guarani avançavam na direção montante do Rio Taquari-Antas.

Para discutir os resultados cronológicos entre essas duas populações, separamos virtualmente o Planalto das Araucárias em três áreas, que podem ser conferidas mais a frente na Figura 41. A área 1 corresponde aos sítios Jê localizados nas porções mais elevadas do Planalto das Araucárias, no extremo nordeste da Bacia; as áreas 2 e 3 correspondem aos limites norte do aparecimento de sítios Guarani e os limites sul de aparecimento de sítios Jê ao longo de uma área que vamos chamar de borda sul do Planalto das Araucárias. A área 2 corresponde ao centro-nordeste da Bacia do Taquari-Atas e a área 3 ao noroeste da Bacia do Taquari-Antas, entre os rios Forqueta e Guaporé.

Quadro 7 – Sítios Jê localizados na Bacia do Taquari-Antas e adjacências.
*Coordenadas obtidas por aproximação a partir do mapa de Ribeiro (1990, p. 282).

Sítio	Lon.	Lat.	Referência
LVBG I	454048	6887163	CNSA e IPHAN (c2014)
LVBG III	454047	6887252	CNSA e IPHAN (c2014)
LVBG IV	454105	6887262	CNSA e IPHAN (c2014)
LVBG X	470454	6910331	CNSA e IPHAN (c2014)
LVBG XI	470710	6910331	CNSA e IPHAN (c2014)
LVBG XIV	449859	6880958	CNSA e IPHAN (c2014)
LVBG XXII	470576	6910381	CNSA e IPHAN (c2014)
LVBG XXX	447459	6882452	CNSA e IPHAN (c2014)
LVBG XXXII	447525	6882496	CNSA e IPHAN (c2014)
RS S 429 Furna I	554564	6713796	CNSA e IPHAN (c2014)
RS S 430 Furna II	554129	6713162	CNSA e IPHAN (c2014)
RS S 431 Furna III	554057	6712406	CNSA e IPHAN (c2014)
RS S 432	556203	6709920	CNSA e IPHAN (c2014)
RS S 433	558069	6712868	CNSA e IPHAN (c2014)
RS S 328	557804	6709448	CNSA e IPHAN (c2014)
Ênio Vianna I	556144	6827493	Copé (2006)
Ênio Vianna II	556472	6827395	Copé (2006)
Charles Fontana	553934	6830897	Copé (2006)
São José I	552547	6825931	Copé (2006)
São José II	552431	6826016	Copé (2006)
São José III	552872	6825787	Copé (2006)
São José IV	552763	6825589	Copé (2006)
Mandassaia	553165	6825528	Copé (2006)
Sítio Hélio Dutra	555052	6824276	Copé (2006)
Olavo Becker II	558611	6830350	Copé (2006)
Acauan I	560561	6828838	Copé (2006)
Acauan II	560829	6829185	Copé (2006)
Acauan III	562036	6829257	Copé (2006)
Claúdio Júnior I	560128	6826085	Copé (2006)
Claúdio Junior II	559932	6826105	Copé (2006)
Claúdio Junior III	559786	6825794	Copé (2006)
Fundo dos Almos	547168	6825537	Copé (2006)
Governador 1	539733	6820548	Copé (2006)
Governador 2	539529	6820625	Copé (2006)
Governador 2 B	539431	6820639	Copé (2006)
Governador 3	539054	6821043	Copé (2006)
Governador 4	538932	6821121	Copé (2006)
Governador 5	533675	6826092	Copé (2006)
Governador 6	539325	6819957	Copé (2006)

Governador 7	539509	6819753	Copé (2006)
Governador 8	539311	6820217	Copé (2006)
Governador 9	539945	6820067	Copé (2006)
Governador 10	539945	6820067	Copé (2006)
Governador 11	539823	6827072	Copé (2006)
Governador 12	533763	6829737	Copé (2006)
Caraúno 1	563907	6816723	Copé (2006)
Caraúno 2	564720	6817021	Copé (2006)
Caraúno 3	564037	6817260	Copé (2006)
Caraúno 4	566917	6821573	Copé (2006)
Caraúno 5	563536	6823231	Copé (2006)
Caraúno 6	566347	6825596	Copé (2006)
Caraúno 7	566247	6825597	Copé (2006)
Vila Madeira	547701	6815193	Copé (2006)
Sítio Barreiro	549558	6813392	Copé (2006)
Barra do Morais 1	557249	6813471	Copé (2006)
Barra do Morais 2	555887	6814521	Copé (2006)
Pascoal 1	571535	6836078	Copé (2006)
Pascoal 2	569174	6836042	Copé (2006)
RS-AN-03	544872	6816393	Schmitz e Brochado (1972)
RS-PS-01	481648	6925533	Copé (2006)
RS-PS-02	481594	6925613	Copé (2006)
RS-PS-03	481642	6925937	Copé (2006)
RS-PS-04	481552	6926127	Copé (2006)
RS-PS-05	479903	6926346	Copé (2006)
RS-PS-06	481570	6925731	Copé (2006)
RS-PS-07	480175	6926320	Copé (2006)
RS-PS-08	481246	6925781	Copé (2006)
RS-PS-09	480820	6925451	Copé (2006)
RS-PS-10	481041	6924928	Copé (2006)
RS-PE-41	483597	6919862	Copé (2006)
RS-PE-11	480440	6922650	Copé (2006)
RS-PE-26	500122	6905932	Copé (2006)
RS-PE-10	480540	6918600	Ribeiro e Ribeiro (1985)
RS-PE-29	480993	6921429	Copé (2006)
RS-PE-12	480500	6920800	Copé (2006)
Posto Fiscal	480410	6921300	Copé (2006)
RS-PE-21	480450	6922570	Copé (2006)
Gine	480550	6921800	Copé (2006)
Chico Carneiro 2	480580	6921980	Copé (2006)
João Fidêncio	480590	6919200	Copé (2006)
RS-PE-31	480570	6920950	Copé (2006)
Chico Carneiro 1	480565	6921700	Copé (2006)
Morro da Formiga	526000	6722000	Miller (1967)
Otolindo Duarte	480740	6920850	Copé (2006)
RS-A-53	494941	6796412	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-95	495604	6796394	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-68	494757	6795923	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-74	494969	6796218	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-75	495074	6796182	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-76	495280	6796160	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-78	495396	6796031	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-60	496064	6796206	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-89	496530	6796680	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-90	499737	6796161	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-58	497919	6794567	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-59	497905	6794407	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-94	499176	6763810	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-61	500533	6798094	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-65	499987	6805252	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-62	498288	6805981	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-99	498288	6805981	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-63	497968	6805830	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-64	498112	6805661	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-100	497623	6806468	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-88	495776	6800376	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-81	497410	6808018	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-82	497358	6808200	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-83	497066	6808061	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-84	497502	6807935	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-85	496740	6808144	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-49	494457	6796169	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-66	497804	6803107	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-67	497533	6803322	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-79	498359	6802605	Rogge e Schmitz (2009)

RS-A-80	498086	6802119	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-48	495779	6800386	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-55	493876	6798994	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-56	494166	6799000	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-54	493983	6794389	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-97	495078	6794048	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-98	495161	6793949	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-69	495147	6791877	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-70	499088	6791477	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-72 A	496737	6790910	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-72 B	496670	6791233	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-96	491505	6798890	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-51	491567	6797298	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-50	491471	6797297	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-73	491140	6796892	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-52	491733	6794853	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-71	488838	6793792	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-57 A	491134	6799452	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-91	488007	6802257	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-92 AB	486668	6802159	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-86	487493	6803814	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-87	484969	6803565	Rogge e Schmitz (2009)
RS-A-27	506277	6828028	Schmitz et al. (2002)
RS-A-28	507008	6827283	Schmitz et al. (2002)
RS-A-29	506277	6828028	Schmitz et al. (2002)
RS-A-30	507082	6826201	Schmitz et al. (2002)
RS-A-31	508038	6824136	Schmitz et al. (2002)
RS-A-32	504137	6821631	Schmitz et al. (2002)
RS-A-33	503999	6821163	Schmitz et al. (2002)
RS-A-34	520773	6826420	Schmitz et al. (2002)
RS-A-35	521887	6826654	Schmitz et al. (2002)
RS-A-36	522327	6826734	Schmitz et al. (2002)
RS-A-37	521721	6826368	Schmitz et al. (2002)
RS-A-38	520855	6826737	Schmitz et al. (2002)
RS-A-39	520722	6826465	Schmitz et al. (2002)
RS-A-40	523791	6823514	Schmitz et al. (2002)
RS-A-41	523642	6823414	Schmitz et al. (2002)
RS-A-42	518304	6822066	Schmitz et al. (2002)
RS-A-43	518039	6843882	Schmitz et al. (2002)
RS-A-44	518070	6843527	Schmitz et al. (2002)
RS-A-45	501128	6826034	Schmitz et al. (2002)
RS-A-46	516139	6826867	Schmitz et al. (2002)
RS-A-46 A	516458	6826824	Schmitz et al. (2002)
André da Rocha 1	433893	6832871	Schmitz et al. (2002)
RS-A-47	506742	6841356	Schmitz et al. (2002)
RS-66/104	489661	6645424	Corteletti (2008)
RS-103	489648	6779613	Corteletti (2008)
RS-133	489380	6779599	Corteletti (2008)
RS-64/101/102	491180	6779120	Corteletti (2008)
Anete	491577	6778584	Corteletti (2008)
RS-70	492152	6780918	Corteletti (2008)
RS-65/132	492458	6778676	Corteletti (2008)
RS-121	492896	6781811	Corteletti (2008)
RS-106	487483	6777289	Corteletti (2008)
Das Flechas	487316	6776473	Corteletti (2008)
RS-67	497588	6787219	Corteletti (2008)
RS-69/119	495223	6383573	Corteletti (2008)
RS-68/120	496840	6783426	Corteletti (2008)
RS-122	495184	6779131	Corteletti (2008)
RS-71/116	487957	6783668	Corteletti (2008)
RS-72/115	487793	6783299	Corteletti (2008)
RS-107	485967	6772942	Corteletti (2008)
RS-34/125	498885	6768761	Corteletti (2008)
RS-38/126	502856	6769352	Schmitz et al. (1988)
RS-37/127	500524	6769124	Schmitz et al. (1988)
RS-39	499565	6770922	Corteletti (2008)
RS-128	499332	6768847	Corteletti (2008)
RS-130	500132	6767776	Corteletti (2008)
RS-36	496997	6763138	Corteletti (2008)
RS-32/123	511693	6776079	Corteletti (2008)
RS-35	506229	6763681	Corteletti (2008)
RS-33	512458	6781095	Corteletti (2008)
RS-62	512409	6782250	Corteletti (2008)
RS-63	513584	6782731	Corteletti (2008)
Da Rosa	512055	6788771	Corteletti (2008)

RS-40	505199	6788184	Schmitz (1969)
Scain	513465	6783011	Corteletti (2008)
RS-73/117	508971	6807242	Corteletti (2008)
RS-74	506696	6805143	Corteletti (2008)
RS-75	502657	6803558	Corteletti (2008)
RS-76	502025	6803558	Corteletti (2008)
RS-77	502009	6801334	Corteletti (2008)
RS-78	500471	6802455	Corteletti (2008)
RS-79/A49	500991	6802887	Corteletti (2008)
RS-80	500726	6801465	Corteletti (2008)
RS-124	515707	6802364	Corteletti (2008)
RS-118	503976	6809644	Corteletti (2008)
RS-A-Marrecas 2	502331	6786879	Corteletti (2008)
Tapejara 1	400126	6899626	Corteletti (2008)
RS-T-100	387959	6803539	Wolf (2016)
RS-T-123	379197	6807842	Wolf (2016)
RS-T-125	375440	6801029	Wolf (2016)
RS-T-126	377529	6811981	Wolf (2016)
RS-T-127	370929	6809139	Wolf (2016)
RS-T-129	388414	6803144	Wolf (2016)
Agostinho Zanela	383535	6792515	Wolf (2016)
Domingos Rabaiolli	385169	6794553	Wolf (2016)
Vilson Gonçalves	383902	6794553	Wolf (2016)
Jorge Brunetto	387373	6796186	Wolf (2016)
Cieri Guadain	383379	6795198	Wolf (2016)
Jamir Grafitti	379125	6795731	Wolf (2016)
Decio Faori	383709	6796519	Wolf (2016)
Leonilda Tatin	379434	6796910	Wolf (2016)
Deomira DeParis	384147	6798007	Wolf (2016)
Arlindo Secco	386230	6799123	Wolf (2016)
Rosalino Del'laqua	384177	6800373	Wolf (2016)
Diagio Bortoncelli	383663	6800556	Wolf (2016)
Volmar Bona	381991	6803228	Wolf (2016)
Adilar Salini	381442	6804829	Wolf (2016)
Levi Portaluppi	377948	6805982	Wolf (2016)
Eroni Paludo 2	377669	6813034	Wolf (2016)
Divisa	373331	6805291	Wolf (2016)
Neiva da Silva	373376	6803216	Wolf (2016)
Pedro da Cunha	371115	6798604	Wolf (2016)
Remilson Oliveira	372947	6797780	Wolf (2016)
Teresinha Zanet	386584	6814298	Wolf (2016)
Adilson Fornare	380424	6817853	Wolf (2016)
Ananias Castro	380070	6817958	Wolf (2016)
José Silva Valério	380613	6811732	Wolf (2016)
Pedro Marque	381119	6813714	Wolf (2016)
Terra dos Ferreira	380482	6814199	Wolf (2016)
Pedro Faria	383745	6812243	Wolf (2016)
Sadi Taborda	380843	6815942	Wolf (2016)
Severino Lanzarin	383491	6813958	Wolf (2016)
Ivandro Livinari	398671	6805778	Wolf (2016)
Bona e Zantini	399780	6805851	Wolf (2016)
Aureo Vas	399560	6806120	Wolf (2016)
Sem Identificação	380913	6810992	Wolf (2016)
Antonio de Lima	379815	6814634	Wolf (2016)
Sem Identificação	379966	6812847	Wolf (2016)
Sem Identificação	379365	6811153	Wolf (2016)
Marino Borrili	390434	6812824	Wolf (2016)
O. Rebonbonato	391770	6812490	Wolf (2016)
Sem Identificação	386577	6812330	Wolf (2016)
Clemente Dalpian	393780	6805659	Wolf (2016)
Sem Identificação	392642	6804229	Wolf (2016)
Genir Alba	394451	6804329	Wolf (2016)
Fábio Zuffo	397759	6805396	Wolf (2016)
Sem Identificação	398084	6805688	Wolf (2016)
Gilberto Boncosti	389248	6813270	Wolf (2016)
João Dias	385802	6808025	Wolf (2016)
Zerafin Valério	386344	6808473	Wolf (2016)
Antônio Portela	383587	6809481	Wolf (2016)
João Alberto Nervis	393346	6812751	Wolf (2016)
RS-T-130	392483	6804163	Wolf (2016)
Genir Alba	394885	6804261	Wolf (2016)
João Scarci	392163	6814099	Wolf (2016)
Ademir Spinelli	380459	6806820	Wolf (2016)
Sérgio Perin	388536	6809301	Wolf (2016)
Paulo dos Santos	389878	6809360	Wolf (2016)

Ari Roman	392806	6808965	Wolf (2016)
Debona	399067	6809709	Wolf (2016)
Marco Mattos	367740	6797317	Wolf (2016)
Neivaldo Fronzza	397390	6807767	Wolf (2016)
Adriano Spezzia	391051	6800864	Wolf (2016)
Parque Araucárias	383533	6804995	Wolf (2016)
Sem Identificação	393485	6801656	Wolf (2016)
Rio Pardo 01*	351105	6706814	Ribeiro (1990)
Rio Pardo 06*	337633	6728796	Ribeiro (1990)
Rio Pardo 11*	340533	6729281	Ribeiro (1990)
Rio Pardo 14*	347991	6736811	Ribeiro (1990)
Rio Pardo 20*	350892	6737404	Ribeiro (1990)
Rio Pardo 23*	353660	6755839	Ribeiro (1990)
Rio Pardo 25*	356650	6757540	Ribeiro (1990)
Rio Pardo 47*	352334	6745846	Ribeiro (1990)
Rio Pardo 55*	349665	6720429	Ribeiro (1990)
Rio Pardo A*	344510	6711390	Ribeiro (1990)
Rio Pardo B*	344510	6712250	Ribeiro (1990)
Rio Pardo C*	360977	6731674	Ribeiro (1990)
Rio Pardo C*	364747	6724530	Ribeiro (1990)
Rio Pardo D*	333923	6757901	Ribeiro (1990)
Rio Pardo E*	336929	6756719	Ribeiro (1990)
Rio Pardo F*	340464	6756395	Ribeiro (1990)
Rio Pardo G*	335911	6741103	Ribeiro (1990)
Rio Pardo H*	337360	6740177	Ribeiro (1990)
Rio Pardo I*	335249	6739449	Ribeiro (1990)
Rio Pardo J*	337763	6739846	Ribeiro (1990)
Rio Pardo L*	334323	6737531	Ribeiro (1990)
Rio Pardo M*	336109	6730440	Ribeiro (1990)
Rio Pardo N*	337696	6725148	Ribeiro (1990)
Rio Pardo O*	337829	6732883	Ribeiro (1990)
Rio Pardo P*	340276	6734144	Ribeiro (1990)
Rio Pardo Q*	342062	6733681	Ribeiro (1990)
Rio Pardo R*	343782	6734541	Ribeiro (1990)
Rio Pardo S*	344973	6736195	Ribeiro (1990)
Rio Pardo T*	344642	6735004	Ribeiro (1990)
Rio Pardo U*	344840	6731432	Ribeiro (1990)
Rio Pardo V*	345171	6727397	Ribeiro (1990)
Rio Pardo X*	343385	6729315	Ribeiro (1990)
Rio Pardo Z*	343583	6731310	Ribeiro (1990)
Rio Pardo Y*	341136	6731498	Ribeiro (1990)
Rio Pardo W*	340872	6732953	Ribeiro (1990)

Fonte: Da autora.

Quadro 8 – Datas em C¹⁴ para os sítios Jê da Bacia do Taquari-Antas.

Sítio	Área	Lab. Code	Conventional Radiocarbon Age (AP)	Cal. A.D (2σ)	m	Referência
RS-AN-03	Área 1	SI-813	1810 ± 85	46-463	265	Schmitz e Brochado (1972)
RS-40	Área 2	SI-607	1520 ± 90	370-765	565	Schmitz (1969)
RS-37/127	Área 2	SI-603	1480 ± 70	481-972	610	Schmitz (1969)
RS-37/127	Área 2	SI-605	1330 ± 100	592-978	760	Schmitz (1969)
RS-PE-41	Área 1	-	1200 ± 40	773-987	895	De Souza (2012)
RS-T-126	Área 3	Beta 385782	1140 ± 30	890-1015	950	Wolf et al. (2016)
RS-37/127	Área 2	SI-602	1140 ± 40	885-1020	950	Schmitz (1988)
RS-PE-11	Área 1	-	1140 ± 40	885-1020	950	De Souza (2012)
RS-AN-03	Área 1	Beta 178135	1070 ± 70	883-1178	1020	Copé (2006)
Posto Fiscal	Área 1	Beta-303594	1070 ± 40	898-1147	1015	Iriarte et al. (2013)
RS-T-123	Área 3	Beta-343953	1040 ± 30	991-1148	1045	Wolf et al (2016)
RS-T-126	Área 3	Beta 443962	1010 ± 30	1020-1155	1095	Da Rosa (2017)
RS-AN-03	Área 1	Beta-166588	1000 ± 40	1017-1178	1095	Copé e Saldanha (2002)
RS-T-123	Área 3	Beta-385781	970 ± 30	1030-1180	1100	Wolf et al. (2016)
RS-T-126	Área 3	Beta-443959	970 ± 30	1030-1180	1100	Wolf (2016)
RS-37/127	Área 2	Beta-153841	960 ± 60	1016-1229	1120	Rogge (2005)
RS-P-27	Área 1	SI-812	950 ± 80	995-1270	1125	Schmitz e Brochado (1972)
RS-T-123	Área 3	Beta-343955	940 ± 30	1045-1214	1150	Wolf et al. (2016)

RS-AN-03	Área 1	Beta-183020	880 ± 40	1054-1276	1205	Copé (2006)
RS-A-27	Área 1	Beta-144247	870 ± 60	1045-1289	1205	Schmitz et al. (2002)
RS-A-27	Área 1	Beta-144244	870 ± 50	1048-1285	1210	Schmitz et al. (2002)
RS-AN-03	Área 1	Beta-183022	870 ± 50	1048-1285	1210	Copé (2006)
RS-37/127	Área 2	SI-606	840 ± 60	1048-1378	1230	Schmitz (1969)
RS-T-130	Área 3	Beta-423195	840 ± 30	1189-1279	1240	Wolf et al. (2016)
RS-T-126	Área 3	Beta-443961	830 ± 30	1204-1284	1245	Wolf (2016)
RS-AN-03	Área 1	Beta-178136	780 ± 60	1181-1390	1275	Copé (2006)
RS-A-29	Área 1	Beta-178090	710 ± 60	1230-1405	1330	Rogge et al. (2003)
RS-A-08	Área 1	SI-2343	700 ± 60	1234-1410	1335	Schmitz (1988)
RS-AN-03	Área 1	Beta-183021	690 ± 60	1218-1438	1340	Copé (2006)
RS-A-29	Área 1	Beta-153842	680 ± 80	1229-1433	1340	Schmitz et al. (2002)
RS-PE-28 A	Área 1	SI-6563	650 ± 55	1287-1421	1350	Rogge (2005)
RS-PE-26 A	Área 1	SI-6561	635 ± 45	1296-1421	1350	Rogge (2005)
RS-37/127	Área 2	SI-604	630 ± 70	1285-1441	1360	Rogge (2005)
RS-T-126	Área 3	Beta-443960	630 ± 30	1304-1415	1360	Wolf (2016)
RS-68	Área 2	SI-608	620 ± 90	1233-1479	1365	Rogge (2005)
RS-AN-03	Área 1	Beta-166584	550 ± 40	1326-1455	1420	Copé e Saldanha (2002)
RS-A-27	Área 1	Beta-144245	520 ± 60	1317-1629	1435	Schmitz et al. (2002)
RS-PE-29-3A	Área 1	Beta-242869	490 ± 40	1405-1610	1445	De Souza (2012)
RS-PE-10 A	Área 1	SI-6558	465 ± 40	1412-1622	1465	Ribeiro e Ribeiro (1985)
RS-PE-12	Área 1	Beta-242871	460 ± 40	1416-1623	1470	De Souza (2012)
RS-PE-28 A	Área 1	SI-6562	420 ± 55	1440-1633	1525	Ribeiro e Ribeiro (1985)
RS-PE-10 A	Área 1	SI-6556	390 ± 50	1453-1637	1550	Ribeiro e Ribeiro (1985)
RS-A-29	Área 1	Beta-153843	380 ± 60	1449-1650	1555	Schmitz et al. (2002)
Posto Fiscal	Área 1	Beta-309037	370 ± 30	1465-1636	1560	Iriarte et al. (2013)
RS-A-29	Área 1	Beta-178089	370 ± 50	1459-1644	1555	Rogge et al. (2003)
RS-AN-03	Área 1	Beta-166584	370 ± 50	1459-1644	1555	Copé e Saldanha (2002)
RS-PE-10 B	Área 1	SI-6559	355 ± 50	1460-1651	1560	Ribeiro e Ribeiro (1985)
RS-PE-21	Área 1	Beta-242868	350 ± 40	1465-1650	1560	De Souza (2012)
RS-PE-29	Área 1	Beta-242860	340 ± 40	1479-1655	1565	De Souza (2012)
Posto Fiscal	Área 1	Beta-304479	330 ± 30	1498-1655	1565	De Souza e Copé (2010)
RS-AN-03	Área 1	Beta-178134	250 ± 50	1510	1740	Copé (2006)
Posto Fiscal	Área 1	Beta-309038	200 ± 30	1659	1765	Iriarte et al. (2013)
RS-PE-31	Área 1	Beta-276193	110 ± 40	1687	1860	Iriarte et al. (2013)

Fonte: Da autora.

Incluimos na discussão os sítios com cerâmicas Guarani e Jê exógenas ao contexto original (QUADRO 9), geralmente denominadas no contexto arqueológico brasileiro como ‘intrusivas’ (e.g. ROGGE, 2005; KASHIMOTO; MARTINS, 2013; VOLCOV, 2011; DE SOUZA et al., 2016a).

Quadro 9 – Sítios com cerâmica intrusiva Jê e Guarani relatadas para a Bacia do Taquari-Antas e adjacências.

Sítio	Grupo	Long.	Lat.	Bacia	Referência
RS-AN-27	Guarani	436645	6789931	Taquari-Antas	Machado (2008)
RS-38/126	Jê	502856	6769352	Caí	Schmitz et al. (1988)
RS-37/127	Jê	500524	6769124	Caí	Schmitz et al. (1988)
RS-C-56	Jê	482070	6755487	Caí	Corteletti (2008)
RS-S-320	Jê	526636	6736794	Sinos	Zuch Dias (2015)
RS-S-321	Jê	526353	6737202	Sinos	Zuch Dias (2015)
RS-S-296	Jê	520087	6736808	Sinos	Zuch Dias (2015)
RS-S-281	Jê	505423	6715417	Sinos	Zuch Dias (2015)
RS-S-282	Jê	505423	6715417	Sinos	Zuch Dias (2015)
RS-S-283	Jê	505336	6715645	Sinos	Zuch Dias (2015)
Rio Pardo 01	Jê	351105	6706814	Pardo	Ribeiro (1990)

Rio Pardo 06	Jê	337633	6728796	Pardo	Ribeiro (1990)
Rio Pardo 11	Jê	340533	6729281	Pardo	Ribeiro (1990)
Rio Pardo 14	Jê	347991	6736811	Pardo	Ribeiro (1990)
Rio Pardo 20	Jê	350892	6737404	Pardo	Ribeiro (1990)
Rio Pardo 23	Jê	353660	6755839	Pardo	Ribeiro (1990)
Rio Pardo 25	Jê	356650	6757540	Pardo	Ribeiro (1990)
Rio Pardo 47	Jê	352334	6745846	Pardo	Ribeiro (1990)
Rio Pardo 55	Jê	349665	6720429	Pardo	Ribeiro (1990)
Rio Pardo A	Jê	344510	6711390	Pardo	Ribeiro (1990)
Rio Pardo B	Jê	344510	6712250	Pardo	Ribeiro (1990)
LAA-01	Jê	573519	6699365	Litoral	Wagner (2004)
LEE-02	Jê	574652	6695479	Litoral	Wagner (2004)

Fonte: Da autora.

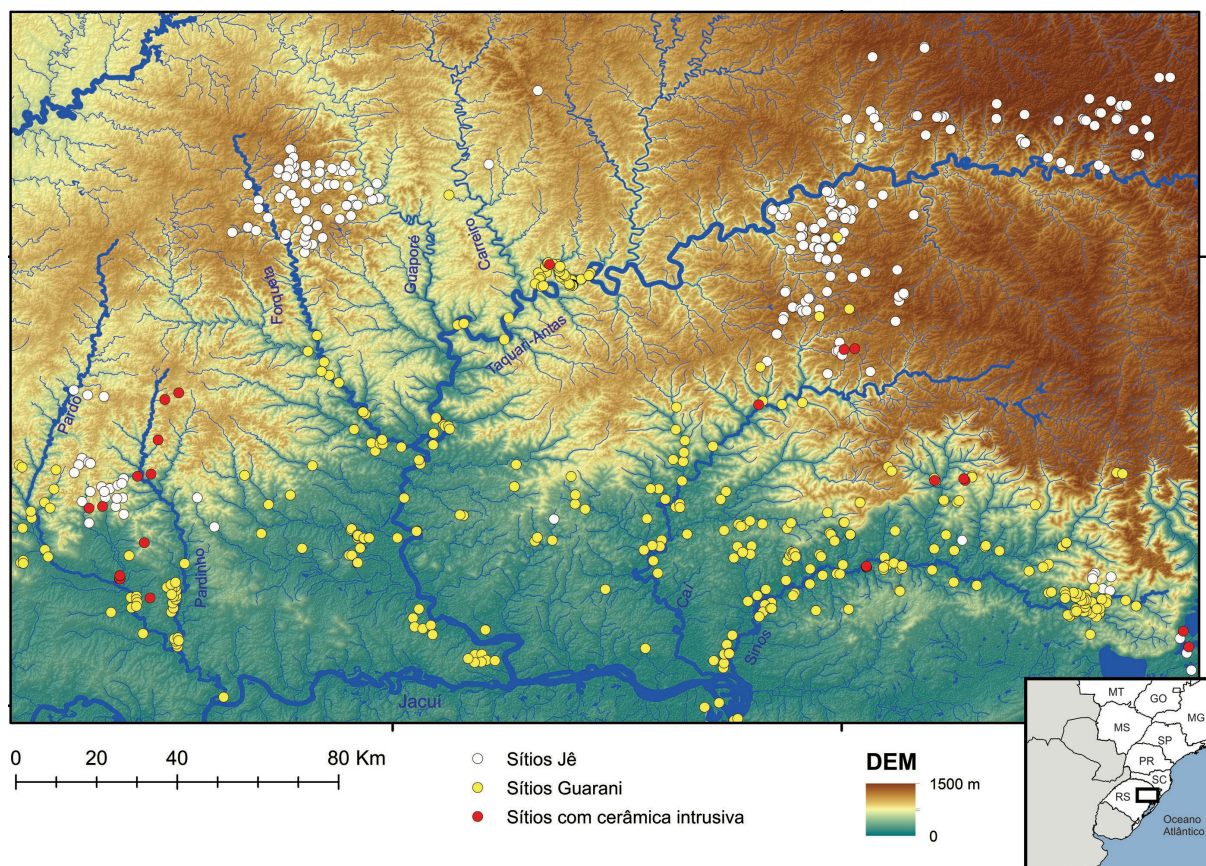
Obtivemos três tipos de resultados que serão discutidos na sequência: os efeitos da mobilidade Jê frente à chegada Guarani nas proximidades do território Jê; a motivação para o avanço Guarani em direção as terras altas; e os motivos que levaram à pausa desse avanço. Gostaríamos ainda de recordar que o interesse nesse tema se desenvolveu enquanto um meio para compreender o impacto ocasionado pela pressão Guarani sobre outros povos, no caso específico desta tese sobre os Jê, e não se constitui como uma análise exaustiva sobre o contexto espacial e temporal Jê. Por esse motivo, é possível que algumas falhas interpretativas tenham ocorrido sobre a temática Jê.

5.2 Efeitos da Chegada Guarani sobre o Território Jê

A Figura 39 demonstra claras zonas de adensamento de sítios Jê nas terras altas do Planalto das Araucárias, em altitudes entre 400-1000masl, mas preferencialmente acima dos 700masl, embora alguns sítios apareçam em áreas de planícies dos rios Caí, Sinos e Pardo (RIBEIRO, 1990; ROGGE, 2005). Quando observamos com mais atenção a distribuição dos sítios Jê ao longo do Rio Taquari-Antas e seus afluentes, percebemos duas áreas de concentração de sítios: uma no nordeste da Bacia do Taquari-Antas em direção às terras mais altas do Planalto, cuja localização está entre os rios Caí ao sul, Taquari-Antas no centro e Pelotas ao norte (não inserido no mapa), configurando as áreas 1 e 2; e a outra acompanhando os rios Forqueta e Guaporé na porção noroeste da Bacia, configurando a área 3 (cf.

FIGURA 41a). A lacuna que está colocada entre essas duas áreas de distribuição de sítios é um reflexo da insuficiência de prospecções.

Figura 39 – Distribuição de sítios Guarani (amarelo), sítios Jê (branco) e sítios com intrusões cerâmicas (vermelho) entre os rios Taquari-Antas, Forqueta, Guaporé, Carreiro, Turvo, Pardo, Pardinho, Jacuí, Caí, Sinos e arroios.



Fonte: Elaborado com ArcGis 10.2.

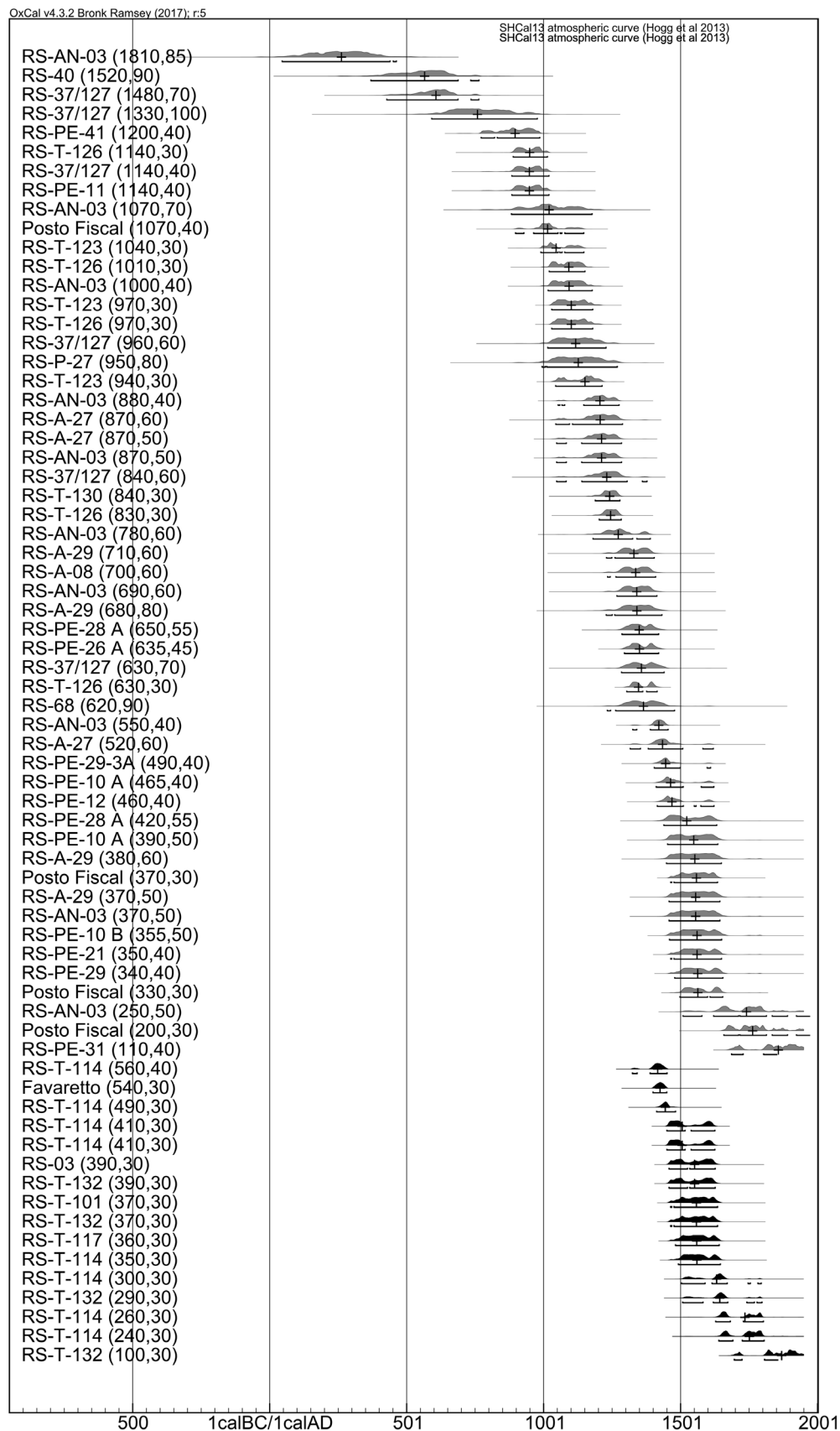
Nas terras baixas aparecem preferencialmente os sítios Guarani, como discutimos no Capítulo 4. Inseridos em especial nas planícies e nas áreas de encostas de baixa altitude, muitos estão situados em altitudes inferiores a 100masl, não ultrapassando, geralmente, 400masl, em uma direção de ocupação que vai da foz do Taquari-Antas até as proximidades do Rio Turvo. Mesmo assim, foram registrados sítios entre 500 e 800masl, isto é, em áreas fora do padrão esperado.

Os sítios com intrusões cerâmicas aparecem no intermédio das terras altas e das terras baixas (FIGURA 39). Entre os rios Pardo, Pardinho e Sinos parecem ter sido frequentes; ao longo do Rio Taquari-Antas foram evidenciadas no sítio RS-AN-27, próximo da foz do Rio Turvo; e em três sítios entre os rios Taquari-Antas e Caí, sendo eles o RS-38/126, o RS-37/127 e o RS-C-56 (cf. QUADRO 9). Essas intrusões são quase sempre de influência Guarani sobre os sítios Jê (com exceção do sítio RS-AN-27) e sugerem uma tendência de subida ao Planalto. Por fim, o litoral central e norte do Rio Grande do Sul, fora da nossa área de análise, apresenta as maiores quantidades de sítios com intrusões cerâmicas Guarani em sítios Jê do Rio Grande do Sul, com 15 casos (ROGGE, 2005; ROGGE; SCHMITZ, 2010; WAGNER, 2004).

O mapa da Figura 39 é um efeito cumulativo de sítios arqueológicos Guarani e Jê ao longo do tempo e não expressa necessariamente um panorama sincrônico de ocupação. Quer dizer, em termos cronológicos, os assentamentos Guarani e Jê eram contemporâneos entre si na área de análise?

Em primeiro lugar é preciso destacar que os assentamentos Jê se instalaram nas terras altas dessa região pelo menos um milênio antes da chegada Guarani (FIGURA 40, faixa de distribuição cinza). Enquanto dinâmica de movimentação, os Jê levaram alguns séculos para ocupar os espaços nas três áreas hipotéticas estabelecidas (áreas 1, 2 e 3). As datas mais antigas aparecem na área 1, isto é, no extremo nordeste do Rio Grande do Sul, em (2σ) Cal. A.D. 46-463 (1810 ± 85 AP para o sítio RS-P-03). Mais tardiamente, aparecem na área 2 em (2σ) Cal A.D. 370-765 (1520 ± 85 AP para o sítio RS-40), e, por fim, aparecem datas na área 3 em (2σ) Cal. A.D. 890-1015 (1140 ± 30 AP para o sítio RS-T-126) (cf. QUADRO 7).

Figura 40 – Datas em C^{14} de sítios Jê (faixa de distribuição cinza) e Guarani (faixa de distribuição preta) da Bacia do Taquari-Antas.



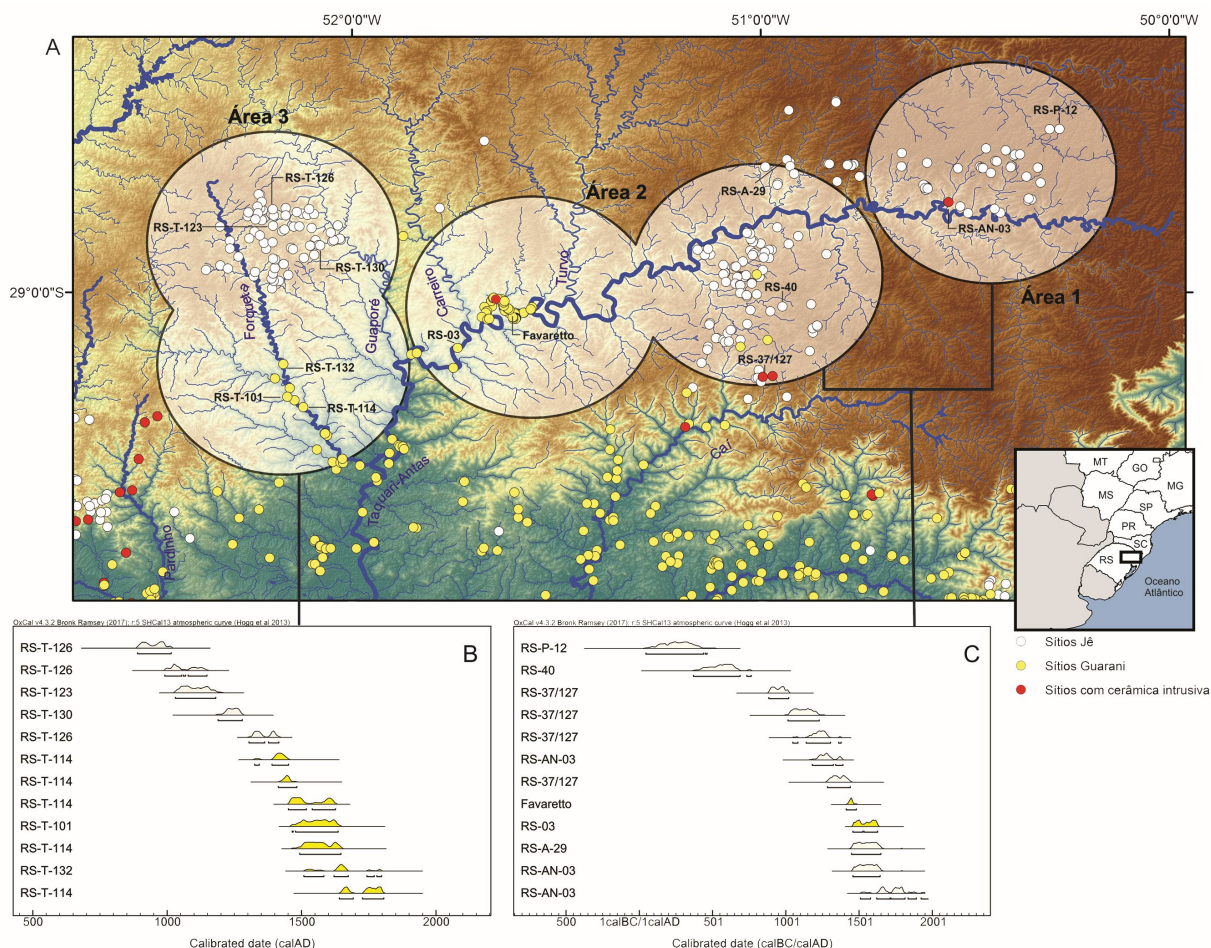
Fonte: OxCal v4.3.2 (BRONK RAMSEY, 2017) e curva de calibração SHCal13 (HOGG et al., 2013).

A distribuição geral de datas Jê (FIGURA 40, faixa de distribuição cinza) demonstra que as ocupações nos sítios identificados se estenderam até ~A.D. 1900. É importante destacar, entretanto, que a desocupação Jê não ocorreu ao mesmo tempo nessas três áreas. Entre as áreas 2 e 3, por exemplo, houve uma coincidência importante para o final da ocupação, que foi bastante precoce: (2σ) Cal. A.D. 1233-1479 (620 ± 90 AP para o sítio RS-68) para a área 2; e (2σ) Cal. A.D. 1304-1415 (630 ± 30 AP para o sítio RS-T-126) para a área 3. Por outro lado, a área 1 permaneceu ocupada sistematicamente até ~A.D. 1900 (e.g. 110 ± 40 AP para o sítio RS-PE-31) (cf. QUADRO 7). Resumindo em poucas palavras esses dados, é possível perceber que enquanto aldeias Jê localizadas nas porções mais elevadas do Planalto das Araucárias (área 1) permaneceram ativas até ~A.D. 1900, áreas milenares de ocupação Jê, as áreas 2 e 3, foram desocupadas já em ~A.D. 1400.

Muitos fatores podem ter ocasionado a saída Jê desses pontos de ocupação, mas sugerimos que a sincronia entre a chegada Guarani em ~A.D. 1400 em porções próximas das áreas 2 e 3 (como as datas dos sítios RS-T-114 e Favaretto apontam) deva ser considerada como uma possibilidade importante.

Para facilitar a compreensão da relação que propomos entre a chegada Guarani e a saída Jê, comparamos os resultados cronológicos entre as três áreas inserindo simultaneamente datas Jê e Guarani em um mesmo quadro de calibração. Utilizamos datas representativas para todos os séculos em que se evidenciou ocupação Guarani e Jê na Bacia, iniciando pelas datas mais antigas e terminando pelas mais recentes de cada século. O resultado pode ser conferido na Figura 41(b-c), e demonstrou que na área 3 os sítios Jê (faixa de distribuição branca) são anteriores aos sítios Guarani (faixa de distribuição amarela) e não mais aparecem no gráfico de distribuição após a chegada Guarani (FIGURA 41b). Na área 1, ao contrário, os sítios Jê continuam ativos mesmo depois da chegada Guarani nas proximidades da área 2, demonstrando que enquanto a área 2 foi desocupada, a área 1 permaneceu em atividade e continuou a apresentar aldeias Jê bem estruturadas quase até ~A.D. 1900 (FIGURA 41c).

Figura 41 – (A) Divisão hipotética em áreas 1, 2 e 3 e sítios datados utilizados para a análise. (B) Quadro de datas calibradas Guarani (amarelo) e Jê (branco) para a área 3. (C) Quadro de datas calibradas Guarani (amarelo) e Jê (branco) para as áreas 1 e 2.



Fonte: OxCal v4.3.2 (BRONK RAMSEY, 2017) e curva de calibração SHCal13 (HOGG et al., 2013).

A partir da constatação de que houve desocupação pontual Jê em sincronia com a chegada Guarani consideramos que um processo de conquista ocorria naquele século de chegada Guarani. Os dados nos levaram a imaginar que uma rápida expansão Guarani vinda pelo sul (em conexão com o Jacuí ou rios Pardo e Forqueta) se direcionou ao Planalto das Araucárias para além da sua borda e pressionou os Jê de alguma forma. Quer dizer, os forasteiros Guarani ocasionaram com a sua expansão um impacto, no mínimo, sobre a mobilidade de aldeias Jê nos pontos mais próximos da ‘zona de fronteira’, gerando como efeito o alargamento das fronteiras físicas entre esses povos e circunscrevendo o território Jê para as terras mais altas do Planalto.

Apesar de considerarmos que ocorria um processo de conquista, sugerimos também que o poder de conquista Guarani na Bacia do Taquari-Antas foi relativo à dinâmica Jê. Paramos um instante para analisar essa questão mais de perto, demonstrando, por um lado, os pontos que nos levaram a sugerir que a expansão Guarani pela borda sul do Planalto das Araucárias apresentou como principal motivador o *ethos* predador e conquistador e, por outro, os pontos que sugerem que nem sempre foi possível obter sucesso de conquista diante do território Jê.

5.2.1 Um Motivo para o Avanço: Poder de Conquista

Começamos apresentando os argumentos que nos direcionaram a sugerir que a expansão Guarani e a ascensão ao Planalto na área analisada talvez não esteja vinculada aos dois motivos geralmente mais acessados para explicar esse fenômeno: 1) busca por recursos da Floresta de Araucária e 2) pressão demográfica entre as aldeias Guarani.

Utilizando especialmente dados arqueológicos dos rios Pardo e Pardinho na região central do Rio Grande do Sul, Rogge (2005) interpretou que a principal motivação para a expansão Guarani sobre o território Jê nesse momento deveria ter sido a busca por recursos ecológicos quando, após a colonização das férteis planícies de inundação, os Guarani teriam procurado diversificar sua economia com a exploração da Floresta de Araucária, então sob o domínio Jê. Rogge (2005) argumenta que se por um lado a Floresta teria estimulado a expansão Guarani por conta da diversificação econômica, por outro teria sido a responsável pela pausa desse avanço. Para o autor, por não estarem ecologicamente adaptados a esse ambiente, esses espaços não foram efetivamente dominados pelos Guarani, com exceção de alguns casos, porque um alto custo de defesa não teria compensado investidas ao longo do tempo e, ao contrário do estabelecimento de situações conflitivas, estratégias de interação e uma fronteira permeável de circulação de pessoas teria sido mantida, permitindo o acesso às terras altas para os Guarani e os recursos das florestas da várzea para os Jê.

Os dados obtidos no exemplo que analisamos indicam, *a priori*, que essa dinâmica não ocorreu na Bacia do Taquari-Antas. Observamos que os enclaves Guarani (que tampouco se tratam de enclaves contemporâneos, pois as datas sugerem que o entorno estava desocupado) e os sítios com cerâmicas intrusivas evidenciadas até então aparecem somente na área 2 e sugerem que um discreto avanço Guarani ocorria em direção ao nordeste da Bacia. Como sabemos, *más allá* da área 2 aldeias Jê ainda vigoravam nas terras altas (área 1). Curiosamente para a área 3, que apresentava uma Floresta de Araucária com aldeias Jê demograficamente fragilizadas ou em processo de desestruturação, não foram documentados enclaves ou cerâmicas intrusivas. Quer dizer: se o objetivo era explorar a Floresta, o avanço para o noroeste seria a escolha mais coerente. A falta de interesse em avançar para essas áreas ‘desabitadas’ do noroeste nos fez reavaliar a ideia de que uma das principais motivações para o avanço Guarani sobre o território Jê tenha sido a exploração da Floresta de Araucária e nos fez questionar: necessitavam os Guarani conquistar e avançar sobre novas áreas estritamente para captar recursos florestais com base em momentos de escassez?

Utilizando o conhecimento histórico existente sobre o manejo agroflorestal Guarani, pensamos que a resposta é negativa quando as condições são normais, por exemplo, sem que eventos climáticos drásticos tenham ocorrido. Embora os quatro séculos consecutivos de ocupação Guarani gerou a presença de grandes aldeias ao longo do Rio Forqueta e que essa condição deva ter implicado em algum tipo de pressão ambiental, os dados históricos sugerem que essa pressão era resolvida por mecanismos internos de manejo e de transformação da paisagem. O hábito Guarani de reproduzir arbitrariamente espécies úteis para suprir as necessidades de uso cotidiano e diminuir a pressão sobre a floresta primária (NOELLI, 1993) teria culminado em um impressionante pacote de plantas tropicais e subtropicais conhecidas e utilizadas (PEREIRA et al., 2016), como discutimos no Capítulo 2. Além disso, como destacamos no Capítulo 3, documentos do século 18 analisados por Noelli (2000) demonstram a presença de Araucária além dos limites meridionais estipulados pelos botânicos da atualidade, aparecendo em manchas abaixo do paralelo 30, quase a nível do mar e próximas das várzeas dos rios Jacuí, Taquari-Antas, Caí e Sinos, onde as densas aldeias Guarani proliferaram.

O domínio sobre os recursos da floresta, não só botânico, mas também sobre a fauna, ficou muito bem marcado nas crônicas do contato e nos relatos de missionários, uma vez que não foram documentados momentos de escassez nas aldeias Guarani antes da intensificação da pressão dos conquistadores europeus. Pelo menos quando falamos de um momento pré-colonial, cuja estabilidade alimentar deveria ser ainda maior, a circunscrição dos povos Jê e um avanço para a Floresta de Araucária movida basicamente pela necessidade de exploração de recursos florestais parece ser um argumento insuficiente. Isso não significa dizer que os Guarani não tinham interesse na Floresta de Araucária ou nas áreas previamente manejadas pelos Jê. Apenas chamamos a atenção para o fato de que esse não parece ter sido o principal motivador para o avanço sobre as áreas em específico que aqui analisamos.

O mesmo parece acontecer quando interpretamos o avanço Guarani sobre as áreas Jê sob uma perspectiva estritamente demográfica. Ressaltamos, antes de qualquer coisa, que as estimativas sobre a demografia Guarani no momento da colonização europeia apontam mais de 1,5 milhões de habitantes (CLASTRES, 1974) e, mesmo que ainda imprecisas, sugerem que o fator demográfico não deva ser desconsiderado quando avaliamos as condições de expansão Guarani em uma escala ampla. Por outro lado, destacamos que nos modelos de expansão Guarani por demanda demográfica as ocupações seriam teoricamente lentas e graduais. Quer dizer, na perspectiva de Brochado (1989) as expansões ocorriam quando a pressão demográfica interna se tornava insustentável e não mais garantia a coesão das aldeias e, como efeito, uma parte da população se deslocava das sedes e formava novas aldeias na periferia do território. Esse era um processo demorado e que poderia levar séculos, incluindo o tempo de preparação, gestão e manejo do espaço (NOELLI, 1993).

Não há dúvidas de que ocorreram expansões desse tipo no território Guarani, mas para o avanço inicial sobre as áreas mais elevadas da Bacia do Taquari-Antas não parece ter sido o caso. Os dados indicam que a ocupação Guarani foi bastante rápida no centro-sul dessa Bacia, como uma onda de expansão que ocupou áreas próximas aos 'limites' do perímetro de ocupação, como sugerimos no Capítulo 4. Já o processo de enxameamento, indicando certo crescimento demográfico, só passou

a acontecer claramente depois de ~A.D. 1500, um século após a saída Jê das áreas 2 e 3.

Seguindo De Souza et al. (2016a), como alternativa para essas questões sugerimos que razões de natureza social e política foram mais importantes enquanto motivadoras para os avanços sobre os territórios Jê do nordeste da Bacia do Taquari-Antas do que as de ordem ecológica ou estritamente demográficas.

Nesse caso, embora a guerra não tenha sido um tema explorado para os Guarani (MONTEIRO, 1992), os relatos históricos informam que foi uma prática comum contra tradicionais inimigos, missionários jesuítas e escravizadores de indígenas (MONTROYA, 1639; SCHMIDL, 1986; MELIÀ, 1986). Imaginando um cenário em que as atividades de guerra teriam um impacto social tão relevante como aquele que ocorria entre os Tupinambá (CARNEIRO DA CUNHA; VIVEIROS DE CASTRO, 1985; FERNANDES, 1970), argumentamos que a continuação da expansão Guarani pelas terras altas desabitadas da Bacia do Taquari-Antas poderia não ser muito atrativa. Isto é, sem grupos Jê nas proximidades, se os Guarani seguissem avançando para o noroeste da Bacia (área 3), chegariam próximos das fronteiras de outras aldeias Guarani que estavam estabelecidas entre os rios Jacuí e Ijuí (BROCHADO, 1969; ROGGE, 1996; BONOMO et al., 2015). Da mesma forma, chegariam aos espaços de conflito entre Guarani/Jê caso seguissem avançando para o norte, na direção ao Alto Uruguai e seus afluentes (DEMASI; ARTUSI, 1985), cuja presença Guarani já aparece desde o ~A.D. 1000 (DE SOUZA et al., 2016a). Embora existissem disputas internas pelas melhores áreas dos *tekohá*, cujo estabelecimento nos espaços era definido pelo prestígio dos líderes locais e sua capacidade de organizar grupos guerreiros, de trabalho ou prover grandes festas (SOARES, 1997; NOELLI, 1999-2000), não temos documentado avanços expansionistas Guarani sobre outras áreas Guarani. Ou seja, as direções tomadas foram sempre 'para frente', em um sentido de avançar sobre outras etnias.

Nas áreas em que aparecem os enclaves e as cerâmicas intrusivas ainda não é possível saber como se desenvolveram as relações interétnicas entre os Guarani e os Jê, mas os resultados têm colaborado com a ideia de que essas não foram relações de interação pacífica. Diferente do que foi relatado em alguns contextos considerados de interação (e.g. DEMASI; ARTUSI, 1985; RIBEIRO, 1990; ROGGE,

2005), nas cerâmicas analisadas neste trabalho, e que serão apresentadas no Capítulo 6, não evidenciamos mesclas de estilo ou de tecnologia. O mesmo parece ter acontecido com as cerâmicas intrusivas encontradas nas terras altas do Rio Caí, onde não foram relatadas cerâmicas mescladas, apenas intrusões (CORTELETTI, 2008). Embora vasilhas de estilo Guarani tenham sido descritas para as terras mais elevadas da Bacia do Taquari-Antas, como no caso do sítio RS-AN-03, essas foram produzidas com as mesmas fontes de argila das cerâmicas Jê (COPÉ, 2006) e a pouca quantidade e a baixa variabilidade de fragmentos levaram a autora a considerar que as vasilhas originais chegaram por troca ou outra forma e, a partir de então, o estilo foi ocasionalmente copiado por oleiras Jê, mas sem representar qualquer tipo de processo interativo.

A cerâmica não mesclada e o abandono das aldeias Jê na borda do Planalto das Araucárias no momento da aproximação Guarani, isto é, o abandono das áreas ocupadas densamente pelos Jê desde vários séculos, não parece sugerir uma postura pacífica de fronteiras fluídas e de atividades de interação. Pelo contrário, um processo de conquista parecia ocorrer no nordeste da Bacia do Taquari-Antas, ou, pelo menos, o alargamento das fronteiras físicas de ocupação Guarani em direção às áreas elevadas do Planalto das Araucárias. No Estado do Paraná, Noelli (2004a) já havia demonstrado a ocorrência de avanços graduais de grupos Guarani em direção às terras altas do Planalto das Araucárias. Em uma linha de ~800km, os Guarani ocuparam entre os rios Paraná, Tibagi, Piquiri e Ivaí áreas entre 200 e 1000masl, já nos arredores de Ponta Grossa e Curitiba, atestando que a geografia de terrenos elevados não era impeditiva para a ocupação Guarani.

Por fim, por que as guerras de conquista foram importantes para os Guarani? Como discutimos brevemente no Capítulo 2, os dados etnográficos sugerem que em momentos de paz a coesão aldeã tendia a ser menor, cuja organização Guarani se voltava para certa aversão ao poder agregador. Em momentos de crise ou de guerra, por outro lado, o prestígio dos líderes se fortalecia e a comunidade se voltava para um objetivo comum. Em síntese, a guerra estimulava o poder dos chefes Guarani e, por consequência, uma maior agregação comunitária. Um efeito dessa prática era, então, o avanço sobre outros povos.

5.2.2 Um Motivo para a Pausa: Fronteiras Impermeáveis?

Ao mesmo tempo em que os dados sugerem uma frente de expansão conquistadora Guarani, eles demonstram que essa frente não obteve sucesso nas áreas mais elevadas do Planalto, uma vez que na área 1 não foram documentados eventos de fricção social ou enclaves. Quer dizer, se o noroeste estava circundado por outros grupos Guarani ou por zonas de fricção social, muito diferente estava o contexto das áreas mais elevadas do Planalto das Araucárias no nordeste da Bacia, configurando ali um dos últimos redutos intactos Jê do Rio Grande do Sul durante o período pré-colonial.

Justamente nesses espaços em que não ocorreu a desocupação Jê frente a chegada Guarani localizam-se os conjuntos mais densos de estruturas subterrâneas Jê, bem como uma paisagem Jê altamente construída, com concentrações de estruturas anelares e montículos. Ali, a densidade de estruturas domésticas e rituais somadas à presença de aldeias com alto fator de permanência fez com que muitos arqueólogos considerassem como uma das áreas mais densas e sedentárias entre as populações Jê do Rio Grande do Sul (COPE, 2006; SALDANHA, 2005; DE SOUZA, 2012). Quando observamos outros contextos Jê percebemos que não se trata de um caso isolado de fronteira impermeável e cada vez fica mais claro que as áreas não acessadas pelos Guarani devem ser interpretadas especialmente pela ótica Jê, que parecem ter mantido eficiente estratégia de controle político e proteção de parte de seu território e não necessariamente como um simples desinteresse Guarani em avançar sobre o Planalto.

No Estado do Paraná, por exemplo, De Souza e Merencio (2013) demonstraram que duas áreas de ocupação Jê desenvolveram um padrão de assentamento distinto do restante do Estado, estando elas no Baixo Rio Piquiri e no Médio Iguaçu. Foram evidenciados nesses espaços indicativos de maior densidade demográfica e sedentarismo, bem como emergência de estruturas sociopolíticas hierárquicas observadas a partir da variabilidade, do tamanho e da posição de montículos funerários e de estruturas subterrâneas (DE SOUZA; MERENCIO, 2013). Enquanto que a partir do ~A.D. 1000 a ocupação Guarani já era intensa em

praticamente todo o Estado do Paraná, no Médio Iguaçu não aparecem sítios Guarani, sendo encontrados apenas rio abaixo ou acima, o que implica dizer que o território Jê estava contornado por sítios Guarani nesse ponto. O mesmo parece ter acontecido no Baixo Piquiri, onde somente dois pequenos sítios Guarani foram identificados (CHMYZ; SAUNER, 1971), com aparecimento mais comum apenas nas porções média e alta desse rio, em áreas em que os assentamentos Jê eram menos estruturados (DE SOUZA; MERENCIO, 2013).

No Estado de Santa Catarina as características das áreas não invadidas ficam ainda mais claras. Apesar de possíveis processos de interação desde ~A.D. 1000 ao longo do Rio Uruguai, que divide os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (SCHMITZ; BECKER, 1968; DEMASI; ARTUSI, 1985; cf. CARBONERA, 2014 para uma nova interpretação), os Guarani não conseguiram expandir seus territórios para além da confluência dos rios Canoas e Pelotas, quer dizer, para as áreas mais elevadas do Planalto das Araucárias da porção catarinense.

De Souza et al. (2016a) demonstraram que essas incursões Guarani em ~A.D. 1000 coincidem cronologicamente com a construção de complexos de montículos e estruturas anelares por grupos Jê locais nas terras mais altas. Os autores concluíram que os eventos de monumentalização da paisagem ocorridos a partir do ~A.D. 1000 foram uma resposta aos avanços Guarani pelo Rio Uruguai, cujo desenvolvimento de uma paisagem monumentalizada significou a materialização da resistência Jê aos forasteiros, a capacidade de mobilização, novas formas de autoridade e de defesa do espaço. Nessas áreas os assentamentos Jê se mantiveram até o período colonial, com aldeias apresentando atividades ininterruptas por vários séculos consecutivos (DE SOUZA et al., 2016b).

Esses dados parecem sugerir uma tendência bastante importante para a história das fronteiras Guarani e Jê no Brasil meridional: enquanto eventos de interação entre esses grupos e processos de conquista Guarani possam ter existido em alguns pontos (CHMYZ, 1971; DEMASI; ARTUSI, 1985; RIBEIRO, 1990; ROGGE, 2005; VOLCOV, 2011), áreas específicas do território Jê foram intransponíveis aos Guarani: as terras mais altas do Planalto das Araucárias no entorno dos rios Canoas, Pelotas e Taquari-Antas, como sugerimos aqui, bem como as áreas localizadas no Médio Iguaçu e no Baixo Piquiri. Apesar de existirem

particularidades entre as ocupações Jê nesses espaços, muito mais conclusivos são os pontos em comum: foram essas as áreas que apresentam os conjuntos com aldeias mais estruturadas e permanentes, bem como os mais relevantes traços de manejo e de ritualização da paisagem Jê (DE SOUZA et al., 2016a). Por consequência, as áreas mais estruturadas também devem ter sido as áreas mais protegidas, dificultando as incursões conquistadoras Guarani.

Na Bacia do Taquari-Antas essa lógica parece funcionar. A pressão Guarani vinda da jusante a partir de ~A.D. 1400 ocasionou a desocupação de aldeias Jê nos territórios próximos da borda do Planalto das Araucárias, talvez áreas Jê mais frágeis, mas não nas terras mais altas, configurando ali uma fronteira territorial impermeável. Essa dinâmica de fronteira durou mais ou menos três séculos, marcando seu final com a chegada de missionários jesuítas, escravizadores de indígenas e colonizadores europeus no Sul do Brasil a partir de ~A.D. 1630 (RELLY et al., 2008). Esses novos personagens modificaram a dinâmica territorial e de fronteira que existia ali durante séculos.

Apesar da redução demográfica ocorrida em especial ao longo do Rio Taquari-Antas, as aldeias Guarani estabelecidas no Médio Forqueta ultrapassaram cronologicamente o processo missionário e bandeirante e mantiveram-se ativas seguramente até ~A.D. 1800. Para o caso Jê, enquanto algumas datas se estenderam até ~A.D. 1900 no nordeste da Bacia (e.g. sítio RS-PE-31 [IRIARTE et al., 2013]), documentos históricos dos séculos 18 e 19 apontam movimentações de Kaingang, povos falantes do Jê, em direção ao sul da Bacia do Rio Taquari-Antas (LAROQUE, 2000, p. 151), ocasionando assentamentos entre os rios Taquari-Antas, Caí e Sinos, onde antes vigoravam aldeias Guarani.

6 ORGANIZAÇÃO REGIONAL DOS ASSENTAMENTOS GUARANI: UM OLHAR A PARTIR DOS ARTEFATOS CERÂMICOS

No Capítulo 4 apresentamos o estabelecimento espacial e o intervalo temporal desenvolvido pelos os Guarani em uma porção territorial da Bacia do Taquari-Antas, sugerindo que a ocupação inicial se deu como uma onda de expansão e logo o estabelecimento estável ocasionou assentamentos temporalmente sincrônicos em várias partes do perímetro Guarani. No Capítulo 5 abrimos um parêntese para discutir a dinâmica de movimentação e o processo de avanço Guarani sobre o território Jê das terras altas. Enquanto esses capítulos se dedicaram a compreender a movimentação territorial Guarani e seus efeitos, neste vamos procurar entender como estavam organizados os assentamentos Guarani no centro-sul da Bacia. Quer dizer, os assentamentos mapeados no Capítulo 4 formavam um homogêneo conjunto regional ou, por outro lado, haveriam pequenos ‘regionalismos’ na área que chamamos de perímetro Guarani?

Para discutir essas questões propomos um olhar a partir da cerâmica arqueológica. A cerâmica é o elemento material mais frequente nos sítios Guarani, é aquele que sugere o diagnóstico mais seguro para a filiação cultural associada aos Guarani do passado e representa o vestígio mais conhecido do universo arqueológico desses povos.

A associação entre determinadas cerâmicas características e os povos falantes do Tupí-Guaraní foi iniciada precocemente pelos cronistas e viajantes nas primeiras décadas de contato, assim como as primeiras sistematizações científicas

começaram já no século 19 (BROCHADO, 1980; NOELLI, 1993). Com o Pronapa, como se sabe, a unidade arqueológica Tupiguarani foi oficialmente implementada e as cerâmicas aparentadas encontradas em um amplo território do Leste da América do Sul foram classificadas como pertencentes a uma mesma Tradição. Além das características gerais que compunham a Tradição Tupiguarani, uma divisão macrorregional em subtradições corrugada (aproximadamente Guarani) e pintada (aproximadamente Tupinambá) foi criada, bem como alguns regionalismos foram estabelecidos sob a forma de fases pelo Pronapa.

Cerca de 71 fases foram organizadas para a Tradição Tupiguarani até 1980. Entre essas, 36 pertencentes à subtradição corrugada. Brochado (1980) destaca, contudo, que na maioria das vezes essas fases não tiveram valor cronológico e marcaram mais diferenças regionais ou mesmo locais do que propriamente fases temporais, pois raramente sucediam umas às outras, e algumas duraram tanto tempo quanto a própria Tradição. Aos poucos as diferenciações regionais marcadas pelas fases do Pronapa foram colocadas em segundo plano e se passou a buscar uma compreensão mais profunda das regularidades e persistências na cerâmica Guarani. Trabalhos com essa perspectiva conectaram estudos de linguística e etnografia e demonstraram que há uma longa duração temporal e espacial para a cerâmica Guarani (e.g. BROCHADO, 1984; CORRÊA, 2014; NOELLI; BROCHADO; CORRÊA, 2018).

Tanto a definição de cultura arqueológica realizada pelo Pronapa a partir de determinados registros materiais situados em um tempo-espço específico, como as definições que conectam língua, etnia e cultura material receberam críticas ao longo do tempo, em especial pela possibilidade de se estar construindo um Guarani estático, como no primeiro caso, ou genérico, como no segundo caso (SOARES, 2001; 2012; SCHIAVETTO, 2003; EREMITES DE OLIVEIRA, 2007). Essas ressalvas nos fazem lembrar que as sociedades não são fechadas em si e a construção das identidades é dinâmica, interativa, heterogênea e muitas vezes difícil de apreender (SILVA; NOELLI, 2017). Da mesma forma, nos fazem recordar que os conjuntos artefatuais (e as escolhas das matérias-primas, técnicas de produção, a elaboração do *design*) revelam também expressões identitárias daqueles que os

produziram (e.g. gênero, *status* social) e são constituídos de significados que podem ser acessados de forma distinta por diferentes indivíduos (SILVA; NOELLI, 2017).

Apesar disso, essas críticas “não indicam que os arqueólogos não acreditam na possibilidade de existir uma correlação entre cultura material e etnicidade [...] que possa ser percebida no registro arqueológico” (SILVA; NOELLI, 2017, p. 56). Pelo contrário, cada vez mais se tem atestado que a cultura material apresenta fortes índices de etnicidade (e.g. BOWSER, 2000; SILVA, 2007; 2009; CORRÊA, 2014; SILVA; NOELLI, 2017), afinal, os potes não são pessoas, mas são feitos por pessoas (HECKENBERGER, 2002), bem como a cerâmica segue sendo utilizada em todo o mundo como um importante marcador geográfico e cronológico para se reconhecer aspectos relacionados ao modo de vida, tecnologia, economia, sociabilidade, territorialidade dos povos, entre outras coisas (NOELLI; BROCHADO; CORRÊA, 2018).

Sob a nossa perspectiva não houve qualquer rompimento teórico entre cultura material e etnicidade para o caso da cerâmica Guarani, mas sim uma revisão de conceitos (SILVA; NOELLI, 2017) e certo cuidado com ‘radicalismos’ materiais (EREMITES DE OLIVEIRA, 2007). Hoje os pesquisadores têm percebido, por exemplo, que as ações técnicas, como os processos de seleção das matérias-primas e as escolhas sequenciais, resultam da percepção socialmente apreendida e experienciada de como se deve ou não fazer ‘coisas’ entre um grupo. Quer dizer, a técnica é o resultado das relações entre matéria, energia e meio social dos coletivos humanos (GOSSELAIN, 1992; SILVA; NOELLI, 2018) e a tradição tecnológica, isto é, a padronização dos conjuntos artefatuais, deriva da prática social de transmissão de conhecimentos (SILVA, 2007; 2009; SILVA; NOELLI, 2017; NOELLI; BROCHADO; CORRÊA, 2018).

Assim, levando em conta que o estilo e o processo técnico desenvolvidos na criação da cultura material contêm informações sobre a transmissão de conhecimento dos coletivos humanos, consideramos a cerâmica como um bom ponto de partida para observações de regularidades ou diferenças entre assentamentos de uma região. Com isso em mente desenvolvemos duas questões principais neste Capítulo. Em primeiro lugar, a partir de análise tecnotipológica traçamos o perfil geral da cerâmica Guarani regional, isto é, buscamos as

características mais regulares presentes nos fragmentos. Em segundo lugar, tomado como o principal objetivo, comparamos estatisticamente os resultados da análise tecnotipológica entre os sítios procurando observar se diferenças sutis na técnica de produção e no estilo decorativo formavam agrupamentos específicos em meio ao padrão regional, quer dizer, se existiriam ‘microrregiões’. Nesse caso estipulamos como hipótese de trabalho que agrupamentos similares de cerâmicas poderiam significar, entre outros motivos, particularidades na organização dos assentamentos ou mesmo ‘coletividades’ politicamente mais aproximadas entre si. Além de aglomerados de sítios com cerâmicas similares entre si, com essa análise discutimos a presença de sítios fora do padrão da cerâmica regional, os *outliers*, e a ocorrência de uma zona com cerâmicas intrusivas Jê.

6.1 Metodologia de Análise

Os 18 sítios apresentados no Capítulo 4 são aqueles que possuem, além dos contextos arqueológicos mais bem delimitados para a região, acervos de cultura material disponíveis para análise. Esses sítios também estão distribuídos de modo a formar uma ‘região’ própria para o exercício comparativo, uma vez que se distribuem entre as margens dos rios Forqueta e Taquari-Antas, desde a confluência até a porção média no primeiro caso, e na média porção no segundo caso, atingindo uma área considerável do perímetro Guarani da Bacia do Taquari-Antas.

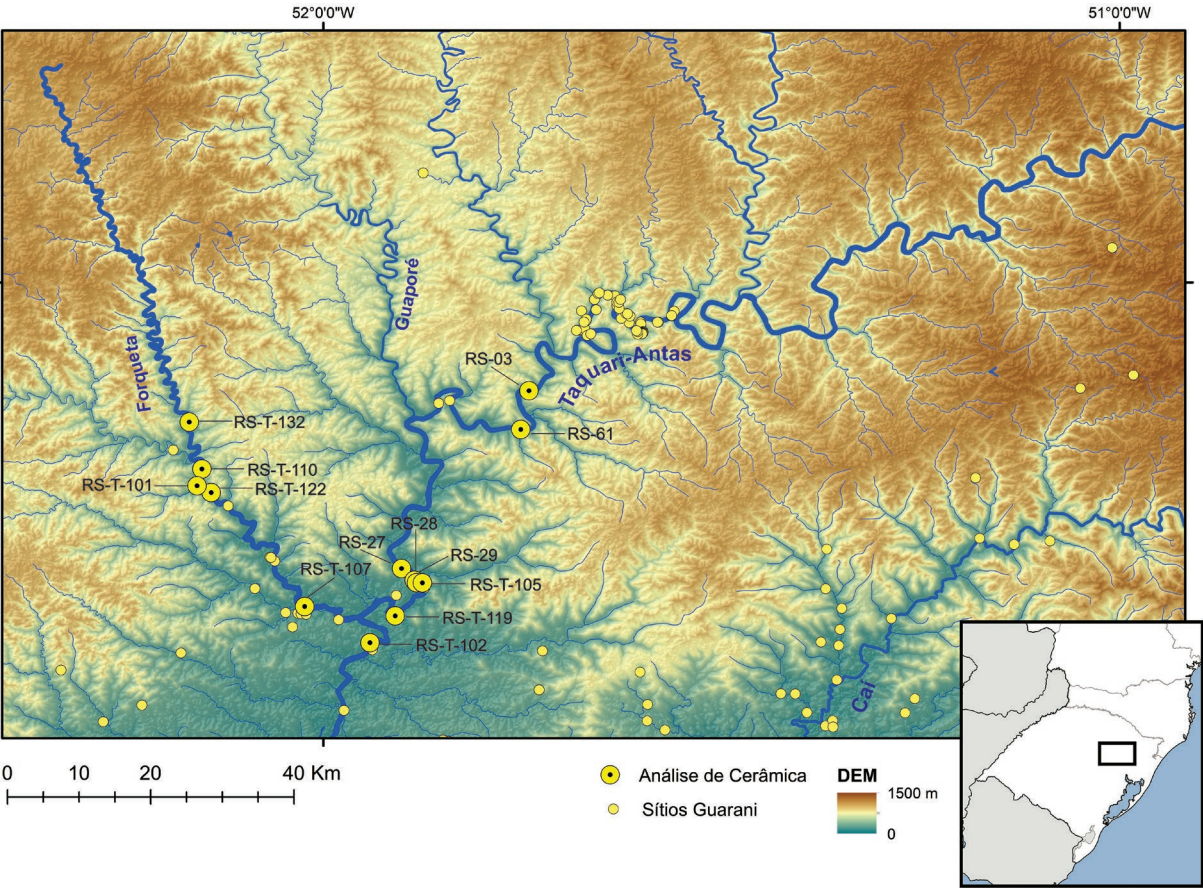
Apesar de a amostra formar uma área de análise comparável entre si, a primeira coisa que é preciso destacar sobre esse conjunto de sítios é que a metodologia de escavação e de coleta das cerâmicas não foi padronizada entre os sítios, uma vez que as campanhas arqueológicas se desenvolveram ao longo dos anos e tiveram objetivos variados. Relembrando a breve descrição apresentada no Capítulo 4 para os 18 sítios, o acervo dos sítios RS-60 e RS-T-102 é proveniente de coletas superficiais; dos sítios RS-27, RS-28, RS-29, RS-61 e RS-T-133 de coletas superficiais e de sondagens de até 1m de profundidade; do sítio RS-T-117 de coletas superficiais e da escavação de uma estrutura funerária; dos sítios RS-T-122,

RS-T-119 e RS-03 de coletas superficiais, sondagens de até 1m de profundidade e escavações de quadras; dos sítios RS-T-101, RS-T-105, RS-T-107, RS-T-110, RS-T-114, RS-T-132 e Favaretto de coletas superficiais, sondagens de até 1m e escavação de manchas de terra preta.

Dentre esses sítios excluimos aqueles que possuíam acervos com baixo grau de conservação, como os sítios RS-T-133 e RS-60, cuja erosão dos fragmentos não permitiu a observação dos atributos de análise com segurança. Levamos em conta também que acervos sem variabilidade não caracterizariam os conjuntos cerâmicos que aparecem comumente nos sítios Guaraní (LA SALVIA; BROCHADO, 1989). Assim, excluimos o RS-T-117 que apresentou quase toda a sua coleção restrita a uma única vasilha corrugada fragmentada do tipo *yapepó* que continha o enterramento descrito no Capítulo 4. Excluimos o sítio Favaretto por uma questão logística, uma vez que a coleção desse sítio está depositada no Centro de Pesquisas Arqueológicas (CEPA) da Universidade de Santa Cruz do Sul. E, por fim, excluimos o RS-T-114 pela inviabilidade da análise de toda a sua coleção cerâmica ($n > 15.000$) no tempo previsto desta tese. No entanto, uma pequena amostra da cerâmica do RS-T-114, proveniente da escavação de parte de uma mancha de terra preta, será discutida no Capítulo 7.

A análise foi realizada nos 13 sítios restantes (FIGURA 42). Mencionaremos sempre '11' sítios no lugar de '13' sítios, uma vez que os acervos dos sítios RS-27, RS-28 e RS-29 foram agregados a um único conjunto, o 'RS-27', por se localizarem a poucos metros de distância entre si, provavelmente fazendo parte de um mesmo assentamento. Esses 11 sítios apresentam importante homogeneidade entre as suas características. Com exceção do RS-T-119, que se insere em uma encosta com vista para o Rio Taquari-Antas, todos os outros estão em planícies de inundação e a poucos metros da ribanceira dos rios. Nesses sítios, com exceção do RS-T-122 e do RS-T-102, foram identificadas manchas de terra preta circulares ou elípticas em subsuperfície, sempre iniciando entre 0,20 ou 0,40m de profundidade. Todos foram considerados, *a priori*, como sítios assentamentos.

Figura 42 – Sítios selecionados para a análise de cerâmica Guarani na Bacia do Taquari-Antas.



Fonte: Elaborado com ArcGis 10.2.

No total foram analisados 3.894 fragmentos de cerâmica. Como é possível observar no Quadro 10, a maior irregularidade entre os sítios está na quantidade de fragmentos recuperados por sítio. Para essa irregularidade, entretanto, há uma relação clara entre o número de intervenções realizadas e a quantidade de vestígios coletados. Assim, sítios que tiveram campanhas mais intensas apresentam coleções maiores, não sendo essa uma característica motivada por distinções na ‘tipologia’ dos sítios.

Quadro 10 – Contexto de instalação, coleta e quantidade de cerâmica analisada por sítio arqueológico.

Sítio	Rio	Instalação do Sítio	Coleta	Contexto	Quantidade Fragmentos
RS-T-119	Taquari-Antas	Encosta	Subsuperficial	Escavação	1.277
RS-T-101	Forqueta	Planície de Inundação	Subsuperficial	Escavação	1.136

RS-T-110	Forqueta	Planície de Inundação	Subsuperficial	Escavação	522
RS-T-122	Forqueta	Planície de Inundação	Subsuperficial	Escavação	207
RS-T-132	Forqueta	Planície de Inundação	Subsuperficial	Escavação	172
RS-T-105	Taquari-Antas	Planície de Inundação	Subsuperficial	Escavação	157
RS-27	Taquari-Antas	Planície de Inundação	Subsuperficial	Sondagens	123
RS-T-107	Forqueta	Planície de Inundação	Subsuperficial	Escavação	121
RS-T-102	Taquari-Antas	Planície de Inundação	Superficial	Coleta	72
RS-03	Taquari-Antas	Planície de Inundação	Subsuperficial	Escavação	67
RS-61	Taquari-Antas	Planície de Inundação	Subsuperficial	Sondagens	40
					3.894

Fonte: Da autora.

Realizamos análise tecnotipológica macroscópica nos fragmentos cerâmicos, seguindo uma lógica voltada a entender basicamente questões técnicas e escolhas decorativas. Priorizamos para isso seis atributos (DE SOUZA, 2009): o tempero, a técnica de manufatura, a atmosfera de queima (medida tentativamente pela cor da pasta), o tratamento de superfície, a decoração cromática e a decoração plástica. O *design* morfológico, um importante aspecto tecnológico para a cerâmica, não foi avaliado neste trabalho porque vasilhas inteiras praticamente inexistem na coleção desses sítios e a reconstituição a partir dos fragmentos de borda não foi factível com o tempo de execução desta tese. Mesmo assim, ressaltamos que reconstruções morfológicas a partir de fragmentos de borda podem ser acessadas em trabalhos anteriores para a região de estudo (SCHNEIDER, 2008; FIEGENBAUM, 2009; MACHADO et al., 2008) e em inúmeros estudos sobre cerâmica Guarani de outras regiões (e.g. SCHMITZ et al., 1990; BROCHADO; MONTICELLI; NEUMANN, 1990; BROCHADO; MONTICELLI, 1994; ROGGE, 2005; ZUSE, 2009; CORRÊA, 2014).

Seguindo critérios de análise da literatura especializada (RYE, 1981; SHEPARD, 1985; RICE, 1987; ORTON, TYERS; VINCE, 1993) e específica para a cerâmica Guarani com relação ao tempero, a técnica de manufatura, a atmosfera de queima, o tratamento de superfície, a decoração cromática e plástica (BROCHADO, 1973; 1980; LA SALVIA; BROCHADO, 1989; BROCHADO; MONTICELLI, NEUMANN, 1990; BROCHADO; MONTICELLI, 1994; NEUMANN, 2008; 2011; MILHEIRA, 2008; NOELLI; BROCHADO; CORRÊA, 2018), elaboramos uma ficha de análise peça-por-peça no programa *Microsoft Access*. Programamos fichas de fácil manuseio com variáveis já sugeridas para cada atributo, deixando ao

pesquisador a função de escolher entre as variáveis prévias, diminuindo assim o grau de subjetividade da análise¹².

Descreveremos na sequência as etapas de elaboração da cerâmica Guarani que envolvem os atributos selecionados.

O **tempero** (ou ‘antiplástico’) é adicionado à argila para substituir as partículas de ar e diminuir a plasticidade da pasta. Geralmente é encontrado na forma de areia fina, quartzo moído, grãos de óxido de ferro, chamote (cerâmica triturada) e outros materiais, mas uma parte do que se encontra na pasta deve ser considerado como natural da argila (BROCHADO, 1984; LA SALVIA; BROCHADO, 1989; SCHMITZ, 1988; PARELLADA, 2008). Consideramos para esta análise a presença de grãos de areia grossa, grãos de areia fina, calcedônia, quartzo, outros minerais não identificados, chamote, óxido de ferro, ossos e carvão.

Para a montagem das vasilhas Guarani, a técnica mais frequente é a **roletada** (ou ‘acordelada’), quando há a sobreposição de cordéis de argila que ficam visíveis após a fragmentação da vasilha. Podem aparecer também versões moldadas e modeladas, mas sempre pouco frequentes (BROCHADO, 1984; LA SALVIA; BROCHADO 1989). Nesta análise evidenciamos apenas as técnicas roletada e modelada.

A partir da sobreposição dos cordéis ou da modelagem da pasta se produzia vasilhas com formas bem características. As bases geralmente são arredondadas ou conoidais, as aberturas frequentemente circulares, os perfis duplamente cônicos com pescoço e ombro, as bordas são angulares reforçadas externamente, e é comum a presença de carenas (BROCHADO, 1973; 1984; LA SALVIA; BROCHADO, 1989). Com base em descrições da primeira metade do século 17, algumas vasilhas receberam nomes e respectivas funções: *yapepó* (panelas que iam ao fogo), *ñâmypiu* (tostador de farinha de mandioca), *cambuchí* (jarros para fermentar, armazenar e servir bebidas), *cambuchí caguâba* (vaso para beber) e *ñaembé* (prato para comer) (MONTROYA, 1639; BROCHADO; MONTICELLI, NEUMANN, 1990; NOELLI; BROCHADO; CORRÊA, 2018).

¹² A análise foi realizada conjuntamente por mim e pelo bolsista de iniciação científica Bernardo Tasca (BIC-Fapergs).

Depois de manufaturadas e secas, inicia-se o processo de queima e transformação da argila em cerâmica. A **atmosfera de queima** envolve vários fatores (e.g. duração da queima, quantidade de combustível, forno fechado ou fogueiras abertas) que influenciam na cor da pasta (ORTON; TYERS; VINCE, 1993). Para esse processo, dois tipos de ambientes de queima são geralmente mencionados: oxidante, quando ocorre a queima das moléculas de carbono e a transformação de óxido de ferro em ferro, resultando na coloração clara e homogênea; e o redutor, quando a queima é incompleta em decorrência de uma temperatura menor, prendendo as moléculas de carbono e ocasionando uma coloração escura ou heterogênea, com núcleo ou superfície de coloração preta ou acinzentada (SHEPARD, 1995; RYE, 1981). Aqui, apontamos tendências relacionadas à atmosfera de queima a partir da presença das seguintes cores: cinza, preta, escura interna/clara externa, clara interna/escura externa, ‘sanduíche’ (redutoras); vermelha, laranja e clara (oxidantes). As conclusões devem ser tomadas, entretanto, apenas como uma tentativa, uma vez que muitos outros fatores podem contribuir para a coloração da pasta além da atmosfera de queima, como a própria composição natural da matéria-prima, as ações na preparação e a mistura da argila com ou sem adição de antiplásticos, o uso e os processos pós-deposicionais naturais que agem sobre os materiais arqueológicos (MILHEIRA et al., 2013).

O acabamento na superfície da cerâmica Guarani varia desde simples alisamento até decorações plásticas ou cromáticas, sendo que 50-90% dos fragmentos possuem algum tipo de tratamento plástico ou cromático (BROCHADO, 1984). Para a presente análise separamos arbitrariamente a ‘finalização da superfície’ em **tratamento de superfície**, que deve ser entendido como os ajustes realizados inicialmente sobre os roletes, e em **decorações plásticas e cromáticas**, que devem ser entendidas como a finalização estética.

A variabilidade da decoração plástica é elevada nas cerâmicas Guarani. La Salvia e Brochado (1989) destacam 18 tipos e mais de 30 variações, entre as quais o corrugado (pressão lateral do dedo) e suas variações, o ungulado (incisões com unha), escovado (riscado com objeto pontiagudo), ponteadado (pontuações circulares), serrungulado (incisões de unha aplicadas em linha vertical) e inciso de linha (linhas

geométricas em baixo relevo) (BROCHADO, 1973; LA SALVIA; BROCHADO, 1989) são as mais comuns. A pintura inclui motivos geométricos feitos a partir de linhas finas ou largas em vermelho, negro e marrom sobre fundo branco ou vermelho e, às vezes, pontos e utilização dos dedos (BROCHADO, 1980).

Como tratamento de superfície evidenciamos alisamento, engobo, barbotina, esfumaçado, polimento e brunidura. Para identificar a decoração plástica utilizamos, especialmente, as descrições e as imagens publicadas no “Cerâmica Guarani” de La Salvia e Brochado (1989). Cabe destacar que optamos por algumas generalizações com relação aos tipos apresentados por La Salvia e Brochado (1989). Os autores descrevem, por exemplo, 10 variações de corrugado com diferenças desde a inclinação do dedo até a altura das ondas. Por se tratar de uma caracterização demasiadamente subjetiva optamos por simplificar essa decoração em uma categoria genérica de ‘corrugado’. O mesmo foi realizado para o inciso, uma vez que os autores realizaram descrições muito parecidas entre o inciso e o estocado, por exemplo. Pela dificuldade de se encontrar uma diferenciação clara optamos por classificar as cerâmicas com incisões geométricas ou simples riscos lineares como ‘inciso’. Para a decoração cromática, por fim, evidenciamos as cores branca, preta, vermelha e associações entre essas cores como, por exemplo, branco/vermelho/preto.

Além dos seis atributos e suas variáveis, a ficha de análise contém uma série de outras informações individuais sobre as peças. Por exemplo, a área de coleta e o nível, as dimensões (comprimento e espessura), o índice de conservação do fragmento, medidas estimadas para o diâmetro das vasilhas quando o caso das bordas, presença de marcas de uso como fuligem ou combustão, entre outras coisas. Essas informações não serão utilizadas para as discussões desta tese, mas apresentam um potencial futuro de trabalho.

Os resultados da análise¹³ foram organizados em gráficos de percentual e serão apresentados em duas versões: 1) gráfico com os resultados gerais por atributo (levando em conta os valores somados entre todos os sítios) e 2) gráfico com os percentuais dos atributos individualmente por sítio (configurando as

¹³ As fichas de análise, tabelas e resultados originais da análise cerâmica podem ser acessadas no Laboratório de Arqueologia da Universidade do Vale do Taquari (Labarq-Univates).

particularidades de frequência para cada sítio). Nesse último caso, apresentaremos os sítios seguindo sempre uma mesma sequência: primeiro os cinco sítios do Forqueta (da montante para a jusante) e logo os seis sítios do Taquari-Antas (da montante para a jusante). Os gráficos foram assim organizados para facilitar observações preliminares sobre diferenças entre os sítios estabelecidos nesses dois rios. Estimulamos a comparação entre os rios levando em conta que estudos etnográficos apontam que acidentes geográficos e recursos hídricos constituíam marcadores territoriais importantes para os Guarani (SUSNIK, 1982) ou para as sociedades pré-coloniais de uma forma geral (ZEDEÑO, 1997).

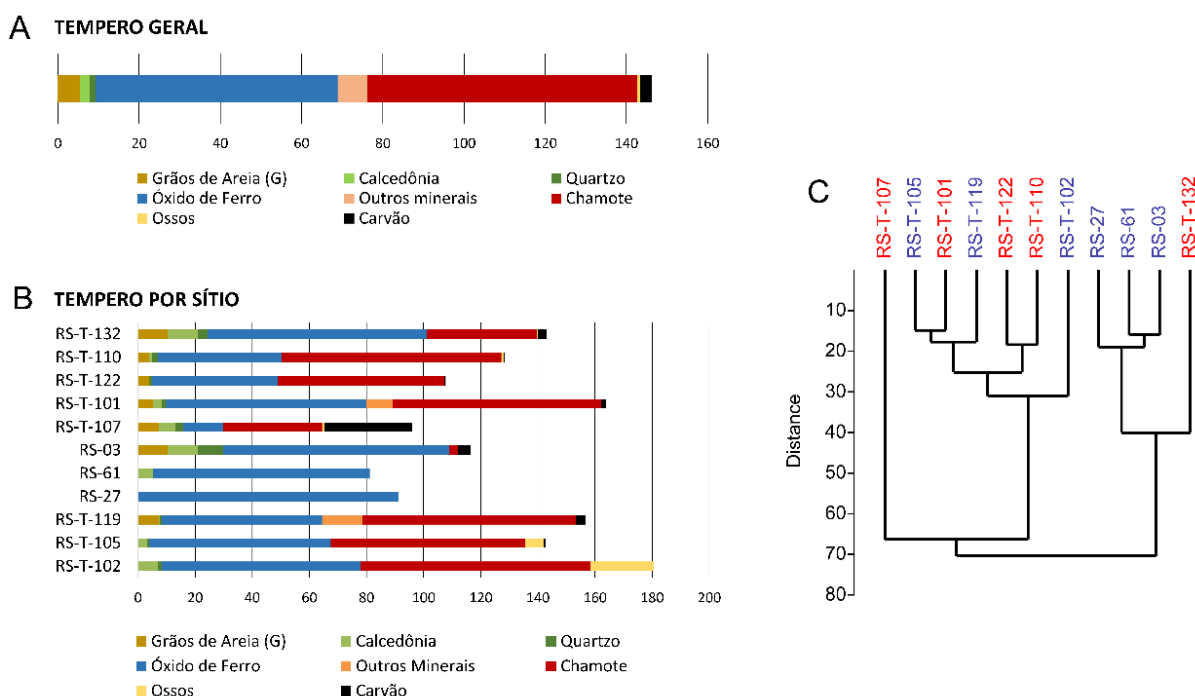
Utilizamos inferências estatísticas para melhor interpretar os dados referentes aos padrões de semelhança das cerâmicas levando em conta que a estatística permite maior segurança no reconhecimento de padrões do que comparações subjetivas. Optamos pela análise multivariada de *clusters*, recurso também utilizado em outros trabalhos com cerâmica (SALDANHA, 2005; DE SOUZA, 2009; WOLF, 2016). Nessa análise, os grupos aglomerativos começam com todos os indivíduos separados, seguem construindo grupos a partir do mais semelhante, passando para grupos que apresentam níveis de similaridade progressivamente menores até acabar em um único grupo. Selecionamos o método Aglomerativo de Média entre Grupos (UPGMA – *Unweighted Pair-Group Method using arithmetic Averages*) que estabelece agrupamentos a partir da média de similaridade entre seus elementos, bem como a distância euclidiana como matriz de semelhança. Aplicamos o método UPGMA separadamente para cada um dos seis atributos avaliados e logo depois para todos os sítios reunidos. As análises estatísticas foram implementadas com o programa PAST 3.20 (HAMMER et al., 2001).

6.2 Técnica e Estilo da Cerâmica Guarani Regional

Quando avaliamos os resultados gerais para os sítios com relação ao **tempero** observamos que a cerâmica Guarani seguiu uma fórmula constituída basicamente por chamote e óxido de ferro (GRÁFICO 1a) (FIGURA 43a-b). Outros

tipos de temperos minerais aparecem em menor quantidade, como areia grossa, grãos de calcedônia (FIGURA 43c), quartzo (FIGURA 43d) e outros não identificados. A areia fina, não contabilizada no gráfico, apareceu em todos os fragmentos e provavelmente resulta de intrusões naturais da argila.

Gráfico 1 – (A) Percentual geral para o tempero na cerâmica Guarani regional. (B) Percentual de tempero por sítio. (C) Similaridade estatística entre os sítios com relação ao tempero. Em vermelho sítios localizados ao longo do Rio Forqueta e em azul os sítios localizados ao longo do Rio Taquari-Antas. Note que os valores em percentual (A e B) são cumulativos para o caso do tempero.



Fonte: Dendrograma (c) gerado com PAST 3.20 (HAMMER et al., 2001).

Temperos orgânicos (FIGURA 43e-f) foram menos frequentes (GRÁFICO 1a), aparecendo ossos triturados nos sítios RS-T-102 e RS-T-105 e carvão nos sítios RS-03, RS-T-132, RS-T-101, RS-T-119, RS-T-105, RS-T-107. O carvão só foi expressivo nesse último sítio, aparecendo em 30% dos fragmentos (GRÁFICO 1b) e quase sempre nas cerâmicas com algum tipo de pintura. Essa condição provavelmente se relacionada com a presença de vasilhas utilizadas para guardar líquidos ou fermentar bebidas alcoólicas, uma vez que a adição de temperos

orgânicos, em especial o carvão, contribui para a respiração do líquido através da parede e ocasiona melhor conservação (RYE, 1981). A presença de chamote, ossos e carvão, elementos não naturais aos barreiros de argila, é indicativo claro da adição proposital de tempero na pasta da cerâmica.

Figura 43 – Temperos encontrados na cerâmica Guarani regional. (A) Chamote. (B) Óxido de ferro. (C) Calcedônia. (D) Quartzo. (E) Ossos. (F) Carvão.

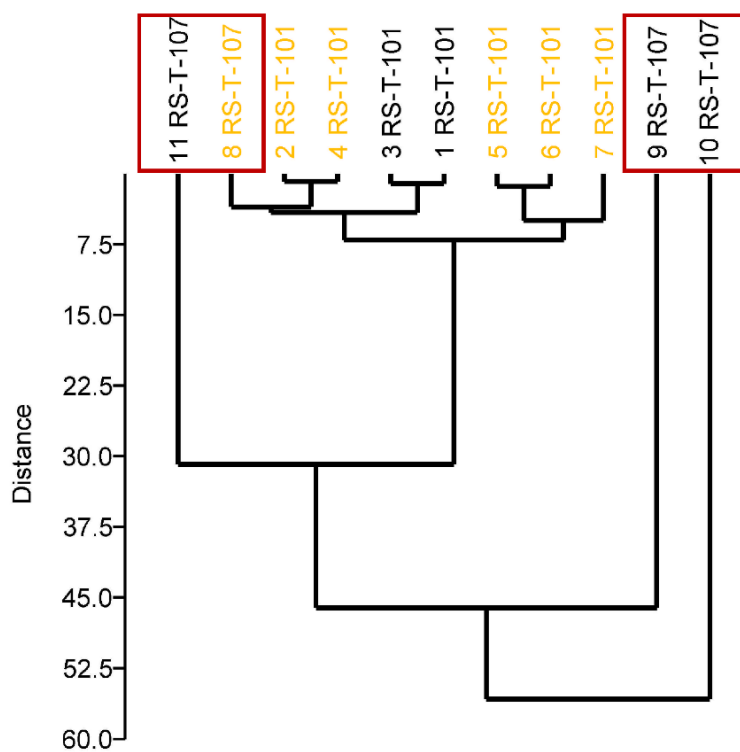


Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates.

Estatisticamente não foi possível observar agrupamentos entre os sítios do Taquari-Antas e do Forqueta, pois os sítios desses rios aparecem misturados no dendrograma (GRÁFICO 1c). No entanto, foi possível notar que o tempero dos sítios do Forqueta apresentou maior incidência de grãos de areia grossa, calcedônia e quartzo do que os sítios do Taquari-Antas (com exceção do RS-03, que também possui esses tipos de minerais com frequência), tornando a pasta das cerâmicas do Forqueta mais grosseira do que as do Taquari-Antas. No Gráfico 1(c) também é possível observar que o sítio RS-T-107 está isolado com relação aos outros dois *clusters*, indicando ser esse um sítio com tempero distinto dos demais. Esse resultado deriva, muito provavelmente, da maior incidência de carvão como tempero, pela maior diversificação e certa regularidade no teor de adição de antiplástico, implicando que não há nenhum tempero que se destaque em quantidade (GRÁFICO 1b).

Análises químicas também indicaram que o sítio RS-T-107 é distinto dos demais com relação à composição do seu tempero. Enquanto processavam amostras de cerâmica para a obtenção de datas por termoluminescência, Cano et al. (2012) observaram que os cristais de quartzo do sítio RS-T-107 se diferenciam dos outros sítios (RS-T-101, RS-T-110 e RS-T-114). Recentemente Machado et al. (2018) publicaram valores de assinaturas químicas de algumas amostras de cerâmicas dos sítios RS-T-101 e RS-T-107 objetivando comparar cerâmicas com distintas decorações (unguladas, corrugadas e com pintura). Utilizando os resultados publicados pelos autores, comparamos estatisticamente os valores dos elementos químicos majoritários das amostras, isto é, Sódio (Na), Magnésio (Mg), Alumínio (Al), Potássio (K), Titânio (Ti), Ferro (Fe), Vanádio (V) e Manganês (Mn), e obtivemos como resultado um dendrograma que separou claramente as amostras do RS-T-107 (destacado em vermelho) das do RS-T-101 (GRÁFICO 2). Curiosamente, as amostras do RS-T-107 não só se diferenciaram das do outro sítio, mas também apresentaram um grau de variabilidade entre si, criando dois grupos que sugerem diferenças na coleta da argila para a elaboração de cerâmicas desse sítio.

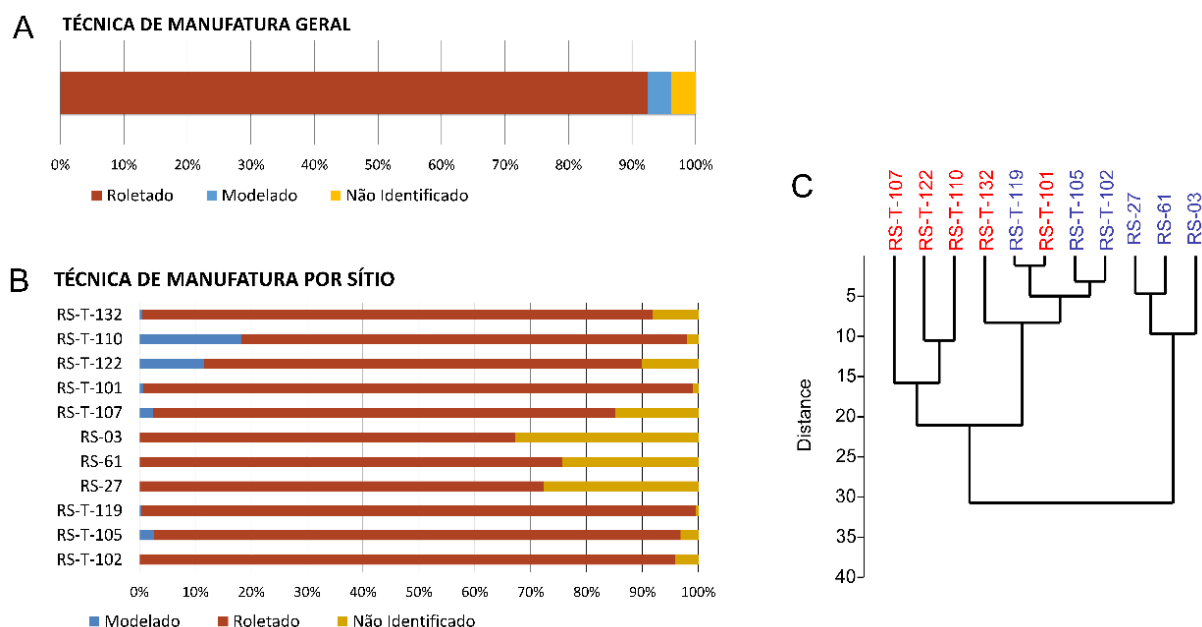
Gráfico 2 – Comparação entre os elementos químicos majoritários de amostras de cerâmica dos sítios RS-T-101 e RS-T-107. Em amarelo as cerâmicas pintadas e em preto as cerâmicas com decoração plástica.



Fonte: Elaborado a partir de Machado et al. (2018, p. 177) e PAST 3.20 (HAMMER et al., 2001).

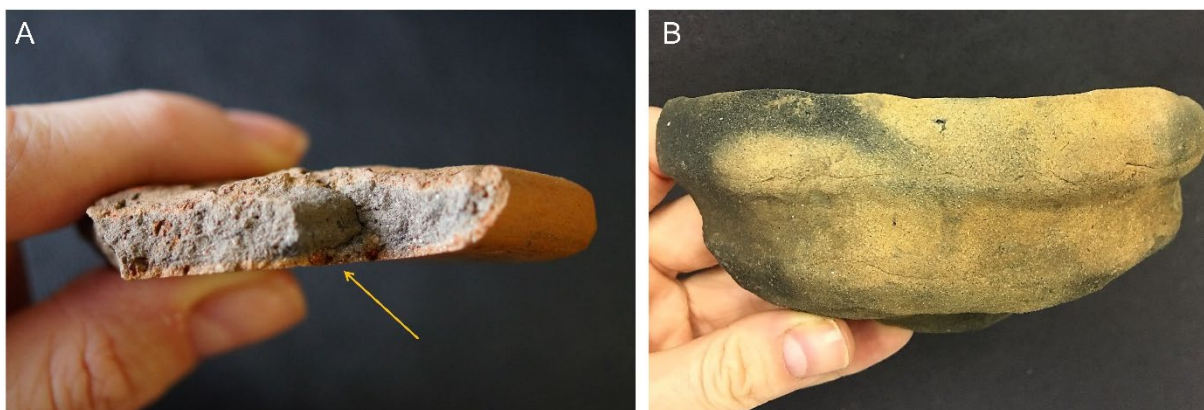
A **técnica de manufatura** foi majoritariamente roletada para a cerâmica regional, aparecendo em 93% dos fragmentos (GRÁFICO 3a). Mais rara, a modelada apareceu em 4% dos fragmentos, mas nos sítios RS-T-110 e RS-T-122 essa técnica apresentou alguma expressão, aparecendo respectivamente em 18% e 12% dos fragmentos (GRÁFICO 3b). A presença da técnica roletada é fácil de se perceber uma vez que a quebra dos fragmentos deixa os roletes em evidência (FIGURA 44a). Nesse caso, somente apontamos a presença de modelado quando não verificamos os roletes e, ao mesmo tempo, a cerâmica apresentava marcas de modelagem (FIGURA 44b). Em 3% dos fragmentos não foi possível identificar a técnica com segurança. Com relação a essa questão, três sítios se destacaram quanto a dificuldade de se avaliar a técnica de manufatura: RS-03, RS-61 e RS-27 (GRÁFICO 3b).

Gráfico 3 – (A) Percentual geral para a técnica de manufatura na cerâmica Guarani regional. (B) Percentual por sítio. (C) Similaridade estatística entre os sítios com relação à manufatura; em vermelho os sítios localizados ao longo do Rio Forqueta e em azul os sítios localizados ao longo do Rio Taquari-Antas.



Fonte: Dendrograma (c) gerado com PAST 3.20 (HAMMER et al., 2001).

Figura 44 – Técnicas de manufatura encontradas na cerâmica Guarani regional. (A) Roletada. (B) Modelada.



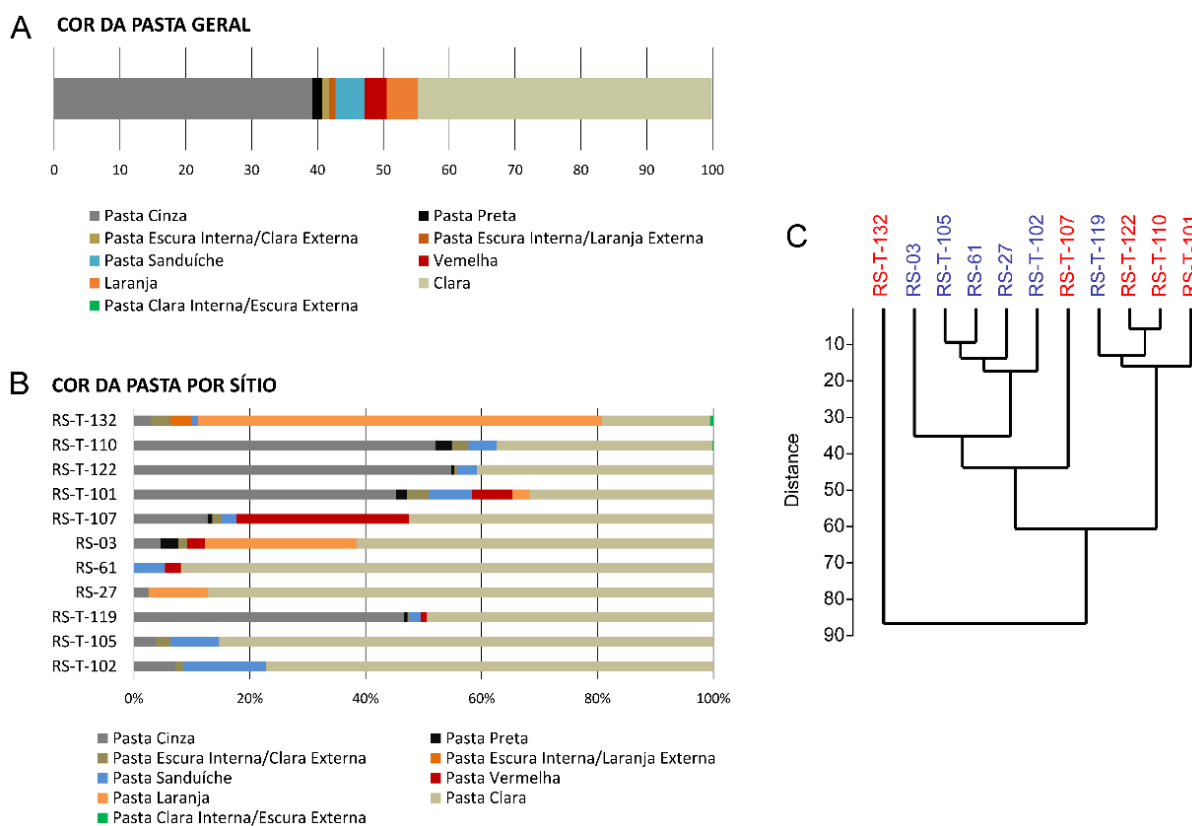
Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates.

Diferente do caso do tempero, para a técnica de manufatura existe uma tendência de separação entre os sítios do Forqueta e os sítios do Taquari-Antas

(GRÁFICO 3c), provavelmente condicionada pelo maior aparecimento do modelado nos sítios do Rio Forqueta.

Para a cerâmica Guarani geralmente se sugere que a queima ocorria a baixas temperaturas e em fogueiras a céu aberto (BROCHADO, 1980) e nessas condições dificilmente a cerâmica atinge plena maturidade (RICE, 1987). Para os sítios analisados, a **cor da pasta** foi a característica mais equilibrada (GRÁFICO 4a) demonstrando, contudo, uma leve tendência à queima oxidante (53% do total) sugerida a partir de pastas homogêneas nos tons claro, laranja e vermelho (FIGURA 45a-c). A queima redutora (47% do total) foi sugerida a partir da pasta cinza, preta, 'sanduíche', clara-escuro ou laranja-escuro (FIGURA 45d-f).

Gráfico 4 – (A) Percentual geral para a cor da pasta na cerâmica Guarani regional. (B) Percentual por sítio. (C) Similaridade estatística entre os sítios com relação a cor da pasta; em vermelho os sítios localizados ao longo do Rio Forqueta e em azul os sítios localizados ao longo do Rio Taquari-Antas.



Fonte: Dendrograma (c) gerado com PAST 3.20 (HAMMER et al., 2001).

Figura 45 – Cores encontradas na pasta da cerâmica Guarani regional. (A) Clara. (B) Laranja. (C) Vermelha. (D) Cinza. (E) Preta. (F) Sanduíche. (G) Clara-Escura.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates.

Neumann (2008) já havia assinalado a maior frequência de cerâmica com pasta oxidada (~66% das vasilhas) para sítios do Rio da Várzea, norte do Rio Grande do Sul, bem como Milheira et al. (2013) para cerâmicas Guarani do litoral sul de Santa Catarina (~67% dos fragmentos). Como explicação para as quantidades elevadas de vasilhas oxidadas, Neumann (2008) sugeriu que as vasilhas que mantiveram exposição contínua ao fogo provavelmente seguiram eliminando carbono e completando a queima mesmo depois de já transformadas em cerâmica.

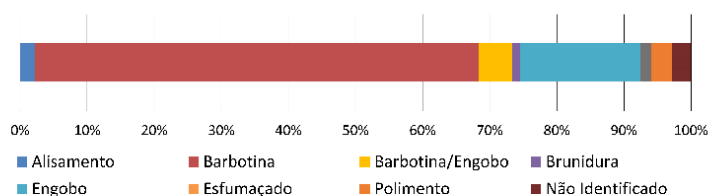
Por fim, a estatística apontou três *clusters* distintos para a cor da pasta (GRÁFICO 4c): um isolando o sítio RS-T-132 e outros dois separando sítios do Forqueta dos sítios do Taquari-Antas (com exceção do sítio RS-T-119). Uma explicação para esse agrupamento pode ser observado com clareza nos percentuais individuais por sítio, onde a atmosfera de queima redutora foi a mais frequente nos sítios localizados ao longo do Rio Forqueta e a oxidante a mais frequente nos sítios localizados ao longo do Rio Taquari-Antas (GRÁFICO 4b), sugerindo que havia alguma diferença na forma de transformação do barro em cerâmica entre essas áreas. O RS-T-132, por sua vez, apresentou alta frequência de queima oxidante e de incidência de cerâmica com pasta laranja oxidada, aparecendo como o mais peculiar.

Com relação ao **tratamento de superfície**, em 66% dos fragmentos aparece barbotina (camada de argila decantada e transformada em um caldo com espessura entre 1-3mm) e em 23% dos fragmentos há engobo (banho de tinta misturado com argila em espessura $\leq 1\text{mm}$)¹⁴. Em alguns casos a barbotina pôde ser facilmente reconhecida por se desprender das paredes da cerâmica (FIGURA 46a). Quanto ao engobo, é importante destacar que apesar de apresentar adição de pigmento (foi encontrado em tons de vermelho, laranja, bege e marrom) (FIGURA 46b), aqui consideramos esse como um tratamento distinto das decorações cromáticas. Por fim, em pouca quantidade apareceram polimento, alisamento, esfumaçado e brunidura (GRÁFICO 5a).

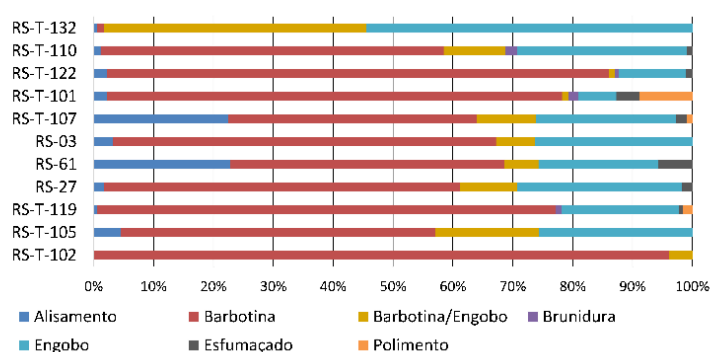
¹⁴ Os critérios de diferenciação entre barbotina e engobo utilizados foram retirados de La Salvia e Brochado (1989).

Gráfico 5 – (A) Percentual geral para o tratamento da superfície da cerâmica Guarani regional. (B) Percentual por sítio. (C) Similaridade estatística entre os sítios com relação ao tratamento de superfície; em vermelho os sítios localizados ao longo do Rio Forqueta e em azul os sítios localizados ao longo do Rio Taquari-Antas.

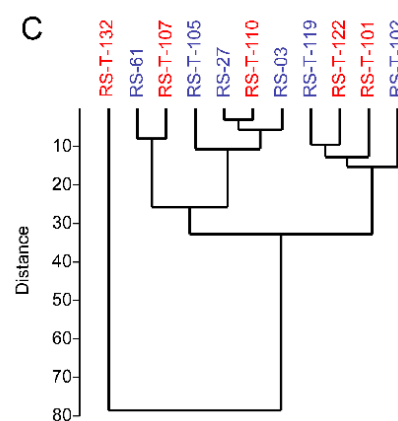
A TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE GERAL



B TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE POR SÍTIO

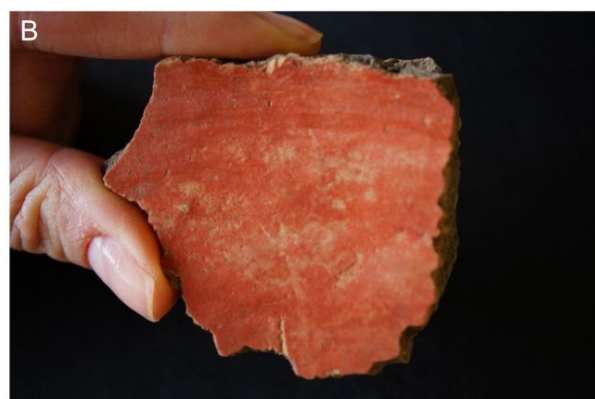


C



Fonte: Dendrograma (c) gerado com PAST 3.20 (HAMMER et al., 2001).

Figura 46 – Exemplos de tratamento de superfície encontrados na cerâmica Guarani regional. (A) Barbotina visível a partir do desgaste. (B) Engobo vermelho interno.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates.

A estatística não apontou diferenciação clara entre as escolhas de tratamento de superfície dos sítios do Forqueta e do Taquari-Antas (GRÁFICO 5c). O sítio RS-T-132 novamente se diferenciou dos demais formando um *cluster* isolado. Nesse sítio, o tratamento de superfície foi basicamente uma mistura de barbotina com engobo ou somente engobo.

Com relação a **decoração cromática**, em ~14% de fragmentos analisados se observou traços de pintura (GRÁFICO 6a), um valor muito parecido ao obtido por Machado (2008) para o sítio Favaretto (~13%) e por Rogge (1996) para o sítio Candelária II localizado no Rio Pardo (~15%). Todos os sítios Guarani da área analisada apresentaram fragmentos de cerâmica pintada (GRÁFICO 6b), mas nos sítios RS-T-132, RS-T-122 e RS-T-102 a presença foi quase nula. Por outro lado, os sítios RS-03 e RS-T-119 apresentaram valores acima da média. O sítio RS-T-107 foi o que apresentou maior frequência de combinação de cores, em especial de linhas em vermelho sobre fundo branco ou vermelho e preto sobre fundo branco (GRÁFICO 6c) (FIGURA 47a). Cabe destacar que o sítio RS-T-114, não incluído na análise, apresenta a maior e mais bem conservada coleção de cerâmicas pintadas da região, aparecendo pintura em 16,6% dos fragmentos.

Os grafismos seguem o padrão geométrico (retilíneo e curvilíneo) característico da cerâmica Guarani (LA SALVIA; BROCHADO, 1989; PROUS, 2005), e ocorrem em branco, preto e vermelho (FIGURA 47b-d). La Salvia e Brochado (1989) incluem ainda cores como o amarelo, o negro e o ocre nas descrições, mas aqui consideramos essas como variações do branco, preto e do vermelho, respectivamente.

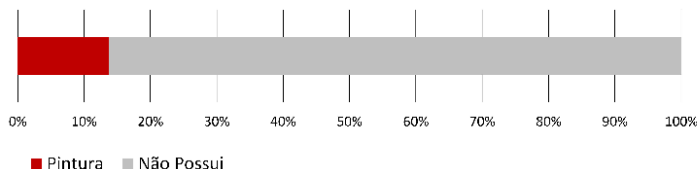
Tanto tintas orgânicas quanto minerais eram utilizadas pelos Guarani. As orgânicas, entretanto, por serem mais suscetíveis à degradação provavelmente não se preservaram como as de base mineral (SOUZA et al., 2010). Entre as orgânicas, La Salvia e Brochado (1989) relatam tintas derivadas do jenipapo (*Genipa americana*) e do murici (*Byrsonima* sp.) para o preto; e do urucum (*Bixa orellana*) para o vermelho e o amarelo. Com relação aos pigmentos minerais, em cerâmicas Guarani do oeste Catarinense, Carbonera, Appoloni e Santos (2017) encontraram quantidade significativa de ferro (Fe) nos pontos sobre os pigmentos vermelhos, indicando o uso de argilas ricas em óxido de ferro para a obtenção dessa cor; e

traços de Potássio (K), Zinco (Zn), Rubídio (Rb), Ítrio (Y) e Zircônio (Zr) nos pigmentos brancos.

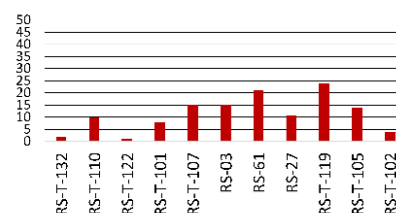
Estatisticamente foi possível perceber três *clusters* para a decoração cromática (GRÁFICO 6d): um isolando o sítio RS-T-107, provavelmente como resultado da maior variação de cores para esse sítio; e os outros dois separando os sítios do Rio Forqueta dos sítios do Rio Taquari-Antas (com exceção do RS-27), provavelmente condicionada pela maior variabilidade no uso de cores em conjunto para os sítios do Forqueta.

Gráfico 6 – (A) Percentual geral para a decoração cromática da cerâmica Guarani regional. (B) Percentual por sítio. (C) Uso de cores por sítio. (D) Similaridade estatística entre os sítios com relação à decoração cromática; em vermelho os sítios localizados ao longo do Rio Forqueta e em azul os sítios localizados ao longo do Rio Taquari-Antas.

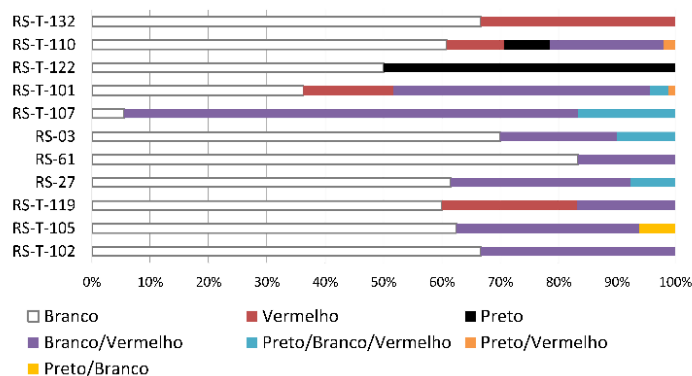
A PERCENTUAL DE DECORAÇÃO CROMÁTICA GERAL



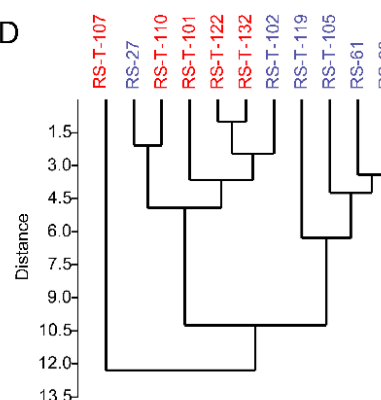
B DECORAÇÃO CROMÁTICA POR SÍTIO



C TIPO DE DECORAÇÃO CROMÁTICA POR SÍTIO



D



Fonte: Dendrograma (d) gerado com PAST 3.20 (HAMMER et al., 2001).

Figura 47 – Exemplos de decoração cromática encontradas na cerâmica Guarani analisada. (A) Grafismo encontrado no sítio RS-T-107. (B) Grafismo linear. (C) Grafismo curvilíneo.



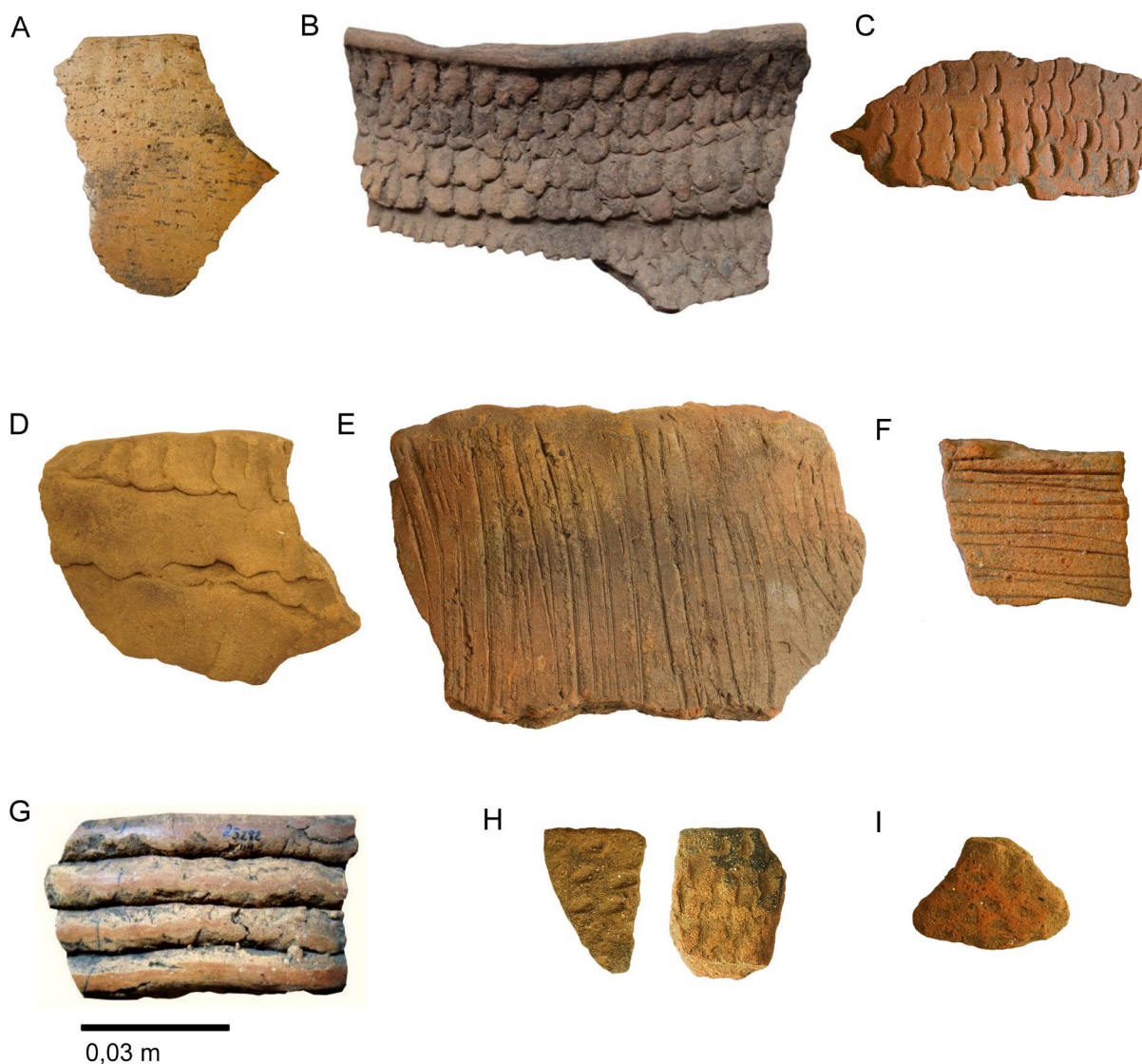
Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates.

Por fim, a **Decoração Plástica** apresentou nove tipos simples: alisado, corrugado, digitado, escovado, inciso, ungulado, roletado, ponteadado e impresso em cestaria; e dois tipos compostos: corrugado/inciso e corrugado/ungulado; bem como uma variação do ponteadado (ponteadado meia-lua) (GRÁFICO 7a). Enquanto as sete primeiras são tipicamente Guarani, as decorações ponteadada e ponteadada meia-lua foram associadas ao estilo ceramista Jê e consideradas aqui como intrusões. Nessas cerâmicas há diferenças na cor e textura da pasta com relação à cerâmica Guarani, sendo as primeiras muito mais frágeis ao toque do que as Guarani. Exemplos de cada uma das decorações podem ser observados na Figura 48(a-g).

As decorações plásticas mais frequentes foram o alisado (39%), o corrugado (28%) e o ungulado (14%). O inciso (4%) e o escovado (1%) obtiveram expressão basicamente no sítio RS-T-132 (GRÁFICO 7a), onde aparecem desde simples incisões até desenhos lineares; o digitado e o roletado (isto é, sem tratamento de superfície e com os roletes aparentes) aparecem em menos de 1% dos fragmentos. Essa baixa frequência também foi observada para o ponteadado, ponteadado meia-lua e

o impresso em cestaria, que só aparecem em três sítios localizados ao longo do Rio Taquari-Antas: o RS-03, o RS-61 e o RS-27 (GRÁFICO 7b).

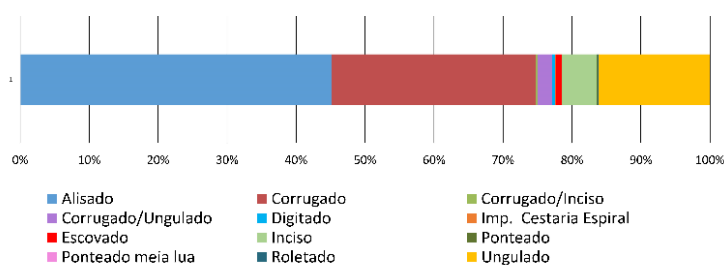
Figura 48 – Exemplos de tipos de decorações plásticas encontradas entre as cerâmicas Guarani da região. (A) Alisado. (B) Corrugado. (C) Ungulado. (D) Digitado. (E) Escovado. (F) Inciso. (G) Roletado. Cerâmicas Jê intrusivas nos sítios Guarani: (H) Ponteadado e Ponteadado Meia-Lua e (I) Impresso em Cestaria.



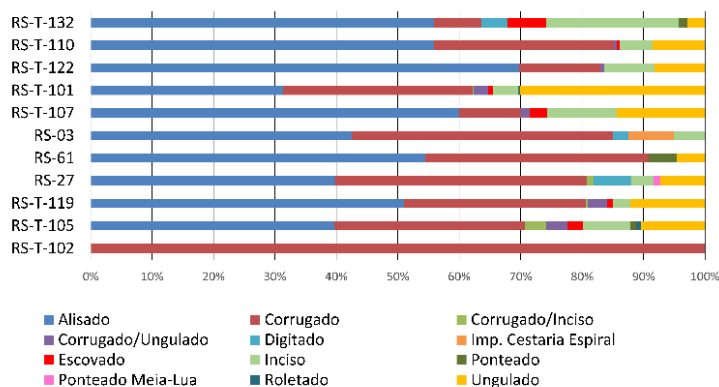
Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates.

Gráfico 7 – (A) Percentual geral de decoração plástica da cerâmica Guarani analisada. (B) Percentual por sítio. (C) Tipo de decoração plástica por sítio. (D) Similaridade estatística entre os sítios com relação à decoração plástica; em vermelho sítios localizados ao longo do Rio Forqueta e em azul os sítios localizados ao longo do Rio Taquari-Antas.

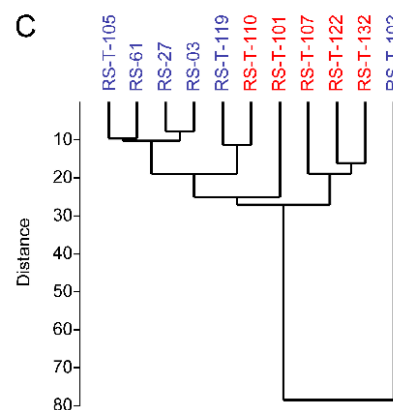
A DECORAÇÃO PLÁSTICA GERAL



B DECORAÇÃO PLÁSTICA POR SÍTIO



C



Fonte: Dendrograma (c) gerado com PAST 3.20 (HAMMER et al., 2001).

A estatística apontou dois *clusters* para a decoração plástica. Um formado pelo sítio RS-T-102, isolado, que só apresentou decoração corrugada entre as plásticas. Os outros sítios se agruparam em um grande *cluster*, mas a posição dos sítios entre esse aglomerado demonstrou novamente uma tendência de separação entre os sítios do Rio Forqueta e do Rio Taquari-Antas (GRÁFICO 7c). Quando avaliamos os percentuais individuais observamos que essa diferença está na maior frequência de decoração escovada, incisa e ungulada para os sítios do Rio Forqueta com relação aos sítios do Taquari-Antas (GRÁFICO 7b).

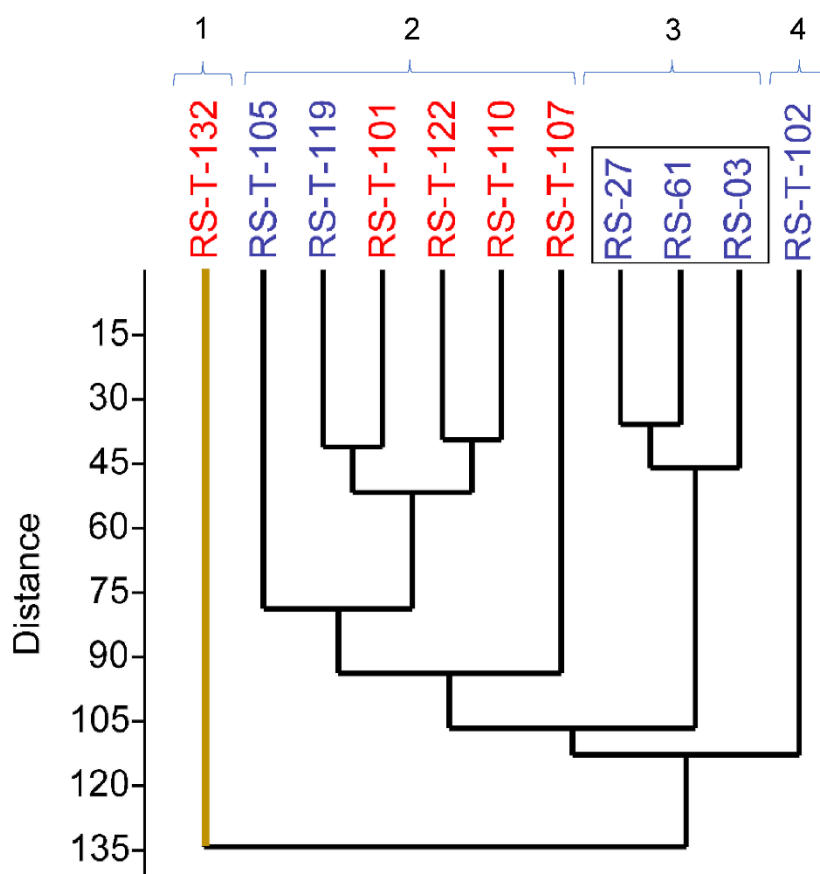
6.3 Sítios *Outliers* e Agrupamentos Microrregionais

Os resultados descritos acima demonstraram que a cerâmica Guarani regional apresenta, em termos gerais, a técnica roletada como majoritária, uma mistura de chamote e óxido de ferro como principal tipo de tempero, leve inclinação para a atmosfera oxidante, decorações alisadas, corrugadas e unguladas como as mais frequentes, respectivamente, e traços de cerâmica pintada em todos os sítios. Apesar dessas características mais comuns, os sítios apresentaram variações entre si e alguns se destacaram enquanto *outliers*.

Esse é o caso do sítio RS-T-132. Em pelo menos dois critérios ele foi claramente peculiar com relação ao padrão geral: no tratamento de superfície (cf. GRÁFICO 3c) e na cor da pasta (cf. GRÁFICO 4c). A cerâmica desse sítio também é visualmente distinta dos demais, onde é possível observar certa ‘estranheza’ geral na cor, no acabamento, na textura da pasta, na decoração plástica, entre outras coisas, quando comparamos com os demais sítios. No estilo decorativo, por exemplo, apresentou alta incidência de cerâmica com incisões lineares, cerâmicas escovadas e a presença quase nula de decoração cromática.

Quando submetemos todos os resultados dos atributos à avaliação estatística de similaridade, a peculiaridade do RS-T-132 fica bastante evidente (GRÁFICO 8): entre os quatro principais *clusters* formados, o RS-T-132 forma um *cluster* isolado dos demais. Os motivos para a diferenciação desse sítio serão tratados no Capítulo 7, mas é possível antecipar que sugerimos como motivação principal as mudanças na cultura material relacionadas aos eventos históricos impactantes que ocorreram após ~A.D. 1630 na região de estudo.

Gráfico 8 – Similaridade entre os sítios levando em conta todos os atributos avaliados. Em vermelho os sítios do Rio Forqueta e em azul os sítios do Rio Taquari-Antas. Destacado em dourado o *cluster* do sítio RS-T-132.



Fonte: Elaborado com PAST 3.20 (HAMMER et al., 2001).

Outro sítio que apresentou algumas particularidades foi o RS-T-107, mas não consideramos, *a priori*, esse sítio como um *outlier*. No dendrograma geral de similaridade ele se insere no *cluster* 2, junto com outros cinco sítios (GRÁFICO 8), apresentando a maior distância entre o agrupamento. Suas diferenças podem ser observadas em especial no tempero (cf. GRÁFICO 1b) e na decoração cromática (cf. GRÁFICO 6b). Com relação a cor da pasta, apresentou mais cerâmica vermelha do que os outros, embora as diferenças não tenham sido suficientes para isolar o sítio estatisticamente. Para esse sítio temos poucas evidências disponíveis para diminuir a equifinalidade interpretativa.

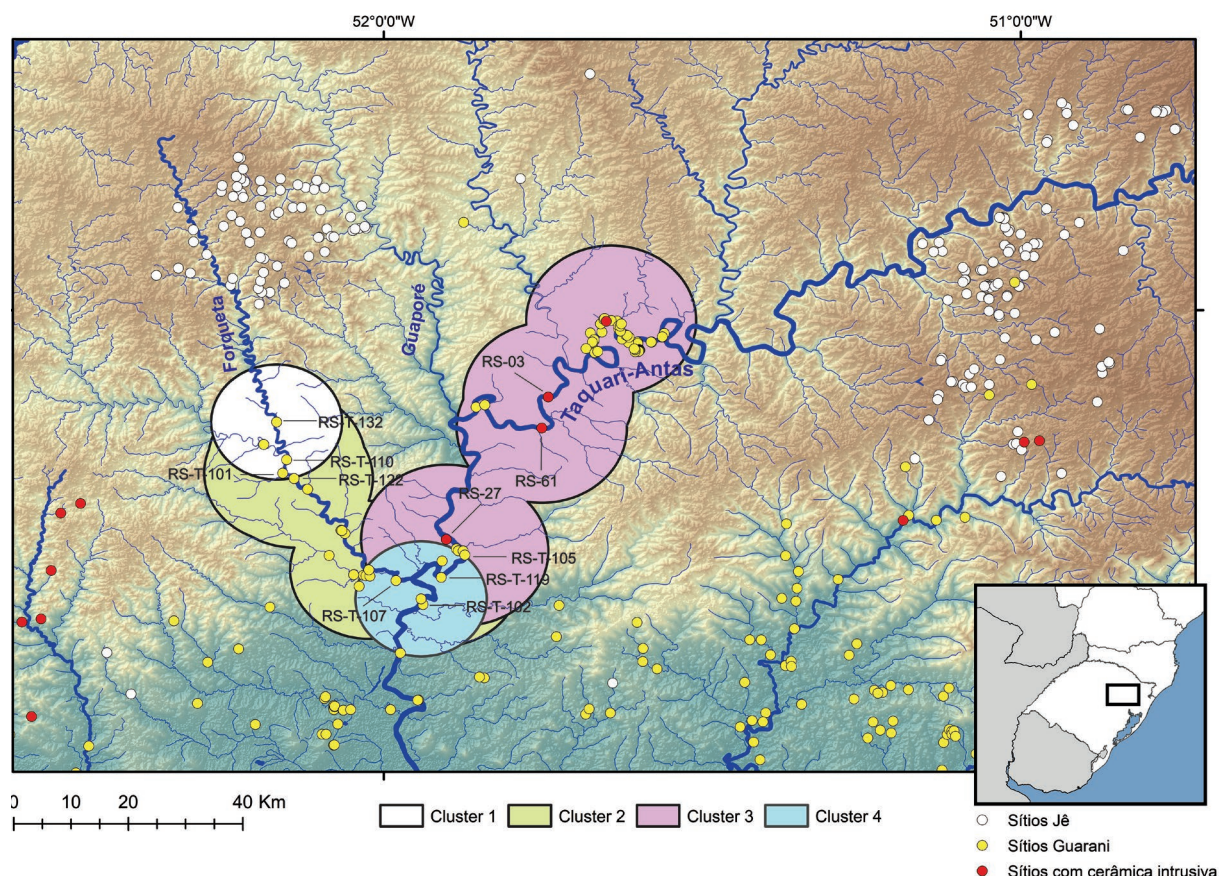
O dendrograma geral separou também o sítio RS-T-102 em um dos extremos do gráfico (*cluster* 4) (GRÁFICO 8). Embora as motivações para essa distinção possam ser variadas, também não estamos considerando esse como um sítio fora do padrão regional. Sua diferenciação parece refletir a baixa variabilidade na decoração plástica, uma vez que o único tipo encontrado foi o corrugado, indicando a possibilidade de a amostra se tratar de fragmentos pertencentes a poucas vasilhas. As questões para esse sítio poderão ser compreendidas de maneira mais eficiente quando for possível incluir na análise outros sítios do sul do perímetro Guarani, não realizado neste trabalho por falta de acervo, confirmando ou não particularidades no estilo cerâmico da porção meridional do Taquari-Antas.

Além das particularidades individuais de alguns sítios, algumas tendências de agrupamentos regionais foram observadas, como para os *clusters* 2 e 3. As similaridades entre os sítios agrupados no *cluster* 2 são fortes em pelo menos quatro atributos: na técnica de manufatura (cf. GRÁFICO 3c), na cor da pasta (cf. GRÁFICO 4c), na decoração cromática (cf. GRÁFICO 6c) e na decoração plástica (cf. GRÁFICO 7c). Para os sítios agrupados no *cluster* 3, por sua vez, as similaridades são fortes no tempero (cf. GRÁFICO 1c), na técnica de manufatura (cf. GRÁFICO 3c) e na cor da pasta (cf. GRÁFICO 4c).

Observamos, ainda, que esses dois *clusters* marcam uma importante tendência espacial. O *cluster* 2 apresenta uma sequência de seis sítios que formam uma faixa de similaridade que não é aleatória enquanto distribuição espacial, se estendendo desde o sítio RS-T-110, no Rio Forqueta, até a confluência com o Rio Taquari-Antas, atingindo alguns sítios desse rio, como o RS-T-119 e o RS-T-105. Apesar de no *cluster* 2 existir uma mistura de sítios do Taquari-Antas (RS-T-105 e RS-T-119) e do Forqueta (RS-T-101, RS-T-122, RS-T-110 e RS-T-107), geograficamente eles estão próximos entre si (FIGURA 49). Além disso, as distâncias estatísticas entre os sítios que formam o *cluster* 2 aproximam os sítios dos mesmos rios (cf. GRÁFICO 8). O *cluster* 3, por sua vez, 'quebra' a tendência espacial anterior e forma uma segunda faixa de sítios com cerâmicas similares que se insere exclusivamente ao longo do Médio Taquari-Antas e é constituída pelos sítios RS-27, RS-61 e RS-03 (GRÁFICO 8).

Entendemos, então, que o *cluster* 2 possui uma tendência espacial relacionada ao Rio Forqueta e o *cluster* 3 uma tendência relacionada ao Médio Taquari-Antas. Para explicar visualmente essas tendências geramos *buffers* de 10km ao redor dos sítios, que podem ser conferidos na Figura 49.

Figura 49 – Tendências espaciais de similaridade entre os sítios analisados.



Fonte: Elaborado com ArcGis 10.2.

As distinções entre os *clusters* 2 (Forqueta) e 3 (Taquari-Antas) são claras tanto para os atributos técnicos, quanto para o estilo da cerâmica. Para as questões técnicas, as cerâmicas do Rio Forqueta apresentam pastas mais grosseiras do que os sítios do Taquari-Antas; também entre os sítios do Forqueta se observa que a técnica modelada é muito mais frequente do que nos sítios do Taquari-Antas; e, em especial, as cerâmicas do Forqueta possuem pastas escuras mais frequentemente do que os sítios do Rio Taquari-Antas, indicando que poderiam existir preferências com relação ao tipo de forno ou técnica de queima da cerâmica. Na decoração

plástica, por sua vez, as diferenças foram muito claras entre os sítios do Taquari-Antas e Forqueta (cf. GRÁFICO 7c), uma vez que para o primeiro há maior diversificação decorativa de uma forma geral, bem como maior utilização de incisos lineares e de escovados.

Com base nesses resultados observamos que a produção da cerâmica Guarani não foi homogênea na região analisada. Além disso, a posição dos agrupamentos parecem indicar a presença de sutis diferenças entre a forma de se fazer a cerâmica no Forqueta e no Taquari-Antas. Embora uma explicação segura para essa distinção ainda não seja possível, como hipótese de trabalho sugerimos que essas diferenças poderiam refletir ‘coletividades’ de aldeias mais aproximadas entre si, isto é, os *clusters* 2 e 3. Entre outras justificativas possíveis, a presença dessas coletividades de aldeias mais aproximadas poderia ser um reflexo da composição de dois *tekohá* distintos, um em cada rio, por exemplo, e que seriam chefiados, conseqüentemente, por ‘principais’ distintos. Assim, as diferenças observadas entre os conjuntos de cerâmicas para cada rio poderiam apontar não somente a proximidade física entre determinadas aldeias, mas também refletir a maior proximidade política entre os assentamentos.

6.4 O Caso das Cerâmicas Intrusivas Jê

Por fim, é preciso destacar que nos três sítios que compõem o *cluster* 3 foram verificadas cerâmicas intrusivas Jê. Esse é um achado importante para a região, uma vez que até então só havia o relato de um único fragmento Jê evidenciado em um sítio Guarani, o sítio Cavalli (RS-NA-27) em Bento Gonçalves (MACHADO, 2008). Por outro lado, as outras intrusões reportadas para a Bacia correspondem a fragmentos Guarani em sítios Jê (cf. QUADRO 6).

As cerâmicas Guarani e Jê apresentam claras diferenças no *design* morfológico, na técnica de elaboração e no estilo decorativo (BROCHADO, 1984; SCHMITZ et al., 1988; LA SALVIA; BROCHADO, 1989), tornando a cerâmica um dos principais marcadores para a verificação de eventos de fricção social entre

esses povos no período pré-colonial (e.g. DEMASI; ARTUSI, 1985; ROGGE, 2005; VOLCOV, 2011). Na morfologia, por exemplo, as vasilhas Guarani possuem contornos complexos, bases conoidais, perfis duplamente cônicos com pescoço e ombro, bordas angulares reforçadas externamente (BROCHADO, 1973; 1984; LA SALVIA; BROCHADO, 1989); os potes Jê, por sua vez, são mais simples na sua estrutura, com formas globulares ou elípticas, borda direta ou contorno infletido, com limitadas variações morfológicas e geralmente pouca capacidade volumétrica (RIBEIRO; SILVEIRA, 1979; RIBEIRO, 1980; SCHMITZ et al., 1988; SCHMITZ; BECKER, 1991).

O tempero aparece tanto na pasta Guarani quanto na Jê, mas as quantidades e as combinações diferem consideravelmente. Para a manufatura se observa frequentemente a sobreposição de cordéis de argila (técnica 'roletada') para ambas as tradições, mas, enquanto na cerâmica Guarani os roletes ficam visíveis após a fragmentação (BROCHADO, 1984; LA SALVIA; BROCHADO, 1989), nas cerâmicas Jê geralmente não é possível identificar essa técnica (PARELLADA, 2008; DE SOUZA, 2009), cuja dificuldade resulta da excessiva fragmentação ou mesmo da técnica *paddle-and-anvil*, quer dizer, o 'esmagamento' dos roletes com o uso do percutor para finalizar as paredes (SALDANHA, 2005; PARELLADA, 2008; DE SOUZA, 2009).

A decoração plástica Jê é bastante característica e produz um efeito muito diferente da cerâmica Guarani. É composta por ungulado, ponteadado, beliscado (com as unhas), cestaria impressa, entre outros. A superfície externa pode receber alisamento, que muitas vezes atinge um grau próximo ao polimento, ou apresentar um aspecto vitrificado em casos em que ocorre brunidura (SCHMITZ; BECKER, 1991; ROGGE, 2005). Além disso, na cerâmica Jê não aparecem pinturas geométricas, e o engobo vermelho aplicado na parte interna de algumas vasilhas é a única forma de utilização de pigmento conhecida (ROGGE, 2005; DE SOUZA et al., 2016b).

Para os fragmentos exógenos evidenciados nos sítios RS-03, RS-61 e RS-27, entretanto, a primeira coisa que precisamos ressaltar é que não sabemos a posição estratigráfica do seu aparecimento e, por consequência, a respectiva cronologia associada. Por esse motivo ainda não é possível falar com certeza se os fragmentos

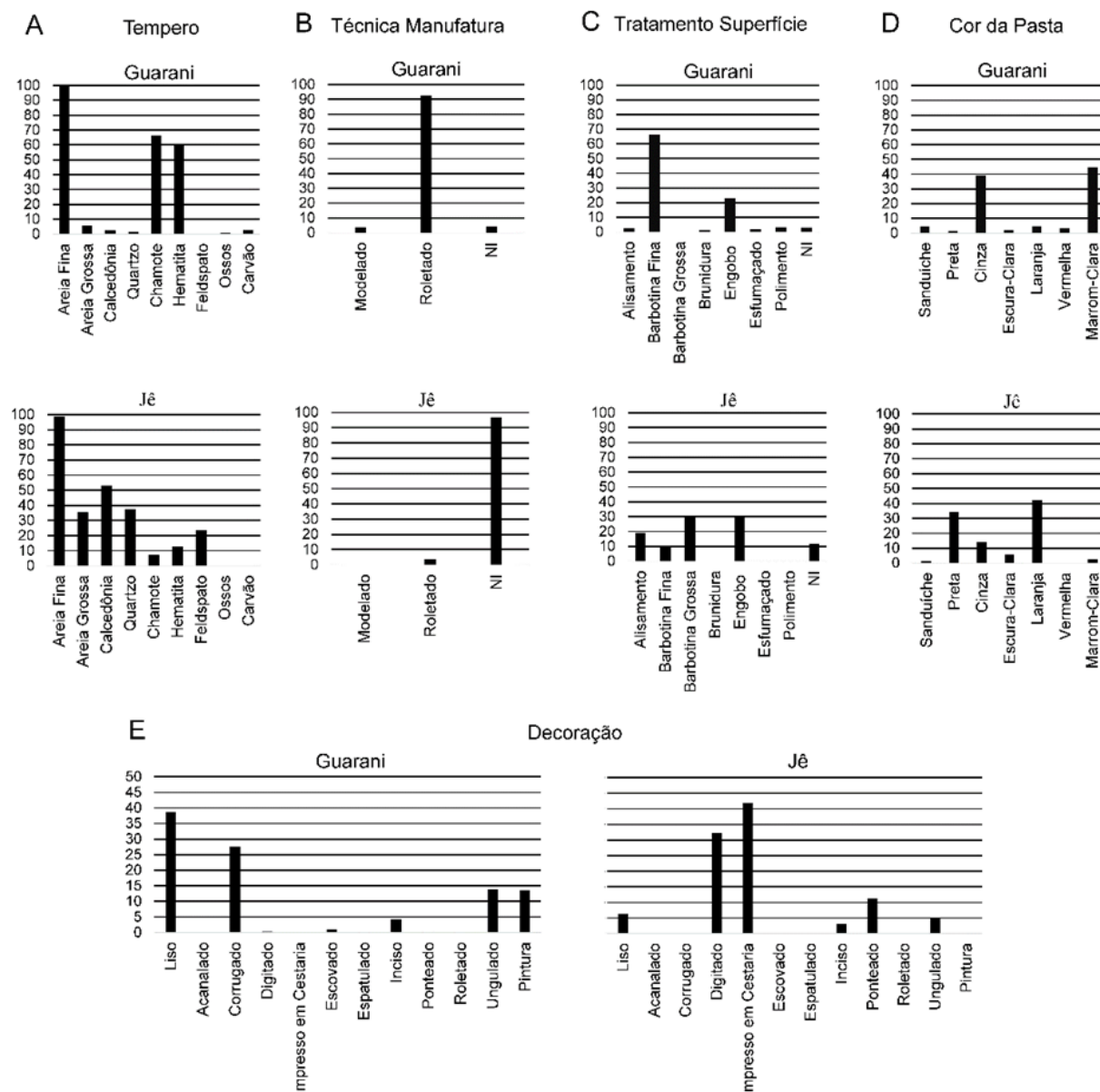
evidenciados são anteriores a ocupação Guarani, sinalizando que havia ocupação Jê nas áreas mais baixas do Médio Taquari-Antas; ou se são contemporâneos à ocupação Guarani, sinalizando ‘contatos’ nas terras baixas ou, por último, se são posteriores à saída Guarani, sinalizando ter sido essa a rota Jê que se direcionou para o sul da Bacia durante o processo colonial.

Nesta secção, dentro das condições possíveis, optamos por avaliar a significância das intrusões para o contexto Guarani. Comparamos as cerâmicas dos sítios Guarani, incluindo os três sítios com intrusões, com amostras de cerâmica Jê do noroeste da Bacia do Taquari-Antas. A coleção Jê utilizada foi recuperada no sítio RS-T-126 (n=85) (WOLF; MACHADO; OLIVEIRA, 2016), localizado nas proximidades do Rio Forqueta, e representa basicamente toda a cerâmica Jê evidenciada até o momento para o noroeste da Bacia do Taquari-Antas. A pouca quantidade de cerâmica, como visto para esse sítio, ou até mesmo a nula presença, é normal em contextos Jê (e.g. CORTELETTI, 2008).

A partir da inclusão do sítio Jê na análise foi possível avaliar estatisticamente as diferenças entre as cerâmicas Guarani e Jê da região, bem como avaliar se a similaridade entre os sítios Guarani com intrusões Jê e o sítio estritamente Jê é estatisticamente significativa.

Com relação à primeira questão, os resultados demonstraram claras diferenças entre a cerâmica Guarani e Jê da região em todos os atributos analisados (GRÁFICO 9). No tempero, por exemplo, a cerâmica Jê do RS-T-126 possui grãos de calcedônia (53%), quartzo (38%) e areia grossa (35%), feldspato (24%), não presente na cerâmica Guarani regional, além de hematita (13%) e chamote (7%) (GRÁFICO 9a), caracterizando uma cerâmica frágil e erodida, com tempero grosseiro e quase sempre exposto. Diferente da cerâmica Guarani, raramente foi possível reconhecer os negativos de roletes (4%) (GRÁFICO 9b).

Gráfico 9 – Percentuais comparativos para a cerâmica Guarani e Jê na região analisada. (A) Tempero. (B) Técnica de Manufatura. (C) Tratamento de Superfície. (D) Cor da Pasta. (E) Decoração (Plástica e Pintura).



Fonte: Da autora.

O tratamento de superfície preferido pelos Jê do Rio Forqueta foi a barbotina com adição de areia grossa (30%), seguido de engobo (30%) e alisamento (19%) (GRÁFICO 9c). A atmosfera de queima incompleta apareceu em mais da metade dos fragmentos (55%), visto em pastas pretas, cinzas, clara-escuras e sanduíche. No restante dos fragmentos apareceu queima oxidante, com aparecimento frequente

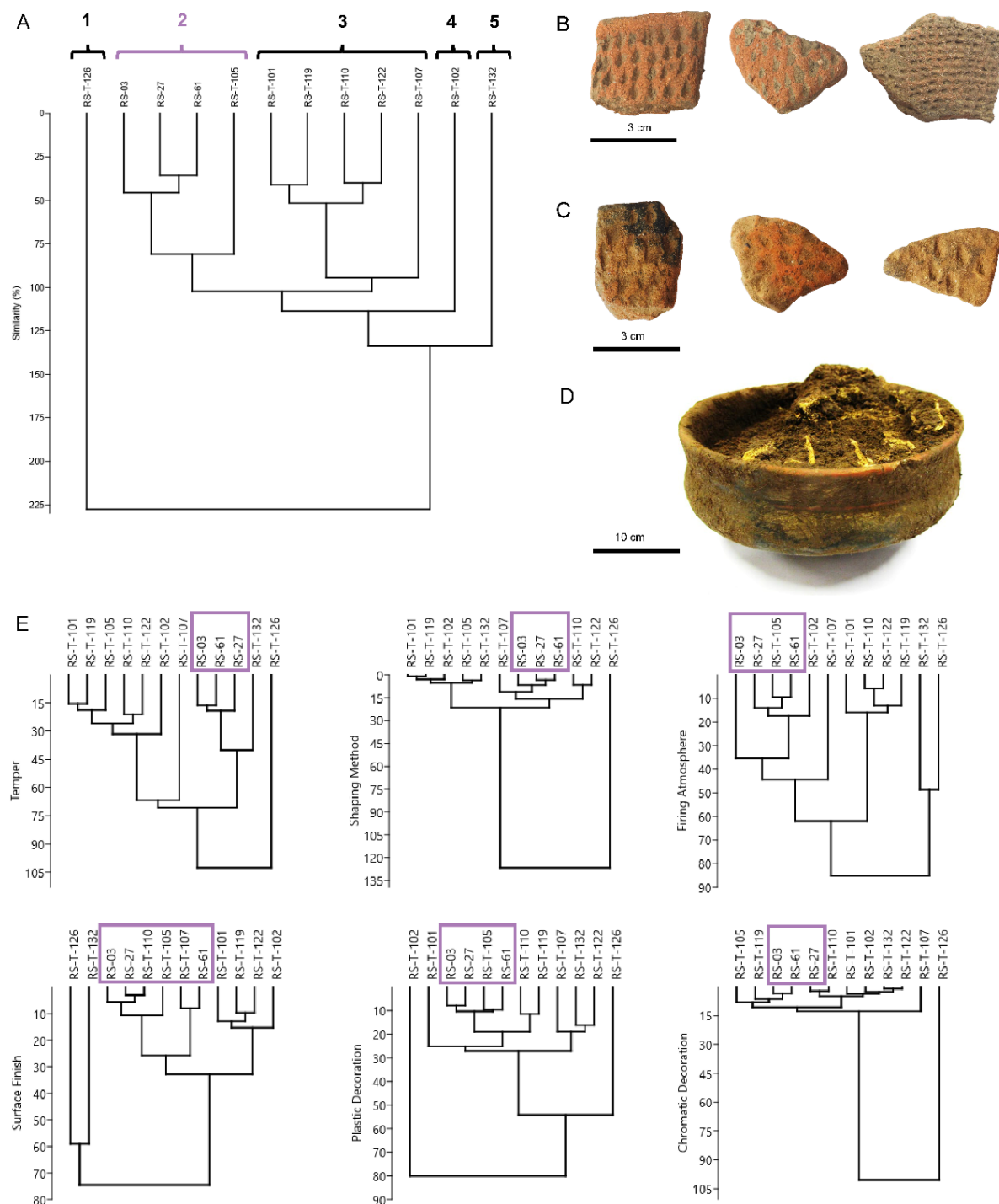
de pasta laranja e marrom-clara (GRÁFICO 9d). Na decoração plástica, a variabilidade foi menor na cerâmica Jê do que na Guarani, com a presença de seis tipos: impressão em cestaria (31%) nas variações ‘*coiled*’, envolvido e espiralado; seguido de digitado (24%), ponteadado (8%), liso (5%), ungulado (5%) e inciso (2%). Como esperado, não apareceram cerâmicas com decoração cromática entre as Jê. Maiores detalhes sobre a tipologia das cerâmicas Jê do sítio RS-T-126 podem ser acessados em Wolf (2016).

Com diferenças tecnotipológicas muito claras entre esses dois contextos ceramistas, comparamos estatisticamente os resultados do sítio Jê com os sítios Guarani, utilizando novamente análise multivariada. O resultado apresentou dois grandes grupos de sítios divididos em cinco *clusters* (FIGURA 50a). O *cluster* 1 (em lilás) isolou o sítio Jê dos sítios Guarani e demonstrou que a cerâmica desse grupo é muito diferente da Guarani, mas, como esperado, o *cluster* 2 formado pelos sítios Guarani com intrusões Jê (RS-03, RS-27, RS-61) se organizou mais próximo do sítio Jê RS-T-126, demonstrando que as intrusões observadas na análise tecnotipológica possuem significância estatística.

No sítio RS-03 evidenciamos fragmentos com impressão de cestaria do tipo espiralado em pasta laranja que também aparece no sítio RS-T-126 (FIGURA 53b-c). Essas intrusões Jê aparecem associados a contextos Guarani que incluem, por exemplo, vasilhas *cambuchí caguâba* com enterramento secundário (FIGURA 50d). No sítio RS-61, por sua vez, foram notados fragmentos com decoração do tipo ponteadado meia-lua em pasta cinza.

Os dendrogramas de similaridade demonstraram ainda que os três sítios com cerâmica intrusiva são similares em todos os atributos avaliados (FIGURA 50e, em lilás), indicando forte correlação. Isso significa que além das decorações plásticas ‘estranhas’ (ponteadada e impressão em cestaria), atributos mais discretos, como o tempero ou cor da pasta, também poderiam marcar intrusões. Com base nesse fator, nos sítios RS-03, RS-61 e RS-27 verificamos a presença de barbotina creme e areia grossa envolvendo uma pasta cinza quase sem adição de tempero, atmosfera de queima incompleta, maior fragilidade e tempero exposto, similar à cerâmica Jê encontrada no sítio RS-T-126 e estranha a qualquer outro fragmento Guarani da região.

Figura 50 – (A) *Clusters* de similaridade entre as cerâmicas dos sítios analisados. (B) Fragmentos de cerâmica Jê do sítio RS-T-126. (C) Exemplos de fragmentos intrusivos Jê evidenciados nos sítios RS-03, RS-61 e RS-27. (D) Vasilha do tipo *cambuchi caguâba* com pintura policrômica e enterramento secundário evidenciado no sítio Guarani RS-03. (E) Dendrogramas específicos por atributos. Demarcação lilás destacando a aproximação entre os sítios RS-03, RS-61 e RS-27.



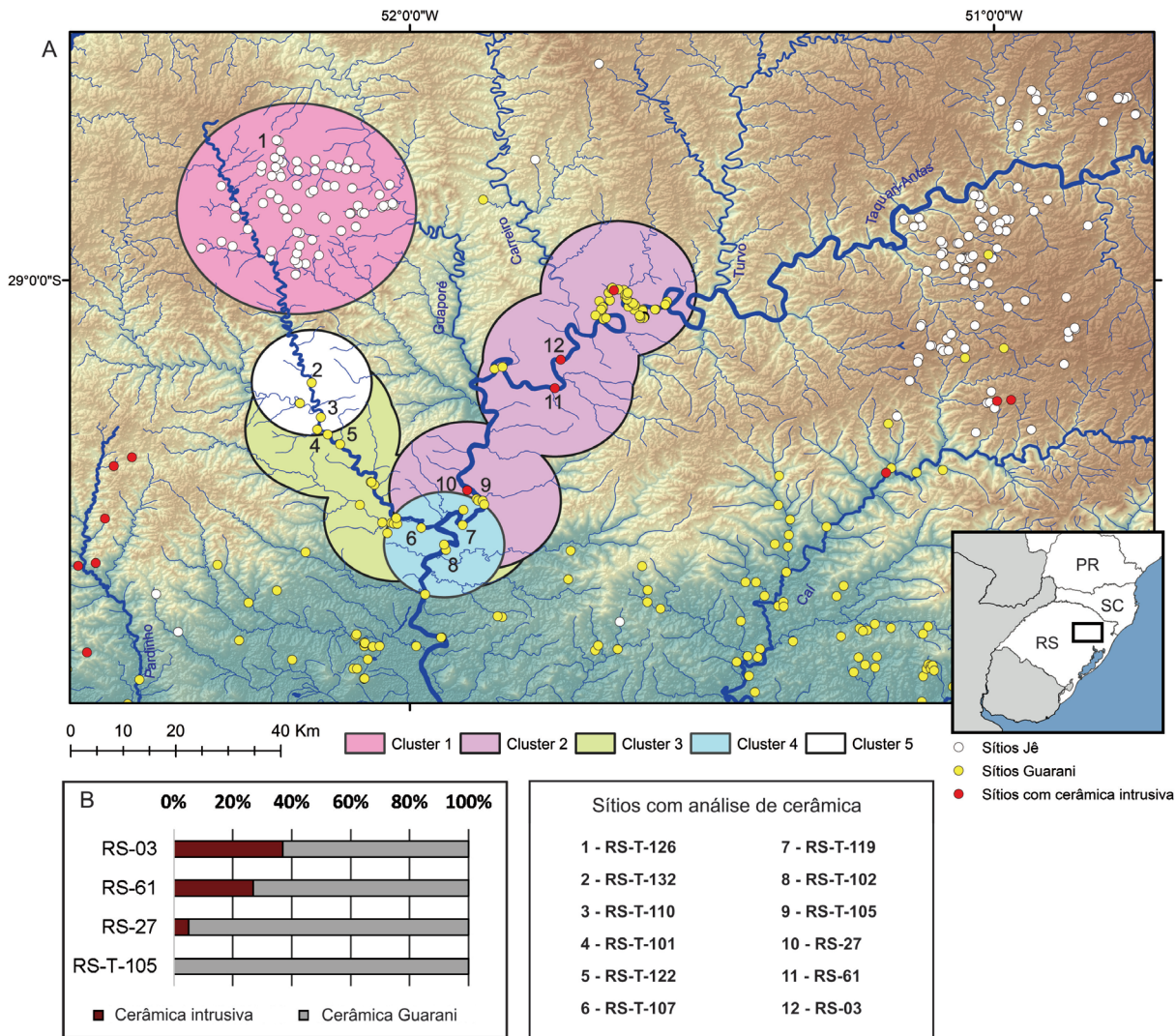
Fonte: Imagens do acervo Labarq-Univates e dendrogramas gerados com PAST 3.20 (HAMMER et al., 2001).

A distribuição espacial dos cinco *clusters* seguiu apontando a tendência que verificamos nas discussões anteriores deste Capítulo (FIGURA 50a) (FIGURA 51a): o sítio RS-T-132 continuou como um *outlier* (*cluster* 5), o sítio RS-T-102 continuou isolado ao sul (*cluster* 4), os sítios que se inserem no Rio Forqueta (*cluster* 3) continuaram aglomerados, assim como os sítios do Rio Taquari-Antas (*cluster* 2).

A principal diferença com relação ao dendrograma anterior, isto é, sem o sítio RS-T-126, foi a aproximação do RS-T-105 com os sítios de cerâmica intrusiva. Notamos, entretanto, uma progressiva diminuição da presença de cerâmica exógena quanto mais ao sul se localizam os sítios ao longo do Rio Taquari-Antas (FIGURA 51b), sendo que no sítio RS-T-105, localizado estatisticamente mais afastado do RS-T-126 e mais ao sul dos sítios do *cluster* 2, não apresenta fragmentos claramente exógenos. Por outro lado, esse sítio apresenta similaridade na atmosfera de queima, no tratamento de superfície, na decoração plástica e cromática com relação aos outros sítios do *cluster* 2, justificando a sua aglomeração. Um pouco mais ao sul do sítio RS-T-105 se insere o RS-T-102 (FIGURA 51a) que forma sozinho o *cluster* 4 e marca estatisticamente o fim do aparecimento de intrusões Jê nos sítios Guarani.

Por fim, destacamos que não foi possível recuperar qualquer indício de mescla entre as técnicas e estilos Guarani e Jê, não indicando processos interativos baseados em cerâmica. Além disso, observamos que o sítio Jê RS-T-126 não apresentou cerâmica intrusiva Guarani, assim como nenhum sítio Guarani do Forqueta apresentou cerâmica intrusiva Jê até o momento. Como até agora também não foram evidenciados enclaves Guarani nos territórios Jê do Forqueta, é possível inferir que ao longo desse rio e, de forma geral, no noroeste da Bacia, os assentamentos Guarani não avançaram sobre os territórios Jê, mesmo com os eventos de desocupação Jê frente a chegada Guarani no Médio Forqueta discutidos no Capítulo 5.

Figura 51 – (A) Tendências espaciais de similaridades entre as cerâmicas dos sítios analisados. (B) Percentual de cerâmica intrusiva nos sítios RS-03, RS-61, RS-27 e RS-T-105.



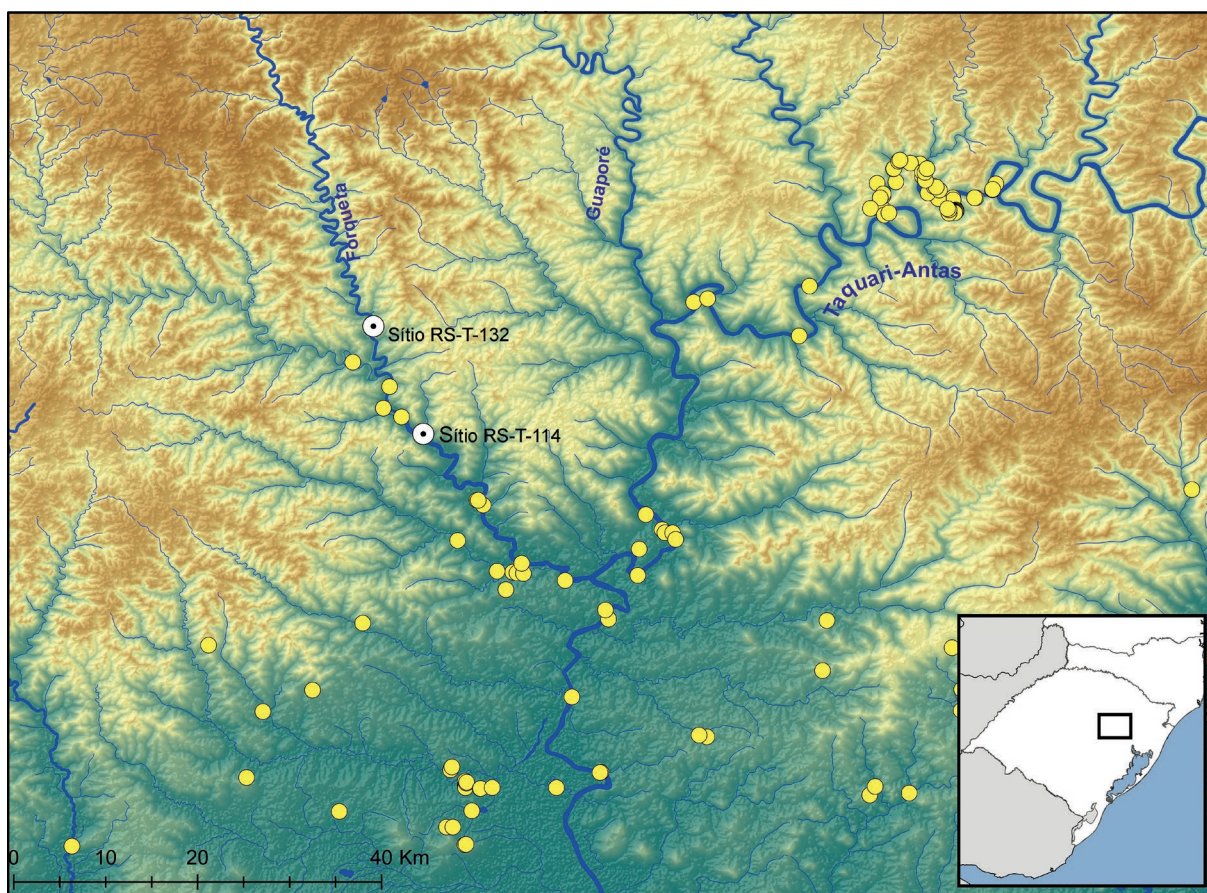
Fonte: Elaborado com ArcGis 10.2.

7 VIDA NA ALDEIA GUARANI: DISCUTINDO *HOUSEHOLD* NOS SÍTIOS RS-T-114 E RS-T-132

Nos capítulos anteriores analisamos questões regionais sobre a ocupação Guarani na Bacia do Taquari-Antas, isto é, o padrão dos assentamentos, o intervalo cronológico regional, as movimentações pelo território, a expansão pelo Planalto das Araucárias, motivações para a pausa nesse avanço, entre outras questões. Com a análise da cerâmica em uma perspectiva regional observamos a existência de possíveis ‘coletividades’ entre os assentamentos, destacando uma sequência similar para a cerâmica dos sítios do Médio Taquari-Antas e outra para os sítios do Rio Forqueta, bem como sítios *outliers* e uma zona de cerâmicas intrusivas. Saindo da esfera regional de análise, agora vamos adicionar detalhes sobre a vida na aldeia Guarani procurando compreender alguns aspectos sociais, econômicos, mudanças na cultura material e transformações na dinâmica cronológica das aldeias.

Essas questões serão discutidas a partir da análise de duas pequenas ‘janelas arqueológicas’ que foram trabalhadas nos sítios RS-T-114 e RS-T-132, ambos inseridos no contexto do Médio Forqueta (FIGURA 52). Nos recortes amostrais analisamos a cultura material cerâmica e lítica, realizamos análise cronológica e recuperamos e analisamos assembleias de carporrestos carbonizados. Os resultados, embora diretamente relacionados a esses dois sítios do Médio Forqueta, também devem ser entendidos como uma contribuição à dinâmica histórica Guarani do perímetro regional.

Figura 52 – Localização dos sítios RS-T-114 e RS-T-132.



Fonte: Elaborado com ArcGis 10.2.

A escolha por sítios do Médio Forqueta ocorreu porque essa área possui o melhor plano de fundo de pesquisas arqueológicas do perímetro Guaraní regional até o momento, incluindo a descrição cronológica mais completa para a região. Já a escolha específica por esses dois sítios ocorreu porque eles possuem distinções claras entre si e apresentam um interessante potencial comparativo para questões de função e de *status* social: o RS-T-114 representa uma grande aldeia Guaraní regional e o RS-T-132, distante ~12km do primeiro, uma pequena aldeia periférica inserida ~20km dos antigos assentamentos Jê do noroeste da Bacia. Além disso, possui cerâmica distinta do padrão verificado para o restante dos conjuntos, como apontamos no Capítulo 6.

Optamos por realizar pequenos recortes arqueológicos nesses sítios. O recorte do RS-T-114 cobriu uma área de 2x2m (que chamaremos de Quadra D2) na mancha de terra preta da planície de inundação (que chamaremos de mancha de

terra preta 2 para diferenciar da mancha de terra preta 1, inserida no talude do rio) e o recorte do RS-T-132 cobriu uma área 2x4m (que chamaremos de Quadra A-B) em uma mancha de terra preta inserida na planície. Embora escavações em áreas amplas geralmente apresentem melhores e mais completos resultados para o entendimento de um sítio arqueológico do que intervenções em pequena escala, gostaríamos de destacar que para equipes enxutas e com poucos recursos muitas vezes escavações amplas em sítios Guarani se tornam impraticáveis e, quando realizadas, um problema interpretativo posterior, fato que resulta da excessiva quantidade de vestígios arqueológicos concentrados nesses sítios. Por exemplo: o perímetro escavado no sítio RS-T-114 ao longo dos anos não foi superior a ~220m² e poucas vezes ultrapassou 0,30m de profundidade. Mesmo assim, a quantidade de vestígios foi elevada, superior a 15.000 artefatos somente quando levamos em conta os fragmentos de cerâmica.

Optamos por realizar os recortes especificamente em manchas de terra preta porque essas são as áreas que compõe, geralmente, as sobras das unidades mínimas das aldeias Guarani e apresentam grande quantidade de vestígios arqueológicos concentrados. Nesse caso¹⁵, como entre os Guarani pré-coloniais todo o material construtivo era perecível (NOELLI, 1993, p. 78-86) e não existem estruturas arquitetônicas preservadas sobre o solo ou marcos claros na paisagem, as manchas representam uma das poucas estimativas sobre a ‘planta baixa’ das aldeias (CHIMYZ, 1968) e hoje podem fornecer informações sobre as áreas de descarte de resíduos (SOARES, 2004, p. 40; MILHEIRA, 2014, p.6-12), as estruturas de processamento de alimentos (pilar, ralar, etc.), de lascamento, de produção de cerâmica ou abrigo temporário de múltiplos usos (MILHEIRA, 2008) localizados em áreas específicas do *tekohá*, roças ou pontos de caça (NOELLI, 1993, p. 100-101), bem como as casas rituais (casas de reza atualmente) (ASSIS, 1999, p. 230), as estruturas de habitação e especificamente as unidades domésticas (e.g. SCHMITZ et al., 1990; ROGGE, 1996; MACHADO, 2008; WOLF et al., 2013).

Gostaríamos de salientar que embora existam outros tipos de camadas arqueológicas ‘escurecidas’ nos sítios Guarani (cf. NOELLI; CORRÊA, 2016 para

¹⁵ As aldeias Guarani do passado também eram compostas por inúmeras outras áreas de atividade externas às casas e que geraram solos orgânicos mais discretos e que possuem baixo ou nulo acúmulo de vestígios.

uma descrição de outros tipos de camadas arqueológicas), as manchas de terra preta aqui consideradas são aquelas que representam especificamente as unidades das aldeias, configurando as estruturas com formas elípticas ou circulares e estratigrafia formada pelo acúmulo sucessivo de vestígios ao longo do tempo de ocupação. Para o caso Guarani, consideramos que essas unidades guardam o ‘domínio vivo’ dos sítios (WILK; RATHJE 1982; ASHMORE; WILK 1988), representando os espaços onde a vida econômica, política e social acontecia, bem como onde as transformações vividas por uma comunidade ficaram materializadas.

Muitos estudos arqueológicos dedicados a realizar análises de pequena escala no ‘domínio vivo’ dos sítios, nos espaços domésticos ou simplesmente nas unidades de uma aldeia apresentam abordagens conhecidas como *household* (e.g. WILK; RATHJE, 1982; ASHMORE; WILK, 1988; ALLISON, 1999; PARKER; FOSTER, 2012; GODINO; MADELLA, 2013; DE SOUZA, 2018). *Household* pode ser conceituada como arqueologia de pequena escala reagindo aos macromodelos de mudança social e reavaliando as perspectivas de mudanças de curto prazo, a variabilidade e o nível humano do passado (TRINGHAM, 2001). Sua escala de análise pode englobar desde unidades individuais, grupos coletivos ou corporações (PARKER; FOSTER, 2012, p. 4), mas geralmente se desenvolvem nas unidades individuais ou nas unidades da vida cotidiana em geral (GODINO; MADELLA, 2013, p. 3), pois os conjuntos de unidades, tal como as comunidades, muitas vezes são reconhecidas como um nível acima de estudo (DE SOUZA, 2017, p. 135).

Os estudos em *household* foram formalizados como campo de pesquisa arqueológico mais especificamente com a Arqueologia Processual (PARKER; FOSTER, 2012, p. 2-3; GODINO; MADELLA, 2013, p. 2), quando os arqueólogos passaram a perceber que a partir do registro arqueológico era possível inferir questões particulares sobre o funcionamento interno das sociedades, áreas de atividade e o intercâmbio local e regional dos grupos (e.g. WHITING; AYRES, 1968; RAPOPORT, 1969; CLARKE, 1972). A obra editada por Flannery (1976) sobre as origens da vida na aldeia e *household* do período formativo no Vale de Oaxaca, México, é um bom exemplo dessa fase de formalização. Logo depois, estudos etnoarqueológicos e de analogia etnográfica (e.g. WATSON, 1979; KRAMER, 1982; KENT, 1990; BLANTON, 1994; HORNE, 1994) demonstraram a possibilidade de se

discutir padrões de comportamento que eram até então inatingíveis frente aos limites do registro material. Com o tempo, a compreensão das atividades humanas e suas construções sociais foram buscadas em registros arqueológicos cada vez mais detalhados (e.g. HODDER, 1999), caminhando desde rigorosas descrições do registro arqueológico até a recuperação de vestígios em microescala (micromorfologia, microbotânica, química do solo, entre outros), onde as abordagens *multiproxy* tiveram um terreno fértil de desenvolvimento (SHILLITO, 2017, p. 4-5).

O elemento antropológico fortemente alimentado pela pesquisa sociológica de Bourdieu (1970; 1977) estimulou a busca pelo conhecimento não apenas dos agentes, mas também dos seus papéis sociais dentro dos contextos (GODINO; MADELLA, 2013, p. 2). Foram incorporadas ideias marxistas de poder, desigualdade social, de gênero e feminismo (e.g. MOORE, 1988; TRINGHAM, 2001; MEYERS, 2005) que contribuíram para a criação de modelos refinados de poder e controle do trabalho, construção e transformações de ideologias, identidades, classes, gênero, entre outras questões. Nesses modelos, o cotidiano foi considerado como o conjunto substancial onde as negociações sociais ocorrem (e.g. HILLIER; HANSON, 1984; HODDER, 1990; HENDON, 2004; BOWSER; PATTON, 2004).

Resumidamente, os estudos *household* discutem desde os padrões espaciais no nível domiciliar, reconstruções mais humanizadas do passado ou simplesmente as atividades desenvolvidas nas unidades de um sítio, mas é importante ressaltar que embora se desenvolvam geralmente em unidades do cotidiano que algumas vezes são chamadas de ‘casas’, não devem ser confundidos com o estudo da casa em si (PARKER; FOSTER, 2012, p. 4-5). Quer dizer, os arqueólogos não mais possuem os lares *per se*, mas os restos do comportamento social de um ambiente que poderia ter sido construído (arquitetural) ou não. Em outros casos, o estudo dessas unidades também foi erroneamente equacionado como estudo da ‘família’, relacionada conceitualmente com a construção social de espaços privados. Essa premissa é falsa, entretanto, uma vez que uma família pode habitar mais de uma estrutura a qualquer momento ou mais agregados familiares podem partilhar de uma mesma estrutura construída (GODINO; MADELLA, 2013, p. 2-3). Diferente disso, *household* incorpora o fenômeno etnográfico que envolve pessoas que vivem em unidades sociais distintas (ALLISON, 1999, p. 2) e suas relações construídas por

meio de parentesco, economia, rituais ou qualquer outro aspecto do envolvimento humano que une um grupo.

Isso quer dizer, em outras palavras, que escavar uma mancha de terra preta em um sítio Guarani não nos remete a conhecer uma família-extensa ou uma casa Guarani estática e *stricto sensu* do passado, mas as ações repetitivas do cotidiano e da vida social dos habitantes que por ali passaram. Essas ações refletem identidades pessoais, é bem verdade, mas também tendências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e as transformações ocorridas ao longo do tempo moldando, enquanto resultado final, a trajetória e a identidade das comunidades. Como resultado, os padrões de cultura material refletem interações dialéticas entre grupos locais e processos regionais mais amplos; também os arqueólogos, ao observar e comparar assembleias de vestígios (como os padrões discretos da cerâmica, da flora, da fauna, das ferramentas e dos elementos arquitetônicos), podem discernir como os habitantes aproveitavam ou difundiam oportunidades de distinção e diferenciação social em uma comunidade com base em mudanças nos modos de produção, acesso a recursos, padrões de consumo e muitas outras questões (PARKER; FOSTER, 2012, p. 4).

Dito isso, as análises realizadas nos recortes amostrais dos sítios RS-T-114 (Quadra D2) e RS-T-132 (Quadra A-B) forneceram, entre outras coisas, resultados sobre a permanência e a dinâmica de ocupação das aldeias, tendências cronológicas e mudanças na cultura material ao longo do tempo, economia e inferências sobre a funcionalidade, o *status* e a significância desses sítios para o contexto regional. Apresentaremos inicialmente os dois sítios e as áreas escavadas, logo depois a análise da cerâmica, do lítico, da cronologia e, por fim, as assembleias de carporrestos carbonizados. Finalizaremos o Capítulo com uma síntese interpretativa para a dinâmica, *status* e permanência nessas duas aldeias.

7.1 Antecedentes Arqueológicos, Escavação das Manchas e Aspectos Funcionais Preliminares

7.1.1 Sítio RS-T-114

O sítio RS-T-114 está instalado em uma pequena planície fértil (quando comparada com áreas mais ao sul do perímetro) da Serra Geral, próximo da ribanceira do Rio Forqueta, em um ponto em que esse rio apresenta sucessivas corredeiras e bancos de seixos (FIGURA 53a-c). O primeiro a se destacar sobre esse sítio é que ele representa a aldeia Guarani mais significativa identificada até o momento na região. Com materiais dispersos em um perímetro aproximado de 200.000m², sua relevância vai desde a quantidade de vestígios cerâmicos (>15.000), líticos (~3.000), arqueofaunísticos (~2.500) e botânicos até o índice de preservação das estruturas arqueológicas. Os proprietários da planície relatam frequentemente a presença de vestígios aflorando durante as atividades agrícolas, mas as camadas arqueológicas que se encontram entre 0,30 e 0,40m de profundidade ainda estão preservadas.

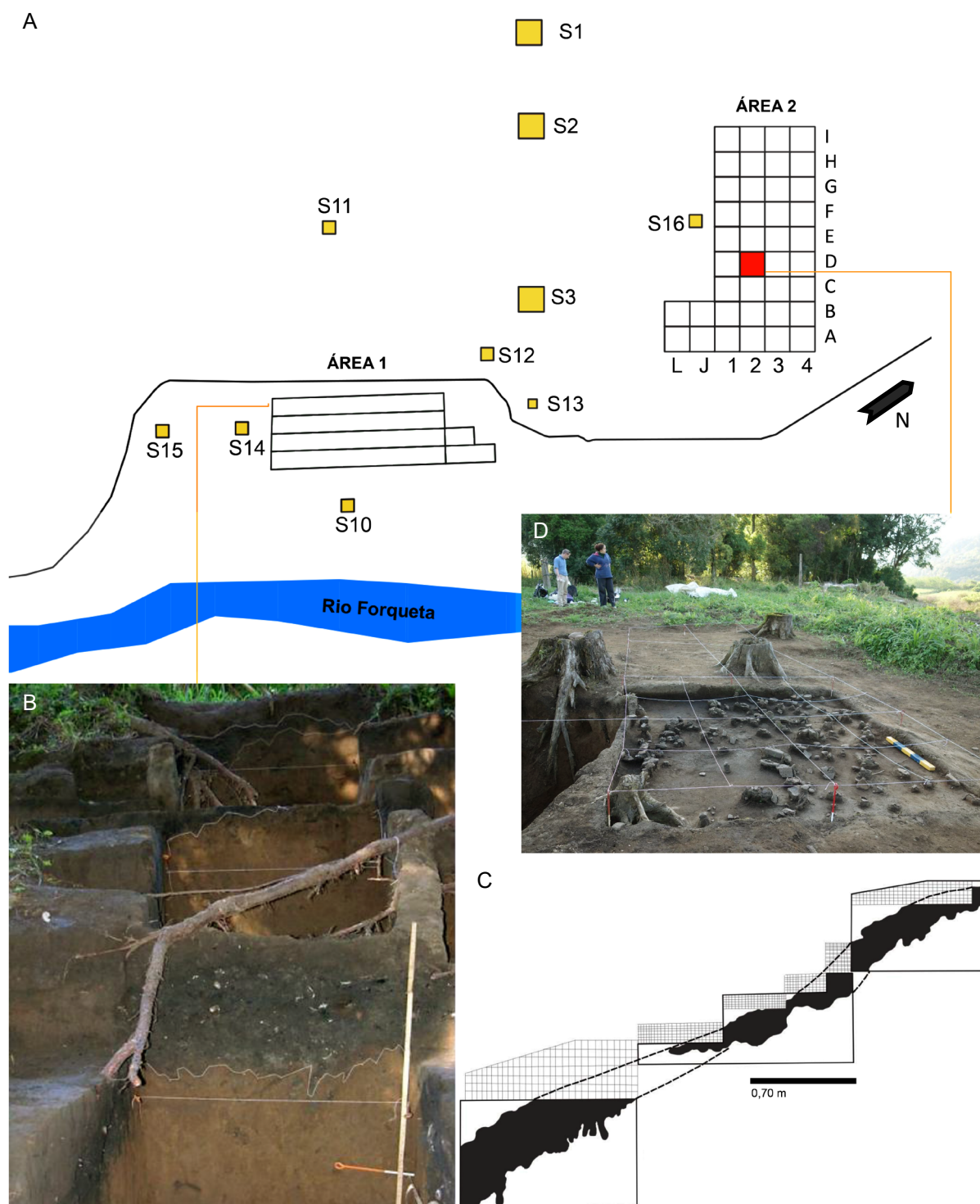
Foram realizadas coletas superficiais, sondagens e escavações pelo Labarq-Univates entre os anos de 2004 e 2014. Dessas atividades, destacam-se as escavações das áreas 1 e 2 onde foram identificadas as manchas de terra preta 1 e 2, respectivamente (FIGURA 54a). A área 1 está no primeiro talude do Rio Forqueta e a parcela escavada especialmente entre os anos de 2005, 2006 e 2007 cobriu uma área de 7x5m da mancha de terra preta. Um 'corte-trincheira' em sentido Leste-Oeste deixou evidente a espessura e a posição da mancha 1 com relação ao solo: ela assume a mesma inclinação do terreno, em um ângulo de 45°, apresenta espessamento gradual, mais fina no topo (0,15m) e mais espessa na base (0,35m) (FIGURA 54b-c). A camada inicial era constituída por 0,30m de sedimento marrom-acinzentado com vestígios arqueológicos frequentes, mas em menor quantidade do que na camada de terra preta.

Figura 53 – (A) Paisagem e área de escavação do sítio RS-T-114. (B) Planície vista desde a perspectiva do sítio RS-T-114. (C) Bancos de seixos (cascalheira) do Rio Forqueta.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates.

Figura 54 – (A) Croqui simplificado das intervenções no sítio RS-T-114. (B) Mancha de terra preta 1 (área 1). (C) Estratigrafia da mancha de terra preta 1. (D) Área 2 com destaque para a mancha de terra preta 2.



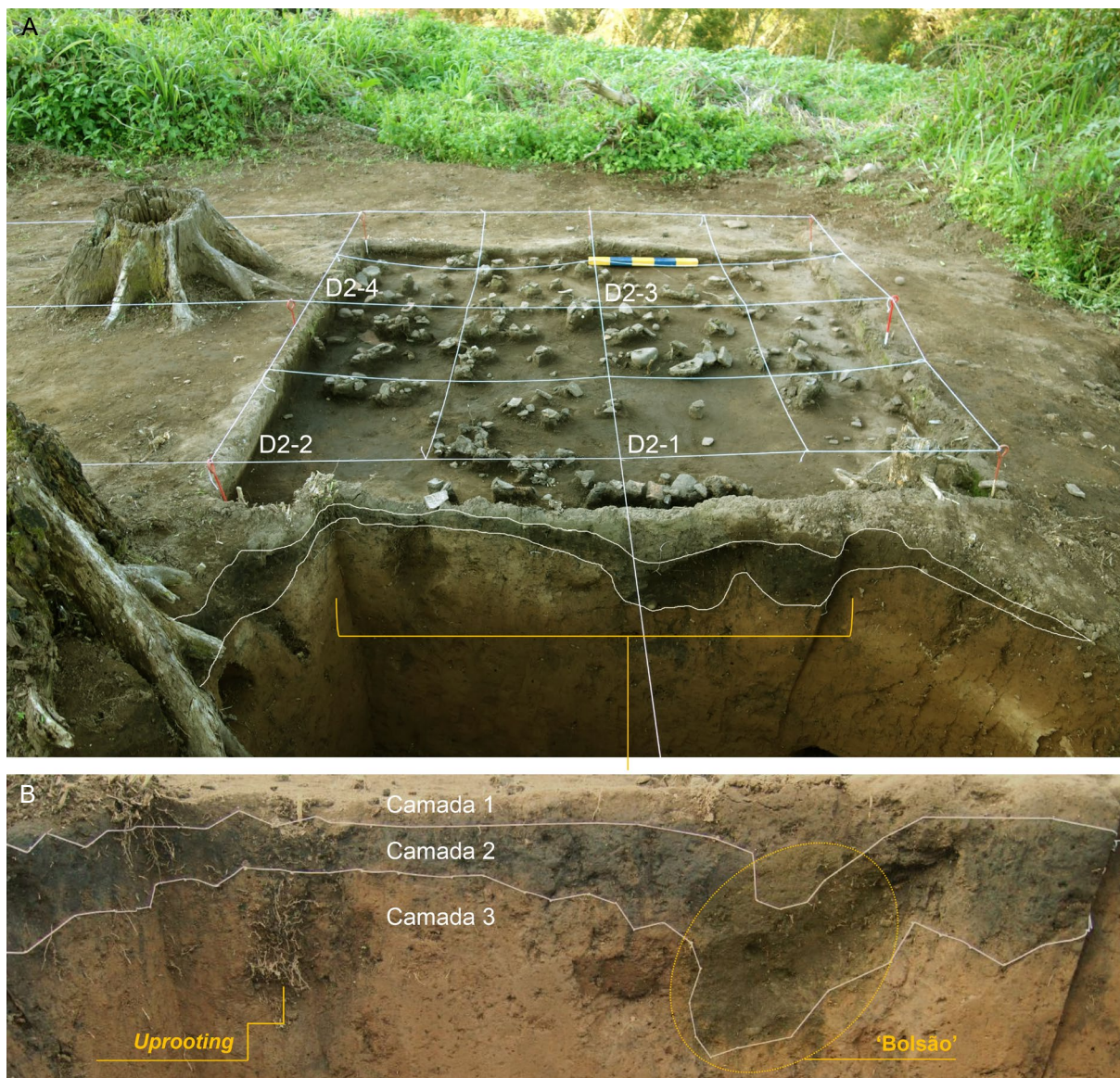
Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates e Figura (c) a partir de Fiegenbaum (2009).

As sondagens S14 e S15 feitas na área 1 não indicaram continuação da mancha na direção Sul, já a sondagem S10 apresentou vestígios sugerindo a continuação da camada arqueológica para a porção Leste. As sondagens S1, S13 e S16 realizadas na planície de inundação apresentaram poucos fragmentos de cerâmica até 0,25m, sem solo escuro. A sondagem S12 demonstrou uma discreta camada de solo escurecido com 0,20m de espessura associada a poucos fragmentos. As sondagens S2, S3 e S11 não apresentaram qualquer tipo de vestígios ou mudanças estratigráficas. A única parte da planície de inundação que apresentou grande quantidade de vestígios em subsuperfície foi a porção que corresponde a área 2, localizada 30m de distância da área 1.

A área 2 corresponde a uma área de 18x8m subdividida em quadras de 2x2m (FIGURA 54a). A escavação foi realizada por decapagem e plotagem tridimensional dos vestígios (x, y e z) nos anos de 2007, 2008 e 2009, atingindo entre 0,20 e 0,30m de profundidade, revelando áreas com concentração de cerâmica e lítico e estruturas de combustão (WOLF et al., 2013, p. 76-78). Um mês após o final da campanha de dezembro de 2009, a enxurrada do Forqueta descrita no Capítulo 4 causou lixiviação em alguns pontos do terreno e o tombamento de todas as árvores da área 2, ocasionando buracos de até dois metros de diâmetro e um metro de profundidade.

Um desses buracos deixou em evidência na Quadra D2 uma parte da mancha de terra preta 2 que ainda estava a 0,10m de profundidade (FIGURA 54d) (FIGURA 55a), sendo essa a Quadra selecionada para a presente análise. O perfil artificial gerado pela fenda demonstrou uma estratigrafia simples composta por três horizontes estratigráficos, como normalmente ocorre em sítios Guarani. A camada superior era composta originalmente por 0,40m (somando o sedimento escavado nas campanhas anteriores), constituindo o horizonte A (STRECK et al., 2008) caracterizado por solo marrom-acinzentado com presença de materiais cerâmicos, líticos e poucos carvões (FIGURA 55b).

Figura 55 – (A) Mancha de terra preta 2, Quadra D2, área 2, sítio RS-T-114. (B) Destaque para as camadas estratigráficas, presença de *uprooting* de raízes e a feição em forma de ‘bolsão’.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates.

A camada 2 representa a camada antrópica. Apresenta entre 0,10 e 0,14m de espessura e um ‘bolsão’ de 0,20m de espessura, formando uma bem definida mancha de terra preta com a presença de vestígios cerâmicos e líticos frequentes, vestígios arqueofaunísticos, carvões e sementes carbonizadas (FIGURA 55b). Foi possível notar a ação de raízes em *uprooting* (MILDER, 2000) ‘empurrando’ sedimento preto e alguns fragmentos de cerâmica para a camada 3, o horizonte B. Essa última camada se constitui por solo areno-argiloso homogêneo, profundo

(STRECK et al., 2008) e estéril de material arqueológico, com exceção dos vestígios empurrados por *uprooting*.

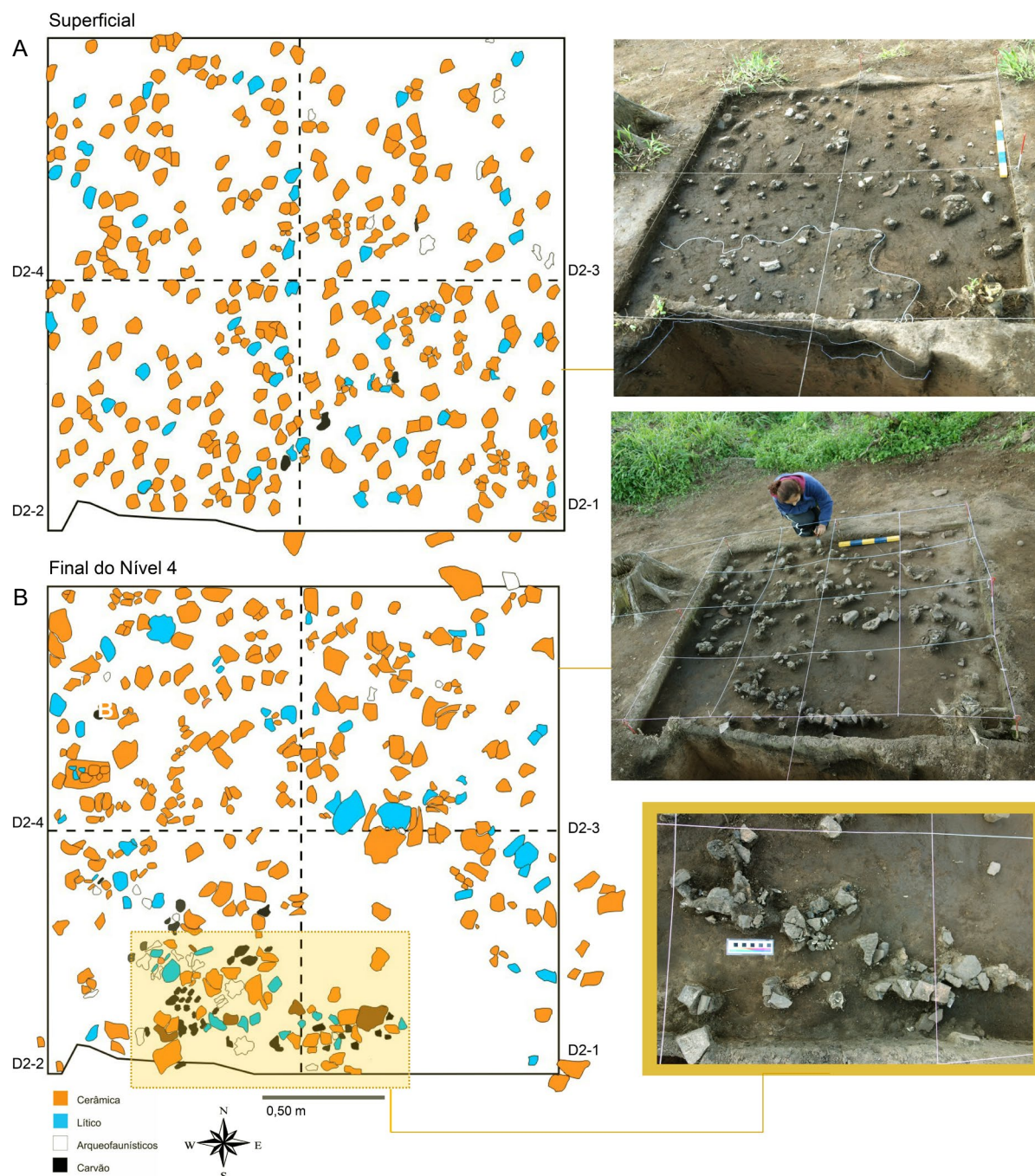
A Quadra D2 foi escavada em 2014 para a coleta de fragmentos de cerâmica para a extração experimental de grãos de amido e fitólitos agregados às paredes desses artefatos (SCHNEIDER, 2014, p. 45-55; SCHNEIDER et al. 2016). Na ocasião seguimos o perfil estratigráfico gerado pela fenda para obter maior controle da escavação das camadas, procedendo da seguinte forma: escavamos o horizonte A como uma camada única de 0,10m, plotando o aparecimento dos vestígios líticos e cerâmicos (FIGURA 56a). Nessa camada foi possível observar que os vestígios apresentaram dispersão aleatória, sem a formação de aglomerados ou estruturas arqueológicas evidentes. A presença de carvão foi quase nula e vestígios arqueofaunísticos não apareceram nessa camada.

Na camada 2, correspondente a mancha de terra preta, realizamos uma escavação mais sutil dividindo a camada em quatro níveis artificiais (nível 1, 2, 3 e 4). Para cada um desses níveis coletamos carvão para datação radiocarbônica por AMS seguindo sempre um mesmo ponto, obtendo, portanto, uma sequência vertical de cronologia. Coletamos fragmentos únicos de carvão para cada nível. Para essa coleta selecionamos a quadrícula D2-2 da Quadra D-2, em um ponto em que a mancha apresentava ~0,10m de espessura e o melhor índice de preservação visual. Cada nível de coleta cobriu então ~0,025m (2,5cm) de espessura (FIGURA 57). Por se tratar de uma mancha pouco espessa estimamos, inicialmente, que o intervalo cronológico seria curto, mas, curiosamente, os resultados obtidos apresentaram um longo intervalo de ocupação, marcando quase quatro séculos (QUADRO 11).

É preciso destacar que entre os níveis 2 e 3 os resultados apresentaram cronologia inversa, provavelmente em decorrência de leve bioturbação, uma vez que os níveis de coleta foram muito próximos. O sítio RS-T-114 apresenta ainda quatro outras datas em C¹⁴ além das quatro obtidas na sequência vertical da quadrícula D2-2 (QUADRO 11). Duas dessas também foram obtidas na mancha terra preta 2, sendo uma na quadrícula D2-1 (240±30 AP) e outra na base de uma estrutura de combustão identificada entre as quadras G1 e F1 da área 2 (410±30 AP), cuja localização pode ser conferida na Figura 54(a). Para a área 1 foram datadas

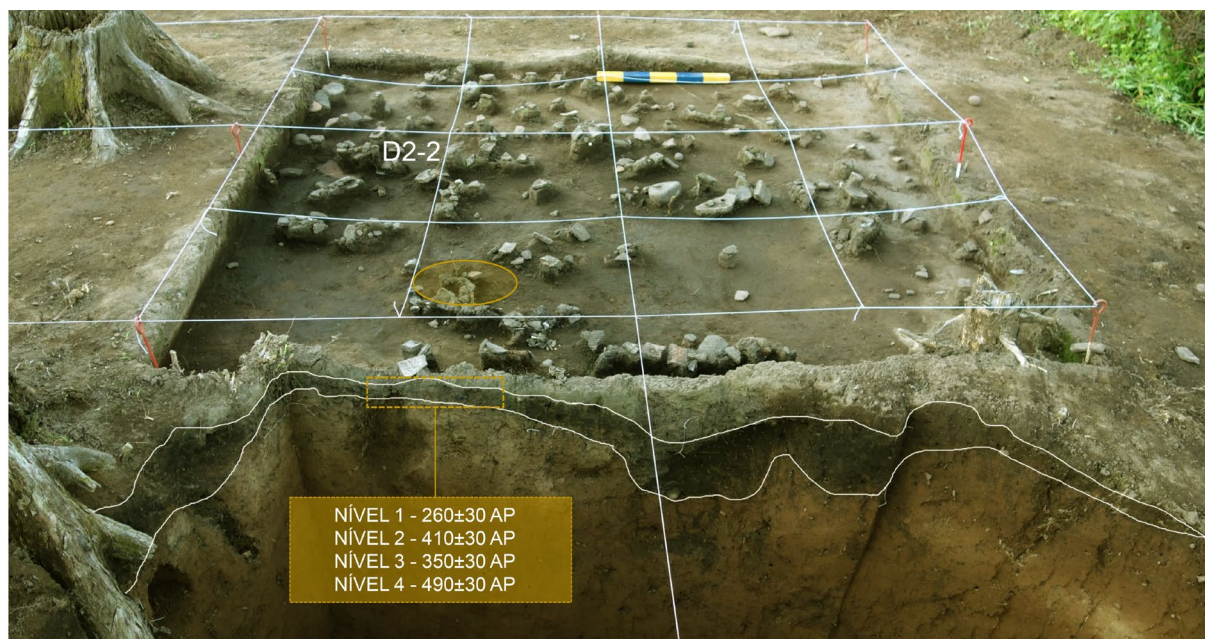
amostras da base da mancha de terra preta 1 (560 ± 30 AP) e da sua porção intermediária (300 ± 30 AP).

Figura 56 – (A) Plotagem dos vestígios da camada superficial (Camada 1) da mancha de terra preta 2. (B) Plotagem dos vestígios no final do nível 4 (Camada 2). Na direita, detalhes da escavação para o final de cada camada.



Fonte: Elaborado a partir de Schneider (2014) e acervo Labarq-Univates.

Figura 57 – Sequência vertical de datas em C¹⁴ para a mancha de terra preta 2 do sítio RS-T-114. A elipse em amarelo indica o ponto de coleta.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates.

Quadro 11 – Datas em C¹⁴ para o sítio RS-T-114. Em vermelho os resultados da sequência vertical para a mancha de terra preta 2.

Área de Coleta	Camada	Profund.	Lab. Code Beta	Conventional Radiocarbon Age (AP)	Cal. A.D (2σ).	Referência
Área 2	Camada 2	Topo da Mancha	367375	240±30	1640-1806	Schneider et al. (2017)
Área 2	Camada 2 (Nível 1)	(0,40-0,425 m)	388514	260±30	1629-1803	Schneider et al. (2017)
Área 1	Camada 2	Intermediária da Mancha	303993	300±30	1504-1795	Wolf (2012)
Área 2	Camada 2 (Nível 2)	(0,425-0,45 m)	388513	350±30	1493-1646	Schneider et al. (2017)
Área 2	Camada 2	Estrutura de Combustão	326927	410±30	1451-1626	Wolf (2012)
Área 2	Camada 2 (Nível 3)	(0,45-0,475 m)	388512	410±30	1451-1626	Schneider et al. (2017)
Área 2	Camada 2 (Nível 4)	(0,475-0,50 m)	388515	490±30	1413-1482	Schneider et al. (2017)
Área 1	Camada 2	Base da Mancha	249391	560±40	1325-1451	Fiegenbaum (2009)

Fonte: Da autora.

Além da coleta dos carvões por nível, buscamos plotar a cultura material cerâmica e lítica seguindo os níveis artificiais dessa mancha. Por conta da pouca espessura dos níveis (~2,5cm), alguns materiais de maior tamanho ocuparam dois níveis. Assim, para manter o registro mais seguro registramos o aparecimento da

cultura material da camada 2 (camada da mancha) de dois em dois níveis, isto é, níveis 1 e 2 e logo os níveis 3 e 4. Ao final da escavação da camada 2 foi possível verificar a presença de uma estrutura de combustão com terra queimada, carvões concentrados e vestígios arqueofaunísticos entre as Quadrículas D2-1 e D2-2 (FIGURA 56b). Também notamos uma área 'limpa' na quadrícula D2-1. Ao redor da estrutura de combustão foram verificados dois adornos *tembetá* fragmentados. Os carvões e a fauna, que estava altamente calcinada, apareceram quase que exclusivamente no perímetro da estrutura de combustão, desde o nível 1 até o nível 4, aproximadamente no ponto em que realizamos as coletas para datação. Entre a cerâmica foi possível evidenciar ao redor da estrutura de combustão pelo menos quatro tigelas do tipo *cambuchí caguâbá* pintadas fragmentadas (FIGURA 58). De uma forma geral, em toda a Quadra D2 apareceu quantidade significativa de fragmentos pintados de pequenas tigelas.

As características dessa mancha parecem corresponder a um espaço de convívio social, mas, diferente das áreas domésticas observadas em outros sítios Guarani (e.g. SCHMITZ et al., 1990, p. 96-98; CARLE, 2002, p. 72-78), algumas características (não somente da Quadra D2, mas de toda a área 2) permitem sugerir que as atividades desempenhadas não eram domésticas, mas provavelmente destinadas aos festins, banquetes e rituais. Para essa interpretação levamos em conta a presença de alguns marcadores importantes dessa área. Em primeiro lugar, destacamos que a cronologia, mesmo sugerindo quase quatro séculos de ocupação, gerou pouco acúmulo de camada arqueológica. A fina espessura dessa mancha parece indicar que as atividades se desenvolveram durante séculos, mas provavelmente não foram diárias, gerando um acúmulo de vestígios mais discreto, embora constante. A área também não está 'suja' de restos de carvões ou restos de fauna. Com exceção das fogueiras bem delimitadas na Quadra D2 e entre as quadras F2, G2, G1 e F1 (cf. WOLF et al., 2013, p. 76), poucas vezes se observou carvões e restos faunísticos na área 2. Seguindo as observações de Carle (2002, p. 73-78) sobre o sítio Guarani Povo Novo, é possível discernir diferenças de funcionalidade entre as manchas de terra preta a partir da densidade dos vestígios. No caso da autora, algumas áreas apresentaram cultura material repleta de domesticidade e outras manchas apresentaram pouco acúmulo de vestígios, sendo

essas últimas interpretadas como possíveis áreas de dormir ou casas de rezas, onde a circulação era menos intensa.

Figura 58 – Tigelas *cambuchí caguâbá* evidenciadas ao redor da estrutura de combustão da Quadra D2 do sítio RS-T-114.



Fonte: Schneider (2014, p. 109).

Seguindo adiante, pelo menos três aspectos observados entre as áreas 1 e 2 do sítio RS-T-114 convergem para marcadores exclusivos de áreas de festins (*feastings*), banquetes e rituais descritos exaustivamente por Twiss (2008, p. 420-421) com base em correlações etnográficas e de registro arqueológico.

O primeiro marcador que identificamos foi o consumo de grandes quantidades de comida e/ou bebidas. Twiss (2008, p. 420) apresentou uma série de correlatos deixados por essa prática no registro arqueológico, destacamos as principais: densas concentrações de alimentos e práticas especiais para lidar com ‘tremendas’ quantidades de lixo. Para o caso do RS-T-114, enquanto a mancha de terra preta 2 se caracteriza como uma área limpa e com pouco acúmulo, muito diferente se apresenta a mancha de terra preta 1. Localizada 30m da área 2, tem sido interpretada como uma lixeira pelos seguintes motivos (SCHNEIDER, 2014, p. 152): 1) a sua inclinação de 45° segue a queda do talude, com maior acúmulo de vestígios na base e menor acúmulo no topo do talude, sugerindo que no momento do descarte os materiais rolaram para a base (SOARES, 2004, p. 41-43). 2) A aleatoriedade da dispersão dos vestígios (MILHEIRA, 2014, p. 8), uma vez que nessa mancha não foram observados aglomerados ou estruturas arqueológicas específicas. 3) A excessiva densidade de vestígios arqueológicos, impossibilitando a ideia de circulação de pessoas nessas áreas (ARAÚJO, 2001, p. 19). Essa densidade não foi medida com exatidão para a área, mas pode ser observada visualmente na Figura 53(b), em especial com relação aos vestígios bioarqueológicos que aparecem em grande quantidade (e.g. arqueofauna e malacológicos) e que são menos frequentes em áreas de convívio social Guarani (ARAÚJO, 2001, p. 19; CARLE, 2002, p. 77; SCHNEIDER, 2014, p. 151).

Uma parte da coleção faunística da lixeira analisada por Rosa et al. (2009) demonstrou a presença de espécies aquáticas associadas ao rio ou áreas alagadas (moluscos, peixes e anfíbios) e uma representativa variedade de animais da mata e do campo. Entre os invertebrados foram evidenciados moluscos bivalves e gastrópodes terrestres. Entre os vertebrados destacam-se os mamíferos, sendo a família Cervidae (veados) a mais abundante, em especial composta nesse sítio pelo veado-campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*), mas também aparecem porco-do-mato (*Pecari tajacu*), anta (*Tapirus terrestris*), tatu-galinha (*Dasypus novemcinctus*) e paca

(*Cuniculus paca*). Cabe destacar que a composição da fauna da lixeira do RS-T-114 não apresenta clara seleção de mamíferos de médio e grande porte como foi observado por Ferrasso e Schmitz (2010, p 68-72) para outros sítios Guarani. Por outro lado, esse sítio apresenta maior variabilidade de espécies de vertebrados (n=30) do que os outros sítios Guarani analisados no Rio Grande do Sul e nas proximidades.

Dois elementos conectam a área 1 (a lixeira) com a área 2 (a área de festins). O primeiro tem base na cronologia. A partir da comparação entre duas datas da base das camadas de terra preta 1 (560 ± 40 AP) e terra preta 2 (490 ± 30 AP), as mais antigas para cada área, foi possível observar que a área 2 passou a ser ocupada algumas décadas depois do início das atividades na área 1 (QUADRO 8). Duas datas sincrônicas entre essas áreas (300 ± 30 AP para a área 1 e 290 ± 30 AP para a área 2) indicam que esses espaços estiveram conectados enquanto funcionalidade por um longo tempo, implicando que a área 1 possa ter correspondido ao espaço de descarte da limpeza realizada na área 2. O segundo elemento tem base nos vestígios arqueológicos em si. A conexão de utilização parece ter existido porque são identificados inúmeros fragmentos de cerâmica que remontam entre essas duas manchas (FIEGENBAUM, 2009, p. 119). Além disso, os vestígios carpológicos analisados para essas duas áreas, e que serão discutidos adiante, demonstraram importante correlação de utilização entre as áreas, sugerindo que os restos da comensalidade da área 2 eram descartados na lixeira da área 1.

Retornando aos marcadores de *feastings* de Twiss (2008), o segundo que aparece na área 2 é o provável consumo de álcool. Twiss (2008, p. 420) destacou essa como uma prática muito comum em festins e banquetes e que pode ser observada no registro arqueológico, entre outras coisas, a partir da presença de parafernália de uso ou de fabricação alcoólico, bem como por resíduos de bebidas (e.g. traços de fermentação em grãos de amido de milho agregados as vasilhas). Para o RS-T-114, em especial para a área 2, evidenciamos um número significativo de tigelas para beber e consumir alimentos (WOLF et al., 2013, p. 76), incluindo a presença marcante de tigelas pintadas do tipo *cambuchí caguâbá* (cf. FIGURA 58). Tigelas carenadas pintadas foram descritas na época do contato como associadas à função de servir e consumir bebidas alcoólicas (BROCHADO; MONTICELLI, 1994,

p. 114), bem como há uma extensa tradição do leste amazônico em produzir tigelas pintadas, as ‘cerâmicas etílicas’ (ALMEIDA, 2015, p. 95), para o consumo de fermentados alcoólicos. As cerâmicas pintadas apresentam ~17% da coleção cerâmica da Quadra D2, sendo que nos dois níveis mais antigos da mancha a quantidade chegou a ~20%.

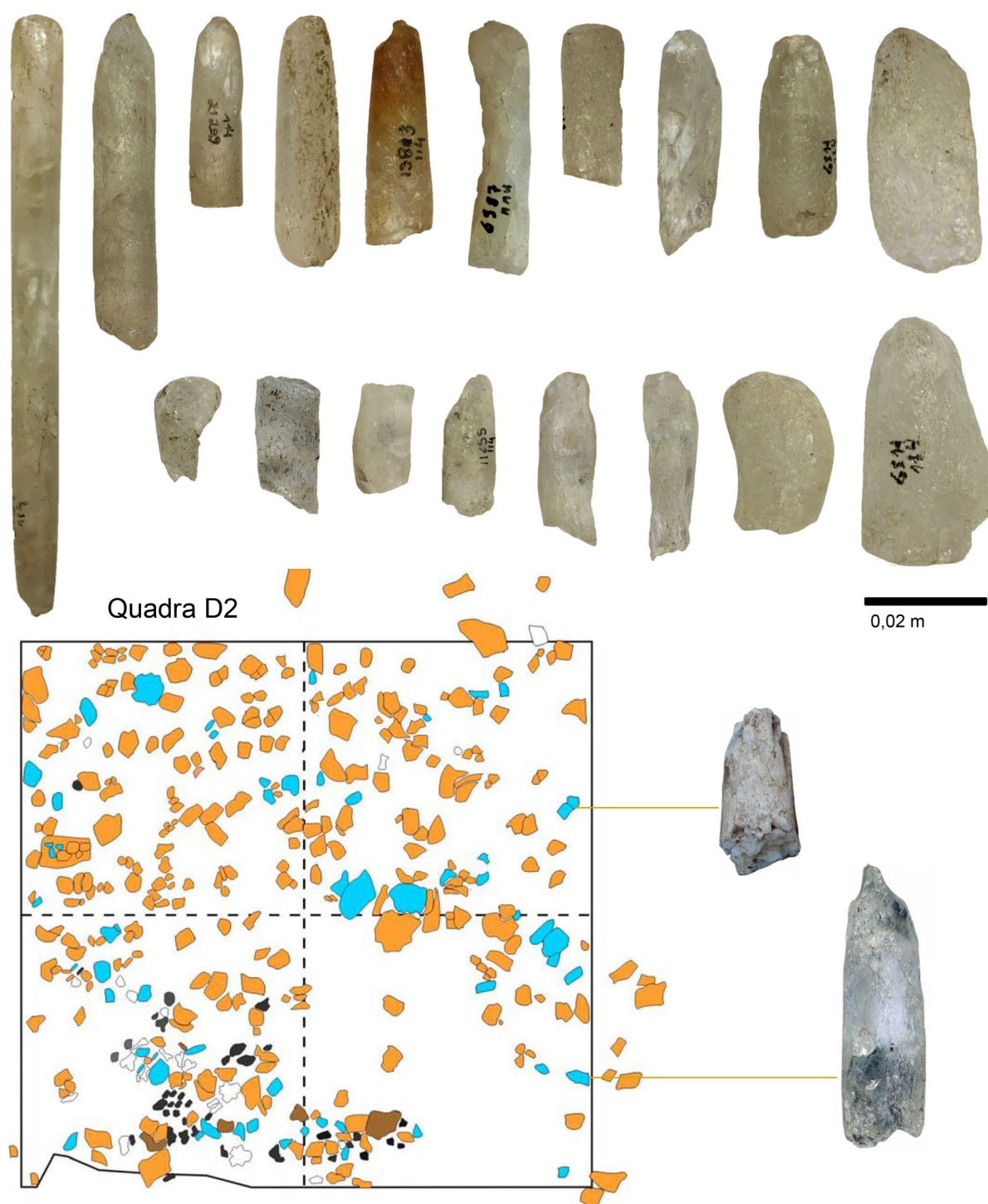
Por fim, o último marcador que observamos se refere à exibição de itens de riqueza e/ou *status*. Twiss (2008, p. 421) indicou a possibilidade de se observar esses marcadores a partir de quantidades relativamente abundantes e concentradas de objetos de prestígio em espaços específicos. Para o caso do sítio RS-T-114, destacamos a presença de dois *tembetá* fragmentados próximos da estrutura de combustão da Quadra D2. Esses adornos labiais são utilizados entre os Guaraní atuais para a iniciação masculina e também estão associados ao prestígio social do seu dono, uma vez que os adornos grandes são destinados aos ‘principais’ da aldeia (SOUZA, 2009, p. 48).

Os *tembetá* representam por si só um marcador importante para o *status* de um sítio, uma vez que são raramente recuperados em áreas de convívio doméstico e, quando o são, poucas vezes ultrapassam um exemplar (CORRÊA, 2011, p. 231). Por exemplo, o Candelária II é um sítio Guaraní grande inserido em um aflente do Rio Pardo onde foram recuperados quase ~10.000 fragmentos cerâmicos e 1.449 artefatos líticos, mas somente dois *tembetá* (ROGGE, 1996, p. 107). Muito comuns são os sítios Guaraní em que não se evidencia nenhum adorno (e.g. PESTANA, 2007; MACHADO, 2008; MILHEIRA, 2011) e mesmo nas áreas em que são descritos com mais frequência, como nos anexos funerários dos enterramentos Guaraní (RIZZARDO; SCHMITZ, 2015, p.148-151), também identificados no sítio RS-T-117 que descrevemos no Capítulo 4, sempre aparecem em pequeno número (CORRÊA, 2011, p. 231).

Para o sítio RS-T-114, entretanto, além dos dois adornos evidenciados especificamente na Quadra D2, há um total de 20 *tembetá* recuperados entre as áreas 1 (n=12) e 2 (n=8) (FIGURA 59), quer dizer, não ultrapassando um perímetro de 50m entre os achados. Todos foram evidenciados nas camadas arqueológicas, são de quartzo hialino, possuem tratamentos de superfície que variam desde extremo polimento até picoteamento, seus calibres apresentam entre 8 e 18mm,

sem exceção possuem algum tipo de quebra, alguns não estão totalmente finalizados e nenhum apresentou o 'T' preservado.

Figura 59 – Adornos *tembetá* recuperados no sítio RS-T-114 entre as áreas 1 e 2.



Fonte: Elaborado a partir de Schneider (2014) e acervo do Labarq-Univates.

O único caso atípico relatado para uma grande quantidade de adornos *tembetá* no contexto Tupí-Guaraní foi analisado por Corrêa (2011, p. 231) para um sítio Tupinambá do nordeste brasileiro, relatando na ocasião 13 adornos labiais de amazonita verde de uma possível indústria lítica desses artefatos. Até o momento, portanto, não temos conhecimento de uma coleção tão numerosa e altamente concentrada de adornos *tembetá* para o contexto Tupí-Guaraní do Sul do Brasil como a que foi evidenciada no sítio RS-T-114.

7.1.2 Sítio RS-T-132

O sítio RS-T-132, diferente do RS-T-114, apresenta um registro arqueológico discreto e foi descoberto de uma forma ocasional a partir de um buraco existente na planície, assim como mencionamos no Capítulo 4. Insere-se na penúltima planície do Rio Forqueta antes de ocorrer o encaixe completo dessa paisagem. Diferente do sítio RS-T-114, onde o terreno é plano, a planície do RS-T-132 apresenta uma leve inclinação direcionada à vertente (FIGURA 60a-b), aparecendo também corredeiras e bancos de seixos em frente ao sítio (FIGURA 60c). Com exceção dos líticos bifaciais e unifaciais de grande porte, não foram evidenciados outros vestígios arqueológicos na superfície durante as prospecções. As camadas arqueológicas encontram-se entre 0,20 e 0,40m de profundidade e estão muito bem preservadas. Para o sítio RS-T-132 não há histórico de escavações anteriores. Encontrado em julho de 2017, foi escavado em agosto de 2017, implicando que todas as informações são inéditas.

Para possibilitar comparações com os resultados obtidos na Quadra D2 do sítio RS-T-114 seguimos uma metodologia de escavação parecida. Delimitamos uma área de 2x4m a partir da fenda existente no terreno e que revelou a mancha de terra preta. Essa área foi dividida entre Quadras 'A' e 'B', cada uma com 2x2m (FIGURA 61a), subdivididas em quatro quadrículas (A1, A2, A3, A4 e B1, B2, B3, B4) (FIGURA 61a), para maior controle dos registros da escavação. Levando em conta que há uma tendência de dispersão em linha para as manchas de terra preta

Guarani apontada por Schmitz (1967) para o sítio RS-61, em Muçum (cf. Croqui das Figuras 22 e 23), e também por Milheira (2010, p. 148) para o litoral centro-sul de Santa Catarina, realizamos uma sequência de 11 sondagens de 0,50 x 0,50m x 0,80m para cada lado da Quadra A-B (sentido Norte-Sul), totalizando 22 (FIGURA 61a). Iniciamos as sondagens a uma distância de dois metros da Quadra A-B, buscando verificar a continuidade da mancha de terra preta. Para as sondagens seguintes mantivemos uma distância de quatro metros entre elas, cobrindo assim 84m, sendo 42m para cada lado. Essa atividade demonstrou que a mancha não se estendeu para as laterais além dos dois metros, bem como não foram verificadas novas manchas entre as sondagens ou qualquer alteração estratigráfica. Entre os vestígios recuperados nas sondagens apareceram poucos fragmentos de cerâmica (n=5) na porção norte, todos até 0,30m de profundidade e sem acompanhar qualquer alteração estratigráfica.

Figura 60 – (A) Vista panorâmica da planície do sítio RS-T-132. (B) Destaque para a inclinação do terreno. (C) Bancos de seixos (cascalheira) do Rio Forqueta.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates.

Figura 61 – (A) Quadra A-B no início da escavação e linha de sondagens a norte da mancha de terra preta. (B) Camadas estratigráficas.



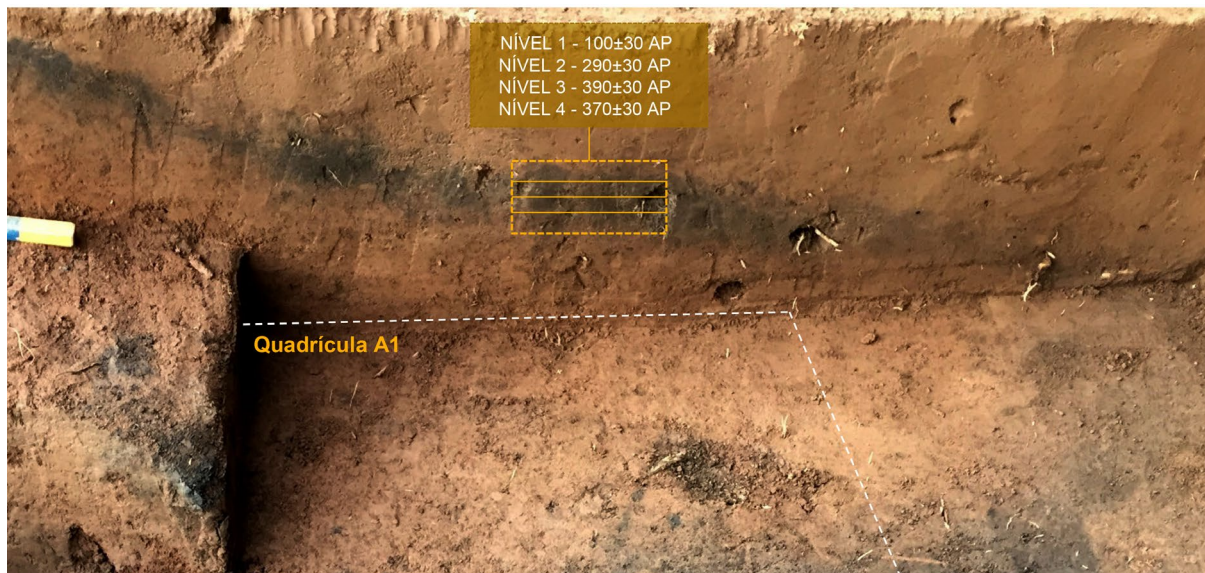
Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates.

Escavamos a Quadra A-B seguindo os níveis naturais e executando etapas parecidas com aquelas realizadas para a Quadra D2 do sítio RS-T-114. A escavação da Quadra A-B revelou uma estratigrafia simples, também com três horizontes (FIGURA 61b). A camada 1, a superficial, foi considerada como um nível único possuindo coloração marrom e espessura entre 0,10 e 0,40m, cuja variação é decorrente da inclinação do terreno e do desgaste na proximidade do buraco. Diferente do caso da mancha de terra preta 2 do sítio RS-T-114, que possui uma camada superficial marrom-acinzentada e muitos vestígios aparentes, a camada superficial do sítio RS-T-132 apresentou poucos vestígios e coloração parecida com

a camada 3. Os vestígios apareceram quase todos na porção 'B' dessa Quadra ou próximos a essa (FIGURA 63a).

A camada 2 é constituída pela mancha de terra preta, cuja espessura variou entre 0,15 e 0,24m, um pouco mais inclinada do que o terreno atual. Nessa camada delimitamos quatro níveis artificiais (nível 1, 2, 3 4) para a coleta da sequência vertical de amostras de carvão para datação radiocarbônica por AMS, realizada especificamente na quadrícula A1. Cabe ressaltar que assim como para o RS-T-114, coletamos fragmentos individuais de carvão para datação, sem reunir fragmentos dispersos nos níveis. O resultado também apontou uma cronologia longa (FIGURA 62), com inversão estratigráfica entre os níveis 3 e 4 (QUADRO 12). Essa inversão não apresentou efeitos sobre a sequência cronológica, entretanto, porque quando calibradas essas datas se inseriram em um mesmo intervalo temporal e muito provavelmente derivam do mesmo evento de ocupação.

Figura 62 – Sequência vertical de datas em C¹⁴ para a mancha de terra preta do sítio RS-T-132.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates.

Quadro 12 – Resultado da sequência vertical de datas em C¹⁴ para a mancha de terra preta do sítio RS-T-132.

Área de Coleta	Camada	Profund.	Lab. Code Beta	Conventional Radiocarbon Age (AP)	Cal. A.D (2σ).	Referência
Quadra A-B	Camada 2 (Nível 1)	(0,30-0,35 m)	512707	100±30	1697-	Este Trabalho
Quadra A-B	Camada 2 (Nível 2)	(0,35-0,40 m)	472011	290±30	1508-1798	Este Trabalho
Quadra A-B	Camada 2 (Nível 3)	(0,40-0,45 m)	512708	390±30	1465-1636	Este Trabalho
Quadra A-B	Camada 2 (Nível 4)	(0,40-0,50 m)	472012	370±30	1465-1636	Este Trabalho

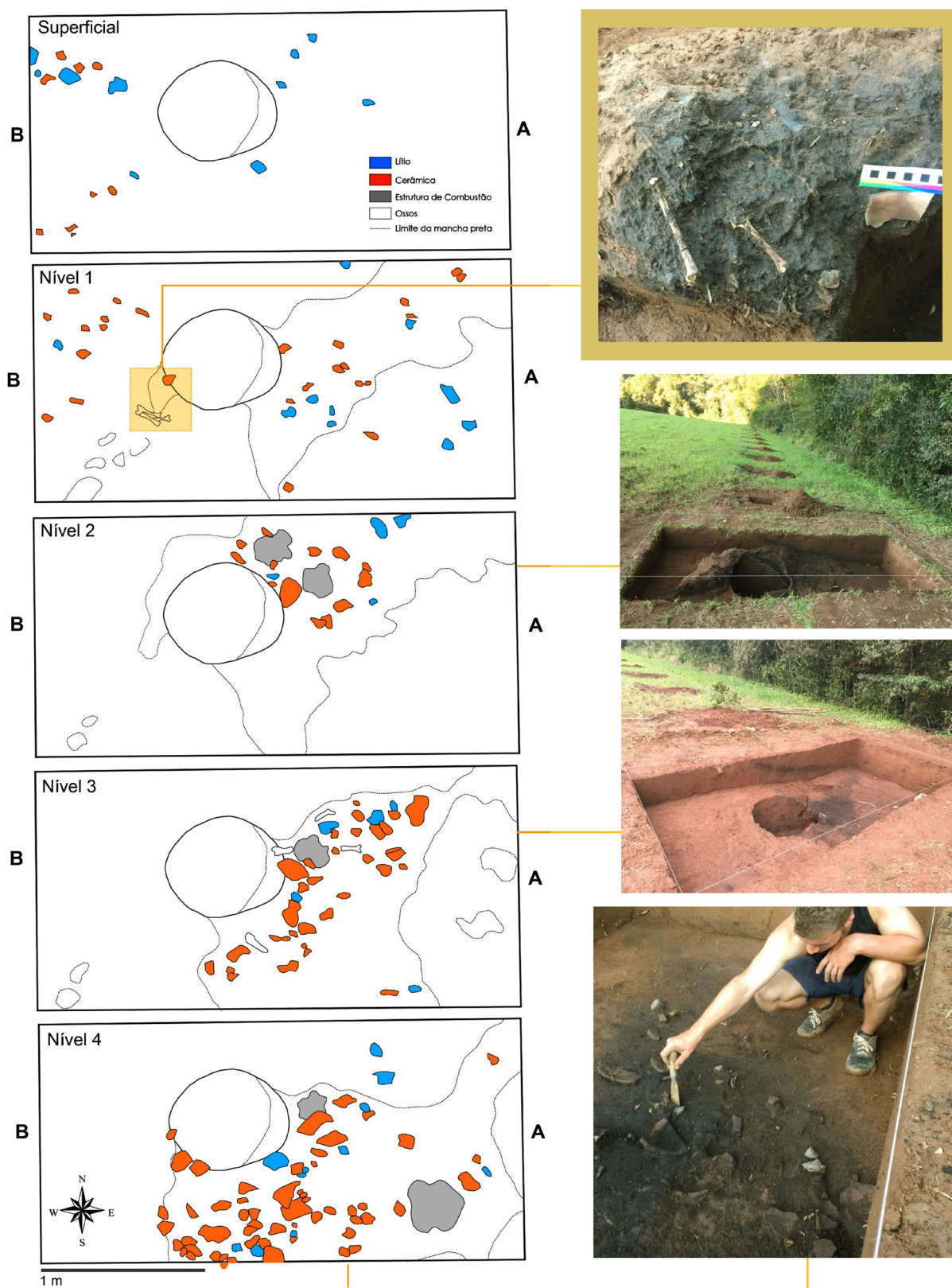
Fonte: Da autora.

Também registramos o aparecimento da cultura material cerâmica e lítica para cada um desses níveis. Por conta da maior espessura dessa mancha, foi possível plotar a dispersão horizontal dos vestígios para cada nível (FIGURA 63b-e), diferente do caso da mancha de terra preta 2 do RS-T-114.

No nível 1 da camada 2 os vestígios aumentaram discretamente de frequência com relação à camada superficial, sinalizando também que a distribuição dos vestígios ocorreu quase que exclusivamente na área da mancha. Nesse nível observamos um aglomerado de ossos e carvão (FIGURA 63b). No nível 2, os vestígios passaram a aparecer nas quadrículas A1 e A3, incluindo a presença de duas áreas com concentração de carvões, marcadas em cinza no croqui (FIGURA 63c). É importante destacar que os carvões aparecem de forma constante em todos os níveis dessa mancha, mas existem pontos com maior concentração, configurando as áreas de combustão. Os fragmentos de cerâmica passam a apresentar tamanhos maiores nesse nível, alguns com 0,25m de comprimento, o que segue ocorrendo até o final da camada. No nível 3 os vestígios aparecem também nas quadrículas A2 e B4, enquanto na quadrícula A1 notam-se concentrações de ossos (FIGURA 63d). O nível 4 apresenta a maior quantidade de vestígios arqueológicos de uma forma geral para a toda a Quadra na porção 'A', assim como aparecem de forma frequente na quadrícula B4 (FIGURA 63e).

Por fim, a última camada é composta por um solo areno-argiloso profundo e sem vestígios arqueológicos.

Figura 63 – Plotagem dos vestígios desde a camada superficial (Camada 1) até o final do nível 4 (Camada 2) do sítio RS-T-132. Na direita, detalhes da escavação para cada um desses níveis.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates.

Em resumo, a mancha de terra preta do RS-T-132 apresentou claras concentrações de carvão, provavelmente estruturas de combustão, e aglomerados de cerâmica nos três últimos níveis da mancha, bem como conjuntos de ossos entre os níveis 2 e 3, sugerindo tratar-se de um espaço de convívio. Apesar disso, muitas características são distintas daquelas observadas na mancha de terra preta 2 do RS-T-114. Destacaremos as algumas:

1) A cultura material do RS-T-132 aparece em menor densidade do que na mancha de terra preta 2 da Quadra D2, apresentando tamanhos maiores e muitos potes estão semi-inteiros ou remontam, sugerindo terem sido deixados inteiros ali. 2) Há pouca variedade de vasilhas na mancha de terra preta do RS-T-132. Se na Quadra D2 do sítio RS-T-114 aparecem fragmentos de pelo menos 50 vasilhas diferentes (SCHNEIDER, 2014, p. 103), para a mancha de terra do RS-T-132 não foi possível observar mais do que 20 vasilhas distintas. 3) Praticamente não foram evidenciadas cerâmicas com pintura de qualquer tipo no RS-T-132, apenas n=5 fragmentos restritos ao nível 1 e camada superficial. Além disso, toda a decoração e acabamento da cerâmica do RS-T-132 parece mais expedita do que as da área 2 do RS-T-114, incluindo nos casos em que as decorações são corrugadas. As comparações entre as cerâmicas dessas duas áreas serão detalhadas no item 7.3 deste Capítulo. 5) Por fim, não foram observados adornos para o sítio RS-T-132.

Com base nesses elementos estimamos que diferente da área 2 do RS-T-114, que parece ter representado uma área de festins, banquetes e rituais, a mancha do RS-T-132 parece ter exercido uma função doméstica e de uso cotidiano. Os aglomerados de fauna identificados entre os primeiros níveis dessa área (fauna ainda não analisada) nos levaram a cogitar prematuramente que essa estrutura poderia ter se tratado de um acampamento ocasional para caça e preparação de proteína animal. No entanto, os resultados cronológicos demonstraram que essa área foi ocupada durante um intervalo longo de tempo e, portanto, inferimos que não se tratou de um acampamento temporário, mas de uma habitação com certa permanência, cuja dinâmica cronológica será discutida no item 7.6 deste Capítulo.

7.2 Artefatos Líticos

Para os artefatos líticos coletados nesses dois recortes escavados realizamos uma análise dirigida a avaliar o tipo de matéria-prima e a etapa tecnológica mais frequente, com enfoque na presença de produtos de debitage e de instrumentos (ANDREFSKY Jr., 2005, p. 74-77). Os produtos de debitage considerados aqui correspondem a microlascas (<0,01m), lascas (bipolares e unipolares) e núcleos; os instrumentos correspondem aos bifaces, unifaces e lascas com marcas de desgaste por uso (ANDREFSKY Jr., 2005, p.127-128). Também inserimos na categoria de instrumentos os calibradores, alisadores, batedores/percutores (MILHEIRA, 2011, p. 141), seixos com marcas de desgaste por uso e artefatos de prestígio (adornos *tembetá*) (ROGGE, 1996, p. 106). Apontamos ainda a presença de ‘termóforas’, pedras rompidas pela ação do fogo ou com presença de ação térmica (MACHADO, 2008, p. 137). Seixos não modificados, placas de basalto cobertas com óxido de ferro não modificadas e detritos/fragmentos com superfícies não discerníveis (exceto o quartzo) foram classificados como ‘sem alteração’.

A análise foi realizada exclusivamente de forma macroscópica. Apontaremos primeiramente os resultados gerais para as quadras e, sempre que necessário, faremos referência comparativa às análises líticas anteriores do sítio RS-T-114, isto é, para as áreas 1 e 2 (MACHADO et al., 2009; FIEGENBAUM, 2009; WOLF et al., 2013), assim como comparações com outros contextos Guarani.

Como segunda etapa de análise, apresentaremos os vestígios relacionados aos níveis em que foram recuperados, buscando observar a presença de tendências cronológicas ao longo da ampla cronologia dessas manchas (mudanças importantes entre os vestígios). Relembremos que por conta da pouca espessura dos níveis datados para mancha de terra preta 2 do sítio RS-T-114 não foi possível coletar os vestígios líticos e cerâmicos por nível individual, uma vez que alguns materiais de maior tamanho ocuparam dois níveis. Assim, plotamos o aparecimento da cultura material de dois em dois níveis, isto é, entre os níveis 1 e 2 e logo entre os níveis 3 e 4. Por conta da inversão estratigráfica entre os níveis 2 e 3 utilizaremos como parâmetro a data obtida no nível 1 e a data obtida no nível 4, suficientes para

demonstrar que a base da mancha é mais antiga e o topo é mais recente. Para a mancha de terra preta da Quadra A-B do sítio RS-T-132 foi possível recuperar os vestígios cerâmicos e líticos por nível datado de forma individual. Destacamos ainda que como os níveis de coleta dentro das manchas foram estabelecidos artificialmente, bem como a mancha variou sutilmente de espessura ao longo da sua extensão, esse exercício deve ser entendido apenas com uma tentativa de verificar tendências entre os vestígios ao longo da cronologia.

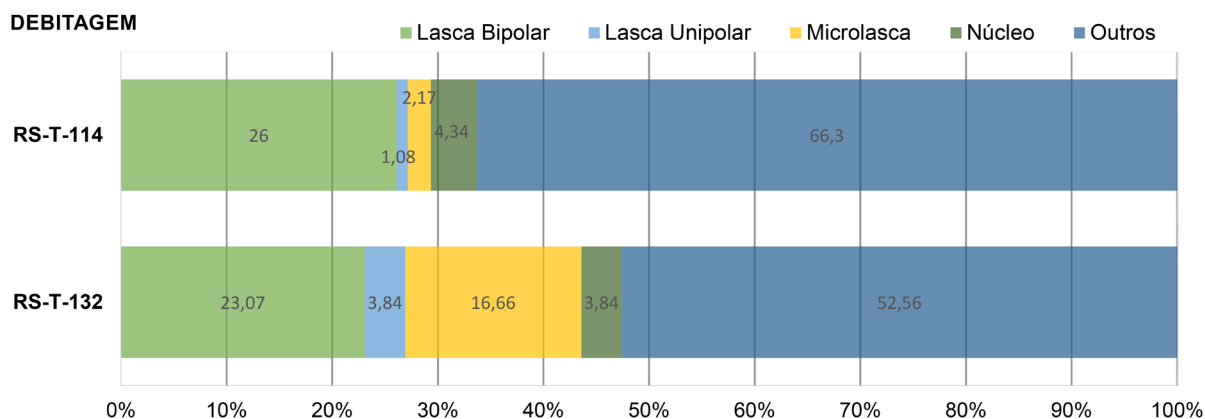
7.2.1 Artefatos Líticos dos Sítios RS-T-114 e RS-T-132: Breve Comparação

Descartando os fragmentos naturais, em especial seixos de basalto sem modificação, o sítio **RS-T-114** possui uma coleção de 1.483 artefatos líticos divididos entre a área 1 (n=871), a área 2 (n=532) e a planície de inundação (n=80). Especificamente na Quadra D2 foram coletados n=92 vestígios líticos. Desses, 10 são termóforas e 30 não possuem alteração, restando 52 artefatos que podem ser classificados entre produtos de debitage (n=31) ou instrumentos (n=21). Entre os produtos de debitage, quase todos são derivados de lascas e detritos bipolares, característica também observada de forma geral para as áreas 1 e 2 do sítio RS-T-114, onde a presença de lascas bipolares de calcedônia representa 15,3% de todo o lítico do RS-T-114 (FIEGENBAUM, 2009). Os resultados em percentual para a debitage da Quadra D2 podem ser acompanhados no Gráfico 10a.

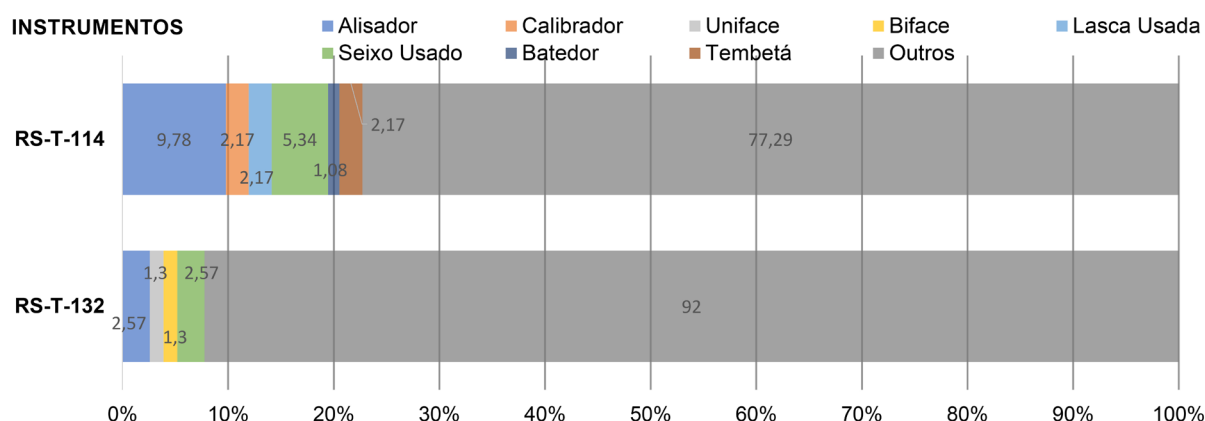
Entre o lítico da Quadra A-B do sítio **RS-T-132** foram coletados n=78 vestígios. Entre esses, 12 são termóforas e 23 não possuem alteração, restando 43 artefatos líticos que podem ser classificados entre produtos de debitage ou instrumentos. Assim como para o RS-T-114, a maioria dos artefatos se constitui em produtos de debitage (n=37), com destaque para a presença numerosa de microlascas (n=13) e lascas bipolares de calcedônia (n=18). Os resultados em percentual para a debitage podem ser conferidos no Gráfico 10a.

Gráfico 10 – Comparação entre os artefatos líticos da Quadra D2 do sítio RS-T-114 e Quadra A-B do sítio RS-T-132. (A) Produtos de debitage. (B) Instrumentos. Inserimos o elemento ‘outros’ como parâmetro comparativo, por exemplo, ‘outros’ do gráfico de debitage corresponde aos instrumentos, termóforas e materiais sem alteração. (C) Matéria-prima.

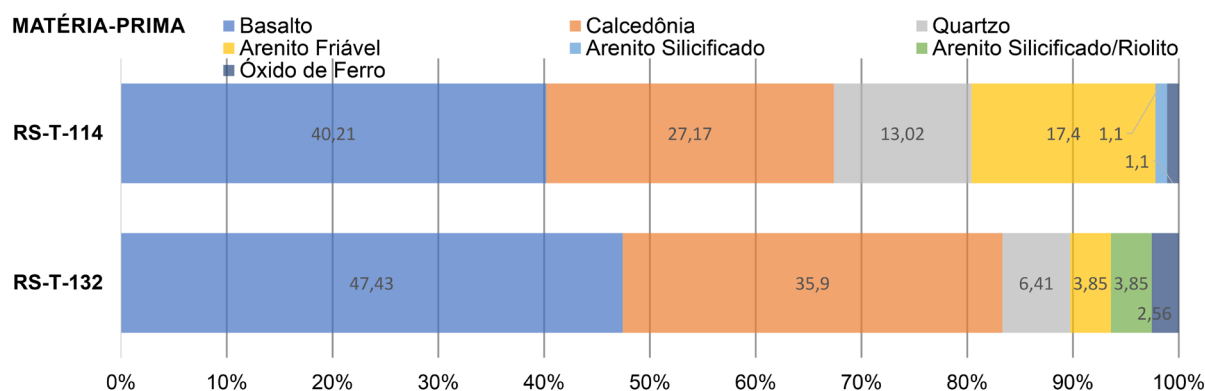
A



B



C



Fonte: Da autora.

A frequência de produtos de debitage para os dois sítios é condizente com os vestígios líticos evidenciados ‘dentro das casas’ de vários outros sítios Guarani (DIAS; HOELTZ, 2011, p. 292-293), onde os artefatos líticos possuem dimensões menores, são obtidos geralmente a partir de lascamentos bipolares e são voltados para o uso cotidiano (e.g. SCHMITZ et al., 1990; ROGGE, 1996; MILHEIRA, 2011). Nas áreas externas são encontrados, por sua vez, os bifaces, os unifaces e os machados polidos. Geralmente de basalto, são robustos e estão distribuídos sobre as planícies e encostas (DIAS; HOELTZ, 2011, p. 293-294).

Já a presença de núcleos de calcedônia e de quartzo na Quadra D2 do **RS-T-114** e de núcleos de calcedônia no **RS-T-132**, embora rara (GRÁFICO 10a), sugere que em alguns casos os seixos dessas matérias-primas eram levados para as áreas de convívio e lascados com o uso de bigornas próximo das áreas de utilização. Embora essa técnica não ofereça as mesmas condições de controle que o lascamento à mão livre, o uso da bigorna gera uma grande quantidade de gumes aproveitáveis de lascas funcionais e estatisticamente previsíveis, variando desde finas (morfologicamente parecidas com lascas conchoidais), espessas ou como agulhas, implicando em funções que vão desde cortar, raspar e furar (PROUS; SOUZA; LIMA, 2014, p. 5). Especialmente para o caso da calcedônia, os gumes apresentam alta qualidade de corte e algumas lascas assumem características laminares também observadas por Milheira (2011, p. 140-141) para sítios Guarani do sudoeste da Laguna dos Patos.

Enquanto as lascas bipolares de calcedônia são frequentes, muito raras são as lascas derivadas de debitage por lascamento unipolar (GRÁFICO 10a). No **RS-T-114**, por exemplo, só foi verificada uma lasca unipolar de arenito silicificado, matéria-prima que produz excelente controle de lascamento e aparece raramente nesse sítio (em toda a coleção do **RS-T-114** só foram recuperadas n=6 lascas dessa matéria-prima, todas na área 2). A baixa presença de lascas unipolares também aparece de uma forma geral para o **RS-T-114**. Nesse sítio, por exemplo, abundam instrumentos bifaciais e unifaciais de basalto na planície e encosta, mas nas manchas só foram verificadas 2,4% de lascas unipolares de basalto. A mesma baixa frequência de lascas unipolares é constatada em outras manchas de terra preta de sítios Guarani. No sítio Candelária II, por exemplo, o basalto é a matéria-prima mais

presente (44,9%), mas apenas 1,65% são lascas unipolares dessa matéria-prima (ROGGE, 1996, p. 107). Isso sugere que os lascamentos unipolares raramente ocorriam dentro das unidades de convívio social das aldeias.

Entre os instrumentos da Quadra D2 do **RS-T-114** estão os alisadores em arenito friável, geralmente fragmentados e com alguma das faces polidas, as lascas de calcedônia com marcas de desgaste por uso, calibradores em arenito friável com sulcos de tamanhos variados e batedor ou percutor de basalto, além dos dois adornos *tembetá* em quartzo (GRÁFICO 10b). No restante da coleção lítica das áreas 1 e 2 do **RS-T-114** também são frequentes os alisadores e os calibradores em arenito friável.

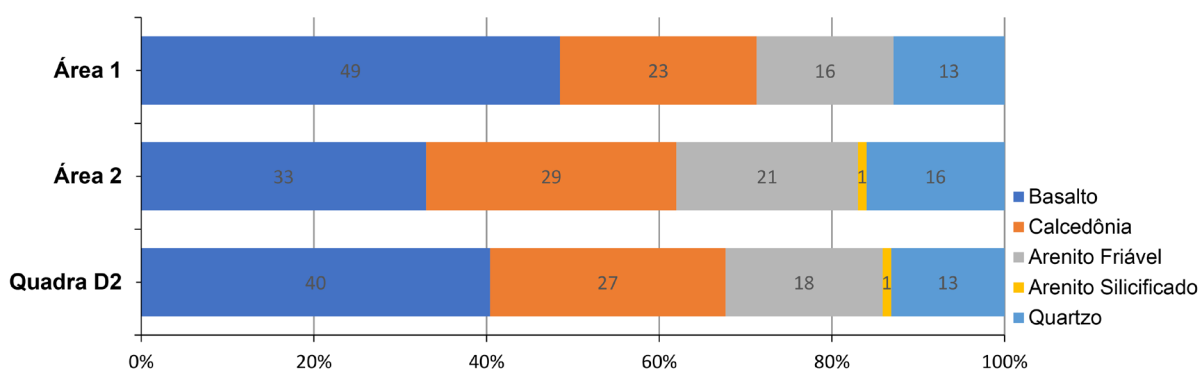
Para o **RS-T-132** só foram verificados n=6 artefatos classificados como instrumentos, apresentando menor variabilidade do que no RS-T-114: dois seixos de basalto com desgaste, dois alisadores em arenito friável e, em destaque, um biface em arenito silicificado (ou riolito) ainda com córtex, bem como um pequeno fragmento de basalto coberto por óxido de ferro amarelo apresentando duas retiradas unifaciais (GRÁFICO 10b). Esse tipo de basalto coberto por óxido de ferro amarelo aparece em abundância na planície do sítio **RS-T-132**, incluindo a presença de placas de 0,30m lascados bi e unifacialmente com marcas de ‘encabamento’ em uma das extremidades.

A matéria-prima segue uma relação quase sempre muito parecida nos sítios Guarani. Para o sítio **RS-T-114**, levando em conta todo o lítico analisado das áreas 1 e 2, basicamente cinco matérias-primas aparecem: basalto (53,60%), calcedônia (18,30%), arenito friável (13,60%), quartzo (9,70%) e arenito silicificado (0,5%), sendo geralmente essa a mesma relação de matérias-primas encontradas para os outros sítios Guarani do Rio Forqueta (FIEGENBAUM, 2009) e para os sítios Guarani de áreas adjacentes, como no Taquari-Antas (MACHADO, 2008), no Rio Pardo (SCHMITZ et al., 1990; ROGGE, 1996) e no Rio dos Sinos (DIAS, 2003). Por vezes há a presença de matérias-primas mais raras no contexto Guarani e, em outras circunstâncias, pode ocorrer ausência de alguma dessas matérias-primas.

Especificamente para a Quadra D2 do sítio **RS-T-114**, o basalto (40,2%) foi a matéria-prima mais frequente, seguida de calcedônia (27,1%), de arenito friável

(17,4%), de quartzo (13%), de arenito silicificado (1,1%) e óxido de ferro (1,1%) (GRÁFICO 10c), demonstrando valores parecidos aos obtidos para toda a área 2 (GRÁFICO 11). A diferença na quantidade de basalto entre as áreas 1 e 2 do **RS-T-114**, que pode ser conferido no Gráfico 11, se relaciona com a maior presença de detritos térmicos ou termóforas de basalto na área 1 (37,8% de toda a coleção lítica dessa área), cuja quantidade deve ter derivado da limpeza dos excessos das fogueiras da área 2.

Gráfico 11 – Comparação entre a matéria-prima da Área 1, Área 2 e Quadra D2 do sítio RS-T-114.



Fonte: Da autora.

No sítio **RS-T-132** a matéria-prima mais frequente é a calcedônia (47,4%), seguida de basalto (35,9%), quartzo (6,4%), arenito friável (3,8%), arenito silicificado ou riolito (3,8%) e óxido de ferro (2,5%) (GRÁFICO 10c). Além da utilização do basalto coberto por óxido de ferro que não aparece no RS-T-114, há menos arenito friável e quartzo na matéria-prima do RS-T-132 quando comparamos com o sítio RS-T-114.

A maior parte da matéria-prima dos sítios RS-T-114 e RS-T-132 poderia ser buscada nos depósitos de seixos que abundam na proximidade desses sítios (basalto, calcedônia e quartzo). Os arenitos aparecem mais frequentemente em afloramentos do sul do perímetro Guarani, já em direção à Depressão Central Gaúcha (MACHADO et al., 2009). Para o caso do basalto coberto com óxido de ferro

amarelo visto no RS-T-132 foi possível notar que a planície do sítio está coberta por placas dessa matéria-prima.

Em outros contextos Guarani, por vezes a matéria-prima era acessada somente em áreas mais distantes, como nos sítios inseridos no Delta do Rio Jacuí, cuja presença líticos em basaltos, arenitos, quartzos e calcedônias sugere um deslocamento entre 20 e 60km para a captação, uma vez que não existem fontes próximas (NOELLI, 1993, p. 125-129). Em sítios localizados na margem sudoeste da Laguna dos Patos e na Serra do Sudeste, Milheira (2011, p. 146) descreveu uma situação parecida, quando a distância da área central dos assentamentos analisados para cada fonte de matéria-prima variou entre 30 e 200km.

7.2.2 Tendências Cronológicas para o Lítico do Sítio RS-T-114

Para a Quadra D2 foi possível observar o comportamento da matéria-prima, das etapas tecnológicas (debitagem e instrumentos) e marcas de ação térmica ao longo da cronologia dos níveis. Começaremos pela camada superficial, sem datação, mas teoricamente a mais recente, e seguiremos para a camada 2, composta pela mancha de terra preta 2 datada em quatro níveis. Os resultados em percentual podem ser acompanhados no Gráfico 12.

A camada superficial apresenta $n=17$ líticos. Entre os produtos de debitagem ($n=7$) aparecem lascas bipolares de calcedônia e detritos de quartzo. Os instrumentos ($n=3$) são constituídos por alisadores em arenito friável e o restante é formado por materiais sem alteração. Em 31% dos líticos dessa camada foi observado algum tipo de marca de queima.

Os níveis 1 e 2 são os primeiros da mancha de terra preta, cuja data mais recente é 260 ± 30 AP. Há pouca presença de vestígios líticos nesses níveis ($n=11$), mas se observa um aumento no percentual de arenito friável com relação ao anterior, que aparece em fragmentos com polimento, embora sem marcas de sulcos. Entre os instrumentos também foi evidenciado uma lasca de calcedônia com marca

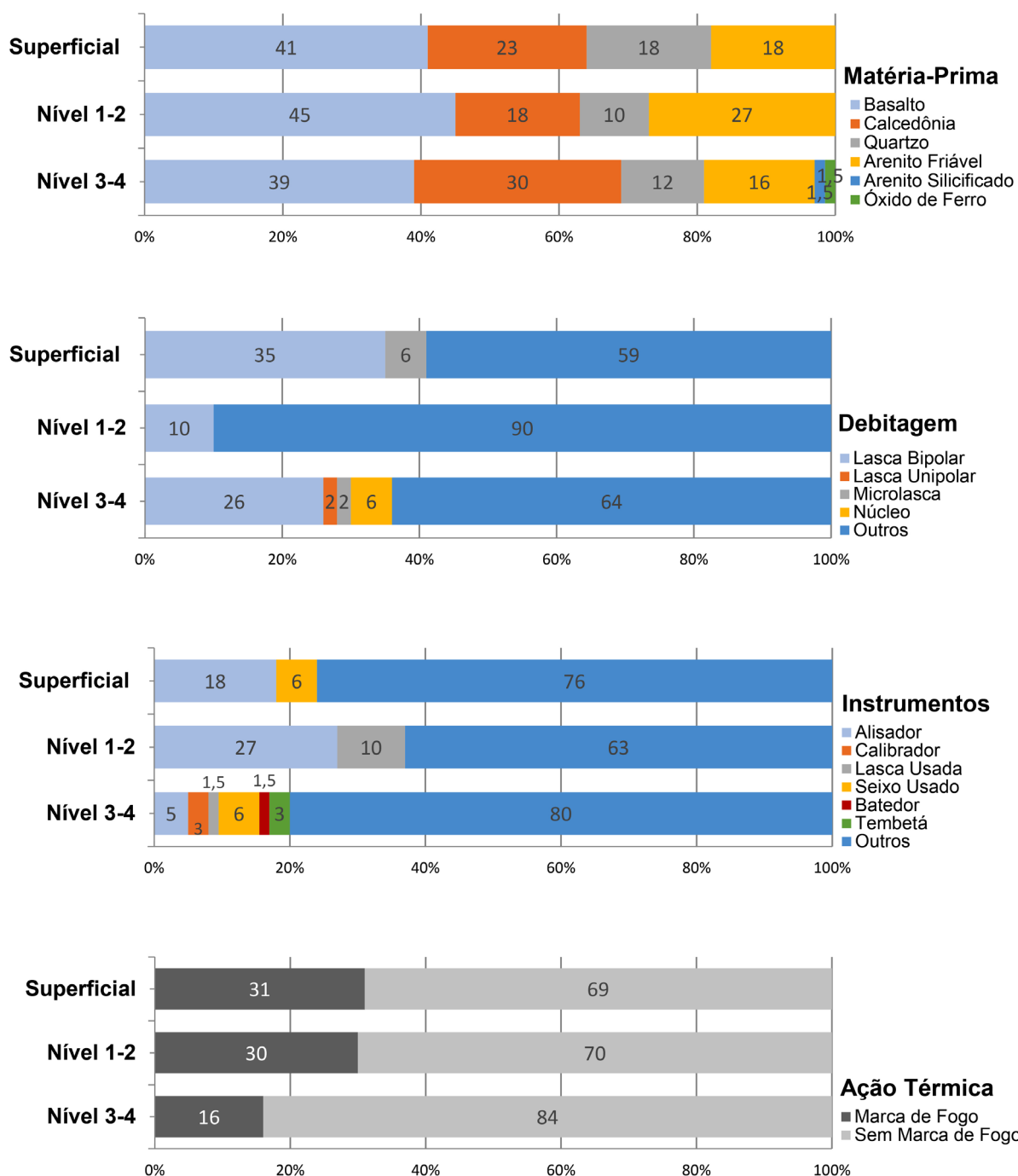
de uso (FIGURA 64c). Os produtos de debitage desses níveis restringem-se a n=1 fragmento de quartzo. As marcas de queima aparecem em 30% dos líticos desses dois níveis.

Os níveis 3 e 4 são os mais antigos da mancha, cuja data mais antiga é 490 ± 30 AP. Apresenta a maior quantidade de vestígios líticos (n=64), a maior diversificação de matérias-primas e de tipos de debitage. Entre os produtos de debitage (n=23) há alta frequência de lascas de calcedônia; detritos de quartzo com superfícies difíceis de discernir também foram evidenciados.

Esse conjunto de dados pode estar relacionado com o acúmulo de atividades de lascamento de calcedônia e de quartzo *in situ*, com o objetivo de produzir lascas para o uso doméstico. Três lascas de calcedônia apresentaram marcas de uso (e.g. FIGURA 64d), mas como não realizamos traceologia é possível que lascas classificadas como produtos de debitage sem marcas visíveis apresentem, em análises futuras, traços de utilização. Além de vestígios de lascamento bipolar, esses níveis apresentam lascas unipolares em arenito silicificado (FIGURA 64e), matéria-prima e técnica que não aparecem nos níveis superiores.

Embora apresente menor percentual de instrumentos com relação aos outros níveis, os níveis 3 e 4 possuem a maior quantidade (n=13) e o maior grau de diversificação de instrumentos. Aparecem fragmentos de alisadores em arenito friável com marcas de polimento e com sulcos de calibração (n=4) (FIGURA 64a-b), os *tembetá* em quartzo (n=2) (cf. FIGURA 59), lascas com marcas de uso (n=3) e um fragmento pontiagudo de quartzo que poderia ser classificado como ‘furador’ a partir das descrições tipológicas de Rogge (1996, p. 106), embora ainda não seja possível ter certeza da função. Recuperamos um seixo de basalto alongado com marcas de maceração nas extremidades parecido com os ‘percutores intermediários’ (para uso bipolar e unipolar) (FIGURA 64f) descritos por Rogge (1996, p. 111), mas também observamos que a superfície apresenta marcas de tinta vermelha, podendo ter sido utilizado para processar algum tipo de mineral colorido, tal como hematita (óxido de ferro), também recuperada nesse nível. Com relação a presença de marcas de ação térmica, esses níveis apresentaram os índices mais baixos, com 16%.

Gráfico 12 – Tendências cronológicas para o lítico da Quadra D2 do sítio RS-T-114 para Matéria-prima, Debitagem, Instrumentos/Adornos e Marcas de queima. Superficial = sem data. Nível 1 e 2 = 260 ± 30 AP. Nível 3 e 4 = 490 ± 30 AP. Inserimos o elemento 'outros' como parâmetro comparativo, por exemplo, 'outros' do gráfico de debitage corresponde aos instrumentos, termóforas e materiais sem alteração.



Fonte: Da autora.

Figura 64 – (A) Calibrador em arenito friável. (B) Calibrador em arenito friável. (C) Lasca bipolar de calcedônia com marca de desgaste. (D) Lasca bipolar de calcedônia com marca de desgaste. (E) Lasca unipolar. (F) Seixo com desgaste.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates.

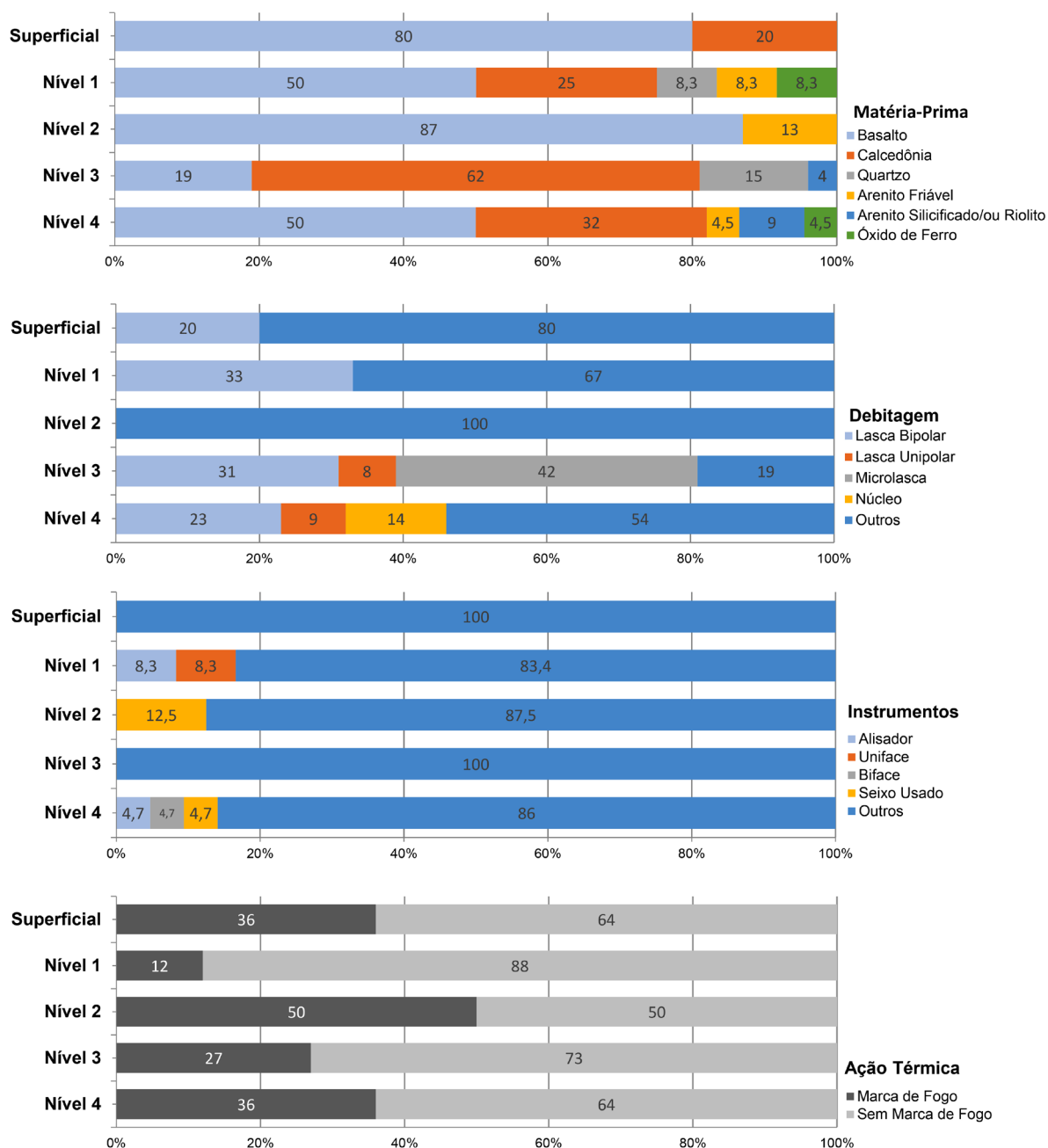
Resumindo o Gráfico 12, entre as tendências cronológicas do lítico da Quadra D2 foi possível observar que nos níveis mais antigos (níveis 3 e 4) há maior grau de diversificação em todos os elementos avaliados, desde a matéria-prima, tipos de debitage até a variabilidade de instrumentos finalizados. Nesses níveis aparecem os *tembetá* e as lascas de arenito silicificado como exclusividade. A maior variabilidade pode ser interpretada preliminarmente como um indicativo de que durante os primeiros níveis de ocupação, atividades mais diversificadas ocorriam nessa área, embora os *tembetá* sugiram que não eram necessariamente atividades domésticas. Na medida em que o tempo passou, parece ter ocorrido maior especialização de uso da área, refletindo, por sua vez, em menor variabilidade para o lítico, e índices mais elevados para os alisadores e calibradores de arenito.

7.2.3 Tendências Cronológicas para o Lítico do Sítio RS-T-132

Começaremos pela camada superficial e seguiremos para a camada 2, composta pela mancha de terra preta e datada em quatro níveis, descrevendo a matéria-prima, as etapas tecnológicas (debitagem e instrumentos) e marcas de ação térmica ao longo da cronologia dos níveis. Os resultados em percentual podem ser acompanhados no Gráfico 13.

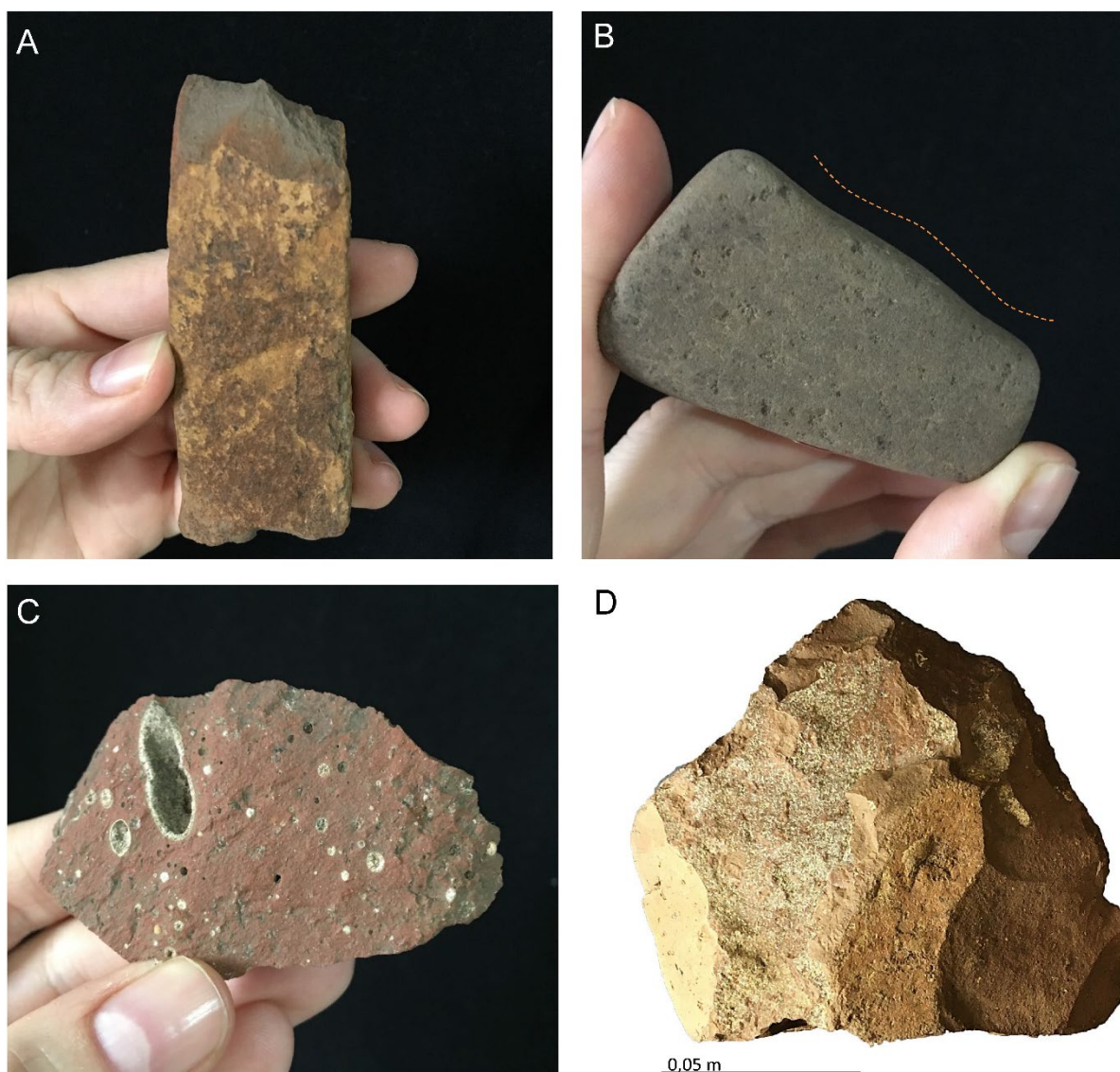
Na camada superficial, sem data, foram recuperados $n=10$ artefatos líticos. Com exceção das lascas bipolares de calcedônia ($n=2$), o lítico é basicamente derivado de detritos térmicos de basalto ($n=4$) e vestígios sem alteração ($n=4$), sendo que não há instrumentos. Em 36% aparecem marcas de ação térmica. O nível 1 apresenta uma data bastante recente (100 ± 30 AP), onde foram recuperados $n=12$ líticos compostos por matérias-primas como basalto, calcedônia, arenito friável e quartzo. Os produtos de debitage ($n=4$) incluem a presença de microlascas de calcedônia. Entre os instrumentos ($n=2$) foi verificado um uniface de basalto oxidado (FIGURA 65a) e um alisador em arenito friável. As termóforas e rochas sem alteração constituem o restante ($n=6$).

Gráfico 13 – Tendências cronológicas para o lítico da Quadra A-B do sítio RS-T-132 para Matéria-prima, Debitagem, Instrumentos e Marcas de queima. Superficial = sem data, Nível 1 = 100 ± 30 AP, Nível 2 = 290 ± 30 AP, Nível 3 = 390 ± 30 AP e Nível 4 = 370 ± 30 AP. Inserimos o elemento ‘outros’ como parâmetro comparativo, por exemplo, ‘outros’ do gráfico de debitage corresponde aos instrumentos, termóforas e materiais sem alteração.



Fonte: Da autora.

Figura 65 – (A) Uniface de basalto coberto por óxido de ferro. (B) Seixo de basalto com desgaste de uso. (C) Lasca unipolar em riolito. (D) Biface em arenito silicificado/ou riolito.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates.

No nível 2, datado em 290 ± 30 AP, só foram recuperados $n=8$ líticos, entre eles um seixo de basalto com desgaste (FIGURA 65b) e materiais sem alteração ($n=7$). Não há produtos de debitage nesse nível, e a metade dos materiais possuem marcas de ação térmica. Os níveis 3 e 4 são os mais profundos da mancha e aqueles que apresentam as datas mais antigas, respectivamente 390 ± 30 AP e 370 ± 30 AP, muito próximas entre si. O lítico nesses dois últimos níveis é mais volumoso (nível 3, $n=26$ e nível 4, $n=22$) e mais diverso do que nos níveis superiores, com resultados parecidos entre si. Por exemplo, há maior quantidade de

calcedônia na matéria-prima desses dois níveis, respectivamente $n=16$ e $n=7$, assim como aparece respectivamente $n=1$ e $n=2$ exemplares de arenito silicificado/riolito (FIGURA 65c), não existente nos níveis superiores. Há ainda uma quantidade significativa de microlascas de calcedônia no nível 3 ($n=11$), sugerindo que atividades de refinamento dessa matéria-prima aconteciam no próprio contexto da mancha. O nível 4 apresenta a maior diversidade de instrumentos entre os níveis, com a presença de alisadores em arenito friável, seixos com marca de desgaste e o biface de arenito silicificado/ou riolito (FIGURA 65d). No nível 3 não foram recuperados instrumentos. Há menos marcas de ação térmica nesses níveis do que nos superiores, 12% e 36%, respectivamente.

Resumindo os resultados do Gráfico 13, foi possível observar que há certa correlação entre os líticos dos dois níveis mais antigos (3 e 4) e que estão datados provavelmente para um mesmo evento ou muito próximos temporalmente, logo há uma mudança no nível 2, com menos quantidade e variabilidade de uma forma geral, e novamente um aumento na variabilidade para o nível 1, que possui a data mais recente.

7.3 Artefatos Cerâmicos

Para os artefatos cerâmicos das Quadras D2 (**RS-T-114**) e A-B (**RS-T-132**) realizamos análise tecnotipológica macroscópica priorizando questões técnicas e escolhas decorativas da cerâmica a partir dos mesmos seis atributos avaliados no Capítulo 6: o tempero, a técnica de manufatura, a atmosfera de queima (medida tentativamente pela cor da pasta), o tratamento de superfície, a decoração cromática e a decoração plástica. As descrições detalhadas sobre esses atributos podem ser conferidas no Capítulo 6.

Apontaremos primeiramente os resultados gerais para os sítios, demonstrando a relação comparativa entre eles, depois apresentaremos os resultados relacionados aos níveis em que foram recuperados, buscando observar a presença de tendências cronológicas para a cerâmica ao longo da ampla cronologia

das duas manchas em questão, assim como realizado para o lítico. Ressaltamos novamente que para a mancha de terra preta 2 do RS-T-114 o registro é composto de dois em dois níveis (entre os níveis 1 e 2 e logo entre os níveis 3 e 4) e para a mancha de terra preta do sítio RS-T-132 foi possível registrar os vestígios por nível datado de forma individual.

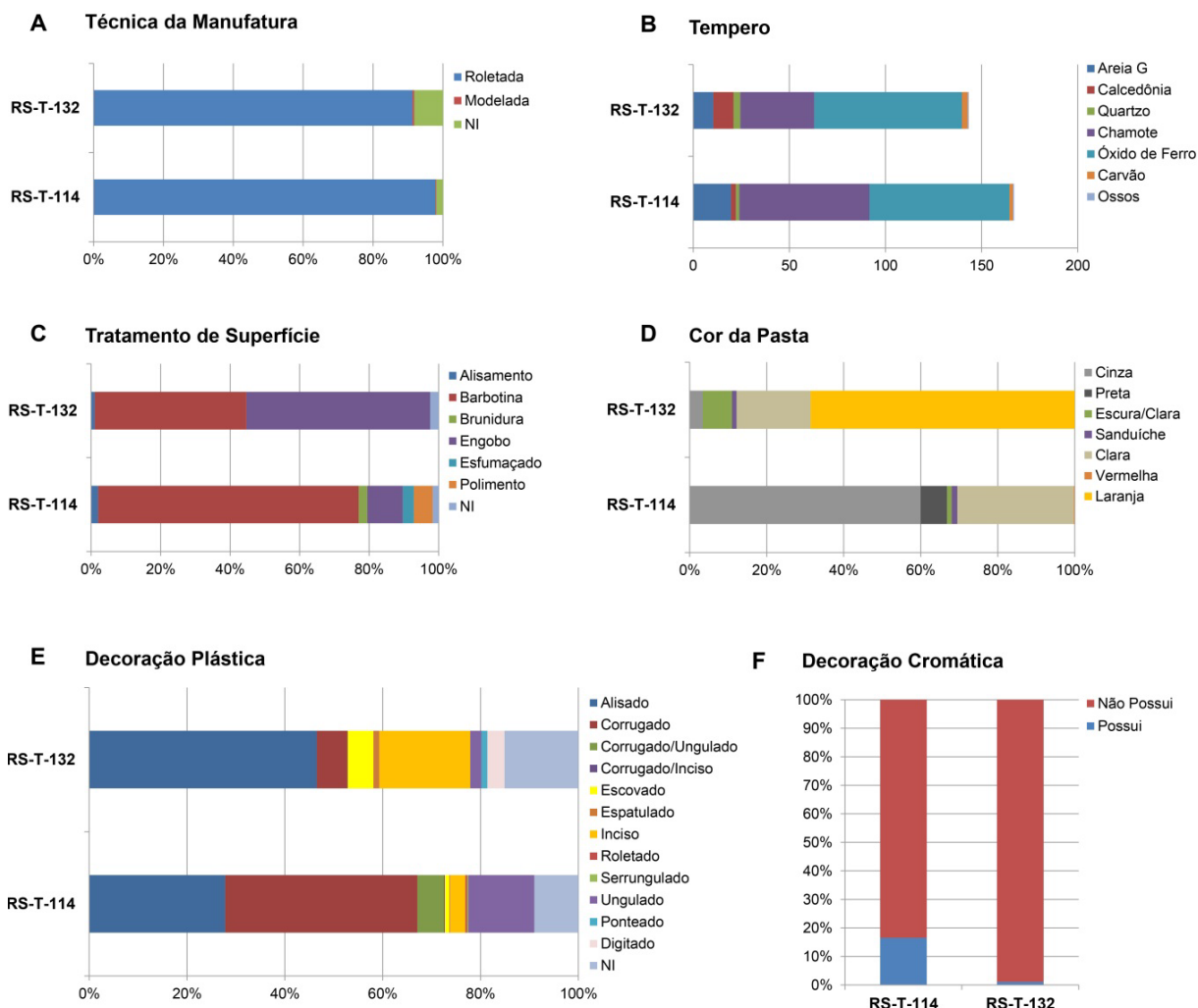
7.3.1 Artefatos Cerâmicos dos Sítios RS-T-114 e RS-T-132: Breve Comparação

Na Quadra D2 do **sítio RS-T-114** foram recuperados 479 fragmentos de cerâmica. De uma forma geral, esse sítio possui um acervo bastante considerável de cerâmica, como destacamos anteriormente, cuja estimativa de quantidade deve ultrapassar 15.000 fragmentos entre as áreas 1 e 2. Uma parte desse acervo foi analisado por Fiegenbaum (2009) e por Wolf et al. (2013), mas não realizaremos comparações com esses resultados porque os critérios de análise foram distintos dos que estabelecemos para esta análise.

A cerâmica da Quadra D2 do **RS-T-114** apresentou predominantemente a técnica roletada (97,9%) e poucos fragmentos são não identificáveis com relação a esse critério (GRÁFICO 14a). O tempero se constitui principalmente em uma mistura de chamote e óxido de ferro, que aparece respectivamente em 68% e 73% dos fragmentos, assim como para as outras cerâmicas da região de uma maneira geral, bem como possui discreta presença de carvão (GRÁFICO 14b), que aparece como tendência para as cerâmicas dos sítios do Forqueta (cf. discussão do Capítulo 6).

O tratamento de superfície é bastante diverso. Aparecem polimentos, esfumaçados e brunidura, mas como se observou em outros sítios do Forqueta, a barbotina é o tratamento predominante, ocupando 75% dos fragmentos (GRÁFICO 14c). A cor da pasta possui mais frequentemente núcleos escuros (~70%) (GRÁFICO 14d), demonstrando congruência com os resultados observados nas outras assembleias de cerâmicas do Forqueta.

Gráfico 14 – Comparação entre: (A) Técnica de manufatura. (B) Tempero. (C) Tratamento de superfície. (D) Cor da pasta. (E) Decoração plástica. (F) Decoração cromática na cerâmica da Quadra D2 do sítio RS-T-114 e da Quadra A-B do sítio RS-T-132.



Fonte: Da autora.

A decoração plástica apresentou predominantemente a tríade 'alisada, corrugada e ungulada', sendo o corrugado o mais frequente (39,3%), embora existam estilos variados. Ressaltamos que decorações escovadas e incisadas foram bastante raras nesse sítio, respectivamente aparecendo em 0,9% e 3,1% dos fragmentos (GRÁFICO 14e). Por fim, a incidência de cerâmica com pinturas e grafismos chama a atenção, com um percentual de 17% para essa Quadra (GRÁFICO 14f), índice elevado para as cerâmicas regionais. É preciso destacar que

não consideramos como ‘cerâmica pintada’ os engobos sem grafismos claramente observáveis.

Na Quadra A-B do **sítio RS-T-132** foram recuperados 172 fragmentos de cerâmica, uma quantidade consideravelmente menor do que para o caso do sítio RS-T-114. Somente em dois critérios os resultados entre esses dois sítios foram parecidos: na técnica de manufatura e no tempero (GRÁFICO 14a-b). Para os outros quatro atributos as diferenças foram importantes e claramente observáveis. O tratamento de superfície nas cerâmicas do RS-T-132 apresenta basicamente barbotina (43,7%) e engobo (52,9%) (GRÁFICO 14c). Para esse último, o engobo raramente possui pigmento e se constitui geralmente como uma simples camada de argila mais fina do que a barbotina. Além disso, não há a mesma variabilidade no tratamento de superfície como a que foi vista para o RS-T-114.

A cor da pasta foi a característica mais divergente entre esses sítios, apresentando o **RS-T-132** quase nula presença de pastas com núcleos escuros e uma alta frequência de pasta laranja entre as claras (68,6%) (GRÁFICO 14d). A pasta laranja pode ter relação com o óxido de ferro amarelo encontrado nas proximidades desse sítio, embora não foram realizadas análises químicas na composição das cerâmicas para testar a hipótese.

A cerâmica do RS-T-132 chama a atenção em três aspectos: 1) pouca incidência de corrugado (6,35%), maior frequência de escovados (5,25%), incisos (18,6%) e digitados (3,5%) quando comparado com o RS-T-114 (GRÁFICO 14d), assim como para o padrão regional da cerâmica. 2) O acabamento das cerâmicas do RS-T-132 é bastante expedito quando comparado com as cerâmicas do RS-T-114. Um exemplo para ilustrar essa diferença pode ser observado para o caso das cerâmicas corrugadas (FIGURA 66a-b). 3) Por fim, praticamente não foram verificados fragmentos com pintura no RS-T-132, restritos a n=5 fragmentos (2,9%) (GRÁFICO 14e).

Figura 66 – Acabamento para a decoração corrugada de bordas de placas Yapepó: (A) RS-T-132 e (B) RS-T-114.

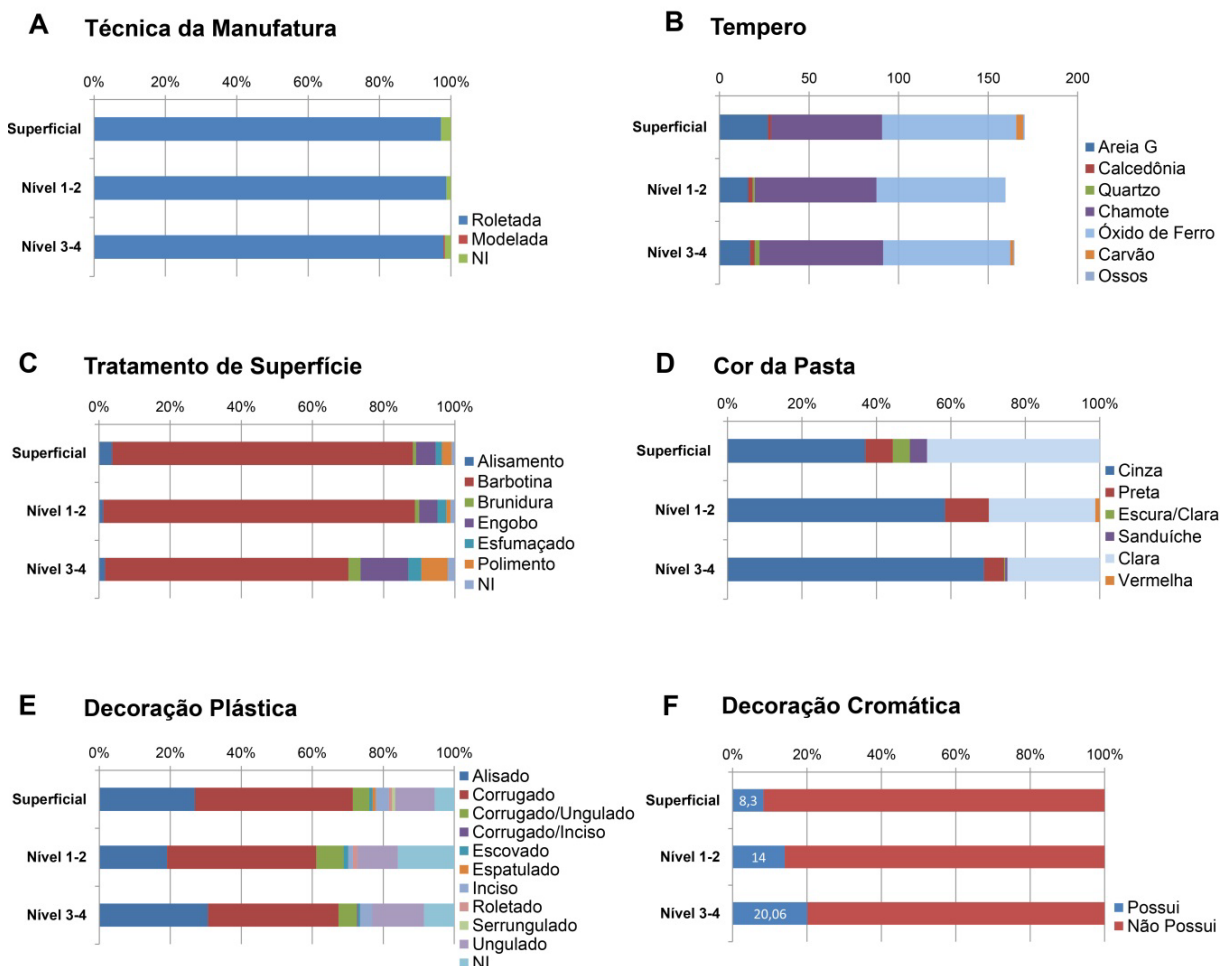


Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates.

7.3.2 Tendências Cronológicas para a Cerâmica do Sítio RS-T-114

Observando a cerâmica da camada superficial e dos níveis datados da mancha de terra preta 2 (camada 2) foi possível perceber que embora a mancha tenha uma longa cronologia, a técnica e o estilo decorativo da cerâmica ao longo do tempo apresentaram variações não mais do que discretas. Essa constatação pode ser acompanhada nos gráficos dos atributos por níveis, que demonstram considerável homogeneidade (GRÁFICO 15).

Gráfico 15 – Tendências cronológicas para a cerâmica da Quadra D2 do sítio RS-T-114. Superficial = sem data. Nível 1 e 2 = 260 ± 30 AP. Nível 3 e 4 = 490 ± 30 AP. (A) Técnica de manufatura. (B) Tempero. (C) Tratamento de superfície. D) Cor da pasta. (E) Decoração plástica. (F) Decoração cromática.



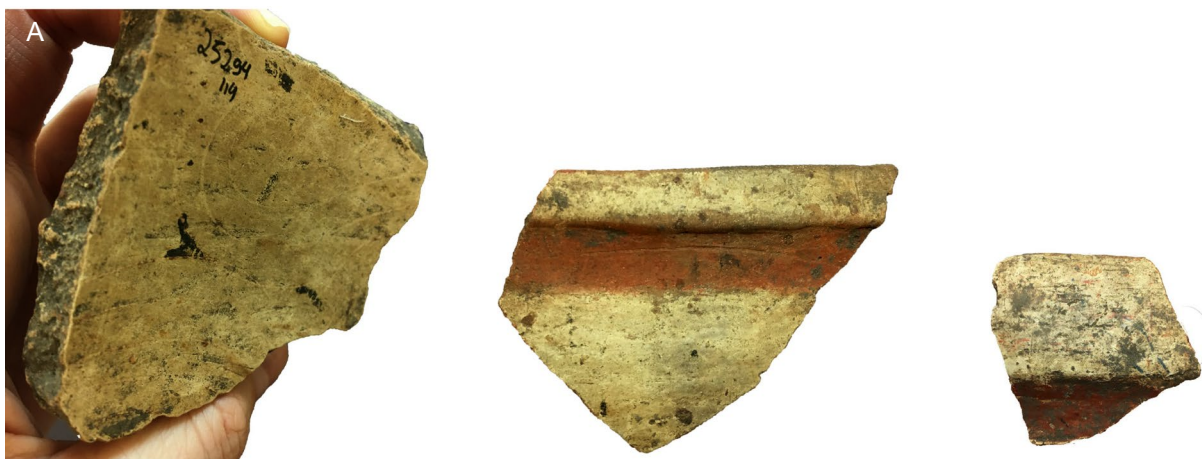
Fonte: Da autora.

Entre as poucas distinções observadas entre os níveis podemos citar: 1) não há adição de quartzo no tempero das cerâmicas da camada superficial, embora as frequências para os níveis inferiores também não são altas (GRÁFICOS 15b). 2) Entre os fragmentos dos níveis 3 e 4, os mais antigos, se observa maior presença de polimentos e engobo entre o tratamento de superfície do que nos níveis superiores, mas esses não são tratamentos exclusivos dos níveis antigos (GRÁFICO 15c). 3) A diferença mais importante está na cor da pasta, que passa a ser mais clara na camada superficial (GRÁFICO 15d). Recordamos, entretanto, que nos líticos das camadas superiores observamos que em dos fragmentos há ~30%

marcas de queima (cf. GRÁFICO 12), o que pode ter também implicado, sob a ação do fogo, na continuação da oxidação dos fragmentos (NEUMANN, 2008). 4) Na decoração plástica da camada superficial observamos a presença exclusiva de decoração serrungulada (ungulado em linha), embora a frequência tenha sido muito pequena (GRÁFICO 15e).

Já nos níveis mais profundos há maior presença de fragmentos com pinturas gráficas, cobrindo 20,06% da assembleia dos dois últimos níveis (GRÁFICO 15f) (FIGURA 67a-c), um percentual elevado para o padrão da cerâmica Guarani da região, assim como entre os percentuais fornecidos na literatura Guarani em geral. Esse valor também é esclarecedor por aparecer nos níveis mais antigos, assim como também ocorreu para o caso dos *tembetá*, sugerindo que essa área parece ter cumprido uma função ‘pouco doméstica’ desde sua inauguração. Nos níveis superiores, por sua vez, a quantidade de cerâmica pintada vai progressivamente diminuindo, cuja camada superficial, fora da mancha, apresenta apenas 8%.

Figura 67 – Exemplos de cerâmicas pintadas nos níveis 3 e 4 da mancha de terra preta 2, sítio RS-T-114. (A) Negativo de grafismo curvilíneo apagado.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates.

Em resumo (GRÁFICO 15), embora existam discretas divergências entre os níveis, não é possível inferir qualquer tipo de ruptura drástica entre a técnica e o estilo decorativo das cerâmicas dessa área quando levamos em conta a cronologia. Esses resultados nos levaram a concluir que não ocorreram mudanças importantes

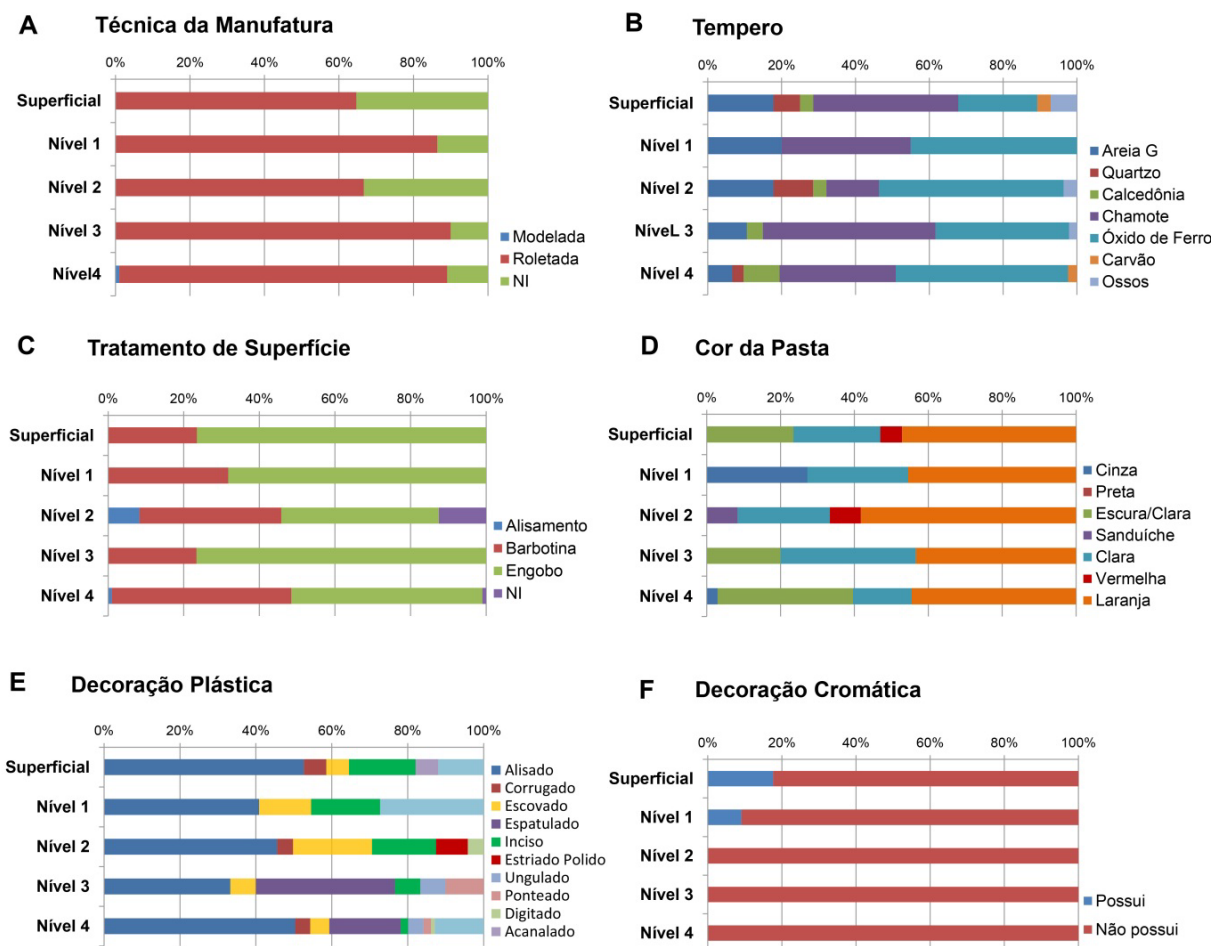
na cerâmica desse sítio ao longo do tempo, e que essa área (mancha preta 2) não parece ter variado perceptivelmente de funcionalidade ao longo do tempo. Com relação a essa última assertiva, destacamos que a análise da morfologia das cerâmicas, bem como micromorfologia de sedimentos entre esses níveis, pode adicionar dados mais conclusivos. Em análises morfológicas preliminares para amostras de cerâmica das áreas 1 e 2 já foi verificado baixa presença de panelas e maior quantidade de tigelas para comer e beber (FIEGENBAUM, 2009; WOLF et al., 2013), convergindo com a ideia de se tratar de uma área de comensalidade que propomos. A diminuição das cerâmicas pintadas nos níveis mais recentes (níveis 1 e 2), já datadas para o contexto colonial, parece ser um indicativo de que as atividades que envolviam os festejos diminuiriam nesse período.

7.3.3 Tendências Cronológicas para a Cerâmica do Sítio RS-T-132

Diferente do caso das cerâmicas do RS-T-114, os gráficos comparativos entre a cerâmica do RS-T-132 demonstram irregularidades entre os percentuais dos níveis 2, 1 e camada superficial, em especial para o tempero (GRÁFICO 16b), o tratamento de superfície (GRÁFICO 16c), a cor da pasta (GRÁFICO 16d) e a decoração plástica (GRÁFICO 16e). Essas variações indicam que a tendência para a cerâmica nos níveis mais antigos (3 e 4), que é muito parecida entre os atributos analisados, se modificou a partir do nível 2, datado em 290 ± 30 AP.

As diferenças mais importantes aparecem na cor da pasta e na decoração plástica (GRÁFICO 16d-e). Para a cor da pasta se observa presença quase exclusiva de cerâmicas oxidadas nos níveis superiores, enquanto nos níveis 3 e 4 aparecem cerâmicas escurecidas. Para a decoração plástica, o espatulado que aparecia nos níveis antigos não é mais verificado, bem como no nível 2 passa a aparecer 20,4% de decoração escovada e 17% de decorações incisas, valores consideravelmente maiores do que para os níveis 3 (6,7% e 6,7%, respectivamente) e 4 (5% e 2%, respectivamente). No nível 1 aparece 13,7% de escovado e 18,2% de inciso; na camada superficial, 5,6% de escovado e 17,7% de inciso (GRÁFICO 16d).

Gráfico 16 – Tendências cronológicas para a cerâmica da Quadra A-B do sítio RS-T-132. Superficial = sem data, Nível 1 = 100 ± 30 AP, Nível 2 = 290 ± 30 AP, Nível 3 = 390 ± 30 AP e Nível 4 = 370 ± 30 AP. (A) Técnica de manufatura. (B) Tempero. (C) Tratamento de superfície. (D) Cor da pasta. (E) Decoração plástica. (F) Decoração cromática.



Fonte: Da autora.

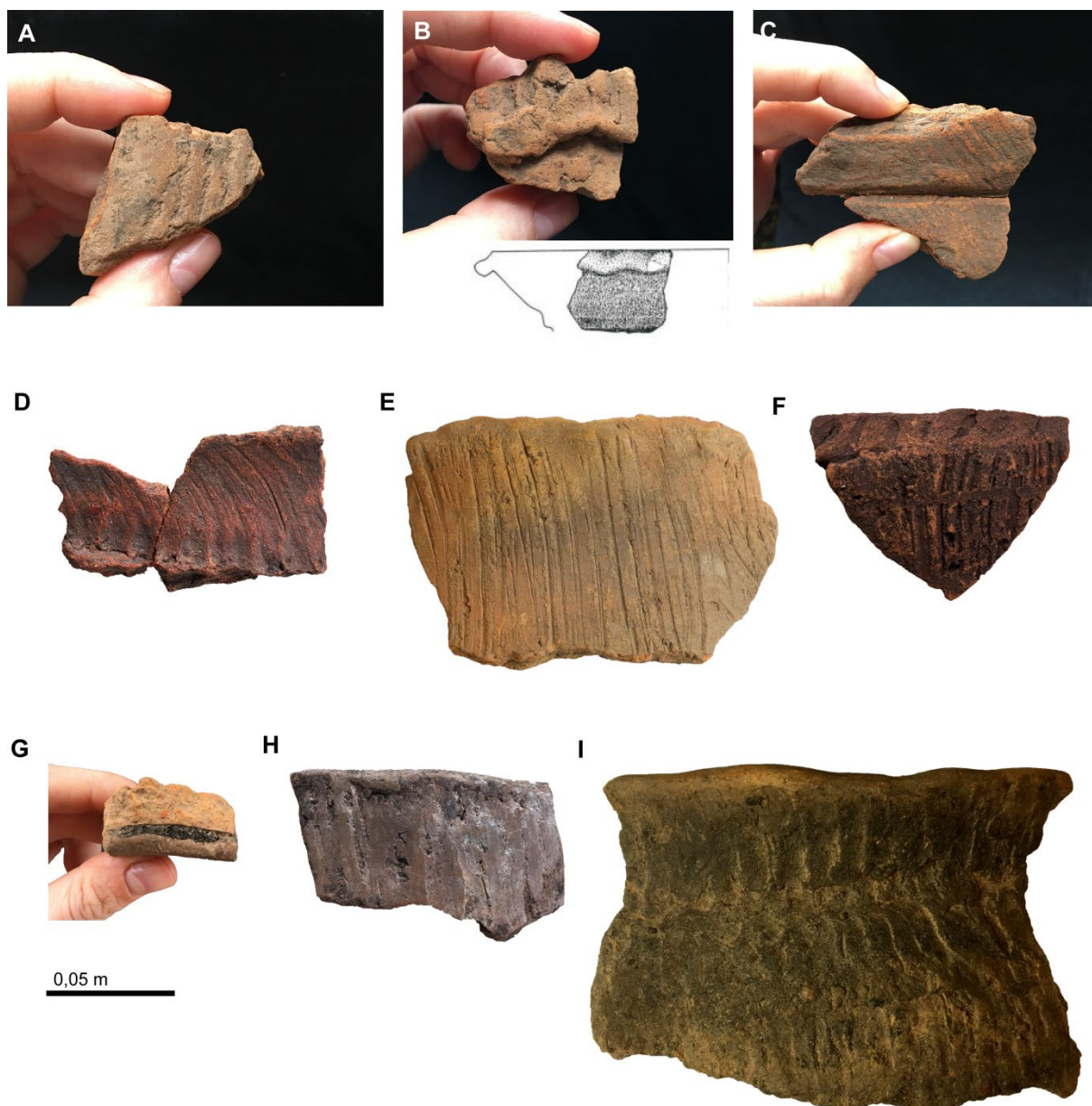
Além da presença frequente de escovados e incisos, a camada superficial e os níveis 1 e 2 apresentam, de forma geral, uma cerâmica ‘estranha’ ao padrão evidenciado para a região, como já mencionamos no Capítulo 6, e de certa forma difícil de classificar. O estilo observado parece marcar muito bem as características das cerâmicas influenciadas por contatos mais ou menos permanentes entre indígenas e europeus durante os séculos 17 e 18. Esses contatos teriam ocorrido, em especial, nas reduções jesuíticas ou nas instalações militares (TOCCHETTO, 1991, p. 65-66) e sob essas situações as cerâmicas Guarani do Rio Grade do Sul e adjacências passaram a apresentar decorações escovadas, incisadas, ponteadas,

acanalados e polidos estriados progressivamente mais frequentes, em especial as duas primeiras, além da manutenção de corrugados e ungulados (TOCCHETTO, 1991, p. 65-76). Nas cerâmicas de contato, a presença de pintura também é rara, mas, quando aparece, é diferenciada da pintura indígena, apresentando geralmente vermelho monocromático. Tocchetto (1991, p 65) destaca ainda a possibilidade de incisos elaborados a partir de influência africana, distintos do padrão Guarani pré-colonial para os incisos.

Entre as cerâmicas ‘estranhas’ dos níveis recentes do RS-T-132 podemos destacar alguns exemplos. Para a camada superficial evidenciamos escovados, incisos, acanalados (FIGURA 68a) e um fragmento com presença de ‘babado’ na borda, muito parecido com as descrições de Tocchetto (1991, p. 195) para cerâmicas indígenas das reduções jesuíticas do noroeste gaúcho (FIGURA 68b). Para o nível 1 destacamos um fragmento de parede com incisos simétricos e lineares cortados por um sulco transversal (FIGURA 68c), bem como cerâmicas escovadas com pontuações alongadas (FIGURA 68d). Ambas apresentam pouquíssimo tempero e sua pasta é laranja, não correspondente a qualquer estilo da cerâmica Guarani regional.

No nível 2 as cerâmicas são em geral mais espessas do que no nível 1 e na camada superior, aparecendo com frequência os escovados e os incisos (FIGURA 68f). Evidenciamos ainda um atípico fragmento de borda que parece ter sido unido a um fragmento de pasta oxidada, apresentando um filete carbonizado entre as peças (FIGURA 68g). Evidenciamos a borda de um pequeno pote com decoração estriada coberta por engobo branco externo (FIGURA 68g), também sem correspondência regional. Por fim, evidenciamos um pote semi-inteiro com pasta laranja, decoração escovada e com um formato distinto de todos os padrões morfológicos observados para a cerâmica Guarani regional: pescoço alongado, borda direta, mais alto do que largo e com contorno lateral que lembra as carenas Guarani (FIGURA 69). Na literatura Guarani consultada, incluindo referências para cerâmicas de contato, não encontramos correspondência para esse pote.

Figura 68 – (A) Acanalado. (B) Cerâmica com ‘babado’ na borda. (C) Incisos lineares cortados por sulco. (D) Escovado com pontuações. (E) Escovado. (F) Incisos lineares. (G) Fragmento de parede agregado a uma borda. (H) Estriado com engobo branco externo. (I) Borda corrugada de *yapepó*.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates e esquema da Figura (b) retirado de Tocchetto (1991, p. 195).

Figura 69 – Pote escovado evidenciado no nível 2 da mancha de terra preta, sítio RS-T-132.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates.

Os dois níveis mais profundos e antigos dessa mancha, datados em 390 ± 30 AP e 370 ± 30 AP, são os que apresentam a maior quantidade de fragmentos ($n=82$), possuindo uma cerâmica que embora apresente tratamento de superfície expedito e alguns fragmentos escovados, pode ser enquadrada com mais facilidade no padrão regional visto para a cerâmica Guarani. Nesses níveis é mais frequente a decoração alisada, a pasta é frequentemente oxidada, embora apareçam entre 20-40% de fragmentos com pasta clara-escuro indicando não ter sofrido total oxidação. Aparecem ainda as formas típicas observadas para as cerâmicas Guarani pré-coloniais, como os *yapepó* corrugados (FIGURA 68i), não identificados na camada superficial e nos níveis 1 e 2.

7.4 Cronologia

Além dos dados básicos sobre a cronologia Guarani que tratamos no Capítulo 4 (e.g. início e final das ocupações regionais, relação sincrônica de ocupação entre os sítios regionais, expansões), muitas outras questões necessitam de compressão com relação à dinâmica cronológica desses povos. Em especial destacamos a falta de conhecimento sobre como se desenvolvia a dinâmica temporal nas próprias aldeias. Por exemplo, as aldeias eram ocupadas durante séculos seguidos? Supondo essa longa cronologia, as ocupações eram contínuas ou ocorriam abandonos e retornos? Para essas questões as estimativas geralmente variam desde períodos curtos de ocupação (entre 8-30 anos), prevendo abandonos e reocupações posteriores que respeitariam os períodos de pousio da terra, e, assim, haveria a mudança de toda a aldeia e circulação regional dos grupos (e.g. SCHMITZ, 1985, RIBEIRO, 1990; CHMYZ et al., 2008), até inferências que destacam que as aldeias ficariam ocupadas ininterruptamente durante séculos.

Nesse último caso, as suposições para a alta permanência nas aldeias Guarani muitas vezes são justificadas com base na presença de vasilhas cerâmicas de grande porte e/ou alta concentração de vestígios nos sítios (e.g. ROGGE, 1996; MILHEIRA, 2010) ou mesmo com base na espessura das manchas de terra preta, em especial levando em conta as estimativas de Smith (1980) para terras pretas da Amazônia de que cada centímetro equivaleria a 10 anos de ocupação (NOELLI, 1993, p. 101). No entanto, ainda não existem dados detalhados sobre a cronologia das manchas de terra preta de sítios Guarani, bem como não há estudos comparativos sobre a relação entre o registro arqueológico e a dinâmica temporal de uma aldeia Guarani.

Adicionaremos aqui uma discussão mais refinada sobre a dinâmica cronológica dos sítios RS-T-114 e RS-T-132. Discutiremos o tempo de permanência nessas aldeias e, como questão particularmente importante para o contexto Guarani, como teria se desenvolvido a dinâmica durante a permanência das ocupações, quer dizer, se foi contínua ou se abandonos e retornos ocorreram. Levaremos em conta as datações em C¹⁴ obtidas nas sequências verticais realizadas na mancha de terra

preta 2 do RS-T-114 (cf. QUADRO 11) e na mancha de terra preta do RS-T-132 (cf. QUADRO 12), bem como as tendências cronológicas analisadas brevemente no item anterior para a cultura material lítica e cerâmica dessas duas áreas.

Como primeira constatação sobre o tema ressaltamos que as experiências anteriores com o sítio RS-T-114 (SCHNEIDER, 2014; SCHNEIDER et al., 2017a), bem como os dados obtidos para o RS-T-132, demonstram que as estimativas que levam em conta centímetros de terra preta *versus* anos de ocupação não podem ser aplicadas deliberadamente para o contexto Guarani. Para o contexto Guarani sugerimos que o que determina a quantidade de acúmulo de terra preta é a funcionalidade das áreas, não o tempo; que não há um padrão de deposição fixo; e que manchas menos espessas podem marcar altos índices de permanência. Utilizando como exemplo o caso do RS-T-114, relembramos que a coleta de carvões na sequência vertical da Quadra D2 foi realizada em uma mancha de terra preta com espessura de ~0,10m, implicando que cada nível de coleta possuía ~2,5cm. Diferente de um resultado aproximado para 100 anos de ocupação, curiosamente essa mancha pouco espessa apresentou uma longa cronologia que poderia ultrapassar quatro séculos. Observamos ainda que a mancha de terra preta da área 1 do RS-T-114 (a lixeira) possui espessura de ~0,35m e parece ter apresentado um tempo de ocupação aproximado ao obtido para a área 2, somente com algumas décadas a mais de atividade. As diferenças entre o acúmulo dos vestígios nesses casos nada tem a ver com o tempo de permanência, mas sim com o tipo da função desempenhada, uma vez que a área 1, ao exercer função de área de lixeira, acumulou naturalmente mais vestígios do que a área 2.

Como segunda constatação ressaltamos que apesar de a micromorfologia de sedimentos (microestratigrafia) (SHILLITO, 2017, p. 7) constituir a forma mais refinada para se observar questões de permanência, distinguir episódios individuais de deposição em uma única camada de ocupação ou entre as camadas de ocupação, tal como pisos finos e imperceptíveis, construção e abandonos sutis (MATTHEWS et al., 1996; MATTHEWS, 2005), a própria cronologia também pode ser utilizada como uma ferramenta poderosa para a discussão da dinâmica temporal. Entre as possibilidades do uso da cronologia destacamos a elaboração de

modelagens cronológicas de alta resolução a partir de estatísticas bayesianas (DE SOUZA et al., 2016b; DE SOUZA, 2017; HAMILTON; KRUS, 2017).

A inferência bayesiana é uma metodologia estatística baseada na definição de probabilidade com um grau prévio de informação, isto é, que pode ser pensada como um modelo para se estimar a probabilidade de uma crença após a coleta de dados. Apresenta como principal característica a capacidade de combinação de novas evidências com conhecimentos anteriores através do uso da regra de Bayes, sendo que a distribuição *a priori* é parte fundamental da inferência e sem ela não é possível calcular a distribuição *a posteriori*. Hamilton e Krus (2017, p. 190-192) fornecem uma equação simplificada para esse processo:

$$\text{Crenças Posteriores} = \text{Probabilidade Padronizada} \times \text{Crenças Prévias}$$

Exemplificando esse princípio, Hamilton e Krus (2017, p. 190-192) sugerem que o processo bayesiano é muito parecido com a maneira intuitiva da aprendizagem. Por exemplo, ao aprender começamos com ideias pré-concebidas sobre como e porquê as coisas e eventos acontecem. Logo, através da nossa experiência de vida, modificamos nossas crenças para se adequar ao que experienciamos. Se a nossa experiência confirmar as nossas crenças, então elas são mantidas. Se a nossa experiência for contrária às nossas crenças, então nossas crenças podem ser modificadas. Traduzindo essa equação para a linguagem arqueológica, em específico para a modelagem cronológica, é possível dizer que a ‘probabilidade padronizada’ equivale às datas e as ‘crenças prévias’ ao conhecimento arqueológico que envolve as datações (estratigrafia e outros vestígios associados à cronologia, por exemplo):

$$\text{Crenças Posteriores} = \text{Datas (Probabilidade Padronizada)} \times \text{Dados Arqueológicos (Crenças Prévias)}$$

Dessa forma, para se montar uma modelagem cronológica bayesiana é preciso, em primeiro lugar, definir o problema a ser testado e logo depois criar um modelo que se adeque às interpretações da estratigrafia e inferências arqueológicas prévias que envolvem as datas que serão modeladas.

Os dois principais blocos de construção dos modelos cronológicos bayesianos são o ordenado (modelo *sequence*¹⁶) e o não ordenado (modelo *phase*) (DE SOUZA, 2017). Uma *phase* pode ser delimitada quando se assume que as datas fazem parte de um mesmo evento. Uma *sequence* pode ser obtida, por exemplo, quando se datam lentes de carvão sequenciais que formam uma sequência dentro de uma *phase*. Assim, não só as sequências podem existir dentro de uma fase, mas uma fase pode existir dentro de uma sequência. A escolha do tipo do modelo a ser construído cabe ao arqueólogo e deve ser feita com base nas informações prévias que envolvem o contexto, como destacamos acima. Os resultados, por sua vez, vão demonstrar se o modelo escolhido é ou não coerente com a interpretação prévia. O Programa OxCal v4.3.2 pode ser utilizado para a implementação das modelagens e facilita a avaliação dos resultados ao apresentar um índice de concordância (A) que mede quão bem cada data se ajustou ao modelo, assim como também indica a concordância do modelo como um todo (A_{model}). Para a qualidade do modelo, Bronk Ramsey (2009, p. 356) recomenda que o valor de (A) não deve estar abaixo de 60%.

Após a escolha da base do modelo, é possível iniciar a programação da modelagem com o estabelecimento de limites finais e iniciais da ocupação (comando *boundary*). Com relação a isso, a modelagem entende que não é possível recuperar exatamente o último e o primeiro evento da ocupação, portanto, estima um limite inicial e final que seria mais real. Ao estabelecer *boundary* é preciso decidir se as datas inseridas entre esses limites são contínuas, sequenciais ou sobrepostas (BRONK RAMSEY, 2009, p. 348-349). De certa forma, essa escolha representa a ‘espinha dorsal’ do modelo. No primeiro caso (contínua ou *contiguous*) se estima que o fim de uma data se aproxima imediatamente do começo da outra, mas os eventos não se sobrepõem; no segundo caso (sequencial

¹⁶ Hamilton e Krus (2017) sugerem que se utilize a fonte *Courier* quando se estiver tratando da construção do modelo, para que não seja confundido com fases ou sequências históricas não modeladas.

ou *sequential*) há um hiato entre o final de uma fase e o começo da próxima; finalmente, no último caso (sobreposta ou *overlapping*) haveria sobreposição de datas entre o fim de uma fase e o começo da seguinte (DE SOUZA, 2017).

Seguindo passos elaboramos modelagens cronológicas bayesianas com o Programa OxCal v4.3.2 (BRONK RAMSEY, 2017) e curva de calibração SHCal13 (HOGG et al., 2013), utilizando como base os dados cronológicos sistemáticos das Quadras D2 e A-B (recordamos que todas as datas foram obtidas a partir de coletas únicas de carvão e pelo método AMS) e os resultados sobre a estratigrafia, a cultura material e as tendências cronológicas para a cerâmica e o lítico discutidas nos itens anteriores. A partir dessas inferências prévias, criamos modelos distintos para a dinâmica de permanência dos sítios RS-T-114 e RS-T-132 e que serão discutidos na sequência. Para a apresentação dos resultados seguiremos a recomendação de Hamilton e Krus (2017, p. 195-196) de destacar em *italico* as datas modeladas, por exemplo ‘Cal. A.D. *1555*’, proporcionando ciência ao leitor de quando se está falando dos resultados da modelagem e quando se está tratando dos resultados não modelados. Além disso, utilizaremos os valores das medianas em alguns casos, quando apontaremos (*m*) antes do valor da data. Para valores aproximados continuaremos a utilizar o símbolo matemático que representa semelhante (~).

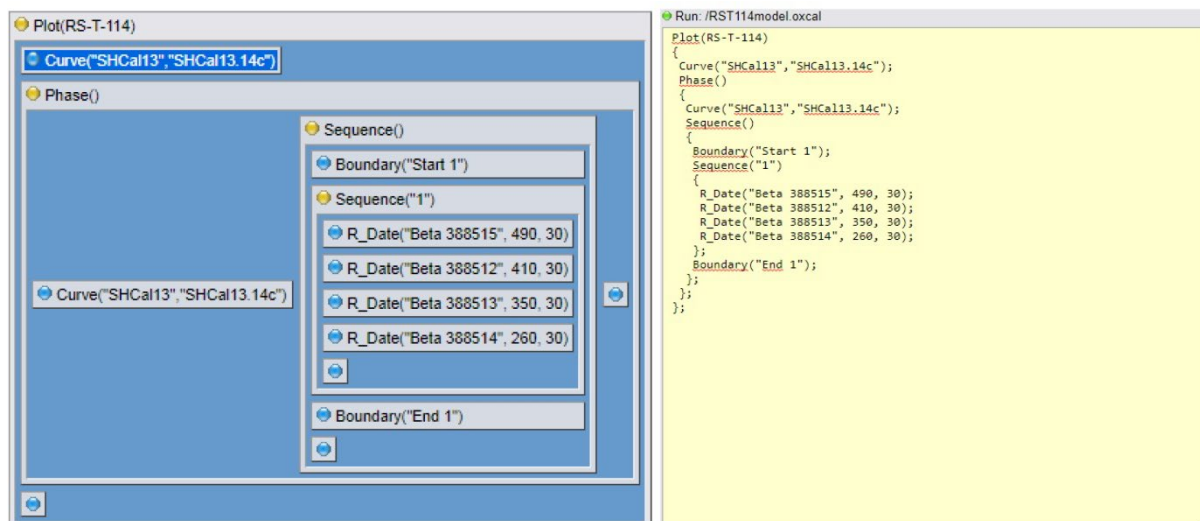
7.4.1 Modelagem Cronológica Bayesiana para o Sítio RS-T-114

Para o RS-T-114 construímos um modelo considerando a mancha de terra preta 2 como uma camada ocupada sem períodos de abandonos ou hiatos significativos. Construímos o modelo incluindo cada data radiocarbônica recuperada nos níveis artificiais em uma sequência sobreposta de datas entre os limites de uma única fase. Isto é: uma sequência sobreposta dentro de uma fase, cuja estrutura do modelo pode ser conferida na Figura 70. Essa estimativa foi realizada com base na falta de rupturas estratigráficas na mancha de terra preta que pudessem sugerir abandonos e retornos para esse contexto, bem como a partir do comportamento da cultura material cerâmica quando avaliada cronologicamente, onde não foi possível

observar qualquer tipo de mudança drástica. Reordenamos arbitrariamente a inversão cronológica entre os níveis 2 e 3 (QUADRO 13) levando em conta que como não foi observada qualquer modificação importante entre esses níveis, a inversão foi originada de ação simples de bioturbação.

Como primeiro resultado é possível destacar que a modelagem reduziu consideravelmente os intervalos de confiança de 2σ para a ocupação da mancha de terra preta 2. Essa redução está graficamente marcada nas faixas de distribuição da Figura 71, cujas probabilidades não modeladas estão representadas pelo verde transparente e os resultados modelados aparecem em verde sólido. Os resultados modelados apontam que o intervalo de ocupação da mancha de terra preta 2 se insere com confiança entre (m) Cal. A.D. 1385-1745. É interessante destacar que as estimativas do modelo com relação ao período inicial de ocupação do sítio foram congruentes com a data mais antiga obtida para esse sítio e que está na área 1 (2σ Cal. A.D. 1390-1451), não incluída na modelagem.

Figura 70 – Etapas de construção da modelagem cronológica bayesiana para o sítio RS-T-114.



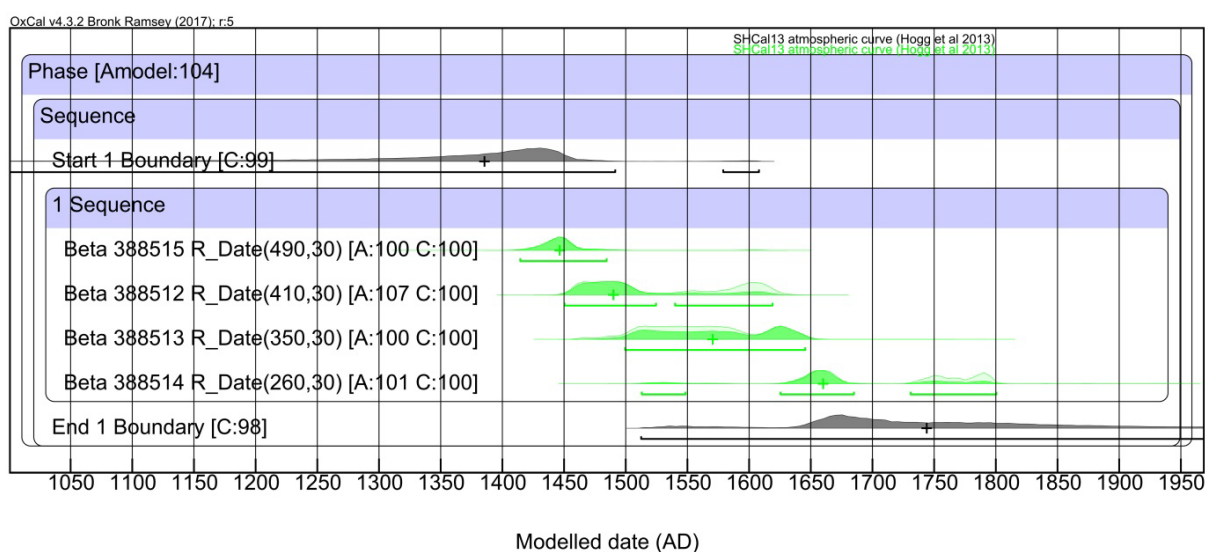
Fonte: OxCal v4.3.2 (BRONK RAMSEY, 2017).

Quadro 13 – Datas modeladas da mancha de terra preta 2 do sítio RS-T-114. Todas as datas foram arredondadas para os próximos 5 anos. *m* = mediana, A = concordância, C = convergência.

Nível	Contexto	Lab. Code	Conventional Radiocarbon Age BP	Cal A.D. (2 σ) Modeladas	<i>m</i>	A	C
Final da Ocupação					1745		
Nível 1	Carvão de Fogueira	388514	260±30	1510-1800	1660	101	99.8
Nível 3	Carvão de Fogueira	388513	350±30	1495-1645	1570	99.9	99.8
Nível 2	Carvão de Fogueira	388512	410±30	1450- 1620	1490	107.4	99.8
Nível 4	Carvão de Fogueira	388515	490±30	1415-1485	1445	100.9	99.7
Início da Ocupação					1385		

Fonte: Da autora.

Figura 71 – Modelagem bayesiana para as datas da mancha de terra preta 2 do sítio RS-T-114. As faixas de distribuições das probabilidades não modeladas são mostradas nas áreas verdes com transparência e os resultados do modelo bayesiano aparecem nas áreas verdes sólidas. As barras sob cada distribuição representam 2 σ . O sinal ‘+’ aponta a mediana (*m*). C = convergência, A = índice de concordância de cada data, Amodel = índice geral de concordância do modelo.



Fonte: OxCal v4.3.2 (BRONK RAMSEY, 2017) e curva de calibração SHCal13 (HOGG et al., 2013).

O índice de concordância geral (Amodel=104%) foi congruente com o modelo de ocupação sem hiatos que propomos, e os valores obtidos com relação ao índice de concordância (A) para cada data podem ser conferidos tanto no Quadro 13 quanto na Figura 71. Esses resultados indicam, portanto, que é bastante provável que a área 2 desse sítio manteve-se ativa de forma constante (quer dizer, sem

abandonos e retornos) ao longo do seu amplo intervalo de ocupação, recebendo limpezas periódicas que eram então destinadas à área 1, formando uma segunda mancha com grande concentração de vestígios no talude do rio e resultando em um baixo acúmulo de vestígios bioarqueológicos em sua própria área. A alta permanência nesse sítio se estendeu até ~Cal A.D. 1745, ultrapassando os eventos históricos conturbados que iniciaram na região após ~A.D. 1630 com a chegada de jesuítas e bandeirantes nas adjacências.

Além disso, com base nas medianas geradas pelo modelo (QUADRO 13) foi possível estimar que o intervalo que separa o primeiro do segundo nível foi de ~45 anos, enquanto os níveis 2 e 3 são separados por ~70 anos e os níveis 3 e 4 por ~90 anos. Não consideramos esses intervalos como hiatos de uso dessa área, uma vez que eles devem marcar as lacunas de coleta entre um nível e outro. Quer dizer, enquanto cada nível de coleta de carvão foi de ~2,5cm, se tivéssemos coletado níveis ainda mais curtos teríamos um intervalo menor entre cada um desses níveis e, por consequência, um tempo de intervalo menor entre uma data e outra. Valores de 60-65 anos entre camadas foram também verificados para uma casa subterrânea Jê no sítio Baggio, Estado de Santa Catarina (DE SOUZA et al., 2016b; DE SOUZA, 2017, p. 217). Diferente das camadas únicas das manchas que estamos analisando aqui, para essa estrutura subterrânea a estratigrafia apresentou várias camadas separadas por pisos, cujas datas utilizadas para o modelo foram obtidas da queima desses pisos ou de fogueiras. Levando em conta que a estratigrafia não possuía rupturas além dos pisos, o autor interpretou que esses intervalos de tempo não configurariam hiatos, mas provavelmente o tempo aproximado entre um e outro episódio de reconstrução da casa.

7.4.2 Modelagem Cronológica Bayesiana para o Sítio RS-T-132

Diferente da dinâmica vista no sítio RS-T-114, para o sítio RS-T-132 construímos um modelo considerando que a mancha de terra preta 2 foi ocupada, sofreu um abandono de curto espaço de tempo e posteriormente foi reocupada.

Para esse modelo levamos em conta, em primeiro lugar, que embora a mancha não apresente rupturas claramente discerníveis na estratigrafia, não possui o mesmo grau visível de homogeneidade que aparece nas manchas de terra preta 1 e 2 do RS-T-114. Isto é, há sedimentos mais claros misturados na mancha do RS-T-132 e os limites são menos definidos em alguns pontos (FIGURA 72), deixando a impressão de ser menos compacta do que as manchas do RS-T-114. No entanto, mais importante para esse sítio é o fato de que foram observadas mudanças conclusivas na cultura material entre as tendências cronológicas descritas, em especial para a cerâmica, que marcam distinções claras entre os dois níveis superiores da mancha/camada superficial com os dois níveis mais antigos.

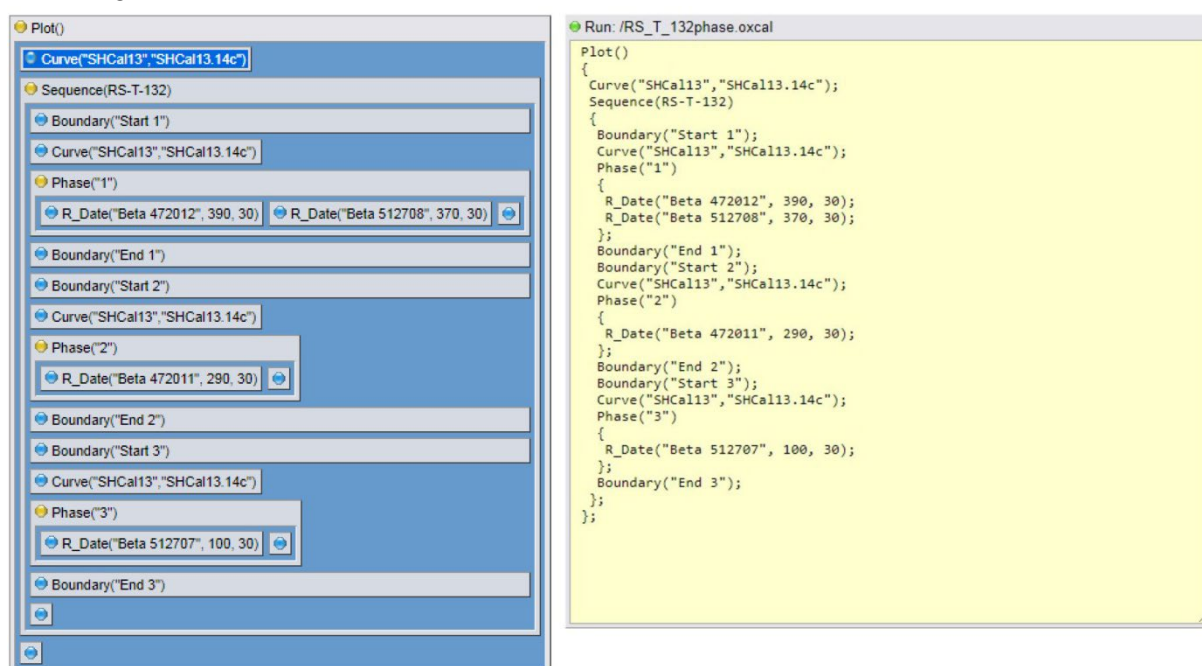
Figura 72 – Destaque para a estratigrafia do sítio RS-T-132 em um ponto em que os limites são pouco definidos.



Fonte: Elaborado a partir do acervo Labarq-Univates.

Levando em conta essas questões, criamos um modelo de três fases de ocupação (FIGURA 73). Na primeira fase agrupamos os dois níveis mais antigos (3 e 4), cujas datas são próximas entre si. A segunda fase corresponde ao nível 2 e, por fim, a terceira fase ao nível 1, que possui a data mais recente para o contexto e uma distância temporal grande com relação ao nível 2. Os dados modelados indicaram que o intervalo de ocupação para a camada de terra preta desse sítio se insere com confiança entre (m) Cal. A.D. 1555-1825. O índice de concordância geral (Amodel=105%) demonstrou congruência com o modelo de ocupação em fases, cujos valores obtidos com relação ao índice de concordância (A) para cada data podem ser conferidos tanto no Quadro 14 quanto na Figura 74, sugerindo que o intervalo de ocupação desse sítio muito provavelmente não teve uma ocupação contínua como aquela vista no sítio RS-T-114.

Figura 73 – Etapas de construção da modelagem cronológica bayesiana para o sítio RS-T-132.



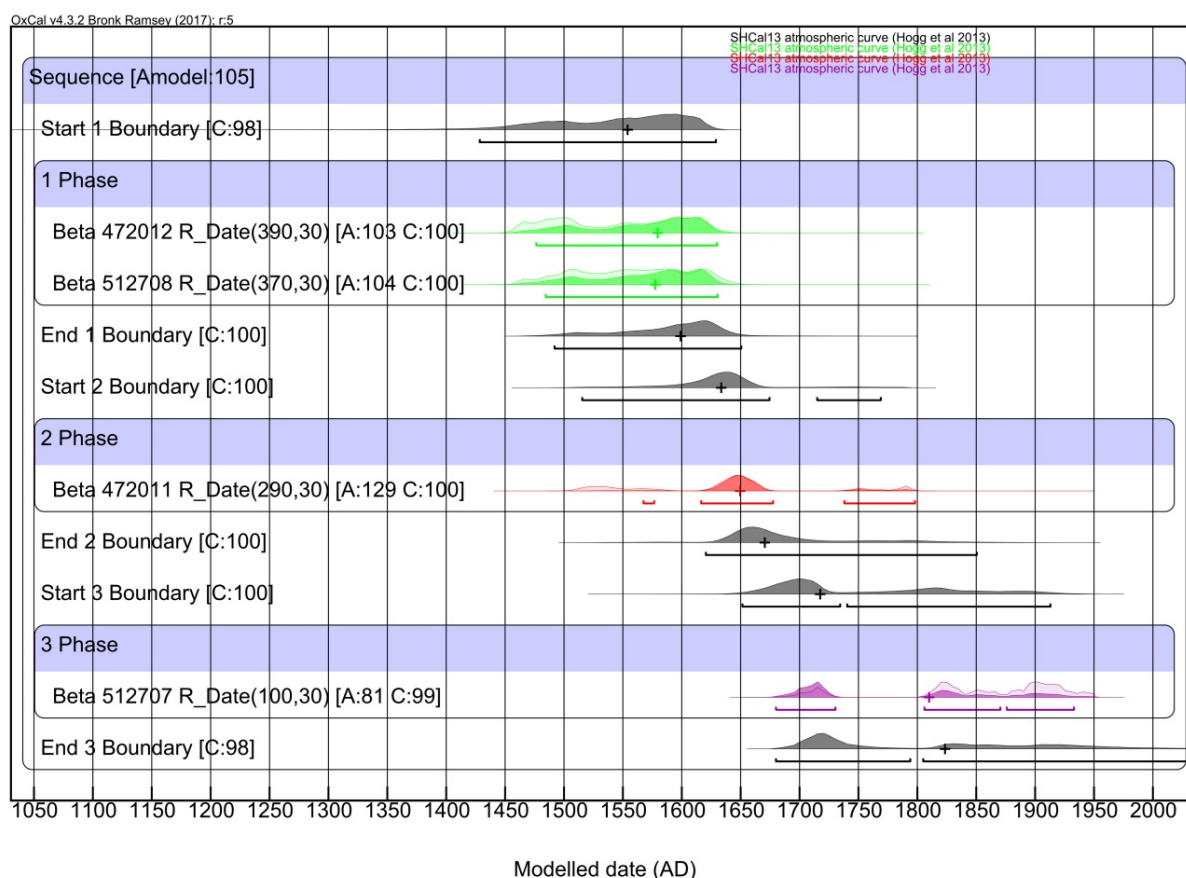
Fonte: OxCal v4.3.2 (BRONK RAMSEY, 2017).

Quadro 14 – Datas modeladas da mancha de terra preta do sítio RS-T-132. Todas as datas foram arredondadas para os próximos 5 anos. *m* = mediana, *A* = Concordância, *C* = Convergência.

Nível	Contexto	Lab. Code	Conventional Radiocarbon Age AP	Cal A.D. (2σ) Modeladas	<i>m</i>	<i>A</i>	<i>C</i>
Final da Ocupação					1825		96.4
Nível 1	Carvão de Fogueira	512707	100±30	1670-1950	1810	81.5	98.3
Nível 2	Carvão de Fogueira	472011	290±30	1520-1800	1650	129.5	99.9
Nível 3	Carvão de Fogueira	512708	390±30	1480-1640	1580	104.5	99
Nível 4	Carvão de Fogueira	472012	370±30	1470-1640	1580	103.4	99.1
Início da Ocupação					1555		96.8

Fonte: Da autora.

Figura 74 – Modelagem bayesiana para as datas da mancha de terra preta do sítio RS-T-132. As distribuições de probabilidade não modeladas são mostradas nas áreas coloridas com transparência, e os resultados do modelo bayesiano aparecem nas áreas coloridas sólidas. Barras sob cada distribuição representam 2σ. O sinal ‘+’ aponta a mediana. *C* = convergência, *A* = índice de concordância de cada data, *A*_{model} = índice geral de concordância do modelo.



Fonte: OxCal v4.3.2 (BRONK RAMSEY, 2017) e curva de calibração SHCal13 (HOGG et al., 2013).

A fase mais antiga (faixa de distribuição verde, Figura 74) se refere ao início da ocupação e parece estar vinculada ao processo de expansão das aldeias que ascenderam em direção à montante do Rio Forqueta no pós-1500, como discutimos preliminarmente no Capítulo 4. Para esse evento inicial, a mediana do nível 4 apontou a data específica de *(m)* Cal. A.D. 1580.

Diferente da dinâmica de permanência que observamos para o sítio RS-T-114, estimamos que essa primeira fase de ocupação do RS-T-132 tenha se estendido somente até os eventos marcados pela ação dos jesuítas e bandeirantes nas proximidades do Médio Forqueta, mais ou menos ocorridos entre ~Cal. A.D. 1630-1640. Durante esses eventos, o RS-T-132 parece ter sido abandonado e, após uma década de desocupação, parece ter sido reocupado em *(m)* Cal. A.D. 1650, iniciando a fase 2 (faixa de distribuição vermelha, Figura 74). A data *(m)* Cal. A.D. 1650 marca um momento histórico crucial para a região, quando as reduções jesuíticas e as bandeiras paulistas não mais existiam no centro no Rio Grande do Sul e muitos indígenas retornavam para aldeias antigas ou áreas mais isoladas. Contribuindo com a interpretação de um retorno, o nível que apresenta essa data (nível 2) é o que possui as cerâmicas com estilos decorativos associados aos processos de contato ocorridos nas reduções jesuíticas.

Interpretamos esses dados sugerindo que, embora os jesuítas e bandeirantes não estiveram especificamente no sítio RS-T-132, a dinâmica desse sítio foi influenciada pela chegada desses personagens nas proximidades, ocasionando mobilidade para fora dessa aldeia e um retorno posterior, diferente do que parece ter ocorrido no RS-T-114.

Por fim, a distância entre o resultado obtido para o nível 2 = *(m)* Cal. A.D. 1650, e da data obtida para o nível 1 = *(m)* Cal. A.D. 1810, não permite pensar que as ocupações foram contínuas entre os níveis 2 e 1. As medianas modeladas indicam um intervalo de ~160 anos entre esses níveis, nos levando a estipular uma terceira e última fase (faixa de distribuição roxa, Figura 74). A cultura material desse nível apresenta elementos relacionados à ocupação Guarani sob a influência de europeus, entretanto, trata-se de um intervalo extremamente recente, onde a mobilidade indígena ainda é pouco compreendida enquanto dinâmica étnica e

histórica. Dessa forma, não é possível saber com certeza quem ou o quê se passava no RS-T-132 durante a sua última fase de ocupação.

7.5 Carporrestos Carbonizados

Este último item de análise deve ser entendido como a nossa contribuição final sobre a ‘vida na aldeia’ Guarani, bem como com relação à divulgação das potenciais fontes de informação disponíveis nas manchas de terra preta Guarani. Além da cerâmica e do lítico que são tradicionalmente analisados para os contextos Guarani, recuperamos e analisamos assembleias de carporrestos carbonizados (sementes e outras partes de plantas) coletadas nas manchas de terra preta. A análise que realizamos aqui apresentou dois objetivos: 1) identificar cultivos domesticados nas assembleias buscando subsídios para melhor discutir as condições de produção de alimentos e uso do ‘espaço verde’ no RS-T-114 e, dessa forma, melhorar a interpretação sobre as condições de alta permanência dessa aldeia e 2) refinar as questões funcionais discutidas para esse sítio até então, observando para isso a variabilidade das assembleias de carporrestos.

Como ressaltamos no Capítulo 2, a pouca atenção dada aos vestígios botânicos de sítios Guarani resultou em um conhecimento genérico sobre o consumo botânico desses povos em contextos do passado. Quer dizer, embora as fontes históricas e trabalhos etnográficos tenham proporcionado amplas listas de plantas, são fontes limitadas quando recuamos na cronologia porque parte significativa do sistema alimentar e do manejo agroflorestal Guarani descrito foi reduzido às preferências coloniais, recebendo menos atenção dos cronistas do que temas como a mitologia e a religião, por exemplo. Dessa forma, análises arqueobotânicas em todas as suas facetas (microbotânica, antracologia, carpologia, etc.) representam meios investigativos essenciais para o conhecimento das preferências botânicas entre os Guarani do passado. As análises antracológicas têm se desenvolvido pouco a pouco para o contexto Guarani, mas ainda são trabalhos pontuais (ANGRIZANI et al., 2013; SECCHI et al., 2017). O mesmo ocorre para as

análises de assembleias de grãos de amido, que iniciaram apenas recentemente para o contexto Guarani (SCHNEIDER et al., 2016). A carpologia, por sua vez, ainda é inédita para o contexto Guarani.

Como fonte, é preciso recordar que os vestígios carpológicos permitem acesso a informações sociais sobre o consumo, economia, trabalho e a percepção dos povos indígenas com relação ao seu entorno, mas não refletem a composição tal e qual desse entorno (ANTOLÍN, 2010; 2011). Quer dizer, as amostras carpológicas devem ser sempre entendidas como amostras das preferências sociais e não da paisagem *per se*. Além disso, é preciso recordar que os carporrestos tampouco representam a totalidade das relações de percepção, trabalho e consumo dos povos do passado. O que se encontra é uma parte limitada desse processo, correspondendo, por exemplo, aos resíduos do consumo, aos resíduos de alguma fase do processamento, restos de oferendas cerimoniais, etc. Essas práticas sociais envolvidas geram limitações na identificação taxonômica das amostras. Mas, embora essas limitações comprometam o conhecimento da totalidade do consumo por um lado, por outro fornecem preciosas possibilidades de se discutir a função dos espaços analisados (por exemplo, a presença majoritária de tipo específico de planta demonstrando áreas de processamento, alta variabilidade de espécies, ou mesmo a presença de tipos específicos de danos diretamente relacionados ao processamento das espécies, etc.).

A assembleia analisada neste Capítulo advém de amostras da área 1 e 2 do RS-T-114, exclusivamente provenientes das manchas de terra preta dessas áreas. Para a área 1, a lixeira, foram coletados 0,40m³ (400ℓ) de sedimento em 2006 e para a área 2, a área de festins, um volume de 0,10m³ (100ℓ) de sedimento foi retirado da mancha de terra preta 2 na Quadra D2. Em laboratório, o sedimento foi processado com água e peneirado em malha de 3mm em duas etapas distintas: submersão em água, e, posteriormente, lavagem do sedimento com mangueira de baixa pressão. Embora o uso de mangueira possa ocasionar algum tipo de fragmentação nos vestígios (SCHEEL-YBERT et al., 2005), o processo de submersão não foi totalmente eficiente por conta do sedimento argiloso agregado aos vestígios, assim como também acontece em solos amazônicos (SILVA et al., 2013), dificultando a

flotação dos restos botânicos. Além dos carporrestos carbonizados, foram recuperados fragmentos de carvão vegetal e vestígios faunísticos de pequeno porte.

Para o sítio RS-T-132, por sua vez, realizamos a coleta de toda a camada da mancha de terra preta escavada na Quadra A-B, resultando em um volume de ~800ℓ de sedimento. Durante a coleta respeitamos as quadrículas de aparecimento e as estruturas de combustão evidenciadas. Esse sedimento foi levado para laboratório e processado com o auxílio de uma célula de flotação montada artesanalmente a partir do protótipo sugerido por Scheel-Ybert et al. (2005). Devido à textura argilosa do sedimento, submetemos as sobras da flotação à peneiragem com água e, por fim, realizamos catação manual dos vestígios que ainda restavam. Esse procedimento resultou na recuperação de uma considerável quantidade de vestígios botânicos carbonizados (carporrestos e lenhos carbonizados), ainda em processo de análise e que, por esse motivo, não serão apresentados aqui. É possível destacar, entretanto, que a amostra de carporrestos carbonizados do RS-T-132 apresenta-se visivelmente distinta da amostra analisada do RS-T-114.

A análise da assembleia do RS-T-114 foi realizada em duas partes: a identificação taxonômica dos vestígios e a análise tafonômica da preservação da amostra. A análise tafonômica corresponde a uma das etapas mais importantes da análise carpológica (ANTOLÍN; BUXÓ, 2011), uma vez que processos sociais e naturais atuam nas amostras durante e após o seu abandono. Essas circunstâncias influenciam diretamente a preservação dos vestígios e a formação dos conjuntos, tornando necessária a avaliação da sua preservação para a sua validade amostral (ANTOLÍN, 2010; ANTOLÍN; BUXÓ, 2011).

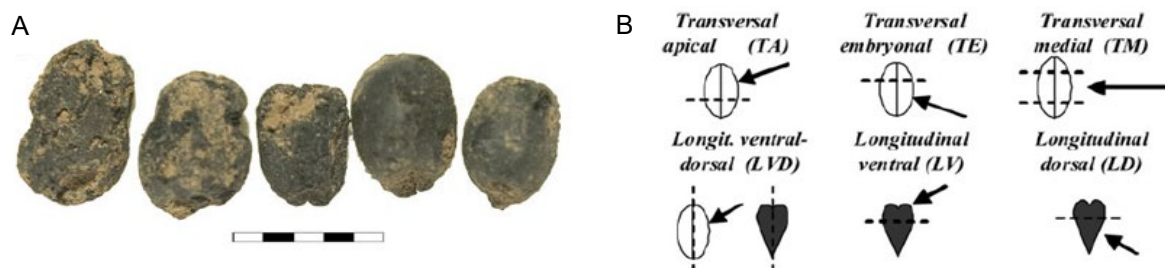
Dividimos a análise tafonômica em duas partes, sendo uma aplicada a todos os vestígios e outra realizada apenas nas cariopses de *Zea mays* L. (milho), uma vez que essa foi a espécie mais frequente e representativa do conjunto. Essa última análise foi realizada para que se pudesse observar com detalhes o nível de preservação da amostra a partir da conservação do pericarpo, admitindo hipoteticamente que pericarpos bem conservados significam um bom espectro de conservação geral. Realizamos essa etapa com base na proposta metodológica de Antolín (2010) e Antolín e Buxó (2011) para cereais, adaptando então para as cariopses de milho, cujo estado de preservação dos pericarpos foi medido em cinco

níveis: superdegradado, degradado, semidegradado, semi-intacto e intacto (FIGURA 75a).

Para a análise tafonômica geral avaliamos as seguintes variáveis: a parte da planta (cariopse, espiga, cotilédone, semente, endocarpo, etc.), o tipo de preservação (carbonização, umidade, dessecação, etc.), o grau de fragmentação (inteira, semi-inteira [$>$ que a metade], metade e fragmento [$<$ que a metade]), o tipo de fragmentação e aplicação de 'trabalho' na semente. O tipo de fragmentação corresponde ao irregular, geralmente associada ao processamento do grão, fruto ou semente, ou ao regular, geralmente originário da carbonização ou fragmentação pós-deposicional (ANTOLÍN; BUXÓ, 2011). A evidência de aplicação de trabalho no vestígio corresponde a uma tentativa de se observar traços de elaboração de algum artefato (ANTOLÍN; BUXÓ, 2011).

Para o estabelecimento do número mínimo de indivíduos (NMI) para a realização do percentual relativo da amostra, utilizamos a metodologia proposta por Antolín e Buxó (2011) elaborada para a contagem de cereais, com adaptações então para o milho. A obtenção dos NMI das cariopses levou em conta o número de vestígios inteiros acrescidos do maior número de fragmentos transversais, considerando que uma cariopse de milho não pode gerar mais de uma dessas partes; posteriormente, o número de fragmentos longitudinais divididos por dois, uma vez que uma cariopse pode dar origem a dois músculos ventrais-dorsais longitudinais (FIGURA 75b). Para Malvaceae e Fabaceae levamos em conta o número de vestígios inteiros e semi-inteiros ($>$ que a metade) acrescidos do número de fragmentos transversais e longitudinais das sementes dividido por dois, uma vez que cada semente desses *taxa* pode dar origem a duas metades iguais. Para os endocarpos de Arecaceae contamos os indivíduos semi-inteiros ($>$ que a metade) acrescidos das bases e dos ápices fragmentados, uma vez que cada endocarpo gera apenas uma dessas partes, descartando a contagem dos fragmentos diminutos que não apresentavam base ou ápice. Os carporrestos identificados taxonomicamente como tipos únicos, ou os não identificados enquanto *táxon*, mas únicos enquanto critérios morfológicos, foram contabilizados como indivíduos inteiros, uma vez que não poderiam apresentar repetição na coleção.

Figura 75 – (A) Classificações utilizadas para avaliação da degradação do pericarpo das cariopses de cereais, da esquerda para a direita: superdegradadas, degradadas, semidegradadas, semi-intactas e intactas. (B) Critérios de fragmentação utilizados para o estabelecimento do NMI.



Fonte: Antolín e Buxó (2011, p. 54-55).

Para a descrição taxonômica dos vestígios projetamos um banco de dados em uma planilha *Excel* em que cada item analisado corresponde a uma linha e cada coluna a uma variável, onde avaliamos elementos taxonômicos e o tafonômicos (ANTOLÍN; BUXÓ, 2011) com o auxílio do Estereomicroscópio Leica em aumentos de 10x~40x para a análise dos carporrestos e Estereomicroscópio Leica EZ4 HD e Microscópio Digital Dino-Lite Edge 5MP para a captura das imagens. A identificação das espécies foi realizada a partir das características biométricas (largura, comprimento e espessura) (ANTOLÍN; BUXÓ, 2011; CALO, 2014) e morfológicas dos carporrestos (reniforme, reniforme larga, elíptica, elíptica larga, oval, oval larga, globular, etc.) (GOMES-JÚNIOR et al., 2009; CALO, 2014), utilizando para a identificação do *táxon* diferentes atlas de determinação, bibliografias especializadas e coleção de referência atual. As amostras identificadas taxonomicamente foram revisadas pela especialista em botânica, Dra. Elisete Freitas, coordenadora do Laboratório de Botânica do Museu de Ciências Univates.

7.5.2 Resultados Taxonômicos e Tafonômicos

Foram recuperados e analisados 472 vestígios carpológicos preservados por carbonização, sendo esse o único tipo de preservação detectado. Como pode ser visto no Quadro 15, entre os NMI contabilizados (n=274) identificamos 15 *taxa* de

seis plantas cultivadas ou domesticadas: *Zea mays* L. (milho), *Phaseolus vulgaris* L. (feijão-comum), cf. *Phaseolus lunatus* L. (feijão-fava), *Phaseolus* sp., *Manihot esculenta* Cranz. (mandioca) e Cucurbitaceae; e nove plantas silvestres: *Ceiba speciosa* (A. St.-Hil.) Ravenna (paineira), *Enterolobium contortisiliquum* (Vell.) Morong (timbó), Fabaceae Tipo 1, Lauraceae Tipo 1, *Syagrus romanzoffiana* (cham.) glassman (jerivá), Arecaceae (palmeiras) e *Dicksonia* sp. (xaxim).

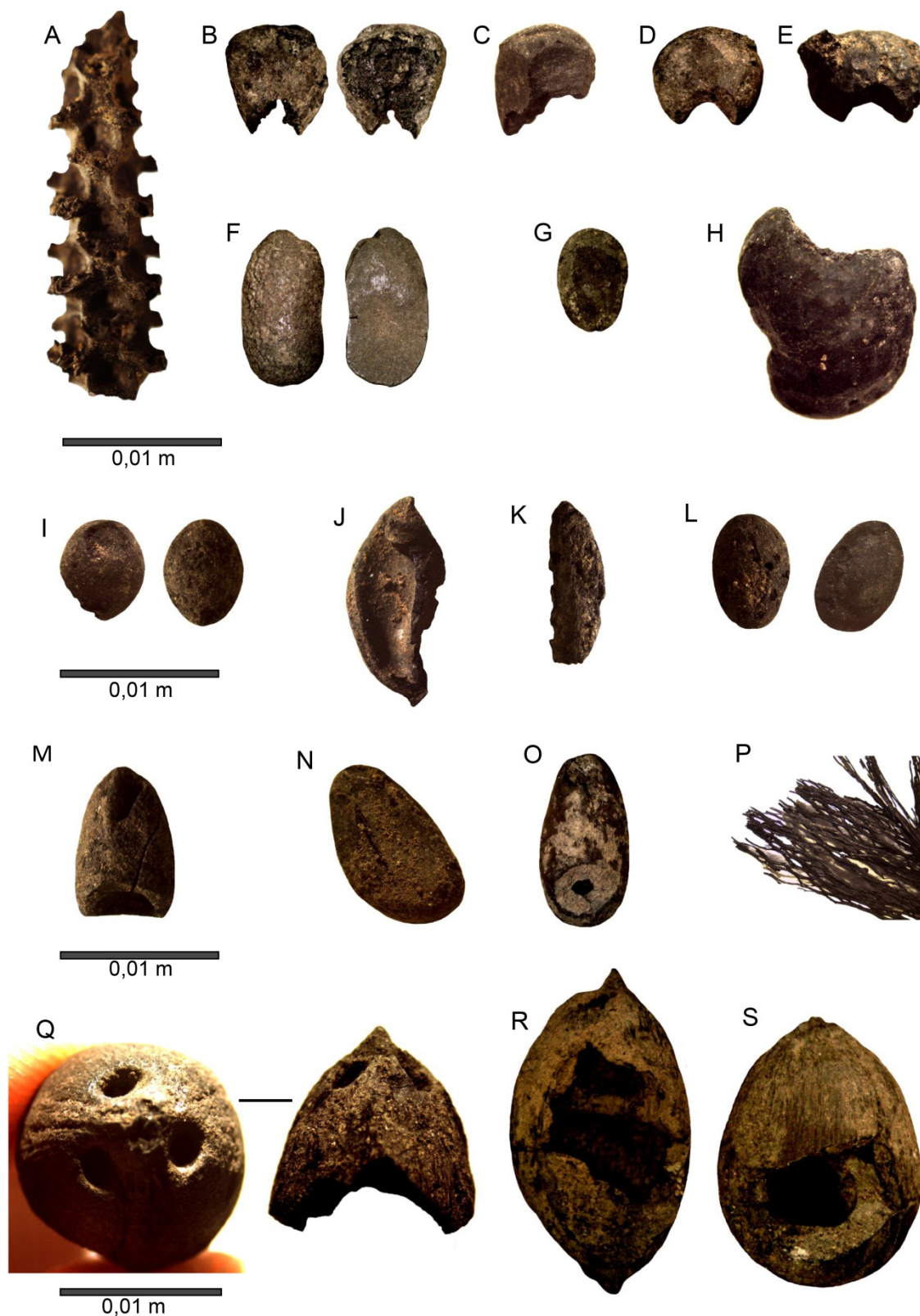
Quadro 15 – Identificação taxonômica: *táxon* (família e espécie ou tipo), número de vestígios por área amostrada e Número Mínimo de Indivíduos (NMI).

<i>Táxon</i>	Plantas Cultivadas	Área 1	Área 2	Total	NMI
Poaceae	<i>Zea mays</i> L.	239	10	249	205
Euphorbiaceae	<i>Manihot esculenta</i> Crantz	1	0	1	1
Fabaceae	<i>Phaseolus vulgaris</i> L.	7	1	8	7
	<i>Phaseolus</i> sp.	1	0	1	1
	cf. <i>Phaseolus lunatus</i> L.	1	1	2	2
Cucurbitaceae	Tipo 1	1	0	1	1
<i>Táxon</i>	Plantas Silvestres				
Malvaceae	<i>Ceiba speciosa</i> (A. St.-Hil.) Ravenna	37	1	38	19
	cf. <i>Ceiba speciosa</i> (A. St.-Hil.) Ravenna	2	0	2	2
Lauraceae	Tipo 1	2	0	2	2
Fabaceae	<i>Enterolobium contortisiliquum</i> (Vell.) Morong	2	0	2	2
	Tipo 1	5	0	5	4
Arecaceae	<i>Syagrus romanzoffiana</i> (Cham.) Glassman	9	0	9	9
	Não identificado	22	3	25	8
Dicksoniaceae	<i>Dicksonia</i> sp.	1	0	1	1
Não identificadas		120	6	126	10
		450	22	472	274

Fonte: Da autora.

Para *Z. mays* (milho), as cariopses apresentam-se como as partes mais frequentes, seguidas de fragmentos de pericarpo e de espiga. O diâmetro das partes das espigas preservadas variaram entre 5-10mm (FIGURA 76a); as cariopses apresentaram formato oval e base mais estreita, sugerindo tipo ‘dentado’ (FIGURA 76b) com espessura de 4mm, largura de 6,8mm e comprimento de 7mm; formato poliédrico e laterais marcadas (FIGURA 76c) com espessura entre 6-4,5mm e largura entre 6,8-5,5mm; e formato globular, por vezes mais largas do que longas, sugerindo tipo ‘duro’ (FIGURA 76d-e), com espessura entre 6,7-3,4mm, largura entre 8,6-3,2mm e comprimento entre 6,8-3,5mm (cf. BRIEGER, 1958; GOETTE et al., 1994; OLISZEWSKI, 2008; OLISZEWSKI; OLIVERA, 2009; PETRUCCI; LEMA, 2016).

Figura 76 – Taxa identificados. (A) Fragmento de espiga de *Z. mays*. (B-E) Cariopses de *Z. mays*, (F) Cotilédone de *P. vulgaris*. (G) Semente de *Phaseolus* sp. (H) Semente de cf. *P. lunatus*. (I) Cotilédone de *C. speciosa*. (J) Cápsula de *M. esculenta*. (K) Semente de Cucurbitaceae. (L) Cotilédones de Fabaceae Tipo 1. (M) Semente de Lauraceae. (N-O) Semente de *E. contortisiliquum*. (P) Fibras de *Dicksonia* sp. e (Q-S) Endocarpos de *S. romanzoffiana*.



Fonte: Elaborado a partir do Acervo Labarq-Univates.

Em *P. vulgaris* (feijão-comum) observamos cotilédones reniformes com hilo (FIGURA 76f) (OLISZEWSKI, 2004; BABOT, OLISZEWSKI; GRAU, 2007; LEMA, 2009; CALO, 2014; CUNY; SHLICHTA; BENREY, 2017), largura de 5mm e comprimento entre 9,9-5mm; em *Phaseolus* sp. formato reniforme largo com marca de hilo (FIGURA 76g), mas menor do que *P. vulgaris* (BABOT; OLISZEWSKI; GRAU, 2007; CALO, 2014), com largura de 4mm e comprimento de 7mm.

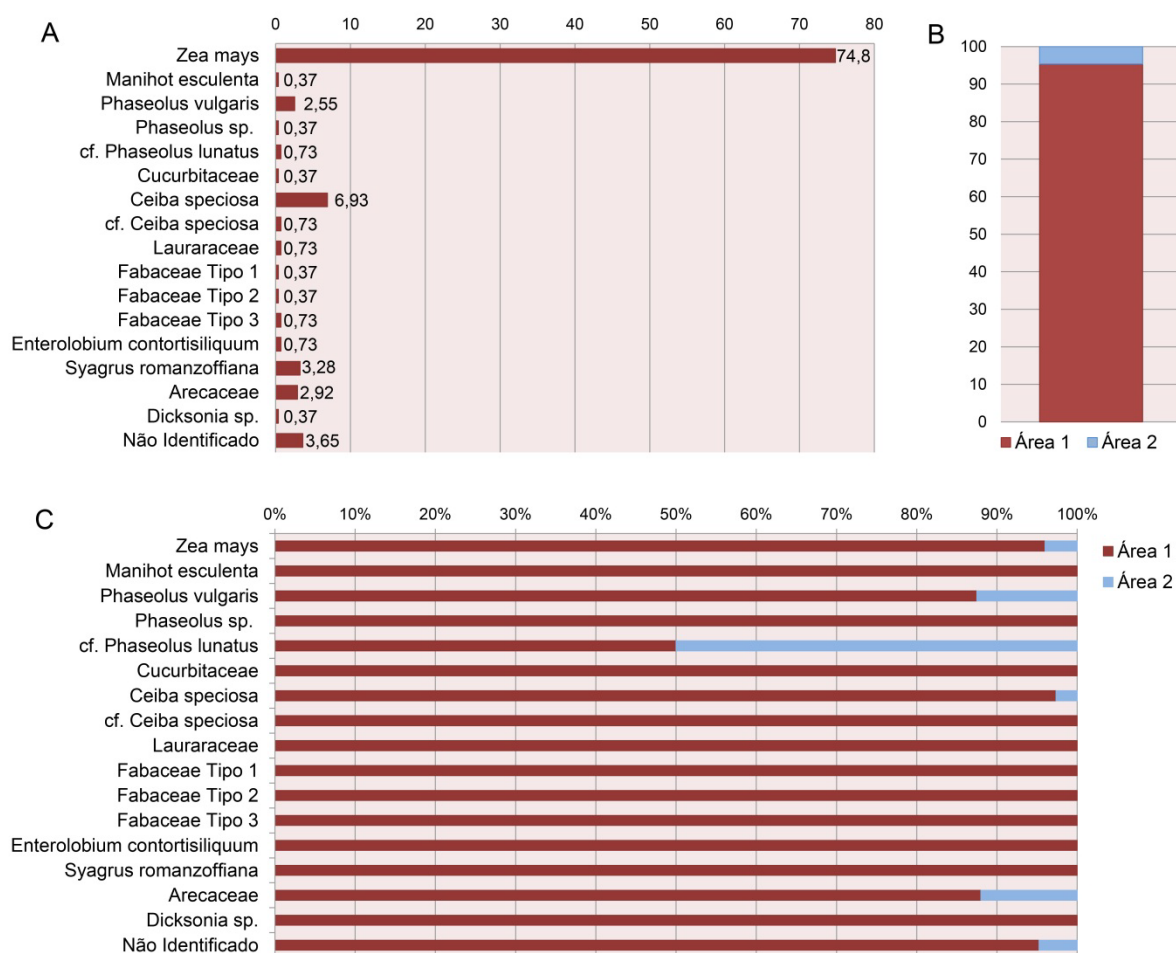
As sementes e cotilédones sugestivos para cf. *P. lunatus* (feijão-fava) (FIGURA 76h) apresentaram formato reniforme largo, largura entre 9-6mm e comprimento entre 11-8mm (SALGADO et al., 1995). Fabaceae Tipo 1 (FIGURA 76l) apresentou cotilédones elípticos com largura entre 6-5,5mm e comprimento entre 4-5,2mm (coleção de referência atual). *M. esculenta* apresentou um fragmento de cápsula de semente (FIGURA 76j) (TOLEDO, 1963; SHOCK, 2010). Cucurbitaceae está representada por um fragmento de semente elíptica (FIGURA 76k) com espessura de 1,3mm e comprimento de 10mm.

Em *C. speciosa*, com exceção de uma semente inteira, evidenciamos cotilédones ovais e bastante homogêneos morfologicamente (FIGURA 76i) com espessura entre 5-3mm e comprimento entre 7-4mm (RAMALHO, 1972; LAZAROTTO et al., 2011 e coleção de referência atual). Em Lauraceae observamos sementes ocas fragmentadas (FIGURA 76m) com espessura entre 5,5-4,5mm (WANDERLEY et al., 2003 e coleção de referência atual). *E. contortisiliquum* (timbó) apresentou sementes inteiras, ovaladas e assimétricas com espessura entre 5-5,7mm e comprimento de 9,5mm (FIGURA 76n-o). *Diksonia* sp. (xaxim) está representada por fragmentos de fibra cuja espessura é de 1,3mm (FIGURA 76p) (coleção de referência atual). Em *S. romanzoffiana* (jerivá), os endocarpos apresentaram ápice apiculado, espessura entre 10-9mm, comprimento entre 18-15mm e distância dos poros para o pólo entre 6-2mm (FIGURA 76q-r), valores coerentes com Bonomo e Capeletti (2014), Soares et al. (2014), Moura et al. (2010) e coleção de referência atual.

O milho é o *táxon* mais frequente dessa assembleia, ocupando quase 75% dos NMI (GRÁFICO 17a). A diferença de quantidade de vestígios entre as duas áreas amostradas é considerável, sendo que quase 96% dos carporrestos (avaliando o número total dos vestígios) estavam depositados na área 1 (a lixeira)

(GRÁFICO 17b), ou seja, uma densidade de 1,12 carporresto/litro para a área 1 e apenas 0,22 carporresto/litro para a área 2. Apesar da diferença quantitativa entre as áreas, não notamos importante variabilidade taxonômica (GRÁFICO 17c), uma vez que os *taxa* que aparecem exclusivamente na área 1 (*M. esculenta*, Cucurbitaceae, Fabaceae, Lauraceae, *E. contortisiliquum* e *Dicksonia* sp.) são pouco significativos, apresentando um ou dois vestígios. Por outro lado, os *taxa* mais representativos aparecem em ambas as áreas, isto é, *Z. mays*, *C. speciosa*, Arecaceae, *S. romanzoffiana*, *Phaseolus* sp. e cf. *P. lunatus*. Não evidenciamos *taxa* exclusivos para a área 2. Esses resultados demonstram que embora a assembleia advinda de duas áreas distintas, ela é muito homogênea e indica correlação de uso entre as áreas 1 e 2, como já apontamos anteriormente.

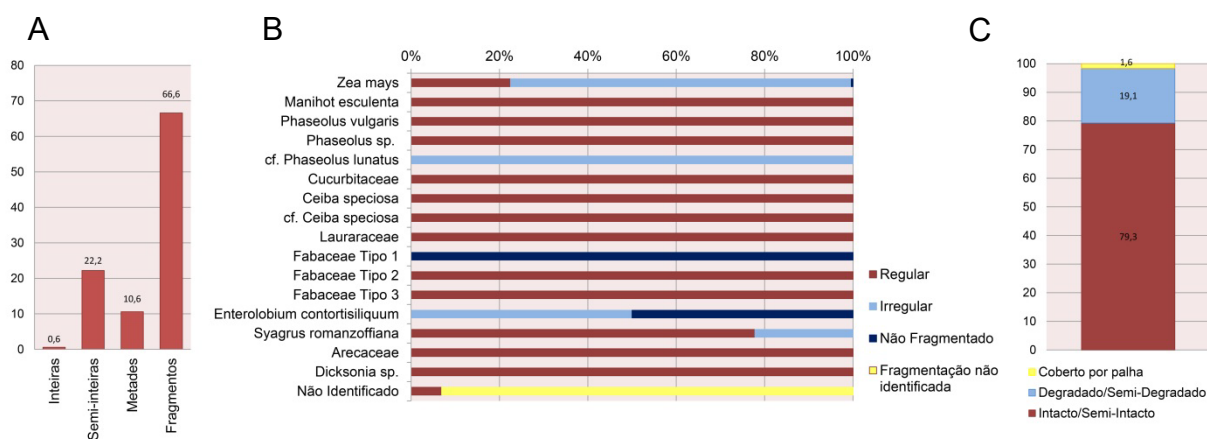
Gráfico 17 – (A) Percentual de espécies entre os NMI. (B) Percentual de vestígios recuperados por área. (C) Percentual de espécies por área.



Fonte: Da autora.

Com relação aos resultados tafonômicos, observamos que em 99,4% dos carporrestos há algum grau de fragmentação, incluindo vestígios semi-inteiros, as metades e os fragmentos, sendo que somente três estavam completamente inteiras (0,6%) (GRÁFICO 18a). Quando avaliamos os vestígios fragmentados com relação à regularidade ou irregularidade da quebra (GRÁFICO 18b) observamos que para algumas Fabaceae, com exceção de cf. *P. lunatus*, cuja fragmentação foi irregular, a fragmentação encontrada foi regular, ocorrendo geralmente como um corte longitudinal que partiu a semente entre os cotilédones, como observado em *P. vulgaris* e *Phaseolus* sp. O mesmo padrão regular de fragmentação foi encontrado nos vestígios de *C. speciosa*. Em *M. esculenta*, Lauraceae e Cucurbitaceae. As Arecaceae, com exceção de *S. romanzoffiana*, apresentaram fragmentação regular e seguiram se fragmentando durante a análise, deixando marcas retas e regulares ocasionadas, provavelmente, por rachaduras do processo de combustão.

Gráfico 18 – (A) Percentual do grau de fragmentação. (B) Tipo de fragmentação. (C) Grau de preservação do pericarpo das cariopses.



Fonte: Da autora.

Os dois únicos *taxa*, além do milho, que apresentaram dano por trabalho foram *S. romanzoffiana*, onde três endocarpos dessa palmeira apresentaram quebra circular na parte central (FIGURA 71r-s), e uma semente de *E. contortisiliquum* (timbó) que apresentou dois orifícios circulares próximos das extremidades longitudinais (FIGURA 71o). Para *Z. mays* (milho), a fragmentação irregular foi

predominante nas cariopses, ocorrendo geralmente na parte embrionária, estando essa fragmentada ou inexistente, e regular nos fragmentos de espiga. A fragmentação irregular das cariopses pode estar associada a algum tipo de processamento do milho durante seu uso, mas que ainda não medimos com detalhes. Por fim, a análise tafonômica realizada especificamente nas cariopses de milho indicou que o grau de erosão dos pericarpos foi relativamente baixo (80% intactos ou semi-intactos) (GRÁFICO 18b), sem diferenças resultantes entre a área 1 e área 2. Esses resultados indicam que apesar da fragmentação dos vestígios e da carbonização, a amostra está relativamente bem preservada.

7.4.3 Cultivos de Roça, Uso da Mata: Discutindo a Variabilidade

Nas assembleias do sítio RS-T-114 evidenciamos frequência elevada de milho (*Z. mays*), cujos vestígios arqueobotânicos têm sido recuperados em todas as regiões das terras baixas sul-americanas e das terras altas andinas, constituindo-se como a planta doméstica mais ubíqua dessas áreas (OLISZEWSKI, 2011; IRIARTE; DICKAU, 2012). Aparecem em assembleias de macrovestígios botânicos, de fitólitos, de grãos de amido e de pólen, e são recuperados tanto em sítios agrícolas, como em sedimentos lagunares ou resíduos de artefatos para processar vegetais (IRIARTE; DICKAU, 2012). Para o contexto Guarani, grãos de amido de milho e uma cariopse carbonizada haviam sido evidenciadas, respectivamente, no Delta do Paraná (BONOMO et al., 2011b), no Médio Rio Forqueta (SCHNEIDER et al., 2016) e nas planícies centrais do Rio Grande do Sul (SOARES, 2004), assim como os documentos históricos apresentam densos relatos sobre a importância do milho para os Guarani (e.g. NOELLI, 1993, 1994; NOELLI; LANDA, 1997; FELIPIM, 2001), descrevendo 13 variedades históricas do cultivo: *avati atã* (grão duro), *avati tatãe'y*, *avati ti* e *avatiky* (grão mole), *avati moroti* (grão branco), *avati guaykuru* (grão escuro), *avati ju* (grão amarelo), *avati chaire* e *avati pytã* (grãos vermelhos), *avati hara piavi* (espiga pequena), *avatiri* (grãos muito pequenos), *abati mby'á* (milho anão) e *avati pororo* (variedade para fazer palomitas) (GATTI, 1985; NOELLI, 1994).

Se durante o período colonial o milho era utilizado para fazer comidas pastosas, secas e bebidas fermentadas não alcoólicas e alcoólicas, como o cauim utilizado em *feasting* (e.g. NOELLI; LANDA, 1997; NOELLI; BROCHADO, 1998; ALMEIDA, 2015), estudos etnográficos seguem apontando que os Guaraní atuais são profundamente marcados pela cultura desse cultivo, cuja dependência econômica e simbólica é expressa no uso doméstico e cerimonial (e.g. CADOGAN, 1959; BRIEGER, 1958; SCHADEN, 1962; GATTI, 1985; CHAMORRO, 1995; GARLET, 1997, TEMPASS, 2005, 2012). Dados isotópicos lançados nos últimos anos têm demonstrado uma forte assinatura de plantas C₄ (milho) na dieta alimentar Guaraní (LOPONTE; ACOSTA, 2007; LOPONTE et al., 2016; BONOMO et al., 2017), confirmando as suspeitas de que esse era o principal cultivo de roça para os Guaraní pré-coloniais (e.g. SCHMITZ; GAZZANEO, 1991; PROUS, 1992).

O segundo cultivo mais frequente nas assembleias do RS-T-114 foi o gênero *Phaseolus* (feijões), com a presença de *P. vulgaris*, *Phaseolus* sp. e cf. *P. lunatus*. Nas listas históricas e etnográficas Guaraní estão incluídos 13 tipos de feijões associados ao gênero *Phaseolus* sp., descritos na categoria genérica *kumanda* (PEREIRA et al., 2016). Todas as evidências arqueológicas, morfológicas, químicas e moleculares disponíveis até o momento sugerem que *P. vulgaris* foi selecionado em vários centros de domesticação mesoamericanos e andinos (BABOT; OLISZEWSKI; GRAU, 2007), sendo os vestígios encontrados no RS-T-114 semelhantes em tamanho e morfologia à variedade domesticada. *Phaseolus* sp. possui algumas semelhanças biométricas com as variedades selvagens quando avaliamos, por exemplo, *P. vulgaris* var. *Aborígeneus* (Burkart) Baudet reportada para o noroeste argentino, que pode ser reconhecida por suas sementes achatadas e com tamanho variando em média entre 5-10mm de comprimento, 3,5-7mm de largura e 3-4,5mm de espessura (cf. SINGH et al., 1991; ZALOCCHI et al., 1995). Apesar disso, populações selvagens de *Phaseolus* L. crescem, atualmente, desde o Norte do México até o Norte da Argentina, em altitudes entre 500 e 2000masl, e não são referenciadas como naturais para o Brasil (DEBOUCK, 1986; FREITAS, 2006), tornando inconsistente, por enquanto, a discussão da presença de feijões selvagens na área de estudo.

P. lunatus (feijão-fava) também é uma espécie com ampla distribuição no continente americano, apresentando pelo menos três *pools* genéticos de variedades selvagens, sendo dois mesoamericanos (MI e MII) e um andino (AI), além da possível existência de um *pool* na região central da Colômbia (CHACÓN-SÁNCHEZ; MARTÍNEZ-CASTILLO, 2017). Enquanto as variedades andinas apresentam sementes grandes, geralmente cultivadas acima de 1800masl, as variedades mesoamericanas são constituídas por sementes menores e cultivadas abaixo de áreas com 1600masl (SALGADO et al., 1995; CUNY; SHLICHTA; BENREY, 2017). Essa última é a variedade de *P. lunatus* geralmente reportada para o Brasil (LEWIS, 1987; SALGADO et al., 1995), apresentando também morfologia e biometria coerentes com as sementes evidenciadas no sítio RS-T-114.

Embora essa espécie não apareça nas listas históricas Guarani de forma específica, a categoria dos feijões é pouco compreendida com relação às variedades e espécies utilizadas. Na categoria dos feijões aparecem, além do gênero *Phaseolus* L., outras Fabaceae: *Cajanus cajan* (L.) Huth. (feijão-guandu ou *kumanda yvyra'í*), *Strophostyles* sp. (*kumanda cha'í*), *Canavalia ensiformis* (L.) DC. (fava-de-rama ou *kumanda usu*), *Calopogonium mucunoides* Desv. (inajá ou *kumanda guyra*) (PEREIRA et al., 2016).

M. esculenta (mandioca) é tratada por muitos autores como o 'cultígeno-base' das populações amazônicas (LATHRAP, 1970; BROCHADO, 1977), aparecendo de forma destacada nos relatos do contato (BARGHINI, 2004). Com origem geralmente associada à Amazônia (CLEMENT et al., 2015), alguns estudos têm apontado que a origem da versão domesticada desse cultivo estaria no Cerrado brasileiro e sua disseminação neotropical já estabelecida há pelo menos 6500 AP (ISENDHAL, 2011). Apesar de ser encontrada em assembleias de macrovestígios botânicos carbonizados (UGENT; POZORSKI; POZORSKI, 1986), raízes e tubérculos têm sido tipicamente sub-representados ou ausentes nessas assembleias, em especial porque o consumo pode deixar apenas cascas finas ou fibras não comestíveis ou causar drástica fragmentação durante o processamento, assim como são pouco propícias à geração de fitólitos (CHANDLER-EZELL et al., 2006; IRIARTE; DICKAU, 2012). São melhor representados em assembleias de grãos de amido, onde os resultados são frequentes para *M. esculenta* (e.g. FREITAS, 2004; WESOLOWSKI

et al., 2010; DICKAU et al., 2012; IRIARTE; DICKAU, 2012; BONOMO et al., 2011b; CORTELETTI et al., 2015). No sítio RS-T-114 encontramos um único fragmento de cápsula de semente de mandioca, mesmo tipo de vestígio relatado para o Sudeste brasileiro (SCHOK, 2010). Apesar da baixa frequência para o sítio, provavelmente relacionada às condições de preservação da espécie, os relatos e documentos sugerem que os Guarani dominavam 24 variedades de mandioca (*mandi'o* para os Guarani), manipulando-as como alimento cozido, assado, na forma de farinha ou como bebida fermentada alcoólica, cuja mandioca um dos ingredientes do cauim (BROCHADO, 1977; NOELLI; BROCHADO, 1998; ALMEIDA, 2015).

Cucurbitaceae (abóboras) são frequentes em sítios arqueológicos de muitas partes do continente americano (PIPERNO; STOTHERT, 2003). *Cucurbita* sp. (abóboras e cabaças), juntamente com *Lagenaria siceraria* (Mol.) Standl (*bottle gourd*), estavam entre as primeiras plantas manipuladas e domesticadas nas Américas (PIPERNO et al., 2000; PIPERNO; STOTHERT, 2003). Levando em conta que esse é um grupo de plantas que produz fitólitos em abundância (PIPERNO, 1991), grande parte dos registros são recuperados a partir desse microvestígio (e.g. PIPERNO et al., 2000; PIPERNO; STOTHERT, 2003; BOZARTH et al., 2009; IRIARTE et al., 2010; DICKAU et al., 2012; CORTELETTI et al., 2015), mas também aparecem em assembleias de macrovestígios (SCHOK, 2010; DICKAU et al., 2007). Para o contexto Guarani, essa família é largamente citada nas fontes históricas e etnográficas, em especial em espécies como *Cucurbita maxima* Duchesne ex Lam. (abóbora-menina ou *kurapepê*) e *Cucurbita moschata* Duchesne (abóbora-de-pescoço ou *andaí*) (PEREIRA et al., 2016). Distinta das características das sementes das abóboras, o fragmento evidenciado no sítio RS-T-114 parece ser de algum tipo de melão. Nas fontes Guarani são citados dois melões nativos, *Momordica charantia* L. (melão de são-caetano) e *Sicana odorifera* (Vell.) Naudin (cruá), conhecidos entre os Guarani como *andaimi* e *kurunga*, respectivamente (PEREIRA et al., 2016).

Dentre as espécies silvestres evidenciadas estão *C. speciosa*, *S. romanzoffiana* e outros fragmentos de endocarpo de Arecaceae, bem como *E. contortisiliquum*, Lauraceae e *Dickosia* sp., todas nativas do Bioma Mata Atlântica (FLORA DO BRASIL 2020, c2019). Dessas, a mais frequente foi *C. speciosa* (*samu'u* para os Guarani), uma árvore que pode alcançar entre 15 a 30m de altura,

apresentando grande importância para alimentação da fauna silvestre. A abertura dos frutos revela a presença da polpa, fibra vegetal semelhante ao algodão, e a madeira é branca, leve, de baixa resistência, mas extremamente fibrosa e útil na confecção de canoas e outros artefatos (LORENZI, 2016; PEREIRA et al., 2016). *E. contortisiliquum* é conhecida entre os Guarani como *timbo moroti* (NOELLI, 1993; DUJAK, 2010), está presente na Mata Atlântica e é apropriada para fabricação de canoas e outros artefatos, em especial pela facilidade no manejo e acabamento (LORENZI, 2016). As referências indicam que os Guarani utilizavam o caule, a casca e o fruto (PEREIRA et al., 2016), com destaque para funções ictiotóxicas, uma vez que a toxina dessa planta é capaz de paralisar peixes (DUJAK, 2010; KELLER, 2008), bem como para fins medicinais, agindo como descongestionante, larvicida e vermífuga (NOELLI, 1998). As sementes são extremamente duras, sendo que em uma verificamos a presença de marcas de trabalho (FIGURA 70o) semelhante às contas de colar elaboradas com sementes de *Prunus* sp. no mediterrâneo (ANTOLÍN; BUXÓ, 2011).

A família Lauraceae, com ampla distribuição na Mata Atlântica, possui pelo menos 26 espécies relatadas para os Guarani (PEREIRA et al., 2016), destacando-se os gêneros *Nectandra* sp. e *Ocotea* sp. (SOUZA; LORENZI, 2008), conhecidas como *aju'y* entre os Guarani e utilizadas para extrair óleos e temperos, bem como para construções, armadilhas e instrumentos em geral (PEREIRA et al., 2016). Espécies de *Dicksonia* sp. eram conhecidas como *chachíí* entre os Guarani. Suas raízes eram consumidas (PEREIRA et al., 2016) mas, em especial, suas fibras poderiam ser utilizadas como material construtivo para as casas, assim como ainda acontece em algumas aldeias atuais (PRUDENTE, 2017).

Das plantas silvestres encontradas nas assembleias do RS-T-114, a família Arecaceae, composta pelas palmeiras, assume especial importância para os Guarani, assim como para quase todas as primeiras ocupações humanas da América do Sul (MORCOTE; BERNAL, 2001; KNEIP, 2009; BERNAL et al., 2011; BONOMO; CAPELETTI, 2014). O uso pré-colonial resultou no manejo de 96 espécies de palmeiras, embora apenas duas são consideradas efetivamente domesticadas, *Bactris gasipaes* Kunth. e *Parajubaea cocoides* Burret (BERNAL et al., 2011). A etnografia e os documentos históricos apontam pelo menos nove

espécies para os Guarani, cuja utilização está relacionada com a confecção de cestarias, esteiras, produção de farinha, confecção do telhado das casas com as folhas e fibras, confecção de arcos e pontas de flechas com o cerne do caule e tecelagem com as fibras das cascas (GATTI, 1985; NOELLI, 1993; PEREIRA et al., 2016). As drupas eram consumidas cruas, assadas, fervidas e piladas (NOELLI, 1993) e as sementes protegidas pelo duro endocarpo também eram exploradas para alimentação, quando os endocarpos eram partidos com o auxílio de pedras (ACOSTA; ROMAN, 2013), como sugerem os endocarpos com quebras circulares evidenciados em *S. romanzoffiana* no sítio RS-T-114 (FIGURA 70r-s). Endocarpos de Jerivá (*pindó* entre os Guarani) são reportados com frequência em achados arqueológicos Guarani (LOPONTE, 2008; MILHEIRA, 2008; POLITIS et al., 2011; BONOMO et al., 2011b; ACOSTA; ROMAN, 2013; BONOMO; CAPELATTI, 2014), possuindo um papel singular na economia e na cosmologia desses povos, aparecendo nos mitos de fundação, na escolha do local de estabelecimento das casas de reza (CADOGAN, 1959), bem como indicativo de boas áreas cultiváveis e pouco exploradas pelos não indígenas (KRIEGER et al., 2014). Relata-se também a realização de manejos pré-coloniais sobre essas palmeiras, como a criação dos ‘palmeirais’ artificiais descritos no século 17 como *pindôtiba* (NOELLI, 1993; ACOSTA; ROMAN, 2013) ou manejos atuais para o cultivo de coleópteros nos caules (ARAÚJO; KELLER; HILGER, 2017).

Esses resultados demonstram que havia um importante jogo de utilização entre a roça (*cóg*) e mata circundante (*caá*) entre os Guarani com relação à seleção de suas plantas. Enquanto introduziram plantas cultivadas e domesticadas a longas distâncias, realizando, provavelmente, ajustes regionais para o plantio, também utilizavam plantas locais e nativas, coletadas ou manejadas nas áreas florestais. A presença sugestiva para três variedades de milho, o tipo dentado, grãos poliédricos e o tipo duro, bem como tipos de feijões distintos, sugere que um importante grau de domínio sobre os cultivos estava estabelecido nessa aldeia.

É preciso destacar, entretanto, que o amplo pacote de plantas úteis Guarani que apontamos brevemente no Capítulo 2 não está refletido nas amostras analisadas. Os resultados apontaram claramente pouca variedade geral e uma considerável predominância do milho nas assembleias, sugerindo que a amostra

não traduz o quadro botânico Guarani enquanto abundância. A ausência de tubérculos e raízes em assembleias de macrovestígios pode ser explicada pela baixa preservação ocasionada durante o processamento ou consumo, mas, de forma geral, a análise tafonômica realizada nos pericarpos de milho demonstrou que a preservação do conjunto foi bastante alta, indicando que a falta de variedade de outras espécies pode não ter sido uma consequência necessariamente tafonômica, mas sim o reflexo das atividades que ocorriam na área 2. A conexão cronológica e taxonômica entre essas áreas e a lixeira sugere que os excessos da comensalidade eram depositados na área 1 após o processo de limpeza, assim como se verifica entre os *Asurini* do Xingu, falantes do Tupí-Guaraní, onde a limpeza das áreas de convívio ocorre com certa periodicidade e os rejeitos são varridos e incinerados em áreas de descarte (SILVA, 2009).

Levando em conta o caráter de comensalidade festiva da área 2, é possível sugerir que entre os Guarani antigos, assim como para os atuais, a importância do milho não se refletia somente enquanto consumo doméstico, possuindo significância durante as festas e os rituais. Relembramos, por exemplo, que hoje o ritual *kunumi pepy* (colocação do *tembetá*) acontece tradicionalmente associado à festa anual do milho Guarani, a *avatikyry avati ñemongarai*, que simboliza a abertura da época do seu consumo (FELIPIM, 2001). Para esse último aspecto, que dizer, a presença de ‘comidas para os rituais’, sugerimos fortemente que os distintos tipos de cariopses evidenciados nas amostras, sendo o tipo ‘duro’ o mais comum, deve ser encarado como uma possibilidade forte de que tipos específicos de milho poderiam ser utilizados selecionadamente entre os Guarani já no passado. Entre os Guarani atuais essa é uma questão largamente conhecida, pois o milho ritual não é o mesmo que o milho doméstico (BRIEGER, 1958; SCHADEN, 1962; FELIPIM, 2001), bem como o milho dos *juruá* (não indígenas) não apresenta o mesmo *status* de importância do que o milho tradicional para o consumo das aldeias (LADEIRA, 2008).

7.6 Função, *Status* e Permanência: Uma Síntese

Devido à extensão deste Capítulo, gostaríamos de sintetizar brevemente os tópicos analisados conectando os resultados em três aspectos que consideramos correlacionados: 1) as diferentes funcionalidades das áreas dos sítios, 2) o *status* e a significância desses sítios para o contexto regional e 3) as diferentes dinâmicas cronológicas e de permanência entre eles.

Entre as primeiras questões apontadas sugerimos que os espaços analisados dos sítios RS-T-114 e RS-T-132 cumpriam funções distintas. O RS-T-114 se configurava como uma área de integração social de festins, banquetes e rituais (a área 2), que foi inaugurada algumas décadas depois da ocupação desse sítio. A área 1, mais antiga, teria se tornado uma lixeira das atividades desenvolvidas na área 2. As recorrentes limpezas geraram um acúmulo pequeno de camada arqueológica na área 2, embora cronologicamente atestou-se um longo período de ocupação. Na área 2 não foi possível observar mudanças na cerâmica, tampouco mudanças claras na funcionalidade da área, parecendo ter protagonizado atividades festivas que deixaram uma considerável quantidade de fragmentos de cerâmica pintada desde os primeiros níveis de ocupação. Além do longo intervalo cronológico verificado na pouca espessa mancha 2 da área 2, a modelagem bayesiana foi convergente com a estimativa de que essa ocupação foi contínua, demonstrando um índice de concordância positivo ($A_{\text{model}}=104\%$). Esses resultados indicaram, entre outras coisas, que provavelmente o RS-T-114 não foi desocupado e reocupado durante os quase quatro séculos de atividade, mantendo-se ativo durante os conturbados eventos históricos desenvolvidos em ~A.D. 1630-1640 e apresentando ainda a possibilidade de um colapso bastante tardio, com boas evidências cronológicas de que pode ter sido próximo de (*m*) Cal. A.D. 1745.

Na outra mão temos o sítio RS-T-132, cuja função parece ter exercido atividades domésticas, cotidianas ou expeditivas. Foi ocupado posteriormente ao RS-T-114, durante os eventos de enxameamento ocorridos no Médio Forqueta no pós-1500, assim como as datas dos níveis mais antigos demonstraram, sugerindo um momento inicial em (*m*) Cal. A.D. 1580, se levarmos em conta os resultados da

modelagem bayesiana. A dinâmica de ocupação desse sítio não parece ter se mantido contínua, nos levando a sugerir três fases de ocupação apoiadas pela modelagem bayesiana. Para essa dinâmica estimamos que após algumas décadas de ocupação os Guarani desocuparam essa aldeia diante da pressão jesuítica e bandeirante do entorno regional. Aproximadamente em (m) Cal. A.D. 1650, logo após a saída desses estrangeiros, essa aldeia parece ter sido reocupada por um grupo Guarani que trazia consigo uma cerâmica modificada. Nessa cerâmica modificada observamos, especialmente, alta frequência de decorações escovadas e incisas, bem como formatos ‘estranhos’ a qualquer outra cerâmica Guarani frequentemente encontrada na região. Uma sugestão forte é de que essa cerâmica partiu de alguma redução jesuítica ou área influenciada por esse contexto. Por fim, a última fase para esse sítio apresenta uma data bastante recente, (m) Cal A.D. 1825, mas com um intervalo que pode se estender até o século 20. Para essa data é difícil estimar a presença étnica com segurança.

O ponto principal se resume em entender o que teria motivado dinâmicas históricas distintas entre essas duas aldeias que estavam localizadas próximas entre si e foram contemporâneas durante parte das suas ocupações. Nós interpretamos que a chave explicativa estaria no *status* distinto dessas aldeias. A presença de área de festins, banquetes e rituais no RS-T-114, bem como a produção de alimentos consolidada, parece refletir o prestígio social e político que essa aldeia exercia sobre as aldeias menores e periféricas, tal como parece ter sido o caso do RS-T-132. Estimativas históricas embasam a ideia de que haveriam “assentamentos bem posicionados na hierarquia regional” (NOELLI, 1999-2000, p. 249), cujo caso parece ter sido protagonizado pelo RS-T-114.

Nessa lógica, provavelmente o RS-T-132 fazia parte do *tekohá* que teria o sítio RS-T-114 como uma área de importância. Consideramos coerente pensar então que aldeias periféricas e menos fortalecidas, como o caso do RS-T-132, foram desocupadas durante a pressão jesuítica e mais provavelmente dos bandeirantes no pós-1630, resultando em um visível declínio de datas Guarani para toda a região central do Rio Grande do Sul. Por outro lado, a continuidade de ocupação do RS-T-114 parece ser uma boa evidência de que o impacto colonizador não foi igual para todas as aldeias, quando algumas áreas centrais e fortalecidas politicamente

permaneceram em funcionamento. As estratégias que envolveram essa permanência ainda não estão claras para esse sítio, embora a presença de lideranças espirituais Guarani descritas pelos jesuítas do século 17 (e.g. DE CRISTO; LAROQUE; MACHADO, 2018), que estimamos terem circulado pelo Médio Rio Forqueta nesse período, parece indicar que articulações políticas foram uma importante estratégia. Embora tenha ocorrido alta permanência, não é possível esquecer que a diminuição das cerâmicas pintadas nos níveis mais recentes da área 2 do RS-T-114 sugere que houve diminuição das atividades de festejos, muito provavelmente em decorrência da redução generalizada de indígenas Guarani no entorno e por pressões diversas. Não é difícil imaginar que com a desestruturação de aldeias vizinhas, as festas e outras atividades tenham se modificado, reduzido ou perdido a importância por um tempo.

Todas essas questões serão discutidas com mais detalhes no próximo e último Capítulo, onde forneceremos a nossa interpretação final sobre a dinâmica de ocupação Guarani na Bacia do Taquari-Antas, discutindo momentos de pico e de declínio para a ocupação Guarani a partir dos dados até aqui analisados e de comparações com outros contextos Guarani do Sul do Brasil.

8 INTERPRETANDO A TRAJETÓRIA GUARANI NA BACIA DO RIO TAQUARI-ANTAS

“you want to go where a question takes you, not where your training left you” (EDDY, 2005, p. 3).

A dinâmica populacional é uma variável-chave para se compreender transformações sociais do passado (e.g. RICK, 1987; SHENNAN et al., 2013; BOCQUET-APPEL, 2002; TIMPSON et al., 2014). Transmissão, seleção e deriva de informações genéticas e culturais (e.g. MARRERO et al., 2007; SANTOS et al., 2015), epidemias (e.g. NOELLI; SOARES, 1997a, 1997b; ANZOLIN, 2013), crises políticas (e.g. CARNEIRO, 1970; NEVES, 2008; DE SOUZA et al., 2016a; DE SOUZA, 2018), emergência de unidades sociopolíticas mais complexas (e.g. P. CLASTRES, 1973; 1974; 1977), mudanças em ciclos econômicos, estresse ambiental (e.g. RIEDE, 2014; 2016), faccionalismos, disputas territoriais (e.g. ANDERSON, 1994), entre outras questões, podem influenciar nas flutuações populacionais e adicionar dados preciosos às histórias regionais do passado.

O recente e amplamente divulgado artigo de Koch et al. (2019, p. 29-30) estima que o genocídio promovido contra os indígenas americanos implicou em efeitos de depopulação tão significativos que seu impacto foi sentido no clima global. Os autores demonstraram que entre os ~60 milhões de indígenas que viviam nas Américas em A.D. 1500 (cerca de 10% da população do mundo na época), houve um declínio acentuado de 90% em 100 anos, resultando em um número de apenas

cinco ou seis milhões de pessoas para o final desse primeiro século de contato. Os autores perceberam que o efeito dessa drástica depopulação levou, entre outras consequências, ao abandono de áreas desmatadas (usadas na agricultura indígena) suficientes para afetar a absorção de carbono terrestre e impactar tanto o nível de dióxido de carbono (CO₂) da atmosfera como a temperatura do planeta. Por coincidência, o resfriamento acentuado no clima global, a ‘Pequena Era do Gelo’, ocorreu entre ~A.D. 1500-1600. Os autores concluíram então que embora alguns efeitos naturais tenham contribuído para esse resfriamento (e.g. erupções, declínio temporário da atividade solar), a queda no nível de CO₂ sob o efeito da depopulação indígena foi o ponto crucial para se chegar ao nível de resfriamento observado.

Para os Tupí-Guaraní o declínio populacional foi observado em centenas de assentamentos a partir de A.D. 1500, em especial na costa brasileira (e.g. MONTEIRO, 1992; FAUSTO, 1992; NOELLI; SOARES, 1997), cujos exemplos relatados nos documentos históricos quinhentistas e seiscentistas são inúmeros (e.g. NOELLI; SOARES, 1997; ANZOLIN, 2013). Nas “Cartas” publicadas por José de Anchieta (1988, p. 443) consta, por exemplo, uma sequência dramática que inicia por uma epidemia ocorrida em 1562 na Baía de Todos os Santos, Nordeste do Brasil, consumindo cerca de trinta mil índios; logo descreve a dizimação de todo um aldeamento por varíola em 1563 e em 1564 uma forte epidemia de fome nessa área. Avaliações sobre a demografia histórica a partir de estimadores de variabilidade genética também demonstraram claramente o ‘efeito gargalo’ (despovoamento intenso) que ocorreu no período colonial entre os Tupí-Guaraní (SANTOS et al., 2015, p. 222).

Na outra mão, os registros históricos sugerem que antes da queda populacional os Tupí-Guaraní viviam um momento de pico demográfico. Especialmente interessado nesse fenômeno, Pierre Clastres (1973; 1974; 1977) sugeriu que uma alta demografia conectada à ascensão de líderes espirituais teria significado uma espécie de faísca de centralização de poder entre os Tupí-Guaraní, como discutido brevemente na Introdução. Foi acusado, entretanto, de praticar ‘determinismo demográfico’ (BIRNBAUM apud SZTUTMAN, 2009b, p. 136) e suas ideias de conexão entre demografia e maior complexidade sociopolítica nem sempre foram bem aceitas. As críticas questionam, em especial, que se a alta demografia

corresponderia a um ápice de complexidade social, uma queda demográfica representaria proporcionalmente um processo 'involutivo'. E ao contrário disso, hoje parece claro que a contração do espaço social e das redes supralocais nos contextos Tupí pós-contato significaram antes uma diferença de escala do que de natureza social (e.g. FAUSTO, 1992; HECKENBERGER, 2005; VIVEIROS DE CASTRO, 2008).

Nós consideramos também que uma maior densidade populacional associada aos movimentos proféticos no contexto Tupí-Guaraní não deve ser interpretada como um processo de evolução. Por outro lado, também consideramos que as flutuações 'para cima' na densidade populacional Tupí-Guaraní ao longo da história não devem ser simplesmente descartadas enquanto marcadores de transformações ou de eventos impactantes cujas razões podem ter sido variadas. Quer dizer, mesmo que elas não indiquem um processo de evolução *versus* involução, pensamos que 'o quê' as flutuações populacionais significam para a história das sociedades ainda é uma questão relevante.

Em favor desse argumento recordamos que flutuações na densidade populacional relacionadas à emergência e declínio de sociedades ocorreram em vários momentos da história indígena da América do Sul antes da chegada europeia e nada tem a ver com evolucionismos. Na planície amazônica, por exemplo, sociedades pré-coloniais tardias apresentaram padrões cíclicos alternando maior centralização política com momentos de descentralização de poder, essa última observada a partir de eventos de abandono de assentamentos e declínio demográfico (NEVES, 2008, p. 378). Neves (2008, p. 371-372) destaca, entre outros exemplos, que no início do ~A.D. 1500 parece ter existido em Santarém cacicados com poder altamente centralizado, comércio de longa distância (NIMUENDAJÚ, 2004), agricultura intensiva (WOODS; MCCANN, 1999) e produção de cerâmica sofisticada (GOMES, 2002) centrada em assentamentos quase urbanos (ROOSEVELT, 1999). Algo semelhante também acontecia no Alto Xingu (HECKENBERGER, 2005), mas na Ilha de Marajó, por sua vez, o auge da centralização política representada pela construção dos montículos aconteceu antes, em ~A.D. 1000-1100, e já no início de ~A.D. 1500 havia declinado.

A Amazônia central também apresentou processos de ciclagem demográfica (NEVES, 2008, p. 378), exibindo um pico de densidade populacional entre ~A.D. 400-1000, quando grandes e densas ocupações geraram os solos escuros antropogênicos associados aos montículos artificiais, passando depois a diminuir e a culminar em boas evidências de períodos de ocupações curtas. Essa mudança foi também marcada pelas construções de estruturas defensivas no entorno dos assentamentos e parece ter tido como efeito a chegada da Tradição Policrômica nessa área. Como ressalta Neves (2008), curiosamente alguns dos sítios abandonados estão localizados em ambientes muito produtivos, como no topo de ribanceiras com vista para férteis planícies de inundação, mas mesmo assim só foram ocupados ocasionalmente após ~A.D. 1000.

A ciclagem demográfica foi também observada recentemente no contexto Jê do Planalto das Araucárias (DE SOUZA, 2017, p. 84-86). Apesar de ter ocorrido certa contemporaneidade geral entre os assentamentos centrais de diferentes regiões (Campos Novos, Barra Grande e São José do Cerrito, SC), não houve concomitância nas tendências de crescimento e declínio entre as flutuações populacionais Jê dessas áreas, mas sim o constante surgimento e colapso de grupos regionais. Com base em Anderson (1994, p. 2-50), De Souza (2017, p. 86) sugeriu que o fenômeno da ciclagem poderia ter ocorrido devido à faccionalismos, competições, fissionamentos e desigualdades na distribuição de recursos levando, por exemplo, a mudanças demográficas dramáticas, com grupos se movimentando para lugares mais atraentes. Como efeito, na medida em que um centro diminuía, outro florescia.

Neste Capítulo apresentaremos uma interpretação para a trajetória Guarani na Bacia do Taquari-Antas integrando todas as sequências de análises que discutimos nos capítulos anteriores. Como essa trajetória foi marcada por oscilações demográficas, observadas tanto nos resultados arqueológicos, como nos documentos históricos, vamos utilizar estimativas de flutuações na densidade populacional como um guia central para melhor compreender a dinâmica Guarani da área analisada, isto é, os momentos de crescimento e os períodos de declínios. Levaremos em conta que picos e quedas nas densidades populacionais

representam hipoteticamente eventos ou processos mais marcantes ao longo da história dessas populações.

Uma maneira acessível de se estimar tendências nas flutuações populacionais é a utilização de datas como dados (*dates as data*) (e.g. RICK, 1987; TIMPSON et al., 2014), como no caso do método da distribuição da soma das probabilidades calibradas (SCDPDs – *sum of the calibrated dates probability distributions*) que pode ser implementado com datas radiocarbônicas de forma simples a partir do comando *R_Sum* do Programa OxCal v4.3.2 (BRONK RAMSEY, 2017). O método foi proposto inicialmente por Rick (1987, p. 55-73) para sítios pré-cerâmicos da costa peruana, sugerindo em sua sequência inferencial que mais materiais datáveis são armazenados quando as populações são mais densas, que por consequência geraria maior volume no registro arqueológico e, finalmente, seria recuperado em maior número pelos arqueólogos. Em resumo, a recuperação de muitas datas para um mesmo período sugere que esse recorte cronológico esteve mais densamente ocupado do que os períodos em que se recuperam menos datas. Essas flutuações podem ser observadas em gráficos que somam a distribuição das probabilidades calibradas em 2 sigma (2σ), fornecendo pelo menos uma medida relativa de densidade populacional.

Entre as críticas ao método (e.g. SUROVELL et al., 2009; WILLIAMS, 2012), duas questões geralmente são apontadas: 1) o impacto do tamanho da amostra sobre os resultados e 2) as flutuações nas curvas de calibração do radiocarbono que podem gerar concentração de datas em alguns períodos e espalhá-las demais em outros (falsos positivos e efeitos de borda). Para a primeira questão, Timpson et al. (2014, p. 552) demonstraram que o método é robusto até mesmo para poucas datas distribuídas em intervalos temporais longos (e.g. 12 datas para 4000 anos utilizando o simulador Monte-Carlo para melhorias na precisão). Para a segunda, Timpson et al. (2014, p. 550) confirmaram que os falsos positivos e os efeitos de borda podem ocorrer em períodos de distribuição inferiores a 200 anos e que amostras com recorte temporal de, no mínimo, 4000 anos com a média de plotagem de 200 anos estariam mais seguras dessa condição. Como o recorte temporal que trabalhamos é mais curto do que 4000 anos e uma média de plotagem de 200 anos seria excessivamente genérica, utilizamos concomitantemente os gráficos de distribuição

das somas (SCDPDs) e o quadro de datas calibradas não somadas (plotadas individualmente) para o contexto Guarani do Rio Grande do Sul, buscando diminuir esses efeitos controlando a quantidade de datas para cada momento de flutuação.

Para compor o gráfico das somas utilizaremos todas as datas radiocarbônicas disponíveis para o contexto Guarani da Bacia do Taquari-Antas (n=16), comparando esses resultados com outras três áreas Guarani do Sul do Brasil que apresentam contextos regionais relativamente bem datados: o Médio Jacuí e afluentes no centro do Rio Grande do Sul (n=14 datas), o Médio Uruguai e afluentes da porção noroeste desse Estado (n=7 datas) e a região litorânea do centro-sul de Santa Catarina (n=8 datas). Enfatizamos que as duas primeiras áreas possuem as sequências cronológicas mais antigas para os Guarani do Rio Grande do Sul e a terceira área, o litoral centro-sul de Santa Catarina, possui ocupação tardia assim como a Bacia do Taquari-Antas. Essas comparações contribuíram para se observar o desenvolvimento da dinâmica populacional do ‘interior’ do território Guarani e que recebeu levas de conquistadores mais tardias (Médio Jacuí, Médio Uruguai e o Taquari-Antas) e o desenvolvimento da dinâmica Guarani em contextos mais expostos e que recebeu colonizadores já nas primeiras décadas do A.D. 1500, como o caso do litoral centro-sul de Santa Catarina.

Os resultados cronológicos não modelados utilizados para a composição dos SCDPDs e suas respectivas referências podem ser acessados no Quadro 3 (cf. p. 107) para a Bacia do Taquari-Antas. As datas utilizadas para compor as outras três áreas, bem como as datas disponíveis para o Rio Grande do Sul, foram acessadas em Bonomo et al. (2015, p. 59-63) e calibradas com o Programa OxCal v4.3.2 (BRONK RAMSEY, 2017) e curva de calibração SHCal 13 (HOGG et al., 2013).

Os resultados demonstraram três fases temporais para a trajetória Guarani na Bacia do Taquari-Antas e que serão discutidas nos próximos itens à luz dos dados que analisamos e de informações históricas disponíveis. É importante enfatizar que essas fases foram enquadradas aproximadamente nos picos e declínios gerados pelos SCDPDs, mas utilizamos especialmente os resultados obtidos nas análises discutidas nos capítulos anteriores e os eventos históricos documentados para essa região e adjacências para interpretar e discutir essas fases.

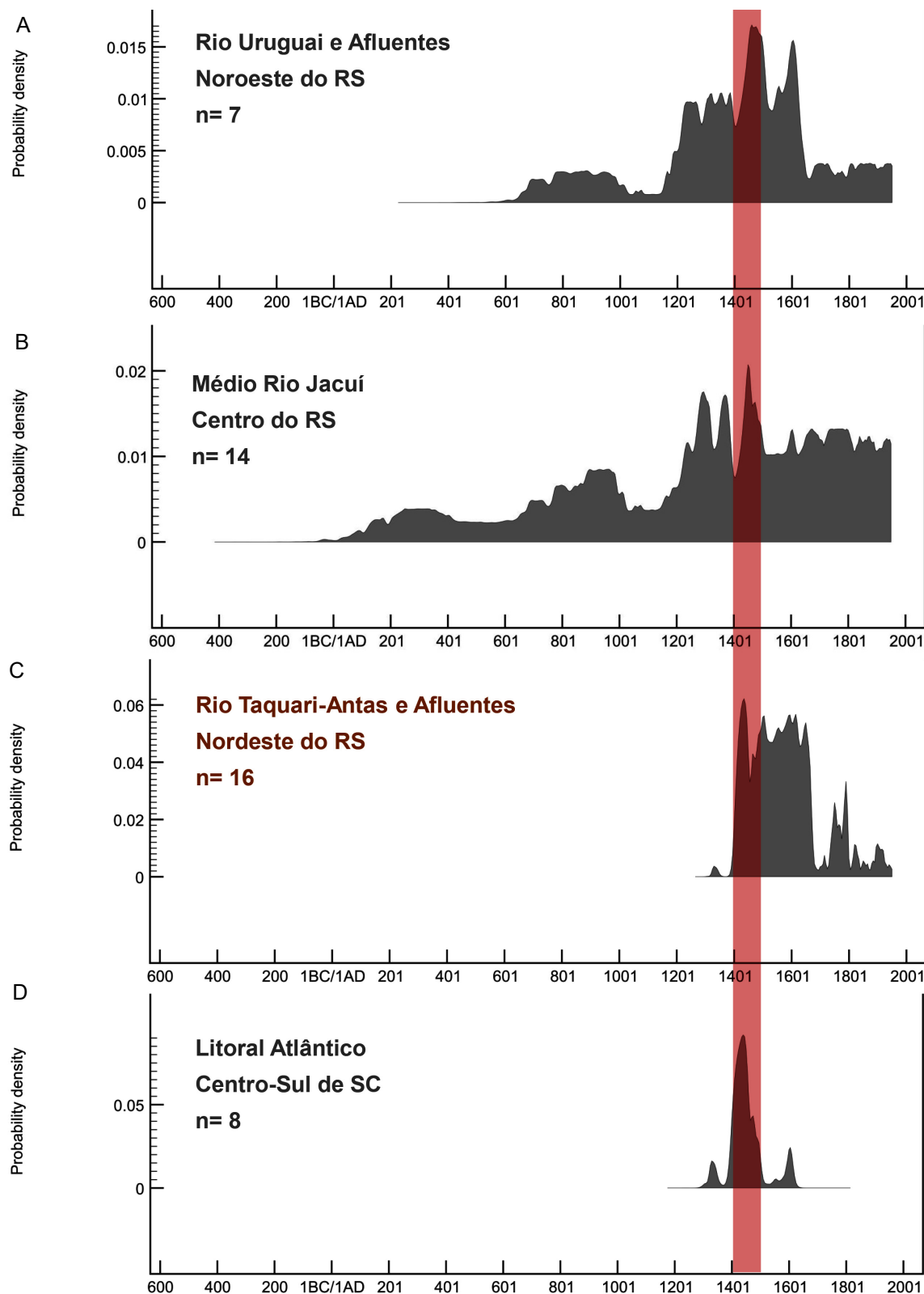
8.1 A Primeira Fase (~A.D. 1400-1500): Poder de Conquista

Entre ~A.D. 1400-1500, quer dizer, mais ou menos no primeiro século de ocupação Guarani na Bacia do Rio Taquari-Antas, foi possível observar uma primeira fase para a história desses povos na região analisada, marcada pelo pico que aparece destacado em vermelho na faixa de distribuição da Bacia do Taquari-Antas (FIGURA 77c).

A distribuição na faixa vermelha indica que no momento da chegada Guarani na Bacia ocorria considerável densidade de datas em todas as regiões comparadas. Diferente dos contextos em que as flutuações sugerem fenômenos de ciclagem, os picos observados nesses gráficos foram contemporâneos nas quatro regiões e demonstram que houve ascensão sincrônica de assentamentos nesse momento, cujo modelo de Brochado (1984) recentemente testado por Bonomo et al. (2015) sobre o não abandono das aldeias antigas durante as expansões parece se relacionar bem.

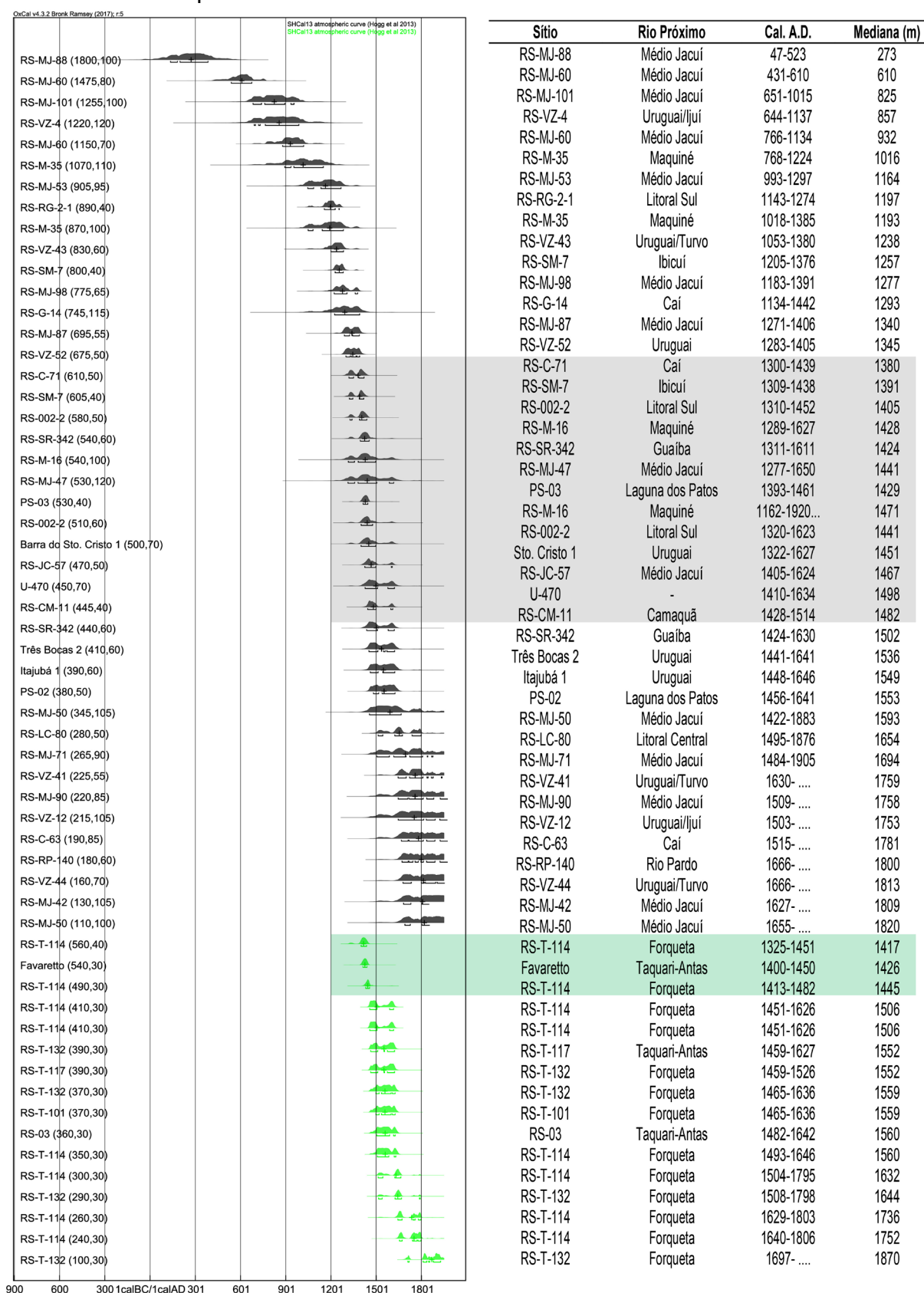
É preciso recordar ainda que a chegada Guarani na Bacia ocorreu em um momento bastante tardio para a história desses povos nas adjacências. Para o Médio Jacuí e o Médio Uruguai (FIGURA 77a-b) podemos perceber ocupações bastante recuadas, cuja data mais antiga (*m* Cal. A.D. 273) recuperada para o contexto Guarani do Rio Grande do Sul está no Médio Jacuí, especificamente no sítio RS-MJ-88, em Agudo. Estima-se que a entrada tenha ocorrido pelo noroeste gaúcho a partir de uma conexão entre os rios Uruguai e Ijuí (BROCHADO, 1984; ROGGE, 2005). Nesses pontos, entretanto, as datas recuadas ainda não foram identificadas. A partir daí os Guarani teriam se dirigido às planícies do Médio Jacuí e depois para o leste, atingindo vários pontos do litoral e do Planalto das Araucárias. No quadro geral de datas em C¹⁴ para o Rio Grande do Sul observamos, entretanto, que até o ~A.D. 1000 a presença foi restrita a essas duas áreas (noroeste e centro do Rio Grande do Sul) (FIGURA 78). Ali, além do primeiro pico que corresponde a data mais antiga do Médio Jacuí, existiu um pico que iniciou em ~A.D. 600 e declinou em ~A.D. 1000 (FIGURA 77a-b).

Figura 77 – Distribuição das somas das probabilidades calibradas. (A) Uruguai e afluentes. (B) Médio Jacuí e afluentes. (C) Taquari-Antas e afluentes. (D) Litoral centro-sul de Santa Catarina. Faixa vermelha corresponde a primeira fase de ocupação Guarani na Bacia do Taquari-Antas (~A.D. 1400-1500). 'n=' refere-se ao número de datas radiocarbônicas consideradas para cada área.



Fonte: OxCal v4.3.2 (BRONK RAMSEY, 2017) e curva de calibração SHCal13 (HOGG et al., 2013).

Figura 78 – Datas radiocarbônicas de sítios Guarani do RS. Distribuição em cinza refere-se aos sítios do RS e distribuição em verde aos sítios específicos do Taquari-Antas. As faixas apontam os sítios datados no intervalo de ~A.D. 1400-1500.



Fonte: OxCal v4.3.2 (BRONK RAMSEY, 2017) e curva de calibração SHCal13 (HOGG et al., 2013).

As flutuações até ~A.D. 1000 podem ser interpretadas em dois sentidos:

1) Teria ocorrido o crescimento de assentamentos nas áreas mais antigas, mesmo que pouco denso (só cinco datas nesse intervalo), demonstrando que até o momento não há expansão confirmada para o leste do Rio Grande do Sul entre ~A.D. 200-1000, o que pode ser conferido também no quadro geral de datas (FIGURA 78).

2) O ~A.D. 1000 inaugurou um período importante de expansão a longa distância de sítios Guarani (BONOMO et al., 2015, p. 66), cujo avanço pelo Médio Uruguai em direção ao Rio Pelotas é um bom exemplo (BONOMO et al., 2015, p. 66; DE SOUZA et al., 2016a). Gostaríamos de recordar, entretanto, que se o ~A.D. 1000 marcou no Rio Grande do Sul um momento de longa expansão para o leste, essa expansão foi bastante discreta, pois somente uma data foi recuperada próxima ao litoral norte desse Estado (*m* Cal. A.D. 1016, sítio RS-M-35, Maquiné, RS).

Quando olhamos as flutuações cronológicas em todas as áreas comparadas percebemos que as áreas mais antigas de ocupação exibem uma queda em ~A.D. 1000 (Médio Uruguai) ou um pouco antes (Médio Jacuí), e somente apresentam uma recuperação a partir de ~A.D. 1100. A partir desse último século novos deslocamentos parecem ter ocorrido pelo litoral, passando a existir sítios Guarani também no litoral sul do Rio Grande do Sul (*m* Cal. A.D. 1197, sítio RS-RG-1-2, Rio Grande, RS) (FIGURA 78).

Para o Rio Uruguai e seus afluentes do lado gaúcho, bem como no Médio Jacuí (FIGURA 77a-b), observamos que flutuações seguiram ocorrendo entre ~A.D. 1200-1400: um pico em ~A.D. 1200 seguido de uma queda e logo outro pico que se estendeu até ~A.D. 1350 e foi seguido por nova queda. É possível ver claramente que a partir de ~A.D. 1200 há um aumento de datas no noroeste e no centro do Rio Grande do Sul, configurando o principal evento até então. Levando em conta que mais datas recuperadas podem refletir um maior adensamento populacional, em ~A.D. 1200 notamos o primeiro momento nesse sentido, como já apontado por Rogge (2005). Destacamos que é possível observar o padrão sincrônico das flutuações, sugerindo novamente que os picos e declínios não foram cíclicos para o caso Guarani, mas contemporâneos.

Em um exercício hipotético de como as movimentações aconteciam até esse momento podemos imaginar que os deslocamentos, ainda discretos, ocorriam para o leste via Baixo Jacuí, entre outras rotas, com grupos Guarani deslocando pela Depressão Central Gaúcha ainda sem ascender aos vales dos rios Taquari-Antas, Forqueta, Sinos, Caí e outros afluentes. Aparece em (*m*) Cal. A.D. 1293 (sítio RS-C-71, Porto Alegre, RS) a data mais antiga para o Rio Caí (FIGURA 78), mas ainda nas porções baixas desse vale. Levando em conta que esses vales apresentavam características atrativas ao padrão de ocupação Guarani em vários sentidos (terras férteis, planícies, variabilidade florística), uma demora de mais de 1200 anos entre essas ocupações chama atenção. Quer dizer: por que os Guarani acessaram os vales do Rio Taquari-Antas e de rios vizinhos tão tardiamente?

Essa é uma questão que consideramos muito importante, mas que ainda não é possível concluir com segurança. Arriscaremos como hipótese de trabalho que essas áreas estavam ocupadas por outros povos nesses primeiros séculos de expansão Guarani em direção ao leste. Inferimos isso observando que as terras baixas dos rios Pardo e Pardinho (imediatamente a oeste do Taquari-Antas) e as porções baixas e médias dos rios Taquari-Antas, Caí e Sinos apresentam alguns sítios Jê¹⁷, como pode ser conferido no mapa da Figura 79. Embora ainda não existam cronologias concisas para esses assentamentos, a data de (*m*) Cal. A.D. 753 recuperada para um sítio Jê do Rio dos Sinos (posteriormente ocupado por grupos Guarani), o Palmeira 2 ou RS-S-282 (ZUCH DIAS, 2015, p. 195), indica que esses grupos estavam instalados nas áreas intermediárias do Planalto das Araucárias um pouco antes de os Guarani iniciarem a expansão pelo Baixo Jacuí.

Essas questões nos levaram a pensar que as áreas baixas da Bacia do Taquari-Antas também poderiam apresentar sítios não Guarani, em especial consideramos a presença Jê como uma forte hipótese, e cuja ocupação talvez tenha se estendido por um longo período. Quer dizer, uma demora de mais de 1200 anos entre a presença Guarani no Médio Jacuí e as ocupações no Médio Rio Taquari-Antas deve ser testada futuramente também sob a ótica dos ‘outros’ que por ali poderiam ter estado.

¹⁷ Além de sítios Jê, para o contexto do Pardo e do Pardinho Ribeiro (1990) registrou também a presença de sítios com cerâmica associada à Tradição Vieira nas áreas úmidas (banhados).

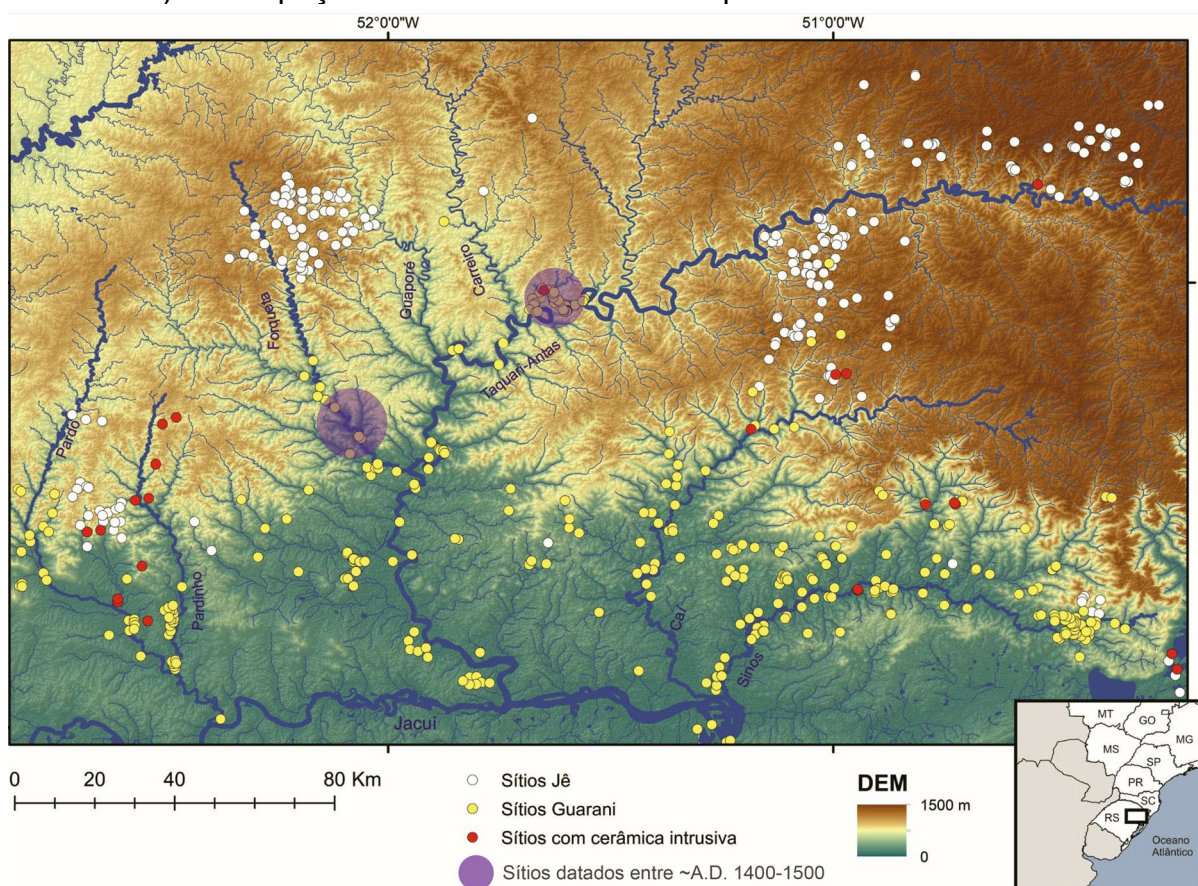
Independente dos fatores que levaram à entrada tardia, o fato é que a distribuição das datas aponta que após uma importante queda no final do ~A.D. 1300, em ~A.D. 1400 ocorreu o maior pico visto para os sítios do Médio Jacuí (centro) e do Médio Uruguai e afluentes (noroeste) (FIGURA 77a-b). Nesse momento a expansão Guarani se tornou generalizada pelas planícies florestadas do Rio Grande do Sul e finalmente os assentamentos passaram a aparecer na Bacia do Rio Taquari-Antas (FIGURA 77c) (FIGURA 78, faixa verde), bem como em áreas do litoral até então não ocupadas, como no centro-sul de Santa Catarina (FIGURA 77d) (FIGURA 78, faixa cinza).

É possível observar com clareza que a chegada Guarani na Bacia do Taquari-Antas não ocorreu em um momento ocasional, mas fez parte do mais importante pulso de expansão e criação de novos sítios Guarani no Rio Grande do Sul até então, uma vez que o número de datas para esse século foi quase maior do que a soma das datas para todo o milênio anterior. A efervescência do ~A.D. 1400 chama a atenção porque se apresenta atípica frente à discreta dinâmica expansionista Guarani que vinha ocorrendo até então no Rio Grande do Sul e estimula um novo questionamento: o que teria impulsionado uma expansão tardia, rápida e densa que incluiu a ocupação de áreas até então não acessadas como as que conectam o Planalto das Araucárias? Diante da precariedade dos dados cronológicos em vários dos contextos comparados uma resposta segura ainda não é possível, mas é possível inferir algumas questões preliminares utilizando os dados obtidos com o exemplo da Bacia do Taquari-Antas, em especial para o Médio Forqueta, onde os resultados são mais conclusivos.

Na Bacia do Taquari-Antas percebemos que ao contrário de uma ocupação lenta e gradual, essa fase inicial parece ter se configurado como um 'salto' de ocupação que cobriu pontos estratégicos limítrofes do perímetro. Quer dizer, as datas recuperadas entre ~A.D. 1400-1500 (FIGURA 78, faixa verde) são de sítios inseridos próximos aos limites noroeste e norte do perímetro Guarani (sítios RS-T-114 e Favaretto) (FIGURA 79) e sugerem que nessa fase inicial a ocupação Guarani cobriu os pontos extremos de um perímetro de 120km. Em outras palavras, a dinâmica clássica do enxameamento (expansões lentas e graduais sempre

acessando áreas próximas) não está clara para a fase inicial de ocupação Guarani nessa área.

Figura 79 – Localização dos sítios Guarani com datação para a primeira fase (~A.D. 1400-1500) de ocupação Guarani da Bacia do Taquari-Antas.



Fonte: Da autora.

Para explicar esse evento rápido de ocupação consideramos que a chegada Guarani em ~A.D. 1400 na Bacia do Taquari-Antas possa ter se conectado a um processo de conquista territorial amplo Guarani. Enquanto os gráficos de flutuações demonstram que nesse século ocorria um momento de densidade populacional entre os Guarani no Rio Grande do Sul, os dados arqueológicos do Taquari-Antas favorecem a ideia de uma fase conquistadora. Recordamos para isso que além do domínio do centro-sul da Bacia, a chegada Guarani ocasionou a desocupação de aldeias Jê que estavam próximas da borda sul do Planalto das Araucárias, gerando um impacto na mobilidade desses povos e possível efeito de circunscrição social,

como discutimos no Capítulo 5. Uma dinâmica parecida pode ter ocorrido nas terras baixas da Bacia para que fosse possível ter acesso aos vales do Taquari-Antas e afluentes, quando a desocupação ou incorporação de grupos que ali estavam ocorreu. Como já destacado, o fato de não existirem dados cronológicos claros para o sul da Bacia faz dessa estimativa uma hipótese de trabalho. Um bom indício, no entanto, é o fato de os contextos vizinhos do Leste (Rios Sinos e Caí) e do Oeste (Rios Pardo e Pardinho) apresentarem sítios Jê reocupados por povos Guarani nas áreas de entrada aos vales (FIGURA 79, sítios em vermelho apontando cerâmica intrusiva Guarani em aldeias Jê).

Apesar de considerarmos esse pulso tardio como de natureza conquistadora, nos parece claro que essas atividades não foram constantes ao longo da história Guarani e nem sempre foram exitosas, como também argumentamos no Capítulo 5. Nesses casos, além da possibilidade de as ocupações Guarani em direção ao Planalto terem sido tardias por um efeito da presença de grupos Jê, recordamos que mais à montante do Taquari-Antas, as terras mais altas continuaram intransponíveis, assim como também ocorreu no contexto do Planalto Catarinense e em pontos específicos do Estado do Paraná, parecendo ser adequado pensar que a pausa no avanço teve como barreira a presença fortalecida Jê (DE SOUZA; MERENCIO, 2013; DE SOUZA et al., 2016a).

Sugerimos então que a dinâmica territorial de avanço das fronteiras Guarani foi uma constante ‘negociação’ entre períodos de sucesso e outros de insucesso. Obviamente que outros fatores podem estar incluídos como motivadores para esse avanço tardio de assentamentos Guarani, tal como questões climáticas, disputas internas ou por recursos, alianças políticas, etc. Os fatores climáticos, em especial, não devem ser descartados quando se analisam períodos de expansão Guarani, como foi demonstrado para a movimentação Tupí-Guaraní para fora da Amazônia (IRIARTE et al., 2016b).

Para essa primeira fase sugerimos também que uma dinâmica de ‘fronteiras’ teria ocorrido na Bacia do Taquari-Antas. Para essa fronteira colocamos um sentido de delimitação de território de domínio (e.g. SCHMITZ, 1985) e não necessariamente excluímos a possibilidade de que indivíduos Guarani e Jê circulassem entre essas fronteiras em situações ocasionais e por motivos variados.

Contudo, se essas movimentações ocorriam, os dados que temos hoje demonstram que as relações não se constituíram em atividades de interação ou cooperação. Em primeiro lugar, as cerâmicas Guaraní nos sítios Jê são intrusivas e não cerâmicas que apresentam técnicas mescladas; em segundo lugar e mais importante aqui, a desocupação Jê que ocorreu nas áreas próximas da borda do Planalto das Araucárias frente à chegada Guaraní parece ser uma forte evidência de que as relações não foram de convívio cooperativo. Para outras interpretações sobre fenômenos de fronteira é possível conferir Schmitz et al. (1987), Ribeiro (1990) e Rogge (2005).

Há, por outro lado, uma possibilidade enorme de investigação sobre outros tipos de influências entre esses povos e que não estão marcados na cultura material. Enfatizamos com relação a isso a possibilidade de intercâmbios de cultivos e de plantas úteis. Como em outras partes da planície sul-americana, uma parte considerável da disseminação de cultivos domesticados foi associada com a expansão de falantes do Arawak e Tupí-Guaraní para fora da Amazônia (DIXON; AIKHENVALD, 1999; URBAN 1992), cujos avanços teriam fornecido, por exemplo, novas formas de produção de alimentos para caçadores e coletores das áreas acessadas. Isso pode ter ocorrido em alguma medida a partir da chegada Guaraní, mas hoje se sabe que cultivos domesticados já existiam entre grupos construtores de cerritos do Sudeste uruguaio desde ~4500 AP (e.g. milho) (e.g. IRIARTE, 2006; IRIARTE et al., 2004) ou antes (para uma revisão exaustiva sobre o consumo de plantas na Bacia do Prata cf. BEOVIDE; CAMPOS [2014]). Da mesma forma, no Delta do Paraná as evidências mais antigas de plantas domesticadas datam em ~1000 AP para um sítio Goya-Malabrigo (sítio Los Tres Cerros 1) e que ainda pode ser cerca de 700 anos mais antigo caso a presença do milho se confirme no sítio Laguna de los Gansos. Nessas áreas a chegada dos primeiros Guaraní foi tardia, com assentamentos datados somente em ~700 AP indicando, portanto, que haviam cultivos por ali pelo menos entre 300 e 1000 anos antes da chegada Guaraní (BONOMO et al., 2017, p. 6).

Essas questões demonstram que os Guaraní não introduziram as atividades agrícolas ou cultivos domesticados como uma novidade às regiões que ocuparam no Sul do Brasil e nas adjacências. Por outro lado, isso não exclui a possibilidade de

terem influenciado ou intercambiado com outros grupos plantas domesticadas ou outras que estavam incluídas no extenso pacote botânico tropical que carregavam consigo. É preciso considerar que o pacote botânico Guarani é um dos mais completos descritos nos registros históricos da Bacia do Prata. Para o período pré-colonial, por sua vez, a variedade e sua influência sobre os povos acessados ainda é praticamente desconhecida.

Tomamos como exemplo o caso Jê. No Brasil central a presença do milho e da mandioca aparece bem documentada desde ~4000 AP (TENÓRIO, 1991; 1999) indicando, por exemplo, que os Jê poderiam ter acessado esses cultivos antes de se estabelecerem no Planalto das Araucárias e antes de qualquer contato com os Guarani. De fato, há discreta presença de sinal C₄ (milho) em amostras isotópicas de indivíduos associados ao contexto Jê do Planalto das Araucárias desde ~2300 AP (DEMASI, 2009, p. 73), quer dizer, em um período bastante recuado. Apesar desse marcador, a inclusão de novas amostras isotópicas datadas entre ~1800-700 AP para o contexto Jê, bem como a comparação com amostras de indivíduos Guarani, demonstram que o milho não parece ter sido importante na dieta alimentar dos Jê do Planalto nesse período, embora apareçam sinalizados (LOPONTE et al., 2016, p. 14), apontando antes uma dieta depletada e com forte dependência de plantas C₃ (e.g. leguminosas, sementes da Araucária ou plantas silvestres comestíveis).

A presença segura do consumo diversificado de cultivos domesticados para os Jê do Planalto das Araucárias só foi obtida com a recuperação de grãos de amido e fitólitos de milho (*Zea mays*), fitólitos de abóbora (*Cucurbita* sp.), grãos de amido de mandioca (*Manihot esculenta*), de feijões (*Phaseolus* sp.) e possivelmente cará (cf. *Dioscorea* sp.) em amostras de cerâmicas (CORTELETTI et al., 2015, p. 52-54). Esses vestígios aparecem, entretanto, em um contexto Jê bem mais recente datado em ~650 AP (sítio Bonin, Urubici, SC), em um intervalo cronológico em que os Guarani já estavam estabelecidos nas terras mais baixas do Planalto das Araucárias e em vários contextos adjacentes. Como demonstramos nos resultados carpológicos do sítio RS-T-114 discutidos no Capítulo 7, os Guarani apresentavam nesse momento um sólido conjunto alimentar domesticado: milho (*Zea mays*), feijão-comum (*Phaseolus vulgaris*), feijão-fava (cf. *Phaseolus lunatus*), outros tipos de feijões (*Phaseolus* sp.), mandioca (*Manihot esculenta*) e abóboras (Cucurbitaceae),

bem como manejavam distintas variabilidades de determinados cultivos, em especial para o milho e para os feijões.

Ressaltamos, dessa forma, que há uma linha muito mal delimitada sobre as influências alimentares ocorridas entre o contexto Guarani e Jê do Planalto, assim como já assinalado por Schmitz e Becker (2006, p. 80-81) e que ainda segue incompreendida. Quer dizer, a questão não é mais discutir se os Guarani da Bacia do Taquari-Antas apresentaram a existência de cultivos de roça ou práticas de horticultura para os Jê, pois a resposta certamente é negativa, a questão agora é compreender se a presença Guarani implicou na influência de hábitos, espécies ou variedades de cultivos até então desconhecidas aos Jê ou outros povos das adjacências e se intercâmbios (não necessariamente voluntários e pacíficos) ocorreram entre esses grupos. Sozinhos, os dados que apresentamos com a carpologia podem contribuir pouco ao debate, mas no momento em que dados de outros sítios Guarani e Jê forem disponibilizados, comparações podem revelar questões interessantes sobre a dinâmica alimentar e econômica da história indígena do passado do Sul do Brasil.

8.1.1 Síntese

Resumimos que essa primeira fase foi caracterizada na Bacia do Taquari-Antas como de rápida ocupação dos vales do Rio Taquari-Antas e afluentes e pela delimitação das fronteiras do perímetro de ocupação entre ~A.D. 1400-1500. Não verificamos enxameamentos claros nessa fase (expansão das sedes para áreas próximas), mas sim ocupações em ‘saltos’ para áreas estratégicas e as poucas datas sugerem ocupações regionalmente ainda pouco densas. Além disso, ocorreram avanços discretos sobre o Planalto das Araucárias, mais especificamente no nordeste e noroeste da Bacia, mas suficientes para ocasionar a desocupação de aldeias Jê que estavam instaladas durante milênios nas proximidades da borda sul do Planalto das Araucárias. De forma ampla, essa fase parece ter feito parte de um forte pulso de expansão e criação de novos assentamentos Guarani no Rio Grande

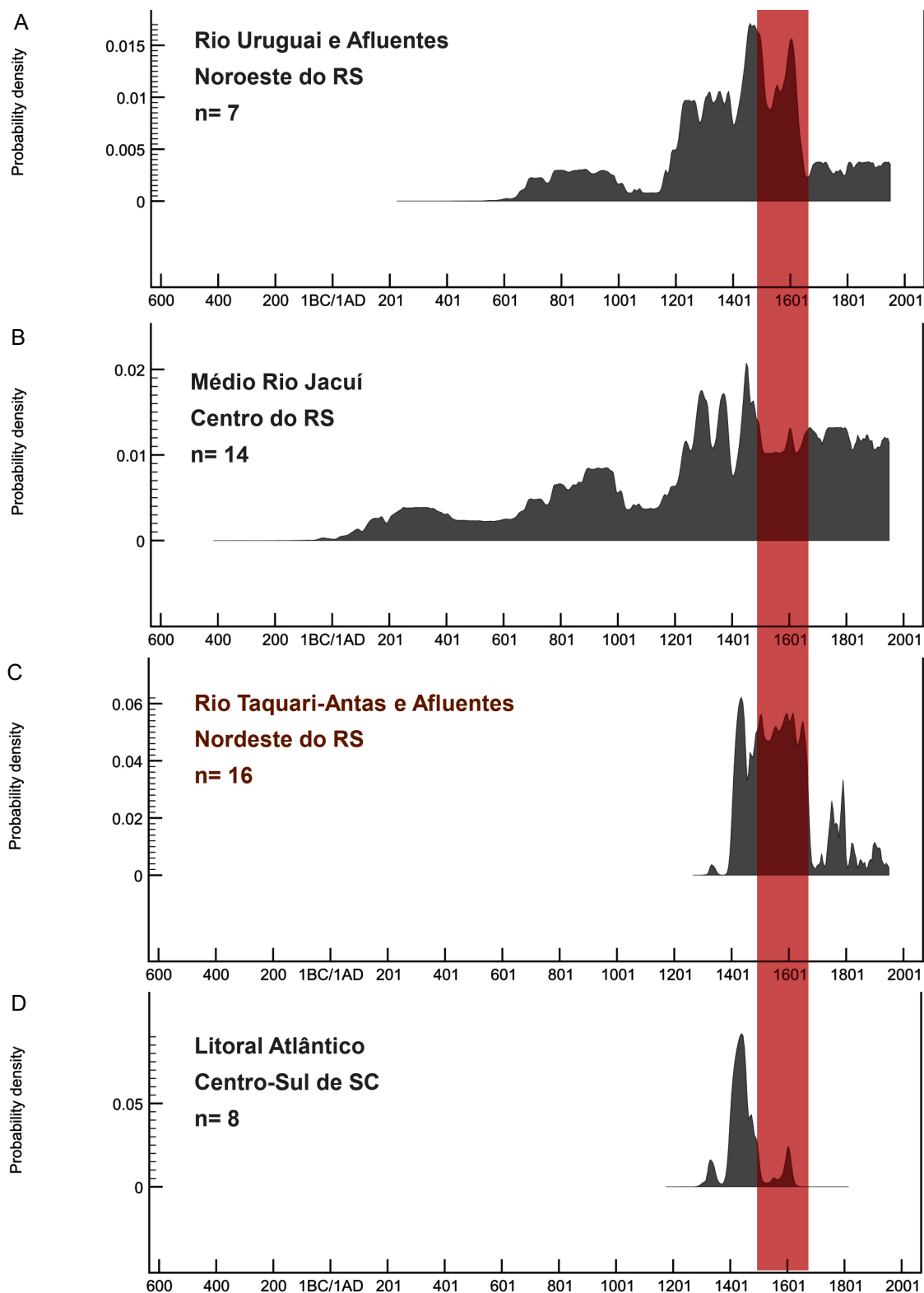
do Sul, talvez caracterizando uma fase conquistadora. Enfatizamos, entretanto, que o poder de conquista Guarani deve ser visto como um fenômeno relativo, com pulsos de sucesso e de insucesso frente aos avanços. Argumentamos ainda que nesses processos não parece ter ocorrido dinâmica interativa e pacífica entre os grupos Guarani e os Jê que ali estavam. Por fim, influências alimentares e intercâmbios botânicos e de conhecimento de manejo devem ser considerados como uma possibilidade importante de pesquisa futura.

8.2 A Segunda Fase (~A.D. 1500-1630): Transformação Aldeã

Entre ~A.D. 1500-1630 consideramos a existência de uma segunda fase para a história Guarani na região analisada (FIGURA 80c, faixa vermelha). Nessa fase é possível observar um declínio inicial nas datas para as quatro regiões (FIGURA 80a-d). No Médio Uruguai e no litoral centro-sul de Santa Catarina esse declínio iniciou um pouco antes de A.D. 1500, mas muito provavelmente sua continuação está relacionada como o desembarque dos portugueses na costa brasileira e que deu início aos eventos de redução demográfica em muitas regiões do Brasil.

É interessante notar, em primeiro lugar, que entre as áreas comparadas apenas o litoral centro-sul de Santa Catarina demonstrou um forte indicativo de depopulação permanente. Embora para essa área exista um pequeno pico em ~A.D. 1600 (FIGURA 80d), esse pico corresponde especificamente às datas 440 ± 40 AP e 430 ± 40 AP (MILHEIRA, 2010, p. 75-85), que, quando calibradas em 2σ , apresentaram as maiores probabilidades (método HPD) inseridas entre A.D. 1400-1500 (65.8% de certeza para (2σ) Cal. A.D. 1431-1516 e 59.8% para (2σ) Cal. A.D. 1439-1518), implicando que ocupações depois de ~A.D. 1600 são pouco prováveis para esse contexto. Por coincidência, o litoral centro-sul de Santa Catarina é a única entre as quatro regiões comparadas que recebeu levas estrangeiras efetivas nas primeiras décadas do contato, possivelmente já em 1526 (MILHEIRA, 2010, p. 161).

Figura 80 – Distribuição das somas das probabilidades calibradas. (A) Uruguai e afluentes. (B) Médio Jacuí e afluentes. (C) Taquari-Antas e afluentes. (D) Litoral centro-sul de Santa Catarina. Faixa vermelha corresponde a segunda fase de ocupação Guarani na Bacia do Taquari-Antas (~A.D. 1500-1630). ‘n=’ refere-se ao número de datas radiocarbônicas consideradas para cada área.



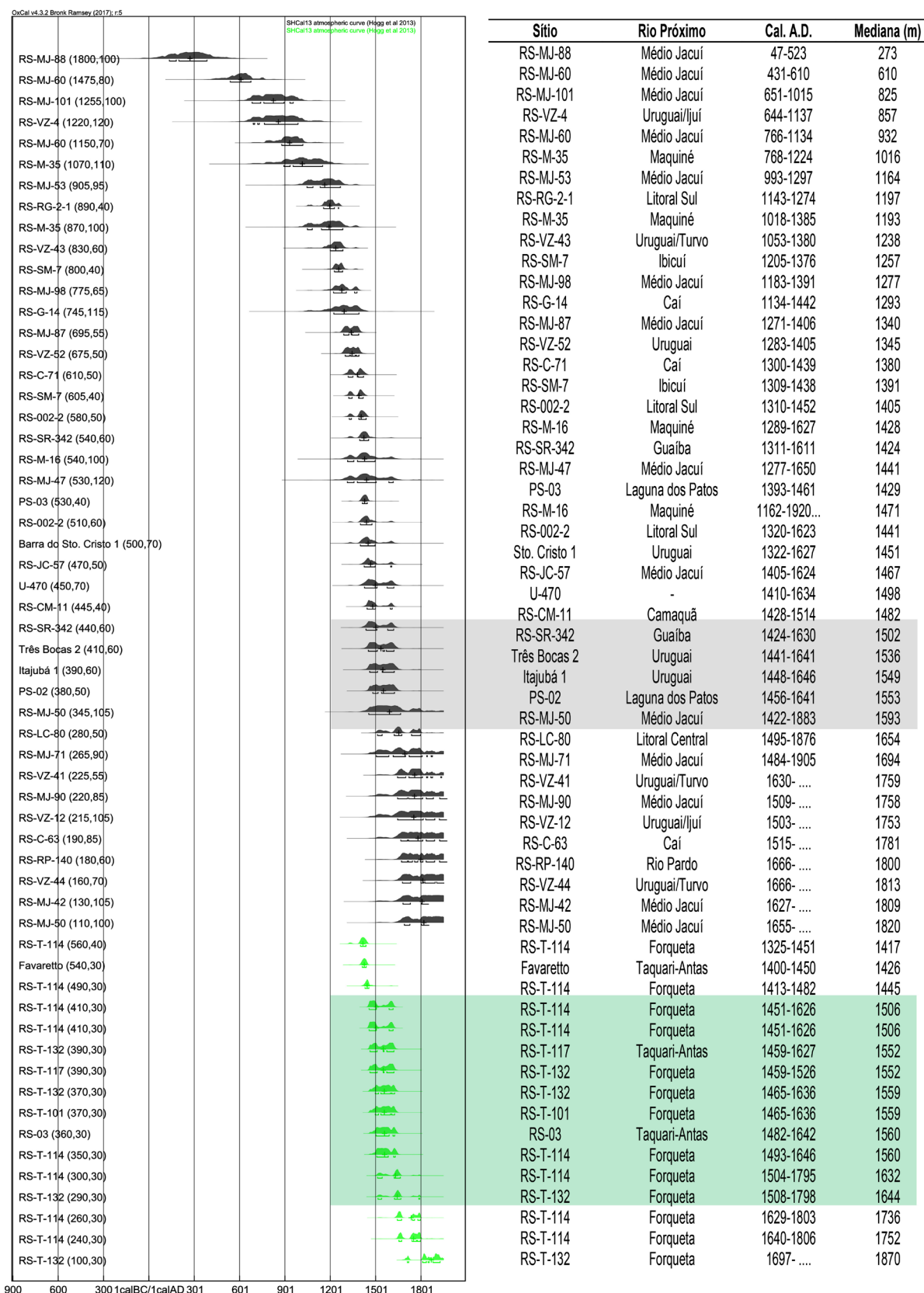
Fonte: OxCal v4.3.2 (BRONK RAMSEY, 2017) e curva de calibração SHCal13 (HOGG et al., 2013).

Em segundo lugar, é preciso considerar que a exploração colonial não formou um *continuum* espacial nos primeiros séculos. No Vale do Taquari-Antas, por exemplo, não há relatos seguros de não indígenas circulando até ~A.D. 1630 (RELLY et al., 2008, p. 34) e o mesmo ocorreu de forma geral para quase todo o Rio Grande do Sul, que fora as incursões ocasionais que rumavam para o Rio da Prata, foi praticamente inexplorado até o século 17 (KREUTZ, 2015, p. 218). Essa dinâmica não regular de contato nos primeiros séculos refletiu muito bem nos contextos arqueológicos comparados, cujos processos de depopulação, apesar de iniciados em ~A.D. 1500, foram mais drásticos nos locais de contato direto. Enquanto no litoral centro-sul parece ter ocorrido o declínio da ocupação, nas três regiões do interior as situações foram diversas: no Médio Uruguai e afluentes há um pequeno pico no pós-queda de A.D. 1500; no Médio Jacuí e afluentes há distribuição regular após a queda e na Bacia do Taquari-Antas há um pequeno crescimento pós-queda.

Para o caso da Bacia do Taquari-Antas há, entretanto, um ponto principal nessa segunda fase e que a caracteriza. O maior número de datas para a Bacia do Taquari-Antas se insere justamente no pós-1500 e sustenta grande concentração até ~A.D. 1630 (FIGURA 81, faixa verde). Ao mesmo tempo foi possível ver, curiosamente, uma transformação na forma de expansão aldeã, quando pelo menos para o Médio Forqueta as evidências são claras de que processos de enxameamento passaram a ocorrer, assim como discutimos nos Capítulos 4 e 7. Com base no modelo de Brochado (1989), isso nos levou a sugerir um aumento demográfico regional.

Consideramos essa dinâmica particularmente relevante para o cenário regional do Médio Forqueta e argumentamos com base nos dados analisados para os sítios RS-T-114 e RS-T-132 no Capítulo 7 que esse aumento demográfico microrregional e consequente expansão de sedes resultou de uma maior coesão aldeã e aumento de poder e prestígio de aldeias centrais, dentre as quais o sítio RS-T-114 é o nosso modelo exemplar.

Figura 81 – Datas radiocarbônicas dos sítios Guarani do RS e da Bacia do Taquari-Antas. Distribuição em verde refere-se aos sítios da Bacia do Taquari-Antas e a distribuição em cinza aos demais sítios do RS. As faixas apontam os sítios datados no intervalo de ~A.D. 1500-1630.



Fonte: OxCal v4.3.2 (BRONK RAMSEY, 2017) e curva de calibração SHCal13 (HOGG et al., 2013).

Em favor desse argumento vamos recordar alguns marcadores de prestígio que observamos no sítio RS-T-114, logo alguns dados que indicam quando essa transformação teria passado a ocorrer no seio dessa aldeia, na sequência o possível efeito de intensificação aldeã e transformação na forma de expansão regional e, por fim, uma discussão sobre os motivos que teriam levado a esse quadro.

Um primeiro aspecto que aponta fatores de prestígio para o RS-T-114 é a presença elevada de adornos *tembetá*. O *tembetá* é exclusivamente masculino e é associado geralmente ao poder e prestígio de seus portadores (CORRÊA, 2011, p. 231), aparecendo em sítios Guarani e Tupinambá. Em aldeias Kaiowá atuais, por exemplo, os indígenas relatam que o tamanho está relacionado com a importância de quem o usa, sendo os ‘fininhos’ para os meninos, que podem ir aumentando com o tempo, e os mais largos destinados aos ‘importantes’ da aldeia, uma vez que podem ser vistos de longe (SOUZA, 2009, p. 48). Esse mesmo fator de prestígio foi observado pelos cronistas do contato entre os Tupinambá da costa brasileira no século 16, cuja descrição era de que haveria uma graduação relacionado com o prestígio não apenas no tamanho crescente dos *tembetá*, mas também uma escala de materiais utilizados, variando entre madeira, ossos e conchas, e que apenas em uma idade mais avançada seria comum os de pedras verdes, azuis ou brancas (ABBEVILLE, 2002).

Para a quantidade elevada desses adornos apontamos duas explicações, ambas inclinadas ao grau de prestígio da aldeia. Em primeiro lugar, a presença fora do padrão sugere que por ali circularam pessoas de prestígio em uma frequência elevada quando comparamos com outros registros arqueológicos. Em segundo lugar, os *tembetá* não representam somente símbolos de prestígio, mas fazem parte de um importante ritual masculino de passagem da puberdade para a fase adulta entre os Guarani atuais, que ocorre com a perfuração do lábio inferior de meninos e a colocação do *tembetá*. O ritual acontece entre os Mbya (CEBOLLA BADIE, 2015), entre os Nandeva e os Kaiowá (SCHADEN 1962; CHAMORRO, 1995), além de entre os Ache-Guayakí (MAYNTZHUSEN, 2009) e Chiriguano (HIRSCH, 2008). Enquanto a colocação do *tembetá* entre os Mbya acontece em casa, entre os Kaiowá o ritual é realizado em meio a uma cerimônia festiva altamente elaborada

dirigida pelo xamã e proibida para as mulheres (SCHADEN, 1962; CHAMORRO, 1995, SOUZA, 2009).

Paramos um instante para avaliar como se desenrola o ritual entre os Kaiowá da aldeia Panambizinho, Mato Grosso do Sul, onde ainda é realizado com frequência. Seguindo a descrição de Souza (2009, p. 45-52), no *Kunumi pepy*, nome do ritual, a perfuração do lábio é feita pelo líder espiritual da aldeia e seus ajudantes, ocorrendo em quatro partes precedidas por uma fase de preparação: *jerosy puku*, *kunumi ka'u*, *kunha ka'u* e *jopara*. Entre a fase mais ativa dos preparativos e as quatro etapas da colocação passam aproximadamente quatro semanas, sendo que alguns preparativos para a festa podem durar vários meses. Os preparativos e a realização da festa envolvem os homens e as mulheres em funções específicas de acordo com o gênero. O cultivo do milho é uma função que pode ser exercida tanto por homens como por mulheres, mas a produção da *chicha* ou *kagwi*, bebida obtida com a fermentação do milho, só pode ser preparada pelas mulheres. Também são elas que se encarregam da confecção das redes, trajes e adornos usados pelos *kunumi* (meninos que serão iniciados). Já os homens são encarregados de construir a casa para reclusão dos meninos e confeccionar o *apyka*, banquinho feito de cedro no qual os meninos devem se sentar durante a perfuração do lábio, bem como de fabricar o *tembetá* de resina. Os meninos iniciados ficam em reclusão e são submetidos a uma dieta restritiva durante esses preparativos, na chamada fase de 'crise'.

A fase de crise é seguida pelo *jerosy puku*, canto e dança que possui duração de horas seguidas e é realizado dentro da casa de reza entre os homens e os meninos que terão os lábios perfurados. Ressaltamos que participam exclusivamente os homens que também apresentam o *tembetá*. Esse momento é seguido pelo *mitã ka'u*, a bebedeira ritual dos meninos. Eles devem beber *chicha* e dançar até ficarem fora de si. A bebedeira precede a fase mais importante, que é a perfuração do lábio propriamente dita. O sentido final da iniciação entre os Kaiowá assume, antes de uma conotação de maturidade sexual, um símbolo de afastamento das referências femininas, recebidas até então pelas mães. O rompimento com os aspectos femininos de sua identidade a fim de se constituir a masculinidade é simbolizado no ritual pelo choro das mães e das irmãs. Elas, durante todas as noites

da reclusão encenam simbolicamente a despedida entre mães e filhos e entre irmãs e irmãos.

Após a perfuração feita pelo líder espiritual da aldeia e seus ajudantes na casa de reza, ocorre o festejo com grande beberagem na comunidade, enquanto os meninos se recuperam por mais ou menos uma semana. As danças nesse momento são realizadas pelas mulheres. Por fim, a festa é finalizada com o *jopara*, a mistura, quando homens e mulheres podem participar das rezas e danças de forma integrada, bem como os não indígenas e indígenas de outras etnias. Assim, entre os Kaiowá, o *Kunumi pepy* é uma festa que envolve grande quantidade de *chicha*, comida e de pessoas e só é celebrada quando a comunidade apresenta situação econômica que permita oferecer estadia e alimentação aos convidados de outras comunidades. Enquanto prestígio, o líder espiritual Guarani que comanda a festa é amplamente conhecido entre as comunidades como o provedor do ritual.

Chegamos assim ao segundo ponto que gostaríamos de enfatizar sobre o RS-T-114: a importância dos marcadores de festins e banquetes observados no registro arqueológico.

Como discutimos no Capítulo 7, há diferenças significativas entre o registro arqueológico escavado no RS-T-114 daquele escavado no RS-T-132, desde o estilo decorativo da cerâmica, a quantidade de vestígios coletados em geral, até a cronologia de ocupação. Enquanto o RS-T-132 apresentou elementos domésticos e expeditivos, o RS-T-114 possui várias características que se enquadram nos espaços de *feasting* apresentados por Twiss (2008, p. 420-422). Os festins e banquetes podem ser definidos como uma forma de atividade ritual centrada no consumo comunal de comida e bebida e desempenham um importante papel social em todo o mundo (DIETLER, 2011, p. 180), fornecendo uma arena ativa de manipulação para as relações sociais que vão desde agregação familiar até a comunidade política regional (e.g. DIETLER, 1996; 2001; 2006; HAYDEN, 1996; 2001). Dietler (2011, p. 181-182) destaca, por exemplo, que são extremamente importantes para se estabelecer sentimentos de amizade, parentesco e solidariedade grupal, bem como para a consolidação de laços entre grupos afins e ligações políticas entre líderes de vários tipos.

As festividades executam, em geral, a função integrativa clássica de se 'criar' uma comunidade. Ao mesmo tempo, são sempre políticas e competitivas em seus efeitos, tal como uma mídia simbólica, embora as implicações políticas possam ser sutis, limitadas ou completamente eufemizadas (TWISS, 2008, p. 436; DIETLER, 2011, p.184). Um exemplo extremo de sua natureza política pode ser visto nas festas competitivas e escalonares quase 'agonísticas' dos *bigmen* da Melanésia (DIETLER, 2011, p. 180). Nessas festas a hospitalidade generosa obriga os hóspedes a responderem com uma hospitalidade cada vez mais generosa, fazendo com que alguns eventos levem mais de uma década para serem preparados. Esses casos extremos são a esmagadora minoria, mas a verdade é que Dietler (2011, p. 180-181) percebeu que há um grau de competição social envolvido em todos os banquetes. Ou seja, aqueles que não cumprem a hospitalidade esperada ficam para trás, afetando o *status* e a influência dos participantes, bem como a qualidade de seus relacionamentos.

Para utilizar o exemplo amazônico, ponto de origem Tupí-Guaraní, as festas são vistas ali como um momento de euforia, quase uma "apologia ao momento dionisiaco" (SZTUTMAN, 1998, p. 120-131), cujas cauinagens tomam um lugar privilegiado de execução, ritualmente falando, dos princípios fundantes do pensamento amazônico, bem como também são pautadas na reciprocidade. Entre os Juruna (grupo Tupí, mas não Tupí-Guaraní), Lima (1995, p. 375) destaca que as cuias trocadas durante as festas significam uma regra social clara: "quem dá *cauim* a alguém ouve uma exclamação de surpresa, seguida de um Sim! e recebe de volta não a cuia vazia, mas uma transbordando". Para os Juruna, as cauinagens possuem vários signos e funções além da beberagem: cantos e danças coletivas, fofocas e especulações acerca do comportamento dos membros de outras aldeias, intrigas políticas e geracionais e possibilidades de arranjos matrimoniais. Nessas festas eclodem questões comunitárias, debates sobre a distribuição da caça, projetos de casamento, histórias sobre as aventuras dos caçadores, rememora-se a vida dos ancestrais, abrem-se álbuns de fotografias, etc. Além disso, são abordados os problemas diplomáticos com os brancos e são produzidos artigos de artesanato para comercializar com os mesmos.

Passando ao cenário Guarani, os informes do século 16 do jesuíta Fernão Cardim (1939, p. 146-155) descrevem que os indígenas possuíam dias particulares para festas e que essas eram caracterizadas pela abundância de bebida e por durarem dois ou três dias, quando geralmente não se comia, somente se bebia. Para que fosse mais festivo, alguns andavam de casa em casa cantando, chamando e convidando quem encontrassem para beber. Cardim relatou ainda que as celebrações seriam tão intensas, destacadas e difíceis de controlar que configuravam um impedimento para a cristianização dos indígenas, implicado que uma das mais consistentes orientações civilizacionais dos jesuítas nesse período foi o ato de impedir as festividades e rituais ‘demonizados’ pela ingestão exacerbada de bebidas alcoólicas (VEIGA, 2007, p. 153) e, em especial, as festas canibais (FAUSTO, 2005, p. 405). Logo, entretanto, os jesuítas perceberam a importância de manter eventos de celebração entre os Guarani como uma forma de compensação. Assim, as festividades e baquetes, sem a cauinagem e os rituais antropofágicos, ficaram famosas também nas reduções (CHAMORRO, 2008, p. 238-239).

Várias são as festas entre os Guarani atuais. Entre os Kaiowá, o *Kunumi pepy* descrito acima ocorre a cada quatro anos e coincide com a festa do milho que celebra o amadurecimento do primeiro milho da temporada, isto é, de janeiro em diante (SCHADEN, 1962, p. 95). Além da festa principal do milho, entre os Kaiowá todo o ciclo desse cultivo, desde queimar a roça até a elaboração da primeira *chicha*, é acompanhado por cerimônias. Entre os Nandeva também há um ciclo de cerimônias para cada etapa do cultivo (MELIÀ, 1991, p. 35), assim como entre os Mbya, quando se realiza a *tembiu aguyje*, comemoração da colheita das plantas convertidas em alimentos, no dia seguinte da relevante cerimônia *nheemongarai*, atribuição de nomes-almas. O *nheemongarai* deve ocorrer na época do *ara pyau*, ‘tempos novos’, isto é, dos fortes temporais de verão, coincidindo com a proximidade da colheita do milho (LADEIRA, 2008, p. 181). Em resumo, o milho é tão fundamental para os Guarani que levou Schaden (1962, p. 50) a concluir que esse cultivo centralizaria o calendário econômico-religioso a tal ponto que se pode falar de uma ‘religião do milho’ entre os Guarani atuais.

Além das festas preparadas e programadas nos calendários festivos, ocorriam e ainda ocorrem beberagens e banquetes após mutirões relacionados às

atividades coletivas nas roças, na construção de casas e de artefatos grandes (SOARES, 1997, p. 93; CATAFESTO DE SOUZA, 2002, p. 231). Segundo Schaden (1962, p. 57-58), os mutirões atuais devem ser interpretados como expressão da solidariedade de um grupo em duas esferas, uma enquanto trabalho coletivo feito para determinada pessoa e outra destinada para a coletividade da comunidade, que pode ser uma área de caça ou terras de lavoura, bem como a realização de caçadas e de pescarias coletivas que unem diferentes famílias-grandes. Entre outros exemplos de trabalhos coletivos das comunidades Guarani atuais, destacamos a plantação de um bananal descrito por Schaden (1962, p. 59) para a aldeia Mbyá Rio Branco, em São Paulo. A partir da associação entre várias famílias-extensas, ~800 pés de banana foram plantados resultando em um bananal coletivo destinado para a alimentação dos porcos da comunidade e para a alimentação das próprias famílias. Essas atividades coletivas, mais especificamente os mutirões com beberagens, são antigas entre os Guarani e foram descritas no *Tesoro* de Montoya (1639, p. 310) como *potyrõ* (*todas las manos*). Em 1611, um pouco antes, o jesuíta Diego de Torres Bollo já havia descrito que quando os Guarani regressavam de alguma caçada ou pescaria coletiva, ou quando se iniciava a fase de fazer a roça, se reuniam para beber de casa em casa (CARTAS Ânua I, 1927-29, p. 88).

Assim, os festins, banquetes e os rituais acompanham os Guarani desde muito tempo e formam um importante ponto de integração comunitária. Como a etnografia aponta (e.g. CHAMORRO, 1995, SCHADEN, 1962), essas atividades não eram realizadas de forma isolada, ocorrendo entre e para a comunidade. Parafraseando Schaden (1962, p. 33), “de fato, a construção em que se realizam as cerimônias é o ponto de convergência das atividades sociais e religiosas do grupo”. Na conclusão de Soares (1997, p. 219), assim como para as festas, os convites para caçadas coletivas, aberturas de roças (os mutirões), bem como os rituais antropofágicos e guerras no passado eram fortes marcadores de prestígio entre os Guarani, demonstrando a abrangência do anfitrião quando o convite era aceito. A execução da reciprocidade faria as pessoas se locomoverem por grandes distâncias, da periferia para o centro de cada *guará* e de um *guará* para outro, e esses movimentos aparentemente aleatórios formariam laços integrativos que permitiriam a construção de uma rede de aldeias Guarani.

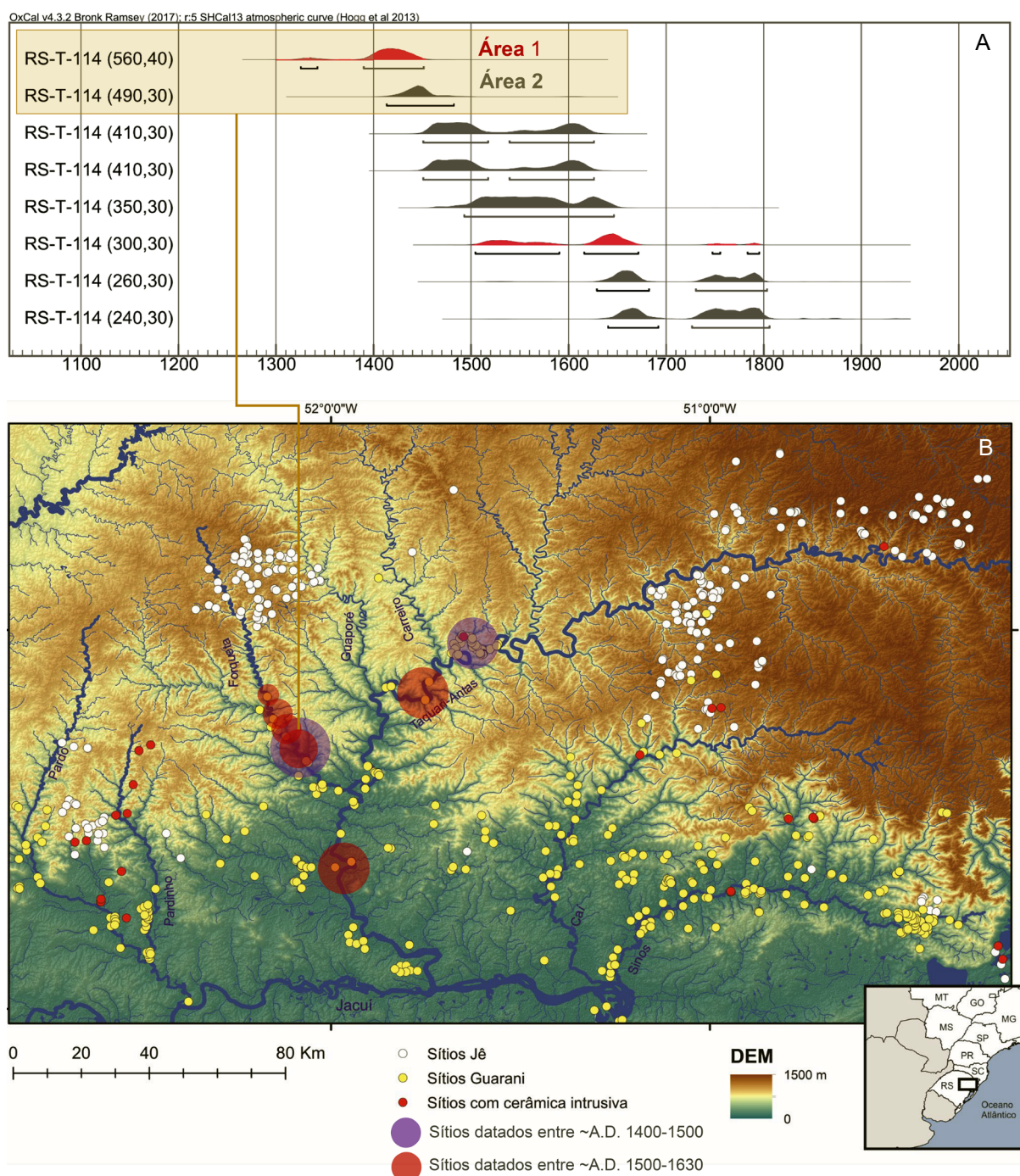
Para além do fator integrativo, as festas e os rituais entre os Guarani assumem também o caráter competitivo e político observado por Dietler (2011, p. 183) para os contextos de *feastings*. Por exemplo: entre os Guarani, um bom provedor de festas precisa fornecer exuberância de comida e bebida, elevando seu prestígio e, por consequência, o de sua aldeia diante da comunidade (SOARES, 1997, p. 150-151). No registro arqueológico essa dinâmica distinta de *status* parece ter ocorrido entre o RS-T-114 e o RS-T-132, implicando que existiam áreas centrais dentro do território que forneceria festas e rituais importantes (e.g. RS-T-114), bem como áreas periféricas formadas por aldeias menores e que mantinham atividades do cotidiano e economias domésticas (e.g. RS-T-132). A partir dessas questões consideramos o RS-T-114 como uma aldeia prestigiosa socialmente para o contexto do Médio Forqueta e que não existia por si só, uma vez que se conectava com as outras aldeias periféricas enquanto ‘a’ provedora de festins e rituais.

Sobre esse *status* há ainda um fator particularmente relevante que observamos no registro arqueológico: o RS-T-114 parece ter passado com o tempo por algum tipo de transformação na sua importância social, ocorrendo uma transformação de caráter *endo*, isto é, uma mudança no seio dessa aldeia, ainda na fase anterior, culminando na criação de áreas de festins coletivos algumas décadas após a ocupação inicial dessa aldeia. Recordando os resultados cronológicos para o RS-T-114, destacamos que a mancha de terra preta 1 (a lixeira), que é o ponto mais antigo desse sítio, apresentou atividade inicial em 560 ± 40 AP (Cal. A.D. 1390-1451, 90.2% de certeza), passando a mancha de terra preta 2 (área de festins) a existir depois de algumas décadas, quer dizer, em 490 ± 30 AP (Cal. A.D. 1413-1482, com 95,4% de certeza) (FIGURA 82a).

A resposta para a criação da área de festins parece estar vinculada à ascensão de prestígio e de poder entre lideranças. Enquanto não arriscaremos sugerir qualquer transformação de natureza entre os Guarani, como o início de desigualdades, hierarquias, centralização política, etc., pois as evidências não dão suporte para isso, sugerimos que pelo menos uma transformação de escala, quer dizer, algum tipo de crescimento da integração e coesão aldeã ocorreu. Na etnografia há correspondência entre a ascensão de líderes Guarani e a maior integração comunitária. Como resume Soares (1997, p. 92): “existem descrições e

relatos de casas Guarani com 300 ou 400 pessoas, com o prestígio do *tuvichá* atraindo diversos vassallos [...]”.

Figura 82 – (A) Dinâmica cronológica entre a área 1 (em vermelho) e a área 2 (em preto) para o sítio RS-T-114. (B) Em vermelho aparecem os sítios Guarani datados para a segunda fase Guarani na região, em ~A.D. 1500-1630, demonstrando o processo de enxameamento no Médio Forqueta em direção à montante.



Fonte: OxCal v4.3.2 (BRONK RAMSEY, 2017) e curva de calibração SHCal13 (HOGG et al., 2013).

Modelos políticos sobre transformações sociais também estimam a importância do prestígio de personagens principais para maiores fatores de coesão aldeã. Hayden (2001, p. 248-250) destaca que em momentos de abundância o *ethos* igualitário poderia ser quebrado entre a comunidade a partir de competição, de festas e de tendências ideológicas (DE SOUZA et al., 2017, p. 122-123), bem como a agência de indivíduos altamente prestigiosos assumiria uma motivação central para os acontecimentos (CLARK; BLAKE, 1994, p. 17-18). O poder em torno de personagens específicos em sociedades não estratificadas pode ser observado em vários exemplos etnográficos, como no caso dos *bigmen* e dos *greatmen* da Melanésia, já citados anteriormente. As sociedades *bigmen* se baseiam em trocas cerimoniais competitivas e em procedimentos de compensação guerreira; já nas sociedades *greatmen* os rituais de iniciação masculina tomam o lugar das trocas cerimoniais (SZTUTMAN, 2005, p. 240) e, por regra social, sem esses dois personagens de poder, o *bigmen* e o *greatmen*, não seria possível pensar a constituição de unidades sociopolíticas: eles eram ‘homens capazes de conter outros homens’ e ‘de organizar outros homens’ (STRATHERN, 1988; 1991).

Em um segundo momento, no pós-1500, um novo e forte crescimento de aldeias parece ter ocorrido no Médio Forqueta, culminando em uma mudança regional na forma de ocupação, que agora cobria distâncias menores entre si e as áreas periféricas do Médio Forqueta (e.g. os sítios RS-T-101 [390±30 AP] e logo o RS-T-132 [390±30 AP]) (FIGURA 82b). Esse efeito pode ser interpretado como uma projeção *exo*, para fora, dos efeitos do crescimento que já vinham ocorrendo no RS-T-114. Conforme Soares (1997, p. 92), “por diversos motivos as famílias extensas com poucas pessoas poderiam situar-se em locais menos propícios à ocupação [...] formando novas aldeias. Porém, a distância não deveria ser suficiente para impedir a comunicação entre as comunidades, dada a importância do convívio social”.

Esse processo de expansão e criação de novas aldeias durou até ~A.D. 1630 no Médio Forqueta e particularmente caracteriza essa segunda fase. É interessante pensar, sobretudo, nos motivos que levaram ao crescimento nesse momento. Quer dizer, por que após o A.D. 1500? Diferente do primeiro caso, nosso argumento é o de que um momento de crise estimulou um novo e maior crescimento de prestígio entre as lideranças já fortalecidas. Parece-nos interessante a coincidência temporal

da chegada dos estrangeiros europeus à costa brasileira e a intensificação de ocupação na região como um todo e, em especial, no Médio Forqueta. Argumentamos que a presença de forasteiros conquistadores (exploradores espanhóis e portugueses) e novos profetas (como caso dos religiosos) teria gerado uma situação de crise, como, por exemplo, a iminência de uma invasão. Essa crise teria estimulando maior poder entre os líderes regionais (que se fortaleciam principalmente em momentos de crise) e, por consequência, gerado um maior grau de integração aldeã. Logo, o crescimento demográfico teria culminado na formação de novas aldeias.

É preciso enfatizar que explicações baseadas em crises possuem uma natureza bastante distinta daquelas que preveem as transformações sociais a partir da abundância e da agência dos líderes. Na crise, ao contrário do primeiro modelo, o estímulo estaria em eventos externos, nos fatos históricos que envolvem a sociedade, e não nas motivações internas que crescem no seio da sociedade ou a partir de estratégias de personagens principais. Para ilustrar isso podemos tomar como exemplo as ideias de Carneiro (1970) sobre circunscrição social. Na circunscrição social as pessoas são impedidas de se mover de seus locais porque todas as terras em volta estão ocupadas por outros grupos (CARNEIRO; SCHAAAN, 2007, p. 127), dificultando, entre outras coisas, a expansão por fissão, que é o modo normal de sociedades aldeãs igualitárias e autônomas resolverem os seus conflitos. A fissão impossibilitada pela circunscrição social desencadearia uma crise e outros mecanismos seriam necessários para integrar um grande número de pessoas. Nesse contexto poderia surgir, entre outras coisas, a figura de uma liderança formal (BANDY, 2004, p. 331-332) e, muitas vezes, emergência de complexidade social (DE SOUZA; MERENCIO, 2013; DE SOUZA et al., 2016a).

Apesar das distinções entre modelos pautados em crise ou em emergência de lideranças em momentos de abundância, concordamos com De Souza (2017, p. 122-123) sobre o fato de que eles não são modelos mutuamente excludentes. Aspirações de indivíduos prestigiosos ou de grupos de poder muitas vezes aparecem de forma correlacionada nos contextos arqueológicos com eventos históricos específicos relacionados às crises. Prentiss et al. (2007, p. 320-323), por exemplo, observaram no sítio arqueológico *Keatley Creek* na Columbia Britânica,

Canadá, que embora as condições de abundância favoreceram o início de desigualdades entre aquela população, foi somente durante os períodos pontuados de crise que o grupo ficou sob estresse suficiente a ponto de se submeter ao controle das elites aspirantes.

Sugerimos então que algo parecido ocorreu nessa segunda fase de ocupação Guaraní no Médio Forqueta. Quer dizer, todo o processo de transformação em direção à maior coesão aldeã e fortalecimento político do Médio Forqueta circulou, em alguma medida, em torno das lideranças, mas as motivações para a ascensão e fortalecimento do poder dessas figuras podem ter tido naturezas distintas: enquanto na primeira fase um crescimento impulsionado pela competição por prestígio e baseado em festas e rituais parece ter ocorrido, para o pós-1500 parece mais seguro pensar que um efeito '*outsider* indireto' gerou uma crise e que essa foi crucial para o estímulo do poder das lideranças.

Para explicar o efeito '*outsider* indireto' destacamos que como entre a chegada dos estrangeiros na costa brasileira e a chegada efetiva desses agentes no Taquari-Antas se passou mais de um século, diferente do efeito de depopulação causado em especial pelas epidemias do contato direto, as aldeias mantiveram-se crescendo e espalhando-se até ~A.D. 1630, quando finalmente os jesuítas e logo escravizadores de indígenas iniciaram as ocupações nas adjacências da região. Desse momento em diante o efeito de depopulação passa a ficar claro na região. Com essa lógica, argumentamos que os Guaraní sabiam da presença dos forasteiros desde cedo (cf. Soares [1997, p.147-149] sobre ampla utilização de mensageiros entre os Guaraní), e que o fato de esses mesmos forasteiros terem demorado a invadir os territórios da Bacia do Taquari-Antas ocasionou, diferente de declínio, o crescimento do poder entre lideranças e de aldeias importantes por mais de um século.

Sobre essa interpretação gostaríamos de enfatizar duas últimas questões:

1) Assim como destacaram Sztutman (2009a), Viveiros de Castro (2008) e Fausto (1992) para os líderes espirituais Tupí-Guaraní no período colonial, a ascensão das lideranças no pós-1500 não foi uma criação colonial. Isto é, não ocorreu a invenção de lideranças para o mundo colonial, mas o mundo colonial

estimulou uma hipertrofia de poder em torno de alguns personagens que já existiam no sistema sociopolítico. Cabe destacar que Sztutman (2009a, p. 18) prefere não utilizar a palavra 'poder' empregada por Strathern (1991) para esses personagens de prestígio e apresenta como substituto o conceito de 'agência'. No argumento do autor, 'poder' carregaria signos ocidentais de coerção e monopólio da violência. Para a discussão entre os Guarani continuaremos utilizando o conceito de poder porque ele, mesmo em uma concepção estritamente ocidental, não se resume aos correspondentes de violência e coerção, apresentando definições muito mais atrativas como 'influência', e que podem fazer mais sentido para o caso das lideranças aqui discutidas do que o conceito de agência. Mesmo assim, não são excludentes.

2) Especificamente para o Médio Forqueta, a ideia de lideranças fortalecidas Guarani não se baseia em uma hipótese vaga, mas em um fato histórico bem documentado na Carta Ânua de 1635a (CORTESÃO, 1969), cuja análise foi realizada, entre outros, por Laroque et al. (2015), De Cristo (2016) e De Cristo, Laroque e Machado (2018). Essa Ânua apresenta eventos de conflitos entre indígenas e jesuítas, ataques e planejamento de ataques às reduções. Algumas dessas ações foram organizadas por juntas de lideranças Guarani, em especial espirituais, estabelecidas em áreas muito próximas aos sítios Guarani do Médio Forqueta. Apresentaremos mais detalhes sobre esses eventos conflitivos no próximo item. Importa aqui a ideia de que esses personagens descritos em A.D. 1635 são um sintoma de que o Médio Forqueta era uma área politicamente fortalecida.

Finalizando a fase ~A.D. 1500-1630, destacamos que essa parece ter sido a mais intensamente ocupada pelos Guarani na Bacia do Taquari-Antas, quando também novos sítios inseridos nas planícies do Rio Taquari-Antas aparecem datados (RS-T-117 [370±30 AP] e RS-03 [360±30 AP]) (cf. FIGURA 79b), demonstrando ocupação generalizada no perímetro Guarani. Por outro lado, as poucas informações cronológicas disponíveis para os sítios ao longo do Taquari-Antas não permitem inferir dinâmicas como o enxameamento no Médio Taquari-Antas até o momento e, exclusivamente por esse motivo, essa região foi pouco mencionada para essa fase. Até o momento podemos inferir, com base nos resultados da cerâmica discutidos no Capítulo 6, que os sítios ao longo do Taquari-

Antas poderiam formar uma coletividade distinta dos sítios do Forqueta, implicando, talvez, em dinâmicas políticas diferentes. Isso não significa que áreas fortalecidas não existiriam ao longo do Taquari-Antas. Ao contrário disso, a planície densamente ocupada pelos sítios RS-27, RS-28 e RS-29 apresenta potencialidade para esse tipo de fenômeno, bem como nos sítios do Médio Taquari-Antas se observa uma frequência de enterramentos em urna não vista para o Médio Forqueta, assim como mencionamos brevemente no Capítulo 4. Essa é uma questão que merece atenção especial para o contexto do Médio Taquari-Antas em investigações futuras.

8.2.1 Síntese

Essa segunda fase de ocupação Guaraní na Bacia do Taquari-Antas foi caracterizada como o momento de maior número de datas, bem como de ocorrência de processos de enxameamento no Médio Forqueta que até então não haviam sido observados com clareza. Esses eventos carregam boas evidências de que um crescimento demográfico ocorria na região e podem ser explicados, em partes, quando se passou a observar ainda na fase anterior que aldeias centrais se tornavam mais prestigiosas socialmente, em especial pelo aparecimento de áreas de festejos sinalizadas para o RS-T-114.

A expansão a partir desse sítio (e.g. ocupação dos sítios RS-T-101 e RS-T-132, alguns quilômetros à montante) só passou a ocorrer, entretanto, no pós-1500. Argumentamos que se no primeiro caso deve ter ocorrido uma busca por prestígio a partir de oferecimento de áreas de integração comunitária, no segundo momento, um efeito '*outsider* indireto' gerou uma situação de iminência de crise (talvez metaforicamente falando, quando seremos invadidos?), e, conseqüentemente, maior poder entre os líderes que já estavam se fortalecendo em determinadas aldeias centrais. Um efeito esperado, e que parece ter ocorrido, é o de maior coesão aldeã e crescimento demográfico implicando na expansão de sedes de curta distância e formação de redes de aldeias periféricas concentradas próximas das maiores.

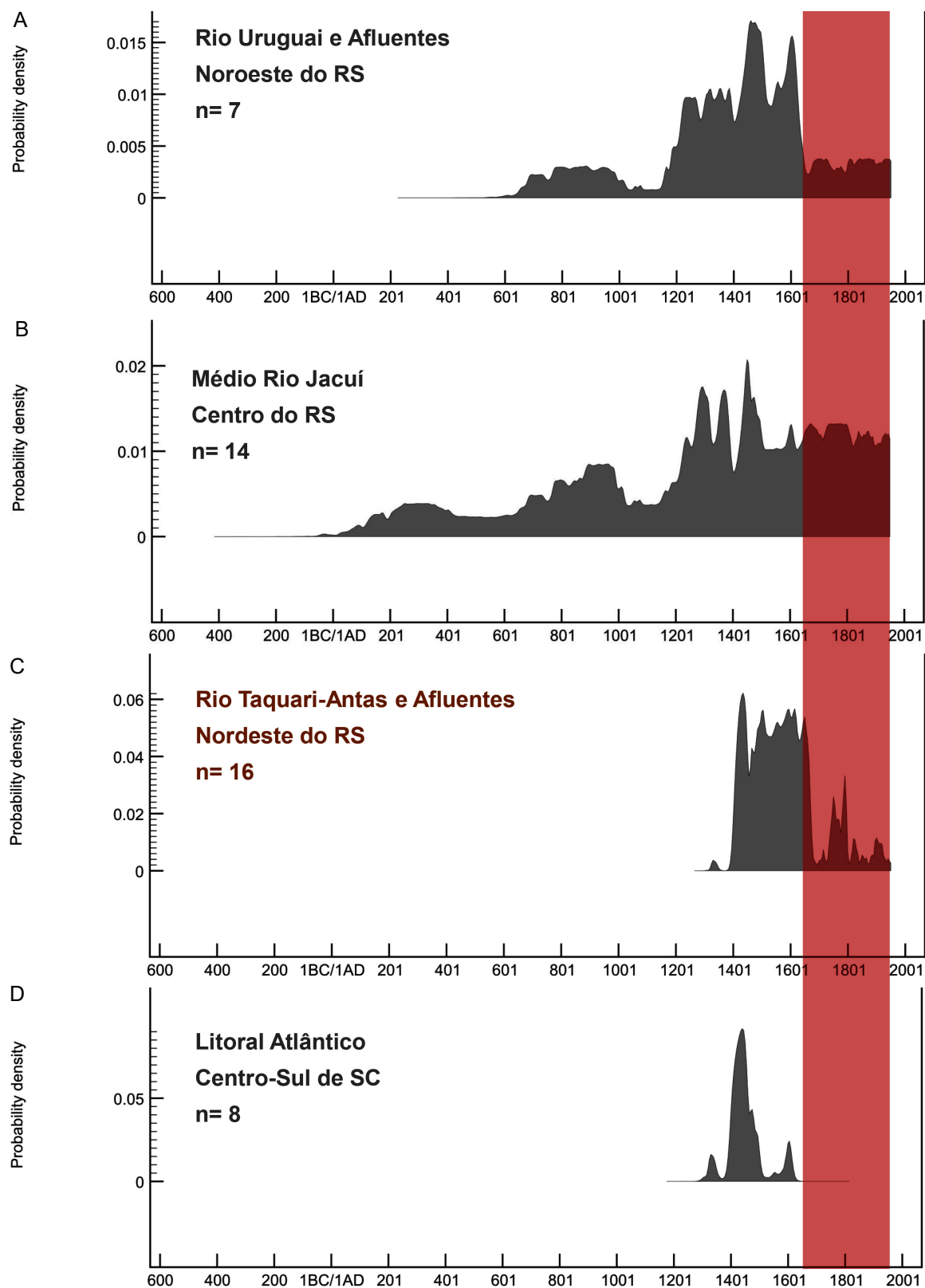
A demora de mais de um século para a efetiva chegada estrangeira na região parece ter feito com que essa fase durasse até ~A.D. 1630, quando a ocupação Guarani passou a declinar. Em A.D. 1635, é importante destacar, foram descritas agremiações de lideranças espirituais Guarani nas proximidades do Médio Forqueta. Essa década marca o fim da segunda fase e é quando se passa a observar a modificação das relações de espaço, mobilidade e de poder indígena na região. Entretanto, como argumentaremos adiante, não foi suficiente para causar o desaparecimento generalizado dos Guarani, uma vez que o Médio Forqueta continuou exercendo um destaque no cenário político regional.

8.3 A Terceira Fase (~A.D. 1630-1800?): Permanência, Regressos e Colapso

A última fase Guarani na Bacia do Taquari-Antas se insere entre ~A.D. 1630-1800. É possível observar que essa fase foi marcada por uma profunda depopulação indígena geral, embora as ocupações se estendam para além desse período nas três áreas comparadas do interior Guarani (FIGURA 83a-c) (FIGURA 84). Esse declínio se conecta historicamente com as incursões de jesuítas espanhóis, com o estabelecimento de reduções no Jacuí e no Pardo e com o ataque de bandeirantes às reduções e captura de indígenas no Taquari-Antas (KREUTZ, 2015, p. 27-28).

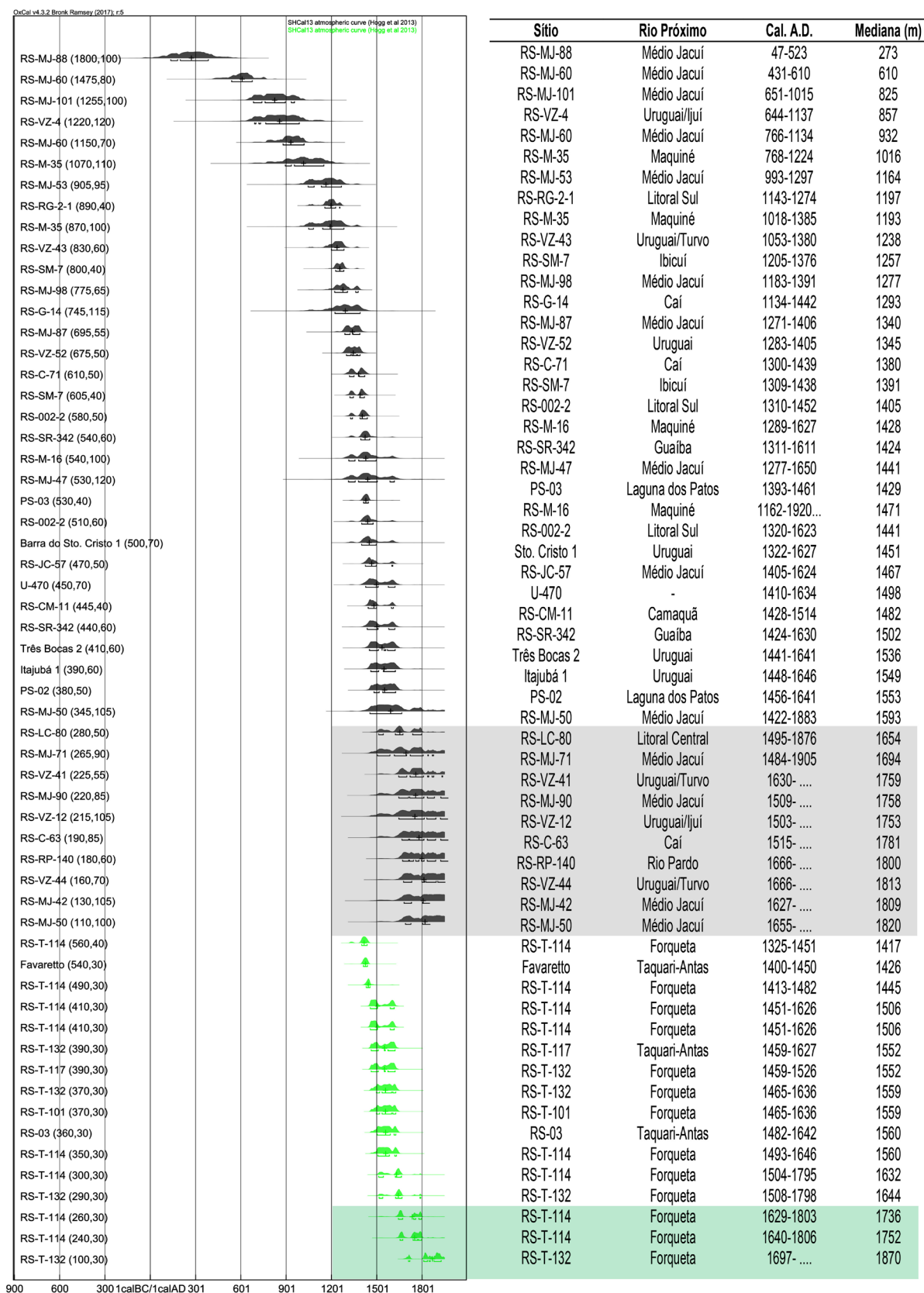
Parte de um sistema de cinco frentes missionárias da Província Jesuítica do Paraguai fundadas entre 1609-1768 (*Guayrá*, no Paraná; *Paraguay*, no Paraguai; *Itatim*, no Mato Grosso do Sul; *Uruguay*, entre o Brasil e o Uruguai; e *Tape*, no Rio Grande do Sul), os *pueblos* reduzidos dos rios Jacuí e Pardo foram fundados entre 1631 e 1634 após a destruição do *Guayrá* em 1629 por bandeirantes (KREUTZ, 2015, p. 235). São conhecidas cinco reduções nessa região: *Santa Tereza de los Pinales* (1632), localizada em uma extensa mata de Araucária e de Erva-mate; *Nuestra Señora de la Natividad* (1633), entre as vertentes do Jacuí e Ivaí; *Santa'Ana* (1633), em uma mata de Araucária na altura do Rio Vacacaizinho, *San Joaquín* (1633), nas nascentes do Pardo; *Jesús Maria* (1633), em Candelária; e *San Cristóval* (1634), abaixo da foz do Pardinho (KREUTZ, 2015, p. 235-238).

Figura 83 – Distribuição das somas das probabilidades calibradas. (A) Uruguai e afluentes. (B) Médio Jacuí e afluentes. (C) Taquari-Antas e afluentes. (D) Litoral centro-sul de Santa Catarina. Faixa vermelha corresponde a terceira fase de ocupação Guarani na Bacia do Taquari-Antas (~A.D. 1630-1800). ‘n=’ refere-se ao número de datas radiocarbônicas consideradas para cada área.



Fonte: OxCal v4.3.2 (BRONK RAMSEY, 2017) e curva de calibração SHCal13 (HOGG et al., 2013).

Figura 84 – Dados radiocarbônicos dos sítios Guarani do RS e da Bacia do Taquari-Antas. Distribuição em verde refere-se aos sítios da Bacia do Taquari-Antas e a distribuição em cinza aos demais sítios do RS. As faixas apontam os sítios datados no intervalo de ~A.D. 1630-1800.



Fonte: OxCal v4.3.2 (BRONK RAMSEY, 2017) e curva de calibração SHCal13 (HOGG et al., 2013).

Mais detalhes sobre essas reduções podem ser acessados, entre outros, em Porto (1954), Cortesão (1969), Kreutz (2015), De Cristo (2016), De Cristo, Laroque e Machado (2018), sendo que aqui nos interessa o fato de que embora não estivessem assentados no Taquari-Antas, os jesuítas dos rios Jacuí e Pardo incursionaram diversas vezes por essa região com a intenção de prospectar áreas de interesse e obter novos ‘cristãos’ (PORTO, 1954, p. 129). Essas incursões foram relatadas pelos jesuítas em cartas enviadas aos superiores e que hoje podem ser consultadas de forma acessível em Cortesão (1969), um grande compilado de documentos jesuítas. Em uma dessas cartas datada de 1635, analisada previamente por De Cristo (2016) e De Cristo, Laroque e Machado (2018), são relatados dois conflitos entre jesuítas e lideranças Guarani e que apresentam informações particularmente relevantes para a nossa discussão.

No primeiro evento, o jesuíta Ximenes descreve a incursão do jesuíta Cristóval de Mendoza em direção ao *Caaguá*, região que ocupava toda a extensão da Serra Geral localizada entre o litoral e o Vale do Taquari (PORTO, 1954, p. 50), cortando a província do *Ibiaçá*¹⁸ e ligando a região de *Ibiá*¹⁹, referência para ‘caminho difícil’ ou ‘travessia do caminho do rio’ (talvez no município de Montenegro, segundo Proença [2014]). Durante o seu regresso no Jacuí, o jesuíta sofreu uma emboscada no *Ibiá* culminando na sua morte. A emboscada foi realizada por um grupo de indígenas liderados por Tayubai, um indígena ex-aldeado da redução de São Miguel e descontente com a pregação jesuítica (BECKER, 1992; DE CRISTO, 2016).

É, no entanto, no outro relato mencionado nessa Ânuia e analisado exaustivamente por De Cristo, Laroque e Machado (2018) que temos interesse direto aqui. Enviado para a redução de *Jesús Maria* depois da morte de Cristóval de Mendoza, Francisco Taño relatou aos seus superiores a existência de uma “[...] *junta de indios que se hacia [en] el cariray y en el Pirayubi*” (CARTA, Ânuia de 1635a, In: CORTESÃO, 1969, p. 107) organizada por lideranças espirituais Guarani com o

¹⁸ A província do Ibiaçá se estendia de Laguna, em Santa Catarina, até as cabeceiras do Rio Pelotas, seguindo pelo Rio Uruguai-Pitã (também conhecido como Paricai e Turvo), passando pelas cabeceiras do Rio Jacuí, na Laguna dos Patos (DE CRISTO, 2016).

¹⁹ Seria o espaço entre o Alto Taquari-Antas e o Caí (PORTO, 1954, p. 50).

objetivo de atacar as reduções *Jesús Maria*, *San Cristóval* e *San Joaquín*. A partir dessas notícias, as reduções e os *tetaminis* próximos (pequenos *pueblos* indígenas, conforme Montoya [1639]) passaram a sofrer a ação de vários *yeroguiharas*, ‘feiticeiros dançarinos’, que se diziam deuses e criadores das roças de milho e da comida, senhores de fantasmas e que faziam os ‘tigres’ andarem conforme suas vontades, matando quem ordenassem (DE CRISTO, LAROQUE; MACHADO, 2018, p. 122).

Taño descreveu que a ameaça se direcionava primeiramente aos vaqueiros e “*ybirapondaras*” (?) e “*los q se haçian Xpianos*”. Nesse caso, ‘Xp’ parece corresponder aos monogramas *chi* e *rho* (XP) da palavra grega ΧΡΙΣΤΟΣ, quer dizer, ‘Cristo’. Dessa forma, para a Carta Ânua acreditamos que *Xpianos* signifique *cristianos*, uma referência aos índios que eram batizados como cristãos.

As descrições da carta informam, por um lado, que os ‘feiticeiros’ estariam causando o temor e o abandono de várias casas indígenas nas reduções. Por outro, relatam que a chegada dos *yeroguiharas* vindos do *Tayaçuapé* estaria causando grande dano ao sistema porque os indígenas reduzidos “[...] *començaron a mudar los nombres y a haçerse de su banda y a gustar de la fiesta de comer carne humana* [...]” (CARTA, Ânua de 1635a, In: CORTESÃO, 1969, p. 107). Quer dizer, estariam alguns indígenas retornando aos antigos costumes sob a influência dos *yeroguiharas*, implicando que além do perigo *per se* dos ‘comedores de carne humana’, a possível cumplicidade de alguns *pueblos* com as ações ocorridas representaria um perigo ao próprio sistema das reduções. Segundo relata Taño, a situação parecia perder o controle em quase toda a fronteira indígena a Leste do Pardo:

[...] *suerte q al parecer tenemos toda la frontera contra nosotros: los ybianguaras q mataron el S.º Padre Xpval y estos dei caatimé y dei caamomé y los dei tayaçuape Pirayubi y tebiquari y de ali hasta el cariroy les ayudan los de guaybirenda tambien mu de los Portugueses, con q emos dudado muchas vezes y si es esto traça dellos y si fue verdad de q les an muerto. Pero en q les na muerto todos lo afirman y convienen en ello. Pero como estos bellacos son otros distintos de los q mataron y an sido siempre grandes mus suios no acabamos de descubrir si estas bellaquerias sean por orden sua. porq si lo son tienen mucho andado parahaçernos gran dano. Pero como los indios dei caagua donde fue el S.º P.º Xpval estan buenos y nos quieren y estan alia três varistas dos de aqui y uno de S. Miguel*

Xpianos todos y estos fueron los q ayudaron a matar los Portugueses, por los cuales es neces.º pasar primero, parece q no es cosa de Portugueses aunq ay mucho q temer no ayan entrado por la laguna de los Patos y ayan embiado aquel muchacho a yeguacaporu q como es hechiçero tan temido lo deixarian pasar, para q urdiese esta bellaqueria. Pero con la yda de nros hijos nro S.r nos descubrirá la verdad. [...] (CARTA, Ânuo de 1635a, In: CORTESÃO, 1969, p. 110, **grifo nosso**).

No trecho citado há referência de inimigos nas porções leste das reduções, recaindo pelos territórios da Bacia do Taquari-Antas, como visto para os rios *Pirayubi* (Rio Forqueta) e *Tebiquari* (Rio Taquari) e um pouco fora desse perímetro, como é o caso do *Ibiá*, na Bacia do Rio Caí, onde teria ocorrido a morte de Cristóval de Mendoza. Haveria inimigos no *Caatimé*, no *Caamomé* e no *Cariroy* (segundo De Cristo [2016], esse último seria próximo da redução de *Santa Tereza*, no extremo noroeste da Bacia do Taquari-Antas), relatando apenas boas relações com os moradores do *Caágua*. Essas informações parecem indicar, entre outras coisas, que os jesuítas teriam que atravessar todas as nações inimigas para chegar aos amigos do *Caágua*.

Especificamente sobre o conflito, De Cristo, Laroque e Machado (2018, p. 126) destacam que os ataques teriam sido encomendados por *tuvichá* (líderes políticos) de aldeias Guaraní descontentes com a presença dos jesuítas e de seus novos ensinamentos. Esses mesmos ataques foram contidos depois que um exército com cerca de 1.000 indígenas das reduções de *Jesús Maria*, *San Cristóval*, *San Joaquín* e *Sant'Anna* capturaram alguns líderes Guaraní e derrotaram as investidas (DE CRISTO; LAROQUE; MACHADO, 2018, p. 125).

Mesmo com a derrota, é particularmente importante a informação de que muitas aldeias Guaraní estavam descontentes com a ação jesuítica e, em especial, que organizavam reuniões de lideranças no *Tayaçuapé* e no *Pirayubi* (grifados na citação), entre outros lugares. Enquanto o *Pirayubi* seria correspondente ao Rio Forqueta, o *Tayaçuapé*, traduzido como ‘caminho do porco do mato’, parece ter se localizado próximo ao Médio Forqueta, apenas um pouco mais a sul.

Em uma possível reconstituição do caminho do porco do mato, Porto (1954, p. 146) informa que o bandeirante Raposo Tavares teria utilizando o *Tayaçuapé* como via de acesso à redução de *Jesús Maria* em 1636:

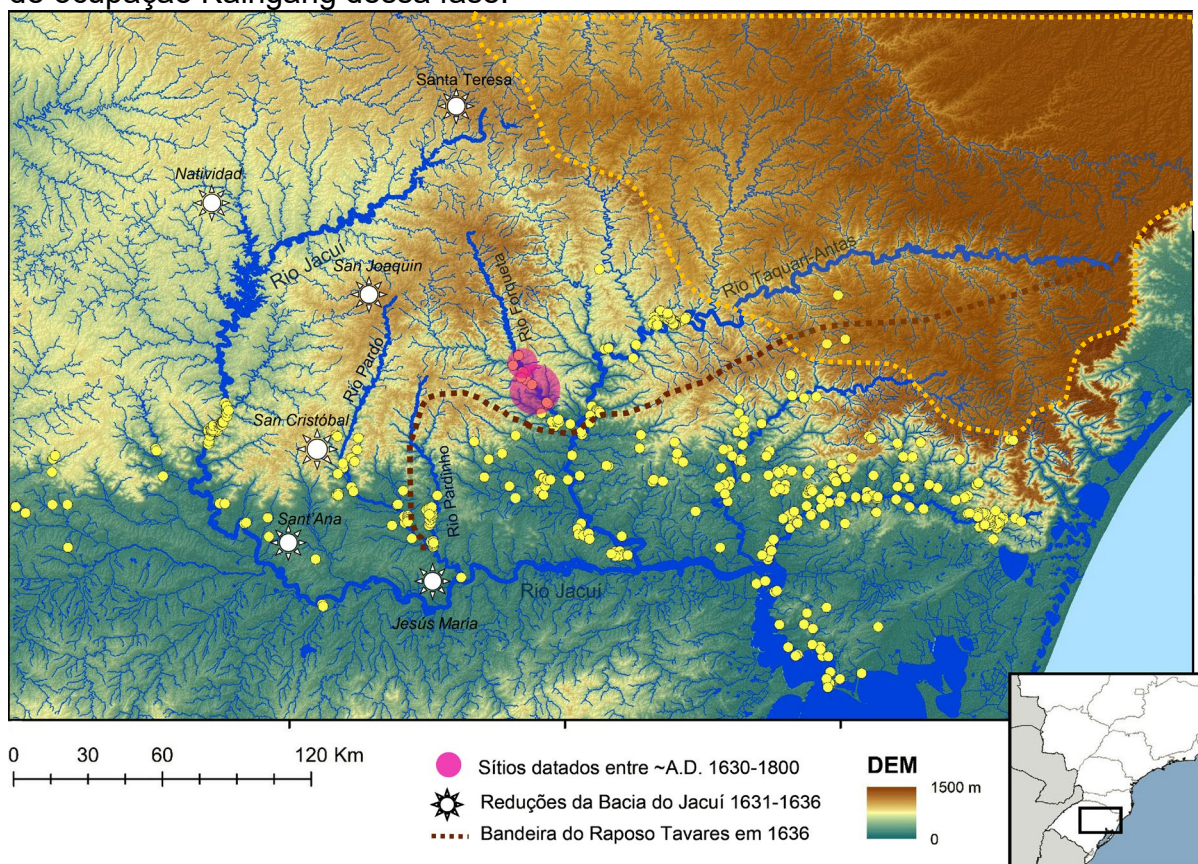
Transposto o passo do Taquari, junto ao Corvo, ou mais abaixo, e tomando por Conventos, na região do Piraiubi, que deve ser o Rio Forqueta, despontaria as nascentes dos Arroios Sampaio e Alegre entrando em Taiaçuapé (caminho do porco do mato) que vinha a dar no Rio Pardinho [...].

Porto (1954) descreve que o bandeirante teria atravessado o Rio Taquari-Antas na altura do Corvo, no atual município de Colinas, provavelmente no ‘salto do Taquari’ descrito no Capítulo 4, e depois teria acessado o ‘caminho do porco do mato’. Parece muito claro que o *Tayaçuapé* se localiza na porção ocidental do Taquari-Antas, na sua margem direita²⁰, mais ou menos entre as nascentes dos arroios Sampaio e Alegre, onde hoje se encontram os municípios de Canudos do Vale e Sério. Seguindo um trajeto hipotético da jusante para a montante, para acessar o *Tayaçuapé* Raposo Tavares deve ter passado entre o Rio Forqueta e o Arroio Sampaio (FIGURA 85).

A informação de que juntas de xamãs estavam organizadas em *Tayaçuapé* e no Rio Forqueta adiciona mais dados sobre a importância política dessa região, como já destacamos para o RS-T-114, ajudando a explicar o registro arqueológico desse sítio. Além disso, se o fato relatado por Porto (1954) de que o *Tayaçuapé* desembocaria no Rio Pardinho for correto, esse caminho deveria ser um importante ponto de conexão territorial indígena entre as Bacias do Pardo e do Taquari-Antas, em específico ligando o território do Médio Forqueta ao oeste gaúcho.

²⁰ Algumas vezes o *Tayaçuapé* foi descrito como localizado no lado oriental do Rio Taquari-Antas, margem leste, em Colinas. A primeira referência que encontramos para isso vem de Ferri (1991), mas o autor, que também utilizou Porto (1954), parece ter confundido o lugar aonde Raposo Tavares ultrapassou o Rio Taquari-Antas (quer dizer, em Corvo) com o *Tayaçuapé*, que é mais distante conforme a descrição de Porto (1954).

Figura 85 – Localização dos sítios Guarani com datação para a terceira fase de ocupação da Bacia do Taquari-Antas, em ~A.D. 1636-1800. Localização das reduções jesuíticas e, em amarelo pontilhado, perímetro aproximado para as áreas de ocupação Kaingang dessa fase.



Fonte: Elaborado a partir de Schmitz e Rogge (2010) para a localização das Reduções Jesuíticas da Bacia do Jacuí ativas entre A.D. 1631-1636; Porto (1954, p.146) para o trajeto hipotético do bandeirante Raposo em 1636 e Laroque (2000, p. 150-151) para os perímetros de ocupação histórica Kaingang.

O avanço de Raposo Tavares também marca a iminência dos ataques às reduções de *Jesús Maria*, *San Cristóval*, *San Joaquín* e *Sant'Anna* ocorridas entre 1636 e 1637, quer dizer, pouco tempo depois dos atentados Guarani descritos acima. Para maiores detalhes sobre essas e outras bandeiras deflagradas no Rio Grande do Sul é possível consultar Porto (1954), Relly et al. (2008) e Kreutz (2015), entre outros, sendo que aqui nos importa o fato de que essas ações destruíram as reduções do Jacuí e do Pardo e levaram milhares de indígenas Guarani como cativos à Capitania de São Vicente, atual São Paulo, bem como ocasionaram a fuga e a destruturação de muitas aldeias que ainda ali permaneciam. Entre as situações-chave ocorridas, Raposo Tavares teria confinado os indígenas capturados em paliçadas construídas na margem esquerda do Médio Taquari-Antas, onde se

estima ser o atual município de Colinas. Essa área continuou a ser utilizada por novas bandeiras até 1638 (KREUTZ, 2015, p. 274-275).

Após a saída dos jesuítas e bandeirantes, a região passou a apresentar um limbo de informações históricas (RELLY et al., 2008, p. 34) e até pouco tempo atrás se estimava hipoteticamente que não mais haveria aldeias Guarani nessas áreas após os marcantes eventos de ~A.D. 1630 (SCHMITZ, 2006, p. 50). A partir dos dados cronológicos debatidos preliminarmente no Capítulo 4 e refinados com modelagem bayesiana no Capítulo 7, observamos, entretanto, que em alguns pontos da Bacia do Taquari-Antas as aldeias Guarani ficaram ativas durante as reduções do Jacuí e do Pardo e permaneceram ocupadas por até mais de um século após a saída desses estrangeiros. Essa permanência pode ser observada com clareza na Figura 83(c), exibindo, inclusive, um pequeno pico de datas entre ~A.D. 1700-1800. É possível observar que as outras duas áreas do interior do território Guarani, o Médio Jacuí e o Médio Rio Uruguai (FIGURA 83a-b), também continuaram apresentando ocupações. Nessas áreas os dados são mais fáceis de se explicar porque ali foram erguidas as reduções e a circulação de indígenas depois da saída jesuítica é historicamente conhecida (SCHMITZ, 2006, p. 51).

Com relação ao caso da Bacia do Taquari-Antas, todas as questões que envolvem essa permanência Guarani pouco esperada até então precisam ser mais bem compreendidas. Destacaremos quatro pontos que acreditamos serem particularmente importantes e mais conclusivas para o momento:

1) A permanência Guarani para esse período tardio não parece ter ocorrido em todo o perímetro Guarani da Bacia do Taquari-Antas. Recordamos que a distribuição inserida na faixa vermelha (FIGURA 83c) corresponde exclusivamente aos sítios RS-T-114 e o RS-T-132 do Médio Forqueta, e nessa fase não mais aparecem datas para os sítios Guarani distribuídos ao longo do Taquari-Antas (FIGURA 84) (FIGURA 85). Obviamente que essa condição pode ser um reflexo das poucas datas para o Rio Taquari-Antas que temos acesso agora, mas argumentamos que as sequências históricas desenvolvidas ao longo do curso do Taquari-Antas parecem sugerir que ali a desestruturação das aldeias Guarani foi mais precoce.

Entre essas situações, destacamos que já em A.D. 1635, quando o jesuíta Ximenes prospectou o perímetro Guarani na altura da foz do Rio Guaporé e nas proximidades da desembocadura do Rio Taquari-Antas com o Rio Carreiro, relatava, além de uma paisagem 'infernal' pela quase inexistência de planícies no início da serra do Planalto das Araucárias, situações de instabilidade entre os indígenas dessas áreas (CARTA, Ânua 1635b, In: CORTESÃO, 1969, p. 97). Em especial, destaca que no *Mbocariroi* (Rio Guaporé) e quatro léguas abaixo da desembocadura do *Mboapari* (Rio das Antas) ocorriam alianças entre indígenas e bandeirantes durante o processo de escravização de indígenas. Ximenes relata que por conta dessas situações os indígenas solicitavam reduções para diminuir os efeitos da ação bandeirante.

Já em 1636, essas situações parecem ter se intensificado com o estabelecimento das paliçadas de Raposo Tavares na margem oriental do Taquari-Antas, provavelmente em Colinas (PORTO, 1954, p. 146), em uma área central dos assentamentos Guarani do Médio Taquari-Antas. Seguindo adiante, a partir de 1750 as primeiras sesmarias foram concedidas nas terras baixas do Taquari-Antas e fazendas de colonizadores açorianos passaram a se estabelecer progressivamente nessas áreas (para mais detalhes cf. KREUTZ, 2015, p. 278). A partir de A.D. 1850, por sua vez, o estabelecimento da Lei de Terras flexibilizou transações particulares de compra e venda de áreas consideradas devolutas inseridas nessas grandes fazendas/sesmarias, acarretando uma efervescência de novos lotes, povoamentos e mobilidade de pessoas em todo o Rio Grande do Sul (CHRISTILLINO, 2004).

Em decorrência da Lei de Terras, em 1853 passou a ser intensa a entrada de imigrantes alemães e descendentes nas terras baixas do Vale do Taquari (para mais detalhes cf. KREUTZ, 2015, p. 281), bem como um agitado cenário de lavradores livres se desenvolvia nessas áreas (cf. CHRISTILLINO, 2004). Sobre esse último ponto sabe-se hoje que no século 19 havia uma densa rede de ocupação não regularizada nas áreas florestadas do Médio e Baixo Taquari-Antas, formada, além de indígenas, por pessoas à margem da sociedade tradicional, incluindo foragidos da justiça espanhola e portuguesa, desertores de grupos armados liderados pelos estancieiros-militares, jurados de morte, escravos fugitivos, tropeiros, descendentes das antigas bandeiras, endividados, andarilhos, etc.

Ao contrário dessa agitação histórica precoce, para o Médio e também Alto Forqueta os documentos marcam um 'silêncio histórico' referente às instalações formais de colônias até, mais ou menos, ~A.D. 1875, quando finalmente foram instaladas colônias de europeus e descendentes nas proximidades do RS-T-114 e RS-T-132: em 1875 colônias alemãs foram inauguradas nas proximidades de Marques de Souza, como o caso da Picada Essig localizada no município de Travesseiro (RELLY, 2013, p. 104), e entre os anos de 1891 e 1914 colônias de italianos foram estabelecidas em Marques de Souza e Pouso Novo (TROMBINI, 2017, p. 89).

2) Além desses agitados eventos colonizadores, um pouco antes, mas especialmente no século 19, também passam a ser documentadas movimentações e aldeamentos de indígenas Kaingang nas terras baixas da Bacia do Taquari-Antas (LAROQUE, 2000, p. 125-126). Esses dados demonstram que uma intensa mobilidade indígena ocorria na Bacia do Taquari-Antas, assim como novas formas de interação e dinâmica entre os personagens que ali circulavam. É interessante destacar, entretanto, que as aldeias, toldos ou arranchamentos Kaingang se estabeleceram na porção norte da Bacia do Taquari-Antas (e.g. aldeamentos dos caciques *Cun-nhungoê*, *Nhengoá*, *Gheënguy*, *Valcofé*), bem como na porção oriental, entre o Taquari-Antas e o Rio Caí (e.g. aldeamento do cacique *Yotoahê*), assim como também no Rio dos Sinos (e.g. aldeamento cacique *Nicuê*). Da mesma forma, as movimentações desses grupos parecem ter mantido um sentido nordeste-sul no Taquari-Antas, ocorridas sempre na porção oriental dessa Bacia (LAROQUE, 2000, p. 151) (cf. FIGURA 85).

Ao longo do Rio Forqueta e no noroeste da Bacia como um todo, não aparecem movimentações Kaingang ou o estabelecimento de aldeamentos documentados (cf. LAROQUE, 2000, p. 151) (cf. FIGURA 85), apenas em áreas setentrionais, como ao longo o Rio da Várzea, um afluente do Alto Uruguai, reforçando a ideia de que assim como no caso das colônias que foram mais precoces no Taquari-Antas e mais tardias no Médio e Alto Forqueta, estaria ocorrendo uma dinâmica indígena diferente no Médio Forqueta, cujos dados, mesmo que ainda preliminares, apontam com segurança apenas a presença de aldeias Guaraní ativas até o início do século 19 (RS-T-114 e RS-T-132).

É importante enfatizar que não estamos estimando que essa região estivesse isolada dos processos históricos ou de contatos variados com outros indígenas, em especial com os Kaingang, assim como estamos cientes de que não é mais possível imaginar que a mesma dinâmica de fronteira que sugerimos entre os Guarani e os Jê para a primeira fase de ocupação estaria ocorrendo entre os Guarani e os Kaingang nesse momento. Ao contrário disso, ressaltamos que após os eventos de ~A.D. 1630 é extremamente difícil imaginar áreas isoladas em qualquer sentido. Por outro lado, parece plausível pensar que o Médio Forqueta, embora não isolada, foi uma área menos acessada por colonizadores entre ~A.D. 1636-1875 e muito provavelmente também por Kaingang, e que por ali se desenvolveu uma interessante permanência Guarani.

3) Apesar da alta permanência Guarani no Médio Forqueta, claro está que mesmo ali não foi um fenômeno regular. Como discutimos no Capítulo 7, o que observamos é que o RS-T-114 parece ter ficado ocupado continuamente, demonstrando um registro arqueológico sem alterações e uma longa cronologia, mas o RS-T-132, por outro lado, apresentou uma ‘falha’ de ocupação, uma reocupação e, muito provavelmente, uma terceira fase de ocupação mais recente. A primeira desocupação do RS-T-132 teria ocorrido em algum momento entre ~A.D. 1630-1640 ocasionada, muito provavelmente, pela chegada dos estrangeiros nas proximidades. A modelagem bayesiana apontou que o retorno estaria em (*m*) Cal. A.D. 1650, na década posterior à saída dos jesuítas e bandeirantes das adjacências. No mesmo nível arqueológico que marca esse retorno, o nível 2, observamos uma clara mudança na cerâmica arqueológica, com a presença de decorações escovadas e incisões em grande quantidade, incluindo cerâmicas com características descritas sob a influência das reduções (TOCCHETTO, 1991, p. 64-72). Duas reduções Guarani estavam estabelecidas relativamente próximas das nascentes do Rio Forqueta, *San Joaquín* e *Santa Tereza* (cf. FIGURA 85).

Essa combinação de fatores nos levou a concluir que no RS-T-132, diferente do RS-T-114, houve desocupação diante dos eventos de ~A.D. 1630 e regresso de indígenas após o final das reduções e bandeiras, culminando na presença de um pico de datas entre ~A.D. 1700-1800 (FIGURA 83c). Frente a esses dados, sugerimos que embora o Médio Forqueta tenha sofrido com os eventos

colonizadores, como o possível abandono do sítio RS-T-132 aponta, aldeias politicamente fortalecidas como o RS-T-114 se mantiveram em atividade. Quando os eventos de captura de indígenas diminuíram e muitas reduções já estavam destruídas, é possível pensar que grupos trazendo mudanças na cultura material cerâmica regressaram para o RS-T-132. A região do Médio Forqueta, nesse caso, foi escolhida porque deveria se constituir como um bom refúgio indígena.

4) Por fim, de quanto tempo falamos quando sugerimos permanência Guarani no Médio Forqueta? Seguindo a modelagem bayesiana é possível falar com segurança que a aldeia do RS-T-114 ficou ativa até (m) Cal. A.D. 1745 e o RS-T-132 até (m) Cal. A.D. 1825. O ponto de interrogação de colocamos para a data final dessa fase vem no sentido de que a data mais recente obtida no sítio RS-T-132, 100 ± 30 AP, fornece possibilidade de que essa ocupação tenha se estendido para além do século 19, em um período que apresenta uma importante intensificação e movimentação de grupos diversos em todo o Rio Grande do Sul. Até o momento não há nada no registo arqueológico desse sítio que indique que essa data não esteja relacionada com uma ocupação Guarani mais tardia, mas, mesmo assim, esse é um período difícil de interpretar com clareza. Entre as questões que devem ser avaliadas estão o fato de que na redução de *Santa Tereza* foi documentada a presença de indígenas não Guarani, como os *Guanana* (CORTESÃO, 1969, p. 1969), bem como é muito provável que havia intensa circulação étnica nessa região no final do século 19.

Dessa forma, argumentamos que é seguro falar que existiam grupos Guarani até ~A.D. 1800 no Médio Forqueta, mas não descartamos a ideia de que o colapso indígena no Médio Forqueta, que deve ser entendido em um sentido amplo, genérico e não vinculado estritamente aos Guarani, possa ter ocorrido em algum momento tardio do século 19, cujo motivo ainda não é possível inferir com segurança, tampouco conhecer as atividades desenvolvidas nesse momento, incluindo a economia, as atividades políticas, as alianças com outros indígenas ou brancos, conflitos ou mesmo quais as etnias circulavam por ali.

8.3.1 Síntese

A última fase Guarani na região foi marcada, por um lado, por um intenso processo de depopulação regional iniciado a partir de ~A.D. 1630 com a chegada dos jesuítas e que atingiu seu ponto máximo com as ações dos bandeirantes na região entre A.D. 1636-1638. Por outro lado, foi marcada pela alta permanência de aldeias Guarani especificamente no Médio Forqueta, como no caso do RS-T-114 e RS-T-132. Essa permanência chegou seguramente até ~A.D. 1800, com a possibilidade de ter se estendido para além. Argumentamos que os processos históricos que se desenvolveram no Médio Taquari-Antas e no Médio Forqueta foram distintos. Os eventos de colonização foram mais precoces ao longo do primeiro rio, assim como também a desestruturação das aldeias Guarani. No Médio Forqueta, por sua vez, o RS-T-114 manteve-se ativo de forma contínua durante as reduções do oeste e após a saída dos missionários e dos bandeirantes. O RS-T-132 parece ter sido abandonado entre ~A.D. 1630-1640, justamente no período mais intenso dos conflitos, mas na década posterior passou a receber ocupações novamente, agora com uma cerâmica modificada e com boas chances de se tratar de contatos com as reduções. Argumentamos que o regresso indígena para o Médio Forqueta deve ter ocorrido porque esse território ainda se constituía como um importante refúgio Guarani. Concluímos, por fim, que o Médio Forqueta não esteve alheio ou isolado aos eventos históricos regionais, bem como às possibilidades de contato com outros indígenas que circulavam na Bacia do Taquari-Antas, como os Kaingang, mas muito provavelmente apresentou um desenrolar histórico e étnico distinto do Taquari-Antas para esse período. Toda a fase final parece se constituir como um importante tema futuro de investigação interdisciplinar.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos contribuir nesta tese com o debate acerca dos efeitos ocasionados sobre novos espaços e povos durante as expansões e ocupações Guarani pré-coloniais, bem como sobre os efeitos transformativos que também sofreram durante sua dinâmica histórica, em especial na fase colonial. Para abordar o tema analisamos a trajetória Guarani na Bacia do Taquari-Antas, uma área que apresenta sítios vinculados a esses povos em um perímetro de ~10.000km² que vai desde a foz do Rio Taquari-Antas até aproximadamente a confluência com o Rio Turvo, já no alto curso do Rio Taquari-Antas.

Os sítios Guarani nessa Bacia aparecem geralmente nas planícies e irradiam para os afluentes do Taquari-Antas, em especial para o Rio Forqueta, se distribuindo em paisagens tanto da Depressão Central Gaúcha como do Planalto das Araucárias. Assim, embora quase todos os sítios registrados se insiram em planícies de inundação abaixo de 100masl, a paisagem ocupada apresenta características diversas, variando desde amplas e abertas planícies até vales encaixados, pequenas várzeas e encostas íngremes muito próximas aos sítios. A cobertura florestal, em especial de matas decíduas ou de zonas de ecótonos, está sempre presente. Ressaltamos que apesar da presença densa de sítios nas planícies, toda a área de interflúvio ainda necessita de prospecções sistemáticas. Além disso, existem nessa Bacia pelo menos cinco sítios que fogem ao padrão visto para a ocupação Guarani das terras baixas, inseridos então na porção oriental da Bacia do Taquari-Antas, entre esse e o Rio Caí, ocupando áreas de altitudes elevadas do Planalto das Araucárias e sobrepondo o território Jê.

O perímetro de sítios que descrevemos brevemente acima corresponde ao saldo cumulativo de uma ocupação que se desenvolveu entre ~A.D. 1400-1800 na região. Durante essa trajetória, os Guarani protagonizaram avanços sobre uma parte do território Jê e conviveram contemporaneamente durante séculos enquanto ‘vizinhos do sul’ desses povos, bem como passaram por intrincados eventos históricos frente ao estabelecimento de reduções jesuíticas em áreas adjacentes e pela captura de indígenas durante o período colonial. Como mencionamos ainda na Introdução, o recorte étnico, histórico, político e social que envolveu a ocupação Guarani nessa região é bastante interessante para a discussão de aspectos transformativos, apresentando durante seu intervalo de ocupação um cenário socialmente agitado.

Abordamos essa questão a partir de uma perspectiva regional e outra local. Para a primeira, utilizamos basicamente dados disponíveis em pesquisas anteriores; para a segunda, adicionamos e modelamos dados específicos para dois sítios arqueológicos inseridos no Médio Forqueta, o RS-T-114 e RS-T-132. Interpretamos os resultados sugerindo que a dinâmica de ocupação Guarani nessa região flutuou entre três principais fases temporais, que envolveram respectivamente efeitos sobre a mobilidade das populações Jê em parte de seu território histórico, transformações no *status* e no prestígio de algumas aldeias Guarani e a transformação na intensificação de ocupação regional e na formação de agregações aldeãs mais ou menos coesas.

Relembraremos resumidamente os argumentos com relação a essas fases.

A primeira, entre ~A.D. 1400-1500, foi caracterizada pela chegada e pela rápida expansão Guarani pelos vales dessa Bacia. Discutimos inicialmente que a chegada Guarani fez parte do momento de maior expansão e criação de aldeias entre os Guarani do Rio Grande do Sul, mas recordamos que ~A.D. 1400 marca um intervalo bastante tardio com relação ao contexto Guarani que se desenvolvia a mais de um milênio nas áreas próximas, como no Rio Jacuí. É possível, nessa dinâmica, que os Guarani tenham tardado a ocupar os vales da Bacia porque ali haviam outros grupos e, enquanto hipótese de trabalho, inferimos que a ocupação da região poderia estar conectada a um pulso conquistador que atingiu, entre outras áreas, os férteis vales em direção ao Planalto das Araucárias. Os eventos que estiveram

envolvidos nesse processo de expansão, quer dizer, o que teria estimulado essa forte e tardia movimentação Guarani para áreas novas, ainda não são conhecidos.

O estabelecimento parece ter ocorrido de forma rápida, cobrindo as áreas próximas ao limite setentrional do perímetro e em pontos que interpretamos como estratégicos, uma vez que mais ou menos em sincronia com o estabelecimento Guarani, aldeias Jê milenares inseridas nas proximidades da borda do Planalto das Araucárias foram desocupadas. Enquanto o processo de mobilidade Jê parece bastante claro para essa área, sugerindo fortemente que não foram mantidas relações de integração cooperativa entre esses povos nas áreas de fronteira da região analisada, as aldeias Jê das porções mais elevadas do Planalto das Araucárias, onde aldeias antigas proliferaram, continuaram densamente ocupadas e vigorando durante séculos. Essa dinâmica demonstrou que apesar dos avanços Guarani sobre o Planalto das Araucárias, uma parcela importante do território Jê que estava circunscrita às áreas mais elevadas não foi acessada pelos Guarani.

Dinâmicas de circunscrição territorial Jê parecidas foram observadas em outras áreas do Planalto das Araucárias. No contexto catarinense, por exemplo, a pressão exercida pelos Guarani foi anterior, em ~A.D. 1000, e foi coincidente com a emergência da arquitetura monumental Jê que inclui a presença de estruturas anelares, casas grandes e permanentes, bem como outros marcadores de emergência de complexidade social. Para o caso da pressão exercida pelos Guarani vindos pela borda sul do Planalto das Araucárias, nossa análise apenas pode afirmar que um processo de transformação na cartografia de ocupação Jê ocorreu em ~A.D. 1400. Os possíveis efeitos políticos, econômicos e sociais ocasionados entre os Jê das áreas mais permanentes diante da pressão Guarani desse século devem ser considerados como um tema importante a ser avaliado daqui para frente.

Como poucos sítios aparecem datados no perímetro Guarani para essa fase, sugerimos que a ocupação ainda não era demograficamente densa na região. Mesmo assim, algumas transformações internas no *status* de aldeias centrais parecem ter ocorrido na medida em que o tempo passava, assim como demonstramos para o caso do RS-T-114. Observamos que a inauguração dessa aldeia ocorreu em (m) Cal. A.D. 1417, com uma data recuperada na base da mancha de terra preta 1, na área 1, e a segunda data mais antiga desse sítio

informada pela modelagem bayesiana se insere em *(m)* Cal. A.D. 1445, recuperada na base da mancha de terra preta 2, na área 2. A partir dos marcadores de festins, banquetes e rituais presentes na área 2, estimamos que aproximadamente três décadas após sua ocupação inicial a aldeia passou a apresentar áreas de integração comunitária e, provavelmente, envolveu um processo de ascensão de prestígio social diante de outras aldeias próximas.

A etnografia aponta que o patrocínio de festas entre os Guarani estava diretamente relacionado à importância dos líderes, também reconhecidos pela boa oratória, índice de relacionamento e pela capacidade de promover guerras. As festas, que no caso do RS-T-114 parecem ter tido o milho como um protagonista para os banquetes, também envolviam a capacidade de abundância de produção e estabilidade das aldeias. O registro carpológico recuperado no RS-T-114 demonstrou que o cultivo de plantas domesticadas estava plenamente desenvolvido nessa área, incluindo a possibilidade de variabilidade de cultivos de milhos e de feijões, sugerindo boas evidências para a estabilidade da aldeia e condições especiais de produção de alimentos. Não menos importante, relembramos que o Médio Forqueta está estabelecido em uma área privilegiada do perímetro Guarani do Taquari-Antas, possuindo solos muito produtivos com altos índices de fertilidade natural.

Embora o RS-T-114 passava a promover festas, e, conseqüentemente, a envolver outras aldeias a partir de *(m)* Cal. A.D. 1445, essas aldeias provavelmente se estabeleciam em planícies ainda distantes entre si, não formando aglomerados comunitários sucessivos, assim como observamos para a fase seguinte, uma vez que os sítios datados na vizinhança do RS-T-114, como o RS-T-101 e o RS-T-132, não apresentaram datas para a fase inicial. Ressaltamos que devido à falta de dados mais refinados sobre a cronologia e dinâmica das aldeias do Taquari-Antas, grande parte dessa interpretação resultou dos dados obtidos para o Médio Forqueta. Somente podemos afirmar que o Médio Taquari-Antas estava ocupado sincronicamente ao Médio Forqueta durante as primeiras décadas de estabelecimento, como observamos a partir de uma data recuperada para o sítio Favaretto em *(m)* Cal. A.D. 1426.

A partir de ~A.D. 1500 observamos uma transformação na intensidade de ocupação geral para o perímetro Guarani da região analisada. Os resultados cronológicos demonstraram, em primeiro lugar, um maior número de datas sincrônicas em todo o perímetro e, em segundo lugar, uma mudança na forma de expansão das aldeias. Com relação a essa última assertiva, nossos dados são restritos novamente ao Médio Forqueta, mas demonstram bem que o processo de enxameamento passou a ocorrer a partir da criação de sítios novos em direção à periferia do território Guarani.

Esse momento de intensificação se desenvolveu entre ~A.D. 1500-1630, cujos eventos históricos que envolvem esse século parecem ter sido cruciais para essa dinâmica. Argumentamos que no lugar de se atestar um declínio acentuado para as aldeias Guarani, assim como ocorreu nas áreas em que o contato foi direto desde as primeiras décadas, a presença estrangeira indireta estimulou um efeito de crescimento do poder de lideranças frente à iminência da crise, que chamamos de efeito '*outsider* indireto', implicando em maior integração aldeã, pressão demográfica e, conseqüentemente, expansões ao estilo do enxameamento. É importante recordar que o caso do RS-T-114 sugere que algumas aldeias já vinham ascendendo regionalmente. A iminência da crise, por outro lado, parece ter apenas acelerado ou intensificado a integração das comunidades em torno de líderes políticos ou espirituais Guarani fortalecidos, implicando em coesão aldeã e mais densidade de assentamentos em áreas próximas.

O declínio dessa fase ocorreu claramente após ~A.D. 1630, quando as circunstâncias históricas do processo colonial se tornaram efetivas na região. Frente à desestruturação das aldeias Guarani que passou a ocorrer, observamos que o RS-T-114 manteve-se ocupado permanentemente e com boas evidências de que estava politicamente ativo, como a presença de lideranças organizadas em A.D. 1635 em áreas próximas atestam. Diferente do caso do RS-T-114, os resultados obtidos para o RS-T-132 demonstraram que esse sítio foi desocupado frente à chegada dos estrangeiros nas adjacências e alguns anos depois, aproximadamente em (m) Cal. A.D. 1650, foi reocupado por grupos Guarani que já apresentavam uma cerâmica modificada pelo processo colonial. Para essa dinâmica distinta parece coerente pensar que as diferenças de *status* entre essas duas aldeias marcaram também

posturas históricas distintas frente aos acontecimentos políticos que se desenvolviam na região.

A dinâmica Guarani no Médio Forqueta parece ter se mantido até ~A.D. 1800, assim como os resultados cronológicos para o RS-T-114 e o RS-T-132 indicaram, mas com a possibilidade de ter sido ainda mais longa no RS-T-132. Inserido em um recorte temporal amplo, esse sítio apresentou atividade seguramente até (*m*) Cal. A.D. 1825, mas com possibilidade de se estender até o século 20. Para esse contexto recente, entretanto, ainda não temos subsídios suficientes para fornecer uma interpretação segura, mas estimulamos uma investigação mais detalhada para essa questão.

Por fim, gostaríamos de concluir esta tese destacando que a presença de outros povos, eventos históricos particulares impactantes e externos ao contexto indígena e, muito provavelmente, a presença de líderes políticos e figuras destacadamente importantes foram tão pertinentes para as transformações sociais, os fortalecimentos políticos e as escolhas de mobilidade quanto às motivações internas ao 'modo de ser Guarani'. A observação das transformações na forma de expansão Guarani no Médio Forqueta no pós-1500, que estimamos terem uma conexão com as circunstâncias históricas, nos levou a admitir, por exemplo, que a ideia clastriana (CLASTRES, 1963) recentemente lembrada por Sztutman (2009a, p. 37) de que os Guarani são altamente 'sensíveis a história' parece ser bastante acertada. Isso significa dizer que consideramos que a trajetória Guarani na Bacia do Taquari-Antas (espacial, temporal e social) foi moldada, além da importância inegável do *ethos* e das motivações internas, por eventos externos e históricos. Quer dizer: teriam os Guarani sempre habitado os espaços desejados no momento em que desejaram ou, ao contrário, negociaram espaços e fronteiras com vizinhos? Teriam os Guarani sofrido momentos de crise e pressão externa de 'forasteiros' e com isso passado por algum tipo de transformação na dinâmica social e na organização política?

Essa ideia implica pensar também, entre outras coisas, que o processo de ascensão, transformação e declínio de aldeias Guarani não seguiu uma linha gradual ou foi estritamente homogêneo ao longo do amplo contexto espacial Guarani e, ressaltamos, tampouco parece ter sido homogêneo nos próprios contextos

microrregionais. Para o perímetro que analisamos, os resultados sugerem, por exemplo, que o processo de desestruturação das aldeias Guarani apresentou uma dinâmica distinta entre o Médio Forqueta e o Taquari-Antas, com alta permanência para algumas aldeias da primeira área e, estimamos, parece não ter ocorrido para a segunda área. Além desse aspecto, as tendências observadas para a cerâmica dessas duas áreas demonstram discretas distinções nas escolhas de como se fazer a cerâmica. Embora essa ainda seja uma questão muito nebulosa e pouco conclusiva, sugerimos que é possível pensar como hipótese de trabalho que essas áreas poderiam ter formado coletividades distintas desde o tempo pré-colonial, coexistindo em sincronia temporal e interligadas pela mesma ampla rede de ocupação Guarani, mas correspondendo a comunidades de aldeias mais integradas entre si, talvez formando alianças políticas locais e organizadas sob lideranças distintas.

É importante destacar que essa ideia em nenhuma medida infere distinções étnicas entre essas coletividades microrregionais. O que observamos na cerâmica, por exemplo, não foram mais do que tendências sutis apontando conjuntos mais homogêneos entre si para escolhas na forma de se fazer cerâmica entre um e outro rio. Essa questão também não deve ser interpretada como contrária às ideias amplamente discutidas e estabelecidas sobre as semelhanças que formam a 'identidade' da cultura material Guarani. Esse não é o caso, entre outras coisas, porque essas não são questões mutuamente excludentes. Discutir as diferenças entre os contextos regionais, quando essas parecem ter existido, é de alguma forma uma tentativa de se avaliar os contextos Guarani mais detalhadamente, buscando particularidades históricas, redes locais de influência política, organizações comunitárias, entre outras coisas, para se diminuir o grau de generalização que pesa sobre o conhecimento relacionado à organização sociopolítica, vida nas aldeias e entre as comunidades Guarani do passado.

REFERÊNCIAS

ABBEVILLE, C. D. **História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças**. São Paulo: Siciliano, 2002.

ACOSTA, A. A.; ROMAN, V. Explotación prehispánica de palmeras por grupos cazadores recolectores y horticultores del extremo sur de Sudamérica: el caso del humedal del Paraná inferior (Argentina). **Pesquisas Antropologia**, Instituto Anchietano de Pesquisas, UNISINOS, São Leopoldo, n. 70, p. 197-216, 2013.

ALLISON, P. M. Introduction. In: ALLISON, P. M. (Org.), **The Archaeology of Household Activities**. London and New York, Routledge, p. 1-16, 1999.

ALMEIDA, F. **O Complexo Tupi da Amazônia Oriental**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ALMEIDA, F. Escrevendo um capítulo da história cultural tupinambá através da variabilidade cerâmica. **Boletim Técnico da Fundação Casa da Cultura de Marabá**, v. 5, p. 41-57, 2011.

ALMEIDA, F. **A Tradição Polícroma no Alto Rio Madeira**. 2013. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ALMEIDA, F. A arqueologia dos fermentados: a etílica história dos Tupi-Guarani. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 83, p. 87-118, 2015.

ALMEIDA, F.; NEVES, E. G. Evidências Arqueológicas para a Origem dos Tupi-Guarani no leste da Amazônia. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 499-525, 2015.

AMORIM, C. E. G.; BISSO-MACHADO, R.; RAMALLO, V.; BORTOLINI, M. C.; BONATTO, S. L.; SALZANO, F. M. A Bayesian Approach to Genome/Linguistic Relationships in Native South Americans. **PLoS ONE**, v. 8, n. 5, 2013.

ANCHIETA, J. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1988.

ANDERSON, D. G. Factional competition and the political evolution of Mississippian chiefdoms in the Southeastern United States. In: BRUMFIEL, E. M.; FOX, J. W. (orgs.), **Factional competition and political development in the New World**. Cambridge. Cambridge University Press, n. 61-76, 1994.

ANDREFSKY, W. JR. **Lithics: Macroscopic approaches to analysis**. Cambridge: Manuals in Archaeology, 2005.

ANGRIZANI, R. C.; MANGE, Y.; ROMERO ALVES, M. Determinación de maderas carbonizadas procedentes de contextos arqueológicos de la Tradición Guaraní Universidad Nacional De La Plata - Facultad De Ciencias Naturales y Museo. **Revista del Museo de La Plata, Sección Antropología**, v. 13, n. 87, 2013.

ANTOLÍN, F. La potencialitat del registre carpològic per a l'estudi de la percepció, el treball i el consum de recursos vegetals per part de les societats prehistòriques. **Revista d'Arqueologia de Ponent**, v. 20, 2010.

ANTOLÍN, F.; BUXÓ, R. Proposal for the systematic description and taphonomic study of carbonized cereal grain assemblages: a case study of an early Neolithic funerary context in the cave of Can Sadurní (Begues, Barcelona province, Spain). **Vegetacion History Archaeobotany**, v. 20, p. 53-66, 2011.

ANZOLIN, A. S. **Entre espíritos doentios e doenças do espírito: tupi, jesuítas e as epidemias na América portuguesa (1549-1585)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

ARAÚJO, A. G. M. Destruído pelo arado? Arqueologia de superfície e as armadilhas do senso comum. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 14-15, p. 7-28, 2001.

ARAUJO, J.J.; KELLER, H. A.; HILGERT, N. I. Management of pindo palm (*Syagrus romanzoffiana* Arecaceae) in rearing of Coleoptera edible larvae by the Guaraní of Northeastern Argentina. **Ethnobiology and Conservation**, v. 7, n.1, 2017.

ARNOLD, J. E. **Emergent complexity: the evolution of intermediate societies**. International Monographs in Prehistory, 1996.

ASHMORE, W.; WILK, R. R. Household and Community in the Mesoamerican Past. In: WILK, R. R., ASHMORE, W. (Orgs.), **Household and Community in the Mesoamerican Past**, Albuquerque, University of New Mexico Press, p. 1-28, 1988.

ASSIS, V.S. Pesquisas Etnoarqueológicas para Pesquisas em registros Arqueológicos Guaraní. **Revista do CEPA**, n. 29, v. 23, p. 228-32, 1999.

ASSIS, V.S.; GARLET, I. Análise sobre as populações Guaraní contemporâneas: demografia, espacialidade e questões fundiárias. **Revista de Índias**, p. 35-54, 2004.

ATLAS FEE. FIORI, Tomás Pinheiro... [et al.]; coordenação de Mariana Lisboa Pessoa. Porto Alegre: FEE, 2017.

BABOT, M. P.; OLISZEWSKI, N.; GRAU, A. Análisis de caracteres macroscópicos y microscópicos de *Phaseolus vulgaris* (Fabaceae, Faboideae) silvestres y cultivados del Noroeste argentino: una aplicación en arqueobotánica. **Darwiniana**, v. 45, p. 149-162, 2007.

BACKES, A. Condicionamento climático e distribuição geográfica de *Araucaria angustifolia* (Bertol.) O. Kuntze no Brasil. **Pesquisas Série Botânica**, v. 39, p. 5-39, 1988.

BALÉE, W. The culture of Amazonian forests. In: POSEY, D.; BALÉE, W. (Orgs.). **Resource management in Amazonia: indigenous and folk strategies**. New York: New York Botanical Garden, p. 1-2, 1989.

BALÉE, W. **Cultural forests of the Amazon: a historical ecology of people and their landscapes**. Tuscaloosa, AL: The University of Alabama Press, 2013.

BANDY, M. S. Fissioning, scalar stress, and social evolution in early village societies. **American Anthropologist**, v. 106, p. 322-333, 2004.

BAPTISTA, J. T. A visibilidade étnica nos registros coloniais: missões Guaranis ou Missões Indígenas? In: Arno Kern; Maria Cristina dos Santos; Tau Golin. (Org.). **Povos Indígenas: coleção História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Meritos, v. 5, p. 207-228, 2009.

BARGHINI, A. O milho na América do sul Pré-Colombiana: uma história natural. **Pesquisas Antropologia**, Instituto Anchieta de Pesquisas, UNISINOS, São Leopoldo, v. 61, 2004.

BECKER, Í. I. B. **Lideranças indígenas: no começo das reduções jesuíticas da província do Paraguay**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 47, 1992.

BEHLING, H.; PILLAR, V.; BAUERMANN, S.G. Late Quaternary *Araucaria* forest, grassland (campos), fire and climate dynamics, inferred from a high-resolution pollen record of Cambará do Sul in southern Brazil. **Palaeogeograph, Palaeoclimatology, Palaeoecology**, 203, p. 277-297, 2004.

BEOVIDE, L.; CAMPOS, S. Interacciones entre las sociedades y las plantas durante el Holoceno medio-tardío en el área septentrional del Río de la Plata (Uruguay). **Revista Española de Antropología Americana**, v. 44, n. 2, p. 575-601, 2014.

BERNAL, R.; TORRES, C.; GARCÍA, N.; ISAZA, C.; NAVARRO, J.; VALLEJO, M.I.; GALEANO, G.; BALSLEV, H. Palm management in South America. **Botanical Review**, New York, v. 77, p. 607-646, 2011.

BETA ANALYTIC. Calibration of Carbon 14 Dating Results, c2019. Disponível em: <www.radiocarbon.com>.

BITENCOURT, A. L. V.; KRAUSPENHAR, P. M. Possible prehistoric anthropogenic effect on *Araucaria angustifolia* (Bert.) Kuntze expansion during the late Holocene. **Revista Brasileira de Paleontologia**, n. 9, p. 109-116, 2006.

BLANTON, R. E. **Houses and Households: A Comparative Study**. New York, Plenum Press, 1994.

BLANTON, R. E.; FEINMAN, G. M.; KOWALEWSKI, S. A.; PEREGRINE, P. N. A dual-processual theory for the evolution of Mesoamerican civilization. **Current Anthropology**, v. 37, p. 1-14, 1996.

BOCQUET-APPEL, J.P. Paleoanthropological traces of a Neolithic demographic transition. **Current Anthropology**, n. 43, p. 637-650, 2002.

BONOMO, M.; SCABUZZO, C.; POLITIS, G. G.; ZUCOL, A. F. Stable Carbon and Nitrogen Isotope Studies in the Paraná River Delta (Argentina): an Approach to Prehispanic Diets. **Latin American Antiquity**, v. 28, n. 1, p.105-126, 2017.

BONOMO, M.; ANGRIZANI, R. C.; APOLINAIRE, E.; NOELLI, F. S. A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. **Quaternary International**, v. 356, p. 54-73, 2015.

BONOMO, M.; ACEITUNO, F. J.; POLITIS, G. G.; POCHETTINO, M. L.; PreHispanic horticulture in the Paraná Delta (Argentina): archaeological and historical evidence. **World Archaeology**, v. 43, n. 4, p. 554-575, 2011b.

BONOMO, M.; CAPELETTI, L. Uso prehispánico de las palmeras *Syagrus romanzoffiana* y *Butia yatay* en el Nordeste argentino: aportes desde la etnografía y la biometría. **Revista del Museo de Antropología**, v. 7, n. 2, p. 234, 2014.

BONOMO, M.; POLITIS, G.; GIANOTTI, C. Montículos, jerarquía social y horticultura en las sociedades indígenas del delta del Río Paraná (Argentina). **Latin American Antiquity**, v. 22, p. 297-333, 2011a.

BOURDIEU, P. The Bereber house or the world reversed. **Social Science Information**, v. 9, n. 2, p.151-170, 1970.

BOURDIEU, P. **Outline of a Theory Practice**. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.

BOWSER, B. J. From pottery to politics: An ethnoarchaeological case study of political factionalism, ethnicity, and domestic pottery style in the Ecuadorian Amazon. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 7, p. 219-248, 2000.

BOWSER, B.; PATTON, J. Q. Domestic Spaces as Public Places: An Ethnoarchaeological Case Study of Houses, Gender, and Politics in the Ecuadorian Amazon. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 11, n. 2, p. 157-181, 2004.

BOZARTH, S. R., PRICE, K.; WOODS, W. I.; NEVES, E.G; REBELLATO, R. Phytoliths and Terra Preta: The Hatahara Site Example. In: WOODS, W.I. et al. (Orgs.) **Amazonian Dark Earths: Wim Sombroek's Vision**. Dordrecht: Springer, p. 85-97, 2009.

BRIEGER, A. H. D. Races of maize in Brazil and other Eastern South American countries. **National Academy of Sciences-National Research Council Publication**, n. 593, 1958.

BRINGAMANN, S. F. Kaingang vs. Colonos: um fenômeno de fronteiras étnico-geográficas no Rio Grande do Sul do século XIX. **Histórica-Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, v. 35, p. 1-12, 2009.

BROCHADO, J.J.P. Pesquisas arqueológicas nos vales do Ijuí e Jacuí. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 13, p. 31-62, 1969.

BROCHADO, J.J.P. Migraciones que difundieron la Tradición Alferera Tupiguarani. **Relaciones**, México, v. 7, p. 7-39, 1973.

BROCHADO, J.J.P. **Alimentação na Floresta Tropical**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1977.

BROCHADO, J.J.P. A tradição cerâmica Tupiguarani na América do Sul. **Clio**, n. 3, p. 47-60, 1980.

BROCHADO, J.J.P. **An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America**. 1984. Tese (Doutorado). Urbana-Champaign: University of Illinois, 1984.

BROCHADO, J.J.P. A expansão dos Tupi e da cerâmica da Tradição Policrômica Amazônica. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 27, p. 65-82, 1989.

BROCHADO, J.J.P.; MONTICELLI, G. Regras práticas na reconstrução gráfica das vasilhas de cerâmica guarani a partir dos fragmentos. **Estudos Ibero Americanos**, v. 20, n. 2, p. 107-118, 1994.

BROCHADO, J.J.P.; MONTICELLI, G.; NEUMANN, E. Analogia Etnográfica na reconstrução gráfica das Vasilhas Guarani Arqueológicas. **Veritas**, v. 35, n.140, p. 727-743, 1990.

BRONK RAMSEY, C. Bayesian analysis of radiocarbon dates. **Radiocarbon**, v. 51, p. 337-360, 2009.

BRONK RAMSEY, C. Methods for Summarizing Radiocarbon Datasets. **Radiocarbon**, v. 59, n. 2, p. 1809-1833, 2017.

BUARQUE, A. As estruturas funerárias das aldeias Tupinambá da região de Araruama, RJ. In: **Os Ceramistas Tupiguarani**. Volume 3. Eixos Temáticos. Belo Horizonte, Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, 2010, p. 149-172, 2010.

CABEZA DE VACA, A. N. **Naufrágios e comentários**. São Paulo: L&PM, 1987.

CADASTRO NACIONAL DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS/ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (CNSA/IPHAN). Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico. c2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/236/>.

CADERNO MAPA GUARANI CONTINENTAL: povos Guarani na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai/Equipe Mapa Guarani Continental - EMGC. Campo Grande, MS, 2016.

CADOGAN, L. Los Indios Jeguaká Tenondé (Mbyá) del Guairá. **América indígena**, v.8, n.2, p.131-139, 1948.

CADOGAN, L. **Ayvu Rapyta**. Textos míticos de los Mbyá-Guarani del Guairá. Boletim 227, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1959.

CALO, M. Archaeobotanical remains found in a house at the archaeological site of Cardonal, valle del Cajo'n, Argentina: a view of food practices 1,800 years ago C. **Vegetation History Archaeobotany**, v. 23, n. 5, p. 577-590, 2014.

CANO, N.; MACHADO, N. T. G.; GENNARIA, R. F.; ROCCA, R.; CASIMIRO; S. M.; WATANABE, S. TL dating of pottery fragments from four archaeological sites in Taquari Valley, Brazil. **Radiation Effects & Defects in Solids**, v. 167, n.12, p. 947-953, 2012.

CARBONERA, M. **A Tradição Tupiguarani no Alto-Uruguai**: estudando o Acervo Marilandi Goulart. 2008. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

CARBONERA, M. **A ocupação pré-colonial do alto Rio Uruguai, SC**: contatos culturais na volta do uva. 2014. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARBONERA, M.; APPOLONI, C.R.; SANTOS, G.H. Materiais pictóricos da cerâmica Guarani do alto Uruguai a partir de medidas de fluorescência de raios X. R. **Museu Arqueologia e Etnologia**, v. 28, p. 133-144, 2017.

CARDIM, F. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Companhia Editora Nacional. São Paulo: Coleção Brasileira, 1939.

CARLE, M. **Investigação arqueológica em Rio Grande**: Uma proposta da ocupação Guarani pré-histórica no Rio Grande do Sul. 2002. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

CARNEIRO, R. A Theory of the Origin of State, **Science**, n. 169, p. 733-8, 1970.

CARNEIRO, R. L.; SCHAAN, D. P. A base ecológica dos cacicados amazônicos. **Revista de Arqueologia**, v. 20, n. 1, p. 117-154, 2007.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. **Journal de la Société des américanistes**, v. 71, p. 191-208, 1985.

CARSON, J.F.; WHITNEY, B.S.; MAYLE, F.E.; IRIARTE, J.; PRUMERS, H.; SOTO J.D.; WATLING, J. Environmental impact of geometric earthwork construction in pre-Columbian Amazonia. **Proc. Natl Acad. Sci**, p. 10497-10502, 2014.

CARTA, Ânua de 1635a. Carta do Padre Francisco Dias Taño para o superior do Tape, dandolhe conta do estado das respectivas reduções. In: CORTESÃO, Jaime (Ed). **Manuscritos da coleção de Angelis** (jesuítas e bandeirantes...). v. 3. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, p. 105-113, 1969.

CARTA, Ânua de 1635b. Carta do padre Francisco Ximenes para um superior, dando-lhe conta de uma entrada ao Rio Tebicuari. In: CORTESÃO, Jaime (Ed). **Manuscritos da coleção de Angelis** (jesuítas e bandeirantes...). v. 3. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, p. 96-100, 1969.

CARTAS, Ânuas. **Cartas Ânuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán de la Compañía de Jesus** (volumes 1 e 2). Buenos Aires, Talleres S.A: Casa Jacobo Peuss, 1927-1929.

CATAFESTO DE SOUZA, J. O. C. O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-coloniais. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 1, n. 18, p. 211-253, 2002.

CEBOLLA BADIE, M. Rituais de Iniciação e Relações com a Natureza entre os Mbya-Guarani, **Mana**, v. 21 n. 1, 2015.

CHACON-SANCHEZ, M. I.; MARTINEZ-CASTILLO, J. Testing domestication scenarios of lima bean (*Phaseolus lunatus* L.) in mesoamerica: insights from genome-wide genetic markers. **Front. Plant Sci**, v. 8, n.1551, 2017.

CHAMORRO, G. **Kurusu Ñe'ëngatu**, palavras que la historia no podría olvidar. Asunción: Biblioteca Paraguaya de Antropologia, 1995.

CHAMORRO, G. **Terra Madura, Yvy Araguayje**: fundamentos da palavra guarani. Dourados: Editora UFGD, 2008.

CHANDLER-EZELL, K.; PEARSALL, D. M.; ZEIDLER, J. A. Root and Tuber Phytoliths and Starch Grains Document Manioc (*Manihot esculenta*), Arrowroot (*Maranta arundinacea*), and Llerén (*Calathea* sp.) at the Real Alto Site, Ecuador. **Economic Botany**, v. 60, n. 2, 2006.

CHASE-SARDI, M. El tekoha. Su organización social y los efectos negativos de la de forestación entre los Mbyá-Guarani. **Suplemento Antropológico**, Universidad Catolica, Centro de Estudios Antropologicos, Asunción, v. 24, n. 2, 1989.

CHMYZ, I. **Terminologia arqueológica brasileira para cerâmica**. Curitiba: CEPA/UFPR, 1969.

CHMYZ, I. Contatos Interétnicos Verificados em Sítios Arqueológicos no Estado do Paraná-Brasil. **Revista do Instituto de Biologia Pesquisa Tecnologia**, v. 16, p. 11-14, 1971.

CHMYZ, I. Relatório das Pesquisas Arqueológicas Realizadas na Área da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago (1979–80). **Convênio Eletrosul-IPHAN**. Paraná, Curitiba, 1981.

CHMYZ, I. **Projeto Arqueológico Itaipu, 7º Relatório (1981/1983)**. Curitiba: Itaipu/Iphan, 1983.

CHMYZ, I.; SAUNER, Z. C. Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas no Vale do Rio Piquiri. **Dédalo**, v. 13, p. 7-36, 1971.

CHMYZ, I.; SGANZERLA, E. M.; VOLCOV, J. E.; BORA, E.; CECCON, R. S.; A arqueologia da área da LT 750kV Ivaiporã-Itaberá III, Paraná - São Paulo. **Revista Arqueologia/UFPR**, Curitiba, v. 5, p. 1-305, 2008.

CHRISTILLINO, C. L. **Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo 2004.

CLARKE, D. L. **Models in Archaeology**. London: Methuen, 1972.

CLARK, J. E.; BLAKE, M. The power of prestige: competitive generosity and the emergence of rank societies in lowland Mesoamerica. In: BRUMFIEL, E. M.; FOX, J. R. (Orgs.), **Factional Competition and Political Development in the New World**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 17-30, 1994.

CLASTRES, H. **Terra sem Mal**. São Paulo, Brasiliense, 1978 [1975].

CLASTRES, P. Independência e exogamia. In: CLASTRES, P. A, **A Sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac & Naify. pp 65-94, 2003 [1963].

CLASTRES, P. Elementos de Demografia Ameríndia. In: CLASTRES, P. A, **Sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003 [1973].

CLASTRES, P. A Sociedade contra o Estado. In: CLASTRES, P. A., **A Sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac & Naify, p 205-234, 2003 [1974].

CLASTRES, P. Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas. In: CLASTRES, P. A. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac & Naify, p. 229-270, 2004 [1977].

CLEMENT, C. R.; DENEVAN W. M.; HECKENBERGER M. J.; JUNQUEIRA A. B.; NEVES E. G.; TEIXEIRA W. G.; WOODS W. I. The domestication of Amazonia before European conquest. **Proc. R. Soc. B**, n. 282, 2015.

CONSERVATION INTERNATIONAL. **The Atlantic Forest of South America: biodiversity status, threats, and outlook**. Washington, Island Press, 2003.

COPÉ, S. M. **Les grands constructeurs précoloniaux du plateau du sud du Brésil: étude de paysages archéologiques à Bom Jesus, Rio Grande do Sul, Brésil**. Tese (Doutorado em Arqueologia), Université de Paris I, Paris, 2006.

COPÉ, S. M.; SALDANHA, J. D. M. Em busca de um sistema de assentamento para o planalto sul Rio-grandense: Escavações no sítio RS-AN-03, Bom Jesus, RS. **Pesquisas Antropologia**, v. 58, p. 107-120, 2002.

CORRÊA, Â. A. Cadeias Operatórias Tupi. **Habitus**. Goiânia, v. 9, n. 2, p. 221-238, 2011.

CORRÊA, Â. A. **Pindorama de mboia e îakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi**. 2014. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CORRÊA, A. A. Datações na bibliografia arqueológica brasileira a partir dos sítios Tupí. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 14, n. 27, p. 379-406, 2017.

CORTELETTI, R. **Patrimônio arqueológico de Caxias do Sul**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

CORTELETTI, R. **Projeto Arqueológico Alto Canoas - PARACA: um estudo da presença Jê no planalto catarinense**. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade do São Paulo, São Paulo, 2012.

CORTELETTI, R.; DICKAU, R.; DEBLASIS, P.; IRIARTE, J. Revisiting the economy and mobility of southern proto-Jê (Taquara-Itararé) groups in the southern Brazilian highlands: starch grain and phytoliths analyses from the Bonin site, Urubici, Brazil. **Journal of Archaeological Science**, n. 59, p. 46-61, 2015.

CORTELETTI, C.; IRIARTE, J. Recent Advances in the Archaeology of the Southern Proto-Jê People. In: SMITH, C. (Ed.), **Encyclopedia of Global Archaeology**, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-51726-1_3037-1.

CORTESÃO, J. (Ed.). **Manuscritos da coleção de Angelis**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

COUPLAND, G. This old house: Cultural complexity and household stability on the northern Northwest Coast of North America. In: ARNOLD, J.E. (Org.) **Emergent complexity: The evolution of intermediate societies**. Ann Arbor: International Monographs in Prehistory, p. 74-90, 1996.

CUNY, M. A; SHLICHTA, G. J.; BENREY, B. The Large Seed Size of Domesticated Lima Beans Mitigates Intraspecific Competition among Seed Beetle Larvae. **Frontiers in Ecology and Evolution**, v. 5, n. 145, 2017.

DA ROSA, L. W. **Interpretando a Dinâmica de um Assentamento Jê Meridional na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS: Estudo de Caso do Sítio RS-T-126**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

DEBOUCK, D.G. Primary diversification of Phaseolus in the Americas: three centers? **Plant Genetic Resources Newsletter**, v. 67, p. 2-8, 1986

DE CRISTO, T. **Historicidade e fronteiras culturais entre Guarani e Jesuítas em territórios da província do Tape (1626-1638)**. 2016. Monografia (Graduação em História), Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2016.

DE CRISTO, T.; LAROQUE, L. F. S.; MACHADO, N. T. G. Protagonismo Guarani na porção sul do Brasil Meridional: o ñande reko em territórios das bacias hidrográficas dos rios lequí e Caí no ano de 1635. **Antíteses**, v. 11, n. 21, p. 108-131, 2018.

DENEVAN, W. M. **Cultivated landscapes of native Amazonia and the Andes**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DENEVAN, W. M. Semi-intensive pre-European cultivation and the origins of anthropogenic dark earths in Amazonia. In: GLASER, B; WOODS, W.I (Orgs.) **Amazonian dark earths: explorations in space and time**, New York: Springer, p. 135-143, 2004.

DENEVAN, W. M. Pre-European human impacts on tropical lowland environments. In: VEBLEN, T.T.; YOUNG, K.R.; ORME, A.R. (Orgs.). **The physical geography of South America**. Oxford: Oxford University Press, p. 265-278, 2007.

DEMASI, M.A.N. Aplicações de isótopos estáveis de $^{18}/^{16}\text{O}$, $^{13}/^{12}\text{C}$ e $^{15}/^{14}\text{N}$ em estudos de sazonalidade, mobilidade e dieta de populações pré-históricas no Sul do Brasil. **Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, v. 22, n. 2, p. 55-76, 2009.

DEMASI, M.A.N.; ARTUSI, L. Fase Itapiranga: sítios da Tradição Planáltica. **Pesquisas Antropologia**, v. 40, p. 99-121, 1985.

DE OLIVEIRA, G. G.; GUASSELLI, J. L. A.; BRUBACHER, P.; SIRANGELO, F. R. Interpretação e mapeamento geomorfológico da bacia hidrográfica do rio Taquari-Antas, com suporte de técnicas de geoprocessamento e utilização de dados orbitais e cartográficos. **Anais XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR**, João Pessoa-PB, Brasil, abril, 2015.

DE SOUZA, J. G. **Paisagem ritual no planalto meridional brasileiro: complexos de aterros anelares e montículos funerários Jê do Sul em Pinhal da Serra, RS**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DE SOUZA, J. G. **A cerâmica de tradição Itararé-Taquara e a difusão das línguas Jê meridionais: uma reanálise dos dados**. 2009. Monografia (Bacharelado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DE SOUZA, J. G. **Pathways to power in the southern Brazilian highlands: Households, communities and status at Southern Proto-Jê pit house settlements**. 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia), University of Exeter, Exeter, 2017.

DE SOUZA, J. G. Rethinking households, communities and status in the southern Brazilian highlands. **Journal of Anthropological Archaeology**, v. 52, p. 44–58, 2018.

DE SOUZA, J. G.; COPÉ, S. M. Novas perspectivas sobre a arquitetura ritual do planalto meridional brasileiro: pesquisas recentes em Pinhal da Serra, RS. **Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, v. 23, p. 104-117, 2010.

DE SOUZA, J. G.; CORTELETTI, R.; ROBINSON, M.; IRIARTE, J. The genesis of monuments: Resisting outsiders in the contested landscapes of Southern Brazil", **Journal of Anthropological Archaeology**, v. 41, p. 196-212, 2016a.

DE SOUZA, J. G.; MERENCIO, F. T. A diversidade dos sítios arqueológicos Jê do Sul no Estado do Paraná. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 10, n. 20, p. 93-130, 2013.

DE SOUZA, J. G.; ROBINSON, M.; CORTELETTI, R.; CÁRDENAS, M. L.; WOLF, S.; IRIARTE, J.; MAYLE, F.; DEBLASIS, P. Understanding the Chronology and Occupation Dynamics of Oversized Pit Houses in the Southern Brazilian Highlands, **PloS ONE**, v. 11, n. 7, p. 1-24, 2016b.

DE SOUZA, J. G.; SCHAAN, D. P.; ROBINSON, M.; BARBOSA, A. D.; ARAGÃO, L. E.; MARIMON Jr, B. H.; MARIMON, B. S.; DA SILVA, I. B.; KHAN, S. S.; NAKAHARA, F. R.; IRIARTE, J. Pre-Columbian earth-builders settled along the entire southern rim of the Amazon, **Nature Communications**, v. 9, n. 1125, 2018.

DIAS, A. S. Um projeto para a arqueologia brasileira. Breve histórico da implantação do PRONAPA. **Revista do CEPA**, v. 22, p. 25-39, 1995.

DIAS, A. S. **Sistemas de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta Interpretativa para a ocupação pré-colonial do alto vale do rio dos Sinos, Rio Grande do Sul**. 2003. Tese (Doutorado em Arqueologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

DIAS, A. S.; HOELTZ, S. E. Dentro da casa/fora da casa: variabilidade lítica e sistema de assentamento para a Tradição Guarani. **Habitus**, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 289-305, 2011.

DIETLER, M. Feasts and commensal politics in the political economy: food, power, and status in prehistoric Europe. In: WIESSNER, P.; SCHIEFENHÖVEL, W. (Orgs.). **Food and the Status Quest: An interdisciplinary perspective**. RI: Berghahn Books, p. 87-125, 1996.

DIETLER, M. Rituals of commensality and the politics of state formation in the “princely” societies of Early Iron Age Europe. In: RUBY, P. (Org.), **Les princes de la Protohistoire et l’émergence de l’état**, p. 52-135, 1999.

DIETLER, M. Theorizing the feast: Rituals of consumption, commensal politics, and power in African contexts. In: DIETLER, M.; HAYDEN, B. (Orgs.), **Feasts: Archaeological and ethnographic perspectives on food, politics, and power**, Washington DC: Smithsonian Institution Press, p. 65-114, 2001.

DIETLER, M. Feasting und kommensale Politik in der Eisenzeit Europas. Theoretische Reflexionen und empirische Fallstudien. **Ethnographisch-Archaeologische Zeitschrift**, v. 47, n. 4, p. 541-568, 2006.

DIETLER, M. Feasting and Fasting. In: INSOLL, T (Org.). **The Oxford Handbook of the Archaeology of Ritual and Religion**, p. 179-194, 2011.

DICKAU, R, M. C. BRUNO, J. IRIARTE, H. PRÜMERS, C. JAIMES BETANCOURT, I. HOLST, Y F. E. MAYLE. Diversity of cultivars and other plant resources used at habitation sites in the Llanos de Mojos, Beni, Bolivia: evidence from macrobotanical remains, starch grains, and phytoliths. **Journal of Archaeological Science**, v. 39, p. 357-370, 2012.

DIXON, R.; AIKHENVALD, A. (Orgs.). **The Amazonian Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

DUJAK, M.; MARCHI, P. Plantas utilizadas como barbasco por algunas comunidades indígenas del Paraguay. **Steviana**, v. 2, p. 31-44, 2010.

EDELWEISS, F. G. Tupís e Guaranis (estudos de etnonímia e linguística): **Publicações do Museu da Bahia**, Salvador, v. 7, n. 301, 1947.

EDDY, S. R. “Antedisciplinary” Science. **PLoS Computational Biology**, n. 1, 2005.

EPPS, P. Language Classification, Language Contact, and Amazonian Prehistory. **Language and Linguistics Compass**, v. 3, n. 2, p. 581-606, 2009.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. Cultura Material e Identidade Étnica na Arqueologia Brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da terra indígena Sucuri’y. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 95-113, 2007.

ERICKSON, C. L. **Amazonia: the historical ecology of a domesticated landscape**. In SILVERMAN, H; ISBELL, W (Orgs.) **Handbook of South American archaeology**, New York: Springer, p. 157-183, 2008.

ERIKSEN, L.; GALUCIO, A. V. The Tupian expansion. In: O’CONNOR L; MUYSKEN P (Orgs.) **The Native Languages of South America: Origins, Development, Typology**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 177-199, 2014.

FAUSTO, C. Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FAUSTO, C. Se Deus fosse jaguar: canibalismo e cristianismo entre os Guarani (séculos XVI-XX). **Mana**, v. 11, n. 2, p. 385-418, 2005.

FELIPIM, A. **O Sistema Agrícola Guarani Mbyá e seus Cultivares de Milho**: um estudo de caso na Aldeia Guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP. 2001. Dissertação de mestrado. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2001.

FERNANDES, F. **A Função Social da Guerra na sociedade Tupinambá**. São Paulo, Pioneira, 1970.

FERRASSO, S.; SCHMITZ, P. I. Arqueofauna da Tradição Guarani. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 7, n. 13/14, p. 65-85, 2010.

FERRI, G. **História do Rio Taquari-Antas**. Encantado: Grafen, 1991.

FIEGENBAUM, J. **Um Assentamento Tupiguarani no Vale do Taquari/RS**. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, Unisinos, 2009.

FLANNERY, K. V. **The early Meso-american village**. New York, San Francisco, London: Academic Press, 1976.

FLORA DO BRASIL 2020. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. c2019. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>

FLORES, T.; OLIVEIRA, G. G.; HAETINGER, C.; BRESOLIN JUNIOR, N. A.; GERHARD, F. Método para avaliação de eventos extremos de precipitação a partir de dados sub-horários obtidos por estação meteorológica automática. In: **Anais do XXII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos**, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ABRH, 2017.

FORD, J. A. **Método cuantitativo para establecer cronologias culturales**. Washington D.C: Unión Panamericana, 1962.

FORZZA, R.C.; BAUMGRATZ, J.F.A.; BICUDO, C.E.M.; CARVALHO JR., A.A.; COSTA, A.; COSTA, D.P.; HOPKINS, M.; LEITMAN, P.M.; LOHMANN, L.G.; MAIA, L.C.; MARTINELLI, G.; MENEZES, M.; MORIM, M.P.; COELHO, M.A.N.; PEIXOTO, A.L.; PIRANI, J.R.; PRADO, J.; QUEIROZ, L.P.; SOUZA, V.C.; STEHMANN, J.R.; SYLVESTRE, L.S.; WALTER, B.M.T.; ZAPPI, D. (Orgs.). 2010. **Catálogo de plantas e fungos do Brasil**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 1-2, 2010.

FREITAS, E. M.; JASPER, A. Avaliação da flora Orchidaceae de uma porção de Floresta Estacional Decidual do município de Lajeado, Rio Grande do Sul. **Pesquisas Série Botânica**, v. 51, p.113-127, 2001.

FREITAS, F. O. Uso de material arqueológico no estudo de evolução de plantas - estudo de caso: milho - *Zea mays* L. e mandioca - *Manihot esculenta* CRANTZ. **Revista de Arqueologia**, v. 17, p. 33-40, 2004.

FREITAS, F. O. Evidências genético-arqueológicas sobre a origem do feijão comum no Brasil. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 41, n. 7, p. 1199-1203, 2006.

FURLONG, G. **Cartografia jesuítica del Río de la Plata**. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 1936.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIZ ROESSLER (FEPAM). **Qualidade Ambiental**: Região Hidrográfica do Guaíba, c2018. Disponível em: http://www.fepam.rs.gov.br/qualidade/qualidade_taquari_antas/taquariantas.asp/

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Terras Indígenas**, c2019. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>.

GARCIA, L. G. **Arqueologia na região dos interflúvios Tocantins-Xingu**: os Tupi do Cateté. 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2012.

GARCIA, W. G. **Introdução ao universo botânico dos Kayová de Amambai**: descrição e análise de um sistema classificatório. 1985. Tese (Doutorado em Arqueologia), FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

GARLET, I. **Mobilidade Mbyá**: História e Significação. 1997. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 1997.

GATTI, C. **Enciclopedia Guarani-Castellano de Ciencias Naturales e conocimientos Paraguayos**. Asunción: Arte Nuevo Editores, 1985.

GODINO, I. B.; MADELLA, M. The Archaeology of Household – an Introduction. In: MADELLA, M.; KOVÁCS, G.; KULCSARNE-BERZSÉNY, B.; GODINO, I.B. (Orgs.) **The Archaeology of Household**. Oxbow Books, 2013.

GOETTE, S.; WILLIAMS, M.; JOHANNESSEN, S.; HASTORF, C.A. Towards Reconstructing Ancient Maize: Experiments in Processing and Charring. **Journal of Ethnobiology**, n. 14, p. 1-21, 1994.

GOLDMEIER, V. A. **Sítios Arqueológicos do Rio Grande do Sul**: fichas de registro existentes no Instituto Anchieta de Pesquisas. São Leopoldo: Unisinos, 1983.

GOMES, D. **A Cerâmica Arqueológica da Amazônia**: Vasilhas da Coleção Tapajônica MAE-USP. São Paulo: Imprensa Oficial SP/Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

GOMES JUNIOR, F.G.; MONDO, V.H.V.; CICERO, S.M.; McDONALD, M.B.; BENNETT, M.A. Evaluation of priming effects on sweet corn seeds by SVIS. **Seed Technology**, v. 31, n.1, p. 95-100, 2009.

GOSSELAIN, O. P. Technology and Style: Potters and Pottery among Bafia of Cameroon, **Man**, v. 27, n. 3, p. 559-586, 1992.

GOZZI, G.; TATUMI, S. H. Novo método de datação por termoluminescência. **Boletim Técnico da Faculdade de Tecnologia de São Paulo**, São Paulo, v. 8, p. 24-28, 2000.

HAMILTON, W. D.; KRUS, A. M. The Myths and Realities of Bayesian Chronological Modeling Revealed. **American Antiquity**, v. 83, n. 2, 2017.

HAMMER, Ø.; HARPER, D. A. T.; RYAN, P. D. PAST: Paleontological Statistic software package for education and data analysis. **Paleontologia Electronica**, v. 4, n. 1, p. 1-9.

HAYDEN, B. Feasting in prehistoric and traditional societies. In: WIESSNER, P., SCHIEFENHOVEL, W. (Orgs.), **Food and the Status Quest: An Interdisciplinary Perspective**. Oxford: Berghahn, p. 127-147, 1996.

HAYDEN, B. Fabulous feasts: a prolegomenon to the importance of feasting. In: DIETLER, M., HAYDEN, B. (Orgs.), **Feasts: Archaeological and Ethnographic Perspectives on Food, Politics, and Power**. Smithsonian Institution Press, Washington, p. 23-64, 2001.

HECKENBERGER, M. J. Rethinking the Arawakan diaspora: hierarchy, regionality, and the Amazonian formative. In: **Comparative Arawakan histories: rethinking language family and culture area in Amazonia**. In: HILL, J.D; SANTOS-GRANERO, J. (Orgs.). St. Louis, MO: University of Illinois Press, p. 99-122, 2002.

HECKENBERGER, M. **The Ecology of Power: Culture, Place, and Personhood in the Southern Amazon, A.D. 1000–2000**. New York: Routledge. 2005.

HECKENBERGER, M. J; NEVES E, G. Amazonian archaeology. **Annual Rev. Anthropol**, v. 38, p. 251-266, 2009.

HECKENBERGER, M. J.; NEVES, E. G.; PETERSEN. De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central. São Paulo: **Revista de Antropologia**, v. 41, n. 1, 1998.

HENDON, J. A. Living and Working at Home: The Social Archaeology of Household Production and Social Relations. In: PREUCEL, R. W; MESKELL, L. A. (Orgs.), **Companion to Social Archaeology**. Oxford: Blackwell, p. 272-86, 2004.

HERMON, S.; NICCOLUCCI, F. Formally Defining the Time-Space-Archaeological Culture Relation: Problems and Prospects. **Archeologia e Calcolatori**, v. 28, p. 93-108, 2017.

HILLIER, B.; HANSON, J. **The Social Logic of Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HIRSCH, S. Maternidad, trabajo y poder: cambios generacionales en las mujeres guaraníes del norte argentino. In: HIRSCH, S. (Org.). **Mujeres indígenas en la Argentina**: Cuerpo, trabajo y poder. Buenos Aires: Editorial Biblos, p. 231-253, 2008.

HOGG, A. G.; HUA, Q.; BLACKWELL, P. G.; NIU, M.; BUCK, C. E.; GUILDERSON, T. P.; HEATON, T. J.; PALMER, J. G.; REIMER, P. J.; REIMER, R. W.; TURNEY, C. S. M.; ZIMMERMAN, S. R. H. SHCal13 Southern Hemisphere Calibration, 0-50,000 Years cal BP. **Radiocarbon**, v. 55, n. 4, 2013.

HODDER, I. **The Domestication of Europe**. Oxford: Blackwell, 1990.

HODDER, I. **The Archaeological Process**. Oxford: Blackwell, 1999.

HORNE, L. **Village spaces**: Settlement and society in Northeastern Iran. Washington D.C: Smithsonian Institution Press, 1994.

INGOLD, T. **Making: Anthropology, Archaeology, Art and Architecture**. London: Routledge, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2000**. Famílias e domicílios: resultados da amostra. Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Características gerais dos indígenas: resultados do universo. Rio de Janeiro, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Geomorfologia**. c2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/geomorfologia.html>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Vegetação**. c2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/vegetacao.html>

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Topodata – Banco de Dados Geomorfométricos do Brasil**, 2014. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/topodata/dados.php>

IRIARTE, J. Landscape transformation, mounded villages, and adopted cultigens: the rise of early Formative communities in southeastern Uruguay. **World Archaeological**, v. 38, p. 644-663, 2006.

IRIARTE, J.; BEHLING, H. The expansion of Araucaria forest in the southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications for the development of the Taquara/Itararé Tradition. **Env. Arch**, v. 12, p. 115-127, 2007.

IRIARTE, J.; COPÉ, S. M.; FRADLEY, M.; LOCKHART, J. J.; GILLAM, G. C. Sacred landscapes of the southern Brazilian highlands: understanding southern proto-Jê mound and enclosure complexes. **Journal Anthropological Archaeological**, v. 32, p. 74-96, 2013.

IRIARTE, J.; DEBLASIS, P.; DE SOUZA, J. G.; CORTELETTI, R. Emergent complexity, changing landscapes, and spheres of interaction in southeastern South America during the Middle and Late Holocene. **Journal of Archaeological Research**, v. 25, n. 3, p. 251-313, 2016a.

IRIARTE, J.; DICKAU, R. Las Culturas del Maíz? Arqueobotánica de Las Sociedades Hidráulicas de las Tierras Bajas Sudamericanas. **Amazônica**, v. 4, n. 1, p. 30-58, 2012.

IRIARTE, J.; GILLAM, J.C.; MAROZZI, O. Monumental burials and memorial feasting: an example from the southern Brazilian highlands. **Antiquity**, v. 82, p. 947-961, 2008.

IRIARTE, J.; HOLST, I.; MAROZZI, O.; LISTOPAD, C.; ALONSO, E.; RINDERKNECHT, A.; MONTAÑA, J. Evidence for cultivar adoption and emerging complexity during the MidHolocene in the La Plata Basin, Uruguay. **Nature**, v. 432, p. 614-617, 2004.

IRIARTE, J.; SMITH, R. J.; DE SOUZA, J. G.; MAYLE, F. E.; WHITNEY, B. S.; CÁRDENAS, M. L.; SINGARAYER, J.; S. CARSON, J. F.; ROY, S.; VALDES, P. Out of Amazonia: Late-Holocene climate change and the Tupi-Guarani trans-continental expansion. **The Holocene**, v. 27, n. 7, p. 1-9, 2016b.

ISENDAHL, C. The weight of water: a new look at pre-hispanic Puuc Maya water reservoirs. **Ancient Mesoamerica**, v. 22, n. 1, p. 185-197, 2011.

JUSTUS, J. O.; MACHADO, M. L. A.; FRANCO, M. S. M. **Geomorfologia**. In: IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Levantamento de Recursos Naturais. Rio de Janeiro: IBGE, v. 33, 1986.

KASHIMOTO, E. M.; MARTINS, G. R. Arqueologia da Região do Maciço do Urucum e Pantanal de Corumbá- Ladário/MS. Albuquerque: **Revista de História**, v. 5, n. 10, p. 201-225, 2013.

KELLER, H. A. *Thinouia mucronata* (Sapindaceae), una especie ictiotóxica utilizada por los Guaraníes de Misiones, Argentina. **Bonplandia**, Corrientes, v. 17, n. 1, p.47-53, 2008.

KENT, S. **Domestic Architecture and the Use of Space**: New Direction in Archaeology. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

KLAMT, S. C.; LEAL, F. G.; DREBEL, M. S.; BRANDT, H.; GONÇALVES, A. C. Levantamentos arqueológicos na região de Cerro dos Bois, Venâncio Aires, RS. **Revista do CEPA**, v. 22, n. 27-28, p. 87-99, 1998.

KNEIP, L. M. A utilização de plantas pelos pescadores, coletores e caçadores pré-históricos da restinga de Saquarema, Rio de Janeiro, Brasil. **Rodriguesia**, v. 60, n. 1, p. 203-210, 2009.

KOCH, A.; BRIERLEYA, C.; MASLINA, M. M; LEWIS, S. L. Earth system impacts of the European arrival and Great Dying in the Americas after 1492. **Quaternary Science Reviews**, v. 207, p.13-36, 2019.

KRAMER, C. **Ethnoarchaeology**: Implications of Ethnography for Archaeology. New York: Columbia University Press, 1972.

KREUTZ, M. R. **O Contexto Ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento), Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2008.

KREUTZ, M. R. **Movimentações de Populações Guarani, séculos XIII ao XVIII - Bacia Hidrográfica do Rio Taquari, Rio Grande do Sul**. 2015. 330 f. Tese (Doutorado em Ciências), Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2015.

KREUTZ, M. R.; SANTOS, P.; MACHADO, N. G.; LAROQUE, L. F. Colonização Guarani nas Planícies do Taquari, Rio Grande do Sul, Brasil. **Tellus**, Campo Grande, v. 14, n. 27, p. 33-66, 2014.

KRIEGL, R. K.; AZEVEDO, E. O.; SILVA, F. F. Relação do grupo indígena Guarani Mybiá com o meio ambiente: alicerces da Agroecologia. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, v. 7, n. 1, p. 211-226, 2014.

KUINCHTNER, A.; BURIOL, G.A. Clima do Estado do Rio Grande do Sul segundo a classificação climática de Köppen e Thornthwaite. **Disciplinarum Scientia**, v. 2, p. 171-182, 2001.

LADEIRA, M. I. **O caminhar sob a luz: o território mbya à beira do oceano**. São Paulo: UNESP, 2007.

LADEIRA, M. I. **Espaço Geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso**. Maringá/Paraná: Eduem; São Paulo: EDUSP, 2008.

LANDA, B.; NOELLI, F. S. As receitas culinárias Guarani como base para a dieta do grupo. **Histórica**, v. 2, p. 163-72, 1996.

LANDA, B. **Os Nandeva/Guarani o uso do espaço na Terra Indígena Porto Lindo, município de Japorã/MS**. 2005. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

LAROQUE, L. F. S. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). **Pesquisas Antropologia**, v. 56, p. 1-220, 2000.

LAROQUE, L. F. S.; MACHADO, N. T. G.; JASPER, A.; ZANON, L. Etnohistória como abordagem interdisciplinar no estudo de populações indígenas Guarani. **Boletim de Geografia**, v.33, p.168-183, 2015.

LA SALVIA, F.; BROCHADO, J. J. P. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

LATHRAP, D. W. **The Upper Amazon**. London: Thames and Hudson, 1970.

LAUTERJUNG, M. B.; BERNARDI, A. P., MONTAGNA, T.; CANDIDO-RIBEIRO, R.; DA COSTA, N. C. F.; MANTOVANI, A.; DOS REIS, M. S. Phylogeography of Brazilian pine (*Araucaria angustifolia*): integrative evidence for pre-Columbian anthropogenic dispersal. **Tree Genetics e Genomes**, v. 14, n. 36, p. 1-12, 2018.

LAZAROTTO, M.; PIVETA, G.; MUNIZ, M.F.B.; REINIGER, L.R.S. Adequação do teste de tetrazólio para avaliação da qualidade de sementes de *Ceiba speciosa* Adaptation of the tetrazolium test for evaluation of *Ceiba speciosa* seeds. **Semina Ciências Agrárias**, Londrina, v. 32, n. 4, p. 1243-1250, 2011.

LEITE, P. F.; KLEIN, R. M. Vegetação. In: **IBGE Geografia do Brasil: Região Sul**. Rio de Janeiro, IBGE, p.113-150, 1990.

LEMA, V. **Domesticación vegetal y grados de dependencia humano-planta en el desarrollo cultural prehispánico del Noroeste argentino**. Tese (Doutorado). Facultad de Ciencias Naturales y Museo, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2009.

LEVIS, C.; SOUZA P. F.; SCHIETTI, J.; EMILIO, T.; PINTO, J. L. P.; CLEMENT C. R; COSTA, F.R.C. Historical human footprint on modern tree species composition in the Purus–Madeira interfluvium, central Amazonia, **PLoS ONE**, n. 7, 2012.

LEWIS, G. P. Legumes of Bahia. **Royal Botanic Gardens**, Kew, UK, 1987.

LIMA, T. S. **A parte do Cauim: etnografia juruna**. 1995. Tese (Doutorado em Antropologia), PPGAS/Museu Nacional UFRJ, Rio de Janeiro, 1995.

LINO, J. T. **Arqueologia Guarani na Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, Santa Catarina**. 275 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

LOPONTE, D. **Arqueología del Humedal del Paraná inferior (Bajios Ribereños Meridionales)**. Buenos Aires, Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano, 2008.

LOPONTE, D.; ACOSTA, A. La construcción de la unidad arqueológica Guaraní en el extremo meridional de su distribución geográfica. **Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano**, Series Especiales, v. 1, n. 4, p. 193-235, 2013.

LOPONTE, D.; CARBONERA, M.; CORRIALE, M. J.; ACOSTA, A. Horticulturists and oxygen ecozones in the tropical and subtropical forests of Southeast South America. **Environmental Archaeology**, v. 27, 2017.

LORENZI, H. **Botânica sistemática**: guia ilustrado para identificação das famílias de fanerógamas nativas e exóticas no Brasil, baseado em APG III. Nova Odessa: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2012.

LORSCHETTER, M. L. Contribution to the Holocene history of Atlantic rain forest in the Rio Grande do Sul state, southern Brazil. **Rev. Mus. Argentino Cienc. Nat**, v. 5, n. 2, p. 261-271, 2003.

MACHADO, A. J. **Dinâmica dos grupos humanos préhistóricos em áreas geobiológicas distintas: o Vale do Taquari, RS**, como estudo de caso. 2003. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2003.

MACHADO, A. J. **Avançar, adaptar e permanecer**: a Tradição Tupiguarani no Médio Rio das Antas. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

MACHADO, N. T. G.; MILDRE, S.E.S. Prospecções arqueológicas e físico-químicas no sítio RS T 100: estruturas em San Valentin – Ilópolis-RS. In: MILDRE, S.E.S. (Org.) **Anais do I Colóquio sobre Sítios Construídos**: casas subterrâneas. Santa Maria: Pallotti, 2005.

MACHADO, N. T. G.; SCHNEIDER, P.; SCHNEIDER, F. Análise parcial sobre a cerâmica arqueológica do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. **Revista Cerâmica**, v. 54, p. 103-109, 2008.

MACHADO, N. T. G.; DA ROSA, L. W.; WOLF, S.; HOHNE, L.; ETHUR, E. WATANABE, S.; GENNARI, R. Arqueometria na bacia hidrográfica do rio Forqueta/RS: um estudo sobre a cerâmica pré-colonial Guarani. **Revista Memore**, v. 5, n. 2, 2018.

MACHADO, N.T.G.; JASPER, A.; SCHNEIDER, F.; KREUTZ, M. R. Análise Geoambiental a sua Relação Com a Captação de Matérias-Primas Para a Confecção de Instrumentos Líticos Pré-Coloniais no Vale do Taquari, Rio Grande Do Sul, Brasil. **Revista de Arqueologia Americana**, 2009.

MAEDER, E. J. A. **Misiones del Paraguay**. Confito y Disolución de la Sociedad Guaraní (1768-1850). Buenos Aires: MAPFRE, 1992.

MAGNA Engenharia. **Relatório técnico número 1 (RT-01)**: cenário atual da Bacia Hidrográfica do Sistema Taquari-Antas. Porto Alegre: Governo do Estado do RS, 1997.

MANO, M. A Cerâmica e os Rituais Funerários: Xamanismo, Antropofagia e Guerra entre os Tupi-Guarani. **Interações - Cultura e Comunidade**, v. 4, n. 5, p. 111-128, 2009.

MARRERO, A. R; SILVA-JUNIOR, W. A; BRAVI, C. M. Demographic and evolutionary trajectories of the Guaraní and Kaingang natives of Brazil. **American Journal of Physical Anthropology**, n. 132, p. 301-310, 2007.

MATTHEWS, W. Micromorphological and microstratigraphic traces of uses and concepts of space. **Inhabiting Çatalhöyük: Reports from the 1995-1999 seasons**. In: HODDER, I. (Org.). London: McDonald Institute for Archaeology/British Institute of Archaeology at Ankara, p. 355-399, 2005.

MATTHEWS, W.; FRENCH, C.; LAWRENCE, T.; CUTLER, D. Multiple surfaces: the micromorphology. In: HODDER, I. (Org.) **On the Surface Çatalhöyük 1993-95**. London: McDonald Institute for Archaeological Research/British Institute of Archaeology at Ankara Monograph, p. 301-42, 1996.

MAYNTZHUSEN, F. **Los Aché Guayakí**. Posadas: Junta de Estudios Históricos de Misiones, 2009.

MEGGERS, B. J. Enviromental Limitation on the Development of Culture. **American Anthopologist**, v. 56, n. 3, p. 801-824, 1954.

MEGGERS, B. J. **Amazonia**: man and culture in a counterfeit paradise. Chicago: Ed. Aldine, 1971.

MEGGERS, B. J. Application of the biological model of diversification to cultural distributions in Tropical Lowland South America. **Biotrópica**, v. 7, n. 3, p. 141-61, 1975.

MEGGERS, B. J. Vegetation fluctuation and prehistoric cultural adaptations in Amazonia: some tentative correlations. **World Archaeology**, v. 8, n. 3, p. 287-303, 1977.

MEGGERS, B. J. Climatic oscillation as a factor in the prehistory of Amazonia. **American Antiquity**, v. 44, n. 2, p. 252-266, 1979.

MEGGERS, B.J; EVANS, C. A reconstituição da pré-história amazônica: algumas considerações teóricas. In: **O Museu Goeldi no ano do Sesquicentenário**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 51-69, 1973.

MEGGERS, B. J. **Amazônia**: a ilusão de um paraíso. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1987.

MEGGERS, B. J. Judging the future by the past: the impact of environmental instability on prehistoric amazonian populations. In: SPONSEL, L.A. (Org.). **Indigenous peoples and the future of Amazonia**: an ecological anthropology and endangered world. Tucson: University of Arizona Press, p. 15-43, 1995.

MELIÀ, B. **El Guaraní Conquistado y Reducido**. 1. ed. Asunción: CEADUC, 1986.

MELIÀ, B. **El Guaraní: experiencia religiosa**. Asunción: Ceaduc/Cepag, 1991.

MELIÀ, B.; GRÜNBERG, G.; GRÜNBERG, P. **Etnografía Guaraní del Paraguai Del Contemporanea: Los Paĩ-Tavyterã**. Asunción: CEPAG, 2008.

MELIÀ, B.; SAUL, M.; MURARO, V, F. **O Guaraní: uma bibliografia etnológica**. Santo Ângelo: Fundames, 1987.

MELLO, A. A. S.; KNEIP, A. Evidências linguísticas que apontam para a origem dos povos Tupí-Guaraní no leste amazônico. In: **Congresso Internacional de Americanistas**, Sevilha, v. 52, 2006.

MELO DE OLIVEIRA, P. R. **O encontro entre os Guaraní e os jesuítas na Província do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque González nas tierras de Ñezú**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MENGHIN, O. F. A. Observaciones sobre la arqueología guaraní de Argentina y Paraguay. **Jornadas Internacionales de Arqueología y Etnología**, Buenos Aires, 1962.

MÉTRAUX, A. Migrations historiques des Tupi-guarani. **Journal de La Société de Américanistes**, Paris, v. 19, n. 1, p. 1-45, 1928.

MÉTRAUX, A. The Guaraní. In: STEWARD, J. (Org.), **Handbook of South American Indians**, Washington: Smithsonian Institution, v. 3, p. 69-94, 1948.

MIGLIAZZA, E. **Linguist prehistory and the refuge model Amazonia**. IN: **Biological Diversifications in the Tropics**. New York: Columbia University Press, 1982.

MILDER, S. S. **Arqueologia do Sudoeste do Rio Grande do Sul: uma perspectiva geoarqueológica**. 2000. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade do São Paulo, São Paulo, 2000.

MILHEIRA, R. G. **Território e Estratégia de Assentamento Guaraní na Planície Sudoeste da Lagoa dos Patos e Serra do Sudeste – RS**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MILHEIRA, R. G. **Arqueologia Guaraní no Litoral Sul-Catarinense: História e Território**. 2010. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MILHEIRA, R. G. Os Guaraní e seus artefatos líticos: um estudo tecnológico no sul do Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 21, p. 129-152, 2011.

MILHEIRA, R. G. Áreas de descarte em sítios arqueológicos Guaraní: o caso das lixeiras. **Revista do Museu Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 24, p. 3-23, 2014.

MILHEIRA, R. G.; DEBLASIS, P. Tupi-Guarani archaeology in Brazil. In: SMITH, C. (Org.). **Encyclopedia of Global Archaeology**. Nova York: Springer, p. 7384-7389, 2014.

MILHEIRA, R. G.; SCUNDERLICK, E. F. D.; ALVES, L. Perfil Tipológico da Indústria Cerâmica Guarani da Região Sul de Santa Catarina. **Revista Tempos Acadêmicos, Dossiê Arqueologia Pré-Histórica**, Criciúma, Santa Catarina, n. 11, p. 210-233, 2013.

MILLER, E. T. Pesquisas Arqueológicas Efetuadas no Nordeste do Rio Grande do Sul. In: SIMÕES, M. (Org.). Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados Preliminares do Primeiro Ano (1965-1966). **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 6, p.15-38, 1967.

MILLER, E. T. Pesquisas arqueológicas efetuadas no nordeste do Rio Grande do Sul. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados Preliminares do Segundo Ano (1966-1967). **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 10, 1969.

MILLER, E. T. A cultura cerâmica do tronco tupi no alto Ji-Paraná, Rondônia, Brasil: algumas reflexões teóricas, hipotéticas e conclusivas. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 1, n. 1, p. 35-136, 2009.

MOORE, H. **Feminism and Anthropology**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

MONTEIRO, J. M. Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII. In: M. CARNEIRO DA CUNHA (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, p. 475-498, 1992.

MONTOYA, A. R. **Tesoro de la lengua Guarani**. Madrid: Iuan Sanches, 1639.

MONTOYA, A. R. **Conquista espiritual**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MOTTA, L. **Patrimônio arqueológico de Montenegro/RS: dialogando com a Arqueologia e o compromisso social**. 2011. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MORCOTE-RIOS, G.; BERNAL, R. Remains of palms (Palmae) at archaeological sites in the New World-A review. **The Botanical Review**, v. 67, p. 309-350, 2001.

MOURA, R. C.; LOPES, P. S.N.; BRANDÃO JUNIOR, D. S.; GOMES, J. G.; PEREIRA, M.B. Fruit and seed biometry of *Butia capitata* (Mart.) Beccari (Arecaceae), in the natural vegetation of the North of Minas Gerais, Brazil. **Biota Neotropica**, v. 10, n.2,2010.

NELSON, B. A. Complexity, Hierarchy, and Scale: A Controlled Comparison between Chaco Canyon, New Mexico, and la Quemada, Zacatecas. **American Antiquity**, v. 60, p. 597-618, 1995.

NEUMANN, M. **Ñande rekó: diferentes jeitos de ser Guarani**. (Dissertação de Mestrado em História). 2008. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

NEUMANN, M. Distribuição das Marcas de Uso e Especificidades Funcionais para a Cerâmica Guarani Pré-Colonial. **Revista de Arqueologia**, v. 24, n. 1, p. 52-65, 2011.

NEVES, E. G. El Formativo que nunca terminó: la larga historia de estabilidad en las ocupaciones humanas de la Amazonía central. **Boletín de Arqueología - PUCP**, n. 11, p.117-142, 2007.

NEVES, E. G. Ecology, ceramic chronology and distribution, longterm history, and political change in the Amazonian floodplain. In: SILVERMAN, H.; ISBELL, W. (Orgs.). **Handbook of South American Archaeology**. New York: Springer, p. 359-379, 2008.

NEVES, E. G. Existe algo que se possa chamar de “arqueologia brasileira”? **Estudos Avançados**, v. 29, n. 83, p. 07-17, 2015.

NEVES E. G.; PETERSEN, J. B., BARTONE, R.N.; SILVA, C. A. Historical and socio-cultural origins of Amazonian dark earth. In: J Lehmann, DC Kern, B Glaser, WI Woods (orgs.), **Amazonian dark earths: origin, properties, management**. Dordrecht, The Netherlands: Kluwer, p. 29-50, 2003.

NEVES, W. A.; BERNARDO, D. V.; OKUMURA, M.; ALMEIDA, T. F. de; STRAUSS, A. M. Origem e dispersão dos Tupiguarani: o que diz a morfologia craniana? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 1, p. 95-122, 2011.

NICCOLUCCI, F.; HERMON, S. Representing gazetteers and period thesauri in four dimensional space-time, **International Journal on Digital Libraries, Special Issue on Networked Knowledge Organization Systems**, p. 1-7, 2015.

NIMUENDAJÚ, C. **As lendas de criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos Apapocúva-Guarani**. São Paulo: Hucitec, 1987.

NIMUENDAJÚ, C. In Pursuit of a Past Amazon: Archaeological Researches in the Brazilian Guyana and in the Amazon Region. **Etnologiska Studier 45**, Göteborg, 2004.

NIMER, E. Clima. In: FURLANETTO, D. A. et. al. (Orgs.) **Geografia do Brasil: Região Sul**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. v. 2, p. 151-187, 1990.

NOELLI, F. S. **Sem Tekohá não há Tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do Rio Jacuí-RS**. 1993. Dissertação (Mestrado em História), PUCRS, Porto Alegre, 1993.

NOELLI, F. S. El Guaraní agricultor. **Acción–Revista Paraguaya de reflexión y diálogo**, v. 144, p. 17-20, 1994.

NOELLI, F. S. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. **Revista de Antropologia**, v.39, n.2, p. 7-53, 1996.

NOELLI, F. S.; SOARES, A. L. R. Para uma História das Epidemias entre os Guaraní. **Diálogos**, v. 1, p. 165-78, 1997a.

NOELLI, F. S.; SOARES, A. L. R. Efeitos da conquista europeia na terminologia e organização social Guaraní. **Cadernos do METEP**, v. 8, p. 383-397, 1997b.

NOELLI, F. S. Aportes históricos e etnológicos para o reconhecimento da classificação Guaraní de comunidades vegetais no século XVII. **Fronteiras**, v. 2, n.4, p. 75-96, 1998a.

NOELLI, F. S. Múltiplos usos de Espécies Vegetais pela Farmacologia Guaraní através de Informações Históricas. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 02, p. 177-199, 1998b.

NOELLI, F. S. A Ocupação Humana da Região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas-1872-2000. **Revista USP**, v. 44, p. 218-269, 1999-2000.

NOELLI, F. S. Documentação histórica do limite meridional da Araucaria angustifolia e do início do processo de desmatamento no Rio Grande do Sul, Brasil. **Napaea**, v. 12, p. 69-74, 2000.

NOELLI, F. S. O mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil. In: TOMMASINO, K.; MOTA, L.; NOELLI, F. S. (Org.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: EdUEL, p. 19-55, 2004a.

NOELLI, F. S. La distribución geográfica de las evidencias arqueológicas Guaraní. **Revista de Índias**, Madrid, v. 64, n. 230, p. 17-34, 2004b.

NOELLI, F. S.; BROCHADO, J. P. O cauim e a beberagens dos Guaraní e Tupinambá: equipamentos, técnicas de preparação e consumo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 8, p. 117-128, 1998.

NOELLI, F. S.; CORRÊA, A. A. Arqueologia regional e a construção das paisagens Guaraní na margem esquerda do rio Paraná, Estado do Paraná, Brasil. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 29, n. 45, p. 87-112, 2016.

NOELLI, F. S.; CORRÊA, A. A; BROCHADO, J. P. **A linguagem da cerâmica Guaraní**: sobre a persistência das práticas e materialidade (parte 1), v. 10 n. 2, 2018.

NOELLI, F. S.; LANDA, B. S. Introdução às atividades têxteis Guaraní. **Anais do X Simpósio Nacional de Estudos Missionários**. Santa Rosa, UNIJUÍ, p. 472-478, 1993.

NOELLI, F. S.; FERREIRA, L. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, 2007.

NOELLI, F. S.; SOUZA, J. G. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 12, n. 1, p. 57-84, 2017.

OBERG, K. **Indian Tribes of the Northern Mato Grosso, Brasil**. Washington, 1955.

OLISZEWSKI, N. **Utilización de recursos vegetales en Campo del Pucará (Andalgala, Catamarca) durante el Período Formativo (200–500 D.C.):** Análisis de macrorrestos. 2004. Tese (Doctoral Thesis). Facultad de Ciencias Naturales e Instituto Miguel Lillo, Universidad Nacional de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2004.

OLISZEWSKI, N. Metodología para la identificación subespecífica de maíces arqueológicos. Un caso de aplicación en el noroeste de Argentina. In: ARCHILA S; GIOVANNETTI, M.; LEMA, V. (Orgs.) **Arqueobotánica y Teoría Arqueológica. Discusiones desde Suramérica**. Ediciones Uniandes, Bogotá, p. 181-202, 2008.

OLISZEWSKI, N. Ocupaciones prehispánicas en la Quebrada de los Corrales, El Infiernillo, Tucumán (ca. 2500-600 años AP). **Comechingonia**, v. 14, p. 155-172, 2011.

OLISZEWSKI, N.; OLIVERA D. E. Variabilidad racial de macrorrestos arqueológicos de *Zea mays* (Poaceae) y sus relaciones con el proceso agropastoril en la Puna Meridional argentina (Antofagasta de la Sierra, Catamarca). **Darwiniana**, n. 47, p. 76–91, 2009.

OLIVEIRA, G. G.; GUASSELLI, L. A.; BRUBACHER, J. P.; SIRANGELO, F. R. Interpretação e mapeamento geomorfológico da bacia hidrográfica do Rio Taquari-Antas, com suporte de técnicas de geoprocessamento e utilização de dados orbitais e cartográficos. **Anais XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, INPE**, 2015.

OLIVEIRA, D. **Nhanderukueri Ka'aguy Rupa: As florestas que pertencem aos deuses** Etnobotânica e Territorialidade Guarani na Terra Indígena M'biguaçu/SC. 2009. Monografia (Ciências Biológicas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ORTON, C.; TYERS, P.; VINCE, A. **Pottery in archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

PALUDO, G. F. et al. Estrutura demográfica e padrão espacial de uma população natural de *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze (Araucariaceae) em Santa Catarina. **Revista Árvore**, v. 33, n. 6, p. 1109-1121, 2009.

PALLESTRINI, L. Interpretação das estruturas arqueológicas em sítios do Estado de São Paulo. **Coleção museu Paulista, Série de Arqueologia**. São Paulo, 1975.

PARELLADA, C. I. **Estudo Arqueológico no alto do vale do rio Ribeira: área do gasoduto Brasil-Bolívia, trecho X, Paraná**. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PARELLADA, C. I. Tecnologia e Estética da Cerâmica Itararé-Taquara no Paraná: dados etno-históricos e o acervo do Museu paranaense. **Revista de Arqueologia**, v. 21, p. 97-111, 2008.

PARELLADA, C. I. **Programa de caracterização do patrimônio arqueológico de áreas potenciais para a implantação de corredores ecológicos junto aos reservatórios das UHE's Osório e Salto Santiago, Rio Iguaçu, Paraná**. Curitiba: Museu Paranaense, 2005.

PARKER, B. J.; FOSTER, C. P. **New Perspectives on Household Archaeology**. Winona Lake: Eisenbrauns, 2012.

PEREIRA, G. S.; NOELLI, F. S.; CAMPOS, J. B.; SANTOS, M. P.; ZOCCHÉ, J. J. Ecologia Histórica Guarani: as Plantas Utilizadas no Bioma Mata Atlântica do Litoral Sul de Santa Catarina, Brasil (Parte 1). **Cadernos do LEPAARQ**, v. 13, n. 26, p. 198-246, 2016.

PESSOA, M. L. (Org.). Clima do RS. In: **Atlas FEE**. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/socioambiental/clima/>

PESTANA, M. B. **A Tradição Tupiguarani na porção central da Planície Costeira Central do Rio Grande do Sul, Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

PETRUCCI, N.; LEMA, V. S. Primeras aproximaciones a la identificación de técnicas de procesamiento en carporrestos de *Zea mays* L.: detección de granos hervidos en restos arqueobotánicos secos y carbonizados. **Intersecciones en Antropología**, v. 17, p. 291-302, 2016.

PIPERNO, D. R. The Status of Phytolith Analysis in the American Tropics. **Journ. World Prehist.**, v. 5, n. 2, p. 155-191, 1991.

PIPERNO, D. R.; RANERE, A. J.; HOLST, I.; HANSELL, P. Starch grains reveal early root crop horticulture in the Panamanian tropical forest. **Nature**, v. 407, p. 894-897, 2000.

PIPERNO, D. R.; STOTHERT, K. E. Phytolith Evidence for Early Holocene Cucurbita Domestication in Southwest Ecuador. **Science**, v. 299, n. 5609, p. 1054–1057, 2003.

PIRES, K. D. **O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS - final do século XIX**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento), Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2016.

POLITIS, G.; BONOMO, M.; CASTIÑEIRA, C.; BLASI, A. Archaeology of the Upper Delta of the Paraná River (Argentina): mound construction and anthropic landscapes in the Los Tres Cerros locality. **Quaternary International**, v. 245, p. 74-88, 2011.

PORTO, A. **História das Missões Orientais e do Uruguai**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.

PRENTISS, A. M.; LYONS, N.; HARRIS, L. E.; BURNS, M. R.; GODIN, T. M. The emergence of status inequality in intermediate scale societies: A demographic and socio-economic history of the Keatley Creek site, British Columbia. **Journal of Anthropological Archaeology**, v. 26, p. 299-327, 2007.

PRICE, T. D.; GEBAUER, A. B. **Last Farmers, First Hunters: New Perspectives on the Prehistoric Transition to Agriculture**. School of American Research Press: Santa Fe, 1995.

PROENÇA, T. I. M. **As marcas indígenas na região sócio-paisagísticas das terras baixas às margens do rio Caí**. 2014. 123f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

PROUS, A. A pintura em cerâmica Tupiguarani. **Ciência Hoje**, v. 36, p. 22-28, 2005.

PROUS, A.; SOUZA, G.; LIMA, A. A importância do lascamento sobre bigorna nas indústrias líticas do Brasil. **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 21, p. 287-326, 2014.

PRUDENTE, L. T. **Arquitetura Mbyá-Guarani na Mata Atlântica do Rio Grande do Sul: estudo de caso do Tekoá Nhüu Porã**. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RAMALHO, R. S. Paineira – *Chorisia speciosa* St. Hil., **Serie Técnica**, Universidade Federal de Viçosa, v. 32. n. 11, 1972.

RAMBO, B. **A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.

RAMÍREZ, L. Carta de Luis Ramírez, do Rio da Prata a 10 de julho de 1528. In: **Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil**, v. 15, 1528.

RAPOPORT, A. **House Form and Culture**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1969.

RELLY, E. **Floresta, capital social e comunidade: imigração e as picadas teutobrasileiras (1870-1920)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento), Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2013.

RELLY, E.; MACHADO, N. T. G.; SCHNEIDER, P. **Do Taiaçuapé a Colinas**. Lajeado: Editora Univates, 2008.

REITZ, R.; KLEIN, R. M. Araucariáceas. **Flora Ilustrada Catarinense**. Itajaí: Herbario Barbosa Rodrigues, 1966.

RIBEIRO, M. C.; METZGER, J.P.; CAMARGO, A.; JORGE, M. F.; PONZONIB; HIROTA, M. M. The Brazilian Atlantic Forest: how much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation. **Biological Conservation**, v. 142, p. 1141-115, 2009.

RIBEIRO, P. A. M. Casas subterrâneas no Planalto Meridional de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista do CEPA**, v. 9, p. 2-52, 1980.

RIBEIRO, P. A. M. Sítios arqueológicos numa microrregião de área alagadiça na Depressão Central do Rio Grande do Sul – Brasil. **Revista do CEPA**, v. 10, n. 12, p. 3-96, 1983.

RIBEIRO, P. A. M. **Arqueologia do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil**. 1990. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

RIBEIRO, P. A. M.; KLAMT, S. C.; BUCHAIM, J. J. S.; RIBEIRO, C. T. Levantamentos arqueológicos na encosta do planalto entre os vales dos Rios Taquari e Caí. **Revista do CEPA**, v. 16, n. 19, p. 49-89, 1989.

RIBEIRO, P. A. M.; RIBEIRO, C. T. Levantamentos arqueológicos no município de Esmeralda, RS, Brasil. **Revista do CEPA**, v. 12, p. 49-105, 1985.

RIBEIRO, P. A. M.; SILVEIRA, Í. Sítios arqueológicos da Tradição Taquara, Fase Erveiras, no Vale do Rio Pardo, RS, Brasil. Santa Cruz do Sul. **Revista do CEPA**, v. 8, p. 3-79, 1979.

RICE, P. M. **Pottery Analysis: A Sourcebook**. The University of Chicago Press, Chicago and London, 1987.

RICK, J. W. Dates as data: an examination of the Peruvian preceramic radiocarbon record. **American Antiquity**, p. 55-73, 1987.

RIEDE, F. Eruptions and Ruptures: A Social Network Perspective on Vulnerability and Impact of the Laacher See Eruption (C. 13,000 BP) on Late Glacial Hunter-Gatherers in Northern Europe. **Archaeological Review from Cambridge**, v. 29, p. 67-102, 2014.

RIEDE, F. Changes in Mid- and Far-Field Human Landscape Use Following the Laacher See Eruption (C. 13,000 Bp). **Quaternary International**, v. 394, p. 37-50, 2016.

RIZZARDO, F. M.; SCHMITZ, P. I.; Formas De Sepultamento Na Tradição Cerâmica Tupiguarani. **Revista Tecnologia e Ambiente**, Dossiê IX Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Regional Sul, v. 21, 2015.

ROBINSON, M.; SOUZA, J. G.; MAEZUMI, Y.; CARDENAS, M. L.; PESSENDA, L.; PRUFER, K.; CORTELETTI, R.; FARIAS, D. S. E.; DE BLASIS, P.; MAYLE, F.; IRIARTE, J. Uncoupling human and climate drivers of late Holocene vegetation change in southern Brazil. **Scientific Reports**, v. 8, n. 7800, p. 1-10, 2018.

RODRIGUES, A. D. A classificação do tronco lingüístico Tupí. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 12, n. 1-2, p. 99-104, 1964.

RODRIGUES A. D.; CABRAL, A. S. Tupían. In: CAMPBELL, L; GRONDONA, V. (Orgs.). **The Indigenous Languages of South America**. Mouton de Gruyter, p. 495-574, 2012.

ROGGE, J. H. Adaptação na floresta subtropical: A Tradição Tupiguarani no Médio Rio Jacuí e no Rio Pardo. **Documentos 6**, v. 6, p. 3-156, 1996.

ROGGE, J. H. Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul. **Pesquisas Antropologia**, v. 62, p. 1-125, 2005.

ROGGE, J. H.; SCHMITZ, P. I. Pesquisas Arqueológicas em São Marcos, RS. **Pesquisas Antropologia**, São Leopoldo, v. 67, p. 23-132, 2009.

ROGGE, J. H.; SCHMITZ, P. I. Projeto Arroio do Sal: a ocupação indígena pré-histórica no Litoral Norte do RS. **Pesquisas Antropologia**, São Leopoldo, v. 68, p. 167-225, 2010.

ROGGE, J. H.; SCHMITZ, P. I.; ROSA, A. O.; BEBER, M. V.; MAUHS, J, Projeto Vacaria: processos deposicionais e pós-deposicionais em duas estruturas subterrâneas da Tradição Taquara. **Anais do XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, p. 173, 2003.

ROHR, J. A. Os sítios arqueológicos do Planalto Catarinense, Brasil. **Pesquisas Antropologia**, São Leopoldo, v. 24, 1971.

ROOSEVELT, A. C. **Moundbuilders of the Amazon: Geophysical Archaeology on Marajó Island, Brazil**. Academic Press, San Diego, 1999.

ROOSEVELT, A. C. The Amazon and the Anthropocene: 13,000 years of human influence in a tropical rainforest. **Anthropocene**, v. 4, n. 69-87, 2014.

ROSA, A. N. **Estudo de Impacto Ambiental: EIA** referente às obras de duplicação da Rodovia BR-386/RS, segmento km 350,8 - km 386: Apêndice III. Brasília, MRS Estudos Ambientais, 2009.

ROSA, A. O.; MACHADO, N. T. G.; FIEGENBAUM, J. Aspectos da Subsistência Guarani com Enfoque ao Estudo Zooarqueológico de uma Ocupação no Vale do

Taquari, Rio Grande do Sul. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos* **11**, São Leopoldo, v. 11, p. 135-148, 2009.

ROSS, J. L. S. O registro cartográfico dos fatos geomórficos e a questão da taxonomia do relevo. *Revista do Departamento de Geografia*, n. 6, p. 17-29, 1992.

ROULET, F. **La resistencia de los Guaraní del Paraguay a la Conquista Española** (1537-1556). Posadas: Editorial Universitária, Universidad Nacional de Misiones, 1993.

RYE, O. S. **Pottery technology: principles and reconstruction**. Washington: Taraxacum, 1981.

SALDANHA, J. D. M. **Paisagem, lugares e cultura material: uma arqueologia espacial nas terras altas do sul do Brasil**. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SALGADO, G. I.; GEPTS, P.; DEBOUCK, D.G. Evidence for two gene pools of the Lima bean, *Phaseolus lunatus* L., in the Americas A. **Genetic Resources and Crop Evolution**, v. 42, p. 15-28, 1995.

SANTOS, E. J. M.; DA SILVA, A. L. S.; EWERTON; P. D. Origins and demographic dynamics of Tupí expansion: A genetic tale. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v.10, p. 217-228, 2015.

SCATAMACCHIA, M. C. M. **A Tradição Policrômica no Leste da América do Sul evidenciada pela ocupação Guarani e Tupinambá**: Fontes Arqueológicas e Etnohistóricas. Tese (Doutorado em Arqueologia), FFCLCH, Universidade do São Paulo, São Paulo, 1990.

SECCHI, M. I.; MARIANI, L. F.; KAUFFMANN, M.; OSTERKAMP, I. C.; BAUERMANN, S. G.; JASPER, A. Anatomia do Carvão De Espécies Nativas Da Região Do Vale do Taquari (Bioma Mata Atlântica) – Base de Dados Para Estudos Arqueobotânicos. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 24, n. 3, 2017.

SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMA). **G040 - Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas**, c2018. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/g040-bacia-hidrografica-do-rio-taquari-antas>.

SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura guarani**. São Paulo: Difusão européia do livro, 1962.

SCHAAN, D. P. **Sacred geographies of ancient Amazonia: historical ecology of social complexity**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2011.

SCHEEL-YBERT, R.; BEAUCLAIR, M.; BUARQUE, A. The forest people: Landscape and firewood use in the Araruama region, southeastern Brazil, during the late Holocene. **Vegetation History and Archaeobotany**, v. 23, p. 97-111, 2014.

SCHEEL-YBERT, R.; KLÖKLER, D.; GASPAR, M. D.; FIGUTI, L. Proposta de amostragem padronizada para macrovestígios bioarqueológicos: antracologia, arqueobotânica, zooarqueologia. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 15-16, p. 139-163, 2005.

SCHIAVETTO, S. N. O. **A arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

SCHIFFER, M. B. **Formation process of the archaeological record**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987.

SCHIFFER, M. B. Archaeological context and systemic context. **American Antiquity**, Washington, v. 37, n. 2, p. 156-165, 1972.

SCHMIDL, U. **Relatos de la conquista del Río de la Plata y Paraguay (1534-1554)**. Madrid, Alianza, 1986.

SCHMITZ, P. I. O mundo da caça, da pesca e da coleta. Arqueologia do Rio Grande do Sul. **Pesquisas Antropologia**, Instituto Anchietao de Pesquisas, São Leopoldo, v. 16, p. 24-58, 1967.

SCHMITZ, P. I. Algumas datas de carbono 14 de casas subterrâneas do Planalto do Rio Grande do Sul. **Pesquisas Antropologia**, Instituto Anchietao de Pesquisas, São Leopoldo, v. 20, p. 163-167, 1969.

SCHMITZ, P. I. Território de domínio em grupos Tupiguarani. **Boletim do MARSUL**, Taquara: Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, n. 3, p. 45-52, 1985.

SCHMITZ, P. I. As tradições ceramistas do Planalto Sul-Brasileiro. Arqueologia do Rio Grande do Sul. **Documentos 2**, Instituto Anchietao de Pesquisas, São Leopoldo, v. 2, p. 74-130, 1988.

SCHMITZ, P. I. Migrantes da Amazônia: a tradição Tupiguarani. In: SCHMITZ, P. I. NAUE, G.; BECKER, Í. I. B. **Pré-História do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, São Leopoldo, RS, Brasil, p. 31-64, 2006.

SCHMITZ, P. I.; ARTUSI, L.; JACOBUS, A. L.; GAZZANEO, M.; ROGGE, J. H.; MARTIN, H. E.; BAUMHARDT, G. Uma aldeia Tupiguarani. Projeto Candelária, RS. Arqueologia do Rio Grande do Sul, **Documentos 04**, Instituto Anchietao de Pesquisas, São Leopoldo, v. 4, 1990.

SCHMITZ, P. I.; BECKER, Í. B. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a Tradição Taquara. In: KERN, A. A. (Org.), **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil**. Porto Alegre, Mercado Aberto, pp. 251-283, 1991.

SCHMITZ, P. I.; BECKER, Í. B. Uma indústria lítica de tipo altoparanaense, Itapiranga, SC. **Pesquisas Antropologia**, Instituto Anchietao de Pesquisas, São Leopoldo, v. 18, p. 21-46, 1968.

SCHMITZ, P. I.; BECKER, Í. B.; LA SALVIA, F.; LAZZAROTTO, D.; RIBEIRO, P. A. M. Pesquisas sobre a Tradição Taquara no nordeste do Rio Grande do Sul. **Documentos 2**, Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, v. 2, p. 5-74, 1988.

SCHMITZ, P. I.; BROCHADO, J. P. **Datos para uma sequência cultural del Estado de Rio Grande do Sul, Brasil**. Porto Alegre, Gabinete de Arqueologia da UFRGS, 1972.

SCHMITZ, P. I.; DEMASI, M. A. N.; BECKER, Í. B.; MARTIN, H. Nova Contribuição à Fase Erveiras, Tradição Taquara. **Documentos 1**, Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, v. 1, p. 5-27, 1987.

SCHMITZ, P. I.; GAZZANEO, M. O que comia o guarani pré-colonial. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 06, 1991.

SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J. H. O território das missões Jesuítico-Guaranis. **Revista Eletrônica do XII Simpósio Internacional IHU**, São Leopoldo, Unisinos, 2010.

SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J. H.; NOVASCO, R. V.; MERGEN, N. M.; FERRASSO, S. Boa Parada: um lugar de casas subterrâneas, aterros-plataforma e danceiro. **Pesquisas Antropologia**, Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, v. 70, p. 133-195, 2013.

SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J. H.; ROSA, A. O.; BEBER, M. V.; MAUHS, J.; ARNT, F. V. O projeto Vacaria: casas subterrâneas no planalto rio-grandense. **Pesquisas Antropologia**, Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, v. 58, p. 11-105, 2002.

SCHMITZ, P. I.; SANDRIN, C. O sítio Lagoa dos Índios e o povoamento guarani da planície costeira do Rio Grande do Sul. **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos 11**, Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, v. 11, p. 89-134, 2009.

SCHNEIDER, F. **Interpretação do Espaço Guarani: um estudo de caso no sul da Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta, Rio Grande do Sul, Brasil**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento). Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2014.

SCHNEIDER, F.; CORTELETTI, R.; MACHADO, N. T. G.; STÜLP, S. Arqueobotânica Guarani: a presença de grãos de amido, fitólitos e endocarpos carbonizados no sítio RS-T-114, Bacia do Rio Forqueta, Rio Grande do Sul, Brasil. In: **XIX Congreso Nacional de Arqueologia. Argentina, Facultad de Ciencias Naturales e Instituto Miguel Lillo de la Universidad Nacional de Tucumán**, San Miguel de Tucumán, 2016.

SCHNEIDER, F.; WOLF, S.; KREUTZ, M. R.; MACHADO, N. T. G. Tempo e Espaço Guarani: um estudo acerca da ocupação, cronologia e dinâmica de movimentação pré-colonial na Bacia do Rio Taquari/Antas, Rio Grande do Sul, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 12, n. 1, p. 31-56, 2017a.

SCHNEIDER, F.; KREUTZ, M. R.; MACHADO, N. T. G.; WOLF, S. Investigações Arqueológicas no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, Brasil. **Clio Arqueológica**, v. 32, n. 2, p.139-186, dez, 2017b.

SCHNEIDER, P. **Cozer, guardar e servir**: a cultura material do cotidiano no sítio pré-colonial RS-T 101 – Marques de Souza/RS. 2008. Monografia (Curso de História), Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2008.

SERVICE, E. R. **Primitive social organization: an evolutionary perspective**. New York: Random House, 1962.

SHENNAN, S.; DOWNEY, S. S.; TIMPSON, A.; EDINBOROUGH, K.; COLLEDGE, S.; KERIG, T.; MANNING, K.; THOMAS, M.G. Regional population collapse followed initial agriculture booms in mid-Holocene Europe. **Nat. Commun**, v. 4, n. 2486, 2013.

SHEPARD, A. O. **Ceramic for the archaeologist**. Carvigie Institution: Washington Publications, 1995.

SHEPARD, Jr. G. H.; RAMIREZ, H. 'Made in Brazil': human dispersal of the Brazil nut (*Bertholletia excelsa*, Lecythidaceae) in ancient Amazonia. **Econ. Bot.** v. 65, p. 44-65, 2011.

SHILLITO, L. M. Multivocality and multiproxy approaches to the use of space: lessons from 25 years of research at Çatalhöyük, **World Archaeology**, p. 1470-1375, 2017.

SHOCK, M. P. **Holocene hunter-gatherer plant use and foraging choice**: a test from Minas Gerais, Brazil. 2010. Tese (Doutorado em Filosofia e Antropologia), University of California, Santa Barbara, 2010.

SHOCK, M. P.; KIPNIS, R.; BUENO, L.; SILVA, F. M. A Chronology of the Introduction of Domesticated Plants in Central Brazil. **Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America**, v. 11, n. 2, p. 52-59, 2013.

SMITH, N. J. H. Anthrosols and human carrying capacity in Amazonia. **Ann. Assoc. Am. Geogr.**, v. 70, p. 553-566, 1980.

SILVA, F. A. O significado da variabilidade artefactual: a cerâmica dos Asurini do Xingu e a plumária dos Kayapó-Xikrin do Cateté. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas v. 2, n.1, p. 91-103, 2007.

SILVA, F. A. A organização da produção cerâmica dos Asurini do Xingu: uma reflexão etnoarqueológica sobre variabilidade e padronização artefactual. **Arqueología Suramericana**, v. 5, p. 2, p. 121-137, 2009.

SILVA, F. A.; NOELLI, F. S. Arqueologia e Linguística: Construindo as trajetórias histórico-culturais dos povos Tupí. Crítica e Sociedade: **Revista de Cultura Política**, v. 7, n. 1, p. 55-87, 2017.

SILVA, A. L. F. **Reduções Jesuítico-Guarani: espaço de diversidade étnica**. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

SILVA, B. S. S.; LAROQUE; L. F. BASTOS NETO; E. P. Processos de Territorialidade Kaingang Envolvendo a Terra Indígena Jamã Tÿ Tãnh, Estrela, Rio Grande Do Sul, Brasil. **Tellus**, v. 16, n. 31, 2016.

SILVA, F. M.; SHOCK, M. P.; NEVES, E. G.; LIMA, H. P.; SCHEELYBERT, R. Recuperação de macrovestígios em sítios arqueológicos na Amazônia: nova proposta metodológica para estudos arqueobotânicos. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 8, n. 3, p. 759-769, 2013.

SILVEIRA, M. I.; RODRIGUES, M. C. L. F.; OLIVEIRA, E. R.; LOSIER, L. Sequência cronológica de ocupação na área do Salobo (Pará). **Revista de Arqueologia**, v.21, n.1, p. 61-84, 2008.

SIMÕES, A. P. A.; KUNZLI, R.; MORAES, J. C. S.; ARANTES NETO, M. S.; YUKIMITU, K. Um estudo das temperaturas de queima de cerâmicas e suas consequências na datação arqueológica. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Engenharia e Ciência dos Materiais**. Natal: UFRN, v. único. p. 480-484, 2002.

SINGH, S. P.; GEPTS, P.; DEBOUCK, D. G. Races of common bean (*Phaseolus vulgaris*, Fabaceae), **Economic Botany**, v. 45, n. 3, p. 379-396, 1991.

SOARES, A. L. R. **Guarani: organização social e arqueologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SOARES, A. L. R. Arqueologia, história e etnografia: o denominador Guarani. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 14-15, p. 97-114, 2001.

SOARES, A. L. R. Pelo fim do *Frankenstein* Guarani. **Diálogos**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 767-790, 2012.

SOARES, A. L. R. **Contribuição para a Arqueologia Guarani**. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2004.

SOARES, K. P. LONGHI, S. J. NETO, L. W. ASSIS, L. C. Palmeiras (*Arecaceae*) no Rio Grande do Sul, Brasil Palms (*Arecaceae*) from Rio Grande do Sul, Brazil. **Rodriguésia**, v. 65, n.1, p. 113-139, 2014.

SOUZA, A. F. Regeneration patterns of a long-lived dominant conifer and the effects of logging in southern South America. **Acta Oecologica**, v. 34, p. 221-232, 2008.

SOUZA, A. M. L. **Ritual, Identidade e Metamorfose: Representações do Kunumi Pepy entre os Índios Kaiowá da Aldeia Panambizinho**. 2009. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2009.

SOUZA, L. A. C.; JÁCOME, C.P.; ROCHA, S.O.G. Materiais pictóricos em cerâmicas Tupiguarani de Minas Gerais. In: Prous, A.; Lima, T.A. **Os Ceramistas Tupiguarani**. Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, Belo Horizonte, v., p. 223-242, 2010.

SOUZA, V.C.; LORENZI, H. **Botânica sistemática**: guia ilustrado para identificação das famílias de fanerógamas nativas e exóticas no Brasil, baseado na APG II. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2008.

SUROVELL, T.A.; BYRD FINLEY, J., SMITH, G.M., BRANTINGHAM, P.J., KELLY, R. Correcting temporal frequency distributions for taphonomic bias. **Journal Archaeological Science**, v.36, p. 1715-1724, 2009.

SUSNIK, B. Dipersion Tupi-Guarani pré-histórica. **Ensayo analítico**. Asuncion: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1975.

SUSNIK, B. **Etnohistoria de los guaranities**: Epoca colonial. Assuncion, Paraguay: Museu Etnográfico “Andrés Barbeiro”, 1979-1980.

SUSNIK, B. **Los aborígenes de lo Paraguay. Etnohistoria de los guaranities, Epoca colonial**. Assuncion: Museo Etnografico Andrea Barbero, Tomo II, 1982.

STADEN, H. **Hans Staden**. Rio de Janeiro, Dantes, 2007 [1557].

STAHL, P. W. Interpreting interfluvial landscape transformations in the pre-Columbian Amazon. **The Holocene**, v. 25, n. 10, 2015.

STEWART, J. H. South American Cultures: An interpretative Summary. In: **Handbook of South American Indians**, New York, v. 5, p. 669- 772, 1949.

STRATHERN, M. **The gender of the gift: problems with women and problems with society in Melanesia**. Berkeley: University of California Press, 1988.

STRATHERN, M. One man and many men. In: GODELIER, M; STRATHERN, M. (Orgs.). **Big men and Great men**: personifications of power in Melanesia. Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

STRECK, E. V.; KÄMPF, N.; DALMOLIN, R. S. D.; KLAMT, E.; SCHNEIDER, P.; NASCIMENTO, P. C. **Solos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EMATER/RS - UFRGS, 2008.

SZTUTMAN, R. **Cauinagem, uma comunicação embriagada: reflexões sobre uma festa tipicamente ameríndia**. São Paulo: Pletora, 1998.

SZTUTMAN, R. **O profeta e o principal: a ação política ameríndia e seus personagens**. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia), FFLCH/USP São Paulo. 2005.

SZTUTMAN. R. De caraíbas e morubixabas: A ação política ameríndia e seus personagens, **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, v.1, n.1, p. 16-45, 2009a.

SZTUTMAN, R. Religião nômade ou germe do Estado? Pierre e Hélène Clastres e a vertigem tupi. **Novos Estudos**, v. 83, p. 129-157, 2009b.

TEIXEIRA, M. B.; NETO, Augusto Barbosa Coura. Vegetação. In: IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Levantamento de Recursos Naturais**. Rio de Janeiro, v. 33, p. 541-632, 1986.

TEMPASS, M. C. **Orerémbiú: a relação das práticas alimentares e seus significados com a identidade étnica e a cosmologia Mbyá-Guarani**. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

TEMPASS, M. C. **A doce cosmologia Mbyá-Guarani: uma etnografia de saberes e sabores**. Curitiba: Appris, 2012.

TENÓRIO M. C. **A importância da coleta no advento da agricultura**. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

TENÓRIO, M. C. **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1999.

TESCHAUER, C. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1929.

TIMPSON, A.; COLLEDGE, S.; CREMA, E.; EDINBOROUGH, K.; KERIG, T.; MANNING, K.; THOMAS, M. G.; SHENNAN, S. Reconstructing regional population fluctuations in the European Neolithic using radiocarbon dates: a new case-study using an improved method. **Journal of Archaeological Science**, n. 52, p. 549-557, 2014.

THOMAS, P. *Araucaria angustifolia*. **The IUCN Red List of Threatened Species**, 2013.

TOCCHETTO, F. B. **A Cultura Material do Guarani Missioneiro Como Símbolo de Identidade Étnica**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

TOLEDO, A. P. Anatomia e desenvolvimento ontogenético do fruto e da semente de mandioca, **Bragantia**, v. 22, p. 521-526, 1963.

TOMMASINO, K.; ALMEIDA, L. K. Territórios e Territorialidades Kaingang: A Reinvenção dos espaços e das formas de sobrevivência após a conquista. **Mediações**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 27, 2014.

TRINGHAM, R. Household archaeology. In: SMELSER, N. J; P. B, BALTES (Orgs.) **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, p. 6925-6929, 2001.

TROMBINI, J. **Imigrantes italianos e seus descendentes na microrregião oeste do Vale do Taquari**: história ambiental e práticas culturais. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento), Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2017.

TWISS, K. C. Transformations in an early agricultural society: feasting in the southern Levantine Pre-Pottery Neolithic. **Journal of Anthropological Archaeology**, v. 27, p. 418-442, 2008.

UGENT, S. P.; POZORSKI, T. Archaeological manioc (Manihot) from coastal Peru. **Economic Botany**, v. 40, p. 178-102, 1986.

URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). **História dos índios no Brasil**, p. 87-102, 1992.

VEIGA, J. Cosmologia Guarani: os Apapokuva do Laranjinha. In: CABRAL, A. S. A. C.; RODRIGUES, A. D. R. (Orgs.). **Línguas e culturas tupi**. Campinas: Curt Nimuendajú, p. 85-96, 2007.

VICROSKI, F. J. N.; TROMMER THADDEU, V. L. **Diagnóstico do Patrimônio Cultural na Área De Pavimentação Da Rodovia RS 311**: Arroio do Meio e Travesseiro/ RS. Passo Fundo: IPHAN, 12^a SR, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Arawaté, os Deuses Canibais**. Rio de Janeiro: ANPOCS/Zahar, 1986.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Ambos os três: sobre algumas distinções tipológicas e seu significado estrutural na teoria do parentesco. **Anuário Antropológico**, p. 9-91, 1995.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. Images of nature and society in Amazonian ethnology. **Annual Review of Anthropology**, v. 25, p. 179-200, 1996.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Xamanismo transversal: Lévi-Strauss e a cosmopolítica amazônica. In: QUEIROZ, R.; NOBRE, R. F. (Orgs.). **Lévi-Strauss: leituras brasileiras**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2008.

VOLCOV, J. E. **Cerâmica Tupiguarani e os processos de interação cultural no alto Rio Iguaçu**, PR. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

VOTRE, G. C.; NOELLI, F. S.; PEREIRA, G. S.; PAVELI, D. D.; ZOCHE, J. J.; SANTOS, M. C. P.; CAMPOS, J. B. Arqueologia de Entre Rios: Do Urussanga ao Mampituba. **Anais VIII Semana de Ciência e Tecnologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense**, 2017.

WAGNER, G. P. **Ceramistas Pré-Coloniais do Litoral Norte**. 2004. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

WALKER, R. S.; WICHMANN, S.; MAILUND, T.; ATKINSON, C. J. Cultural phylogenetics of the tupi language in Lowland South America. **Plos ONE**, v. 7, n.4, p.1-9, 2012.

WANDERLEY, M. G. L., SHEPHERD, G. J., GIULIETTI, A. M.; MELHEM, T. S. Flora Fanerogâmica do Estado de São Paulo. **FAPESP/RIMA**, São Paulo, v. 3, p. 367, 2003.

WATANABE, S.; TATUMI, S. H.; FARIAS, T. M; SOUZA, S. O.; GENNARI, R. F.; KUNZLI, R.; FARIAS, D. S. E. Testes de confiabilidade dos métodos de datação por termoluminescência (TL) e luminescência ópticamente estimulada (OSL). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 15, p. 383-391, 2005.

WATSON, P. J. The idea of ethnoarchaeology: notes and comments. In: KRAMER, Carol (Org.). **Ethnoarchaeology: implications of ethnography for archaeology**. New York: Columbia University Press, p. 277-287, 1979.

WEBER, E.; HASENACK, H.; FLORES, C. A. Geoprocessamento no apoio ao mapeamento de solos. In: Flores, C. A.; PÖTTER, R. O.; FASOLO, P. J.; HASENACK, H.; WEBER, E. J. **Levantamento semi-detalhado de solos**: Folha Palomas, Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2007.

WERLANG, O. T. **Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul**. Monografia (Bacharelado em História), Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 1981.

WESOLOWSKI, V. SOUZA, S. M. F. M. REINHARD, K. J. CECCANTINI, G. Evaluating microfossil content of dental calculus from Brazilian sambaquis. **Journal of Archaeological Science**, p. 1-13, 2010.

WHITING, J. W.; AYRES, B. Inferences from the Shape of Dwellings. In: CHANG, K. (Org.), **Settlement Archaeology**. Palo Alto, CA: National Press Books, 1968

WILK, R. R.; RATHJE, W. L. Household archaeology. **American Behavioral Scientist**, v. 25, n. 6, 617-640, 1982.

WILLIAMS, A. The use of summed radiocarbon probability distributions in archaeology: a review of methods. **Journal Archaeological Science**, v. 39, p. 578-589, 2012.

WINKLERPRINS, A.; ALDRICH S. P. Locating Amazonian dark earths: creating an interactive GIS of known locations. **Journal Latin American Geogr.** v. 9, p. 33-50, 2010.

WOODS, W. I.; DENEVAN, W. M.; REBELLATO, L. Population estimates for anthropogenically enriched soils (Amazonian dark earths). In: WINGARD, J.D.; HAYES, S.E (Orgs.), **Soils, climate and society: archaeological investigations in ancient America**. Boulder: University Press of Colorado, p.1-20, 2013.

WOODS, W. I.; MCCANN, J. M. The anthropogenic origin and persistence of Amazonian dark earths. **Yearbook of the Conference of Latin American Geographers** v. 25, p. 7-14, 1999.

WOLF, S. **Paisagens e Sistemas de Assentamento: Um Estudo Sobre a Ocupação Humana Pré-Colonial na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS**. Lajeado, 2012. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento), Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2012.

WOLF, S. **Arqueologia Jê no Alto do Forqueta e Guaporé: um novo cenário para um antigo contexto**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências), Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2016.

WOLF, S.; MACHADO, N. T. G.; OLIVEIRA, J. L. Arqueologia Regional entre o Forqueta/RS e o Guaporé/RS: o contexto de ocupação Jê Pré-colonial no centro/nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 13, n. 26, 2016.

WOLF, S.; MACHADO, N. T. G. Arqueologia Da Paisagem Aplicada Ao Estudo De Sítios Arqueológicos Jê Meridionais Nas Bacias Hidrográficas Dos Rios Forqueta E Guaporé/Rio Grande Do Sul. **Revista Ra'e Ga**, Curitiba, v. 45, p. 268-280, 2018.

WOLF, S.; MACHADO, N. T. G.; LAROQUE, L. F. S.; JASPER, A. Arqueologia espacial e o Guarani no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 10, n. 19, p. 59-88, 2013.

ZALLOCCI, E. M.; POMILIO, A. B.; PALACIOS, R. A. Estudio quimiotaxonómico de la subtribu Phaseolinae (Phaseoleae-Papilionoideae-Leguminosae) III: flavonoides de las especies argentinas de los géneros Phaseolus y Dolichopsis, **Darwiniana**, v. 33, n. 1/4, p. 135-148, 1995.

ZEDEÑO, M. N. Landscapes, land use, and the history of territory formation: an example from the Puebloan Southwest. **Journal of Archaeological and Theory**, v. 4, n. 1, p. 67-103, 1997.

ZIMPEL NETO, C. A. **Na direção das periferias extremas da Amazônia: Estudo da Arqueologia na Bacia do Rio Jiparaná, Rondônia**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ZUCH DIAS, J. L. **Arqueologia no médio Vale do Rio dos Sinos e Vale do Rio Paranhana: o processo de ocupação pelos grupos ceramistas das tradições Taquara e Tupiguarani**. 2015. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

ZUSE, S. **Os Guarani e a redução jesuítica: tradição e mudança técnica na cadeia operatória de confecção dos artefatos cerâmicos do Sítio Pedra Grande e entorno**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.